Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

SILVIO MONTEIRO DE LIMA

**Colonização e Crise: A racionalidade-irracional do capital na expansão
do agrário paulista**

(Versão corrigida)

SÃO PAULO
2017

SILVIO MONTEIRO DE LIMA

**Colonização e Crise: A racionalidade-irracional do capital na expansão
do agrário paulista**

(Versão corrigida)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Mestre na área de Geografia Humana

Orientação: Professor Doutor Anselmo Alfredo

De acordo.

Professor Doutor Anselmo Alfredo

SÃO PAULO
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d732c de Lima, Silvio Monteiro
Colonização e Crise: A racionalidade-irracional do
capital na expansão do agrário paulista / Silvio
Monteiro de Lima ; orientador Anselmo Alfredo. - São
Paulo, 2017.
367 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia. 2. Geografia Agrária. 3. Geografia
Urbana. 4. Colonização. 5. Crise econômica. I.
Alfredo, Anselmo, orient. II. Título.

Ficha de Aprovação

Autor: Silvio Monteiro de Lima

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Título: *Colonização e Crise: A racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Anselmo Alfredo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a colonização do oeste paulista, mais especificamente, a partir dos anos trinta do século XX, situando-a no contexto geral da expansão do capital no âmbito mundial. A análise busca centrar-se no caráter contraditório do processo de colonização que, ao expandir o agrário como forma de superação aos entraves à reprodução do capital, advindos da grande crise de 1929, simultaneamente, estaria a reproduzir um conjunto de relações sociais sob o qual repousaria o próprio fundamento da crise. Nesse sentido a superação se constituiria, de antemão, na reprodução da própria crise, problema que remete à lógica da valorização como fundamento fundante da sociabilidade moderna. Sendo a reprodução do capital balizada pelo encadeamento lógico de seus momentos, a sociedade se põe a reboque de um processo que lhe “passa às costas” e que se impõe a ela de forma inexorável. Partindo desse pressuposto, questionaremos a racionalidade que, como forma de consciência moderna, põe a mediação da mercadoria como condição “sine qua non” para que os indivíduos reproduzam a si e a sua sociedade. Despido de sua racionalidade, o capital revela o seu caráter imanentemente crítico, o que se evidencia pela sua forma contraditória de expansão, sendo essa movida, simultaneamente, pela acumulação e crise de acumulação de valor.

Palavras-chave: Agrário, Colonização, Capital, Crise, Racionalidade.

Abstract

The present study aims to analyze the colonization of western São Paulo, more specifically from the thirties of the twentieth century, placing it in the overall context of capital expansion at the global scenario. The analysis focus on the contradictory nature of the colonization process, which, in order to expand the agrarian as a way of overcoming the obstacles to the reproduction of capital, coming from the 1929 crisis, simultaneously, would be playing a set of social relations under which would rest the very foundation of the crisis. In this sense, the overcoming would constitute, in advance, on the reproduction of the crisis itself, a problem that leads to the logic of the valorization as a fundamental basis of the modern sociability. Being the reproduction of capital guided by the logical sequence of its moments, the society begins to tow a process that goes behind it," and which imposes itself on her in an inexorable way. Based on this assumption, we shall question the rationality that, as a form of modern consciousness, puts the mediation of the goods as a "sine qua non" condition, to make the individuals to reproduce themselves and their society. Stripped of its rationality, the capital reveals its immanently critical character, which is evidenced by its contradictory form of expansion, which is moved simultaneously by the accumulation and value accumulation crisis.

Keywords: Agrarian, Colonization, Capital, Crisis, Rationality.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à senhora Luciana Maria Teixeira Naoe, pela inestimável colaboração e acolhida. A intermediação da senhora Naoe nos permitira obter farto material de pesquisa, relacionado à colonização do oeste paulista, junto a moradores e repartições públicas dos Municípios de Adamantina e Lucélia.

Agradeço aos moradores do Município de Adamantina que, através da narrativa de suas histórias de vida, colaboraram com a realização de nossa atividade de pesquisa. Dirijo meus mais sinceros agradecimentos aos senhores, Antônio Teixeira (in memoriam), Antônio Passarinho, Cláudio Citelli, João Benedito Passarinho, José Garcia Lopes e Marcílio Pinto Alexandre.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários da Biblioteca Municipal de Adamantina que, de forma prestativa e atenciosa, nos franquearam o acesso aos arquivos públicos municipais.

Por fim, agradeço aos funcionários da Delegacia Seccional de Polícia de Adamantina, como também aos funcionários da Delegacia de Polícia de Lucélia, por terem nos permitido acessar arquivos policias, existentes em suas respectivas repartições, cujo conteúdo remeteria à colonização que se processara nos limites circunscricionais dessas delegacias. Tais arquivos, que datariam dos anos quarenta e cinquenta do século XX, foram de suma importância para a compreensão de aspectos relacionados à sociabilidade estabelecida em áreas de expansão do capital, mais precisamente, no oeste paulista.

SUMÁRIO

Introdução	p.1
Capítulo 1- Sobre mercadoria e racionalidade	p. 5
Capítulo 2- Sobre mercadoria, racionalidade e Geografia	p.64
Capítulo 3 -A expansão do capital	p.111
3. 1 - A superprodutividade do capital norte-americano e a crise de 1929.....	p.128
3. 2 - A periferia e sua especificidade crítica	p.138
3.2.1 - A totalidade crítica do processo de valorização e a insuficiência das interpretações fundadas no consumo	p.154
3.2.2 - A indústria “substitutiva”: o setor agroexportador como limite à acumulação urbano-industrial	p.161
3.2.3 - A racionalidade-irracional do binômio café-ferrovias	p.171
Capítulo 4- Colonização e Crise	p.191
4.1- A colonização como momento da modernização brasileira	p.191
4.2- A colonização como expansão crítica do agrário	p.218
Capítulo 5- Adamantina: a síntese crítica na divisão campo-cidade periférica ..	p.270
5.1- Considerações iniciais	p.270
5.2- Adamantina: o urbano como fetiche de racionalidade na expansão crítica do agrário paulista	p.285
Considerações Finais	p.337
Fontes Bibliográficas	p.341
Bibliografia	p.350
Fontes diversas	p.353
Anexos	p.359

Gráficos, tabelas, mapas e imagens

Gráficos

Gráfico 1- Juros pagos relativos à dívida pública contraída no exterior (1824-1948)	p.140
Gráfico 2- Produção de Aço no Brasil, entre os anos de 1925 e 1976 (Em toneladas)	p.163
Gráfico 3- Produção de combustíveis no Brasil, entre os anos de 1939 e 1999 (Em metros cúbicos)	p.163
Gráfico 4 – Evolução da área plantada, ocupada pela cafeicultura paulista, em relação à evolução dos preços do café (1950-1960)	p.231
Gráfico 5- Porcentagem da participação do setor agropecuário no Produto Interno Bruto Brasileiro (1947-2013)	p.252
Gráfico 6- Área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, em hectares (1920-2006)	p.252
Gráfico 7- Evolução do crédito rural no Brasil – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, no período de 1969 a 2000	p.267
Gráfico 8- Evolução da população urbana e rural, no Estado de São Paulo, em números absolutos (1950 – 2010)	p.268
Gráfico 9 – Utilização de terras na Microrregião de Adamantina (1960-1980)	p.323
Gráfico 10 - Número de trabalhadores rurais nos municípios da Microrregião de Adamantina (1960-1980)	p.325

Tabelas

Tabela 1- Número e custo de projetos propostos pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, por área de investimento	p.136
Tabela 2 - Quantidade média de trabalhadores na indústria paulista em 1932 (Por estabelecimento em cada ramo industrial)	p.165
Tabela 3- Quantidade média de trabalhadores na indústria paulista em 1939 (Por estabelecimento em cada ramo industrial)	p.166
Tabela 4 - Preços dos fretes cobrados pelas ferrovias paulistas (Anos de 1884, 1894, 1900 e 1936)	p. 180
Tabela 5 - Coeficiente de Tráfego das quatro maiores companhias ferroviárias paulistas (Anos de 1915, 1930 e 1945)	p.181

Tabela 6 - Transporte de carga, em toneladas, executado pelas quatro maiores companhias ferroviárias paulistas. (Anos de 1915, 1930, 1945)	p.182
Tabela 7- Receitas, Despesas e Coeficiente de Tráfego das quatro maiores ferrovias paulistas, no ano de 1951	p.184
Tabela 8 - Áreas colhidas referentes aos principais produtos agrícolas nacionais (Em hectares)	p.199
Tabela 9 - Evolução do agrário paulista (1920-1960)	p.222
Tabela 10- Companhia Paulista de Estradas de Ferro: relação entre receitas, despesas e cargas transportadas	p.225
Tabela 11 - Registros Policiais da Delegacia de Lucélia: Crimes Contra a Pessoa (1945 -1949)	p.243
Tabela 12 – Distribuição dos Trabalhadores nos setores econômicos paulistas (1960, 1980 e 2000)	p.268
Tabela 13 - Indústria de Adamantina e municípios adjacentes (1950)	p.304
Tabela 14- Número de trabalhadores, não assalariados, no setor agropecuário de Adamantina e municípios adjacentes (1950)	p.305
Tabela 15 - Utilização de tratores, veículos de carga e força motriz nas propriedades rurais de Adamantina e municípios adjacentes (1950)	p.306
Tabela 16 - Utilização de terras nos municípios da Microrregião de Adamantina. (1960-1980)	p.323
Tabela 17 – Produto Interno Bruto dos municípios da Microrregião de Adamantina (em Reais)	p.334

Mapas

Mapa 1- População e ferrovias em São Paulo, no ano de 1900	p.189
Mapa 2- População e ferrovias em São Paulo, no ano de 1920	p.189
Mapa 3- População e ferrovias em São Paulo, no ano de 1940	p.190
Mapa 4 - Região da Nova Alta Paulista	p.229
Mapa 5- Localização do Município de Adamantina na Divisão Municipal do Estado de São Paulo	p.284

Imagens

Imagem 1 - Loteamento da Fazenda Bastos (1928)	p.224
--	-------

Imagem 2 - Venda de terras pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (Década de 1940)	p.240
Imagem 3 - Loteamento Boston Cattle e Patrimônio de Adamantina (1939)	p.286
Imagem 4 – Unidade adamantinense da “máquina” de beneficiamento de grãos Max Wirth S.A	p.298
Imagem 5 – Anúncio comercial veiculado no jornal adamantinense “Tribuna do Povo”, em 1963	p.299
Imagem 6 - Estação ferroviária de Adamantina: Viradouro destinado à manobra de locomotivas (década de 1950)	p.302
Imagem 7 – Aquisição da safra de algodão pela Companhia Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) - Adamantina, 1949	p.304
Imagem 8 - Município de Adamantina (década de 1960): vista do aeroporto municipal, cercado por pés de café	p. 328
Imagem 9 - Município de Adamantina (2016): vista da zona rural adamantinense a partir da Rodovia Vicinal José Bocardi (sentido Mariápolis)	p.328
Imagem 10 – Adamantina (2016): conjunto habitacional construído pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo	p.329.

Introdução:

A expansão do agrário brasileiro fora, até momentos que antecederam o processo de industrialização nacional, a forma predominante pela qual desenvolvemos o capital como totalidade de nossas relações sociais. Perpassado pela contradição entre a expansão do agrário e a industrialização almejada como forma de superação de um suposto “atraso” econômico, o desenvolvimento do capital, no âmbito nacional, suscitaria interpretações cujo o sentido dual refletiria uma forma de consciência que afastaria a unidade contraditória entre o particular e o universal, rejeitando a crise como forma intemporal pela qual nos inseriríamos na totalidade do processo de valorização. Voltado à produção agroexportadora, sendo essa a principal fonte de divisas que adentrariam o país, o agrário permitiria a manutenção das trocas com as economias industriais. No entanto, os resultados desfavoráveis obtidos nas trocas internacionais, reflexo do constante revolucionamento das forças produtivas presentes nas economias industriais, trariam questionamentos que, ao não contemplarem o sentido contraditório do processo geral de valorização, levariam a conclusões, a partir das quais, se vislumbraria a possibilidade de superação de nossa condição periférica por meio da industrialização nacional. Contraditoriamente, não havendo acumulação suficiente para gerar tal passagem, somente pela inversão de capitais estrangeiros seria possível alcançar-se a almejada industrialização. Por outro lado, os investimentos de capital, necessários à industrialização, deveriam ser adequadamente remunerados o que implicaria, não apenas na manutenção do setor agroexportador, mas também na expansão do agrário como forma de se pagar a ensejada modernização nacional. A racionalidade pressuposta na modernização, confrontada com a irracionalidade de se reproduzir um agrário em crise, resultaria na antinomia pela qual se buscaria escamotear a contradição estabelecida. Ora como atraso, ora como motor do desenvolvimento, o agrário nacional seria posto ao largo de seu sentido lógico, o que limitaria a possibilidade de se interpretá-lo em sua simultaneidade para com a totalidade processo de valorização. Apartados os momentos da contradição que perpassaria a modernização brasileira, as interpretações sobre o agrário e sua expansão, se tornariam, por assim dizer, uma questão de “ponto de vista”, refletindo ideologias e visões de mundo. Como exemplo, tomemos o próprio agrário paulista, objeto de pesquisa sobre o qual nos debruçaremos ao longo do presente trabalho e que, durante os XIX e XX, concentrara o setor agroexportador nacional com a produção cafeeira. O mesmo fora motivo de inúmeras interpretações que refletiriam o sentido

antinômico que perpassaria os esforços de se pensar nossa realidade. Celso Furtado, o maior expoente do pensamento econômico nacional, em sua “Formação Econômica do Brasil” (1976) reconheceria que o agrário paulista, mais especificamente o seu setor cafeeiro, se colocaria como momento necessário para que se alcançasse o almejado “desenvolvimento nacional”. No entanto, o autor não deixaria de assinalar que a dependência em relação a produção agroexportadora se constituiria em algo a ser superado, portanto, um resquício de nosso atraso que deveria ser suplantado pela industrialização. Posição idêntica assumiria Caio Prado Junior em “História Econômica do Brasil” (1983), onde apontaria que a produção agroexportadora paulista seria necessária ao desenvolvimento nacional, mas que somente a sua superação eliminaria nossa subsunção aos “trustes internacionais”. Desse modo, a análise passa ao largo da simultaneidade do processo de valorização que enredaria as economias consideradas “atrasadas” e as economias industriais que concentrariam o desenvolvimento de forças sociais produtivas. A periferia apareceria, assim, como o erro do capital, uma anomalia, ou, quando muito, o “ornitorrinco” de Francisco de OLIVEIRA (2003), que ficaria a meio caminho entre o atraso e o desenvolvimento. Isso não significa que se desconsidera a importância de tais interpretações. Se por um lado, o questionamento é inevitável, por outro, incorporar os esforços de inúmeros autores que, por outros pressupostos teóricos e metodológicos, pensaram nossa realidade, se tornaria a condição incontornável para a realização de nossa reflexão. Será, justamente, ao ser superada e, assim, conservada que a teoria revelará sua pertinência. Sendo assim, nossa proposta, que nada tem de inovadora, pois se apoia no esforço de teorização das crises que tem sido encaminhado por pesquisadores do Departamento de Geografia¹ da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, seria situar o problema da crise e expansão do agrário paulista na totalidade do processo de reprodução do capital. Isso implicaria em assumir, como pressuposto de nossa análise, o sentido contraditório do processo de expansão do agrário paulista, pondo-o como um momento da expansão geral do capital e de sua crise. O caráter crítico da reprodução do valor norteará nossa análise, pois nosso argumento será construído em torno da simultaneidade do processo de valorização que se dá, tanto pela acumulação, como pela crise de acumulação. Para tanto, tomaremos a teoria do valor como baliza para nossa interpretação, nos atendo à lógica interna do processo de valorização, o que nos permitirá encaminhar uma crítica ao capital que, por fim, é levada

¹ Refiro-me aos docentes e discentes do Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

a termo pelo próprio capital, à medida que expõe suas contradições. Buscaremos, portanto, apontar que a crise e expansão do agrário são constituintes da forma de ser do capital em sua periferia, pois, somente se reproduzindo como crise periférica o capital se repõe como acumulação nos países considerados desenvolvidos. Para que possamos desenvolver nosso argumento, deveremos questionar a própria racionalidade como forma de consciência moderna, demonstrando que a mesma, como resultado de relações sociais perpassadas pela contradição, somente existe em sua relação para com o seu contrário, ou seja, a irracionalidade. Sendo assim, nosso questionamento deve se estender à Ciência como forma objetiva dessa racionalidade, situando o seu sentido no processo de valorização. Ainda, com o intuito de apresentar os argumentos que deverão preceder a passagem à abordagem da expansão do agrário paulista, apresentaremos algumas considerações sobre a expansão do capital como um todo, para, a partir desse processo geral, situarmos sua particularidade como colonização do oeste paulista. Buscar-se-á demonstrar que a crise do agrário nacional possuiria um sentido lógico para o processo de valorização, e que, assim sendo, tal crise se reporia como condição para a reprodução do capital em sua totalidade. A expansão do agrário paulista, propriamente dita, será abordada a partir de processos de colonização desencadeados nas décadas que se sucederam a grande crise de 1929, mais especificamente sob um recorte do oeste paulista que abrangeria a área de atuação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, onde a própria “Paulista” (como ficaria popularmente conhecida a citada companhia ferroviária), promovera a colonização de terras que margeariam o traçado do leito ferroviário pelo qual se daria a expansão de suas linhas férreas. Será pela particularidade dos processos de colonização, encaminhados pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que se buscará apontar o caráter contraditório da expansão do capital em sua periferia. Por fim, e em caráter conclusivo, abordaremos, a partir da constituição e desenvolvimento do município paulista de Adamantina (localizado na Região Administrativa de Presidente Prudente), a forma peculiar pela qual se dera a divisão campo-cidade na realidade brasileira, sendo tal processo um momento de complexificação de nossas relações de produção, caracterizado pelo surgimento de atividades econômicas urbanas que, no entanto, surgiriam como formas de reafirmação do agrário. Buscar-se-á, por meio da exposição dos resultados obtidos através da análise da formação do município de Adamantina, sintetizar o processo de expansão do capital em nossa realidade, demonstrando que o surgimento de cidades, em meio a áreas de colonização do oeste paulista, se dera como resultado da reposição da crise do agrário, e não da superação dessa condição crítica que a formação do urbano,

aparentemente, estaria a afiançar. Em suma, se argumentaria que, em sua forma periférica, o capital somente se reproduziria como crise de acumulação, condição que a particularidade de nossa divisão-campo cidade estaria a revelar. Sendo assim, todo o universo categorial sobre o qual se estabelecera nossa sociabilidade possuiria um sentido negativo em relação às realidades centrais do capital, o que estaria por ensejar uma reinterpretação de nossa formação social, levando-se em conta nossa condição particular em relação a totalidade social fundada no valor.

Capítulo 1 - Sobre mercadoria e racionalidade

“Que o racional é real, isso se revela precisamente em contradição com a realidade irracional, que, por toda parte, é o contrário do que afirma ser e afirma ser o contrário do que é” (MARX, “Crítica da filosofia do direito de Hegel” (2006, p. 82)).

Quando Marx publicara sua “Crítica da filosofia do direito de Hegel” (2006), em 1843, seus esforços no sentido de realizar uma crítica à sociedade moderna, apontando as contradições que fundamentariam a sociabilidade posta pela mercadoria, haviam se iniciado há pouco. Suas principais obras datariam de períodos posteriores à publicação de sua crítica a Hegel. Os “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” (MARX, 1978), datariam de 1844, enquanto a “Ideologia Alemã” (MARX e ENGELS, 2009) seria escrita, em parceria com Friedrich Engels, entre os anos de 1845 e 1846. Marx somente iniciaria a redação dos “Grundrisse” (2011) em 1857, servindo esse de fundamentação teórico para a realização de sua principal obra, ou seja, o “O Capital” (MARX, 1988). Talvez o próprio Marx não tenha se dado conta, no momento em que escrevera a “Crítica da filosofia do direito de Hegel” (op cit.) da dimensão e importância de suas constatações, haja visto que sua crítica se dirigiria, indiretamente, à monarquia constitucional prussiana², e sua “virada” à realização de uma crítica imanente ao valor estaria por ser gestada nos anos vindouros. Para além do atrevimento de se contrapor ao maior expoente do “Idealismo Alemão” (ou seja, Hegel), Marx poria em questão o principal “pilar” da sociedade moderna, ou seja, a matriz racional que fundamentaria a totalidade do pensar sob o moderno. Sob o pressuposto de que se constituiria em uma forma de pensar iluminada ou esclarecida, a racionalidade apareceria como o rompimento com um passado obscurantista, onde o conhecimento seria falseado pelo mito e pela religião. O moderno apareceria, assim, como o fim de um longo processo de conciliação entre o pensar finito, mergulhado na objetividade do mundo (característico das sociedades pré-modernas), e o seu fundamento intemporal e infinito na Razão³. O mito, a superstição e a religião

² Verificar a “Introdução” presente ao final da “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (MARX, 2006, p. 145-156), em que o autor expressaria o direcionamento de sua crítica.

³ A “Razão”, em Hegel e em todo o “Idealismo Alemão”, se constituiria em uma forma de hipostasiação da racionalidade que, apartada de sua origem datada, ou moderna, apareceria absolutizada, sem o seu

estariam, por assim dizer, superados, pois o pensar, esclarecido pela Razão, seria o mediador único de todo e qualquer conhecimento. Caberia ao homem, portanto, predicar o mundo que se colocaria diante dele, atribuindo-lhe um “sentido” para si, o que lhe permitiria, finalmente, se tornar o sujeito pleno do seu destino. Dessa forma, o moderno instauraria o imperar da Razão pondo a racionalidade como baliza de todo o pensar. No entanto, os esforços teóricos de Marx, inaugurados por sua crítica contundente a Hegel e que acompanhariam a totalidade de sua extensa obra, se dariam, justamente, no sentido de demonstrar a contradição entre o pensar racional e a forma como esse pensar se realizaria como sociabilidade moderna, passando, assim, ao seu contrário, ou seja, à irracionalidade. Marx demonstraria que sob o moderno o pensar estaria condicionado a uma matriz única que o limitaria a um universo categorial onde o imbricar dessas categorias (no pensar), resultariam, inexoravelmente, em um eterno retorno à mercadoria como mediadora universal das relações sociais. Sendo assim o pensar, contraditoriamente, passaria a um “não pensar” como forma de sua realização no real, por conta do fetichismo indetentário da mercadoria. A sociedade moderna, ao se enredar em relações sociais mediadas, necessariamente, pelas trocas, teria se tornado um elemento acessório de um processo que seria por ela realizado mas sobre o qual não exerceria qualquer comando. A racionalidade absolutizada como Razão, se constituiria, assim como a religião, no *“suspiro da criatura oprimida”* (MARX, 2006, p. 145) que buscaria se afirmar como sujeito de uma realidade na qual seria, apenas, um coadjuvante. Sendo assim, para que possamos, ao longo do presente trabalho, assumirmos o pressuposto de que a racionalidade se constituiria em uma forma de pensar contraditória, que se realizaria como seu contrário, ou seja, irracionalmente, deveremos, nas páginas que se seguem, demonstrar que o racional possuiria seu fundamento na mercadoria, e não ao contrário, como nos apareceria, fundamentando-a. Sua forma de aparecimento, como absolutamente racional, devém, justamente, de seu fundamento contraditório, ou seja, devém do caráter aporético da mercadoria que, como relação social que permitiria a reprodução da sociedade como um todo, somente o faria à medida que essa reprodução satisfizesse à imperativos que passariam “às costas” dessa sociedade e que, por fim, solapariam a própria capacidade de reprodução social. A racionalidade seria, portanto, tributária do desenvolvimento do capital como totalidade social e se constituiria em uma “forma de consciência” que rejeitaria a contradição como forma de realização de uma

momento negativo, ou seja, a realidade irracional à qual se refere MARX (2006) na citação inicial do presente texto (op. cit). Mais adiante aclaremos a questão.

sociabilidade fundamentalmente contraditória. A racionalidade se poria, assim, como “ilusão necessária” para que o capital, como forma irracional de reprodução social, fosse subjetivado como objetividade que não teria outro sentido senão a reprodução dos indivíduos.

Nesse sentido, o desenvolvimento da racionalidade, como forma datada de se pensar, estaria imbricado com o desenvolvimento da mercadoria como relação social universal. Não por acaso, as principais correntes racionalistas do pensar, mais especificamente, o “Idealismo Alemão” e o “Positivismo”, se afirmariam no momento em que o capital industrial se encontraria plenamente consolidado em porções significativas do continente europeu. Da imposição do trabalho, por meio da coação violenta, expressa nas “Leis Sangrentas”, editadas pelos monarcas ingleses (MARX, 1988, L.I. v, II, p.265-270), até a completa proletarização dos indivíduos pelo capital industrial, gerações sucessivas seriam socializadas sob os ditames da mercadoria, o que a tornaria (a mercadoria) o único meio de intermediação entre os indivíduos e a satisfação de suas necessidades. A mercadoria se tornaria a relação social totalizante, ao passo que, simultaneamente (e contraditoriamente), o seu caráter social se evanesceria diante do “aparecer” de sua racionalidade absoluta, que dispensaria a necessidade de pensa-la. A mercadoria se tornaria o meio “natural” (natural que se encontra no âmbito do social), que permitiria que os indivíduos e a sociedade, como um todo, encontrassem uma “medida” entre os interesses (ou necessidades) individuais e os interesses (ou necessidades) coletivos, conduzindo, assim, o homem à sua liberdade absoluta (ausência de necessidade). A “enorme coleção de mercadorias” (MARX, 1988), resultante do desenvolvimento das forças sociais produtivas, como também o surgimento do indivíduo dotado de direitos (juridificado), sob a condição de cidadão, “livre” (liberdade formal) para dispor daquilo que lhe pertença (mesmo que a posse se resuma ao próprio corpo), colocaria, no âmbito da aparência, uma sociedade construída sob medida para um homem que, por fim, se colocaria como sujeito de uma realidade plasmada à sua “imagem e semelhança”, ou seja, uma realidade que refletiria a satisfação plena de seus carecimentos.

O projeto “Iluminista”, como devir, nos termos do “Idealismo Alemão”, ou plenamente realizado, como nos apontaria o Positivismo (cabendo ao indivíduo entregar-se ao mundo “natural” da racionalidade), afiançaria o comprometimento da lógica da mercadoria para com a reprodução dos indivíduos, reprodução essa que extrapolaria o âmbito de suas necessidades meramente fisiológicas, permitindo a construção de uma

totalidade social onde as necessidades surgiriam, apenas, para serem, no momento seguinte, satisfeitas pela pletora⁴ do capital. Não por acaso, o homem surgiria como “medida de todas as coisas” (QUEIROZ, 1995, p. 35-66), abrindo caminho para o “Humanismo” e suas derivações. Na mercadoria, a relação sujeito-objeto, como ilusão necessária para que a Razão se realize, estaria consumada, bastando aos indivíduos se entregarem a esse “ardil” para que se tornassem agentes automáticos da plena satisfação das necessidades individuais e sociais, passando, assim, à liberdade. No âmbito do pensamento positivista, que se debruçaria sobre o real como se esse se constituísse no mundo “natural” (naturalizado), da mercadoria, a expressão máxima da racionalidade apareceria na ideia do “laissez a fare” onde o mercado, regido por “leis naturais” alcançaria seu equilíbrio, “por si”, cabendo ao homem se eximir de pensa-lo para que o equilíbrio fosse alcançado⁵. Sob o “Idealismo Alemão”, o sujeito automático da plena satisfação das necessidades sociais e individuais apareceria sob o conceito de Razão que, segundo, INWOOD (1993), derivaria da síntese de inúmeros outros conceitos tomados à outras sociedades⁶, o que demonstraria a busca por um fundamento transhistórico para a forma datada de se pensar sob o moderno. Dentre os conceitos que, segundo INWOOD (op. cit.), teriam sido abarcados pelo conceito de Razão, estaria o de “ratio”, de origem latina, que possuiria o sentido de “calcular” ou “medir” (1993, p. 272). Hegel, o maior expoente do “Idealismo Alemão”, incorporaria, flagrantemente, o “medir” ao seu pensamento filosófico, sendo esse (o medir) o movimento do pensar que atribuiria sentido as coisas com as quais o homem se defrontaria em seu mundo, o que se evidenciaria na passagem do ser à essência, onde o atribuir uma “medida” ao “ser” se constituiria na condição para a sua passagem ao “ser determinado”, na essência⁷. A essência seria,

⁴ Apenas para que o termo não pareça contingente, o significado de pletora remete, tanto à superabundância quanto, também, aos males advindos dessa superabundância.

⁵ Diria MARX sobre a “livre concorrência” e seu caráter racional: ***“Quando se diz que, no âmbito da livre concorrência, os indivíduos, ao perseguirem exclusivamente o seu interesse privado, realizam o interesse comum ou, melhor, o interesse geral, isso nada mais significa que, sob condições de produção capitalista, eles se pressionam mutuamente e, em consequência, o seu próprio entrechoque é somente a reprodução das condições sob as quais acontece tal interação”*** (2011, p. 546 [537]*). Sendo assim, se vai da mercadoria a mercadoria, estando nela, e não nos indivíduos, o sentido do processo que mobiliza a sociedade.

*Número de página da edição alemã dos Grundrisse (MARX, 2011), constante na margem do texto da edição publicada pela editora Boitempo.

⁶ Atribuir conceitos à outras sociedades demonstraria os limites, incontornáveis, que um indivíduo, socializado pelo moderno, encontraria ao dirigir suas reflexões sobre formas de pensar não modernas. Infelizmente não nos resta outro recurso senão pensar outras sociedades a partir da nossa própria sociedade.

⁷ Hegel resumiria o movimento na seguinte síntese: ***“...a afirmação como negação da negação, tem, pois, em lugar dos lados abstratos do ser e do nada (...), a quantidade e a qualidade. Estes são a) primeiro, a***

segundo as reflexões de Hegel, o lastro do ser, o que não passaria⁸ e, assim, reporia o homem como fundamento de seu mundo⁹. O medir, ou atribuir “medida”, como ato de dar sentido às coisas (um sentido para o homem), seria o fundamento do racional e, assim sendo, a mercadoria, ao possuir um sentido para a reprodução dos indivíduos se tornaria “aprioristicamente” racional.

O real apareceria, assim, invertido, sendo o racional o fundamento das relações sociais mediadas pela mercadoria, e não o contrário. Para que o argumento se torne mais claro se faz necessário que observemos como essa inversão se processara a partir da mercadoria, como relação social seminal sobre a qual se estruturaria toda a sociabilidade moderna, inclusive sua racionalidade. Sendo assim, em nosso percurso, primeiramente, poríamos o processo como ele nos apareceria, ou seja, a mercadoria estando fundamentada na racionalidade e, ao longo da reflexão, apontaremos que essa aparência esconderia o caráter contraditório da racionalidade que, como forma de consciência moderna, seria o resultado das relações sociais mediadas pela mercadoria, e não ao contrário. Ou seja, o caráter de mercadoria, que repousa sobre os objetos, põe a necessidade do fetichismo como momento de sua afirmação racional. Portanto, o fundamento da mercadoria se encontra na irracionalidade que o momento racional da contradição, ou fetichismo, busca escamotear.

Inicialmente, tomemos como exemplo, dois indivíduos que se defrontariam de posse de mercadorias, a fim de troca-los (façamos aqui, abstração das determinações da valorização, e tomemos a troca de mercadorias como se fosse uma relação contingente, portanto, pré-moderna). Para que a troca se efetive se faria necessário que cada um deles reconhecesse uma utilidade, para si, na mercadoria do outro, despertando assim o seu interesse por ela. Por outro lado, se faria necessário que cada um deles reconheça a

qualidade ultrapassada na quantidade, e a quantidade na qualidade, e assim ambas se mostram como negações b) na sua unidade (a medida) são elas originalmente distintas, e uma existe somente por meio da outra; e c) pois que a imediação desta unidade se provou tal, a saber se suprime a si mesma, ela é, desde então, posta como é em si, como simples referência a si, a qual contém em si como superados o ser em geral e suas formas” (1936, v. I, p. 124). Nesse movimento, onde a mediação entre qualidade e quantidade, por meio da medida, põe o ser em referência somente à essa mediação mesma (que lhe é interna, portanto, imediata), passa-se à “*essência*” (Idem, ibidem).

⁸ Diria Hegel na “Ciência da Lógica” (2011b): “... *a essência é o ser passado, mas o ser passado intemporal*” (2011b, p. 103). Sendo assim, a essência negaria, “*tudo que é determinado e finito*” (HEGEL, 2011b, p. 104) para o pensar.

⁹ Apenas para que nosso argumento não se torne mal interpretado, vale ressaltar que, colocar as coisas como nos aparecem consiste em um momento incontornável do nosso argumento. Isso não significa que concordemos com o belo mundo apontado pelo “Idealismo Alemão”.

equivalência entre os trocáveis, para que ambos saíssem satisfeitos na troca. Tudo se daria no âmbito da subjetividade de cada indivíduo, ou seja, como barganha. Atendidos os pressupostos e estando efetivada a troca, a relação se dissolveria na contingência da barganha, pois a mesma se fundamentaria na estrita subjetividade do câmbio. Refletindo nossa forma de pensar sobre as comunidades pré-modernas, onde o câmbio seria contingente, podemos derivar que a troca se constituiria em algo inessencial para as mesmas, pois ocorreria nos seus limites para com outras comunidades. O essencial, ou aquilo que garantiria a reprodução da comunidade, estaria na posse, individual ou comunal, dos meios de produção que permitissem a reprodução dos membros da comunidade (seja dos membros produtivos ou improdutivos da mesma) e a satisfação de seus carecimentos pelo consumo direto dos bens produzidos. Sendo assim, a troca (mais uma vez ressaltamos que se trata de refletir nossa sociabilidade sobre outra) se constituiria na negação dessa comunidade, pois apontaria que a mesma não daria conta de se reproduzir, ou seja, correria o risco de perder o seu sentido e se dissolver. Sendo assim, o câmbio deveria se dar de forma restrita e, sempre que possível, ser evitado¹⁰.

Mas passemos à mercadoria como relação social moderna. Primeiramente devemos situar os agentes da troca nessa formação social específica que é o capital. Não se trata do membro da comunidade, de posse direta, ou social, dos meios de produção, mas de indivíduos que, ou possuem os meios de produção, ou, apenas sua força de trabalho. Isso modifica os pressupostos da troca, pois a troca mesma seria a condição para a reprodução desses agentes, possuindo um caráter essencial, e não contingente como na comunidade. Um problema se anunciaria, pois, a mercadoria deveria, simultaneamente, ser relação social fundante dessa sociabilidade, possuindo, assim, propriedades metafísicas e, simultaneamente, ser objeto físico de satisfação de carecimentos. Portanto, a mercadoria deveria garantir que os indivíduos se reproduzissem pela troca e, simultaneamente, repusessem os meios de produção necessários à reprodução social. Sob essa condição a mercadoria não poderia se restringir à subjetividade dos indivíduos que realizariam as trocas, pois não se trataria de troca de excedentes, como no câmbio extracomunal, mas sim de uma relação necessária à reprodução social. Assim, à mercadoria deveria ser atribuída uma “medida” que lhe conferisse o sentido de reproduzir os indivíduos e a sociedade como um todo. Isso implicaria que o trabalho consumido na

¹⁰ Marx trataria da questão do caráter extra comunal da mercadoria, no mundo pré-moderno, em “O Capital” (1988), mais precisamente ao final do capítulo I, sobre “A mercadoria” (1988 L.I, v.I, p.45-78): *“Povos propriamente comerciantes só existem no intermúndio do mundo antigo...”* (1988, L.I, v.I, p. 75).

produção da mercadoria, deveria ser repostado no momento da troca, o que pressuporia que o câmbio se desse entre iguais quantidades de trabalho. Sendo assim, a “medida” deveria refletir o trabalho necessário a produção de cada mercadoria para que, na troca, esse trabalho fosse equitativamente repostado. Se trataria, então, de uma relação social mediada pela materialidade da mercadoria, que teria como objetivo a satisfação de uma necessidade particular e, simultaneamente, a satisfação de uma necessidade social. No entanto, a mesma somente cumpriria essa função pela troca, o que faria com que esses dois momentos aparecessem cindidos. Para quem adquire a mercadoria, o trabalho nela contido apareceria, apenas, qualitativamente, ou seja, serviria para a satisfação de uma necessidade individual. Para esse indivíduo a mercadoria possuiria, somente, um valor-de-uso¹¹. Por outro lado, para quem a aliena, a mercadoria possuiria, apenas, uma quantidade de trabalho destituído de qualquer qualidade. Essa mercadoria expressaria, somente, a quantidade de trabalho que deveria ser repostada, para que a mercadoria satisfizesse a necessidade social de repor os meios de produção, possuindo, apenas, valor-de-troca. A contradição se armaria, pois, como observaria MARX (1988): ***“Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, um átomo de valor de uso”*** (MARX, L.I, v. I, p. 47). O problema residiria em como se estabelecer uma igualdade quantitativa entre coisas qualitativamente diferentes, para que o trabalho, contido em cada mercadoria, fosse repostado equitativamente. A contradição somente apareceria resolvida pelo “valor” como medida, não de um trabalho particular, mas sim de um tempo de trabalho necessário à reprodução social. O valor, como tempo de trabalho, apareceria mediando a relação entre valor-de-uso e valor-de-troca, se pondo como “medida” que deveria balizar as trocas para que essas permitissem a reprodução, simultânea, dos indivíduos e dos meios sociais de produção¹². A troca apareceria, assim, como se possuísse um sentido para a sociedade, pois garantiria a reprodução da mesma. O valor se poria como essência na mercadoria, mas uma essência que resultaria de relações sociais datadas, e não como o fundamento de uma forma de pensar transhistórica,

¹¹ O caráter fetichista do particionamento do valor em valor-de-uso e valor-de-troca será abordado mais à frente. Nesse momento, a racionalidade da mercadoria ainda é pressuposta, pois seria racionalmente que ela (a mercadoria) apareceria.

¹² Depois se verá que a medida é inadequada e será negada, pois, o tempo de trabalho será determinado por uma “média” social de tempos de trabalho, e não pelo tempo de trabalho contido individualmente em cada mercadoria.

como advogaria HEGEL (op. cit.). MARX (1988), nos ajudará a esclarecer esse “quid pro quo”:

“Somente dentro da troca os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo, a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisa uteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse modo, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, elas têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale” (MARX, 1988, L. I, v. I, p. 71-72)

Fazer aparecer o trabalho social contido na mercadoria, ou seja, fazer que sua essência se revele (mais adiante se verá que o aparecer da essência é um momento de seu obscurecimento),¹³ se colocaria como condição para que as trocas se efetivassem entre “iguais” quantidades de trabalho. O caráter de mercadoria devém do valor, e sendo o valor uma relação social, esse somente se revelaria nessa relação mesma. Sendo assim, as mercadorias deveriam ser confrontadas para que uma refletisse, na oposta, o seu valor. Uma expressaria seu valor em relação a outra (portanto, sob uma forma relativa), para que a oposta se mostre equivalente (ou não) (portanto, sob uma forma de equivalência) a ela. O exemplo de MARX (1988) de que “10 libras de chá = ½ tonelada de ferro” (1988, L.I, v. I, p.66), nos revelaria que nas trocas a igualdade seria o pressuposto de uma igualação impossível: *“Incongruência de igualdade posta no respectivo sinal”* (ALFREDO, 2013, p. 44). O metafísico plasmaria, assim, o físico, e vice-versa (porque

¹³ Sobre o valor como essência, e cujo aparecer a esconde, ver: Ruy FAUSTO, “Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples”, 1997, p. 70-74.

o físico se revelaria um momento do metafísico), buscando estabelecer uma igualdade impossível, contraditória, portanto, fetichista¹⁴ e irracional, pois a qualidade da mercadoria, que lhe daria um “sentido” para a reprodução dos indivíduos, se tornaria secundária na efetivação das trocas. No entanto, não se poderia determinar o valor de uma mercadoria a partir do tempo de trabalho social, nela contido, sem que se estabelecesse uma régua para medi-lo. Sem uma régua, socialmente estabelecida, para medir o valor das mercadorias, as trocas cairiam na total contingência, à medida que cada mercadoria se colocaria como um equivalente particular, em relação à outra, sendo necessário se reiniciar a confrontação cada vez que diferentes mercadorias fossem defrontadas no mercado¹⁵. Por outro lado, as próprias trocas consumiriam grande parte do tempo necessário à reprodução social, pois cada indivíduo deveria ir em busca de outro indivíduo que, não somente possuísse aquilo de que ele necessitaria, mas também aceitasse o produto do seu trabalho na troca. O capital somente se estabeleceria como relação social universal à medida que, sobre uma mercadoria específica, recaísse o interesse universal. Essa mercadoria universal, deveria, como condição de sua universalidade, possuir um valor-de-uso que seria, imediatamente, um valor de troca, o que excluiria dessa mercadoria qualquer outra utilidade senão a de ser trocável: “[A]¹⁶ *mercadoria deve ser trocada por uma terceira coisa que, por sua vez, não seja ela mesma uma mercadoria particular, mas o símbolo da mercadoria como mercadoria, o próprio valor de troca da mercadoria*” (2011, p. 94 [15]). A posse dessa mercadoria universal corresponderia à posse de parte da riqueza social (2011, p. 73), permitindo a troca por qualquer mercadoria particular. Essa mercadoria universal se tornaria, assim, o equivalente geral que refletiria o valor de troca de todas as mercadorias particulares. Sendo assim, o valor de troca das mercadorias se encontraria separado delas, sob a forma do equivalente geral, ou dinheiro. Se essa função (ser a forma equivalente geral), recairia sobre o ouro, prata, ou qualquer metal precioso, sobre o qual se estabeleceria a forma dinheiro, isso se deveria a

¹⁴ Como bem nos lembraria GIANNOTTI (2000) “... *sem fetichismo não há contradição*” (2000, p.63)

¹⁵ “*Como aqui a forma natural de cada espécie particular de mercadoria é uma forma equivalente particular ao lado de inumeráveis outras formas equivalentes limitadas, existem, em geral, apenas formas equivalentes limitadas, das quais cada uma exclui outra. Do mesmo modo, é a espécie de trabalho determinada, concreta, útil, contida em cada mercadoria equivalente, apenas forma de manifestação particular – portanto não exaustiva – do trabalho humano. Esse possui, em verdade, sua forma de manifestação completa ou total no ciclo inteiro daquelas formas particulares de manifestação [“20 varas de linho = um casaco= 10 libras de chá= 40 libras de café...”]*. Porém, assim ele não possui nenhuma forma de manifestação unitária*” (MARX, 1988, L. I, v.I, p. 65)

*Entre os colchetes, o conteúdo foi extraído de “O Capital” (MARX, 1988, L.I, v. I, p. 64), e por nós acrescido.

¹⁶ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

determinações puramente sociais que recairiam sobre suas propriedades físicas (MARX, 1988, L.I, v. I, p. 82-83), ainda que sua forma de aparecimento fosse a de um objeto que possuísse o valor como propriedade física. A mercadoria universal, ao refletir o valor de todas as mercadorias particulares, poria a ilusão de que o equivalente geral teria o valor entranhado na sua própria fisicalidade, o que equivaleria a dizer que um grama de ouro (ou prata) valeria tanto quanto certa quantidade de trabalho, ou seja, o grama, medida de peso, se equivaleria ao “dispêndio de músculos e cérebro” (MARX, 1988) de um trabalhador qualquer. Sob tais fundamentos se ergueria a estrutura da racionalidade.

A racionalidade, sob o equivalente geral, apareceria como posta, pois, sem o segundo, a primeira seria apenas pressuposta, pois, ainda que a mercadoria aparecesse como o meio pelo qual a reprodução social seria garantida, a inexistência de uma “régua”, uma medida universal de valor, capaz de medir socialmente a quantidade de trabalho necessário à reposição dos meios de produção (seja o maquinário ou a força de trabalho), lançaria o repor de tais meios à contingência, pois não haveria qualquer garantia de que o valor trocado corresponderia às necessidades da reprodução social. O equivalente geral, apareceria, assim, como mecanismo de controle social sobre os meios de produção¹⁷, à medida que assumiria a forma de moeda cunhada, emitida e garantida pelos Estados Nacionais (como moeda, o dinheiro seria a própria expressão do Estado-Nacional, como forma particular do capital)¹⁸. Um meio de controle bastante peculiar, diga-se de passagem (e contraditório, com certeza), pois o seu valor apareceria como algo “natural”, entranhado na fisicalidade do ouro e da prata, portanto impensado, estando o controle social dos meios de produção entregue às determinações “naturais” do dinheiro:

“A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos, mutuamente indiferentes, forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no valor de troca, e somente nela a

¹⁷ O papel do dinheiro como meio de controle sobre os meios sociais de produção geraria acaloradas discussões entre os economistas, sendo apresentada como um “fator”, ora de desenvolvimento econômico e solução para as crises, ora como a causa de todos os males do capital. No âmbito nacional o problema fora tratado por FONSECA e MOLLO em “Metalistas x Papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas” (2012), onde os autores nos apontariam que a emissão de moeda, tomada como impulso ao desenvolvimento econômico (emissões sem lastro, inclusive), fora, desde os primórdios da constituição do Brasil como estado-nacional, um dos principais motes dos debates que mobilizariam diferentes correntes do pensamento econômico brasileiro, em torno da superação de nossa condição periférica.

¹⁸ Sobre a relação entre estados-nacionais e suas respectivas moedas, como expressão da produtividade do capital em sua particularidade interna a cada país, verificar, MARX, “Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política”, 2011, p. 653-693.

atividade própria ou produto de cada indivíduo devêem uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um universal – valor de troca, ou este último por si isolado, dinheiro. De outro lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexó com a sociedade [o indivíduo]¹⁹ traz consigo no bolso” (MARX, 2011, p. 105 [90])

Marx, nos apontaria que o valor de troca, ao “saltar” para o dinheiro (MARX, 1988, L.I, v.i., p. 94) (sendo essa sua forma adequada), atribuiria uma forma, racionalmente, acabada à mercadoria. O dinheiro separaria os momentos da troca (compra e venda) apenas para que o valor, socialmente produzido, desaguasse novamente no processo produtivo, reproduzindo os meios sociais de produção e fazendo, de cada indivíduo, um sujeito (aparente) que, ao agir em benefício de si mesmo, ao mesmo tempo, agiria em benefício da coletividade. A mercadoria, ao ser trocada, pela mediação do dinheiro, se colocaria, assim, como um “ardil” que tornaria, todo ato de troca, um esforço a bem da sociedade, sendo no, e pelo mercado, que a racionalidade se efetivaria:

“Essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral. Os economistas expressam isso do seguinte modo: cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve assim, sem sabe-lo ou deseja-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral” (MARX, 2011, p. 104, [89])

Ora, mas o dinheiro seria mercadoria universal, portanto, possuiria determinações intrínsecas à mercadoria. Sendo assim, ele não possuiria valor como uma propriedade absoluta (uma qualidade física), mas somente o possuiria na medida em que conteria trabalho, portanto, somente existiria como relação social. Se o tempo necessário para a produção das demais mercadorias caírem, a quantidade de valor nelas contido também cairá²⁰. Se o dinheiro mantivesse o seu valor intacto, em detrimento das demais mercadorias, toda riqueza social somente existiria, por exemplo, como ouro ou prata. Por

¹⁹ Os colchetes e o seu conteúdo são nossos.

²⁰ Mais adiante nos aprofundaremos na questão que remete à relação entre o valor da mercadoria e o trabalho necessário à sua produção.

outro lado, o dinheiro se tornaria inviável, porque não se cumpriria o pressuposto da troca entre iguais quantidades de trabalho (ou, a desigualdade real se revelaria). Sendo assim, o dinheiro deveria estar submetido às determinações da reprodução social (portanto não seria uma coisa, e sim uma relação social), haja visto que a mediação do dinheiro seria justificada à medida que permitiria a troca entre iguais quantidades de trabalho. O dinheiro apareceria, assim, como medida do valor de todas as mercadorias, pois refletiria o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução social. Sua racionalidade apareceria, mas apareceria, apenas, para esconder sua irracionalidade, à medida que o próprio tempo de trabalho seria determinado pelas contradições do processo de reprodução social, mediado pela mercadoria. Em suma, o dinheiro obscurecerá o valor, quando deveria revelá-lo.²¹

Como apontado anteriormente, as mercadorias seriam produzidas sob diferentes condições e, assim, sob diferentes níveis de produtividade. Por outro lado, uma divisão do trabalho, operada, não apenas internamente aos estabelecimentos produtivos, mas sobre toda sociedade, permitiria que se poupasse tempo de trabalho, permitindo, também, que uma parcela dos trabalhadores pudesse ser empregada na produção exclusiva de meios destinados à própria produção. Essa produção de mercadorias não se destinaria ao consumo individual, mas sim à satisfação de necessidades que seriam postas pela complexificação da própria produção. Tal movimento, interpretado racionalmente, poderia aparecer como reprodução simples de mercadorias (MARX, 1988, L.II, v.II, p.146), mas posta sob um grau mais elevado de organização social. Mas ver-se-á que essa complexificação possuiria, como origem, as contradições internas ao próprio processo de produção, onde excedentes seriam constantemente gerados e relançados ao processo produtivo, ampliando-o, portanto. O sentido da ampliação da produção se revelaria como necessidade lógica do próprio processo, e não para a satisfação das necessidades, supostamente, ampliadas dos indivíduos. Sendo assim, a partir daqui, devemos assumir em nossa análise, o capital como relação social universal, portanto, como forma acabada e consolidada da sociabilidade moderna, o que exige que tomemos a produção de mercadorias como reprodução ampliada, sendo que a necessidade de tal ampliação surgiria de determinações internas ao próprio processo produtivo. Ou seja, não seria o aumento do consumo social que determinaria a ampliação da produção, mas sim a necessidade da ampliação da produção que poria o aumento do consumo social como

²¹ Isso ficará mais claro quando tratarmos de diferenciar o “valor” das mercadorias de seu “preço”.

necessidade da própria produção. Portanto, a racionalidade se constituiria em uma justificativa ilusória da mercadoria. Vejamos mais de perto.

Sob a sociabilidade posta pela mercadoria, a satisfação das necessidades passaria, necessariamente, pela troca. Isso se tornaria possível porque uma parcela dos membros dessa sociedade seria proprietária, apenas, de sua força de trabalho (o trabalhador), sendo que, de posse dessa mercadoria, os indivíduos iriam ao mercado em busca daquilo de que necessitariam. Outra parcela seria proprietária dos meios de produção (capitalista) e, mediante a troca pela força de trabalho, concederia ao trabalhador, parte daquilo que produzira através do uso de seus meios de produção. Mas o capital é uma relação social de produção, portanto deve garantir a reposição dos indivíduos e da sociedade como um todo. Não sendo o trabalhador uma máquina, o mesmo possuiria limites ao dispêndio de suas energias que se encontrariam na sua própria fisiologia, o que importaria restrições à jornada de trabalho (MARX, 1988, L. I, v.I, p.178-181). Mas como meio de produção para o capital, a força de trabalho seria adquirida, assim como uma máquina, pelo seu valor, ou, o tempo de trabalho necessário à sua produção. Quem adquire uma máquina, paga pelo trabalho consumido na sua produção, não importando quanto valor será produzido pelo seu uso. O mesmo se daria com a força de trabalho, mas como essa dependeria da vitalidade do trabalhador, e essa seria mantida pelo consumo dos produtos que garantiriam a sua subsistência (que garantam que o trabalhador estará vivo no outro dia para retornar a produção), o preço (não o valor, e essa diferença será apontada mais adiante) da força de trabalho deveria garantir, ao menos, que o trabalhador se mantivesse em condições físicas de completar a jornada de trabalho que lhe seria imposta (a capacidade de trabalhar seria a mercadoria adquirida pelo capitalista, junto ao trabalhador) (MARX, 1988, L.I, v. I, p. 152-153). Por meio dessa troca ficaria o capitalista de posse do trabalho, por todo o tempo da jornada, dispondo dela como melhor lhe aprouvesse. Isso se tornaria possível porque, para o trabalhador, seu trabalho seria apenas valor-de-troca, e para o capitalista esse trabalho seria apenas valor-de-uso. O trabalhador venderia algo que não lhe serviria²² (pois sem os meios de produção não poderia produzir), a não ser para trocar por aquilo de que necessitaria para manter-se vivo. O capitalista lhe pagaria os meios de subsistência porque sem o trabalho (valor-de-uso para o capitalista) não reproduziria o seu capital, portanto, teria de admitir que a posse do

²² “*A capacidade de trabalho (...) nada é se não for vendida*” (SISMONDI, apud, MARX, 1988, L. I, v.I, p.139)

dinheiro, sem o trabalho, não garantiria a reprodução do seu capital (nem sempre isso se faria presente na consciência do indivíduo moderno, sendo o capital “à juros”, o exemplo mais flagrante). Sendo assim, a jornada de trabalho deveria, primeiramente, possuir um limite, pois o próprio trabalhador possuiria limites fisiológicos; segundo, deveria se dividir em tempo necessário à reprodução do trabalhador e tempo excedente para repor os meios de produção; e terceiro, no tempo excedente deveria ser produzido, não apenas o valor necessário à reposição dos meios de produção, mas também um valor novo, que remunerasse o capitalista. Tempo necessário e tempo excedente, como proporções de uma jornada de trabalho determinada, formariam o tempo de trabalho necessário à reprodução social. A mercadoria se constituiria, assim, em tempo de trabalho necessário e tempo excedente, estando cada unidade de valor, que lhe daria esse caráter (de mercadoria), na proporção entre esses tempos. O trabalhador produziria, assim, o valor necessário à sua reprodução e a reprodução dos meios de produção, como também um valor novo, ou mais-valia, que remuneraria o capitalista (por ora, fiquemos com essa explicação simplista da mais-valia). Sendo assim, aquilo que os capitalistas denominariam de lucro, ou seja, um valor completamente novo, que excederia àquele que fora aplicado na produção, se constituiria na mais-valia gerada como tempo de trabalho excedente. A relação entre esse valor novo, produzido durante dada jornada de trabalho, e o valor empregado na mesma, na forma meios de produção e salários pagos ao trabalhador (MARX, 1988, L.III, v. IV, p. 35), permitiria ao capitalista calcular sua “taxa de lucros”, ou seja, quanto de mais-valia obtivera por meio da massa de capital aplicado.

Do exposto acima se derivaria que, quanto mais tempo o trabalhador se manteria produzindo para si, menos tempo lhe restaria para produzir um excedente. O trabalho necessário tornar-se-ia um limitante a produção do excedente e, por consequência, à reposição dos meios de produção e a produção da mais-valia. Mas se as condições para a realização da mercadoria permanecessem favoráveis à reprodução do capitalista (ou a reprodução do seu capital), nenhuma mudança na relação entre trabalho necessário e excedente ocorreria. No entanto, como a mercadoria deveria ser vendida para que o valor nela contido se realizasse, ou seja, para que seu valor-de-troca passasse ao dinheiro, seria no mercado que se revelaria a contradição entre tempo necessário e tempo excedente, entre o capital e o trabalho, pois, em uma sociedade onde a produção social é realizada sem que os produtores reconheçam no seu produto, outra finalidade senão a troca (não se produz para o consumo direto), não haveria qualquer forma de se equacionar o consumo

à produção. A equação se daria a posteriori, podendo haver, tanto excessos como escassez (irracional, portanto). Por conta das desproporções geradas pelas contradições internas ao modo de produção, onde os excessos seriam recorrentes²³, os capitalistas se veriam obrigados a competir para realizar suas mercadorias (eliminando uns aos outros), promovendo, assim, uma aparente proporcionalidade entre demanda e consumo. Se faz necessário esclarecer que a competição entre os capitalistas, que nos apareceria como competição por porções do mercado, teria como finalidade lógica a apropriação do tempo de trabalho excedente, socialmente realizado. Mas isso somente se revelará quando desdobrarmos o processo como desenvolvimento de forças sociais produtivas. Por ora, tomemos o problema como ele nos apareceria. Para realizar suas mercadorias o capitalista deveria oferecer a mesma mercadoria que seu concorrente, mas por um preço menor. Isso poria a necessidade da redução da quantidade de trabalho socialmente necessário a produção dessa mercadoria, o que, em certo momento do desenvolvimento do capital, se expressaria em uma divisão e organização de tarefas, dentro das oficinas, que avançaria (à medida que novas barreiras se colocassem a realização da mercadoria) para o desenvolvimento de maquinário poupador de “trabalho vivo” (trabalho em ato) substituindo-o pelo trabalho objetivado na máquina (trabalho morto) (2011, p. 288-290 [273-275]). Mas, antes de avançarmos em nossa reflexão, e à medida que deveremos lidar, a partir de agora, com as categorias de preço e valor, se faz necessário que as diferenciemos, até porque a diferenciação das mesmas nos permitirá acessar à crise como forma de realização contraditória da sociabilidade moderna, haja visto que essa realização envolveria a contradição capital-trabalho, o desenvolvimento de forças produtivas e a queda tendencial da taxa de lucros dos capitais em geral. Para tanto, faz-se necessário que percorramos as passagens que levariam o valor particular das mercadorias a se equalizarem em “valor de mercado” e, assim, em preço, revelando-o como resultado da concorrência intercapitalista pela apropriação dos excedentes socialmente produzidos. Façamos uma abstração. Dois capitalistas concorrentes produziriam suas mercadorias a partir das seguintes condições. Cada um possuiria um capital representado por 100, em valor (estamos, ainda, no âmbito do valor, e não do preço), e operariam sob uma taxa de mais-valia de 100 %, sendo que um dos capitais, que denominaremos de capital I, seria

²³ Vale ressaltar que o “excesso”, por nós assumido em nossa explanação, somente se relaciona com as necessidades dos indivíduos à medida que esses são possuidores da mercadoria universal, ou, dinheiro. Portanto a desproporção se dá entre o valor produzido e seu equivalente na troca. Essa condição surge das próprias contradições internas à lógica da valorização, onde a produção de valor se dá à revelia da satisfação de necessidades dos indivíduos. Sobre a questão verificar, MARX, 2011, p. 327-348.

alocado na produção com as seguintes proporções: 40 destinados à compra de trabalho e 60 destinados a aquisição de matérias primas e maquinários, lhe sendo acrescentado 40 de mais-valia (100 %), após uma jornada de 8 horas. O resultado seria 140 de valor distribuídos em 100 unidades de mercadorias produzidas em 8 horas de trabalho. O capitalista concorrente, proprietário do capital que denominaríamos de II, teria realizado investimentos em maquinário poupador de trabalho, o que lhe permitiria reproduzir o seu capital com uma quantidade menor de trabalhadores do que aquela empregada na reprodução do capital I. Sendo assim, alocaria seu capital da seguinte forma: 20 destinado a salários e 80 destinados à aquisição de matérias primas e maquinário, lhe sendo acrescentado 20 de mais-valia (100%), após uma jornada de 8 horas. O resultado seria 120 de valor distribuídos em 100 unidades de mercadorias produzidas em 8 horas. Os resultados comparados seriam:

Capital I = 100 unidades de mercadorias = 140 de valor = 8 horas de trabalho

Capital II = 100 unidades de mercadorias = 120 de valor = 8 horas de trabalho

O capital II não teria dificuldades em avançar sobre o mercado, pois ofereceria a mesma quantidade de mercadorias por uma quantidade menor de valor. Mas se parte das mercadorias do capital I for necessária ao mercado, haveria a necessidade da equalização dos valores das mercadorias dos capitais I e II. Sendo nosso pressuposto o de que haveria uma concorrência entre os dois capitais, as mercadorias, ao serem lançadas ao mercado, se confrontariam, resultando dessa confrontação um valor médio, ou, de mercado, estabelecido por uma média entre as produtividades dos capitais I e II. Sendo assim, teríamos o seguinte valor médio:

Capitais I = 100 unidades de mercadorias = 130 de valor (médio) = 8 horas de trabalho

Capitais II = 100 unidades de mercadorias = 130 de valor (médio) = 8 horas de trabalho

A condição do capital II mostrar-se-ia mais vantajosa, pois teria se apropriado, além da mais-valia que lhe caberia, de um excedente que lhe fora transferido, devido sua maior produtividade. Poderia, portanto, abrir mão de parte desse excedente e, assim, avançar sobre o mercado (à medida que expandisse sua produção), oferecendo produtos

mais baratos e, por consequência, eliminando o capital I. Sendo o preço²⁴ formado a partir da média dos valores particulares das mercadorias lançadas ao mercado (e produzidas sob diferentes níveis de produtividade), teríamos, assim, 130 de preço (por exemplo: R\$130,00), para as mercadorias produzidas pelos capitais I e II. Se o preço, anteriormente, era determinado pela produtividade do capital I (suponhamos que 140 de valor do capital I correspondesse a R\$ 140,00), ocorreria, assim uma queda no preço (R\$ 130,00). Se observaria, assim, que o valor não coincidiria com o preço (a não ser de forma contingente) e, por outro lado, que o preço se constituiria em um instrumento de transferência de valor entre os capitais, distribuindo a mais-valia, socialmente produzida, entre os capitais, segundo sua produtividade. No exemplo acima, enquanto o capital menos produtivo (I) perdeu 10 de valor, o capital mais produtivo (II) incorporou 10 de valor, transferência possível por meio do estabelecimento do preço. Portanto, a mercadoria não seria trocada pelo seu valor, mas pelo seu preço, pois o valor de cada mercadoria individual seria determinado, não por uma medida, mas sim por uma média que seria formada pela confrontação, das próprias mercadorias no mercado, ou seja, o valor, como média social, mediria a si próprio e determinaria, “as costas da sociedade”, quanto de trabalho social cada mercadoria deteria. Para que fique mais claro desdobremos a composição necessária à reprodução do capital para que esse obtenha o chamado lucro médio (passamos ao lucro, como forma de aparecimento da mais-valia, por termos transposto nossa análise ao preço e, portanto, à expressão monetária do valor).

O lucro é calculado, pelo capitalista, sobre a totalidade do seu capital (MARX. 1988, L.III, v. IV, p.27), sendo que no nosso exemplo essa totalidade corresponderia a um montante de 100. Portanto, teríamos, 40 % de lucro do capital I ($100 + 40 = 140$); 20

²⁴ Se faz necessário desdobrar o conceito de preço. O preço é a expressão monetária do valor, sendo assim como nos aparece na vida cotidiana. Os capitalistas não fazem suas transações através da categoria valor, mas sim da categoria preço, como também o trabalhador lida com preços, e não, diretamente, com valores. Não se trata de algo convencional, mas uma necessidade lógica da valorização, pois, o preço não coincide com o valor, e, colocado na totalidade do processo de reprodução do capital, ele não pode coincidir. Se as mercadorias fossem vendidas pelo seu valor, não haveria qualquer desenvolvimento de forças produtivas. Muito pelo contrário, quanto mais improdutivo o capital, mais valorizadas seriam suas mercadorias produzidas, pois, conteriam mais tempo socialmente necessário (tempo de trabalho necessário e excedente). O preço, como média entre a produtividade de diversos capitais, distribui socialmente a mais-valia, portanto, o lucro, destinando uma porção maior dele aos capitais mais produtivos. O capitalista (e a totalidade da sociedade) toma consciência do capital pela mediação do preço, por isso os seus custos (salários, maquinários, matérias primas), são calculados como preços de custo, como também o seu lucro aparece como preço de produção (salários, máquinas, matérias primas + o lucro). A questão encontra-se desdobrada por Marx em: “O Capital” (1988, L.I, v. I, p. 86-92 e L. III, v.IV. p. 21-36), como também nos “Grundrisse” (2011, p. 348- 356 [27-32] [338-345])

% de lucro no capital II ($100 + 20 = 120$); e um lucro médio de 30 % ($100 + 30$ (lucro médio) = 130), que fora o lucro realmente apropriado por ambos os capitais. Para que um capital de 100 atingisse o lucro médio, sem que parte de seu valor produzido fosse transferido a outros capitais, seria necessário que sua distribuição ocorresse na seguinte composição: 30 destinados à compra de trabalho, 70 destinado à compra de matérias primas e maquinário, e uma taxa de mais-valia de 100% que corresponderia a 30. Sendo assim, 30% seria a taxa média de lucro necessária à reprodução do capital que deveria ser obtida em uma jornada de trabalho que não poderia exceder a 8 horas. Ora, a medida, ou seja, o tempo de trabalho social que cada mercadoria contém, seria, na verdade, uma média formada pelo confronto das mercadorias no mercado. Sendo assim, o mercado seria o sujeito que poria a medida (ou média), e não os indivíduos. Seria o mercado, à revelia da sociedade, que definiria quanto os indivíduos deveriam trabalhar para realizarem a reprodução social. Não haveria uma medida, porque tudo seria definido à posteriori, com a produção realizada. O valor de cada mercadoria, produzida sob diferentes níveis de produtividade, seria determinado por uma média entre os tempos de trabalho consumidos na produção, realizada de forma privada. A racionalidade, pressuposta na mercadoria, passa, assim, a irracionalidade, pois parte do trabalho gasto socialmente poderia ter sido, simplesmente, desperdiçado, caso parte produção não fosse realizada no mercado. Ora, o sujeito pressuposto, ou seja, aquele que deveria pôr a medida, não a põe, o que o destitui de sua racionalidade. Por outro lado, como as determinações da reprodução do valor seriam válidas para toda a sociedade, se formaria uma produtividade média, ou tempo social médio de reprodução do valor que, por sua vez, regeria a totalidade da reprodução social (ocuparia o lugar do sujeito). O resultado seria que, somente na composição socialmente determinada (trabalho vivo em relação ao trabalho morto, empregados na produção), correspondente ao nível de desenvolvimento de forças produtivas vigente, um dado capital poderia atingir o tempo social médio de reprodução e, assim, se apropriar inteiramente do mais-valor por ele produzido, o que se expressaria na obtenção do lucro médio. Tal imposição levaria os capitalistas a convergirem para esse tempo médio, o que lhes imporá a necessidade de novos investimentos que, por fim, reporiam o mesmo entrave à realização das mercadorias, à medida que todos alinhasssem o valor particular de sua produção ao valor de mercado (valor médio). Não havendo qualquer possibilidade do estabelecimento de uma proporção entre produção e consumo, caberia ao mercado, posteriormente à produção realizada, definir quais mercadorias teriam sido produzidas no tempo socialmente necessário à reprodução social. Nesse sentido, a composição dos

capitais na produção, ou seja, as proporções entre trabalho vivo e trabalho morto, tornar-se-ia um dos fundamentos da reprodução social. Não por acaso, a análise dessa “composição orgânica” do capital (MARX, 1988, L III, v. IV, p.108) possuiria centralidade nas reflexões de Marx ao longo, principalmente, do Livro III de “O Capital” (1988). A relação entre a reprodução do capital e a eliminação do trabalho se tornaria central para a compreensão do modo irracional pelo qual a mercadoria se realizaria como sociabilidade.

Como fora apontado anteriormente, o capital pressuporia a produção de valor excedente, mas tal excedente não se colocaria como resultado volitivo do capitalista (ganância, por exemplo), ainda que seu consumo pessoal se desse, em parte, sobre mercadorias pelas quais o trabalhador não poderia pagar. A necessidade lógica do mais-trabalho (trabalho excedente, ou mais-valia), resultaria do próprio modo de produção que se desenvolveria sobre o uso, constantemente ampliado, de trabalho morto, sendo que parcelas significativas desse trabalho objetivado se encontrariam na forma de capital-fixo²⁵ (máquinas, edifícios, veículos, etc), cuja valorização se daria à medida de seu uso na produção (desgaste), quando uma parcela do seu valor passaria à mercadoria e retornaria, após a troca, ao capitalista na forma de dinheiro. Dinheiro esse destinado a formação de um fundo para que o capital-fixo, ao atingir o seu limite útil (desgaste total), fosse substituído “in toto”, pois, essa forma de substituição lhe seria particular. Sendo assim, a mais-valia produzida pelo trabalhador deveria fornecer ao capitalista um fundo para a reposição de seus meios de produção (capital-fixo), o que, mesmo sob condições de reprodução simples, poria a possibilidade de uma reprodução ampliada²⁶, pois, bastaria

²⁵ Fixo, não porque se fixa aqui ou acolá, mas porque sua valorização se dá através da transferência de seu valor, na medida do seu desgaste, às mercadorias produzidas, não se ampliando como o trabalho do operário (trabalho vivo). O seu valor retorna de forma fracionada ao capitalista, que formará um fundo para a reposição desse capital (em sua totalidade), quando esse atingir o desgaste total. Contraposto a ele está o “capital circulante” que, por sua vez, é circulante não porque se mova fisicamente, mas sim porque passa pelas “formas” particulares do valor, como, por exemplo, do dinheiro para os meios de produção e trabalho, e desses para a mercadoria portadora de mais-valor, retornando novamente para o dinheiro. Para que a circulação formal se efetive, não necessariamente deverá ocorrer a circulação física da mercadoria, pois, se um edifício é vendido o mesmo circula, mas não saiu do lugar. Portanto, fixo e circulante, são “**determinações formais do capital**” (MARX, 2011, p.521 [510]). Os conceitos de capital fixo e circulante encontram-se desdobrados, tanto nos Grundrisse (MARX, 2011, p. 517-578 108-124) quanto em “O Capital” (MARX, 1988, L.II, v.III, p. 108-124)

²⁶ A reprodução de parte da sociedade constituída de indivíduos destituídos dos meios de produção, coloca essa parcela da sociedade como fonte de riqueza social a ser explorada por aqueles que detém os meios de produção. Sendo a reprodução social o resultado de uma produção privada que põe, constantemente, um excedente (apropriado, também de forma privada), fica pressuposta a reprodução ampliada, haja visto que as condições, para isso, estão postas. Sendo assim a reprodução simples é um

que o proprietário desse excedente, posto em alqueive, optasse por aplica-lo na produção (ou mesmo o emprestasse a quem o fizesse), para que se ampliasse o trabalho mobilizado, como também os meios de produção, resultando, assim, na expansão das trocas²⁷. Mas o dinheiro que comporia o fundo de reposição do capital-fixo, não se constituiria em meio de circulação ou pagamento, mas capital e, portanto, deveria ser posto na produção para que se conservasse como capital (se valorizasse). Estando, simplesmente, entesourado, ficaria sujeito a desvalorização, pois, como mercadoria, ainda que universal, possuiria as mesmas determinações do processo de valorização. Não importaria se esse dinheiro-capital seria utilizado pelo próprio capitalista ou se seria emprestado à juros, o que lhe conferiria uma participação na mais-valia produzida por outros capitais, mas sim que cumprisse sua função como meio de reprodução social. Sendo assim, o processo se reiniciaria, sempre, sob a necessidade da ampliação dos seus pressupostos, seja no âmbito da produção ou no âmbito da realização do excedente metamorfoseado em mercadorias. A mais-valia, portanto, deveria repor o capital fixo, mas também pagar a ampliação da produção, devendo ser destinada à compra de quantidades crescentes de meios de produção e força de trabalho. O movimento se revelaria, assim, contraditório, pois, à medida que quantidades crescentes de valor deveriam ser lançado na produção, ampliando-a, uma quantidade menor de valor seria produzida por unidade de capital, como fora demonstrado no exemplo anterior onde, o aumento da produtividade do capital II promoveu maior valorização individual desse capital, mas, por outro lado, promovera uma desvalorização do capital em geral. O resultado contraditório da disputa pela apropriação individual da mais-valia socialmente produzida, seria a redução da massa dessa mais-valia. À medida que o capital se expandiria, em termos absolutos, a quantidade de mais-valia, relativamente à massa de capital, se reduziria²⁸, aparecendo como queda na taxa de lucro: ***“A queda na taxa de lucro expressa, portanto, a proporção decrescente da própria mais-valia em face do capital global”*** (MARX, 1988, L. III, v. IV, p. 156).

momento da reprodução ampliada, portanto capital, mas não como posto, e sim pressuposto: ***“Ele está lá, embora não esteja posto”*** (FAUSTO, 1997, p. 27)

²⁷ Sobre a passagem, necessária, da reprodução simples à reprodução ampliada, verificar em MARX (1988), “O Capital”, mais precisamente no Livro I (v. II), capítulos XXI e XXII (p. 145-177).

²⁸ Não se deve deixar de considerar que o capital fora capaz de compensar a queda na taxa de lucro expandindo-se por todo o globo, (compensado a menor quantidade de valor extraído por unidade de capital pela expansão da massa de capitais), mas tal expansão não poderia reverter a lógica interna da valorização que, por fim, imporia limites à compensação expansiva e imporia uma redução absoluta da massa de mais-valia. Dessa forma, a massa de mais-valia pode ter crescido, à medida que também cresceu o capital global, mas sua participação na totalidade do capital será sempre minorada. Essa e outras questões relacionadas à “queda tendencial da taxa de lucro”, encontram-se em MARX, “O Capital” (1988, L. III, v. IV, p. 154-167).

Isso se deveria à proporção em que o capital constante (máquinas e matérias primas)²⁹ se colocaria em relação ao capital variável, havendo um aumento, inversamente proporcional, do primeiro em relação ao segundo. Sendo o trabalho a fonte de todo valor, quanto menos esse se fizesse presente na composição orgânica do capital, menor seria a quantidade de mais-valia produzida. Por conta de tal contradição, seriam necessárias massas de capitais, cada vez maiores, para que a quantidade de mais-valia extraída permitisse a manutenção da taxa de lucro: ***“... com o decréscimo relativo do capital variável, portanto com o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, é necessária uma massa maior do capital global para pôr a mesma quantidade de força de trabalho em movimento e absorver a mesma massa de mais-trabalho”*** (MARX, 1988, L.III, v. IV, p. 161). Estando a massa de mais-valia social determinada pela massa global de capitais lançados à produção (sob as determinações da produtividade socialmente estabelecida), a quantidade do trabalho excedente que caberia a cada capitalista individual seria definida, de antemão, pela taxa média de lucro aplicada ao montante de cada capital particular investido. Dessa forma, a massa de mais-valia apropriada pelos capitalistas seria proporcional à massa de capital investido, desde que esse capital estivesse na composição orgânica socialmente definida. No entanto, o lucro médio somente garantiria aos capitais a reposição do nível de produtividade. Ou seja, se parte dos capitais elevassem sua produtividade, os capitais de produtividade média poderiam, no futuro, serem eliminados do mercado. Sendo assim, o aumento da produtividade não seria uma opção para o capitalista, mas sim a condição para sua permanência no mercado. Haveria, portanto, a necessidade de se elevar o nível de produtividade ao infinito (possibilidade lógica e ilógica, pois encontraria limites sociais, devido a redução da mais-valia, em relação ao capital constante), substituindo, de forma ascendente, o trabalho vivo pelo trabalho morto (máquinas), o que faria com que a reprodução do capital constante, especialmente de sua parte fixa, se tornasse uma questão de “vida ou morte” para o capitalista. Nesse momento, não seria um despropósito afirmarmos que a forma de reprodução social sob o moderno seria, contraditoriamente, a crise dessa reprodução, à medida que o capital, como “sujeito-automático” (MARX,

²⁹ Capital “constante”, por ser a quantidade de valor que esse transfere à mercadoria, a mesma que fora por ele pago, por isso há uma constância. Inversamente, o capital variável (salários) acrescenta mais valor as mercadorias em relação ao que fora pago ao trabalhador. O mais-valor acrescido pode variar à medida da produtividade do capital. Os conceitos de capital variável e constante encontram-se desdobrados em “O Capital” (MARX, 1988, L.I. v. I, p. 157-164).

1988, L.I, v. I, p. 126), dessa reprodução, destituiria os próprios pressupostos da mesma. O trabalho vivo seria único produtor de valor novo, necessário a reposição dos meios de produção, no entanto, o processo de reposição dos meios de produção eliminaria o trabalho vivo. Ora, assim sendo, a reprodução social seria, simultaneamente, a crise dessa reprodução, pois cada ação que vise a reposição da produção se constituiria, simultaneamente, em uma ação no sentido de sua obliteração. Ou seja, a racionalidade passaria ao seu contrário, o irracional.

Se a competição intercapitalista (pela apropriação da mais-valia social), impulsionaria o aumento da produtividade, por outro lado, poria essa produtividade como barreira à realização da mercadoria, à medida que todos os capitais convergissem para o tempo social médio. A reação aos obstáculos autoimpostos, se faria pelo estabelecimento de uma maior capacidade produtiva, por meio do aumento da composição orgânica do capital (maior quantidade de capital constante em relação ao capital variável), que daria uma vantagem momentânea aos capitais tornados mais produtivos. Pressupondo-se que as mudanças necessárias ao aumento da produtividade, incidissem sobre o capital fixo, mais especificamente sobre o maquinário, implicando na sua substituição antes que viesse a completar a sua total valorização (que somente estaria concluída ao final de um certo número de rotações realizadas em um dado número de anos, nas quais seu valor retornaria, totalmente, ao capitalista)³⁰ concluiremos que, a redução no tempo social médio de produção, resultante do desenvolvimento das forças produtivas, obrigaria os capitalistas a acelerarem o tempo de rotação do capital fixo (à medida que todos os capitalistas convergissem para o tempo social médio), pois, a possibilidade de sua total desvalorização, causada pela sua obsolescência em relação a produtividade social média, estaria posta pelo constante desenvolvimento das forças sociais produtivas. Sendo o seu resultado, útil apenas para o capital, a capacidade da máquina de satisfazer as

³⁰ Se um capital-fixo possui um valor de 10 000 (façamos abstração da expressão monetária do valor) e se realiza (transferindo todo seu valor à mercadoria) após 10 anos, sendo necessário para isso 10 rotações anuais em que, por exemplo, o valor de 2000 em mercadorias seriam produzidos (através do uso desse capital fixo) e trocados em cada ano, seria necessário que se atingisse o montante de 20 000 em mercadorias para que o capital fixo fosse completamente valorizado. Se houver uma mudança no tempo social médio de produção, reduzindo o preço das mercadorias, seria necessário um número maior de anos para que o investimento em capital-fixo retornasse ao capitalista. Por outro lado, o capitalista poderia ser obrigado a substituir seu maquinário antes de sua total valorização, para que se mantivesse competitivo para com os capitais que teriam realizado investimentos em forças produtivas e, assim, ocasionado a redefinição do tempo social médio. Por isso, reduzir o tempo de rotação do capital-fixo significaria reduzir o tempo de rotação do capital em geral, o que mobilizaria a sociedade em torno do desenvolvimento de suas forças produtivas a fim de que se efetivasse tal redução. O problema encontra-se desdobrado em "O Capital" (MARX, 1988, L. II, v. III, p. 105-244) e nos "Grundrisse" (MARX, 2011, 596-622).

necessidades dos indivíduos não determinaria a sua obsolescência, mas sim a sua capacidade de explorar trabalho. Ficaria evidente que a satisfação dos carecimentos dos indivíduos se daria de forma contingente, nos limites impostos pelo processo de valorização, o que, mais uma vez, poria em questão a racionalidade pressuposta na mercadoria. A reprodução do capital fixo, que apareceria como algo racional, a partir dos pressupostos de uma sociedade que se consideraria capaz de gerir o seu devir (garantindo a reprodução social), contraditoriamente se “*constitui um elemento de anarquia*” (MARX, 1988, L. II, v. III, p. 325), como diria Marx ao tratar da reprodução do capital constante em sua totalidade (maquinário e matérias-primas). Não havendo um sujeito da reprodução social, a finalidade de tal processo seria a reposição do próprio processo, pondo o desenvolvimento das forças sociais produtivas, como causa e efeito da redução do tempo de rotação do capital fixo.

A redução do tempo de rotação do capital implicaria que, em menor tempo, um excedente, destinado à reposição do capital fixo, se colocasse à disposição do capitalista. Dessa forma, o capitalista buscaria se pôr a salvo da desvalorização do seu capital. Mas, sendo necessário uma massa de capital, sempre majorada, e que, necessariamente, deveria se encontrar em uma composição orgânica onde o capital constante (principalmente na sua forma fixa), deveria preponderar em relação ao capital variável (como condição de uma maior participação na repartição da massa global de mais-valia socialmente produzida), a rotação do capital fixo se colocaria, constantemente, como obstáculo a ser superado.

Por outro lado, o processo de aceleração do tempo de rotação do capital, em geral, à medida que se intensificaria, poria massas maiores de capital em busca de valorização, pois, se o tempo de circulação da mercadoria (necessário à realização do valor) se tornasse menor que o tempo necessário à sua produção, quantidades de valor que retornariam da circulação (na forma dinheiro), e que não seriam exigidos imediatamente pelo processo produtivo em andamento, poderiam ser lançados no mercado de dinheiro (capital a juros) enquanto não se fizessem necessários à compra de meios de produção e força de trabalho. Sob condições em que o capital industrial encontrar-se-ia plenamente desenvolvido, uma miríade de capitalistas lançaria mão desse expediente, criando um setor de capital creditício que se revelaria crucial para a reposição do capital constante e para a realização da mercadoria. O capital, como capital financeiro, não exploraria diretamente o trabalho, mas ofereceria os meios para que essa exploração ocorresse, participando, apenas, na

repartição do excedente obtido. Por outro lado, o dinheiro, lançado ao mercado como capital que rende juros, permitiria a realização da compra sem a respectiva venda, rompendo o nexo que conecta os indivíduos sob a sociedade da mercadoria, antecipando, assim, os resultados futuros da produção. Na agricultura, por exemplo, onde a rotação do capital se daria mais lentamente (devido as particularidades do processo produtivo realizado no campo), o capitalista lançaria mão do capital creditício para saldar seus compromissos no período de entressafra. Em suma, como resultado geral do processo de redução do tempo de rotação do capital, se teria uma quantidade constantemente majorada de capitais em busca de valorização, o que implicaria sua passagem pelo processo produtivo, seja diretamente ou indiretamente (por empréstimo), pois, somente a exploração de trabalho geraria novo valor. Portanto, quanto mais se produziria mais se teria que produzir.

Mas há que se apontar o outro flanco que se abriria à crise, a partir das especificidades do crédito. O crédito permitiria a compra sem a realização da respectiva venda, momentos (compra e venda) que poriam a relação da troca em sua totalidade. Haveria, portanto, uma concessão para que indivíduos participassem do produto social global, sem que, para isso, prestassem uma contrapartida imediata, repondo aquilo que fora sacado à sociedade. Obviamente que o procedimento preveria que a compensação se desse em momento futuro, mas, por outro lado, permitiria que um “sem fim” de operações derivassem desse compromisso, até o momento de sua liquidação, pois, as relações contratuais se dariam sob o princípio da “fé” de que, futuramente, tais compromissos seriam saldados, o que tornaria o contrato, materializado sob a forma de títulos, letras de câmbio, ordem de pagamento, etc., meios de circulação e pagamento, como se dinheiro fossem. O desenvolvimento das operações de crédito poria um ramo do capital destinado a essa atividade (capital financeiro) e que teria por finalidade, ***“coletar capital daqueles que não tem aplicação imediata para ele e distribuí-lo e transferi-lo a outros que possam utiliza-lo”*** (TOOKE, apud, MARX, 1988, L. III, v.IV, p.288). A ampliação desse ramo de capitais se desdobraria em inúmeros mecanismos de crédito, sendo que, em alguns deles, o dinheiro sequer se faria presente na transação. MARX (1988) nos forneceria um exemplo de seu tempo que não diferiria dos dias atuais. O autor apontaria que se tornaria comum que, no comércio realizado entre a Inglaterra e a Índia, durante o século XIX, tão logo uma carga de mercadorias fosse embarcada no oriente, uma letra de câmbio seria emitida sobre essa transação, começando a circular, em solo inglês, como

meio de pagamento (MARX, 1988, L.III. v. IV, p. 291-297)³¹. Os riscos que a operação de transporte incluiria não inibiria tal procedimento, mesmo havendo possibilidades reais de que essa carga jamais chegasse ao seu destino (riscos envolvendo naufrágios, pirataria, ou mesmo, de que a mercadoria sequer existisse). Não havendo o aporte da carga, ou, havendo, mas a mesma não encontrando compradores³², a venda não ocorreria mas a compra, pressuposta na troca, se efetivara, mobilizando capitais e força de trabalho que, por fim, poderiam não ser remunerados. Mas nesse exemplo os efeitos seriam limitados à alguns capitais, o mesmo não acontecendo nos dias atuais em que grandes processos de ficcionalização³³ de capital seriam criados a partir de emissões de papéis derivados de outras emissões, replicando a operação. Não incomumente, tais emissões são saldadas com a emissão de novos títulos, se adiando, até onde for possível, os resgates sobre os papéis emitidos. A reiteração da ficcionalização somente é rompida no momento em que os sinais da crise se anunciam (com alguns calotes) e levam a uma busca desesperada à conversão dos títulos em dinheiro. É chegado, assim, o momento em que a compra deve se reconectar com a venda, o que resultará na eliminação de todo o excedente de capitais e força de trabalho mobilizados por meio de capitais fictícios. A bancarrota será o remédio que trará um equilíbrio provisório ao mercado (pois a próxima crise já estará em gestação), até que um novo ciclo especulativo se reinicie, haja visto que se trata de um resultado lógico do processo de valorização. À medida que a produtividade do capital impõe maiores barreias à reprodução da mercadoria, tais processo de ficcionalização se tornam tão recorrentes quanto tempestades no verão, mas seus efeitos se ampliam, pois,

³¹ Tais expedientes somente seriam possíveis com a invenção do telégrafo (MARX, op.cit)

³² Esse fora o resultado observado por MARX (1988), pois a especulação com papéis se tornara mais lucrativa do que a venda das mercadorias que, por sua vez, se tornou apenas o mote para as emissões. O resultado fora a saturação do mercado com mercadorias que se tornariam invendáveis e arrastariam a Inglaterra para a crise. A crise, desencadeada por tais procedimentos, é tratada por Marx no Livro III de “O Capital” (1988, v. IV, p.293-297)

³³ MARX (1988) dedicaria o capítulo XXVI, do Livro III de “O Capital” (1988, v. IV p. 285-297) a questão do capital fictício, onde a emissão de títulos ampliaria os meios de circulação e pagamento, permitindo a compra sem que houvesse a respectiva venda pressuposta na troca. Tudo se passaria como se o dinheiro (no caso, os títulos) fosse multiplicado sem que passasse à forma mercadoria (força de trabalho e meios de produção), mas sim pela simples emissão de papéis que, no seu vencimento, seriam resgatados com a emissão de novos papéis. Marx tomaria como exemplo o depoimento do banqueiro W. Leathan, de Yorquishire, a respeito do uso de letras de câmbio como capital fictício: ***“É impossível decidir quantas delas provêm de negócios reais, por exemplo, de compras e vendas reais, e que parte é feita artificialmente (fictitious) e consiste apenas em papagaios, isto é, letras que são emitidas para recolher letras circulantes antes do vencimento e criar assim, pela produção de meros meios de circulação, capital fingido”*** (LEATHAN, apud MARX, 1988, L. III, v. IV, p. 286). Um exemplo mais próximo de nossos dias encontrar-se-ia na crise do chamado “subprime”. Sobre a questão verificar, Anselmo ALFREDO, “Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica”, in, Terra Livre, Ano 26, nº 34, 2010.

envolvem maiores massas de capitais e maiores contingentes de trabalhadores. Por outro lado, mesmo que as operações de crédito se constituam em inversões produtivas de valor, e não em “fraudes” (MARX, 1988, L.III, v. IV, p. 293), a possibilidade da crise já está posta. Se por meio do crédito, um novo ramo produtivo surgir, se nova massa de trabalhadores for lançada na produção, simultaneamente, outros ramos produtivos serão requisitados a dar sua contrapartida, seja em meios de produção ou meios de subsistência. Como resultado, uma massa ampliada de mercadorias será lançada ao mercado. A concorrência se acirrará e o problema da realização da mercadoria (como fora anteriormente descrito) será reposto ampliadamente. Haverá novo impulso ao desenvolvimento de forças produtivas que reajustará o tempo social médio, levando à eliminação dos capitais menos produtivos. Sendo assim, a expansão da capacidade produtiva do capital se revela inexorável, pois essa expansão levanta barreiras à reprodução do valor que, logicamente, gera a necessidade de nova expansão, eliminando, nesse processo, quantidades ascendentes de meios de produção e força de trabalho.

A partir de tudo que fora apontado até o momento temos: a produção ampliada de excedentes, como necessidade lógica do capital; a produção ampliada de excedentes, como barreira à própria reprodução do capital; o capital como a simultaneidade desses dois momentos. Disso concluiríamos que a crise se constituiria no modo de ser do capital, portanto, sua reprodução se daria, criticamente, pela dissolução de seus próprios pressupostos. Deixemos que MARX (2011), coloque a contradição nos seus termos:

“...o máximo desenvolvimento da força produtiva e máxima reprodução da riqueza existente coincidirão com a depreciação do capital, a degradação do trabalhador, e o mais estrito esgotamento de suas capacidades vitais. Essas contradições levam a explosões, cataclismos, crises, nas quais, pela suspensão momentânea do trabalho e a destruição de grande parte do capital, este último é violentamente reduzido até o ponto em que pode seguir empregando plenamente suas capacidades produtivas sem cometer suicídio” (2011, p. 627 [624]).

Sendo assim, como observara Marx, na citação com a qual abrimos o presente capítulo³⁴, a racionalidade da mercadoria somente se realizaria como seu contrário, pois submeteria a sociedade a um modo de produção no qual a reprodução dos indivíduos se daria de forma contingente. A própria complexificação da produção, não resultara das necessidades de um contingente ampliado de indivíduos, mas fora gestada pelas próprias contradições internas ao processo de valorização (reprodução ampliada do valor). Se a reprodução social desaguara em uma divisão do trabalho que a particionaria em dois grandes departamentos³⁵, um destinado a produção de bens de consumo direto e, outro, destinado a produção de bens para o consumo produtivo (máquinas, matérias primas brutas ou trabalhadas), tal divisão se originaria da necessidade lógica, imanente ao processo de valorização, de ampliar, constantemente, a produtividade do capital. Tal particionamento, ao não se fundamentar em qualquer necessidade, se não a da valorização, resultaria em desproporções que evidenciariam o caráter irracional da racionalidade pressuposta na mercadoria. No seu consumo individual, trabalhadores e capitalistas não incluiriam máquinas ou mesmo matérias primas não processadas. Eles apenas fariam uso das mesmas para produzir mercadorias que, ao serem vendidas no mercado, realizariam o valor e o mais-valor de todos os capitais que se fizessem presentes na cadeia produtiva (capitais produtores de bens de produção ou consumo). Ou seja, para que o valor de troca da mercadoria retornasse ao capitalista, ela deveria aparecer como valor-de-uso para um grande contingente de indivíduos. Portanto, somente bens de consumo (que possuem valor de uso para os indivíduos, e não apenas para a produção), ao serem comercializados, realizariam o valor³⁶ de ambos os departamentos. Isso lançaria sobre o departamento de bens de consumo, o encargo de realizar todo o valor socialmente produzido.

Ora, se o processo produtivo se dá “às costas” da sociedade, não haveria, portanto, uma medida capaz de equalizar as necessidades dos indivíduos com a necessidade social de reposição dos meios de produção. Sendo assim, nada impediria que, ora os capitais

³⁴ Karl MARX, “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, 2006, p. 82.

³⁵ **“O produto global e, portanto, a produção global da sociedade decompõe-se em dois grandes departamentos. I. Meios de produção, mercadorias que possuem uma forma em que têm de entrar ou pelo menos podem entrar no consumo produtivo. II. Meios de consumo, mercadorias que possuem uma forma em que entram no consumo individual da classe capitalista e a classe trabalhadora”** (MARX, 1988, L.II, v. III, p. 276).

³⁶ Com exceção do capital fixo, que transfere seu valor, à medida do seu desgaste, o restante do capital constante (matérias-primas), como também o capital variável e a mais-valia, circularão em sua totalidade na mercadoria.

fossem alocados, preponderantemente, na produção de bens destinados à própria produção, ora fossem concentrados na produção de bens de consumo para os indivíduos, gerando desproporções que, por fim, paralisariam a circulação entre os dois setores da reprodução social. Marx, de forma meticulosa, desenvolvera um modelo de circulação entre esses dois departamentos, a fim de responder um questionamento crucial a compreensão da reprodução do capital em sua totalidade: Se o trabalhador consome apenas o valor de seus salários e os capitalistas a sua mais-valia, como se daria a reposição do capital constante, presente nas mercadorias?³⁷ Primeiramente Marx demonstraria as peculiaridades do departamento de bens de produção, por ele definido como departamento I da economia, que concentraria a produção do maquinário e das matérias-primas, sendo que as trocas entre os capitalistas desse departamento, se compensariam no âmbito interno do próprio departamento, ficando restritas a ele (1988, L.II, v. III, p 294-296). Segundo MARX (1988, Idem, Ibidem), o que tal departamento repassaria para o departamento de bens de consumo, ou departamento II, na forma de maquinário e matérias-primas destinadas à produção, se constituiria no seu capital variável e mais-valia, haja visto que o capital constante do departamento I se reproduziria internamente ao mesmo. O que seria capital variável e mais-valia para o departamento I, passaria à forma de capital constante para o departamento II que, por sua vez, compraria a força de trabalho necessária para passar esse capital constante à forma de bens de consumo. A mercadoria acabada se constituiria, portanto, de: capital constante (capital variável e mais-valia do departamento I), e capital variável e mais-valia do departamento II (1988, L. II, v. III, p. 276-278)³⁸. O capital variável seria consumido, na forma de mercadorias, pelos trabalhadores de ambos os departamentos. Para isso os capitalistas lhes cederiam o dinheiro necessário, na forma de salários, para que realizassem a parte que lhes caberia na massa de valor, por eles próprios, produzida (MARX, 1988, L.II, v. III, p. 288). Sendo assim, sem a passagem do valor à forma dinheiro o capital não se estabeleceria, pois, a riqueza social estaria presa à forma física do produto do trabalho, sendo necessário relações sociais que coagissem, diretamente, os indivíduos a produzirem para si e para os

³⁷ Nossa explanação não dá conta, por completo, da enorme complexidade do processo de transação entre os dois departamentos da reprodução, e nem poderia, pois isso exigiria uma dissertação exclusiva para esse objetivo. Colocaremos o problema em linhas gerais, e tomaremos apenas a questão essencial do mesmo, ou seja, as desproporções entre os departamentos e o seu resultar na crise. O problema encontra-se exaustivamente desdobrado em “O Capital” (MARX, 1988), onde os dois últimos capítulos do Livro II (v. III, p. 274-362) são dedicados, exclusivamente, a circulação do capital entre os dois grandes departamentos da reprodução social.

³⁸ Em suma, o departamento II deveria realizar todo o valor produzido em ambos os departamentos.

membros improdutivos da sociedade. O valor adiantado, na forma de salários, portanto, dinheiro, retornaria aos capitalistas, (via departamento II, produtor de bens de consumo) (MARX, 1988, Idem), por meio da compra de mercadorias pelos trabalhadores, o que lhes permitiria (aos capitalista) saldarem as transações entre os departamentos (compra de maquinário e bens de produção, por II, junto a I). Os trabalhadores do departamento I, realizariam a parte do capital constante de II, que corresponderia ao capital variável de I, presente nos bens de consumo. Os trabalhadores do departamento II, realizariam o capital variável de II. O dinheiro que passaria nas mãos dos trabalhadores, refluiria para os capitalistas que poderiam realizar, assim, a sua mais-valia. O departamento II pagaria a mais-valia de I, e os próprios capitalistas realizariam a mais-valia de I e II. Em suma, o trabalhador ao realizar a parte que lhe cabe no produto social, reporia os meios de sua expropriação, pois somente pelo procedimento descrito anteriormente, a mais-valia que fora extraída como trabalho excedente se realizaria, chegando às mãos do capitalista.

“Como referência a toda classe capitalista, a proposição de que ela mesma tem de lançar na circulação o dinheiro para a realização de sua mais-valia (respectivamente, também para a circulação de seu capital constante e variável) não parece somente não paradoxal, mas, antes, pelo contrário é condição necessária de todo o mecanismo...” (MARX, 1988, L.II, v. III, p. 294)

Há que se considerar que os capitalistas tiveram que pagar os custos da circulação (comércio, por exemplo), como também os custos com a manutenção do Estado (impostos), além de juros por eventuais empréstimos, ou mesmo, renda da terra (MARX, 1988, L. II, v. III, p. 294), custos esses que detrairiam a mais-valia, mas que seriam necessários à realização da mercadoria. Portanto, uma massa de trabalhadores e capitalistas improdutivos, participariam na realização do valor socialmente produzido. Mas o que nos interessaria, nesse momento, seria que o trabalhador, ao fim do processo, se encontraria na mesma condição em que entrara (portando apenas sua força de trabalho), enquanto o capitalista sairia desse mesmo processo, possuidor de uma massa de valor maior do que aquela com a qual entrará, pois realizara sua mais-valia.

Se o sentido da produção do valor seria sua reprodução ampliada, haveria que ocorrer um constante acréscimo de capital para que a ampliação ocorresse. Partes da mais-valia, obtidas pelos capitalistas, seriam, assim, reinvestidas, ampliando os meios de

produção e a quantidade de trabalhadores empregados (isso até o momento de inflexão, onde o desenvolvimento das forças produtivas levariam a substituição, sistemática, do trabalho vivo pelo trabalho morto). Mas mesmo se o problema da desproporção for analisado a partir do pressuposto da reprodução simples do capital, se constataria a possibilidade do surgimento de entraves a circulação do valor entre ambos os departamentos da reprodução social, pois haveria capital excedente. A simples substituição do capital fixo, por conta do seu desgaste, seria suficiente para gerar desproporções e, por consequência, crises. O capital fixo se desgastaria ao longo de um período no qual o capitalista formaria um fundo para sua substituição. Quando a máquina se desgasta por completo deve ser substituída integralmente, levando ao desembolso do valor acumulado pelo capitalista, para sua reposição. Se a necessidade dessa substituição atingir um grande número de capitalistas do departamento II (situação que pode recair sobre um número maior ou menor de capitalistas, de forma contingente), uma massa de valor maior que aquela que circularia, regularmente, entre os departamentos da reprodução social, aportaria o departamento I. Esse, por sua vez, deveria dar conta da demanda, produzindo mais do que lhe seria requisitado corriqueiramente. Meios de produção e força de trabalho poderiam ser deslocados, para essa finalidade, dentro do próprio departamento I, mas também poderiam ser exigidos novos contingentes de trabalhadores e novas quantidades de meios de produção. Ao fim, o maquinário seria produzido e transferido para o departamento II, mas, a sua valorização se daria lentamente, ou seja, o capitalista somente o substituiria após alguns anos. Por outro lado, a demanda por maquinário cairia subitamente, após satisfeitas as necessidades do departamento II, mas uma massa de trabalhadores fora mobilizada e uma quantidade ampliada de mais-valia deveria ser realizada. Concomitantemente, um número maior de trabalhadores (mobilizados pelo departamento I), buscaria trocar seus salários por mercadorias. Se a produção for aumentada, para satisfazer a demanda, parte das mercadorias poderia se tornar invendável, à medida que os trabalhadores do departamento I, fossem desmobilizados (devido à queda na demanda por novo maquinário). A crise resultaria, assim, de um procedimento rotineiro na reprodução capitalista, mesmo sem que houvesse a reprodução ampliada. Desproporções surgiriam das necessidades internas da reprodução do capital, e não de fatores externos à reprodução, como más colheitas, ou, um aumento populacional excepcional. Mas se o problema for remetido à necessidade de reprodução ampliada, e ela está posta pela massa de mais-valia que teria, necessariamente, de buscar a valorização, o sentido irracional da reprodução do valor se revelaria no

aparecimento da crise em intervalos de tempo, sempre, menores. Se a concorrência exigiria uma redução constante no tempo médio de reprodução social, e se tal reprodução exigiria um constante revolucionamento nos meios de produção, a fim de que o capital reduzisse o tempo necessário à reprodução do trabalhador e aumentasse o tempo excedente de produção, como condição para que o capitalista, individualmente, se apropriasse de maior fatia do produto social global, haveria um constante afluxo de investimento no departamento I, para que se satisfizesse a necessidade de se desenvolver forças produtivas (pois somente o departamento I produz máquinas e matérias-primas). A redução, constante, no tempo de rotação do capital fixo, levando a substituições frequentes, como também a obsolescência antecipada de maquinário que não satisfizesse o tempo social médio de reprodução, além das melhorias nas matérias-primas para que servissem, adequadamente, ao nível de produtividade que se estabelecera, resultariam na acumulação desproporcional de capital no departamento I, em relação ao departamento II³⁹. Simultaneamente, a substituição sistemática do trabalho vivo pelo trabalho morto, reduziria as taxas de lucro, o que resultaria em uma pressão maximizada sobre o departamento produtor de bens de consumo que deveria realizar a mais-valia de ambos os departamentos. Se a massa de mais-valia se reduziria, à medida que a proporção de trabalho vivo também se reduziria em relação ao trabalho morto, se faria necessário uma massa de capital constante majorada para que se compensasse tal redução (redução na massa de mais-valia), mantendo-se, assim, a taxa de lucro⁴⁰. Ou seja, se exigiria que uma quantidade maior de mercadorias fosse produzida, exigindo, também, que as mesmas circulassem no menor tempo possível, para que o número de rotações do capital compensasse a quantidade reduzida de valor, presente em cada rotação. O departamento de bens de consumo se tornaria, assim, um gargalo, pois a produção de ambos os departamentos (I e II), deveriam se expressar em uma massa de valores de uso crescente que, simultaneamente, corresponderia a uma quantidade, sempre minorada, de valores de troca, ou seja, uma massa ascendente de mercadorias deveria ser produzida e realizada para que o capital constante fosse reproduzido (mais-valia do departamento I), obrigando o departamento II a rotar sua produção em um tempo constantemente reduzido, para que pudesse pagar o desenvolvimento das forças produtivas gerado no departamento I.

³⁹ Sobre a tendência a concentração da acumulação no departamento I, verificar, MANDEL, 1985, p.131.

⁴⁰ Apenas para fique mais claro, a redução na massa de mais-valia será compensada pelo aumento do número de unidades de mercadorias produzidas. Havendo menores quantidades de mais-valia por unidade de mercadoria, se compensaria a redução pelo aumento físico da produção, por isso a necessidade de mais capital constante.

Enfim, se o departamento I aumentasse sua produtividade em relação ao departamento II, ocorreria uma transferência de valor de II para I, transferência essa que encontraria seu limite à medida que o departamento II não mais pudesse remunerar o departamento I, sem que abrisse mão de porções de sua mais-valia, necessárias à reprodução ampliada do capital global. Isso levaria a necessidade de se aumentar a produtividade do departamento II, e, havendo o nivelamento da produtividade, haveria a necessidade de que a massa de mercadorias aumentasse, pois, o aumento na composição orgânica do departamento II levaria a redução na massa de mais-valia global, que se expressaria em um quantum, minorado, de mais-valia em cada mercadoria individual, e que somente poderia ser compensado pelo aumento na quantidade física das mesmas. Por outro lado, uma quantidade maior de mercadorias deveria circular. Circulação essa que deveria ocorrer dentro do tempo médio de reprodução social. Isso exigiria que quantidades ascendentes de mercadorias fossem realizadas em um tempo médio que, inversamente, encontrar-se-ia em constante redução, levando a uma aceleração no tempo de rotação do capital. Em suma, temos: uma quantidade menor de mais-valia, uma quantidade maior de mercadorias, uma quantidade menor de trabalhadores produtivos, e, por fim, a necessidade de que a sociedade realize essa maior quantidade de mercadorias e o faça dentro de um tempo médio de reprodução social que se reduziria, constantemente. Mas esse estado de coisas seria apenas a passagem a um grau mais elevado do problema, pois se a acumulação continuasse a se dar, desproporcionalmente, no departamento I, sendo essa a tendência observada (MANDEL, op. cit.), o gargalo se tornaria mais restritivo – **“Buracos de ratos para elefantes”**, como diria Robert KURZ (1997, p.223) - pois, a produtividade do departamento de bens de produção, novamente impulsionaria a necessidade do desenvolvimento do departamento de bens de consumo, e assim, sucessivamente: **“A proporção existente tem de ser constantemente abolida por meio da criação de valores excedentes e do aumento das forças produtivas”** (MARX, 2011, p.338 [326]). Alcançado o momento em que parte das mercadorias se tornasse invendável, simplesmente, porque a massa das mesmas excederia a capacidade da sociedade em realiza-las, o valor nelas contido não passaria a forma dinheiro, e não retornaria ao capitalista. O excedente de mercadorias se desvalorizaria e o capital não seria remunerado. A crise se espalharia do departamento II para o departamento I e, por fim, para toda a sociedade. Capitais e parte da força de trabalho seriam alijados do mercado como condição para que a compra e a venda se reconectassem, restabelecendo o nexo social pela troca: **“... impõe-se ao capital a tarefa de recomeçar sua tentativa a partir de**

um grau mais elevado de desenvolvimento de forças produtivas, etc., com colapso cada vez maior como capital” (MARX, 2011, p. 340, [328]).

Marx, vislumbraria a possibilidade de se contornar, momentaneamente, o problema por meio do comércio entre as nações, mas não deixaria de observar que a expansão do capital se constituiria na expansão de suas contradições *“...o comércio exterior (...) apenas transfere as contradições a uma esfera mais ampla, abrindo-lhes um campo de ação maior”* (MARX, 1988, L.II, v. III, p. 325). Na senda deixada por Marx, Rosa LUXEMBURG (1985), daria importante contribuição na elucidação do problema das desproporções entre os departamentos da reprodução social, ainda que suas conclusões mereçam algumas considerações no que dizem a respeito à expansão do capital para sua periferia⁴¹. Luxemburg debruçara-se sobre o problema da circulação entre os dois departamentos da produção e o desdobrara de modo a complementar as conclusões de Marx sobre a necessidade da expansão do capital para todo o globo. Expandir a sociabilidade pela mercadoria se constituiria no mecanismo por meio do qual a irracionalidade do valor seria eludida, abrindo-se novos mercados e estabelecendo uma interdependência, pela troca, em nível mundial. Que as trocas entre países industriais e países de produção primária, permitiriam a transferência de valor dos segundos para os primeiros, se poderia constatar através do que fora, até então, exposto no presente trabalho, onde se demonstrara que capitais com composição orgânica mais elevada se apropriariam de maiores quantidades de mais-valia, socialmente produzida. Para tanto, bastaria que os produtos lançados no mercado internacional, formassem um preço médio geral. Como fornecedores de matérias primas, os países não industrializados se inseririam nesse mercado, enredados pela necessidade de consumo de produtos industrializados, à medida que o capital se tornaria relação social universal. Ao fim e ao cabo, o que haveria de realmente necessário seriam as trocas e, principalmente, a transferência de valor da periferia para o centro. Valor esse, que se tornaria escasso nas economias industriais

⁴¹ O uso explícito e incisivo do conceito de relação centro-periferia não se faria presente em Marx ou Luxemburg, mas sim, surgiria nos estudos da CEPAL. RODRÍGUEZ (1981) colocaria o conceito de centro-periferia como uma das concepções iniciais do pensamento cepalino. Segundo o autor, *“essa concepção sustenta que a economia mundial está composta por dois polos, o centro e a periferia, cujas estruturas produtivas diferem de um modo substancial”* (1981, p 233). Nossa forma de compreensão do problema divergiria dos cepalinos no que tange ao caráter da relação, pois, segundo esses, a mesma seria contingente e passível de superação (o desenvolvimentismo, pregado pelos cepalinos, nos levaria a tal conclusão). No nosso entender a relação centro periferia se constituiria em uma relação necessária para a reprodução do capital em sua totalidade, sendo sua superação condicionada à superação do próprio capital. Um importante contraponto as interpretações cepalinas encontra-se em Anselmo ALFREDO, *“Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço”*, 2013.

devido a eliminação do trabalho vivo pelo trabalho morto. Mas como bem observara Marx (citação no início do parágrafo), a expansão do capital se constituiria na expansão de suas contradições, o que, sob condições de desenvolvimento constante de forças produtivas no centro do capital, e a ausência desse desenvolvimento na periferia, levaria ao solapamento da capacidade dos países periféricos de saldar suas trocas. As desigualdades de produtividade, e seu resultar na desigualdade das trocas (ainda que apareçam como trocas entre iguais), poria a subprodução de valor como forma de ser da crise na periferia do capital, pois toda produção de valor (expressa em quantidades ascendentes de mercadorias físicas), não bastariam para solver as trocas e remunerar o capital periférico (a crise é, portanto, a forma de “ser” do capital em sua periferia). Em dado momento somente a transferência de parte da produtividade do centro para a periferia poderia repor as trocas com os países industriais, mesmo que em níveis críticos. Sendo assim, os processos de modernização se revelariam, logicamente, necessários à manutenção do capital como sociabilidade universal, pois, sem tais processos, enormes parcelas da população mundial seriam alijadas da sociabilidade pela mercadoria, o que restringiria a capacidade do capital de se repor. LUXEMBURG (1985), ainda que tenha produzido uma análise bastante coerente sobre as contradições que perpassariam a reprodução do capital, e possua o mérito de ter posto sua expansão como resultado lógico do seu desenvolvimento crítico, ao restringir tal expansão à subsunção de formas de produção “*não-capitalistas*”⁴², como meio para o estabelecimento das trocas entre centro e periferia, não vislumbraria os processos de modernização como formas de reprodução da expropriação periférica⁴³. As conclusões apontadas por Luxemburg, colocariam o problema da expansão do capital apenas no âmbito da realização das mercadorias, e não da produção, ou seja, a busca por uma proporcionalidade entre os dois departamentos da reprodução social se resumiria a conquista de novos mercados para a produção das indústrias dos países centrais (LUXEMBURG, 1985, p.239-252). Mais adiante se verá, que o problema extrapolaria o âmbito da realização, e envolveria a industrialização periférica como condição para que a reprodução social se mantivesse.

⁴² *“Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. (...) Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado para colocar sua mais-valia, delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial”* (LUXEMBURG, 1985, p.253)

⁴³ A necessidade lógica da modernização periférica fora alvo das reflexões de autores como LENIN (1979), BUKHARIN (1928) e ALFREDO, (2013).

Mas por ora, o que nos importa é a constatação de que a expansão do capital, como sociabilidade mediada pela mercadoria, se constitui em um resultado lógico e ilógico do processo de valorização, pois sua expansão seria movida pela sua crise de reprodução, crise essa que se reporia, independentemente de sua ampliação sobre a totalidade dos indivíduos que habitariam o planeta. Não seria a modernização que solucionaria as contradições imanentes ao processo de valorização, pois somente como crise periférica o capital se reporia como acumulação de valor em seu centro, repondo, assim, a simultaneidade entre centro e periferia, ou, entre acumulação e crise de acumulação. A acumulação, reposta, reporia a crise que lhe é inerente. Sendo assim, a crise estaria na imanência do capital, ou seja, acumulação e crise de acumulação seriam momentos da contradição constituinte da sociedade moderna. O colapso, nas décadas 1980 e 1990, das economias modernizadas do chamado “Terceiro Mundo”⁴⁴, apontariam o sentido lógico, e não meramente histórico, que manteria a relação centro-periferia como instrumento necessário à reprodução do capital em sua totalidade. Modernizadas ou não, as economias periféricas não possuiriam outro sentido senão o de transferir valor para as economias centrais. A modernização não poderia superar a formação social particular pela qual o capital se estabelecera em realidades periféricas. As especificidades que as realidades periféricas possuiriam não poderiam, portanto, serem tomadas como ausência do capital, mas sim como forma particular do mesmo.

No entanto, quanto mais se revelaria crítico, mais o capital se expandiria, tornando maior o contingente de indivíduos a ele subsumidos. Não se trataria de uma subsunção passiva, por parte daqueles que seriam trazidos ao circuito das trocas, mas de processos violentos, conquistas coloniais, destruição de comunidades e escravização. Mas não menos violentos seriam os processos de pretensos ajustes em que os excedentes “imprestáveis” da força de trabalho seriam eliminados por meio da guerra ou do genocídio, como também o capital malparado cuja destruição seria a condição para a continuidade da valorização. Por outro lado, aqueles que se encontrariam submetidos à lógica da valorização se dividiriam entre os que desfrutariam da abundância material expelida pelo processo de produção de valor (quase como um rebotalho onde se misturariam meios de subsistência e um “sem fim” de bugigangas de utilidade duvidosa), e os que lutariam contra a miséria resultante do mesmo processo. O empregado de hoje

⁴⁴ Sobre o colapso periférico verificar Robert KURZ, “O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da Economia mundial”, 1993.

poderá ser o desempregado de amanhã, incerteza que não pouparia o capitalista, pois a bancarrota de alguns seria necessária à continuidade da acumulação. Somadas a essas “desventuras” estaria a violência gerada pela própria abundância material que se expressaria nos acidentes de trânsito, na contaminação do solo, da água, do ar, nas doenças causadas por alimentos que, como mercadorias, deveriam satisfazer a valorização, pouco importando se causariam danos ao organismo de quem os consumiria, até porque, sua necessidade seria posta pela própria mercadoria. Se o pressuposto da racionalidade seria o homem, sua preservação e a manutenção dos meios pelos quais se reporia (individualmente e socialmente), tal racionalidade somente existiria como fetichismo⁴⁵, pois, somente de forma fetichista a irracionalidade da mercadoria seria eludida. Tomada como “coisa”, e não como relação social, a mercadoria eludiria sua irracionalidade como valor, aparecendo, apenas, racionalmente como meio de satisfação de carecimentos. Mas essa persistência da mercadoria e de sua forma de sociabilidade contraditória, somente poderia ser explicada pelo caráter negativo do capital que, ao se pôr como totalidade social, reduziria tudo a si próprio (nega tudo, inclusive a si, à medida que se repõe como fetichismo): ***“Dessa forma, é só o capital que cria a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, bem como da própria conexão social pelos membros da sociedade”*** (MARX, 2011, p. 334 [322]). Nesse sentido, o limite para se pensar o capital seria o próprio capital, o que não deixaria margem para que o pensar, sob o moderno, se desse de outra forma, senão, racionalmente. Se tomarmos como exemplo a Ciência, forma objetivada da racionalidade, o seu caráter contraditório se revelaria tão logo a mesma fosse posta em sua relação com o processo de valorização que lhe daria o seu sentido (portanto, seria o seu fundamento), desnudando-a do seu véu racional. A Ciência, como forma de consciência objetivada pela sua institucionalização, ganharia uma importância incontestável, em meio ao desenvolvimento do capital industrial. O aumento da produtividade, que desembaraçaria o capital dos limites que o agrário lhe impunha, alçando-o a produção industrial (predominantemente urbana), somente seria possível se uma parcela dos indivíduos fosse mantida, às custas de toda a sociedade, para fins de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Não mais se trataria de atividades

⁴⁵ O fetichismo se constituiria, justamente, no afastamento da contradição. Toma-se um dos polos da mesma (da contradição) assumindo-o como uma totalidade. Como valor-de-uso, somente, a mercadoria apareceria racionalizada, pois satisfaria as necessidades dos indivíduos. Tomada apenas como valor-de-troca, a mercadoria garantiria a reprodução dos meios de produção, portanto apareceria racionalmente. Somente como uma unidade de contrários (valor-de-uso e valor-de-troca), a mercadoria revelaria a sua irracionalidade como valor que se valoriza, se constituindo em um processo que se daria à revelia da sociedade. Sobre a questão do caráter fetichista da mercadoria verificar, MARX, 1988, L.I. v.I, p. 70-78.

diletantes, mas sim da produção sistemática de conhecimento e sua aplicação na elevação do nível de produtividade geral do capital. Não por acaso, centros de produção de conhecimento entrariam nos custos da reprodução dos estados nacionais (como custos sociais), pois a produtividade do capital, interna a cada país, conferiria ao Estado o poder necessário à sua intervenção na competição intercapitalista mundial, em favor do capital particularizado como nacional⁴⁶. No entanto, como demonstrado ao longo do texto, o desenvolvimento de forças produtivas resulta e é resultado da reprodução crítica do valor. Deixemos que MARX (2011), esclareça a questão:

“A barreira ao modo de produção capitalista se manifesta:

- 1) *No fato de que o desenvolvimento da força produtiva de trabalho gera, na queda da taxa de lucro, uma lei que em certo ponto se opõe com maior hostilidade a seu próprio desenvolvimento, tendo de ser, portanto, constantemente superada por meio de crises.*
- 2) *No fato de que a apropriação de trabalho não pago, e a proporção desse trabalho não-pago para o trabalho objetivado em geral, ou, expresso de forma capitalista, que o lucro e a proporção desse lucro, para o capital, aplicado, portanto certo nível de taxa de lucro, decide sobre a ampliação ou limitação da produção, em vez de fazê-lo a relação entre produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso surgem barreiras para ela já num grau de ampliação da produção (...). Ela para não onde a satisfação das necessidades a obriga, mas onde determina a produção e a realização de lucro (1988, L.III, v. V, p. 185).*

Em suma, o desenvolvimento de forças produtivas possui um sentido apenas para o processo de valorização, tendo sua relação para com a satisfação dos indivíduos, mediada pelo valor-de-uso das mercadorias, à medida que tal valor seria uma forma de

⁴⁶ Há que se considerar que tal função estatal, em relação à competição intercapitalista, pode se dar de forma negativa, como estado-nacional periférico, cujo sentido devém (e se mantém) da sua origem colonial. Sobre a questão verificar Fernando A. NOVAES, “Considerações sobre o sentido da colonização”, 1969.

ser do valor em geral, portanto, capital (o valor de uso se constituiria em um fetichismo utilitarista). Só haveria satisfação de necessidades dos indivíduos a reboque do processo de valorização que, por sua vez, possuiria uma lógica que lhe seria interna e que, portanto, poria a reprodução da sociedade como resultado contingente desse processo. A contradição entre o físico e o metafísico tornar-se-ia evidente, pois se o valor operaria sob pressupostos estritamente metafísicos, não encontraria nos indivíduos, nos seus carecimentos, nas suas particularidades fisiológicas, ou mesmo no meio onde viveriam, e que seria condição para sua reprodução, um limite para si. Mas o capital é relação social, e sua efetivação passa pela realização da mercadoria, sendo que essa, por sua vez, deve possuir um valor-de-uso que compreenda a dimensão física da mercadoria. A crise seria inevitável, pois se o processo de valorização pressupõe sua ampliação ao infinito, tal pressuposição seria contradita pela finitude que a fisicalidade do real lhe anteporia. A crise poderia aparecer, tanto como superprodução ou subprodução física de mercadorias, haja visto que o valor se reproduziria “as costas” dos indivíduos. Uma superprodução de valores-de-uso poderia significar, tanto superprodução de valor, como também, subprodução de valor (o mesmo seria válido para a subprodução de valores-de-uso). A racionalidade se mostraria, assim, aporética, pois, se a mesma resultaria de uma sociedade que se julgaria capaz de pensar de forma esclarecida (obviamente, em relação a outras sociedades onde o mito e a superstição mediarium o saber), não havendo limites para o conhecimento gerado por essa forma de pensar, contraditoriamente, o que se constataria seria que a sociedade moderna somente se reproduziria à medida que suspenderia o pensar e se deixasse conduzir, “às cegas”, por um processo que se desencadearia automaticamente, se repondo e se autoimpondo limites que seriam eludidos, momentaneamente, por meio de esforços que mobilizariam toda a sociedade (a duras penas, para que a sociabilidade pela mercadoria fosse mantida), apenas para ressurgirem novamente, de forma majorada. O racional seria, portanto, um momento do irracional, do mesmo modo como o valor-de-uso (que apareceria como possuidor de um sentido para a sociedade) seria um momento do valor (e sua falta de sentido para a sociedade). O capital deve, portanto, aparecer como racional, para que se realize como seu contrário, irracionalmente. Não se trataria de um resultado “místico” (MARX, 1988, L.I, v, I, p. 70), como se um “feitiço” (não por acaso, feitiço e fetiche possuam uma ligação etimológica), tivesse sido lançado sobre a sociedade, mas sim, resultaria de relações sociais datadas que, ao serem mediadas por coisas, apareceriam como se fossem “naturais”, portanto, necessárias e incontornáveis. Mas veja bem, isso somente se tornaria possível se tais

relações sociais se pusessem sobre a totalidade da sociedade, pondo-se também como pressuposto de todo o pensar, isto é, um a priori (nos termos kantianos) que colocaria na subjetividade dos indivíduos a necessidade objetiva da manutenção dessa sociabilidade. A mercadoria somente se poria como totalidade social, quando uma grande parcela dos indivíduos se encontrasse, completamente, destituída dos seus meios de produção, como também, aparentemente livres, ou seja, a coação direta para a obtenção de excedentes (violência extra-econômica), se encontraria suprimida. Toda a reprodução social deveria, portanto, estar mediada pela mercadoria, pois somente assim, o capital apareceria naturalizado aos indivíduos:

“Objetos do trabalho se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social. Como produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 1988, L.I, v, I, p. 71)

Se as relações sociais *“aparecem (...) como são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”* (op. cit.), o fetichismo se constituiria em momento necessário a realização da sociabilidade pela mercadoria. Marx, ao tratar do fetichismo da mercadoria constataria algo que iria muito além da mediação de relações sociais por “coisas”, pois o que nos mostraria seria que tais relações sociais se automatizariam, ou seja, a relação refluiria sobre a sociedade e passaria a determiná-la. Os agentes da troca não seriam sujeitos, mas sim sujeitados pela mercadoria. O mundo dos homens se tornaria, assim, o mundo da mercadoria, e a lógica da valorização se

tornaria força “naturalizada”, tão incontrolável e destrutiva quanto fenômenos da natureza. Nesse sentido, o próprio conceito de natureza, como algo apartado do social, suscitaria alguns questionamentos.

Se a natureza apareceria apartada do social, por outro lado, ela somente existiria, conceitualmente, em relação a essa sociedade. Mas isso não se referiria a qualquer sociedade, e sim, para uma sociedade específica, cujo processo de reprodução tenha como necessidade a constante expansão e, sendo assim, a busca de todo e qualquer recurso sobre o qual se possa lançar mão⁴⁷. Do contrário, a natureza não se colocaria para o pensar como categoria determinante da reprodução social, ou seja, não seria preciso pensa-la com totalidade externa à própria sociedade pois, essa sociedade, e os meios que o planeta lhe ofereceria para a sua reprodução, seriam um só. Portanto, a natureza se constituiria em força produtiva para o capital, ou seja, ela somente existiria se pensada sob os pressupostos da valorização. Portanto, a natureza somente existiria para ser desnaturalizada, cabendo a Ciência levar a cabo sua desnaturalização, a fim de retirar dela o necessário à manutenção do processo de valorização. Se a natureza apareceria de forma antinômica (e não contraditória), ora como racional, personificada pelo “bom selvagem”, ora como totalmente irracional, como “força cega”, isso nos revelaria que a racionalidade e a irracionalidade, a ela atribuída, se constituiriam em abstrações pelas quais nossa sociedade, cuja forma de consciência é o fetichismo, faria aparecer suas relações sociais como sendo propriedade das coisas⁴⁸. Em suma, o natural somente existiria para ser desnaturalizado, enquanto as relações sociais somente se efetivariam quando naturalizadas. Sendo assim, o fundamento do natural estaria no pensar, e não em uma suposta “coisa em si” que denominaríamos de natureza. Atribuir um caráter de “coisa” à natureza, se colocaria como forma fetichista de se afastar a contradição entre um social impensado, pois não haveriam sujeitos, e um natural que é pensado, apenas, para a reprodução do valor. Nisso se constituiria a própria relação entre sujeito e objeto, que conformaria todo o pensar sob o moderno, não estando a natureza fora desse limite. O

⁴⁷ Não se trata de afirmar que outras sociedades não buscaram estabelecer algum controle sobre os recursos com os quais tinham que lidar para se reproduzirem (como, por exemplo, a irrigação), mas sim de que a forma como tal controle existe sob o moderno, que se expressa pela sistematização da ampliação de tal controle pela Ciência, é o resultado de uma sociabilidade cujo sentido da produção é a própria produção em escala ampliada.

⁴⁸ KURZ (2002), apontaria como exemplo dessa “visão de mundo”, a comparação que Newton teria feito entre o universo e um relógio mecânico, ou, “*universo-relógio*” (2002, p.4). Nesse sentido a natureza nos apareceria sob a forma de um “*mundo-sistema mecânico*” (op. cit.), o que nos revela que os limites para pensarmos esse “mundo”, estão em nossa forma datada de pensar, ou seja, o mundo da mercadoria.

sujeito pensaria o objeto como “em si”, e assim escamotearia o fundamento dessa objetividade, no e para o processo de valorização. Como bem observaria ALFREDO (2004):

“... a consideração absoluta desta objetividade, do objeto, como algo fora de mim, é desconhecer isto como forma de pensamento e, por isso, é efetivar uma forma abstracionista de pensar a própria diversidade das coisas, pois que não põe o pensamento como elemento conformador do próprio objeto enquanto objeto” (ALFREDO, 2004, p.15-16).

O domínio sobre a chamada natureza, não se constituiria, portanto, como nos apareceria, na passagem da necessidade para à liberdade (emancipação em relação a necessidade, por meio do controle sobre os meios de produção), mas sim de uma necessidade emanada do processo de valorização que poria para si aquilo que apareceria como sendo para a reprodução dos indivíduos, ou seja, um fetichismo que se efetivaria pela externalização da natureza em relação ao pensar. A natureza apareceria coisificada, cabendo a Ciência, e sua pseudoneutralidade em relação ao processo de valorização, desvenda-la “a bem” da sociedade⁴⁹. Nesse sentido, uma “reconciliação” com essa natureza, como pregariam algumas ideologias hodiernas, surgidas das crises do processo de valorização, se revelaria uma contradição nos próprios termos, pois se a natureza seria uma categoria que integraria o conceito de capital, e somente assim existiria, não haveria reconciliação possível. Se a natureza apareceria ameaçada pelo processo de valorização, por outro lado, a mesma somente possuiria um sentido para esse processo, ou seja, sua conservação estaria limitada pelas necessidades inerentes à reprodução do capital. Em suma, se a valorização ameaçaria existência da vida no planeta, isso significaria que tal processo passaria “as costas” dos indivíduos que o realizam.

Diante disso a Ciência revelaria o seu caráter datado, resultante das contradições do processo de valorização, sendo o seu parcelamento uma divisão do trabalho que lhe é interna, e onde cada campo do saber (Geografia, História, Física, etc.), assumiria a tarefa de racionalizar o real, onde quer que a irracionalidade irrompesse, a fim de escamoteá-la por meio de mais racionalização. O parcelamento da Ciência, ao circunscrever a produção

⁴⁹ Uma reflexão que nos parece, bastante pertinente, sobre o caráter fetichista da natureza encontra-se em, Anselmo ALFREDO, “A metafísica social e as três naturezas da crítica à reificação: Uma abordagem sobre Georg Lukács”, 2014 (mimeo.).

do conhecimento a parcelas específicas do real, destinadas cada qual a sua respectiva ciência parcelar, constituir-se-ia, contraditoriamente, em um impedimento para a compreensão da sociedade moderna⁵⁰. Cada ciência parcelar deveria renunciar à compreensão da realidade em sua totalidade para não transgredir os limites existentes entre elas. Por outro lado, o desenvolvimento de forças produtivas exigiria, não apenas, que a técnica se desenvolvesse, como meio de se reduzir o tempo médio de reprodução social, mas também que seus efeitos sobre a sociedade aparecessem racionalmente, ou seja, o processo de desenvolvimento das capacidades produtivas sociais, deveria ser subjetivado como necessário à reprodução dos indivíduos. Kant dera uma contribuição importantíssima para desvendar a racionalidade como forma de consciência datada (ainda que seus argumentos, contraditoriamente, se fundamentassem na pressuposta transhistoricidade da mesma), onde a produção do conhecimento se daria a partir de um fundamento único (no nosso entender, diferentemente de Kant, tal fundamento seria o valor). Em sua “Crítica da Razão Pura” (1991), Kant apontaria que todo o conhecimento somente seria possível pela experiência, mas que essa somente alcançaria o pensar pela mediação dos conceitos “a priori” de espaço e tempo (1991, p. 39-54). Sendo assim, o conhecimento (sob o moderno, e não transhistoricamente, como apontaria o autor), passaria por uma “moldura lógica” (ALFREDO, 2005), que tornaria o produto “bruto” dos sentidos em algo adequado ao pensar. Tal “moldura” seria, ora o tempo, ora o espaço, categorias que se colocariam como fundamento de todo pensar e que, portanto, não careceriam da volição para que se fizessem presentes pois, sem elas, sequer haveria o pensar⁵¹. Ora, o pensar surgiria, portanto, de um não pensar, ou seja, aquilo que penso me chegaria plasmado de antemão e, somente assim, o mundo se tornaria inteligível. Das reflexões de Kant se derivaria que todo o pensar sob o moderno (portanto, todo o conhecimento), estaria plasmado pela racionalidade e, assim, traria a irracionalidade como momento de sua efetivação, à medida que estaria encerrado no invólucro do “a priori” (um não pensar). Portanto, a Ciência, estando fundada nesse apriorismo, não escaparia à essa contradição. Kant vivera no século XVIII, momento em que o capital

⁵⁰ Como bem apontaria ADORNO (2009): ***“O corte entre as disciplinas particulares, tais como sociologia, economia e história, escamoteia o interesse do conhecimento por baixo das trincheiras cavadas de maneira pedante e defendida de modo ultravaloroso”*** (2009, p. 70).

⁵¹ Uma contradição se estabelece nesse momento, pois a racionalidade, ou sua forma hipostasiada como Razão, exigiria que o pensar fosse suspenso, no “a priori” espaço-temporal, como condição para sua efetivação racional. O racional se originaria, assim, não do pensar, mas do impensado que lhe seria dado como categorias “a priori” (espaço e tempo).

passara a sua fase industrial, portanto, uma forma de sociabilidade consolidada em grandes porções da Europa. Somente um indivíduo, cuja forma de consciência se encontraria fundamentada na mercadoria (mas, dotado de uma mente genial) poderia ter realizado as constatações levadas a termo por Kant. Vejamos o problema a partir do seu fundamento na lógica da mercadoria.

O indivíduo, plenamente socializado sob o moderno, possuiria na troca a relação fundante de sua realidade. Se ele carrega dinheiro no bolso o faz porque possuiria plena certeza que o mesmo seria aceito na troca. Por outro lado, somente aceitaria o dinheiro, não apenas porque poderia troca-lo, mas também, porque teria plena certeza que encontraria a mercadoria para ser trocada. Isso implicaria uma forma de consciência onde produção, compra, venda, e qualquer outro momento do processo de reprodução social, encontrar-se-iam naturalizados pelos indivíduos. O trabalhador pressuporia a venda da força de trabalho, pressupondo, assim, o capitalista (proprietário dos meios de produção) que, por sua vez, pressuporia o mercado para venda da produção, ou seja, pressuporia a troca, o dinheiro, e todas as demais relações particulares que integram o capital como relação social universal. Mas o trabalhador somente seria trabalhador, o capitalista somente seria capitalista, se todas as relações derivadas da mercadoria estivessem postas, simultaneamente. Do contrário os indivíduos buscariam formas de se reproduzirem por meio da produção direta para seu consumo, se fazendo necessário o estabelecimento da coerção extra-econômica para a apropriação de excedentes, por parte de parcelas improdutivas da sociedade. Haveria um retorno à comunidade e a contingência nos modos de produzir, como também, nos modos de se pensar. Todos os momentos do capital deveriam, assim, estar postos simultaneamente, para que toda a sociedade estivesse mobilizada para sua realização. Não poderia haver capital se a força de trabalho, ou os meios de produção, somente existissem, como tais, em certos momentos, ou se a mercadoria somente estivesse ocasionalmente nas prateleiras, como também se o dinheiro fosse utilizado, apenas, em situações restritas. No entanto, os exemplos citados se referem a relações sociais mediadas por coisas (suportes da forma valor), ou seja, abstrações⁵², mas abstrações determinadas por uma abstração universal que seria o tempo social médio de produção que se poria como forma de consciência universal (uma consciência a priori),

⁵² Como bem observaria ALFREDO (2013): “... **o concreto se efetiva como abstração, pois que assim, como mediação abstrata de elementos materiais, realiza-se, esta abstração, como forma de sociabilidade**” (2013, p. 83 – n. de rodapé). Ou seja, o concreto é a forma social posta pela abstração “tempo de trabalho”.

pelo preço das mercadorias. Sendo assim, o tempo social médio se poria como o “agora”, pois todos os capitais, todos membros da sociedade, se encontrariam determinados por ele, simultaneamente: *“Em seus distintos momentos se realiza a simultaneidade do conceito como um todo”* (ALFREDO, 2013, p. 51)⁵³. Por ele (pelo tempo social médio de produção), seriam definidos quais os capitais se valorizariam e quais seriam eliminados, como também estabeleceria o quanto, e com que nível de intensidade, seria explorada a força de trabalho (determinaria, assim, a totalidade das relações sociais). O tempo passaria a um não-tempo, ou espaço, à medida que não haveria um tempo único, mas uma média de tempos, portanto, tempo nenhum, e sim, simultaneidade. Mas o capital pressupõe sua passagem nas suas formas particulares como dinheiro – mercadoria – dinheiro (ou dinheiro – força de trabalho + meios de produção – mercadoria – dinheiro...), no entanto a passagem, como apontado, é formal (da forma para a forma, do valor para o valor que se põe como forma e conteúdo formal)⁵⁴, ou seja, a passagem reporia o mesmo, mas, mediada pela fisicalidade da mercadoria, apareceria como racional, possuindo um sentido para os indivíduos: *“A posição de cada trabalho simples, determinado pelo trabalho social, faz da sucessão das trocas formas de aparição da acumulação do capital em cuja ilusão de racionalidade faz-se efetivar a irracionalidade do simultâneo”* (ALFREDO, 2013, p. 46). Sendo assim, o capital se colocaria, espacialmente, pelo tempo social médio que, ao negar a sucessão (à medida que o suceder, formalmente, seria o retornar ao mesmo) reporia o valor como relação social universal. Mas se a passagem (formal) não ocorresse, havendo a fixação em uma das suas formas⁵⁵, a crise de valorização se evidenciaria, pois, seria a passagem da forma para a forma que reporia a mercadoria como relação social universal. Como resultado lógico (e ilógico) da crise, ocorreria um “salto”⁵⁶ no desenvolvimento das forças produtivas, estabelecendo um novo

⁵³ Se faz necessário apontar que as reflexões sobre tempo e espaço, aqui apresentadas, são tributárias do esforço teórico desenvolvido pelo professor Anselmo ALFREDO (Departamento de Geografia – FFLCH – USP), que têm buscado, através de inúmeras publicações, resgatar o debate em torno do espaço como objeto de análise da Ciência Geográfica, objetivando, assim, superar o invólucro disciplinar que envolve a questão. Suas conclusões se fazem presentes, dentre outros textos, em “Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço” (2013).

⁵⁴ Sobre a passagem do valor como forma sobre a matéria, e, depois, como conteúdo, reduzindo, assim, a matéria à suporte do valor, verificar, FAUSTO, 1997: *“A forma passa a ser o conteúdo. O conteúdo não está mais na matéria, mas na forma”* (op. cit, p.41)

⁵⁵ Por exemplo, se a mercadoria se torna invendável.

⁵⁶ O argumento de que o desenvolvimento de forças produtivas se daria por saltos, nos serve para concluirmos nossa reflexão, mas há que se considerar que tal argumento se constitui na forma de aparecimento desse processo, pois o desenvolvimento seria constante, ainda que seu espraiamento pelos ramos produtivos se dê de forma generalizada, ou não, de acordo com a deterioração das taxas de lucro. Sobre a questão verificar, MANDEL, 1985, p. 75-102, e DOBB, 1983.

patamar de produtividade. A simultaneidade se manteria, mas, sob um tempo médio de reprodução social em constante redução, devido ao aumento ascendente da produtividade

Mas para que o capital se pusesse como totalidade social, pela simultaneidade de todos os momentos de sua reprodução, mediando toda a sociabilidade moderna, seria preciso que ele negasse tudo o que não fosse o próprio capital, se pondo, simultaneamente como identidade e diferença de si próprio, ou seja, para que o capital se tornasse idêntico a si, ele se autodiferenciaria⁵⁷. Em sua simultaneidade, estabelecida pelo tempo social médio de produção, o capital se colocaria como capital particular e, em sua particularidade, se reproduziria dentro da média, como também abaixo e acima dessa média. O capital, portanto, apareceria diferenciado em capitais que acumulam (se reproduziriam abaixo da média), e capitais em crise de acumulação (se reproduzindo acima, ou mesmo, no tempo social médio⁵⁸), ou, elevando o grau de abstração, o capital seria, simultaneamente, acumulação e crise. Espacialmente (como acumulação e crise), a racionalidade da valorização se revelaria em sua simultaneidade para com a irracionalidade da crise. No entanto, acumulação e crise se constituiriam em momentos necessários à reprodução do capital, e não como processos distintos, como nos chegaria, por exemplo, pelas teorias subdesenvolvimentistas. Por outro lado, tais teorias possuiriam seu fundamento na própria contradição espaço-temporal, pois essa se poria como forma de consciência em que, a bem da racionalidade, se passaria do espaço ao tempo⁵⁹, e vice-

⁵⁷ De forma racional, tal diferenciação apareceria em HEGEL (1936), como autodiferenciação da Razão. A exemplo, tomemos suas reflexões sobre o espaço onde esse passa ao ponto, do ponto à linha e da linha ao plano (1936, v. II, p.241-242). Não haveria, uma determinação socialmente datada para tais passagens, mas sim determinações que se encontrariam em uma forma intemporal de se pensar.

⁵⁸ Como demonstrado anteriormente, os capitais que se reproduziriam na média socialmente estabelecida, apenas se reporiem (atingindo o lucro médio), mas não acumulariam, suficientemente, para pagar o desenvolvimento de forças produtivas, portanto, estariam em crise.

⁵⁹ Hegel, em sua “Enciclopédia das Ciências Filosóficas” (1936, v. II) nos apontaria que espaço e tempo se constituiriam em categorias fundadas em uma racionalidade transhistórica, e que a passagem do espaço ao tempo, e vice-versa, se daria, exclusivamente, por determinações racionais (HEGEL, 1939, v. II, p. 240-249), afastando qualquer possibilidade de que tal passagem se desse por determinações fundamentadas em relações sociais datadas. Para Hegel, espaço e tempo somente poderiam aparecer racionalizados, pois, se o seu argumento seria o de que o “real é racional” (op. cit.), as categorias por meio das quais pensamos o real seriam, de imediato, momentos dessa racionalidade. Nesse sentido, Hegel acabaria por contestar Kant, que atribuiria o caráter de “intuições puras” (inatas) (KANT, 1991, v. I, p. 39) ao tempo e ao espaço, portanto, irracionais. Se por um lado, a ontologização de espaço e tempo parecem racionaliza-los (sob o pressuposto de que haveria uma racionalidade transhistórica), à medida que foram motivo de reflexões por parte de pensadores de sociedades pré-capitalistas (INWOOD, 1993, p. 305-307), há que se considerar que, sob o capital, tais conceitos estariam encerrados em um universo categorial que imbricaria o sentido, de cada um deles, com o valor (o mesmo se aplicaria a conceitos como dinheiro, mercadoria, escravidão, etc., que remeteriam à sociedades pré-capitalista). O tencionamento entre a filosofia hegeliana e as relações sociais vigentes, revelaria que o real é tão racional quanto irracional, o que apontaria o caráter fetichista do “Idealismo Alemão” que não reconheceria que a racionalidade se

versa, escamoteando o fundamento imanentemente crítico do processo de valorização. O capital somente apareceria racionalmente pela sucessão pois, sob a mesma, a simultaneidade se obscureceria à medida que os momentos da efetivação da sociabilidade pela mercadoria pareceriam contingentes, não havendo uma relação de necessidade entre, por exemplo, a compra e a venda; desenvolvimento de forças produtivas e queda na taxa de lucros; trabalho vivo e trabalho morto; e, de forma sintética, entre acumulação e crise. Portanto, para que haja acumulação, o capital deverá aparecer pela sucessão, escondendo o valor como simultaneidade e apartando a racionalidade da irracionalidade da crise: ***“Tal simultaneidade posta como forma de consciência temporal, primeiro valor de uso, depois valor de troca, põe o tempo como fetiche do espaço. Assim, o tempo é ilusão necessária de razão a uma racionalidade irracional efetivada pela simultaneidade”*** (ALFREDO, 2013, p. 44). O tempo seria a “ilusão necessária” sem a qual a sociabilidade pela mercadoria se revelaria irracional, pois se mostraria como algo sem sentido para os indivíduos, sendo esses reduzidos à objetos de um sujeito lógico (o valor). Sob as determinações do tempo, a simultaneidade passaria à sucessão, onde acumulação e crise apareceriam apartados: aqui, acumulação, passagem do valor em suas formas diversas (dinheiro-mercadoria-dinheiro); lá, crise, fixação formal do valor: ***“Nesta forma o trabalho médio não medeia as relações sociais”*** (ALFREDO, 2013, p. 49). O tempo permitiria, assim, que a crise aparecesse como momento histórico (contingente) e superável. Do mesmo modo como o valor-de-uso e valor-de-troca apareceriam, sob uma perspectiva temporal, como contingentes (para quem compra a mercadoria somente possui valor-de-uso, e para quem vende, apenas valor-de-troca), acumulação e crise também apareceriam apartados, ora como capital plenamente realizado como sociabilidade (economias desenvolvidas, industriais), ora como atraso em relação a realização plena dessa sociabilidade (subdesenvolvimento) (ALFREDO, 2013). Sob o tempo, crise e acumulação se relacionariam pela sucessão, o que poria a possibilidade da superação, haja visto que um apareceria como se existisse sem o outro. Sendo assim, sem o fetichismo, que poria o tempo e o espaço, mas também permitiria que os mesmos aparecessem de forma contingente, as teorias subdesenvolvimentistas não fariam qualquer sentido. Mas veja bem, se acumulação é crise e crise é acumulação (como fora

constituiria em uma forma de consciência datada, resultante de relações sociais mediadas por coisas, como nos mostraria MARX (1988). Sendo assim, tempo e espaço não escapariam às determinações do valor, sendo, portanto, categorias essenciais para o estabelecimento da sociabilidade moderna, não sendo possível afirmar que, caso tenham existido em outras sociedades, tenham tido o mesmo sentido e importância.

desenvolvido anteriormente), o capital seria sempre crítico porque destituiria a si próprio, eliminando o trabalho, fonte de todo valor. Por outro lado, diferenciá-lo em acumulação e crise se constituiria na forma possível de abordá-lo, mesmo sendo esse o resultado da forma de consciência fetichista que apartaria o capital em acumulação e crise de acumulação. Se faz necessário reconhecer que nossa forma de consciência exigiria tal diferenciação, e que, colocar esses momentos, simultaneamente, pela contradição, se constituiria no limite de nossa crítica.

Mas, retomando o argumento, tempo e espaço se inseririam no universo categorial sob o qual se daria o pensar sob o moderno, portanto, seriam categorias fundadas no valor e, assim sendo, seriam fetichistas. Se a Geografia tomara o espaço como propriedade das coisas, portanto, algo físico, o fizera porque somente assim a mesma apareceria capacitada a racionalizar o real, cumprindo sua função como ciência parcelar. Como bem observaria ALFREDO (2013):

“A Geografia, assim, teria fundamentado sua abordagem como ciência, dentre outras formas, a partir do espaço como categoria específica. O ponto é que, sob diferentes formas, em diferentes momentos de sua formação enquanto um pensamento disciplinar, tal categoria [o espaço]⁶⁰ tem justificado a condição de ciência na medida que se observa o mesmo sob uma perspectiva material (...). Isto tornou secundária a análise das determinações abstratas do valor e da forma valor, limitando esta Geografia em relação àquilo que diz respeito a se pensar o espaço como uma das formas abstratas de realização de uma sociabilidade determinada pelas abstrações” (ALFREDO, 2013, p.55)

O espaço apareceria, assim, como “coisa física”, passível de intervenção, algo cujo fundamento social apareceria como propriedade material, podendo ser reconfigurado mediante a alocação física de capitais que, “naturalmente”, reverteriam a acumulação para o lócus da intervenção⁶¹. Haveria uma *“ordem subjacente ao espaço”* (LENCIONI, 2003,

⁶⁰ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

⁶¹ Não por acaso o planejamento resistiria como disciplina acadêmica nos cursos de Geografia. Como bem observaria LENCIONI em sua obra “Região e Geografia” (2003): *“A ideia de que há uma ordem subjacente ao espaço possibilita o estabelecimento de projeções. Ou seja, à medida que a ordem se revela, torna-se possível pensar como o espaço tenderá a ser organizado. A possibilidade de estimar projeções e de*

p.134), como expressão de um substrato material, sobre o qual a intervenção deveria ser estabelecida para que as contradições do processo de valorização se resolvessem. O pressuposto seria o de que ocorreria a sucessão da crise para a acumulação, e, sendo assim, se tomaria o tempo como se espaço fosse. O espaço seria mantido, mas como alegoria do tempo, pois, como cada ciência parcelar deveria possuir seu objeto de pesquisa próprio, a Geografia o manteria (o espaço) a fim de garantir de seu “estatus” científico: ***“Assim a materialidade posta no e pelo espaço mais físico que geográfico, teria obscurecido a condição de um pensamento temporal eludido pela materialidade acentuada do espaço que a fazia como ciência*** (ALFREDO, 2013, p. 56). A ilusão se desfaria à medida que o tempo social médio se impusesse como simultaneidade do processo de valorização (revelando o espaço em seu fundamento abstrato e não material), exigindo que os investimentos remunerassem o capital adequadamente, sob as determinações do nível de produtividade socialmente determinado. Se a remuneração dos capitais, exigida pelo tempo social médio de produção, encontraria barreiras nas economias industriais, tais barreiras se tornariam intransponíveis sob condições periféricas onde a especificidade da formação do capital imporia limites às relações mediadas pela mercadoria (mercados restritos, custos elevados com a circulação, baixo poder de compra, crédito escasso, etc.). Acumulação e crise se revelariam como resultados lógicos e não históricos, o que poria a crise como simultaneidade contraditória (espacial, portanto), aparecendo, em um dos polos da contradição, como acumulação (centro do capital), e no polo oposto como crise de acumulação (periferia). Sendo assim, pregar a racionalização, tarefa concernente à Ciência e as ciências particulares, seria, também, distribuir expansivamente a crise.

Por outro lado, se a Geografia deveria abrir mão do potencial crítico que o espaço poderia lhe conferir, a História, como campo do conhecimento que possuiria o tempo como objeto de análise, faria “tábula rasa” do passado como um processo de desenvolvimento continuado que culminaria no moderno. Os fatos seriam plasmados e encadeados de modo a se integrarem em um processo evolutivo que não poderia resultar em outra sociabilidade senão o moderno. Sendo o tempo a projeção do presente sobre o

fazer prognósticos torna-se, então, factível. Por isso é que desvendar a ordem subjacente do espaço e estimar projeções aproximaram a geografia do planejamento” (op. cit.). A “ordem subjacente” se encontraria no processo de valorização, por isso, tal “ordem” traria consigo, simultaneamente, a desordem da crise.

passado e o futuro, portanto, matriz racional que enquadraria, na forma de consciência moderna, toda e qualquer outra sociabilidade, a História não poderia se tornar senão a história do capital, do desenvolvimento de suas forças produtivas gestadas desde tempos “pré-diluvianos”, e que culminariam na sociedade hodierna. O debruçar-se sobre sociedades passadas somente se colocaria como necessidade para uma forma de consciência que não admite algo que não lhe seja idêntico. Hegel não deixaria dúvidas quanto a isso em sua “Fenomenologia do Espírito” (2002), onde, o mito, a superstição e a religião seriam apontados como momentos da realização da Razão, nas quais o homem não se reconheceria, ainda, naquilo que resultaria do seu próprio pensar, estranhando-o e lhe atribuindo um caráter extramundano (2002, p. 458- 545). Assim sendo, a racionalidade se faria presente em toda e qualquer sociedade, mas sob diferentes graus de desenvolvimento, o que a colocaria como inerente ao homem e, portanto, se constituiria na forma “natural” de se pensar. A ontologização, como naturalização da racionalidade, a poria como um a priori, justificando-a de antemão e desobrigando-nos de questioná-la. A História ganharia, assim, o seu lugar na divisão do trabalho científico, mas, como todo e qualquer ramo da Ciência, não estaria a salvo de defrontar-se com seus limites, postos pela irracionalidade da valorização. Não por acaso, as revisões históricas se tornariam recorrentes à medida que as contradições do processo de valorização desfariam as ilusões construídas sobre os alicerces do passado. O horror que os campos de concentração lançariam sobre a “civilizada” Europa, como também a barbárie que surgiria a partir da festejada “Primavera Árabe” (ou mesmo, a eminente falência da chamada “União Europeia”), apontariam que construção da História, fundamentada na racionalidade, se daria sobre uma base extremamente instável.

O capital se tornaria, assim, autorreferente, pois se poria como fundamento de todo o pensar, envolvendo-o em seu invólucro (KURZ, 2007), onde o seu universo categorial se colocaria como possibilidade e limite para o pensamento. O encadeamento lógico das categorias fundadas no valor, levado a termo por um pensar encerrado no invólucro da mercadoria (ou seja, o pensar se limitaria a meandar as categorias do capital), constituiria o que chamamos de racionalidade, portanto, como já argumentamos, o racional seria o resultado, e não a causa da sociabilidade pela mercadoria. Mas a ruptura, gerada a partir dessa forma “única” de pensar, sob fundamento único (o valor), poria uma forma de consciência para a qual o real se colocaria de forma invertida, onde o capital, uma forma de sociabilidade datada, apareceria como o grau máximo atingido pela

racionalidade, como modo de pensar transhistórico (humano, e não historicamente datado). Se a mercadoria se constituiria em relação social mediada por “coisas”, aparecendo como se fosse a própria coisa (fetichismo), o racional, tomado como fundamento da mercadoria, também apareceria coisificado. Sob tal forma de consciência, o valor, como fundamento desse modo datado de produção e distribuição do produto social, seria naturalizado pela forma mercadoria, sendo necessário não pensa-la (a mercadoria), não questiona-la, para que a sociabilidade se efetivasse. O indivíduo, diante da mercadoria, **“não sente mais a necessidade de pensar além”** (MARX, 1988, L.III, v, V, p. 254). Os meios de produção, sejam eles maquinários moderníssimos, ou instrumentos cuja origem remontam a sociedades pré-capitalistas, subsumidos à produção do valor apareceriam, “naturalmente”, como capital, por isso, sua função social, contraditoriamente, somente existiria à medida que não possuísse um sentido para a sociedade, e sim para o capital. O capital seria a forma “natural” dos meios de produção, como também o valor como seu produto. Do mesmo modo, os indivíduos, separados dos seus meios de produção, somente poderiam obter o seu sustento se produzissem para o capital. Sendo assim, o trabalho, produtor de valor, apareceria como a forma natural por meio da qual os indivíduos se reproduziriam obtendo, pela troca de sua força de trabalho por dinheiro, o seu sustento. Trabalhar se tornaria “natural” e rejeita-lo uma afronta à moral socialmente estabelecida. O mesmo se estenderia à terra, com a qual o homem lidaria como condição para a satisfação de suas necessidades mais básicas. Subsumida ao capital (como propriedade privada), a terra apareceria como portadora da propriedade de produzir valor, sendo isso algo tão natural que os fisiocratas atribuíram, a mesma, o caráter de fonte de toda a riqueza social (riqueza no seu sentido estritamente capitalista) (MARX, 1988, L. III, v. V, 230-231). Com a capitalização da terra, a naturalização do capital se completaria, pois, se dela (da terra), que fora fonte transhistórica do sustento do homem, adviria valor, a sociabilidade pela mercadoria se reporia enquanto houvesse quem dela (da terra) dependesse. Os esforços teóricos de MARX (1988) se dariam, justamente, no sentido de apontar o caráter fetichista dessas relações sociais: **“Capital, terra, trabalho! Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertence a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá caráter especificamente social a essa”** (MARX, 1988, L. III, v. V, p. 251). Marx, à medida que revelaria a forma fetichista por meio da qual o capital se efetivaria como totalidade das relações sociais, também demonstraria que nossa sociabilidade não se reporia sem o fetichismo. O fetichismo da mercadoria, forma elementar de todo o

fetichismo, onde a essência irracional (valor) se evanesceria na aparência racional do valor-de-uso, se desdobraria sobre cada relação social moderna, conferindo um caráter fetichista ao capital, como totalidade dessas relações sociais (MARX, 1988, L.III, v. V, p. 261). O fetichismo se faria necessário para que a irracionalidade da mercadoria, transposta à totalidade da sociedade pela contradição entre capital e trabalho, fosse escamoteada. O lucro do capitalista, apareceria, assim, como advindo do seu próprio capital, assim como o salário adviria do trabalho e a renda seria produto da terra. O valor, produzido pela mediação do trabalho apareceria como rendimento de cada um dos três elementos da produção social. Mas se o capital é uma relação social por meio da qual a produção se efetivaria, e não uma “coisa” produtora de valor, somente por meio das relações sociais, mediadas por capital, terra e trabalho, seria gerado o produto social a ser repartido. O valor se poria, assim, como o nexos social geral que prenderia, firmemente, os indivíduos à sociabilidade pela mercadoria. Com o estabelecimento da relação social universal denominada “capital”, a produção social se tornaria produção de valor, sendo esse o resultado do trabalho como atividade produtora de valor, seja trabalho em ato (trabalho vivo), ou o trabalho passado, objetivado nos meios de produção (trabalho morto). Como relação social mediada por coisas, a posse dos meios de produção (capital e terra capitalizada, haja visto que não resultaria do trabalho), garantiria a apropriação, por parte dos proprietários dos mesmos, de parcelas da produção social global, geradas pelo trabalho. No entanto, os meios de produção, por si sós, não produziram valor algum. O trabalhador, como proprietário de sua força de trabalho, também se apropriaria de parte do produto social, no entanto, a parcela que lhe caberia se limitaria ao mínimo necessário à sua reprodução (obviamente, esse “necessário” possuiria um caráter elástico, pois seria determinado pelo processo de valorização), o que permitiria que os excedentes por ele produzidos fossem apropriados pelos possuidores dos meios de produção (capital e terra). A “fórmula trinitária”, ou capital, terra e trabalho (MARX, 1988, L.III, v. V, p. 251-262), esconderia, assim, o fundamento estritamente social da produção de valor, pois, naturalizado, o capital dispensaria que nos debruçássemos sobre o seu caráter contraditório que, ao impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, eliminaria o pressuposto fundamental sobre o qual a própria trindade (fetichista) do capital se armaria, ou seja, o trabalho. Somente por meio desse fetichismo trinitário (fetichismo, pois não põe o racional e o irracional como forma contraditória por meio da qual o capital se realizaria como relação social universal), o capital se reproduziria como totalidade social, por isso, o pensar o tem como um a priori. A fetichização da reprodução social, se

completaria pela “forma valor”, ou preço, pois essa reafirmaria a racionalidade da mercadoria, à medida que colocaria a ilusão de que a “trindade mundana” estaria se repondo sem contradições, pois o preço permitiria que os capitais mais produtivos fossem beneficiados pela transferência de valor produzido pelos capitais menos produtivos, havendo, portanto, uma forma racional de aplicação de capitais que deveria ser almejada em detrimento de outras. Simultaneamente, o preço conferiria um caráter racional à competição intercapitalista e ao aumento constante da produtividade, pois esses processos estariam a beneficiar a sociedade com o barateamento das mercadorias. Tudo se passaria como se a produção ocorresse pela troca simples de mercadorias (MARX, 1988, L.I, v. I, p.54), satisfazendo carecimentos individuais e sociais, reafirmando, assim, a racionalidade do capital ao passo que obscureceria a sua reprodução crítica:

“Desta maneira, as passagens sequenciais postas pela forma simples, singular ou acidental da mercadoria, são modos de aparecer da forma valor que, portanto, relacionam-se, enquanto aparência, como um aspecto que, em sua expressão fenomênica, afirmam a posição do capital enquanto negação do que parece ser” (ALFREDO, 2013, p. 46).

Mas, como apontado anteriormente, não se trataria de um engodo, mas algo necessário à realização da sociabilidade pela mercadoria que, naturalizada, nos apareceria como uma “necessidade absoluta” para a reprodução social. Como bem observariam, ALFREDO (2004) e GIANNOTTI (2000), a realização do capital, como sociabilidade, exigiria que o mesmo se pusesse para o pensar como um conceito plenamente realizado, sob quaisquer condições, eludindo a aporia que se constituiria na relação entre capital e trabalho e que ***“põe, justamente, a impossibilidade de efetividade conceitual”*** (ALFREDO, 2004, p. 22). As crises assumiriam, sob o fetichismo do capital, uma aparência de contingência em relação ao próprio modo de produção capitalista, sendo tomadas como resultantes de causas externas ao processo produtivo, pois o conceito, tomado aprioristicamente, afiançaria sua racionalidade. O capital poderia ser infinitamente repostado pois, o mesmo seria racional e suas crises resultariam da não aplicação adequada dessa racionalidade, devendo ser contornada (a crise), por meio de mais racionalização. MARX (1988) ao fim de sua análise sobre a “fórmula trinitária” concluiria que, sob o fetichismo do capital, aos indivíduos pareceria que ***“as conexões do mercado mundial, suas conjunturas, o movimento dos preços no mercado, os períodos***

do crédito, os ciclos da indústria e do comércio, as alternâncias de prosperidade e crise” (MARX, 1988, L. III, v. V, p. 262), se constituiriam, *“como leis naturais onipotentes (...) impondo-se a eles como uma cega necessidade natural”* (1988, idem).

O positivismo, diante dessa realidade invertida, se tornaria o método científico por excelência. Afinal, diante da racionalidade absoluta da mercadoria, não nos restaria nada a fazer senão positiva-la, ou seja, caberia à sociedade se mobilizar para repor, infinitamente, o capital. Nesse sentido, o positivismo não se colocaria como opção para a Ciência, e sim condição para sua existência (o que destituiria a possibilidade de se criticar, o capital, pelo positivismo). Marx, ainda no primeiro livro de “O Capital” (1988), nos alertaria quanto ao caráter fetichista da Ciência, haja visto que a mesma resultaria da forma de consciência moderna, onde o capital se poria como um “a priori” racional que envolveria todo o pensar em seu invólucro:

“A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa post festum e, por isso, com resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta, não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo” (1988, L.I, v. I, p. 73).

Sendo o capital essa *“cega necessidade natural”* (op. cit.), nada mais restaria à sociedade se não o reafirmar, buscando a superação para suas crises, mesmo que isso custe a destruição do produto social, como fora observado no procedimento de compra e queima de estoques de café, realizados pelo governo brasileiro após a crise de 1929 (NETTO, 1979), ou mesmo, na destruição de vidas humanas em duas guerras mundiais. Apesar de tais desventuras, o caráter racional do capital continuaria inquestionável. A Ciência se tornaria fiadora dessa racionalidade (e também de sua inquestionabilidade), à medida que se poria como impeditivo para o acesso à totalidade do real (acumulação e crise, simultaneamente). Sem peias, a Ciência permitiria ao capital atingir níveis de produtividade que, para além de se colocarem como barreiras à reprodução do valor,

ameaçariam a própria manutenção da vida no planeta, reafirmando o caráter contraditório da sociedade moderna que, ainda que possua milhões de miseráveis que não teriam, sequer o que comer, produziria de forma tão desenfreada que estaria a beirar o esgotamento dos recursos disponíveis no planeta. Tal seria o legado da Ciência que, racionalizada como desenvolvimento das potencialidades humanas, em si e para si, se tornaria inquestionável.

Os níveis de automação, permitidos pelo desenvolvimento tecnológico, tornariam o trabalho vivo residual na composição orgânica do capital, eliminando, sistematicamente, postos de trabalho e, simultaneamente, a mais-valia necessária à remuneração do desenvolvimento das forças produtivas⁶². A compensação seria buscada pela aceleração da velocidade de rotação do capital, para que se compensasse, pelo aumento no número de rotações, a quantidade reduzida de mais-valia produzida em cada ciclo. Mas sob condições de desenvolvimento constante de forças produtivas, onde a mais-valia produzida seria disputada, ferrenhamente, por cada capital individual, como condição para a reposição da forma constante do capital, qualquer custo que detraia valor da massa social de mais-valia produzida, ameaçaria a reprodução do capital como um todo. Sendo assim, o “tempo zero de circulação”⁶³, como condição para a manutenção do processo de valorização (haja visto que a circulação da mercadoria detrairia valor, portanto, se constituiria em custo), marcaria o ponto de inflexão a partir do qual o trabalho não seria mais capaz de remunerar o capital, negativando-se, assim. Não se trataria de sua dissolução (o que a própria realidade nos confirmaria), pois permaneceria como relação social fundamental sem a qual não haveria a sociabilidade pela mercadoria, no entanto, contraditoriamente, não seria mais capaz de produzir valor, suficiente, para remunerar sua própria produtividade. Mas a questão que se colocaria seria: se a relação social denominada “trabalho”, que fundaria a sociabilidade pela troca, atingira sua negatificação completa, como a sociedade moderna continuaria a se reproduzir? Dar um salto para o futuro, como se observaria nos argumentos pós-modernistas, e afirmar que o moderno passou, se constituiria em um exercício arriscado, ou mesmo, fetichista, haja visto que nossa projeção de futuro e passado se encontram limitados pelo universo categorial desdobrado pelo valor. O que se poria como desafio para a crítica hodierna ao capital que,

⁶² A chamada “Terceira Revolução Industrial”, seus antecedentes e seus resultados, se encontram esmiuçado por Ernest MANDEL, em seu “Capitalismo Tardio” (1985).

⁶³ A questão do “tempo zero de circulação” será retomada no capítulo seguinte, onde buscaremos expor seus efeitos sobre a sociabilidade hodierna.

por sua vez, parece ter excedido as expectativas do próprio Marx quanto a sua capacidade de se repor como sociabilidade, seria, no nosso entender, o de desvendar como a sociabilidade pela mercadoria permanece, mesmo sob a negatificação do trabalho⁶⁴. Se uma aparente autonomização do dinheiro⁶⁵ se apresentaria como capaz de suprir os níveis críticos de produção de valor, tal ilusão se desfaria tão logo o crédito, que permitiria romper temporariamente a relação entre compra e venda, encontrasse seus limites no endividamento individual e social. Mas isso não eliminaria o caráter fetichista do dinheiro que, como mediador universal das relações sociais, apareceria como sendo a coisificação dessas relações, permitindo que se vislumbresse, no mesmo (no dinheiro), a capacidade de produzir valor e, assim, se autorreproduzir:

“O dinheiro como mercadoria nos mercados financeiros é, portanto, capital que rende juros, diferentemente do capital empresarial ‘real’, que organiza a efetiva valorização substancial [pela exploração do trabalho]⁶⁶. Do ponto de vista deste capital que rende juros, a fórmula da valorização reduz-se a D-D’[dinheiro-dinheiro]; ou seja, o dinheiro, aparentemente sem intervenção da produção real de ‘M’[mercadoria], ganha imediatamente, como mercadoria, a ‘qualidade oculta’ de gerar - pretensamente de si mesmo – ‘mais dinheiro’” (KURZ, 2002)

Resultaria da própria lógica interna ao processo de valorização, que grandes porções de valor se fixassem na forma de dinheiro pois, quanto menor se tornasse o tempo de rotação do capital, mais dinheiro se poria à disposição em busca de valorização, haja visto que, como demonstrado anteriormente, se faria necessário menores quantidades do mesmo (do dinheiro) para que o processo produtivo se repusesse ciclicamente. Se os investimentos produtivos não absorvessem, por completo, essa massa de dinheiro, sua destinação recairia sob qualquer forma de contrato no qual o prestador se comprometesse a pagar os juros estabelecidos. Os investimentos poderiam, ou não, se

⁶⁴ Sobre a questão relacionada a negatificação do trabalho verificar, Fabio Teixeira PITTA, “As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008”, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2016.

⁶⁵ “Aparente”, pois continua determinado pelo processo de valorização, buscando, na forma de capital-dinheiro, participação sobre resíduos de mais-valia, onde quer que esses se encontrem. Os juros, em sua forma estritamente capitalista, somente existem em sua relação para com o processo de produção de valor. Não mais havendo o segundo, não mais haverá o primeiro.

⁶⁶ Os colchetes e seus respectivos conteúdos, são nossos.

darem como mera ficção, ou seja, uma justificativa juridicamente aceita que permitisse o empréstimo, mesmo que seu fim fosse a especulação. Se não houvesse geração de valor que pagasse o empréstimo, poderia ocorrer o calote, mas esse poderia ser adiado por longos períodos, por meio de instrumentos de rolagem de dívidas (refinanciamento da dívida). Sob condições em que o capital estaria a produzir quantidades crescentes de valor, a ficcionalização do capital seria a consequência advinda de sua altíssima produtividade que elevaria a desproporção entre o mais-valor produzido e a capacidade da sociedade em realiza-lo, resultando em inversões de qualquer espécie nas quais se vislumbresse a possibilidade (como simples promessa) da obtenção de algum ganho. No entanto, com o advento da microeletrônica, que permitiria que o trabalho vivo atingisse níveis residuais, ao passo que exigiria enormes investimentos em capital-fixo, a massa social de mais-valia se tornaria insuficiente para pagar o capital constante (mais especificamente o capital-fixo), o que inseriria o crédito como elemento central para a reprodução do capital como relação social universal. KURZ (2002) exporia o problema nos seguintes termos:

“... o aumento à escala secular da intensidade do capital (que, em Marx, figura como "incremento da composição orgânica" do capital) exige um emprego cada vez maior de capital monetário, que, todavia, pode mobilizar cada vez menos trabalho por cada unidade de capital. Este facto exprime-se também no plano monetário: trata-se da crescente importância já descrita do capital que rende juros. Por outras palavras: o real capital empresarial "atuante", que utiliza trabalho abstrato na efetiva produção de mercadorias, deve recorrer cada vez mais ao capital monetário, tomado de empréstimo ao sistema bancário, para poder continuar a valorizar o valor” (KURZ, 2002, n.p.)

Sob o tempo social médio de reprodução, estabelecido pela chamada “Terceira Revolução Industrial”, a exploração do trabalho exigiria grandes investimentos de capital, o que subordinaria os capitais produtivos ao capital monetário que, por sua vez, se tornaria o financiador social da produção. Mas à medida que a massa de mais-valia se reduziria, a mesma deveria circular através de quantidades crescentes de unidades físicas de mercadoria (se aumenta o número de unidades de mercadoria para se compensar a exígua

quantidade de valor por unidade). O aporte ao mercado de quantidades crescentes de mercadorias exigiria que o próprio consumo individual passasse a ser financiado, o que constituiria um novo ramo para o capital monetário que se poria no chamado varejo. Não apenas da mais-valia social, mas também, diretamente, dos salários, passaria o capital monetário a retirar seus lucros. O que a expansão do crédito nos revelaria seria que o capital não seria mais capaz de produzir valor, suficiente, para remunerar sua produtividade. O trabalho já não daria conta disso, pois a quantidade de mais-valia, por ele produzido, não pagaria os enormes investimentos realizados para sua exploração. Mesmo que os capitais mais produtivos concentrassem a apropriação da mais-valia social, tal apropriação seria solapada no momento em que o “tempo zero de circulação” tornasse impossível a valorização. O que se observaria, na atual fase do capital (e que estaríamos a vivenciar), seria o consumo de trabalho futuro, haja visto que a compra não se daria mediante a venda, o que negativaria a mais-valia produzida no presente e no futuro pois, ambas se encontrariam penhoradas pelo consumo antecipado do produto social. O dinheiro apareceria, assim, suprimindo a mais-valia. No entanto, a mais-valia se constitui em trabalho excedente, extraído do trabalhador, enquanto o dinheiro creditício, pelo contrário, é capital que busca valorização pela apropriação de parte do produto social. Sendo assim, o resultado da expansão do crédito, como ficção de mais-valia, não poderia ser outro senão o endividamento generalizado sem o qual não seria possível a reprodução da sociabilidade pela mercadoria. O endividamento pessoal seria a parcela da crise do trabalho que caberia a cada indivíduo, e os juros, cobrados pelo capital financeiro, se constituiriam no custo cobrado, à toda sociedade, pela sua incapacidade de explorar trabalho, sendo essa, contraditoriamente, uma sociedade fundada no trabalho. Por consequência, a crise, como forma lógica de reprodução do capital, portanto intemporal, apareceria, historicamente, em intervalos sempre menores, com frequência ascendente, pois o crédito se encontraria limitado pela capacidade de endividamento social, principalmente no âmbito dos salários. Ao atingir tal limite, o dinheiro não poderá continuar a impulsionar a produção, levando o capital, mobilizado pelo uso do crédito (financiando o consumo ou a produção), à desvalorização e ao ajuste pela reconexão violenta entre os momentos de compra e venda (como nos havia demonstrado MARX (1988), há mais de um século), eliminando os excedentes de capital e força de trabalho. Os intervalos de aparente prosperidade (“ondas longas”, como diria MANDEL (1985)) se tornariam tão curtos quanto as estações do ano e, assim, a crise seria incorporada ao cotidiano onde assumiria a forma da violência pela competição interpessoal (cada

indivíduo tenta se livrar de sua parcela da crise transferindo-a ao outro) e da constante pressa, resultante da necessidade de se fazer circular mercadorias e dinheiro sob o tempo social médio que estaria a pôr a impossibilidade de sua efetivação (“o tempo zero de circulação” expressaria tal impossibilidade) como forma possível de se reproduzir a sociabilidade. Ao desemprego, como resultado lógico do desenvolvimento da capacidade produtiva social, se somaria o tempo livre para a realização da mercadoria, sendo esse destinado ao consumo, estudos, práticas esportivas, ou, simplesmente, para se passar manhãs inteiras nas filas de distribuição de comida gratuita (ou mesmo, à preços subsidiados), ou longas tardes nas filas dos albergues destinados aos chamados “moradores de rua”.

Mas se por um lado, afirmar a racionalidade do capital derivaria de nossa forma de consciência fetichista, assumir sua irracionalidade (apartada de sua racionalidade) também o racionalizaria pelo fetichismo. Tomemos como exemplo o ressurgimento do fundamentalismo religioso, personificado por Osama Bin Laden e seus seguidores. Não sendo possível transcender o invólucro que delimitaria o pensar sob o moderno, tais movimentos personificariam a sociedade ocidental como o sujeito de todas as misérias que vitimariam o mundo. Por outro lado, não ocorreria a renúncia às relações mediadas pela mercadoria, ou seja, a “guerra santa”, antiocidental, dependeria de meios mundanos, obtidos pela mediação do dinheiro. Em suma, se assumiria a irracionalidade fundamentalista (um retorno a obscurantismo pré-moderno),⁶⁷ como alternativa à racionalidade expressa pelo ocidente, mas o capital, como relação social universal, permaneceria intacto. Por fim, caberá, exclusivamente, ao capital incorporar, ou não, essa forma particular de efetivação da sociabilidade pela mercadoria. A manutenção, ou não, dos valores ocidentais, como também do fundamentalismo religioso, diriam respeito, apenas, à lógica da valorização, ao passo que o não reconhecimento do caráter contraditório do capital, simultaneamente, racional e irracional, apenas esconderia o caráter tautológico dos conflitos que apareceriam sob a ideologia antiocidental.

Reconhecer que nossas relações sociais se dariam de forma fetichista, e recolher a crítica à imanência da lógica da valorização, se põe como condição para que o capital revele seu caráter aporético, ou seja, uma contradição que não se resolve e, por isso, se

⁶⁷ Obviamente que tal obscurantismo é produto de uma forma de consciência moderna, portanto, racional. O obscurantismo resultaria da iluminação pressuposta no moderno. Por outro lado, o valor fundamentaria, tanto a racionalidade ocidental, quanto a irracionalidade fundamentalista.

efetiva por meio dessa forma de consciência que toma o real como absolutamente racional. Somente assim, a sociabilidade moderna, em sua falta de sentido para os indivíduos (portanto, irracional), poderia ser repostada. Mas, se por um lado, pensar o capital, a fim de critica-lo, exigiria que percorramos suas categorias, evidenciando o caráter contraditório de cada uma delas, por outro, admitir que tal universo categorial se constituiria no limite para esse pensar, nos levaria a reconhecer que não podemos nos desvencilhar do fetichismo. Se as categorias do capital se constituem em relações sociais coisificadas, não se poderia sequer falar do capital sem que recorramos ao fetichismo. Falar das relações sociais modernas, sem sua coisificação, as tornariam ininteligíveis pois, a coisa e a relação social por ela mediada, se encontram entranhadas, uma na outra, e não fariam sentido sem esse entranhamento. As ilusões presentes na pressuposta igualdade nas trocas e na liberdade formal dos indivíduos (livres para venderem sua força de trabalho), relegariam a crítica ao âmbito moral, onde o reivindicar essa igualdade, ou liberdade, a bem daqueles que não se encontrariam beneficiados pelas benesses do capital, se tornaria o mote de uma crítica lamurienta. Tais ilusões se reafirmariam à medida que se objetivariam nas formas sociais, como a democracia, o direito ou a cidadania (cujo único conteúdo seria o valor), e que permitiriam que os indivíduos aparecessem como sujeitos de sua realidade. Dessa forma, se buscaria analisar nossa forma de sociabilidade sem que se transitasse pelo universo categorial, por meio do qual, seriam mediadas nossas relações sociais. O fetichismo estaria incorporado positivamente e, por isso, a contradição se obscureceria. Nesse sentido, a Ciência e o seu método científico por excelência, ou seja, o positivismo, tropeçariam, inevitavelmente, no fetichismo, pois, ao afastarem a contradição do pensar científico, impediriam que a irracionalidade se colocasse como resultado contraditório da racionalização promovida por meio das ciências parcelares. À medida que racionalizariam o real, tais ciências reporiem, ampliadamente, a crise da sociabilidade pela mercadoria. Reconhecer que a crise de valorização é, antes de mais nada, uma crise do nosso modo de pensar (ainda que não saibamos como supera-la) nos arranca as certezas por meios das quais a Ciência traveja nossa reflexão, nos permitindo, ao menos, admitir que há uma contradição entre a forma como pensamos e a forma como esse pensamento se efetiva no real. Portanto, antes que avancemos em nossas reflexões, sobre o tema central do presente trabalho, situemos a Geografia na contradição que perpassa a Ciência e suas formas particularizadas.

Capítulo 2 - Sobre mercadoria, racionalidade e Geografia.

Não se poderia negar o caráter instrumental da Geografia, sendo essa a baliza para sua conformação como ciência. Sendo a Ciência um instrumento racionalizante do real, o seu sentido não poderia ser outro senão o de suprir a falta de sentido⁶⁸ de um processo de reprodução social onde os indivíduos se inseririam, acessoriamente, à reprodução da mercadoria. A Geografia, como ciência parcelar, deveria, portanto, dar conta de racionalizar uma realidade onde a irracionalidade da crise de reprodução do valor despontaria a todo momento. Tomemos como exemplo as teorizações de Friedrich Ratzel, um dos fundadores da Ciência Geográfica. Sua obra atribuiria um sentido racional ao imperialismo germânico, à medida que tal processo imbricaria o expansionismo do capital às necessidades dos indivíduos. O Imperialismo (sob sua especificidade germânica, ou em seu sentido genérico), ao estar fundado em contradições, à medida que poria como necessidade para a reprodução dos indivíduos, um processo expansionista que, em última instância, somente possuiria um sentido em si mesmo, apareceria racionalizado ao ser justificado como uma busca pela satisfação dos carecimentos de uma sociedade específica, no caso, a germânica. Não por acaso, RATZEL (1990), direcionaria suas teorizações, no sentido de imbricar território, povo, e técnica, como a unidade que determinaria o destino dos indivíduos (1990, p. 72-82). Há que se reconhecer que em sua defesa do expansionismo germânico, realizada sem o recalque moral, característico de nossa sociabilidade, Ratzel ensejaria questionamentos quanto à relação entre “raça” e “técnica”, à medida que essas categorias seriam introduzidas na justificação do colonialismo, a partir da suposta “superioridade”,⁶⁹ atribuída à “raça caucasiana”, de desenvolver seus meios de produção. Ao imbricar raça e técnica, Ratzel fetichizaria a contradição entre acumulação e crise, à medida que o acumular apareceria, em seus

⁶⁸ Sobre o “suprir a falta de sentido” do processo de valorização, por meio da racionalização científica, verificar, Ruy FAUSTO, “Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A produção capitalista como circulação simples”, 1997.

⁶⁹ RATZEL (1990) não abrandaria os seus argumentos a fim de escamotear os seus fundamentos em uma suposta superioridade da raça branca-europeia. Diria o autor: **“Evidentemente seria estultice negar que no nosso tempo a civilização mais elevada pertence a chamada raça caucasiana ou branca”** (1990, p. 128). Seria um esforço inútil repreendermos Ratzel por tal declaração pois, em uma sociedade onde fetichismo fundamenta a forma de se pensar, pondo-se como método científico, os fenômenos ganham autonomia e se tornam autoexplicativos. Se a análise antropológica de Ratzel se arma como manifestação fenomenológica da lógica da valorização, outra não poderia ser a sua interpretação senão aquela que apontaria a superioridade racial daqueles que apareceriam como os sujeitos do processo de modernização.

argumentos, como o resultado da superioridade da “raça caucasiana” e de seu desenvolvimento técnico. Por outro lado, a não acumulação, ou mesmo, o não desenvolvimento das relações mediadas pela mercadoria, apareceriam como um traço de inferioridade racial. Em suma, seus argumentos poriam o componente racial como fundante da superioridade técnica, racionalizando, assim, as contradições do processo de valorização, por meio de uma estratificação racial baseada na suposta capacidade, inerente aos indivíduos pertencentes à determinado grupo racial, de explorar os recursos a sua disposição (territorialmente localizados), tornando, assim, “moralmente” aceitável a expansão do capital germânico sobre áreas do globo habitadas por povos considerados “racialmente” (e tecnicamente) inferiores. Haveria, portanto, um sentido teleológico no expansionismo colonial, por meio do qual se justificaria a exploração dos recursos disponíveis no globo, por parte daqueles que se encontrassem mais capacitados, tecnicamente, para fazê-lo. Ou seja, Ratzel buscaria racionalizar a expansão do capital por meio da teleologia do expansionismo colonial. Sob a racionalidade da técnica, tomada como traço racial, a irracionalidade do valor, que se revelaria no constante desenvolvimento de forças produtivas, resultante do caráter crítico de sua reprodução, ficaria ao largo da análise de Ratzel, não revelando o fundamento contraditório da expansão do capital, mais especificamente, em sua particularidade germânica. Ainda que o capital estivesse plenamente desenvolvido em porções significativas da Alemanha, esta, ao se constituir tardiamente como Estado nacional, adiaria sua entrada na disputa por mercados coloniais. Ratzel expressaria, em sua obra, a premência de se obter novos mercados para a indústria alemã, devendo o poderoso estado germânico, superar as desvantagens que sua formação tardia, em relação aos demais estados nacionais, lhe conferira na partilha colonial. Sendo assim, os escritos de Ratzel refletiriam a necessidade da formação do estado nacional como precedente lógico para que a tríade capital, terra e trabalho, se estabelecesse, permitindo, assim, a subsunção real dos indivíduos à lógica da valorização e a realização da acumulação pressuposta na fórmula trinitária. Como mobilizar a força de trabalho e garantir a propriedade privada da terra e dos meios de produção, sem a coerção estatal, seja ela por violência econômica ou extra-econômica? Como subsumir novas áreas do globo, ainda intocadas pelo capital, sem a constituição de exércitos permanentes? No âmbito germânico esses entraves somente seriam resolvidos no momento em que potências capitalistas, como a Inglaterra e a França, já teriam partilhado, entre si, as porções do globo a serem anexadas à reprodução dos seus capitais. MARX (1988), não deixaria dúvidas quanto a indispensabilidade de estados nacionais,

consolidados, para que as relações mediadas pela mercadoria fossem impostas aos indivíduos. Ao tratar da “Legislação Sanguinária”, (1988, L.I, v II, p. 265-270), promovida pelos monarcas ingleses, como forma de sujeitar os indivíduos à lógica da valorização, Marx demonstraria que somente com o poder centralizado nos estados nacionais (diferentemente do poder descentralizado que caracterizaria o feudalismo), fora possível romper a resistência que os resíduos da sociabilidade feudal impunham ao avanço do capital. Por outro lado, sob o fetichismo do nacionalismo a guerra apareceria racionalizada. Fosse destinada à anexação de colônias ou à destruição dos “inimigos da nação”, a guerra, posta como necessária à preservação dos interesses nacionais, justificaria o sacrifício de milhares de indivíduos em conflitos cujo fim não seria outro senão o de obter-se uma pretensa equalização entre a produção e a realização da mercadoria. De forma não menos racionalizante, o colonialismo, promovido pelos Estados nacionais industrializados, adquiriria um sentido civilizatório nos escritos de Ratzel, sendo apresentado como a redenção oferecida àqueles que viveriam sob as trevas da pré-modernidade⁷⁰. Dessa forma, o caráter crítico da sociabilidade pela mercadoria, que levaria à constante expansão das relações mediadas pelo valor, se expressaria, fenomenologicamente, como busca pelo “espaço vital” (MORAES, 2003), necessário à satisfação e plena realização das potencialidades da sociedade germânica, unificada pelo fetichismo nacionalista, forma pelo qual o valor a envolveria (à sociedade germânica) na concorrência intercapitalista. A luta de “todos contra todos”, como forma de sociabilidade, se expressaria como contenda entre nações, nos momentos em que as crises impusessem a necessidade da destruição do capital excedente, como forma de se reestabelecer as trocas. Sendo assim, o sujeito da racionalização, sob os argumentos de Ratzel (e, bem provavelmente, de todo pensador positivista), seria o Estado, sendo esse o único ente capaz de plasmar os interesses individuais em interesses gerais, sob a forma do nacional. Ratzel veria estados nacionais em toda e qualquer sociedade (1990, p. 141-150), seja ela moderna ou pré-moderna, presente ou extinta, sendo a ontologização do Estado um dos fundamentos de seu argumento. Sendo a racionalidade a forma de consciência moderna, a interpretação, não apenas do presente, mas também do passado, deveria passar pelo seu crivo, o que faria da História um argumento racionalizante que

⁷⁰ Ratzel, em seu texto “Posição, Configuração e Grandeza da Humanidade” (in “Ratzel”, organizado, por Antônio Carlos Robert Moraes, 1990, p. 112-121) afirmaria que: ***“A natural superioridade numérica dos povos civilizados é certamente um importante fator da difusão, não contínua, mas sempre crescente da civilização sobre a terra (...) Dessa forma a difusão da civilização se apresenta como um processo de expansão dos povos civilizadores sobre a terra”*** (1990, p. 121)

atribuiria um sentido evolutivo ao tempo, culminando na sociedade moderna. Para racionalizar o que espacialmente se revelaria irracional (contradição, portanto, simultaneidade entre racional e irracional onde o primeiro encontra-se negado), Ratzel recorreria à História que, por sua vez, estaria a revelar o sentido evolutivo da racionalidade, sendo o irracional algo a ser superado no tempo. Os estados nacionais, menos avançados tecnicamente, estariam destinados, a bem da civilização, a serem fagocitados pelos mais avançados. O tempo seria a força racionalizante que a tudo abarcaria e que, portanto, poria a Ciência e a História em perfeita consonância, tornando o espaço algo secundário, um testemunho da inexorabilidade do desenvolvimento da racionalidade. Por conta disso, a Geografia se enredaria em interpretações temporais, por meio de abordagens historicistas onde a racionalização “apareceria” mais promissora como possibilidade de superação, o que lhe garantiria o seu lugar entre as ciências parcelares. Quanto ao espaço, o mesmo deveria tornar-se uma metáfora do tempo pois, a partir dele somente se chegaria na contradição entre o racional e o irracional, algo que deveria ser evitado.

De forma semelhante seriam conduzidas as reflexões de Vidal de La Blache, outro precursor da ciência geográfica, que encontraria nos “gêneros de vida” uma ancoragem para seus argumentos que buscariam escamotear os efeitos do adensamento das trocas e a penetração de forças produtivas no agrário. A expansão do capital na França, ao longo do século XIX, estaria a promover a divisão campo-cidade que, paulatinamente, esfacelaria as antigas relações sociais rurais presentes no país natal de La Blache, o que ameaçaria a unidade nacional francesa, costurada pelo agrário. Apegar-se aos “gêneros de vida” se constituiria, assim, na “tábua de salvação” para a nação francesa, ameaçada pela irracionalidade da industrialização e urbanização.

La Blache, ao tomar relações de produção como “gêneros de vida” (haja visto que suas observações se dariam no momento em que o capital encontrar-se-ia plenamente desenvolvido), tatearia os fenômenos em busca de algo que lhe permitisse fundamentar suas observações em algo que reafirmasse os indivíduos como sujeitos de sua realidade. Sujeito e objeto, cindidos no tempo (agora sujeito e, depois, o objeto a ser conhecido), permitiriam atribuir um sentido “humano” aos fenômenos particularizados localmente, pondo o fundamento dos mesmos nos carecimentos dos indivíduos e na satisfação desses carecimentos, passando, assim, ao largo do valor como emulador das relações sociais

observadas pelo autor. A relação entre o homem e o meio, ou, mais precisamente aquilo que definiríamos como natureza, estaria a fundamentar os chamados “gêneros de vida”:

“Um gênero de vida constituído implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem se faz sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde os primórdios das civilizações, essa ação não foi negligenciável. ” (LA BLACHE, 2005, p. 114).

La Blache refletiria o moderno sobre o passado, atribuindo um sentido transhistórico àquilo que definiria como “gêneros de vida”. Sendo assim, o tempo conferiria um sentido racional àquilo que La Blache buscaria afirmar como algo que acompanharia os indivíduos transhistoricamente, mas que, no entanto, se constituiria em relações sociais de produção datadas, mais precisamente, modernas. La Blache identificaria no agrário francês a racionalidade que, por sua vez, estaria sendo esfacelada com o avanço da industrialização⁷¹, impondo a aplicação de forças produtivas e tornando o campo um setor acessório à indústria urbana⁷². No entanto, o rural observado por La Blache, se constituiria em realidade moderna, portanto, perpassada pela irracionalidade do valor. Sendo assim, o aparente equilíbrio que “apareceria” em seus “gêneros de vida”, e que apontaria no sentido da possibilidade da relação harmônica entre o homem e seu meio, constituir-se-ia em um momento do desenvolvimento do capital que, apartado da totalidade (o próprio desenvolvimento do capital como um todo), permitiria que o mesmo fosse interpretado racionalmente. Por outro lado, ao transhistoricizar as relações sociais observadas no agrário francês, La Blache encaminharia suas reflexões no sentido de ontologizar o trabalho pois, a partir do seu argumento, o trabalho possuiria seu sentido na satisfação das necessidades do homem, se dando sob as determinações dos meios disponíveis e do desenvolvimento técnico, de cada sociedade. Para tornar mais claro o nosso argumento, recorramos a KURZ e seu texto, “A Substância do Capital” (2002):

⁷¹ LENCIONI (2003), identificaria na afirmação das comunidades rurais, desenvolvida pela geografia lablachiana, a busca por uma “*harmonia*” (2003, p. 102) que o desenvolvimento do capital industrial, na França, teria abalado.

⁷² Segundo MORAES (2003), “os gêneros de vida” lablachianos apareceriam como uma forma de reprodução simples (2003, p. 71-72), ou seja, sob padrões produtivos constantes, o que lhes conferiria um sentido racional.

“...o dispêndio fisiológico de energia humana em termos puramente “naturais”, não pode ser separado da forma concreta desse dispêndio. Porém, é precisamente isso o que acontece socialmente na abstração do trabalho. E este abstrair da forma concreta do dispêndio não é racional nem transhistórica. Se, por exemplo, disséssemos a um egípcio antigo que estivesse a pescar que não estava a apanhar peixe, mas que estava a despendar “nervo, músculo e cérebro” em sentido abstrato, ele teria todos os motivos para duvidar da nossa saúde mental. Tal afirmação apenas faz “sentido” no contexto da abstração real moderna” (KURZ, 2002, p. 11)

Identificando na sociedade francesa a racionalidade posta, La Blache defenderia que essa sociedade se colocasse como agente civilizador (assim como o fizera Ratzel, em relação à sociedade germânica) que, não apenas poderia, mas deveria, levar a civilização aos povos ainda não tocados por essa racionalidade (MORAES, 2003, p. 73). Se as relações sociais de produção, desenvolvidas em território francês, expressariam uma racionalidade absoluta, onde o homem estaria em harmonia com seu meio, o colonialismo francês não poderia ter outro sentido senão o de civilizar o mundo, distribuindo tal racionalidade como dádiva. Não se trataria, aqui, de produzir um libelo contra tal colonização, mas sim de apontar a forma como a lógica da valorização se apresentaria a uma consciência racionalizante.

Por outro lado, as contradições, que estariam a mover o desenvolvimento de forças produtivas, assumiriam, sob as interpretações “científicas” da Geografia francesa, um sentido racional que se expressaria em uma categoria dentre as mais caras à ciência geográfica, ou seja, a região. As constantes adaptações teóricas que buscariam reafirmar a região, dentro da ciência geográfica, adaptando-a ao desenvolvimento contraditório do capital, seriam reveladoras dos limites que o processo de valorização imporia a sua racionalização. Se os “gêneros de vida” não resistiram à grande indústria e a subsunção do agrário ao urbano, os chamados “fluxos” buscariam atribuir um caráter dinâmico à região, em uma tentativa de dar conta do processo crítico de reprodução do capital, e da necessidade de se reconstituir a acumulação, onde quer que ela se revelasse em crise. As considerações de LENCIONI (2003), sobre a incorporação dos “fluxos” ao conceito de região, ajudarão a esclarecer nosso argumento:

“A análise da sociedade, cada vez mais urbana e metropolitana, traduziu-se na ideia do espaço como um campo de ação de fluxos” (2003, p. 141)

E concluiria:

“O desenvolvimento dessa perspectiva na Geografia significou o abandono da ideia da região como síntese dos aspectos naturais e humanos, para se vincular à organização do espaço” (Idem, ibidem).

Ou seja, os “fluxos”, de pessoas, mercadorias, dinheiro, etc. (em suma, de capital), definiriam a região, portanto, direciona-los (como se todo o processo de valorização não passasse “às costas” da sociedade), poderia trazer modificações à realidade regional. O que se punha como tarefa (irrealizável, diga-se de passagem) para a Geografia, não apenas revelaria os seus limites (e de toda a Ciência), suscitando, mais adiante, discussões sobre a suposta crise da Geografia (MORAES, 2003), mas também impulsionaria uma especialização crescente dos profissionais a quem se confiaria a tarefa de superar os entraves à acumulação (entraves postos pela própria valorização). Mas a Geografia não poderia encontrar formas de superar a aporia do processo de valorização que, em seu movimento, destituiria seus próprios pressupostos. Nesse sentido, a crise estaria para além da Geografia, encontrando-se no próprio pensar resultante das relações sociais mediadas pela mercadoria. Tratar-se-ia da crise da própria forma de consciência moderna, onde o pensar se encontraria em contradição com sua efetivação no real. Sendo assim, a região expressaria essa contradição, ou seja, a região seria uma forma de apartar a acumulação de seu momento irracional, nos permitindo enxergar, fetichistamente, uma aplicação perfeita do capital onde a acumulação estaria a ocorrer, e uma aplicação deficiente (do capital) nas regiões em crise. Dessa forma o caminho para a superação se encontraria aberto, haja visto que, havendo uma aplicação perfeita do capital, a região em crise tenderia a desenvolver a acumulação.

De forma semelhante, a racionalidade se replicaria na assim chamada, “diferenciação de áreas”⁷³, proposta por Richard Hartshorne (a partir da teorização de Alfred Hettner), revelando que o capital instaurara uma forma única de se pensar, sendo

⁷³ Segundo LENCIONI (2003): *“Quando Hartshorne se refere à “área” está se referindo, numa outra linguagem, à região”* (2003, p. 127)

o desenvolvimento científico a expressão dessa unidade do pensamento. De forma bastante conveniente, passaria a Geografia a julgar, esteticamente, aquilo que se encontraria em consonância com a acumulação, como também aquilo que careceria de racionalização. Afinal, um procedimento que toma as formas particularidades do real como fundantes de suas próprias diferenças, em relação umas às outras, somente as diferencia formalmente, portanto, esteticamente. Ficaria, assim, a racionalidade a salvo, à medida que a diferença seria contingente e, na sua contingência, passível de racionalização e assemelhamento com aquilo que se julgaria racional. Hartshorne seria um dos anunciadores da “virada” que se processaria na Geografia, ao passo que também se tornaria um dos últimos representantes da escola ratzeliana/lablachiana, revelando que a Ciência Geográfica deveria se por pari-passu com aquilo que seria exigido da Ciência, diante da expansão do capital e de suas crises, sob o risco de transformar-se em excentricidade acadêmica, caso não cumprisse com seu papel racionalizante. A geografia hartshorneana se mostraria tão descritiva quanto aquela presente na “Antropogeografia” de RATZEL (1990), ou nas monografias dos discípulos de La Blache ⁷⁴, mas traria uma preocupação mais urgente e bem afinada com o momento, sendo essa, a necessidade de produzir instrumentos teóricos capazes de contribuir para o planejamento: ***“O que a Geografia mais necessita hoje em dia, como ponderou um crítico do primeiro rascunho do presente escrito, é a elaboração de novos critérios conceituais e de meios mais eficientes para medir as relações que existem entre fenômenos”*** (HARTSHORNE, 1978, p. 10)

E concluiria mais adiante:

“Acredito que os geógrafos norte-americanos elaboraram, no transcurso desta última década, maior número de conceitos e métodos importantes e úteis do que em qualquer período anterior. Entre os inúmeros que poderiam ser relacionados, mencionaríamos a elaboração de métodos estatísticos para a análise de mercados como fator da localização de indústrias e para a correlação de vários fenômenos urbanos, bem como processos cartográficos-

⁷⁴ Jean BRUNHES nos forneceria alguns exemplos das “entediadas” monografias regionais, em sua “Geografia Humana” (1962).

estatísticos combinados, visando a estabelecer a vinculação entre fenômenos relacionados entre si. Tais instrumentos poderão nos proporcionar métodos analíticos que permitam realizar uma revolução no que diz respeito à rapidez e a exatidão, ao determinar-se a correlação” (HARTSHORNE, 1978, idem).

Hartshorne estaria, assim, a anunciar que o tempo das longas e entediantes monografias descritivas havia se passado. A Geografia deveria contribuir de forma efetiva para a superação das crises que se evidenciariam a todo momento. Como ciência a Geografia deveria justificar sua existência e apontar caminhos para a racionalização do real, e isso deveria se dar em consonância com a constante redução do tempo médio de reprodução do valor (não por acaso a preocupação com a “rapidez”, mencionada na citação acima). Por outro lado, não bastariam os levantamentos de fenômenos, reunidos de forma aleatória, “ao gosto” de quem o faz, mas sim a produção de instrumentos teóricos que restabelecessem, como “ilusão necessária”, uma pretensa supremacia do sujeito sobre o objeto. Hartshorne apontaria, a partir da própria Geografia que produzia, os limites que a velha escola ratzeliana/lablachiana encontrara na realidade, onde as crises de superprodução estariam a revelar os limites para a acumulação impostos pela produção fordista, em crise. Hartshorne anunciaria o que estaria por vir, mas não tomaria parte na mudança, o que lhe rendera críticas vindas daqueles que buscariam na matematização um instrumento mais adequado às necessidades do momento⁷⁵.

O que se colocaria entre a Geografia e a realização da tarefa que justificaria sua permanência no rol das ciências, seria o seu próprio fundamento fetichista, resultante de uma forma de consciência que se esquivaria das contradições que lhe perpassariam. Racionalizar uma realidade contraditória, racional e irracional, cuja efetivação se daria pelas determinações irracionais do processo de valorização, não se poria como possibilidade, a não ser pelo fetichismo. Em sua passagem do metafísico para o físico, e vice-versa, o pensamento moderno defrontar-se-ia com a contradição entre algo que seria produto do próprio pensar, portanto racional, mas que se realizaria à revelia do mesmo (irracionalmente), revelando o pensar como um procedimento determinado que,

⁷⁵ Sobre as críticas dos chamados neopositivistas (algunha que nos parece desnecessária, pois a reafirmação da racionalidade jamais sofreu qualquer ruptura que justifique o “neo”) à Hartshorne, verificar LENCIONI, 2006, p. 131-132.

dialeticamente, se constituiria em um não pensar. Para contornar a contradição que estaria a apelar o indivíduo moderno de sua condição de sujeito, ou se removeria o conteúdo social do real, para preenche-lo (o real) com algo aparentemente livre de contradições, ou se buscaria atribuir ao real um sentido temporal, que permitisse vislumbrar a superação da condição de não sujeito.

Seja pela matematização ou pela crítica, vertentes que caracterizariam a virada que se processaria no pensamento geográfico, no sentido de pôr a Geografia em consonância com que lhe seria exigido pelo processo de valorização (contribuindo para a reposição da sociabilidade pela mercadoria)⁷⁶, o positivismo se reafirmaria como unidade teórico-metodológica na Ciência Geográfica.

A “New Geography”, munida do positivismo lógico e em consonância com a reprodução do valor, tomaria o âmbito fenomênico do real como totalidade, traduzindo-o para uma linguagem matematizada que obliteraria, completamente, qualquer possibilidade de se alcançar o fundamento social da realidade apreendida. Mas para que propriedades matemáticas se objetivassem nas coisas, como propriedades naturais das mesmas, se faria necessário que a matematização estivesse subjetivada pelos indivíduos, ou seja, deveria tornar-se forma “a priori” do pensamento. A precisão do cálculo matemático somente se tornaria inquestionável à medida que a forma de consciência presente (ou, moderna), poria a lógica matemática como propriedade intrínseca aos objetos. Nesse sentido, a matemática apenas refletiria, sobre os objetos, a racionalidade como forma de consciência posta pelo valor. O objetivo seria o mesmo observado por DELLA VOLPE (1984) em relação à geometria, ou seja, o afastamento da contradição, pois, como “conhecimento concreto formal” (à exemplo da geometria) (DELLA VOLPE, 1984, p. 25), a matemática nos apareceria como sendo autofundada, repousando, de forma inquestionável, sobre os objetos, à revelia da sociedade que a desenvolvera como forma de consciência. Sob o positivismo, a matemática sofreria o processo de objetivação que a reduziria a uma propriedade material dos objetos. O peso do discurso científico, a fim de “purificar” o pensamento de qualquer idealismo, legitimaria a razão matemática como forma de reafirmação do sujeito que teria sua dignidade aparentemente resgatada, à medida que se veria como dotado da capacidade de conhecer o objeto constituído de propriedades matemáticas que lhe seriam intrínsecas. Obviamente que o subjetivar da

⁷⁶ Não por acaso correntes como a New Geography e a Geografia Crítica, surgiram em meio à crise do padrão fordista de produção.

racionalidade matemática seria apenas parte do todo apriorístico subjetivado pelos indivíduos modernos, como racionalidade. Obliterar as contradições do processo de valorização pelo discurso científico-matemático, atribuiria, de forma inquestionável, racionalidade aos processos de planejamento, pois os mesmos estariam a salvo de serem confrontados com a metafísica da valorização e sua irracionalidade. Interpretado pela linguagem matemática, o real tornar-se-ia um mosaico cuja relação entre as partes se daria pelo grau de racionalização que os números estariam a revelar. O diagnóstico apontaria onde a racionalização deveria ser reforçada, sendo a crise apenas uma questão de inversões de capital onde o mesmo não se faria suficientemente presente. Acumulação e crise apareceriam como processos contingentes, coexistindo por causas outras, que não possuiriam qualquer relação com as contradições internas à própria lógica da valorização

Com objetivos não menos racionalizantes, uma corrente crítica seria gestada no âmbito da Geografia, o que atribuiria um sentido moralizante à produção do conhecimento, à medida que o imbricaria a uma ideologia distributivista. No momento em que o capital encontraria seu ponto de inflexão (crise fordista e passagem à revolução microeletrônica), eliminando o trabalho vivo em proporções jamais vistas, ao passo que inundaria a sociedade com um “sem fim” de mercadorias, a racionalização da contradição capital-trabalho passaria por uma pretensa “justiça social”, cuja busca balizaria a crítica. Mas antes de avançarmos sobre os pressupostos dessa “Geografia Crítica”, façamos algumas considerações sobre a própria crítica e seus sentidos, como também a possibilidade de se vislumbrar a superação da sociabilidade vigente, a partir da crítica.

HEGEL, na “Fenomenologia do Espírito” (2002), apontaria que a contradição se constituiria em relação necessária entre opostos, pois, cada oposto somente subsistiria em sua relação para com seu contrário. Relação negativa, pois, somente negando ao outro, cada polo se reafirmaria. Haveria, portanto, uma diferença entre ambos, mas uma diferença determinada que só seria diferença em relação ao outro, sendo por essa diferença que a identidade entre ambos se estabeleceria. Como bem apontaria GRESPAN, sobre a dialética hegeliana, em seu texto “Dialética do Avesso” (2002):

“Daí que a diferença surja de seu oposto, da unidade enquanto relação dos diferentes; e que a unidade, por sua vez, não dependa de uma igualdade ou identidade absoluta de algo consigo, sendo, ao contrário, a unidade dos diferentes – a oposição. Os opostos têm cada qual no outro o seu negativo

determinado, o seu outro, e não um outro qualquer. Por isso, aparecem reciprocamente como o positivo e o negativo” (2002, p. 36)

Sendo assim, GRESPAN (2002), demonstraria que a superação da contradição, na dialética hegeliana, se tornaria possível devido à cada polo, da mesma, se apresentar como uma totalidade “positiva e negativa”. Sendo a Razão, o pressuposto da dialética hegeliana, ambos momentos da contradição seriam racionais. Isso permitiria a superação da contradição por um terceiro momento, também racional, que se colocaria positivamente em relação à ambos os polos opostos, os negatizando e, assim, conservando-os. O terceiro momento sintetizaria os demais, resolvendo a contradição. Isso permitiria, por exemplo, que na “Filosofia do Direito”, de HEGEL (apud MARX, 2006), o Estado aparecesse resolvendo (ou sintetizando), a contradição entre os interesses individuais e os interesses gerais da sociedade (HEGEL, apud MARX, 2006, p. 61). Mas o exposto acima nos serviria, apenas, para contrapor a dialética hegeliana à dialética negativa marxiana, onde a síntese se faria pela reposição da contradição, e não pela sua superação. GRESPAN (2002) apontaria que a suspensão da contradição, na dialética marxiana, se revelaria logicamente impossível, pois os opostos não se colocariam como totalidades positivas que teriam seu momento negativo na totalidade oposta, peculiaridade que permitiria a solução da contradição na dialética hegeliana (2002, p. 35-37). Na dialética marxiana não haveriam duas totalidades contraditórias, pois o fundamento da sociedade moderna não estaria na Razão, como pressuporia Hegel, mas sim no capital, que se constituiria na totalidade única, positiva e negativa. A crítica de Marx, à dialética hegeliana, se daria no sentido, justamente, de demonstrar que a resolução da contradição se constituiria em mero fetichismo, pois aquilo que Hegel denominaria de Razão seria a forma de aparecimento da lógica da valorização. Em Hegel as relações postas pela mercadoria apareceriam racionalizadas, por isso a contradição se colocaria como um momento da realização da Razão, sendo essa realização a superação da contradição mesma. Todos os momentos da reprodução social seriam racionais, o que permitiria que a contradição se resolvesse pela própria racionalidade. No entanto, para além da aparência racional que o fetichismo conferiria ao real, estaria a valorização que revelaria que a contradição permaneceria pois, seria o fundamento do real. O capital, como totalidade social (totalidade única e fundamento fundante de toda a constelação categorial, por meio do qual se daria o pensar sob o moderno), se colocaria como sua

identidade e sua diferença, simultaneamente, e somente assim se reporia. Portanto, a reprodução do capital, como totalidade social, se daria, necessariamente, pela reposição da contradição. O exemplo, dado por GRESPAN em sua “Dialética do Avesso” (2002), a respeito do trabalho, ajudará a elucidar nosso argumento (2002, p. 39-44)⁷⁷. Segundo o autor, o capital se constituiria em trabalho, mas não qualquer trabalho, e sim, trabalho abstrato, ou, tempo de trabalho. No entanto, não haveria como separar trabalho abstrato do trabalho concreto. Para obter sua substância social (o trabalho abstrato), o capital deveria manter o trabalho concreto como momento de sua totalidade. Sendo assim, o mantém, mas o mantém negado, como capital variável, ou seja, uma de suas formas de ser: ***“a força de trabalho só é posta em atividade quando o capital a emprega, organiza e associa tecnicamente aos meios de produção”*** (GRESPLAN, 2002, p. 39). Ou seja, o trabalho seria conservado como negado, como capital variável em relação ao capital constante, ou, os meios de produção cuja posse seria negada ao trabalhador. No entanto, o capital, como condição para se estabelecer como totalidade social, reduziria tudo à forma valor e, ao fazê-lo, pondo-se como momento negativo de si próprio, se autonegativaria. À medida que o trabalho vivo (capital variável), seria eliminado, em relação ao trabalho morto (capital constante), a produção do valor encontraria seus limites, impondo entraves à reprodução do capital. Sendo assim, GRESPAN (2002), concluiria que: ***“Há assim uma oposição radical e insolúvel no fundamento da realidade capitalista, que sempre se repõe ...”*** (2002, p. 40). Mas todo esse “detour” pela dialética tem por objetivo levantar algumas questões sobre a efetividade da crítica, em especial, na Geografia. Retomemos o curso da reflexão.

Diante dos limites que a produtividade do capital imporia à sua reprodução, a busca pela superação das crises de valorização mobilizaria o pensamento científico, em geral, em torno do reestabelecimento da racionalidade, como pressuposto da sociabilidade moderna. Sem poder tocar no fundamento lógico que balizaria a relação social determinante da sociabilidade moderna (ou seja, a mercadoria), a racionalização se limitaria ao plano fenomênico do real, o que atribuiria maior importância à forma como

⁷⁷ As reflexões de GRESPAN (2002) se baseariam nas passagens, número 217 e 218 dos Grundrisse (MARX, 2011, p. 230- 231). Citemos um pequeno trecho: ***“Diante do capital, o trabalho é a simples forma abstrata, a simples possibilidade da atividade que põe valor, que só existe como habilidade, faculdade, na corporalidade do trabalhador. Contudo, convertido pelo contato com o capital à atividade efetiva, não pode fazer isso por si mesmo, uma vez que põe valor, uma atividade produtiva. Com respeito ao capital, a atividade só pode consistir, em todo caso, na reprodução de si mesmo...”*** (2011, p. 231). Assim sendo, o trabalho somente existiria em sua relação para com o capital, ou seja, capital variável que, em sua relação para com o capital constante, permitiria a reprodução do valor.

se daria a intervenção na realidade, pois o resultado, inevitavelmente, seria a reposição do capital como totalidade social. As soluções propostas deveriam se conformar esteticamente para que pudessem aparecer racionalmente, mesmo que seus resultados fossem nulos. Escamotear as contradições, seja por meio da matematização, onde as relações sociais seriam substituídas pela “forma” da exatidão matemática, ou por meio de uma crítica ao capital que proporia a moralização das relações sociais (a partir de um distributivíssimo que passaria ao largo das determinações lógicas da valorização), se constituiriam nas formas, esteticamente aceitas, por meio das quais a ciência geográfica colaboraria para a racionalização do real em meio à crise de reprodução do valor que se aguçaria ao fim dos “Anos Dourados”, marcados pela expansão do capital norte-americano. Nos debruçemos sobre a segunda forma, ou seja, a crítica, tendo em vista que, anteriormente, contemplamos a primeira em nossas reflexões.

Uma contribuição inestimável que o “Idealismo” nos legaria, fora o de colocar crítica e crise em relação de necessidade. A mistificação, da qual Hegel fora acusado por MARX (1988, L.I, v. I, p. 26-27), não se constituiria em simples ardil para tornar sua obra (de Hegel) palatável e lhe garantir prestígio e reconhecimento, por parte da sociedade onde se inseria, mas o produto de profunda reflexão que, ao defrontar-se com o caráter crítico do pensar sob o moderno, buscava salvar a racionalidade, sendo essa, tomada como a essência transhistórica do homem e de sua civilização. Hegel, ao afirmar a racionalidade, hipostaziando-a como Razão (um quase ente), faria o caminho oposto à crítica negativa de Marx. No entanto, suas reflexões não deixariam de reconhecer que a contradição se constituiria na crise do pensar, crise essa que exigiria uma solução, ou seja, a superação da contradição mesma. Hegel não inventaria o Estado, a sociedade civil e a guerra de “todos contra todos” (HEGEL, apud MARX, 2006, p. 61), que seria a forma de ser da sociedade pela mercadoria, mas buscaria, a exemplo de sua “Filosofia do Direito”, recobrir de racionalidade uma sociedade cuja produção social seria realizada de forma individual e competitiva. O Estado seria apresentado como momento que suspenderia a contradição entre universal e particular, contradição essa que se expressaria na sociedade civil⁷⁸. De forma teleológica, o pensar mergulharia na sua própria crise e se autocriticaria,

⁷⁸ Hegel assim argumentaria: *“Como a sociedade civil é o campo de batalha do interesse privado individual de todos contra todos, então tem lugar, aqui, o conflito desse interesse com questões comuns particulares e o conflito destas, juntamente com aquele...”* (HEGEL, apud MARX, 2006, p. 61). E, racionalizando o “conflito”, concluiria: *“O espírito corporativo, que se produz na legitimação das esferas particulares, converte-se em si mesmo, simultaneamente, no espírito do Estado, visto que ele tem no*

superando-a. Superação fetichista (por isso mistificada), mas que possuiria um fundamento no reconhecimento de que a crise seria do pensar, ainda que como momento da racionalização em curso. No entanto, a “ideia” (HEGEL, 1936), como contradição superada no pensar (1936, v. I, p. 200), estaria em desacordo com a realidade por ela posta, estando no reconhecimento de tal “estado de coisas”, a origem da crítica imanente desenvolvida por Marx em suas reflexões, a respeito do capital. Marx apontaria que a crise do pensar não é superada, pois o seu fundamento (do pensar) se encontra no valor, portanto, em uma aporia. A crítica, portanto, seria uma crítica do capital a si mesmo, mas que revelaria a impossibilidade de que a crise seja superada. Ou seja, a crítica não encaminharia a superação da crise, muito pelo contrário, demonstraria que, enquanto houver capital, a crise perpassará o pensar.

Nesse sentido, há que se reconhecer que a crítica, desenvolvida na Geografia, cujo marco, no âmbito nacional, fora o “Encontro Nacional da AGB”, de 1978⁷⁹ (MOREIRA, 2003), pouco avançaria no reconhecimento de que a crise se constituiria em uma crise do próprio pensar. Se a crítica se voltara contra a própria Geografia, a mesma se daria no sentido de cobra-la por algo que ela (a Geografia) não poderia realizar, sendo tal cobrança o resultado do não reconhecimento de que a racionalização do real não seria tarefa possível, pois o fundamento de nossas relações sociais encontrar-se-iam no valor e em seu caráter imanentemente crítico. O flerte da Geografia com o marxismo operário e seu fundamento nas “lutas de classes”, reduziria a crítica a um libelo contra o capital. Estando a superação do capital na “ordem do dia” das Ciências Humanas, um materialismo dito dialético, mas que se inviabilizaria como dialética, ao expulsar a metafísica como seu momento contraditório⁸⁰, buscaria viabilizar sua crítica pelo tempo, haja visto que esse

Estado, o meio de conservação dos fins particulares” (Idem, ibidem). Sendo assim, o pensamento, racionalmente, buscaria em si mesmo uma solução para a contradição que lhe acometeria.

⁷⁹ “3º Encontro Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ”, realizado em Fortaleza, em 1978 (MOREIRA, 2003).

⁸⁰ A forma intempestiva com que o marxismo operário expulsara a Hegel e a metafísica, do pensamento de Marx, produziria seus efeitos na forma como os marxistas compreenderiam a contradição. Essa não mais se daria entre o pensar e a realidade posta por esse pensar, mas sim entre as formas fenomenológicas do capital, personificadas pelo trabalhador e pelo capitalista (e suas respectivas “classes”). Nesse sentido, a riqueza de uns e a miséria de outros possuiria um sentido contraditório, calcado, não na lógica, mas na moral, pois sendo o trabalhador o produtor de tudo, portanto, sujeito, mas sujeito negado no processo de reprodução social, o mesmo carregaria em si, não só a potência, mas o direito (pois é quem trabalha) de efetivar-se como sujeito “de fato” de sua realidade. Sendo assim o trabalho passaria, de uma categoria lógica da valorização, para uma categoria moral, o que, por si só, anunciaria os limites da crítica gestada. Caberia ao trabalhador buscar, pela revolução, a superação dessa relação onde encontrar-se-ia negado, tornando-se a totalidade social positiva. A “mistificação” hegeliana, operada por meio da “ideia absoluta” ou Razão, ganharia, então a forma do “sujeito revolucionário”, um

permitiria prolongar a validade de uma teoria que já agonizava. A “luta de classes” e seu desembocar na ruptura entre o que está posto e o que estaria por vir, alimentaria uma produção teórica que teria na superação o seu mote. Moishe POSTONE (2003) que, dentre outros autores, possuiria o mérito de ter apontado os limites da crítica marxista tradicional, demonstraria, de forma pertinente e elucidativa, o cerne do problema que tornaria o marxismo uma forma positivista de interpretação do real que, por fim, buscaria racionaliza-lo, tanto quanto o fizera as correntes teóricas declaradamente positivistas. Vale citar um longo trecho de suas reflexões transcritas em “Repensando a crítica de Marx ao capitalismo” (POSTONE, 2003):

“No centro de todas as formas de marxismo tradicional encontra-se uma concepção transhistórica de trabalho. A categoria trabalho analisada por Marx é entendida em termos de uma atividade social com objetivo definido que efetiva a mediação entre os homens e a natureza, criando produtos específicos a fim de satisfazer determinadas necessidades humanas. O trabalho, assim entendido, é considerado como sendo central a toda a vida em sociedade: constitui o mundo social e é a fonte de toda a riqueza social. Esta abordagem atribui transhistoricamente ao trabalho social àquilo que Marx analisou como características historicamente específicas do trabalho no capitalismo. Tal concepção transhistórica do

vir-a-ser que estaria sendo parido pela História, não mais tomada como produto da “Ideia”, mas como produto das lutas de classes que, sob a visada do moderno, existiriam desde tempos pré-diluvianos. O chamado “Materialismo Histórico e Dialético”, ao abdicar da metafísica como momento contraditório da materialidade posta no real, enviesaria sua crítica para o distributivismo, ou, acesso igualitário aos resultados da produção material. No entanto, essa materialidade, estando sob a forma mercadoria, possuiria propriedades físicas e metafísicas, estando nas últimas as determinações da reprodução material. O processo de reprodução material da sociedade seria regido por determinações metafísicas, estabelecidas, à revelia, e em detrimento, da própria sociedade. Sendo assim, conciliar a lógica da valorização com as necessidades dos indivíduos seria a “tarefa de sísifo” que o movimento operário assumiria para si e que reduziria sua crítica a uma mistura de “libelo” contra o capital, e “jeremiada”*, diante da sua incapacidade de supera-lo. Sobre essas e outras questões, referentes ao marxismo operário, verificar: Robert KURZ, “Dominação sem sujeito: Sobre a superação de uma crítica social redutora”, 2000; Moishe POSTONE, “Repensando a crítica de Marx ao capitalismo”, 2003; e Anselmo ALFREDO “Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço”, 2013.

*“Libelo e Jeremiada” seriam formas jocosas com que Marx, no “Manifesto”(1987) (texto esse, bem “ao gosto” dos que compartilham as ideias do marxismo operário), se referiria à sociedade feudal que, no seu entendimento, se constituiria em uma mistura de “libelo” (o pecado que punha todos como culpados e merecedores do castigo) e “jeremiada” (os lamentos do profeta Jeremias – “Livro das Lamentações”- que lastimaria o destino trágico de seu povo, sendo, na visão de Marx, não menos trágicas as narrativas sobre sociedade feudal). Obviamente, essa seria a visão de um indivíduo moderno sobre outra sociedade.

trabalho está amarrada a uma determinada compreensão das categorias básicas da crítica de Marx à economia política e, por conseguinte, de sua análise do capitalismo. A teoria do valor de Marx, por exemplo, tem sido geralmente interpretada como uma tentativa de mostrar que a riqueza social é sempre, e em qualquer lugar, criada pelo trabalho humano e que, no capitalismo, o trabalho fundamenta o não-consciente, "automático", modo de distribuição mediado pelo mercado" (2003)

Como bem concluiria POSTONE (2003), sob tal interpretação a crítica recairia, exclusivamente, sobre a distribuição dos resultados do trabalho, sendo esse tomado como atividade natural do homem, cujo produto, por conta de relações de dominação, exclusivamente objetivas, seria apropriado apenas por uma parcela da sociedade. Sendo assim, a crítica não se faria à materialidade, como momento necessário à reprodução de relações sociais que reporiam o valor como fundamento do universo categorial que limitaria o pensar e o agir aos ditames da reprodução da mercadoria (uma “Dominação sem sujeito”, como diria KURZ (2000)). Se apartaria o físico de suas determinações metafísicas, advindas do processo de valorização, para que desse fetichismo emergisse o “sujeito revolucionário”. A elevada produtividade industrial não estaria a refletir a crise do valor, mas, contrariamente, apontaria a possibilidade da justiça social, por meio do acesso ao consumo. A materialidade não seria alvo da crítica, mas sim fundamentaria a crítica, estando no controle dos meios de produção a possibilidade de superação do capital. Ficaria assim o próprio trabalho abstrato (substância social do valor), a salvo das investidas do marxismo operário. Como resultado temos uma crítica contingente em relação à crise, pois a crise não estaria no pensar (haja visto a ontologização do trabalho), mas sim no caráter anárquico que a burguesia atribuiria à produção em sua eterna sanha por lucros, problema passível de racionalização pela abolição da propriedade privada dos meios de produção. A crise seria exógena ao capital, possuindo caráter contingente, o que encaminharia uma crítica, não menos contingente, que anteveria, por meio da dialética capenga do marxismo operário, o socialismo como vir-a-ser da sociedade mediada pela mercadoria. O fim da União Soviética não poria termo em tais ilusões, mas serviria de alerta àqueles que já haviam se acomodado, por estarem de posse de certa teoria que julgariam “in terminis”.

O rumo que a crítica tomaria se faria presente na produção teórica que nos fora legado por inúmeros geógrafos que, a fim de garantir à Geografia uma posição de relevo dentre as ciências parcelares que, empenhadas em racionalizar o real, passariam a orientar sua produção acadêmica no sentido de propor um modelo “humanizado”⁸¹ de desenvolvimento, capaz de gerar a “justiça social”. Estando as questões relevantes situadas na distribuição da produção material, e não na própria materialidade como resultado das contradições do valor, a teorização se orientaria no sentido de propor uma racionalização, por meio de inversões de capitais, para que a modernização fosse distribuída “a todos” como forma de redução das desigualdades. Os diagnósticos que embasariam as propostas de intervenção, possuiriam um fundamento estético (ainda que se busque, por meio de dados estatísticos, dar-se um aspecto estritamente objetivo a tais análises), pois se fundamentariam no pressuposto de que as realidades críticas (objeto de intervenção) se constituiriam pela ausência da modernização, e não por formas particulares e contraditórias da própria modernização, em sua universalidade (por isso crise e crítica tornar-se-iam momentos contingentes). Seriam essas realidades tomadas como resultantes da ausência do capital, devendo o mesmo ser atraído a essas, obviamente, como materialidade, pois uma análise que contemplasse o capital, para além do seu âmbito material, acabaria por defrontar-se com seu caráter contraditório, revelando que a riqueza e a miséria materiais seriam formas fenomênicas da simultaneidade do mesmo (do capital). Nesse sentido, a Geografia não poderia assumir o espaço como abstração (ainda que concreta), que possuiria seu fundamento lógico e contraditório na simultaneidade dos momentos da valorização. O espaço permaneceria como materialidade para que a superação pudesse ser incluída nas análises, conferindo um

⁸¹ O Humanismo tornar-se-ia um dos inúmeros fetichismos por meio dos quais o indivíduo moderno buscava se afirmar como sujeito. Não se poderia negar a presença do humano em meio ao universo categorial sob o qual opera o pensamento moderno, no entanto, o mesmo se constituiria em um produto dos desdobramentos das contradições do próprio valor, onde o homem, negado como sujeito de sua realidade, buscava reafirmar-se atribuindo a uma essência humana o caráter de fundamento fundante de suas relações sociais. Como bem observaria FAUSTO (1987), o humano seria conservado como momento da valorização, mas como momento determinado, portanto, negado (1987, p. 31-33). Como momento determinante da relação, o valor põe como humano o não humano ou, simplesmente, como momento lógico de um processo do qual o homem não é sujeito, ou seja, o humano é naturalizado pelos indivíduos para não aparecer como negado. O humano, a justiça, a moral, categorias tão caras ao indivíduo moderno, e que seriam tomadas como atributos “naturais” do homem, somente encontrariam seu fundamento na lógica da valorização, portanto em contradição com a própria naturalidade pressuposta. Como diria FAUSTO (1987): **“Assumimos a negação (dialética) para não sofrer a negação (vulgar)”** (1987, p. 33). O humano, ao reafirmar-se fetichistamente, apenas reafirmaria a relação contraditória que o nega.

sentido historicista à produção do conhecimento no âmbito da Geografia, pois tal superação somente seria antevista no tempo.

Há que se reconhecer que muitos geógrafos não se furtariam a tarefa de discutir o espaço e sua condição como objeto de estudo seminal da Ciência Geográfica, ainda que, por fim, a materialidade tenha prevalecido em detrimento do fundamento metafísico do mesmo (do espaço). Se faz necessário reconhecer o esforço teórico de Milton Santos, especialmente em suas obras, “Por Uma Geografia Nova” (1978) e “A Natureza do Espaço” (2006), pelas quais o autor buscava apontar a necessidade de se definir, conceitualmente, o que seria o espaço, sendo esse, no nosso entendimento, um momento necessário para estabelecimento de uma crítica ao capital e às suas formas particulares de expansão na periferia, haja visto que o espaço se tornara, sob o planejamento, forma fetichista de solucionamento das crises. Por outro lado, repensar o espaço permitiria uma crítica à própria Geografia que, como diria SANTOS (1978) se tornara “Viúva do Espaço” (Idem, p. 91). Sua crítica colocaria o problema nos seguintes termos:

“Os geógrafos silenciam sobre o espaço (...). A Geografia é viúva do espaço. Sua base de ensino e pesquisa é a história dos historiadores, a natureza “natural” e a economia neoclássica, todas as três tendo substituído o espaço real, o das sociedades em seu devir, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico” (1978, Idem)

Não se poderia discordar de Santos, no que diria respeito às reflexões sobre o espaço nos trabalhos em Geografia. O espaço, em geral, entraria como algo dado, uma “coisa em si”, que lá estaria sem qualquer relação com a sociedade. Mesmo quando o mote se encontraria na “produção do espaço” (portanto, um momento do social), as discussões se dariam no sentido de que o espaço possuiria seu fundamento no humano, o que lhe atribuiria uma transhistoricidade, constituindo-o em “resíduo irreduzível” desse humano. Ou seja, espaço seria produto do humano e acompanharia o homem desde tempos pré-diluvianos, mas, sob o moderno, fora subsumido pelo capital. De qualquer maneira, o espaço estaria dado, fosse “como coisa em si”, ou “resíduo irreduzível” do humano, ou mesmo, como resultado da “perversão” do capital que subsumiria a tudo. Mas, retornando ao autor em questão, ou seja, Milton Santos, esse justificaria sua crítica apontando que espaço apareceria na Geografia, ora como ***“história”*** (1978, p. 91-92), ora como ***“natureza”*** (Idem, ibidem), ou ainda como ***“economia”*** (Idem), mas não se

discutiria como, a partir do espaço, essas categorias emergiriam. Ou seja, essas categorias seriam tomadas como espaço, de forma imediata, de modo a dispensar as reflexões sobre o próprio espaço.

Santos insistiria na necessidade de se pensar o espaço como instância social, tal qual a história, e a economia, mas que, diferentemente das demais, refletiria a totalidade social posta pelo estado atual de desenvolvimento da capacidade produtiva (para o autor, desenvolvimento tecnológico) e suas determinações sobre cada uma das demais instâncias sociais⁸². Mesmo que se divirja do encaminhamento de suas reflexões, não se pode deixar de reconhecer a importância das indagações de Milton Santos a respeito do espaço. Admitir o espaço como algo social fora um posicionamento ousado por parte de Santos, principalmente em um momento onde a física, mais especificamente a astrofísica, passara a atribuir uma plasticidade ao espaço e ao tempo (sob os pressupostos da “Teoria da Relatividade”), lhes conferindo uma fisicalidade que, sob o peso de uma ciência, tomada como exata, e entrelaçada com a espetacularização científica, tornar-se-ia inconteste. Santos nos exporia, de forma mais aprofundada, suas reflexões em “A Natureza do Espaço” (2006). Citemos um trecho onde encontram-se resumidas suas conclusões:

“O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas

⁸² Santos reconheceria a natureza como instância do social, mas, à medida que atribui a essa um sentido transhistórico, o autor acaba por naturalizar as relações sociais modernas e a racionalidade como forma de consciência. Sobre o assunto verificar Milton SANTOS, “A Natureza do Espaço”, 2006.

possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo” (2006. p. 159-160).

Após essa longa citação, se faz necessário realizarmos algumas considerações sobre a teorização de Santos (e da Geografia em geral) e, a partir de então, encaminhar nosso posicionamento divergente. Primeiramente, seus argumentos partem de uma ontologização do espaço, sendo esse o mote da primeira parte de “A Natureza do Espaço” (2006), intitulada “Uma Ontologia do Espaço: Noções Fundadoras” (2006, p. 29-110). Ao longo desse longo trecho de sua obra, Santos buscava imbricar espaço e tempo colocando o tempo como desenvolvimento transhistórico das técnicas: *“toda técnica é história embutida”* (SANTOS, 2006, p.48). O tempo seria a sucessão de técnicas e o espaço o resultado do nível de desenvolvimento técnico de cada sociedade. Nas palavras do próprio autor: *“As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”* (2006, p. 29). A unidade espaço-temporal não se daria pela contradição, mas pela técnica, pois o fundamento do espaço e do tempo estaria no desenvolvimento das capacidades técnicas de cada sociedade (fundadas no humano, em sua busca pela satisfação de suas necessidades), o que produziria desníveis temporais e diferenças espaciais, pois o desenvolvimento técnico se daria de forma desigual. O desenvolvimento técnico desigual poria *“espaços burros”* (2006, p.221) tecnicamente, e *“espaços inteligentes”* (Idem, ibidem), tocados pelas técnicas mais atuais. Sendo assim, o tempo possuiria um “fundamento fundado” na técnica (o “fundamento fundante” seria o humano), e desse tempo, derivado da “técnica”, se derivaria uma simultaneidade temporal local⁸³, expressa pela materialidade técnica presente, a qual SANTOS (2006) denominaria de espaço: *“...empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade.”* (2006, p. 54). Sendo assim, ao “assimilar” o tempo

⁸³ A importância que Santos atribuiria ao “lugar” (2006, p. 57-58), revelaria o seu sentido, justamente, na necessidade de afirmar tempo e espaço como essencialidades humanas que resultariam do desenvolvimento técnico, como forma transhistórica por meio da qual o homem produziria e se reproduziria. O “lugar”, tomado como unidade positiva do ser e do vir-a-ser (do espaço e do tempo), seria o resultado de um sujeito capaz de se assenhorear do seu destino, determinando o seu presente e, assim, também seu futuro. A técnica seria, portanto, o momento racionalizante da contradição espaço-temporal, pois, por meio dela, o homem estaria no seu “lugar” como sujeito do seu devir. O caráter fetichista de tal posicionamento será apontado ao expormos nossas divergências a respeito do fundamento técnico atribuído, por Santos, ao espaço. Sobre o “lugar”, como resultante da contradição entre espaço e tempo, verificar G.W.F. HEGEL, “Enciclopédia das Ciências Filosóficas”, 1936, vol. II. p. 247.

ao espaço, Santos não reconheceria a contradição entre ambos, pondo sua identidade (entre tempo e espaço) na técnica (materialidade), e não na unidade pela diferença (dialetrizada).

Nossa divergência em relação à Santos, e que encaminha nossa reflexão para um rumo diverso (ou inverso), ainda que reconheçamos a contribuição que a teorização desse autor trouxera à admissão do espaço na Geografia, surgiria da ausência, em suas análises, do valor como fundamento de todo pensar sob o moderno, o que abarcaria o espaço e o tempo. As técnicas, como formas fenomênicas das forças produtivas sociais, portanto estritamente modernas (argumentar que outras sociedades seriam portadoras de “forças produtivas”, no nosso entender, não seria mais que uma forma reflexa do moderno), se modificariam qualitativamente por determinações quantitativas que se encontrariam no tempo médio de reprodução do valor, não possuindo determinações externas à lógica da valorização. Mesmo considerando-se que as técnicas se fizeram presentes em outras sociedades, alguma cautela deveria ser tomada no sentido de compreendê-las como possuidoras de especificidades que as tornariam datadas, pois se inseririam em um modo de produção historicamente datado. Nos “Grundrisse”, MARX (2011) apontaria que o constante revolucionamento das forças produtivas (que nos apareceria como desenvolvimento tecnológico) seria determinado pelas contradições do processo de valorização que, ao elevar sua produtividade, pela substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (capital fixo), poria, simultaneamente, o seu próximo limite pois, a produtividade, posta à disposição da competição intercapitalista, resultaria na queda da taxa de lucros e na busca pela superação dessa queda: ***“...cada grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais, do intercâmbio, do conhecimento etc, se apresenta para ele [o capital]⁸⁴ unicamente como obstáculo que ele busca superar”*** (2011, [440], p. 447). Ora, não haveria no desenvolvimento das técnicas, portanto, um sentido para a própria sociedade, e, mesmo no âmbito interno à lógica do capital, o desenvolvimento de forças produtivas resultará, sempre, em crise repostas. A técnica se revelaria, contraditoriamente, irracional, e não positivamente racional como defenderia Santos. O seu fundamento (da técnica) e seu sentido estariam no valor, o que inviabilizaria o argumento ontológico. Por outro lado, sendo forma de aparecimento das forças sociais produtivas, portanto um fenômeno, a técnica somente poderia pôr o tempo e espaço, também, como expressões fenomênicas, sendo indispensável a materialidade como

⁸⁴ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

substância fetichista para os mesmos. Fetichista, pois retiraria o tempo e o espaço de sua unidade contraditória (metafísica), afirmando-os como expressões da racionalidade material cujo fundamento estaria no processo evolutivo de humanização do mundo. Por outro lado, em sua unidade contraditória, tempo e espaço estariam a revelar o real em desacordo com o pressuposto racionalizante que Santos aplicaria às suas análises, pois, tempo e espaço, sob o moderno, possuiriam determinação única no processo social de reprodução, realizado sob os ditames do nível de desenvolvimento das forças sociais produtivas. Os tempos desiguais possuiriam uma desigualdade determinada, ou seja, em sua relação para com o tempo social médio de produção necessário para que os investimentos, realizados no desenvolvimento das forças produtivas, fossem suficientemente remunerados. As diferentes formas por meio das quais o capital se realizaria, em cada porção do globo, somente seriam diferenças como formas particulares de um universal que é o valor, e não o resultado contingente de aplicações técnicas. A técnica, por si só, não nos permitiria compreender o particular como momento do universal, muito contrariamente, esconderia a contradição que os uniria. Como resultado da técnica, o particular se tornaria contingente e passível de intervenção, pois o real poderia ser plasmado a partir de medidas conscientemente tomadas, com o intuito de atualizar-se as técnicas aplicadas à produção, redistribuindo, assim, a riqueza material.

Mas veja bem. Não se procura, aqui, imputar a Santos um pressuposto teórico-metodológico que se constituiria em excentricidade desse autor. Muito pelo contrário, essa crítica positivante fora o meio pelo qual as ciências parcelares assumiriam a crítica à sociedade moderna, sem que para isso pusessem sua própria cientificidade em questão. Criticar o moderno sem tocar no seu fundamento científico, sendo esse o mais poderoso instrumento de racionalização, imporia limitações a essa pretensa crítica. Para criticar a racionalidade moderna, as ciências, em especial, as chamadas “Ciências Humanas”, se veriam obrigadas a atacar o seu próprio fundamento e a sua “razão de ser”, destituindo sua cientificidade. E isso em meio ao avanço das ciências exatas e tecnológicas que apareceriam como mais aptas a responderem às necessidades da valorização em um momento em que o capital tivera sua base social produtiva, de padrão “fordista”, solapada pelas suas contradições internas. Uma crítica não positivante, não propositiva, poderia levar ao descrédito acadêmico, áreas do conhecimento que, há muito, não gozariam de grande prestígio no mercado científico. Por outro lado, pela contradição não haveria racionalização possível, portanto, a dialética seria apenas um empecilho, uma “velharia

hegeliana” que há muito deveria ter sido enterrada. A materialidade do real mostrar-se-ia mais acolhedora e distante da contradição. Se observarmos a crítica ao subdesenvolvimento se torna evidente que todo seu argumento fora construído sobre os mesmos pressupostos teóricos e metodológicos de SANTOS (2006). Não se quer, aqui, afirmar que Milton Santos tenha sido um dos precursores da teoria desenvolvimentista (até porque essa teoria antecede as teorizações de Santos), mas sim que a forma de se pensar a realidade periférica ganharia uma unidade no pressuposto de que o capital, tomado como materialidade, seria racional.

Sob os argumentos subdesenvolvimentistas, a acumulação, pensada como propriedade física dos capitais industriais, apareceria como algo a ser conquistado pelas economias consideradas atrasadas, se constituindo no “caminho curto” para a “justiça social” e para a superação do “atraso” periférico. Haveria um descompasso histórico entre os países industrialmente desenvolvidos e aqueles considerados subdesenvolvidos, mas o “atraso” resultaria da distribuição desigual de meios físicos de produção que estariam concentrados nas nações industrializadas. O problema seria, assim, passível de solução mediante processos de modernização que industrializassem os países atrasados. Em um momento oportuno trataremos do fetichismo que recobriria o capital em sua forma periférica, mas por ora, basta colocarmos o problema nos termos que se seguem. No capítulo dedicado à “acumulação primitiva”, MARX (1988, L. I, v. II, p. 251-284), demonstraria que a formação daquilo que seria futuramente denominado periferia, constituir-se-ia em momento necessário à formação de uma totalidade social pelo valor. Totalidade essa, fundada no caráter contraditório do capital (portanto, positivo e negativo) que, para superar as amarras ao seu desenvolvimento pleno, se poria, negativamente, sob sua forma colonial, para que o processo de acumulação fosse levado a termo, positivamente, nas metrópoles. A premência de manter a acumulação nas metrópoles exigiria que, nas colônias, a produção de valor se antecipsse à própria formação de relações sociais de produção que permitissem o desenvolvimento positivo do capital, ou seja, que o trabalho assalariado se desenvolvesse (ALFREDO, 2013). Não se trataria de uma condição historicamente delimitada, mas sim de uma determinação lógica, reposta pelo próprio desenvolvimento do capital que, somente se poria positivamente em seu centro, ao se colocar negativamente em sua periferia. O endividamento público e as crises advindas das dívidas contraídas no exterior, momentos que perpassariam a reprodução das economias periféricas modernizadas (como a brasileira), evidenciariam que, mesmo sob padrões produtivos industriais, a acumulação não se reverteria em favor dos países

periféricos, permanecendo a negatividade do capital em sua periferia (não se tratando, portanto, de algo conjuntural). Mesmo um desenvolvimentista histórico, como Celso Furtado, não esconderia sua frustração com os efeitos da modernização e, em “O Mito do Desenvolvimento Econômico” (1974), reconheceria que:

“... o subdesenvolvimento é um aspecto do modo pelo qual o capitalismo industrial vem crescendo e se difundindo desde o seu surgimento. Assim sendo, é totalmente enganoso construir um modelo de uma economia subdesenvolvida como um sistema fechado. Isolar uma economia subdesenvolvida do contexto geral do sistema capitalista em expansão é pôr de lado, desde o início, o problema fundamental das relações externas da economia” (1974, p. 96)

Furtado reconheceria que as condições das economias periféricas não seriam contingentes, mas sim, necessárias à reprodução da totalidade do capital, o que tornaria pertinente o seu argumento de que o desenvolvimento estaria a revelar o seu caráter “mitológico” (“O Mito do Desenvolvimento”) diante dos resultados obtidos pelo processo de modernização. Por outro lado, a crítica de Furtado, que soaria como um “mea culpa”, nos colocaria diante do problema que nos fora legado pelo pressuposto de um espaço fundado no humano e tomado como simultaneidade técnica. *“Isolar”* (citação acima) a periferia da totalidade do capital, fora o meio pelo qual os argumentos desenvolvimentistas seriam construídos e ganhariam um sentido racional (pressuposto que norteara a produção teórica de Celso Furtado, entre outros autores desenvolvimentistas). No entanto, o espaço não permite contingências, pois se constitui na totalidade dos momentos da valorização, enfeixados pelo tempo médio de reprodução do valor. Centro e periferia encontrar-se-iam sob as mesmas determinações, sendo a condição periférica (que apareceria como subdesenvolvimento)⁸⁵ forma de ser do capital,

⁸⁵ Ao tocarmos na questão do subdesenvolvimento, não poderíamos ignorar as constatações do geógrafo Yves LACOSTE, um dos iniciadores da Geografia Crítica que, em sua obra “Os Países Subdesenvolvidos” (1990), tratara da questão da persistência dos problemas sociais nos países de industrialização tardia. Lacoste encaminharia seu texto no sentido de uma crítica à modernização capitaneada pelas potências capitalistas, mas o faria estabelecendo um contraponto com a modernização operada sob a orientação socialista que, segundo ele, corresponderia *“para o conjunto da população a uma melhoria muito sensível das condições de existência em relação a condição anterior”* (1990, p. 112). Lacoste reconheceria que a modernização, operada pelas potências capitalistas, traria resultados pífios em

portanto, não contingente, mas necessária à reprodução do valor em sua totalidade. No nosso entendimento, diferenciar tais momento, a partir de um pressuposto técnico, e disso derivar um descompasso temporal (tempo interpretado como desenvolvimento tecnológico), se constituiria no fetichismo por meio do qual a modernização apareceria racionalizada, pondo o indivíduo como sujeito de processos capazes de modificar sua realidade.

No âmbito da Geografia, a simultaneidade (fundamento lógico do espaço), permaneceria alijada do arcabouço teórico da própria ciência parcelar que avocaria, para si, os direitos de ter o espaço como seu objeto de estudo e conhecimento. Para evitar a aporia que o espaço estaria a revelar, pois nele o tempo se conservaria, mas negado, (ou seja, a passagem temporal se constituiria no fetichismo de superação), a Geografia se ancoraria na fisicalidade do real como condição para que pudesse, ali, apontar o espaço como resultado da ação dos sujeitos históricos. Esse seria o “modus operandi” de uma Geografia que buscaria no tempo aquilo que o espaço lhe negaria, ou seja, sua condição de ciência. Se faria necessário pensar-se o tempo e espaço positivamente, ambos coexistindo, para que o caráter prescritivo, exigido às ciências, fosse garantido à Geografia. O espaço e o tempo, coexistindo positivamente (pois somente sob o positivismo e sua lógica formal, tal coexistência seria possível), permitiriam que o espaço fosse interpretado sob uma perspectiva temporal, havendo assim “Espaços de Esperança” (HARVEY, 2004) e superação. Mas sendo o espaço o resultado da simultaneidade de todos os momentos da reprodução social, a realidade, espacialmente posta, deveria contemplar a contradição que fundamentaria a sociabilidade pela mercadoria, ou seja, se fariam presentes, simultaneamente, a acumulação e sua crise. Se a crise se estabeleceria como forma de reprodução social, sobre parcelas da sociedade capitalista, a mesma (a

relação à obtenção de melhorias sociais (sendo esse o resultado contraditório dos processos de modernização). No entanto, o faria como argumento para sua defesa do socialismo como alternativa racional ao capitalismo: ***“A liquidação brutal, nos países socialistas, do desemprego maciço, que aliás aumenta à medida do crescimento capitalista, prova que as contradições do subdesenvolvimento não são sem saída e que as mudanças políticas radicais determinam, rapidamente, modificações estruturais fundamentais”*** (Idem, p. 113). Sua reflexão se daria em torno da positivação do trabalho (o trabalho tomado como atividade humana, transhistórica), o que levaria sua crítica para o campo do marxismo tradicional, passando, sua teorização, pela luta de classes. Nesse sentido, sua crítica não atingiria as contradições imanentes à lógica da valorização. Existindo apenas em sua relação para com o valor, o trabalho seria um momento da crise de valorização, e não de sua superação. Predicar a manutenção do trabalho significaria pregar a manutenção do valor como fundamento de nossa sociabilidade. Sendo assim, a crítica de Lacoste buscaria, no socialismo, uma forma de racionalizar o valor, intento que o fim da União Soviética revelaria como malfadado.

crise), somente se tornaria passível de compreensão em sua relação para com a totalidade do processo de valorização, onde a acumulação seria tributária dessa crise (e vice-versa). Portanto, as formas materiais, tomadas “como coisas em si”, eludiriam o caráter crítico que o espaço, como abstração, estaria a revelar, pois a materialidade, tomada “em si”, afiançaria a acumulação. Por outro lado, a materialidade se tornaria o fundamento para um tempo e um espaço que coexistiriam, reduzidos ao tempo histórico do desenvolvimento das técnicas, o que permitiria se falar de “*áreas luminosas*” (SANTOS, 2006, p.308), onde as técnicas estariam atualizadas como o desenvolvimento tecnológico hodierno, e “*áreas opacas*” (Idem, ibidem, p. 309), onde o desenvolvimento tecnológico estaria por acontecer.

A insurreição contra essa Geografia, definida como estruturalista⁸⁶, onde a técnica apareceria como o “motor” de um processo histórico, por si só civilizador, que reporia indeterminadamente o capital (estando nesse, os limites para a superação de uma sociedade “perversa”,) se faria pelo apelo a um “retorno à dialética” (MARTINS, 1997), e a retomada da crítica levada a termo por Marx, partindo-se dela como pressuposto para se encaminhar uma crítica radical ao capital, tocando-o em sua raiz social (como critério para a radicalidade da crítica). Deixemos que Edward SOJA (1993), esclareça a controvérsia e sua saída, por meio de uma “crítica à crítica”:

Desenvolveu-se na geografia marxista e nos estudos urbanos e regionais um movimento crescente, que parecia estar concluindo que o espaço e a espacialidade só poderiam encaixar-se no marxismo como uma expressão reflexa, um produto de relações sociais mais fundamentais de produção (...). Esse reatificação da ortodoxia marxista foi reforçado por uma “crítica da crítica”, de base mais ampla, que se vinha espalhando pelo marxismo ocidental, mais ou menos na mesma época, denunciando insuficiências teóricas, as interpretações exageradas e as abstrações despolitizantes do estruturalismo althusseriano e de seus adeptos neomarxistas e terceiro mundistas” (1993, p. 73).

⁸⁶ DAMIANI (2008) poria o problema nos seguintes termos: “*O estruturalismo contemporâneo privilegia o conceito de estrutura, fazendo apelo às “estruturas” mentais e sociais intemporais. O ambiente é o da subsunção da história e da afirmação da pura técnica, no seu limite mais estrito*” (2008, p. 119)

No entanto, a rejeição aos limites que o valor imporia ao pensar, envolvendo-o em seu invólucro moderno, e a atribuição de uma essencialidade humana, transhistórica, a toda e qualquer sociedade, inclusive à sociedade capitalista, onde essa essencialidade estaria obliterada pela lógica da valorização, enviesaria a Geografia para uma crítica, não menos positivante, onde o espaço, tomado como resíduo do humano, apareceria sob determinações temporais positivamente postas, sendo esse (o espaço), portador de um caráter superador onde se vislumbraria o passado e o futuro, mas não a simultaneidade, constantemente reposta, da valorização. A exemplo da relação centro-periferia, o campo e a cidade apareceriam cindidos, fora de sua relação contraditória, tomados como expressões de relações fundadas nas necessidades humanas, tendo sido, ambos (o campo e a cidade), usurpados pelo processo de valorização. Ainda que obliterado pela mercadoria, estaria, irredutivelmente, o humano, que se constituiria em um ponto de apoio para que, a partir dele, os indivíduos se lançassem à luta e a superação, afirmando-se como sujeitos de suas realidades. As acusações de uma rendição “estruturalista” ao valor, seriam dirigidas, em especial, como nos apontara SOJA (op. cit.), à Louis Althusser. Althusser, em suas análises da obra de Marx, teria identificado que o capital se trataria de uma sociabilidade que, em seu movimento de totalização, poria o valor como pressuposto, não somente daquilo que apareceria como estando no âmbito, estrito, dessa sociedade, mas também, do que apareceria como sendo externo a ela (sobredeterminação) (ALTHUSSER, 1979). Como concluiria ALFREDO em sua “Crítica Materialista e Metafísica Social sob as Determinações do Capital” (2015), o capital poria a diferença como diferença de si próprio, e não como algo cuja externalidade absoluta lhe confrontaria como diferente (2015, p. 10)⁸⁷. Nesse sentido, a própria história somente existiria como desdobramento do presente, sendo passado e futuro reflexos do “agora” da valorização (Idem, 2015), e não o aparecer de uma substância humana que se realizaria no desenvolvimento histórico. Sendo assim, aquilo que se definira como humano estaria no involucro do pensar sob as determinações do valor, e a superação projetada, nesse humano, se constituiria em ilusão necessária, que reporia o fetichismo como forma de se afirmar um sujeito que existiria, residualmente, sob a forma mercadoria⁸⁸.

⁸⁷ Texto apresentado no seminário “Crise do Trabalho e Fetiche do Capital. Determinações da Reprodução Contemporânea”, realizado no dia 27 de agosto de 2015, no Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

⁸⁸ GIANNOTTI em “Contra Althusser” (1980), argumentaria que o “humano” seria um substrato ontológico que persistiria sob a “forma mercadoria”. Sendo assim, haveria um limite para o auto-referenciamento do capital (ao contrário do que defenderia Althusser), pois a mercadoria possuiria, assim, um valor de uso que somente existiria em sua relação para com o valor de troca, e, como substrato, um valor estritamente

Não faremos aqui uma defesa de Althusser (seus textos dariam conta de fazê-lo, desde que, quem os leia, se desarme de certas ilusões), mas se faz necessário expor os nossos próprios argumentos que se encontrariam lastrados, também, nas reflexões desse autor. O estruturalismo althusseriano causaria um desconforto, principalmente em um momento onde se faria um apelo desesperado à práxis, com movimentos estudantis e operários lançando-se em aventuras revolucionárias, orientadas por teorias que, algum tempo depois, recobririam de desconfiança toda e qualquer teorização que não se originasse na lógica formal. Althusser lançaria luz sobre o caráter contraditório entre teoria e práxis, apontando que os limites para se pensar a sociedade moderna estariam no invólucro da mercadoria, como forma de consciência. Sendo assim a superação tornar-se-ia uma prerrogativa do próprio capital e de seu desenvolvimento contraditório, não havendo uma unidade possível entre uma teoria da superação e uma práxis social fetichista, plasmada pelo valor (o humano, o vivido, etc.). Nesses termos, a identidade entre teoria e práxis se estabeleceria, apenas, negativamente⁸⁹. Isso não poderia ser “bem-vindo” no seio das ciências da sociedade que estariam a buscar sua reafirmação, como tal, por meio de uma crítica que teria por pressuposto, a superação do capital por meio da insurgência do humano que, ao reivindicar sua condição de essência social, alijaria o valor de nossa sociabilidade. Os contra-argumentos, que se ergueria contra o estruturalismo, se fariam por meio da ontologia (e, conseqüentemente, da história) e da reafirmação do vivido como momento do real onde o valor se revelaria como o inessencial de um ser essencialmente humano. Vejamos, através de Henry LEFEBVRE (2008)⁹⁰ um exemplo dessa reafirmação ontológica.

humano, sem qualquer determinação oriunda da lógica da valorização: “**É preciso não confundir o valor de uso do objeto e valor de uso da mercadoria, valor de uso de um produto natural e valor de uso duma substância social posta, que existe graças ao sistema presente de relações sociais**” (1980. p.96). Sendo assim, a objetividade da mercadoria guardaria um sentido humano, uma “**essência**” (1980, p.95), que poderia ser trazida “**à existência**” (Idem, idem) pela “**luta pela implantação duma nova organização social**” (Idem). Diria Giannotti: “**Como parte inseparável do valor de uso, o valor é ao mesmo tempo todo o objeto, enquanto forma social posta, e parte, enquanto oposta ao valor de uso da mercadoria. O paradoxo se dissolve quando distinguimos os níveis da objetividade posta [posta pelo valor] e a objetividade simplesmente para o homem**” (1980, p. 93). Assim, o valor se constituiria sobre objetos (forma mercadoria) que guardariam um fim exclusivamente para o homem, sendo esse o ponto de apoio para a insurreição contra a mercadoria. Nosso argumento trará divergências em relação ao de Giannotti.

⁸⁹ Sobre as questões envolvendo teoria e práxis, como também o caráter fetichista do humano, verificar: ALTHUSSER, “A Favor de Marx – Pour Marx”, 1979, mais especificamente nos capítulos – “Sobre a Dialética Materialista” (p. 140-193) e “Marxismo e Humanismo” (194-214).

⁹⁰ Henry LEFEBVRE, “A Revolução Urbana”, 2008. As teorizações de Henry Lefebvre ganhariam importância, considerável, no âmbito da Geografia, especialmente, em meio a produção acadêmica realizada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Lefebvre identificaria nos modos como o homem satisfaria sua necessidade de morar, uma forma de reafirmação de sua humanidade: ***“O ser humano não pode deixar edificar e morar, ou seja, ter uma morada onde vive sem algo a mais (ou a menos), que ele mesmo...”*** (2008, p. 79). Isso o levaria a dissociar a necessidade humana, do morar, de suas formas plasmadas pelas necessidades do processo de valorização. O habitar, como ***“prática milenar”*** (2008, p. 78), seria a expressão dessa forma humana de morar que teria sido negada pelo habitat (forma de morar plasmada pelas determinações do valor) que, por sua vez, teria ***“...restringindo o ser humano a alguns atos elementares: comer, dormir e reproduzir-se”*** (2008, idem). No entanto, o humano, como um resíduo irreduzível ao valor, se insurgiria contra o habitat e reafirmaria o habitar como forma pela qual o homem satisfaria sua necessidade de morar: ***“...um pensamento mais profundo, mais radical, ou seja, que alcance a raiz das coisas, mais revolucionário, afirma o primado durável do habitar”*** (2008, p. 85). O humano se reafirmaria, se constituindo, portanto, na substância a partir da qual um sujeito revolucionário seria gerado. Vejamos, então, onde o argumento lefebvriano, no nosso entender, encontraria seus limites. Para tanto, recorramos a dialética, haja visto que a mesma norteara o pensamento de Henry Lefebvre.

O sistema filosófico hegeliano, por meio do qual Hegel afirmaria o primado da dialética sobre o pensar, fora construído sobre o pressuposto de uma racionalidade intemporal, um eterno perfazer da Razão em seu movimento de realização. Sendo assim, o terceiro termo da dialética hegeliana, como momento de superação da contradição, recairia, inevitavelmente, na naturalização da racionalidade, pois somente como um predicado “natural”⁹¹ do homem, a mesma poderia acompanhá-lo em todos os momentos de sua existência, aparecendo, assim, como história. Esse seria o critério, ainda que fetichista, para que a racionalidade fosse afirmada como forma de pensar transhistórica, o que seria criticado por Marx. Mas as críticas à filosofia de Hegel nem sempre se encaminharam no sentido de desfeticizá-la, como fizera Marx. Feuerbach, em sua obra, ***“Para a crítica da Filosofia de Hegel”*** (2012), anunciaria a segunda mistificação que a dialética sofreria, não mais nas mãos de Hegel, mas nas mãos daqueles que se poriam a

⁹¹. Hegel não levaria a termo uma interpretação simplista da natureza, como se essa se constituísse em um “em si”, mas sim a reconheceria como um momento do pensar, uma forma racional de trazer ao pensamento algo que se contrapunha ao próprio pensar (o impensado como momento no natural). Sobre a natureza em Hegel verificar: “Enciclopédia das Ciências Filosóficas” – Segunda Parte: “Filosofia da Natureza”, 1936, vol. II.

criticar a própria dialética hegeliana. Feuerbach, ao que parece, não compreendera a genialidade de Hegel que, por sua vez, fora capaz de reconhecer, ainda que positivamente, a necessidade de se naturalizar a Razão, ou seja, colocar a natureza, não como “coisa em si”, mas sim um momento da própria racionalidade humana. Muito pelo contrário, Feuerbach mergulharia em um sensualismo como forma de arrancar a natureza de seu fundamento social, mistificação que Hegel já havia tratado de afastar quando a colocara (a natureza) como momento da Razão. Seu argumento (de Feuerbach) seria o de que “*A natureza não construiu apenas a vulgar oficina do estômago, mas também o templo do cérebro...*” (2012, p. 63). Feuerbach fundamentaria a racionalidade na natureza e, nesse sentido, a coisificaria por completo, reafirmando a relação entre sujeito e objeto como relação entre conhecedor absoluto, no sujeito, e o conhecimento, também absoluto, no objeto. Nem mesmo Kant, com sua “coisa em si”, admitira tamanha absolutização.

As conclusões de Feuerbach não se constituiriam em especificidade de suas reflexões, mas sim, compartilhariam do fetichismo que fundamentaria, não apenas o pensar positivante, mas também a crítica a essa forma de pensar. Ruy Fausto em “Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A produção capitalista como circulação simples” (1997), demonstraria que a naturalização do social se constituiria em momento necessário à realização da sociabilidade pela mercadoria, problema do qual Feurbach não se dera conta. Fausto apontaria que a naturalização do social fora a forma possível de racionalizar-se relações sociais contraditórias que somente poderiam se reproduzir sob a mediação do natural, como forma fetichista de atribuir-lhes um sentido para os indivíduos, submetidos a tais relações. Para demonstrar como se daria tal intersubjetividade (do social no natural), Fausto percorreria o movimento dialético que levaria a forma valor a se fixar no dinheiro, como forma equivalente universal. Sob a fisicalidade do ouro, prata, ou outro metal considerado precioso, a forma valor apareceria como propriedade natural dos objetos metálicos, passando esses a se constituírem na mercadoria universal capaz de refletir (ou equivaler) o valor de toda e qualquer mercadoria particular. Ao final do processo, “*Compra aquele que adquire uma mercadoria não universal e aliena uma mercadoria universal. Vende o que adquire a mercadoria universal e aliena uma mercadoria não universal*” (1997, p. 72), sendo o resultado a passagem de uma “*desconvencionalização*”⁹² (1997, 74), para uma “*naturalização*” (Idem), por meio do metal

⁹² Diria FAUSTO (1997): “*Uma ilusão inicial, de caráter antes convencional, se desfaz progressivamente, mas em proveito de uma outra ilusão, simetricamente oposta, o anticonvencionalismo abstrato, o fetichismo*” (1997, p. 74). Sendo assim, o social seria expulso da relação contraditória entre o social e o

que assumiria a forma de mercadoria universal. O mesmo ocorreria com o dinheiro em sua passagem para a sua condição de equivalente geral mundial, ou, ***“o universal enquanto universal”*** (1997, p. 132). O dinheiro no âmbito mundial somente operaria como meio de transferência de “riqueza social” entre as nações, portanto, deveria assumir a forma universal dessa riqueza, sendo fixado como mercadoria mundial, o ouro e a prata (1997, p. 132): ***“ O dinheiro se desfaz assim das formas quase-convencionais para voltar as formas quase naturais (sempre no interior do social-natural) ”*** (1997, p. 132). Fausto apontaria que o dinheiro universal assumiria ***“um lugar que é análogo ao que, na Lógica, ocupa a ideia absoluta”*** (1997, 134), ou seja, a Razão. O exemplo demonstraria que a racionalidade se realizaria pela naturalização do social, no caso, como dinheiro universal.

O mesmo se observaria na economia política onde a “formula trinitária” (MARX, 1988, L.III, v. V, p. 251-262) poria o capital e o trabalho como fontes naturais do lucro (juros) e do salário, respectivamente (1988, Idem). No entanto, a relação capital-trabalho deixaria transparecer o caráter social do valor, haja visto que a valorização dependeria da relação entre dois grupos de indivíduos (capitalistas e trabalhadores). O capital somente apareceria totalmente naturalizado, ou racionalizado, pela mediação da terra, ou seja, pelo fetichismo da renda fundiária, resultante de uma propriedade “natural” do solo que seria a de produzir valor⁹³. O valor, portanto, ganharia um caráter ontológico que justificaria sua racionalidade, sendo o trabalho e o capital desdobramentos da capacidade natural da terra, de produzir a riqueza social.

O marxismo operário, ao tomar a natureza como um em si (externo ao social), com o qual homem se relacionaria por meio do trabalho, naturalizaria o próprio social, pois o trabalho deixaria de ser algo datado para passar à transhistoricidade, aparecendo como atividade do “ser humano”, destinada à sua reprodução e, portanto, não fundada no valor, mas usurpada pela burguesia e seu modo de produção. O humano emergiria, assim, da reafirmação do trabalho como atividade humanizante, por meio da qual o homem se assenhorearia do seu mundo. Somente faria jus aos resultados do trabalho, aquele que trabalha, não sendo mais necessário sustentar o “parasitismo” burguês. Dessa forma a relação capital-trabalho apareceria como uma relação entre classes em disputa, perdendo

natural. Restaria o natural, expresso pelo ouro, prata, ou qualquer metal que se converta em mercadoria universal.

⁹³ Sobre a renda da terra, diria MARX (1988) ***“Aqui uma parte da mais valia não parece ligada diretamente as relações sociais, mas a um elemento natural, a terra”*** (1988, L.III, v. V, p. 261).

seu sentido lógico. No entanto, a relação entre trabalhadores e capitalistas é relação necessária para o processo de valorização, e não de simples submissão pessoal ou classista (ainda que assim apareça) a ser superada, de forma teleológica, pela classe operária. Por isso a lógica nunca poderia fundamentar, por completo, as teorizações do movimento operário. Por outro lado, a história ganharia centralidade nessas teorizações, pois essa (a história), permitiria que o trabalho fosse ontologizado, tornando-se um atributo natural do humano. Natureza, história e ontologia seriam imbricados para reafirmarem o humano, e dele derivarem um devir mediado pela ação de um sujeito revolucionário. Se a história (tempo) é a condição para a dialética, então “O Capital” de MARX (1988), não teria qualquer vestígio dessa “velharia hegeliana”.

Obviamente que a história se faz presente em “O Capital”, mas está posta em sua relação contraditória com a lógica da valorização. Se a história seria incorporada, às análises de Marx, ao fim do livro I de “O Capital” (1988, L. I, v I e II), isso nos revelaria que a mesma não se constituiria no fundamento de suas reflexões⁹⁴. A análise lógica do capital, presente na obra de Marx, incorporaria a história, ao final, justamente porque a segunda somente poderia ser compreendida sob os pressupostos da primeira, ou seja, ao se discorrer sobre a história dever-se-ia ter em conta que a mesma somente poderia ser interpretada a partir do movimento lógico e intemporal da valorização. Sendo assim, Marx somente se debruçaria sobre a história após desdobrar o movimento lógico que se efetivaria, sub-repticiamente, ao desenvolvimento histórico (1988, L. I, v I e II). A história, à luz da lógica da valorização, possuiria um sentido de ruptura com outras sociedades, e não de continuidade, pois o moderno se constituiria em uma sociabilidade violentamente imposta (Leis Sangrentas, escravização, trabalho compulsório), procedimento sem o qual os indivíduos não seriam arrastados à sociabilidade pela mercadoria. Não se trataria da incorporação de formações sociais anteriores, mas sim da destruição dessas como condição para o estabelecimento de uma nova sociedade⁹⁵ onde

⁹⁴ ALTHUSSER (1979) nos chamaria à atenção para a questão da própria formação do pensamento de Marx que, obviamente, não teria escapado ao fetichismo como forma de consciência. O pensamento do jovem Marx, em sua relação para com suas reflexões da maturidade, estaria a revelar a ruptura que o mesmo (Marx) teria operado em seu pensar, abandonando a ontologia da juventude, a bem da lógica em suas reflexões da maturidade. Sobre a questão acima ver: ALTHUSSER, “A Favor de Marx- Pour Marx”, 1979, p. 39-74.

⁹⁵ Se poderia argumentar que ocorreriam particularidades onde sociedades pré-modernas prevaleceriam em detrimento do moderno (Junkers na Alemanha ou Boiardos na Rússia), mas sob a inexorabilidade da mercadoria, tais relações seriam penetradas pelo valor e esvaziadas de seus antigos conteúdos. Tornar-se-iam, assim, determinadas pelo processo de valorização e desenvolveriam suas próprias contradições, a partir da sobre-determinação do valor. A produção, processada por essas sociedades, por meio de

o pensar se daria de forma única. Caberia a História (aqui, ciência histórica) concatenar o passado ao desenvolvimento do capital, pondo-o (o passado) como momento de um processo transhistórico de racionalização que nos levaria, inevitavelmente, à sociabilidade pela mercadoria. ALTHUSSER (1979), nos alertaria quanto a esse fetichismo temporal, anunciado racionalmente pela dialética hegeliana, e que se constituiria em um dos fundamentos daquilo que chamamos de cultura:

“... desde o alvorecer da História humana, nos primeiros balbuciantes do Espírito Oriental, prazenteiramente cativo das gigantescas figuras do céu, do mar e do deserto, em seguida do seu bestiário de pedra, já se fazia sentir o pressentimento inconsciente das futuras realizações do Espírito Absoluto, - assim também, em cada instante do Tempo, o passado sobrevive sob a forma da lembrança do que foi, isto é, da promessa murmurada no presente. Daí porque jamais o passado é opaco nem obstáculo. Ele é sempre digestível, porque digerido de antemão. Roma pode muito bem reinar em um mundo impregnado da Grécia: a Grécia “superada” sobrevive nas suas lembranças objetivas que são templos reproduzidos, a sua religião assimilada, a filosofia repensada. Sendo já Roma, sem o saber, quando se obstinava em morrer e libertar o seu futuro romano, jamais ela entrava Roma em Roma. Eis por que o presente pode alimentar-se das sombras do seu passado, até mesmo projetar diante dele, tais como essas grandes efígies da Virtude Romana que abriram aos jacobinos o caminho da Revolução e do Terror. É que o seu passado não é nada mais que ele próprio, e não lhe traz jamais senão essa lei de interioridade que é o destino de todo Devir Humano” (1979, p. 101)

Se o clarificar da História (que como ciência parcelar seria fruto do esclarecimento) nos levaria também ao obscurecimento de nossas relações sociais datadas (FAUSTO, 1987, p. 36), se faria necessário transcende-la, passando ao seu negativo,

relações de produção, não especificamente capitalistas, se encontrariam sob os imperativos do tempo social médio.

sendo esse a lógica. Como forma de racionalização da contradição entre história (em seu sentido geral) e lógica, a ontologia permitiria a interversão, fazendo com que a história do capital aparecesse como história humana, fundamentando, assim, teorizações que cairiam como um “balsamo” sobre o indivíduo moderno, sempre avido da superação⁹⁶ (indivíduo que, bem provavelmente, sequer sabe o que superar). A lógica não nos permitiria tais expedientes. A negatização do valor e, simultaneamente, a sua reposição (do valor) como fetiche (a exemplo, o processo hodierno de aparente autonomização do dinheiro que se reproduziria “sem valor”, nos termos de KURZ (2014)), não nos permitiriam antever uma saída, “iluminada”, para outra formação social. A passagem à outra sociabilidade, seja ela qual for (obviamente, se o capital não nos levar à destruição total), se encaminharia “às costas” da sociedade, como resultado da inexorabilidade do capital e de sua autodestituição lógica.

Mas, retornando à Geografia, se faz necessário apontar que o apego a ontologia teria causado entraves à crítica a que se propunham, justamente, aqueles que apontariam a necessidade de um retorno a dialética como pressuposto de uma crítica radical. O problema se evidenciaria, principalmente, nos subparcelamentos da Ciência Geográfica, destinados às análises do urbano e do agrário. Como realidades contraditórias, urbano e agrário formariam uma unidade, o que poria a necessidade de que as análises, sobre ambas, contemplassem a relação contraditória que as uniria (contemplando, assim, a simultaneidade entre agrário e urbano). O desvio ontológico deslocaria o centro da análise, passando da contradição para o humano, o que permitiria que cada uma dessas realidades fosse vislumbrada como uma totalidade⁹⁷. Como resultado se observaria a

⁹⁶ ALTHUSSER (1979) apontaria que o desenvolver histórico somente se mantivera como fundamento para uma teorização da superação, por que nela (na história) todos os “tropeços” no sentido de se atingir a superação mesma, seriam tomados como “exceções” em relação ao inevitável triunfo da racionalidade que estaria a ser gestado no tempo: ***“Pois não estamos sempre na exceção? Exceção o fracasso alemão de 49 [1ª constituição alemã, cassada em seguida]*, exceção o fracasso parisiense de 71 [Comuna], exceção o fracasso socialdemocrata do alvorecer do século XX à espera da traição chauvinista de 14 [1ª Guerra Mundial], exceção o êxito de 17 [Revolução Russa] ... Exceções, mas com relação a quê? A não ser a certa ideia abstrata, mas confortável, tranquilizadora, de um esquema “dialético” acabado, simples, que tinha, na sua simplicidade mesma, como que guardado na memória (ou encontrado o feitiço) do modelo hegeliano e a fé na “virtude” resolutiva da contradição abstrata como tal”*** (1979, p. 90).

*Os colchetes e seu conteúdo são nossos

⁹⁷ Não se poderia atribuir esse escamotear da contradição, entre campo e cidade, às reflexões de Henry Lefebvre, um dos importantes autores que assumiriam a ontologia como pressuposto de sua teorização. Mesmo apoiado em um pressuposto ontológico, Lefebvre não deixaria de reconhecer que a contradição seria o elemento chave para a compreensão, tanto do urbano quanto do agrário. Isso se evidenciaria em sua *Revolução Urbana*, em especial no capítulo intitulado “Campo Cego” (2008): ***“Ela [a cidade] * foi o lugar da acumulação, em que pese o capital ter nascido da riqueza criada no campo e seu investimento***

perda do potencial crítico que se daria com o externalizar da crítica, posta ao largo da lógica da valorização. Sem a contradição, como fundamento simultâneo do urbano e do agrário, a crise não se revelaria como determinante do processo de reprodução de ambas as realidades. No entanto, o caráter particular de cada uma delas, somente faria sentido em relação à universalidade do capital, por isso, as mesmas, apartadas do universal, apareceriam como contingentes, podendo serem interpretadas como portadoras de um resíduo humano irreduzível.

Por esse desvio ontológico, o campesinato passaria a explicar a não acumulação no campo, como o meio pelo qual o capital se reproduziria sem contradições, sendo o camponês uma fonte inesgotável de valor, à medida que ele produziria para o capital, mas não teria sua própria reprodução subsumida às determinações da valorização. Ora, haveria, assim, uma interversão pois, o fundamento do chamado campesinato, não estaria na crise de reprodução do valor que poria essa relação de produção como resultado da incapacidade do capital em pagar todo o tempo de trabalho consumido na produção agrária, mas sim na irreduzibilidade do humano que, como camponês, não se renderia por completo ao capital⁹⁸. A lógica seria escamoteada pelo fetichismo, à medida que no campo, apartado de sua relação para com a totalidade do capital, se vislumbraria um resíduo irreduzível do humano. No entanto, sob a lógica do valor, o capital se revelaria como fundamento da propriedade campesina, mas negativamente posto, por que não acumularia, sendo o sentido do seu não acumular a viabilização da acumulação geral do

industrial ter se voltado contra a cidade” (2008, p.31-48). Nesse sentido, há que se diferenciar a obra de Henry Lefebvre e a produção teórica dela derivada.

*Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

⁹⁸ A exemplo tomemos as análises de OLIVEIRA em “Modo Capitalista de Produção e Agricultura” (1986) onde o autor interpretaria o campesinato como uma forma de racionalização das contradições do valor, pois esse (o campesinato), estaria a viabilizar, pelo seu modo de produção peculiar (um resquício de relações feudais subsumidas pelo valor, como concluiria OLIVEIRA (1986, p.25-27)), a acumulação de capital, haja visto que sua reprodução (do camponês) se daria à margem da valorização (resquício ontológico). No nosso entender, contrariamente, o chamado “campesinato” se constituiria em uma forma crítica de reprodução do capital pois, o não desenvolvimento de forças produtivas no campo se daria a bem da acumulação no setor industrial, que por sua vez, concentraria o capital no urbano em detrimento do agrário. No caso periférico, os níveis de transferência de valor para o centro, como forma de se remunerar a produtividade do capital industrial, bloqueariam a acumulação impedindo que os indivíduos fossem separados de seus meios de produção, gerando, em certo momento do desenvolvimento do capital, uma camada de pequenos agricultores que assumiriam, para si, os custos que a exploração do trabalho, nas grandes propriedades, não estaria a pagar. Que o “campesinato” estaria completamente inserido na lógica da valorização, se evidenciaria na dependência dos pequenos agricultores (de modo geral) em relação ao Estado (e à dívida pública), como financiador das atividades produtivas no campo, seja no centro ou na periferia do capital.

capital. O reflexo de tais relações de produção, sobre a divisão campo-cidade periférica, se observaria na incapacidade do urbano em subsumir o agrário, haja visto que tal subsunção somente ocorreria a partir de uma acumulação gerada no campo e espraiada para a cidade, passando-se à produção urbano-industrial. Pelo contrário, se observaria uma “urbanização negativa” (DAMIANI, 2008), impulsionada por um processo de industrialização, emulado pelos capitais industriais centrais, que mobilizaria, também, negativamente, a força de trabalho, sendo essa mobilização negativa, a forma de se viabilizar a remuneração de uma indústria extremamente produtiva, cuja lucratividade dependeria da redução de custos com a reprodução do trabalhador (terceirização, precarização, trabalho doméstico, etc.). A reprodução crítica do trabalhador urbano resultaria na expansão das chamadas periferias, caracterizadas por bairros surgidos da autoconstrução, da grilagem e de ocupações irregulares. Se na periferia das grandes cidades, surgidas como forma de reprodução crítica do valor e dos indivíduos submetidos a sua lógica, haveria um resquício do humano⁹⁹ se insurgindo contra o capital, o que caberia se questionar seria o por que esse humano somente se definiria, como tal, em sua relação para com a mercadoria. Se o humano persiste como categoria moderna, o mesmo se encontraria em uma relação contraditória para com o valor, ou seja, o humano existiria, contraditoriamente, como uma forma de ser do valor. Seria nesse sentido divergiríamos de Lefebvre, pois o morar, habitar, ou coisa que o valha, já se encontraria no âmbito do valor. Não haveria como nos afiançarmos que essa forma de pensar, ou mesmo essa forma de se interpretar tais necessidades, existiriam em outras sociedades. Se *“o ser humano (...) só pode habitar como poeta”* (LEFEBVRE, 2008, p. 79) e se o habitat se constituiria em *“modulações da vida cotidiana”* (2008, p. 78-79), deveria haver um momento de clara ruptura, entre um e outro, que nos permitisse identificar o que não é, absolutamente, moderno. No entanto, não é possível separar o que seria do moderno daquilo que pertenceria a outras sociedades, ou mesmo, ao humano, pois o pensar encontra-se no invólucro da mercadoria, estando nele encerrado. Isso nos lembraria a defesa dos “gêneros de vida”, por La Blache (LENCIONI, 2003, p. 103), ou seja, se buscaria um momento racional, apartado da irracionalidade generalizada do valor, mas que,

⁹⁹ Vejamos o que nos apontaria CARLOS (1992), sobre uma “consciência” emancipadora que surgiria nos bairros pobres das grandes cidades: *“O contato cotidiano com o outro implica na descoberta de modos de vida, problemas e perspectivas comuns. Por outro lado, produz junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana”* (1992, p.88). Se a busca pela igualdade nos levaria de volta à mercadoria, à medida que superação da *“desigualdade”* passaria por uma igualdade de condições materiais (cujo caráter de necessidade é datado), a *“identidade”* dos indivíduos se estabeleceria pelo valor, e não pelo humano.

contraditoriamente, se revelaria um momento do próprio valor. Tanto o é que o humano, como fundamento atribuído ao habitar (resquíio ontológico), somente pode ser definido em sua relação para com categorias que se encontram no invólucro da mercadoria, ou seja, justiça, direito, igualdade, cultura, etc. Nesse sentido, reivindicar o humano, e seus predicativos, significaria reivindicar o fardo que o valor lança, como sociabilidade moderna, sobre cada indivíduo. O humano seria, portanto, algo a ser superado, ainda que não enxerguemos o caminho da superação.

No entanto, a necessidade de superação encontraria no fetichismo, inúmeras outras formas de eludir a irracionalidade da valorização que, a todo momento, deporia contra a racionalidade do moderna. O tempo, como apontado anteriormente, ofereceria, pela possibilidade da sucessão, vislumbrar-se, não apenas no passado, mas também no futuro, a possibilidade fetichista de superação da sociabilidade posta. Se o moderno fora erigido como sociedade do trabalho, mas o trabalho fora eliminado pelo capital, então estaríamos vivendo sob a pós-modernidade. De forma semelhante ao fetichismo ontológico, que permitiria discutir-se o moderno, sem que se tocasse em seu fundamento no valor (atribuindo um sentido transhistórico à racionalidade, afim de salva-la de sua simultânea irracionalidade)¹⁰⁰, a pós-modernidade se constituiria na resposta racionalizante à perplexidade gerada pela constatação de que o capital, mesmo não acumulando, continuaria a se reproduzir, arrastando a totalidade da sociedade para sua irracionalidade, então, revelada, pelo desemprego estrutural, pela violência e pelo empobrecimento geral dos indivíduos. A ideologia pós-moderna surgiria no momento em que o fim da União Soviética abalaria, de forma irreversível, a “fé” no socialismo como superação iluminada do capital, ao passo que o “estado de bem-estar social”, promovido pelas economias industriais, entraria em falência, como resultado da incapacidade do capital em explorar trabalho (simultaneamente, ocorreria o colapso dos processos de modernização periféricos, pondo fim ao “Mito do Desenvolvimento” (FURTADO, op. cit.)). Tais processos estariam a incompatibilizar a manutenção da racionalidade (tomada ontologicamente), com a reprodução do valor (haja visto que a contradição não é admitida, portanto, não poderia haver uma racionalidade-irracional no valor), o que resultaria na busca por uma superação pós-moderna, onde a crise seria solucionada por um reajustamento da sociedade aos ditames de uma, suposta, nova forma de reprodução.

¹⁰⁰ História, natureza e técnica, seriam munidos, pela ontologia, de um fundamento humano e transhistórico, fetichismo possibilitado pela separação do tempo de sua relação simultânea para com o espaço, ou seja, o agora intemporal do valor.

Não seria por acaso que a frase “o futuro é agora” tornar-se-ia repetida à exaustão nos dias atuais. Um salto para um futuro se poria como “ilusão necessária” para que a racionalidade permanecesse inquestionada. A extrema velocidade com que o capital passaria a rotar, devido a sua incapacidade de produzir valor suficiente para pagar sua própria produtividade, apareceria como fugacidade generalizada, abrangendo todas as relações sociais e servindo de argumento para se afirmar que, não mais, estaríamos sob o moderno.

Em seu constante desenvolvimento de forças produtivas, e sua consequente eliminação do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, o capital atingiria o tempo zero de circulação (realização da mercadoria, instantaneamente, concretizada)¹⁰¹. No processo que culminaria na negatização do valor, a massa de mais-valia, em constante redução, poria a necessidade de compensar-se a diminuição do valor rotado (em cada ciclo) por meio de um número ascendente de rotações. Por outro lado, a obsolescência acelerada do capital fixo exigiria que o mesmo fosse rotado no menor tempo possível, antecipando-se ao desenvolvimento das forças produtivas que imporiam, ao capitalista, a substituição desse capital (fixo), independentemente de seu valor ter retornado a este (ao capitalista). A chamada “Terceira Revolução Industrial” impor à sociedade o modo de reprodução “just in time” (“tempo mínimo”, nas palavras de MANDEL (1985, p.139)), onde, por conta do aumento da composição orgânica do capital, tudo se tornaria um custo a ser evitado, haja visto que a mais-valia não seria suficiente para pagar o capital constante. Se encaminharia para um momento de inflexão, pois o capital atingiria os limites da valorização e, atingido o “tempo zero de circulação”, todo e qualquer trabalho já não mais seria capaz de reproduzir o trabalhador e remunerar o capital¹⁰². A disputa

¹⁰¹ *“Deste ponto de vista, tempo zero de circulação e tempo infinito de circulação são um único tempo”* (ALFREDO, 2013, p. 304), pois, *“há uma simultaneidade das formas da troca como modo simultâneo de suas formas”* (ALFREDO, idem, ibidem), ou seja, o capital deveria ser, simultaneamente, todos os capitais, aqui e agora, *“que é a impossibilidade da rotação do capital”* (Idem).

¹⁰² No momento em que o capital atingiria o “tempo zero de circulação”, o capital somente poderia continuar a existir como ficção de capital (capital fictício) pois, somente o fetichismo do dinheiro (do dinheiro advêm juros, ou seja, valor, o que o autonomizaria das relações sociais de produção), permitiria que nele (no dinheiro) a produção, a circulação e a realização da mercadoria fossem sintetizados (ficticiamente) sob um tempo zero (fórmula D-D): *“...os juros parecem então ser independentes, seja do trabalho assalariado do trabalhador, seja do próprio trabalho do capitalista, como que se originado do capital como sua fonte própria e independente”* (MARX, 1988. L. III, v. V, p. 261). No entanto, o tempo de trabalho, mesmo que negativamente, continuaria a determinar o processo de reprodução social pois, serviria de régua para definir o quanto seria necessário se recorrer ao dinheiro creditício para que se pagasse o capital constante, investido na produção. O trabalho negatizado, portanto, determinaria a remuneração do capital fictício. Mas notemos que não haveria qualquer outra determinação que não fossem aquelas do processo de valorização, no entanto, postas negativamente.

pela mais-valia residual elevaria a exploração do trabalho, ainda existente, ao seu limite, ao passo que, para eliminar custos, o capital os lançaria sobre o trabalhador individual, haja visto que a reprodução desse (do trabalhador) se tornaria impagável. Como resultado ocorreria o desmonte do chamado “estado de bem-estar social” (onde ele existira, é claro) e mudanças na forma jurídica da relação entre capital e trabalho. A forma fenomenológica da crise seria observada em uma mudança qualitativa no “cotidiano” onde, até então, a simultaneidade apareceria cindida em momentos de produção (trabalho) e realização da mercadoria (lazer, vida familiar, etc.). A racionalidade, que apareceria como o cotidiano, não mais poderia se sustentar pois, qualitativamente, as diferenças entre os momentos da vida social se tornariam tênues. Se tornaria comum trabalhar-se em casa e estudar-se no trabalho, como também, o próprio trabalho seria subjetivado como lazer (a exemplo dos “workaholics”, ou, viciados em trabalho). Uma infinidade de necessidades, mediadas pela mercadoria, deveriam ser subjetivadas para que o tempo de rotação do valor se acelerasse, impondo um “sem fim” de compromissos que redefiniriam o cotidiano (trabalho, cursos, academia de ginástica, vida noturna, e todas as demais formas possíveis de se realizar a mercadoria, a todo momento). Contraditoriamente, em uma sociedade onde a produtividade do capital dispensaria o trabalho, surgiria um clamor por tempo, pois, a “quase” imediatidade do processo de valorização enredaria os indivíduos, de forma frenética, na realização da mercadoria. Não se trataria, simplesmente, de uma “sociedade do consumo” (MANDEL, 1985)¹⁰³, forma racionalizante de interpretação, mas sim de uma sociedade onde produção, circulação e consumo deveriam se dar de forma quase instantânea.

A medida que o trabalho se tornaria um custo, e como custo deveria ser administrado sob uma lógica concorrencial por cada indivíduo submetido às relações de produção, a normalidade do cotidiano se tornaria a “guerra de todos contra todos”. Mas o horror que atingiria o indivíduo moderno, ao defrontar-se com a irracionalidade de sua sociabilidade, sem que, no entanto, pudesse supera-la, o levaria a buscar refúgio no tempo, sobre o qual se armaria o fetichismo que, ao cindir espaço e tempo, permitiriam vislumbrar a superação desejada, no futuro ou no passado (esperança ou saudosismo).

¹⁰³ A explanação de Mandel, sobre as determinações que recaem sobre o consumo, após a “Terceira Revolução Industrial” (1985, 265-285), não se dariam de forma simplista, pois o autor buscava elucidar a questão tencionando-a com o processo de valorização. O simplismo viria com a apropriação vulgar do conceito de “Sociedade do Consumo”, principalmente por parte da mídia, resumindo-a a uma compulsão ao consumo.

Diante da lógica da valorização, que se colocaria como limite para o seu pensar, o indivíduo buscaria, pelo fetichismo, se reafirmar como sujeito, assumindo-se, simultaneamente, como capital, como capitalista e como trabalhador, sendo o empreendedor individual a personificação de tal síntese. Cada um deveria fazer “a sua parte” para que uma pressuposta normalidade se reestabelecesse. Cada vez mais a ilusão da participação popular, do opinar, do reconhecimento, deveriam afiançar a existência do sujeito, ao passo que os signos que representariam a racionalidade do valor (marcas, objetos, ideologias), bem como comportamentos associados a essa racionalidade, passariam a ser ostentados e evidenciados publicamente, como “profissão de fé” na mercadoria¹⁰⁴. A barbárie passaria a ser ostensivamente incorporada ao cotidiano, vindo a tornar-se o próprio cotidiano, pois, ao contrário do que argumentariam as correntes humanistas do pensar, a dignidade humana somente existiria em sua relação negativa para com o valor, cabendo a esse (ao valor) definir o que seria essa dignidade. Os latrocínios, que aterrorizam a sociedade hodierna, evidenciam o caráter determinante do valor sobre as formas racionalizantes do humano, da moral e da ética, pois revelariam que tais formas não possuiriam qualquer conteúdo que garanta a inviolabilidade da vida. Muito pelo contrário, demonstrariam que o valor teria muito mais a oferecer que o respeito a “dignidade humana”. A própria juridificação, como garantia dessa dignidade, contraditoriamente, nos apontaria a vacuidade do conceito de humano, à medida que se faria necessário legislar sobre ele. Se o humano fosse algo de absoluto não se faria necessário sequer nele falar.

Tratar de tais questões, cujo fundamento encontrar-se-ia no valor, remetendo, portanto, ao moderno e, ao mesmo tempo, falar-se de uma pós-modernidade, se revelaria uma contradição nos próprios termos. Não havendo qualquer categoria nova que anuncie a superação do moderno, se concluiria que não houvera superação alguma. Mas restaria o plano fenomenológico onde o “ser”, em contradição com o seu aparecer, poderia ser obscurecido pelo fetichismo. Sendo assim, a análise da pós-modernidade não poderia ir além dos fenômenos resumindo-se, assim, a estética¹⁰⁵, categoria moderna (portanto,

¹⁰⁴ Sobre a questão da espetacularização da vida como forma de se impor novas necessidades aos indivíduos, verificar, Guy DEBORD, “A Sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo”, 2007.

¹⁰⁵ Sobre a questão verificar os esforços realizados por Hegel, em sua “Estética” (1999), com o objetivo de demonstrar um fundamento racional, portanto, transhistórico à arte: **“A obra de arte tem de ser a expressão dos interesses mais altos do espírito e da vontade, do que possui humanidade e força, da verdadeira profundidade das almas; e é preciso que esse conteúdo seja perceptivo em todas formas exteriores da representação...”** (1999, p. 271-272). Se atravessarmos o plano da aparente racionalidade

fetichista) por meio da qual a sociedade reconheceria sua ética no estilo assumido nas representações que essa mesma sociedade faz de si. No entanto, essa sociedade somente se enxergaria pelas lentes do valor. Não nos delongaremos em explanações a respeito da estética, mas a questão que se colocaria seria: como lastra-la (a estética) em uma ética que se fundamentaria no processo de valorização e, portanto, deveria se adequar aos momentos desse processo (acumulação e crise)¹⁰⁶, sendo, portanto, volúvel? A estética revelar-se-ia, apenas, uma questão de predileção (mas uma predileção racionalmente determinada), sem qualquer relação de necessidade para além daquela que manteria com o processo de valorização¹⁰⁷. O belo de hoje poderia ser o feio de amanhã, como também o seu inverso pois, assim como o “humano”, o suposto fundamento ontológico da estética resultaria do fetichismo. Sendo assim, o que poderíamos derivar da estética, em um momento onde as contradições do valor reduziram tudo à fugacidade, seria, contraditoriamente, a impossibilidade do estabelecimento da mesma. O que a estética estaria a nos revelar seria a sua própria falta de sentido, derivada de uma sociabilidade, também, sem sentido. A imediatidade da subjetivação estética se faria pela mediação do racional, ou seja, o que seria necessário ao processo de valorização apareceria imediatamente como esteticamente correto para a sociedade. Por consequência, enquanto houverem crises haverá um “sem fim” de padrões estéticos. Se a crise trouxer à tona a irracionalidade do valor, o padrão estético vigente se invalidará. Portanto, a estética somente seria capaz de expressar o moderno positivamente (apartado de seu momento crítico). A aceleração do tempo de rotação do capital, e a necessidade da realização de

estética, verificaremos que na *“profundidade das almas”*, estará o valor, e se verá que esse (o valor), estará a fundamentar, negativamente, *“todas as formas exteriores da representação”*, ou seja, as representações se revelarão incapazes de afirmarem a racionalidade (passando a irracionalidade), à medida que os estilos forem considerados ultrapassados, ou seja, representarem, não mais, a acumulação, mas a crise da reprodução do valor presente no nível anterior de desenvolvimento das forças produtivas.

¹⁰⁶ Como se poderia afirmar a ética em uma sociedade onde a produção excede as suas necessidades e, mesmo assim, milhões de pessoas morrem em total indigência, ou, por conta de conflitos movidos pela concorrência intercapitalista? Sobre a contradição entre estética e ética verificar, David HARVEY, *“Condição Pós-moderna”*, 2005, p. 295-300.

¹⁰⁷ Alguns movimentos artísticos, como o cubismo, buscariam retratar a irracionalidade do moderno em contradição com seu pressuposto racional. No entanto, como relação mediada pelo valor, a obra de arte passaria à forma mercadoria e, como a forma se põe como conteúdo, seu sentido passaria ao processo de valorização, revelando que uma crítica pela estética (e não interna a lógica da mercadoria) encontrar-se-ia fadada ao fracasso. Por outro lado, episódios como o banimento da chamada “arte abstrata”, por parte dos ideólogos do nazismo, e a adoção, pelos estados fascistas, de uma estética baseada em um classicismo considerado “demodê”, revelariam a busca por uma alternativa à irracionalidade posta, no presente, por meio de um resgate de representações utilizadas por sociedades passadas, onde se vislumbraria a racionalidade perdida. A estética se revelaria, assim, atrelada as contradições da valorização.

quantidades ascendentes de mercadorias (“sociedade do descarte”, em HARVEY (2005, p. 258)), bem como o emergir da crise, em intervalos sempre minorados, produziria a necessidade de se estetizar todos os momentos da reprodução social, o que poria modismos que surgiriam e desapareceriam, fugazmente.

No âmbito da Geografia, a chamada pós-modernidade ensejaria discussões que, por fim, desaguiariam na mesma crítica arraigada na materialidade do capital, e que, contraditoriamente, estariam a revelar que o moderno continuaria posto como forma de consciência dos indivíduos. Desestruturas e reestruturas produtivas (SOJA, 1993, p. 193-196) (HARVEY, 2005, p. 212) seriam mantenedoras da acumulação, e não a expressão dos limites que a acumulação atingira¹⁰⁸. Mas, por meio de tal crítica, a solução estaria antevista, pois se o capital encontrara um obstáculo, fisicamente concebido, a reestruturação do mesmo eliminaria o entrave. Sendo assim, restaria a crítica voltar-se sobre os inúmeros problemas sociais gerados pela reestruturação, como o desemprego, deslocamentos populacionais, desocupações forçadas, etc. Diria SOJA (1993)¹⁰⁹: ***“Dar um sentido teórico e prático a essa reestruturação contemporânea da espacialidade capitalista tornou-se a meta fundamental de uma geografia humana crítica pós-moderna ora emergente”*** (1993, p. 193). O sentido da crítica recairia, novamente, na luta de classes, pois, segundo SOJA (1993), o espaço (físico) estaria a revelar uma mudança qualitativa no capital que tornaria transparente ***“a instrumentalidade exploratória da reestruturação espacial”***¹¹⁰ (1993, p. 210). O que haveria de pós, no pós-moderno, está por se esclarecer, mas o seu pressuposto devém da economia política, sendo esse o de que a reprodução do capital somente seria possível pela acumulação, sendo essa uma capacidade (ou propriedade) infinita do mesmo. Em SOJA (1993) a lógica da valorização seria exclusivamente ***“mantenedora da acumulação”*** (1993 p.223), e não, contraditoriamente, a destituição dos pressupostos da acumulação. Em HARVEY (2005)¹¹¹ a acumulação se tornaria “flexível” (2005, p. 135-162), mas se manteria,

¹⁰⁸ Diria HARVEY (2005): ***“O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana”*** (2005, p. 187).

¹⁰⁹ Edward W. SOJA, “Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica”, 1993.

¹¹⁰ ***“A instrumentalidade das estratégias espaciais e locacionais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos”*** (SOJA, 1993, p. 209-210)

¹¹¹ David HARVEY, “Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, 2005.

superando suas crises (forma temporal do capital), sendo a flexibilização sua solução de momento.

Desse modo, as mudanças físicas que envolveriam as chamadas reestruturações, estariam a reafirmar a acumulação, promovendo a superação da crise onde a mesma irrompesse. No entanto, se o capital carece urgentemente de eliminar custos, haja visto que o “tempo zero” aponta no sentido de que a quantidade de mais-valia produzida não é suficiente sequer para pagar a circulação da mercadoria (por isso a necessidade do “tempo zero de circulação”), as desestruturações e reestruturações se inseririam em um processo de expulsão dos custos da produção. Marx, nos mostraria em “O Capital” (1988), que a circulação do valor não se constituiria de uma circulação física, ainda que as mercadorias, fisicamente, tenham que ser transportadas. O movimento do valor se daria formalmente, pela sua passagem em suas formas particulares (dinheiro-mercadoria-dinheiro), sem que houvesse, necessariamente, a intervenção direta da fisicalidade dos objetos que suportam tais formas. Um dos exemplos que nos fora dado por MARX (1988) encontrar-se-ia nas suas análises sobre a circulação do capital fixo, onde, o valor contido na maquinaria, seria transferido à cada mercadoria produzida, até que o valor dessa (a máquina) se encontrasse totalmente rotado. A máquina não circularia, mas seu valor sim, o que nos revelaria que a circulação física da mercadoria não seria a condição para que o capital circulasse formalmente. Por outro lado, não se poderia desconsiderar que a circulação se constituiria em um custo, havendo circulação física ou não (pois envolveria a reprodução de parte da sociedade envolvida nessa atividade), sendo, portanto, detração de mais-valia (um momento da reprodução do valor, mas que não faria parte, diretamente, do processo de produção). No momento em que o capital atingiria seu “tempo zero”, como argumentado anteriormente, toda a circulação deveria se aproximar de tal tempo, sem que, no entanto, o atingisse. As reestruturações estariam, assim, a buscar o reestabelecimento de uma acumulação que se tornara impossível. No entanto, seria a velocidade, constantemente aumentada, de rotação do capital (da qual a circulação faria parte) que estaria a se pôr como um impeditivo para a acumulação, estando essa relacionada à lógica imanente à valorização, e não com a circulação física da mercadoria (o metafísico estaria a determinar o físico, e não ao contrário, como apareceria). Sendo assim, no nosso entender, as reestruturações observadas por SOJA (1993) e HARVEY (2005), somente poderiam ser explicadas como crise de acumulação. Isso se evidenciaria na presença majorada do Estado como instrumento de socialização dos custos (e da crise) de tais reestruturações,

como apontaria o próprio SOJA (1993, p 207). A materialidade esconderia a crise pois, racionalmente, a reprodução física do capital atestaria a acumulação. O fetichismo apartaria, assim, os momentos de crise e acumulação, sendo a crise a ausência da reestruturação e, por consequência, a possibilidade de sua superação. O espaço seria assumido como fisicalidade, passando à natureza (no caso, “segunda natureza” (SOJA, 1993, p.158), como fetichismo desdobrado a partir da primeira), pois como naturalizado não se fundamentaria na contradição. O espaço apareceria, assim, como um conjunto de formas autônomas (ALFREDO, 2013, p. 64) que permitiriam que dele (do espaço) a racionalidade emergisse. O sentido da crítica tornar-se-ia moral, pois a crise se colocaria como crise para aqueles que não se beneficiariam de tais reestruturações, remetendo à necessidade efetiva da organização dos trabalhadores e da “luta de classes” (HARVEY, 2005) (SOJA, 1993) a fim de se resistir às mudanças.

Não se poderia negar que as análises geográficas, calcadas em um pressuposto pós-moderno, tenham trazido à discussão questões importantes, relacionadas à atual fase de desenvolvimento do capital. No entanto, o encaminhamento das discussões nos levariam, de volta, ao nosso argumento inicial (em Ratzel e Lablache), sendo esse o de que, como Ciência, a Geografia somente poderia orientar-se no sentido da racionalização do real. Mas se constituiria em uma contradição nos próprios termos se, por fim, à título de conclusão, apontássemos a necessidade ou possibilidade de superação de tal estado de coisas. Não seria isso que estaríamos a visar, mas sim, o reconhecimento que esse seria o limite da Geografia e de toda e qualquer ciência, pois sendo contraditório o fundamento de nossa sociabilidade, uma forma de consciência “científica” se colocaria como necessária à efetivação da reprodução social. O pressuposto positivista, de uma exterioridade em si (para além do social), se constituiria no limite da racionalidade, devendo ser evitado a transposição desse limite “a bem” da manutenção da sociabilidade mediada pela mercadoria. Inviabilizar-se-ia, assim, qualquer crítica ao moderno que pusesse a racionalidade em sua relação contraditória com a irracionalidade. No entanto, ou se põe a contradição ou se recai no racionalismo positivante (ou mesmo, no irracionalismo que, ao fim e ao cabo, também positivaria o moderno), eliminando-se a crítica e assumindo-se o discurso científico. Positivamente, toda Ciência se torna um fetichismo com o qual se faz necessário lidar, à medida que é por ela que acessamos o aparente. Mas a transposição do aparente somente é possível pela contradição entre o ser e o aparecer do valor, cuja unidade é escamoteada pelo positivismo. A dialética é assim

a verdade da Ciência, pois a coloca em sua unidade como Ciência e não ciência. Trazer à Geografia o seu momento negativo, ou irracional, se coloca como possibilidade, não para uma superação, seja ela qual for (do moderno ou da própria Geografia), mas sim de se pensar a crise da valorização como forma de reprodução social que não nos permite falar de qualquer superação, à medida que não se pode definir os limites do fetichismo como forma de consciência racionalizante. Para que nosso argumento não fique apenas no âmbito teórico, tomemos como exemplo a chamada “sustentabilidade”, forma por meio da qual nos apareceria a contradição entre a infinitude do valor (má infinitude, nos termos hegelianos, pois está sempre tendo de se reiniciar por conta das crises, revolucionando os meios de produção: maquinofatuta, fordismo, “just in time”), e a finitude material que suportaria a forma mercadoria.

Não por acaso, o discurso da “sustentabilidade” partiria do pressuposto de uma circulação simples, onde a mercadoria teria um sentido para aqueles que, a ela, se encontrariam submetidos. O discurso se mostraria infantil, mas ganharia contornos racionais sob o brilho ofuscante da Ciência, sendo sua subjetivação imediata (ainda que mediada pela legitimação racional da Ciência), dispensando qualquer questionamento. O apelo a sustentabilidade se alternaria com o discurso econômico, que apontaria a necessidade de se estimular a produção e o consumo em escalas ascendentes, criando-se novas necessidades. A contradição “salta aos olhos”, mas o fundamento científico de ambos os argumentos bastaria para que a contradição se evanescesse e desaparecesse, não ressurgindo sequer como antinomia. Se o capital tornaria racional a ameaça a manutenção da vida no planeta, como apontar limites para o fetichismo? Não se trataria de abdicar à superação, mas sim de reconhecer que nossa teorização sobre essa superação encontraria limites que apontariam no sentido de que, “a bem” da crítica, se faz necessário pô-la (a superação) em suspensão para não se afirmar aquilo que se pretenderia criticar.

Essa será a baliza que orientará nossa análise da colonização do Oeste Paulista, colocando-a em sua relação para com o negativo e assim apontando o seu sentido irracional que se revelaria como o efetivar, contraditório, de seu pressuposto racional. Se a colonização do Oeste paulista, a partir do arcabouço teórico da Ciência Geográfica, se constituía em um processo de “produção do espaço”, se faria necessário situar o espaço no seu sentido lógico, como categoria que integraria o pensar sob o moderno e, assim, se encontraria no invólucro dessa forma de consciência, pois se encontraria fundada na mercadoria. O espaço, como materialidade, recairia na simples justaposição dos objetos,

não se podendo dele derivar-se a crise que estaria a mover o processo de “produção do espaço” pois, somente a contradição entre acumulação e crise nos permitiria transpor o véu racionalizante que encobriria o repór da condição periférica. Produzir espaço seria, portanto, reproduzir o valor e sua crise, contradição que sofreria a racionalização pelo fetichismo. No espaço “produzido” no oeste paulista, que apareceria como sítios, cidades, linhas férreas, se vislumbraria a superação da crise pela ação colonizadora, portanto, se esperaria que o futuro trouxesse a racionalidade que o presente estaria a negar. Sendo assim, o espaço, passado ao tempo, estaria a fetichizar a crise, reposta como expansão do agrário. No nosso entender, o oeste paulista, posto na simultaneidade da reprodução do capital (afastando-se o fetichismo temporal da superação), teria muito mais a nos revelar, abrindo a possibilidade de se reinterpretar, não apenas, processos concernentes ao agrário, como o surgimento da pequena propriedade, mas também o surgimento do urbano (a exemplo da cidade de Adamantina, sobre a qual nos debruçaremos no capítulo final do presente trabalho), colocando ambos os processos em sua simultaneidade crítica. Se a reposição da crise se revelaria na condição precária dos pequenos agricultores do oeste paulista, essa (a crise) se obscureceria sob o véu racionalizante do urbano como o lugar “natural” da acumulação. No entanto, postos em sua unidade contraditória, agrário e urbano se revelariam fundados na crise de acumulação que impulsionaria a produção do espaço periférico. Portanto, a divisão campo-cidade periférica sintetizaria a crise de acumulação como forma de ser do capital em sua periferia. Mas para que nosso argumento faça sentido, se faz necessário situarmos a reprodução do agrário paulista na totalidade da reprodução do capital, para, então, apontarmos a forma particularmente periférica pela qual se efetivara o desenvolvimento do capital em nossa realidade, mais especificamente, a partir da colonização do oeste paulista.

Capítulo 3 - A expansão do capital.

“Quando se diz que não ocorre a superprodução geral, mas desproporção dentro dos distintos ramos da produção, isso quer dizer apenas que, dentro da produção capitalista, a proporcionalidade dos ramos individuais da produção se apresenta como processo constante a partir da desproporcionalidade, pelo fato de que aqui a conexão da produção global se impõe como lei cega dos agentes da produção, não como lei compreendida e por isso denominada por sua razão associada, submetendo o processo de produção ao seu controle coletivo. Com isso, ademais se exige que países em que o modo de produção capitalista não esteja desenvolvido consumam e produzam num grau adequado aos países do modo de produção capitalista” (MARX, 1988, L.III. v.IV, p. 184)

A expansão do capital fora objeto de análise de inúmeros autores que, de diferentes formas, demonstraram que as contradições imanentes ao processo de valorização levariam a uma constante ampliação do “sistema reprodutor de mercadorias” (KURZ, 1993), bem como de uma intensificação das relações mediadas pelo mercado. LUXEMBURG (1985) apontara, como meio de superação dos limites à reprodução do capital, a necessidade de constantes incorporações, ao capitalismo, de parcelas do globo submetidas a formas pré-capitalistas de produção. LENIN (1979) chegaria a conclusões bastante próximas as de Luxemburg, ainda que discordasse, no que diria respeito à maneira como se daria a expansão do capital. As constatações dos autores citados, dentre outros (como HILFERDING (1985) e BUKHARIN (1928)), inserir-se-iam em um longo debate sobre a capacidade de o capitalismo perpetuar-se “ad infinitum” ou findar-se em um colapso, provocado pelas contradições imanentes à lógica do valor. Longe de alcançarem respostas definitivas para a questão (a possibilidade, ou não, do colapso), as reflexões desenvolvidas em torno das contradições presentes no processo de valorização do valor (e seu resultar nas crises de valorização), remeteriam à necessidade de se pensar a relação entre o centro e a periferia do capital, como momentos simultâneos, portanto,

necessários, à efetivação do capital como totalidade social. O fetichismo que separaria espaço e tempo, como momentos distintos, sem qualquer relação de necessidade, a não ser a racionalização do real, poria limites à uma reinterpretação de tal relação, à medida que centro e periferia seriam abordados a partir do pressuposto temporal, onde a periferia apareceria como sendo um estágio de desenvolvimento do capital, há muito superado pelo centro. É bem sabido que as interpretações sobre a expansão do capital, em sua periferia, estiveram, em grande parte, condicionadas ao imperativo positivista da sujeição da teoria à práxis. Diante dessa sujeição, a teoria e a crítica, para serem consideradas válidas, deveriam se tornar propositivas, ou seja, deveriam, necessariamente, vir acompanhadas de propostas de ações práticas, claramente apresentadas, ou, colocada sub-repticiamente, recaindo, inevitavelmente, no planejamento ou na ação política. O prestígio que essa sujeição da teoria à práxis traria àqueles que dela comungariam (a exemplo, Celso Furtado, et al), reafirmaria que a ilusão do “sujeito” se constituiria em momento necessário à efetivação do capital, em especial, em sua periferia. A práxis negaria, assim, a possibilidade da teoria crítica, tornando a teorização uma “via de mão única” que somente poderia levar à racionalização pelo valor. Renunciar-se-ia, assim, a uma análise capaz de pôr o negativo do capital como momento de sua totalidade, estabelecendo a identidade contraditória entre centro e periferia na qual a crise, que perpassaria a ambos, se efetivaria como acumulação de valor e, simultaneamente, como não acumulação, ou crise.

A contrapelo de correntes teóricas predominantes, onde a teoria do valor teria passado à “letra morta”, o geógrafo David Harvey daria importante contribuição à compreensão da expansão do capital, resgatando o legado teórico de Marx e de outros autores que, na senda da crítica marxiana ao valor, se debruçariam sobre o problema da expansão do capital em escala mundial. Sua teoria do “Ajuste Espacial” (HARVEY, 2006), ao demonstrar que a expansão do capital, contraditoriamente, somente reporia seus pressupostos críticos, apontaria a possibilidade de se estabelecer a crise como método de interpretação da sociabilidade moderna. “A Produção Capitalista do Espaço” (HARVEY, 2006), reforçaria a importância de um retorno a Marx e a uma crítica que se ativesse à lógica da valorização. Suas reflexões romperiam, não totalmente, mas de forma bastante significativa, com uma Geografia onde o positivismo se arraigara, impondo, aprioristicamente, a busca pela racionalização como pressuposto para sua produção teórica. Desenvolvendo sua análise balizada no pressuposto de que a crise seria imanente ao processo de valorização, Harvey apontaria o caráter contraditório do processo de

expansão do capital, que buscaria superar as crises de valorização reproduzindo ampliadamente as relações mediadas pela mercadoria. Sendo assim, a expansão do capital não superaria as crises, mas sim, as potencializariam, à medida que ergueria novas barreiras à acumulação, advindas de inversões de capitais e da mobilização de força de trabalho que resultariam, por fim, no aumento da capacidade produtiva do capital. À medida que se buscaria superar a crise, se reproduziria o solapamento da capacidade de acumulação do capital, haja visto que o sentido do processo de valorização se manteria e, assim, a expansão do capital resultaria em uma produção de valor para além da capacidade da sociedade em realiza-la. Em suma, não sendo algo que lhe seria externo, o capital carregaria, “em si”, a crise como forma de sua efetivação. Nesse sentido, da teoria do “Ajuste Espacial” se poderia derivar a impossibilidade desse “ajuste”. Mas nos aprofundemos na questão para que possamos aclarar as contradições que envolveriam o “Ajuste Espacial”, como também, tecermos algumas considerações a respeito das conclusões de Harvey.

Sendo a eliminação do trabalho vivo pelo trabalho morto uma consequência lógica do processo de valorização, haveria o aumento, desproporcional, do capital constante em relação ao capital variável. Tal desproporcionalidade se transferiria à mercadoria resultando na desmedida entre valor-de-uso e valor-de-troca, sendo que os valores-de-troca (de cada unidade de mercadoria) se reduziriam, à medida que o trabalho vivo (substância o valor) seria eliminado da produção, o mesmo não ocorrendo com os valores-de-uso. O pressuposto de que o valor se poria como medida que permitiria garantir a satisfação de necessidades individuais e, simultaneamente, a necessidade social da reposição dos meios de produção, se revelaria ilusório, pois seria pela desmedida que a reprodução social se efetivaria. Isso se poria como barreira à realização da mercadoria, pois o departamento de bens de consumo, a quem cabe realizar a mais-valia total produzida (mais-valia de ambos os departamentos, ou, bens de consumo e bens de produção), deveria lançar ao mercado quantidades crescentes de valores-de-uso, a fim de compensar a redução do valor-de-troca, presente em cada unidade de mercadoria.

O departamento de bens de consumo, como apontado anteriormente, tornar-se-ia um “gargalo” (ALFREDO, 2013, p. 240) por onde deveria passar toda a mais-valia necessária à reprodução do capital constante que, por sua vez, aumentaria, desproporcionalmente, em relação ao capital variável, à medida que, na composição orgânica do capital, o trabalho morto passaria a predominar. Mesmo, não possuindo o sentido de satisfazer carecimentos, o capital, como mercadoria, não poderia existir senão

por meio da relação contraditória entre valor-de-uso e valor-de-troca. Como relação social a mercadoria se poria como necessidade determinada pelo processo de valorização (mais à frente trataremos do problema do consumo), pois seria o valor que determinaria “quanto” a sociedade deveria consumir para que o capital fosse remunerado e se reproduzisse. No entanto, esse “quanto” somente se revelaria ao final do processo produtivo, o que poria a desproporcionalidade como forma de efetivação do processo de valorização. Se houvessem mercadorias em quantidades menores que o necessário, o problema se resolverá pelo inflacionamento dos preços. Mas se for maior, o excedente produzido poderá ser desvalorizado e o capital investido eliminado. Se deve considerar a possibilidade de haverem formas de se expandir o consumo, no entanto, surgiriam limites, tanto no âmbito dos salários como da mais-valia. Se poderia aumentar os salários, mas esse aumento encontraria limites na mais-valia necessária à reposição dos meios de produção. Avançando sobre a mais-valia, o trabalho se tornaria um custo, portanto, comprometeria a reprodução do capital como um todo. No âmbito da mais-valia, o consumo produtivo não poderia ir além das possibilidades de valorização, estabelecidas pelo tempo social médio. Do mesmo modo, o capitalista não poderia consumir (consumo pessoal) sua mais-valia, a ponto de não lhe restar o suficiente para repor seu capital no processo produtivo. A utilização do crédito¹¹² também possuiria limites, pois o seu uso, espraído, levaria à inflação e a perda do poder de compra da moeda (como expressão do equivalente geral no âmbito dos estados nacionais), o que traria consequências sobre os salários e a mais-valia, haja visto que ambos circulam na forma dinheiro. Alcançados os limites, os excedentes se tornariam invendáveis e a crise se revelaria. O valor pararia de circular e deixaria de executar sua passagem formal (d-m-d), fixando-se como dinheiro, capital constante, mercadoria, etc., e, por fim, se dissolveria na materialidade dos objetos que lhe serviriam de suporte. Tal fixação formal, expressaria ***“o valor dos custos de produção que não seriam repostos”*** (ALFREDO, 2013, p. 237) e, por consequência, a desvalorização do valor produzido. Diante de quantidades ascendentes de capital em busca de valorização, a solução, em um primeiro momento, “pareceria” possível pelo comércio exterior, mas isso pressuporia a troca (aqui estaríamos nos referindo às trocas

¹¹² Segundo MANDEL (1985), a utilização maciça do crédito, estendendo-se sobre toda a sociedade, surgiria, somente, nos pós Segunda-Guerra (1985, p. 300-301), mais precisamente, nas economias industriais. Nesse momento a acumulação se tornaria cada vez mais dependente do recurso ao crédito (seja para a remuneração do capital constante, seja para a realização da mercadoria na forma de bens duráveis), o que desaguardaria nas condições atuais (pós Terceira Revolução Industrial) onde o endividamento, via crédito, ficcionalizaria a própria mais-valia.

entre as economias, plenamente, capitalistas), o que, em dado momento, sob condições de saturação mútua dos mercados, reperia o problema. Se faria necessário criar novos mercados, o que levaria o capital a se expandir para áreas do globo ainda intocadas pela relação social “mercadoria”. Nisso se constituiria o fetichismo que envolveria a fronteira, ou, a expansão do capital sobre áreas do globo ainda não subsumidas ao valor. A fronteira apareceria como a possibilidade de se estabelecer uma proporcionalidade impossível, subsumindo-se novos contingentes de indivíduos às trocas. Isso implicaria em se estender a lógica da mercadoria sobre formações sociais não capitalistas, pondo-as sob as determinações do tempo social médio de reprodução do valor, processo no qual o conflito e a violência se colocariam como meios de sua efetivação, haja visto que a objetividade desse tempo social se imporia sobre sociabilidades nas quais a produção se organizaria sob ditames estranhos ao capital, devendo se adequarem, violentamente, às determinações do valor. Nesse processo se situaria a chamada “acumulação primitiva” (MARX, 1988, L.I, v. II, p. 254-284), pois se trataria do “acumular” relações sociais, fundamentadas na troca, sem as quais não haveria o estabelecimento pleno do capital¹¹³: ***“A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagens das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva”*** (MARX, 1988, L. I, v, II, p. 275). Tais ***“processos idílicos”***, objetivariam o estabelecimento das trocas como fundamento da produção nas áreas anexadas ao capital, integrando os seus produtores à sociabilidade pela mercadoria. No entanto, há que se considerar que, sob o constante desenvolvimento de forças produtivas, desenvolvimento esse que fora negado às novas áreas conquistadas pelo capital, haveria limites a manutenção das trocas, pois a transferência de valor para o centro do capital encontraria barreiras, justamente, na baixa produtividade do capital em sua periferia (os capitais industriais centrais teriam, com o desenvolvimento de sua produtividade, sua capacidade de pagar o tempo de produção periférico constantemente reduzido). Sendo assim, a crise se evidenciaria e apontaria no sentido de que não houvera um “ajuste”, mas sim a expansão de uma sociabilidade fundada em contradições. Mas sendo o fetichismo, o limite para se pensar tal sociabilidade, a mesma seria reafirmada fetichistamente a partir da racionalização das realidades periféricas onde se buscaria um

¹¹³ Sobre as consequências advindas da forma particular, por meio da qual o capital se efetivaria em cada realidade, trataremos mais adiante.

novo “ajuste” pela modernização das economias primário-exportadoras, transferindo, a essas, parte da produtividade, até então, limitada ao centro do capital. A teoria de Harvey daria conta de ambos os momentos, reconhecendo que Rosa Luxemburg não estaria completamente equivocada em apontar a necessidade de se estabelecer novos mercados sobre áreas não capitalistas, mas que esse se constituiria em um momento a ser superado, por conta das contradições do capital (HARVEY, 2006, p. 67-68), o que atribuiria maior alcance às observações de Lenin¹¹⁴, que concluiria que a exportação de capitais produtivos, e a oferta de crédito para sua aquisição, se constituiriam nos instrumentos de expansão do capital sob as condições de concorrência monopolista (HARVEY, 2006, p. 68-69)¹¹⁵. Harvey apontaria que a expansão do capital resultaria de barreiras à acumulação, surgidas internamente ao processo de valorização, por isso, haveria um *“imperativo subjacente, contido no sistema capitalista, relativo à acumulação de capital e à realização disso, necessariamente, numa escala geográfica expansível e intensificada”* (2006, p. 71), sendo esse o sentido do “ajuste-espacial”. Nesse sentido, tanto a expansão do capital sobre áreas intocadas, mobilizando novos contingentes de trabalhadores e maiores quantidades de meios de produção (mesmo que, inicialmente, esses meios se resumam a terra), como também os chamados “processos de modernização”, onde se conferiria à periferia uma maior capacidade produtiva, constituiriam em “ajustes” com o fim de se reestabelecer a acumulação solapada pela crise. HARVEY (2006), demonstraria, que ambos os processos resultariam na reiteração da crise de acumulação, pois: *“Se a nova região se desenvolve de modo reprimido e dependente, o índice de expansão não é suficientemente rápido para absorver os fluorescentes excedentes da economia natal”* (HARVEY, 2006, p. 156). Segundo o autor, crise e expansão se tornariam momentos do desenvolvimento contraditório do capital:

¹¹⁴ As reflexões de Luxemburg e Lenin encontrar-se-iam em: LUXEMBURG, “A Acumulação do capital”, 1985; e, LENIN, “Imperialismo Fase Superior do Capitalismo”, 1979.

¹¹⁵ Sobre os monopólios e seu resultar no chamado “Imperialismo” diria LENIN (1979): *“... os monopólios resultaram da política colonial. O capital financeiro acrescentou aos numerosos ‘velhos motivos’ da política colonial ou da luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas ‘zonas de influência’ – isto é, pela exportação de vantajosas transações, de concessões de lucros de monopólio, etc. – e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando, como por exemplo sucedia em 1876, as colônias das potências europeias representavam apenas a décima parte da África. A política colonial podia desenvolver-se de um modo não-monopolístico, sendo os territórios ocupados segundo o princípio, permita-se a expressão, da ‘conquista livre’. Mas quando (cerca de 1900) foram ocupados os 9/10 da África e quando o mundo inteiro se encontrou partilhado, então começou necessariamente a era da posse monopolista das colônias, e, portanto, a era de uma luta particularmente encarniçada pela partilha e recartilha do globo”* (1979, p. 123)

“Ocorre então a desvalorização; a não ser que novas regiões de desenvolvimento possam ser abertas. A consequência, porém, como Marx e Lenin observaram há tempos, é difundir as contradições do capitalismo em esferas sempre maiores, dando-lhes latitudes de operações sempre maiores ” (Idem, ibdem)

Em suma, Harvey concluiria que não haveria “ajuste” possível:

“...para a nova região absorver os excedentes, deve se permitir que essa região se desenvolva livremente e se transforme numa economia capitalista plenamente amadurecida, destinada, no fim, a produzir seus próprios excedentes e, assim, envolver-se na competição internacional contra a base natal” (Idem)

Nesse momento, acreditamos ser necessário realizarmos algumas ponderações a respeito do modo como Harvey colocaria a crise em sua totalidade, ou seja, perpassando centro e periferia. No nosso entender, expansão e crise do capital assumiriam formas específicas na periferia, questão sobre a qual Harvey parece não ter se atentado. Essa especificidade se mostraria de suma importância, haja visto que a sua não observância geraria interpretações, nas quais, a possibilidade de superação da condição periférica estaria posta por meio da modernização das economias consideradas não desenvolvidas. Harvey realizaria suas reflexões a partir de um pressuposto arraigado na economia política, no qual o capital somente se desenvolveria pela acumulação, o que no nosso entender, poria entraves à compreensão das realidades periféricas. O fetichismo que poria a acumulação como pressuposto único do desenvolvimento do capital, surgiria da sua própria forma conceitual, ou “trinitária”, nos termos de MARX (1988), pois, como fora tratado anteriormente, sendo o capital uma relação social mediada por coisas, se obscureceriam as relações, propriamente ditas, que se encontrariam por trás da “fórmula trinitária” – capital, terra e trabalho – sendo essa trindade fetichista a forma “racional” por meio da qual o trabalho excedente seria extraído e apropriado pelos proprietários privados dos meios de produção. As relações sociais se coisificariam e apareceriam como relações entre coisas que se dariam sem a interferência da sociedade, produzindo valor como se tal produção adviesse de uma capacidade que seria intrínseca à própria coisa. Não se trata de afirmar que Harvey não compreenderia o caráter fetichista do capital.

Muito pelo contrário, ao pôr o trabalho no centro de suas reflexões, demonstrando que a eliminação do trabalho-vivo pelo trabalho morto seria o motor do desenvolvimento do capital e de suas crises, Harvey reafirmaria o caráter contraditório e, portanto, social do mesmo (do capital). No entanto, há que se considerar que Harvey é um pensador engajado, e, antes de mais nada, um geógrafo de reputação internacional, o que em muito contribuiria para a aceitação de sua teorização (não que essa não se mostre merecedora de tal reconhecimento). Uma crítica ao capital que não mostre uma via de superação se torna pouco palatável, além de que, a própria Geografia, como Ciência, pressupõe a racionalização do real como sentido de sua existência. Isso se poria na contramão de se pensar o capital como simultaneidade crítica que se reproduziria pela acumulação e pela não acumulação, o que permitiria que se colocasse em questão a própria acumulação, como limite para reprodução do capital. Pensar a sociabilidade pela mercadoria, reproduzindo-se sem acumulação, significaria reconhecer que não somos capazes de “iluminar” o caminho pelo qual nos encaminharíamos para a superação do capital. Também não se poderia desconsiderar que uma visão eurocêntrica do mundo, contribuiria, em certa medida, para tal “estado de coisas”, pois, em realidades onde o capital apareceria em sua plena racionalidade, sua capacidade de acumulação se tornaria inquestionável. Não se trataria de exigir que Harvey, com sua teorização, desse conta de cada realidade na qual o capital se realizaria, particularmente. Mas não poderíamos nos esquivarmos de tencionar sua teoria com a formação socioeconômica brasileira, apontando que existiriam particularidades, inerentes ao próprio processo de acumulação que, devido ao seu caráter contraditório, se efetivaria pela extração de valor de áreas do globo que, espoliadas, se reproduziriam criticamente pela não acumulação. Para ser mais claro, o capital, como contradição que enredaria toda a sociedade, somente se efetivaria como acumulação, sobre uma parcela da sociedade, se espoliasse o valor produzido pelo restante da mesma. No entanto, o fundamento de tal espoliação se encontraria na lógica da valorização, e não na volição dos indivíduos. Do mesmo modo como o capital extrairia o trabalho excedente do trabalhador, como forma de efetivar sua acumulação, garantindo a esse (ao trabalhador), apenas os meios necessários à sua reposição (repondo, assim, a relação), a periferia deveria ser espoliada do valor nela produzido, para que viabilizasse a acumulação no centro do capital. Por sua vez, os capitais centrais ofereceriam os meios à reprodução crítica da periferia, sob a forma, por exemplo, de empréstimos (repondo, também, a relação). Nesse sentido, o capital teria “vindo ao mundo” de forma crítica, pois não poderia se afirmar sem que se negasse, o que remeteria à questão da colonização

e seu sentido. Fernando A. NOVAIS, em suas “Considerações sobre o sentido da colonização” (1969) nos ofereceria elementos que apontariam que, tratar das origens do capital, consistiria em tratar do capital posto logicamente, mesmo que suas categorias estivessem, apenas, pressupostas. Portanto, em sua fase mercantil o capital já carregaria, em si, as contradições que o levariam à industrialização: *“A política mercantilista (...), abre condições para a expansão da economia de mercado em todas as direções, tudo convergindo no ativamento dessa acumulação de capital que Marx chamou de ‘originária’, ou ‘primitiva’, por se realizar, predominantemente (incorporando entretanto, excedente econômico gerado fora do sistema), mas que constitui, ao mesmo tempo, pré-requisito para a penetração e expansão das relações capitalistas no parque propriamente produtor”* (NOVAIS, 1969, p. 61). Sendo assim, o estabelecimento da sociabilidade pela mercadoria, naquilo que se definiria como centro do capital, se daria por meio do tributo imposto às áreas coloniais de onde adviriam os meios pelos quais se operaria a dissolução completa das relações sociais pré-capitalistas, como também, pelas quais se romperiam as amarras que o campo impunha ao desenvolvimento do capital industrial. A subsunção completa dos indivíduos ao capital, não se realizaria sem os meios que dotaram os Estados Nacionais de exércitos permanentes (parcela improdutiva da população sustentada pelo conjunto da sociedade), capazes de impor, “a força”, a separação dos indivíduos de seus meios de produção¹¹⁶. Por outro lado, o ouro e a prata extraídos, das colônias e convertidos em equivalentes gerais, ou mercadorias universais, inundariam os mercados europeus, levando ao processo de transferência dos mesmos, para a nação onde as relações mediadas pelo valor se encontrassem em um maior grau de desenvolvimento, ou seja, a Inglaterra. Mas tal processo não se daria sem que contingentes de indivíduos fossem postos a produzir, em áreas do globo, para além daquelas que serviriam de berço ao capital. O uso da coerção extra-econômica, como condição para a extração de excedentes nas chamadas “colônias”, nos revelaria que a simultaneidade do processo de valorização, perpassaria a metrópole e as áreas coloniais, à medida que o processo de acumulação não poderia ser interrompido, à espera de que se desse a formação de relações (em áreas coloniais), que permitissem a extração de excedentes, por meio do trabalho, como única mercadoria à disposição de grandes

¹¹⁶ Segundo Pierre VILAR (1989), o afluxo de grandes quantidades de prata, oriunda das Américas, levaria a uma desvalorização da mesma e, por consequência, uma valorização das manufaturas comercializadas por nações mercantilistas, como a Espanha, que, no entanto, não as produziam, realizando apenas o tráfico das mesmas (1989, p 48). Como consequência, tal metal afluiria para as nações produtoras de mercadorias manufaturadas, potencializando a acumulação e impulsionando o surgimento da indústria.

contingentes de indivíduos (devendo ser trocado por aquilo que lhe for oferecido, sob o risco de não ter sequer como preservar a própria vida)¹¹⁷. Como relação social, o trabalho somente se efetiva, positivamente, se estiver inserido na totalidade de relações que o pressupõem. Nesse sentido, o trabalho surgiria na periferia como custo, pois a mobilização dos indivíduos para a produção dependeria da aquisição do cativo, como também de sua vigilância e manutenção. Sendo assim, o trabalho se poria negativamente nas realidades periféricas (ALFREDO, 2013, p. 95), pois o pressuposto de sua gratuidade (ou seja, nada resta ao trabalhador, senão, adiantar, gratuitamente, sua força de trabalho ao capitalista (MARX, 1988, L.I. v. II, p.108)) não se faria presente, retirando sua competitividade em relação aos capitais formados em realidades onde as relações, mediadas pela mercadoria, se encontrariam plenamente desenvolvidas. A acumulação, assim, seria obliterada, o que traria consequências para toda a formação categorial periférica. Sem acumulação não haveria desenvolvimento de forças produtivas, e sem desenvolvimento de forças produtivas o capital se realizaria negativamente, resultando em uma sociabilidade fundamentada em relações de produção críticas, que impediriam que os indivíduos fossem completamente apartados dos seus meios de produção.

A contradição se armaria à medida que o tempo social médio, resultante do desenvolvimento contínuo de forças produtivas, determinaria a totalidade da reprodução social, mas, simultaneamente, negaria o desenvolvimento dessas forças a parcelas significativas da sociedade. O capital se poria, conceitualmente, em sua periferia, mas sua realização categorial se daria sob condições muito diversas daquelas encontradas no seu centro. Surgiria, assim, uma sociabilidade posta pelo capital, onde, no entanto, os seus pressupostos categoriais fundamentais se fariam presentes, apenas, negativamente. ALFREDO (2013), apontaria que, ao se encontrar sob as determinações do tempo social médio, a periferia já se poria como momento simultâneo da acumulação em curso, sendo o objetivo de sua gestação, essa acumulação mesma, e não uma “acumulação primitiva” periférica: *“Tem-se (...), uma realidade cuja dimensão temporal formativa tão somente se realizou como negatividade, sendo esta, a forma característica de formação categorial do moderno no que se tem denominado de periferia da realidade da*

¹¹⁷ Os custos, gerados a partir da inexistência de trabalho a ser explorado, seriam assumidos pelos capitalistas periféricos, que o fariam reproduzindo-se criticamente (haja visto que a acumulação lhes fora negada pela inexistência do trabalho assalariado). No momento em que o trabalho escravo se tornara um custo pelo qual os capitais industriais não mais poderiam pagar, devido as determinações do tempo social médio, a produção baseada no escravo não mais permitiria sequer a reprodução crítica do setor agroexportador brasileiro. Nesse momento se passaria à outras relações de produção (não menos críticas, como o colonato, a meação, etc.) que permitissem a manutenção das trocas com os capitais industriais.

produção mundial do valor” (ALFREDO, 2013, p. 97). Nesse sentido, a acumulação primitiva se constituiria em um processo único, geral e contraditório, no qual a periferia se inseriria como momento negativo. Sem a presença do trabalho assalariado não haveria a monetarização da totalidade das relações, o que não permitiria o surgimento de um mercado interno para as trocas (as trocas seriam restritas), e, por consequência, não haveria a acumulação, pois essa se constituiria, justamente, no acumular de relações sociais que não se efetivariam positivamente nas realidades periféricas. Observemos suas consequências sobre a formação socioeconômica brasileira. À medida que a acumulação se processaria sobre o centro do capital, e seria simultaneamente negada à periferia, se estabeleceriam duas realidades interdependentes que se relacionariam pelas trocas de mercadorias resultantes do investimento, no processo produtivo, de capitais de composição orgânica díspares, que refletiriam enormes diferenças de produtividade entre essas realidades. Para que as trocas entre as economias periféricas e as economias industriais se realizassem pelo tempo social médio (entre capitais agrários e industriais, e que se expressaria na transferência de valor, dos primeiros para os segundos) e, simultaneamente, permitissem a reprodução, mesmo que crítica, do capital em sua periferia (haja visto que o “não acumular” seria o seu sentido), a produção do valor (na periferia) se daria sob relações onde todo o tempo de produção seria necessário à reprodução do capital, o que tornaria o trabalho um custo que ameaçaria, a todo momento, a reposição do capitalista. Para tornar o argumento mais claro, tomemos as reflexões de Anselmo ALFREDO (2013):

“A formação da realidade categorial e conceitual periférica é tributária da potência produtiva do centro, pois antes mesmo da formação categorial do capital industrial as formas do trabalho produtor de valor são já expropriadas para possibilitar os parâmetros das trocas com a realidade produtiva industrial do centro da modernização mundial, o que particulariza a formação do capitalismo interno [brasileiro]¹¹⁸. Mediado por um tempo médio social mundial de trabalho, o trabalho se põe na realidade brasileira, negativamente” (2013, p. 95)

¹¹⁸ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

Para melhor situar o problema, tomemos como exemplo a escravidão, que se apresentaria como possibilidade para o estabelecimento das trocas entre os capitais agroexportadores nacionais e os capitais industriais centrais. Tal relação de produção somente se mostraria viável até o momento em que os custos da aquisição do cativo, como também sua manutenção, não se pusessem como empecilhos à reprodução, mesmo que crítica, do setor agroexportador nacional¹¹⁹. Extrapolada essa condição, o escravo se tornaria um custo que não mais poderia ser suportado¹²⁰, mas sua substituição não se faria pelo trabalho assalariado, mas sim por outras formas negativas de trabalho, através das quais o capital se reproduziria em realidades periféricas, como o colonato ou a pequena propriedade. Recorramos, mais uma vez, a ALFREDO (2013), para que a questão se torne mais clara.

“ A modernização periférica, portanto, é tributária, ao mesmo tempo, de uma acumulação primitiva e de uma reprodução ampliada, de modo que os níveis, de expropriação do trabalho – enquanto a categoria que fundamenta a formação do valor – atingem o limite de redefinirem as formas de exploração, sendo a permanência de trabalho não assalariadas, mas vinculadas ao processo geral de acumulação, isto é, da reprodução da forma valor, especialmente no campo, fundamentadas por esta contradição entre interno e o externo”
(2013, p. 349).

O fetichismo “trinitário”, sob o qual, havendo capital, terra e trabalho haveria acumulação, pois, sua condição se encontraria pressuposta nessa “fórmula” (sendo a acumulação a forma, única, pela qual o capital se realizaria), obscureceria a própria forma

¹¹⁹ GORENDER (1980) afirmaria que sob a economia escravista *“a acumulação engendrava o seu contrário – o endividamento”* (1980, p.551), pois a reposição da escravaria, como também, a própria reprodução do proprietário de escravos, dependeria de empréstimos, concedidos por comerciantes, à título de adiantamentos sobre a produção que lhes seria confiada. MARTINS (2004), faria observações semelhantes, pois, segundo esse autor, a ampliação necessária do setor agroexportador (como condição para a manutenção das trocas internacionais), encontraria uma barreira no preço do escravo que imporia, assim, o recurso ao crédito e ao endividamento como formas de reprodução do capital na realidade agrária brasileira. Segundo Martins, na década em que se daria a abolição da escravatura, a taxa de lucro do setor cafeeiro, que produziria o principal produto de exportação brasileiro, seria de 8,5 % (ao fim da safra), ao passo que os fazendeiros de café, pagariam juros de 10 % a 12 % ao ano (2004, p. 28).

¹²⁰ A questão dos custos ascendentes, advindos da manutenção da produção baseada na escravidão, como também a questão da necessidade do fim dessa relação de produção no Brasil (como resultado das contradições do processo de valorização), encontrar-se-iam desdobradas em MARTINS, 1973, p.47-48.

pela qual o capital se efetivaria, antecipando-se à sua formação categorial (GIANNOTTI, 2000, p. 104-106). Conceber que o não acumular seria uma forma de “ser” do capital, e não uma insuficiência advinda de sua ausência, colocaria em questão toda uma teorização que buscaria apontar no centro do capital, e em sua indústria, uma saída para a superação da realidade periférica. Remetendo o problema às considerações de Harvey, e adiantando que não se trata de apontar que o autor predique o desenvolvimento, se observaria que a crise, em “A produção Capitalista do Espaço” (2006), possuiria um caráter temporal, pois somente surgiria como sucessão em relação à acumulação. Retomemos uma citação anterior para que possamos desdobrar nosso argumento:

“Evidentemente, há um beco sem saída da seguinte espécie: para a nova região absorver os excedentes, deve se permitir que essa região se desenvolva livremente e se transforme numa economia capitalista plenamente amadurecida, destinada, no fim, a produzir seus próprios excedentes e, assim, envolver-se na competição internacional contra a base natal” (HARVEY, 2006, p.156).

Ou seja, o capital se expandiria pela acumulação, gerando, necessariamente, “*excedentes*” (acumulação), nas novas regiões abertas à mercadoria, a ponto dessas regiões se envolverem na “*competição internacional contra a base natal*”. Do contrário: “*Se a nova região se desenvolve de modo reprimido ou dependente [não acumulando]*¹²¹ *o índice de expansão não é suficientemente rápido para absorver os florescentes excedentes da economia natal*” (Idem, ibidem)

Se trataria de uma interpretação, em última instância, bastante “racional”, pois assumiria que o capital geraria sua crise, mas o faria porque deveria optar entre permitir que a periferia acumule, e assim, entre na competição intercapitalista, ou reprimi-la (a acumulação), gerando uma crise por conta da baixa produtividade periférica, impedindo, a remuneração dos capitais industriais. A crise se instalaria de qualquer forma, mas os capitalistas poderiam optar por uma das possibilidades aventadas (na citação acima), escolhendo aquela que retardasse a crise por mais tempo: “*... o capitalismo é capaz de fazer uma pausa considerável para tomar fôlego, e garantir sua própria sobrevivência, por intermédio da busca do ‘ajuste espacial’*” (HARVEY, 2006, p. 156). No nosso entender, as volições dos capitalistas deveriam ser postas ao largo, pois a própria

¹²¹ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

“produção do espaço” se constituiria na reprodução da simultaneidade entre acumulação e crise, não havendo opção alguma senão pôr o capital negativamente em sua periferia para que esse se efetive (ou acumule) no seu centro. O tempo, como diria ALFREDO, se constituiria em um *“fetiche de razão na irracionalidade espacial do capital”* (2009)¹²², pois apartaria o racional e o irracional em momentos distintos, pondo crise e acumulação como processos sucessivos, o que permitiria que se vislumbrasse uma superação, mesmo que momentânea, no intervalo entre acumulação e crise. Somente em sua simultaneidade o capital se revelaria irracional, e somente assim se poderia apontar que não há *“uma pausa considerável para tomar fôlego”*, pois a crise estaria imediatamente reposta, à medida que a sociabilidade pela mercadoria se expandiria. Tomemos como exemplo a realidade brasileira. Entre a chamada modernização, iniciada na década de 1950, e o seu fim no colapso da dívida externa, nos anos 80 e 90 do século XX, o que se observaria seria a mobilização, no urbano, da força de trabalho, oriunda do campo, por conta da crise do setor agroexportador que não mais seria capaz de remunerar a produtividade do capital industrial. Um enorme contingente de indivíduos aportaria às cidades, criando uma reserva de força de trabalho que não poderia ser explorada sob os níveis de produtividade com os quais a indústria aqui se instalara. A indústria, por sua vez, encontraria barreiras no mercado restrito, formado, em grande medida, por um agrário onde a circulação do dinheiro se daria de forma restrita. Nesse sentido, a força de trabalho seria mobilizada pela crise do capital, e não por uma acumulação que seria gestada internamente, pois, se assim o fosse, induziria uma modernização no campo, liberando “braços” para a indústria, por meio do aumento da produtividade no agrário, e não por conta de sua falência. A industrialização periférica não geraria a acumulação interna, mas, a exemplo do agrário, permitiria a acumulação de capital nas economias centrais, reproduzindo a relação contraditória entre centro (acumulação) e periferia (crise de acumulação). Não se fazem necessárias planilhas, gráficos, etc., para que se observe os efeitos dessa “modernização negativa” (ALFREDO, 2013). O próprio desenvolvimento do urbano, despidido de certa romantização (romantização que não deixaria de ser uma forma de racionalização), revelaria a crise como o seu indutor, pois o mercado imobiliário formal não poderia incorporar o trabalhador, migrado para a cidade, como comprador, pois encontraria um

¹²² Anselmo ALFREDO, “Reprodução Crítica, Modernização Contraditória: O Tempo como Fetiche de Razão na Irrracionalidade Espacial do Capital”, texto apresentado no 12º Encontro Geógrafos da América Latina, realizado em 2009.

impeditivo nos salários “arrochados” que lhes seriam impostos (aos trabalhadores), como forma de se garantir a remuneração dos capitais estrangeiros aqui invertidos. Se nos espelharmos no exemplo norte-americano, onde a resposta à demanda dos trabalhadores, por residências urbanas (gerada pela rápida expansão da indústria, na primeira metade do século XX), viria por meio dos subúrbios e a oferta de crédito para a aquisição de imóveis (SOJA, 1993, p. 231-239) (apontando a capacidade desse trabalhador em solver seus compromissos), o que se observaria na realidade brasileira, em processo de modernização e urbanização, seria a formação das chamadas periferias, áreas desprovidas, até mesmo, de serviços básicos (água e energia elétrica), surgidas, não incomumente, a partir de ocupações irregulares (no seu sentido jurídico) e da grilagem de terras¹²³¹²⁴. Bairros inteiros seriam erguidos por meio da prática do “mutirão” (uso de mão-de-obra gratuita, fornecida pela família ou pessoas próximas), demonstrando que o capital encontraria, na remuneração do trabalhador, um obstáculo à sua acumulação, haja visto que não se mostraria capaz de explorar lucrativamente a expansão do urbano, impulsionada pela mobilização da força de trabalho nas cidades¹²⁵. Ao Estado, restaria se fazer presente pela sua ausência, haja visto que a sua não intervenção (no processo em andamento), seria a forma de sua atuação (o Estado faria “vistas grossas” às irregularidades). Por fim, a sociedade como um todo, pagaria pela não acumulação interna do capital, subsidiando a reprodução do trabalhador (subsídios estatais aos combustíveis, transporte, programas habitacionais, etc.). Sendo assim, se concluiria que as determinações do tempo social médio perpassariam todo o conjunto de relações sociais, por meio das quais, dada realidade se estabeleceria, pondo-a em uma relação de necessidade para com a totalidade

¹²³ Sobre a questão da grilagem de terras na cidade de São Paulo, verificar, Maria Eliza MIRANDA, “Meio Ambiente e Habitação Popular - O caso do Cantinho do Céu”, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, no ano de 2003.

¹²⁴ A questão da urbanização no âmbito nacional encontrar-se-ia desdobrada por Milton SANTOS em “A Urbanização Brasileira”, 1993. Ainda que seus pressupostos teóricos não se encontrem, claramente, fundados na teoria do valor, importantes derivações podem ser obtidas a partir de suas observações. Não menos importante, seria a contribuição de Amélia Luisa DAMIANI em “Espaço e Geografia: Observações de Método – Elementos da Obra de Henry Lefebvre e a Geografia – Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo”, Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, em 2008.

¹²⁵ Os chamados “movimentos pendulares” (FRANCESCONI, 1978), que caracterizariam os longos deslocamentos, realizados por trabalhadores, entre o local de moradia e trabalho, resultariam da forma crítica pela qual se dera a urbanização brasileira. Como forma de adequarem sua reprodução aos baixos salários recebidos, os trabalhadores buscariam moradias em locais onde o preço da terra não se tornasse impeditivo à essa reprodução. Sobre a questão dos chamados “movimentos pendulares” verificar, Léa FRANCESCONI, “A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos e Jacareí: movimentos migratórios e movimentos pendulares”, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas – USP, em 1978.

do capital. Portanto, a periferia (como momento negativo da totalidade do capital), possuiria um sentido lógico para o processo de valorização, o que poria a condição periférica como necessária, e não como algo passageiro¹²⁶. O fetichismo, que poria na fisicalidade do capital industrial, as determinações da acumulação, escamotearia o sentido estritamente social desse processo (ainda que esse passe “as costas” da sociedade), impedindo que a acumulação fosse interpretada como o resultado de relações sociais postas positivamente, condição que não contemplaria a periferia do capital. Sendo assim, a acumulação apareceria como uma propriedade dos capitais industriais, evanescendo as relações que perpassariam centro e periferia e que seriam necessárias à reprodução ampliada do capital. A acumulação resultaria, portanto, de relações sociais postas, positivamente, pelo valor em seu centro e, simultaneamente, das mesmas relações sociais postas, negativamente, na periferia do capital. Para ser mais claro, a modernização periférica se constituiria em uma modernização negativa, onde a indústria, o trabalho assalariado e a divisão social do trabalho (expressa pela concorrência entre capitais urbanos e agrários) seriam postos como forma de se reiterar a acumulação externa:

“A contradição posta, do ponto de vista da modernização interna, é a necessidade interna e externa da importação de uma capacidade produtiva com nível médio de produtividade mundial. A formação do trabalho enquanto categoria fundamental desta reprodução torna-se negativa, na medida em que a relação de expropriados com a capacidade produtiva mundial forma-se já segundo um contingente populacional não integrado aos sentidos de um capitalismo industrial que, do ponto de vista interno, é mais desenvolvido, dada relação de produtividade definida a partir de fora. Isto aparece nas interpretações Cepalinas, por exemplo, como característica da modernização dos países ‘subdesenvolvidos’. Contudo isto é a forma negativa da modernização interna do valor que detém a necessidade de remunerar a dupla modernização à qual está

¹²⁶ Francisco de OLIVEIRA, em sua “Crítica à Razão Dualista” (2006), nos apontaria os limites que a remuneração aos investimentos de capitais estrangeiros, realizados durante o processo de modernização brasileira, imporiam à acumulação interna. De suas conclusões derivar-se-ia que a acumulação interna fora, contraditoriamente, mantida sob restrição por meio da modernização, servindo essa (a modernização) de instrumento de viabilização da acumulação externa, o que reporia nossa condição periférica. Segundo o autor, a própria expansão capitalista no Brasil nos conduziria *“a uma situação em que os riscos de crise são mais latentes e mais fortes do que nunca”* (OLIVEIRA, 2006, p. 117)

submetida como forma de reprodução do valor em sua extensão mundial” (ALFREDO, 2013, p. 351).

A partir do exposto por ALFREDO (2013), se derivaria o caráter simultâneo da crise que, ao mobilizar a sociedade a fim de repor o nexos social geral pela troca, resultaria em processos que não poderiam ter outro sentido senão a reposição da relação contraditória entre centro e periferia. As teorizações de Harvey ficariam, portanto, em um “meio caminho” entre as teorias subdesenvolvimentistas e uma crítica radical ao valor, pois seu argumento não reconheceria que o “não acumular” seria a forma de existência do capital em sua periferia, sendo a modernização um momento necessário à reiteração dessa particularidade periférica. A crise seria, portanto, acumulação e não acumulação, simultaneamente, pois a paralização da passagem formal do valor se daria por conta da capacidade produtiva do centro que, por sua vez, seria adquirida, justamente, pela transferência de valor, a partir da periferia. O desenvolvimento de forças produtivas, como resultado contraditório do processo de valorização, seria, em última instância, pago pela periferia. Não haveria, assim, um “*folego*” (HARVEY, op. cit.) entre as crises, mas a crise seria a forma pela qual o capital se reproduziria, o que poria a irracionalidade como polo determinante da contradição que fundamentaria o processo de valorização. Mesmo autores cujas reflexões foram fortemente influenciadas pelas teorias subdesenvolvimentistas, preconizadoras do desenvolvimento periférico, como Celso Furtado e André Gunder Frank, reconheceriam, principalmente após o fracasso dos processos de modernização (especialmente o brasileiro), que a condição periférica (por eles interpretada como subdesenvolvimento), não possuiria um caráter contingente, e sim necessário à reprodução do capital em sua totalidade. Isso se evidenciaria em FURTADO, em suas conclusões sobre “O Mito do Desenvolvimento Econômico” (1979):

“Em conclusão: o subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio, o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes nessas áreas. O seu papel na construção do presente sistema capitalista mundial tem sido fundamental e seu dinamismo continua considerável: novas formas de economias subdesenvolvidas plenamente industrializadas e/ ou orientadas

para a exportação de manufaturas estão apenas emergindo. É mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento” (1974, p. 94)¹²⁷.

A conclusão melancólica de Furtado, que dedicara grande parte de sua vida à busca pela superação do “atraso” nacional, em relação às economias industriais, remeteria à necessidade de se reinterpretar o processo de modernização brasileiro a partir da teoria do valor, reavaliando, portanto, o próprio sentido dessa modernização. Isso implicaria em encontrar a contradição que fundamentaria cada processo pelo qual se dera o desenvolvimento do capital, no âmbito nacional. Se o pressuposto que moveria a modernização seria a superação da crise e o reestabelecimento da acumulação e, sendo a acumulação a forma crítica por meio da qual o capital se efetivaria, especificamente, em seu centro, haveria que se identificar como a modernização periférica apareceria como solucionamento para o chamado subdesenvolvimento, quando, contraditoriamente, se efetivaria como manutenção da espoliação nacional, sendo essa a condição para a reposição da totalidade do capital. Sendo assim, buscaremos, a partir da colonização do oeste-paulista, analisar o caráter contraditório da modernização brasileira, situando-a na simultaneidade da crise mundial de valorização, mais especificamente, a partir do seu aguçamento evidenciado historicamente pela grande crise de 1929. Sendo a crise de 1929, a desencadeadora imediata do processo colonizador sobre o qual nos debruçaremos, iniciaremos por ela as nossas análises.

3. 1 - A superprodutividade do capital norte-americano e a crise de 1929.

Em sua análise sobre a crise de 1929, John Kenneth GALBRAITH (1972) apontaria, a partir dos pressupostos da Economia Política, que tal crise resultaria da enorme capacidade produtiva que o capital atingira, em especial, na economia norte-americana. Galbraith demonstraria que na passagem do século XIX para o XX, o centro

¹²⁷ Gunder FRANK, em seu texto, “El desarrollo del subdesarrollo” (1967), chegaria a conclusões semelhantes às de Celso Furtado: “(...) *el subdesarrollo no es debido a la supervivencia de instituciones arcaicas o la existencia de falta de capital en las regiones que se han mantenido aisladas del torrente de la historia del mundo. Por el contrario, el subdesarrollo ha sido y es aún generado por el mismo proceso histórico que genera también el desarrollo económico: el desarrollo del próprio capitalismo*” (1967, p. 165).

da acumulação mundial teria se deslocado da Europa para a América do Norte¹²⁸, resultado do rápido desenvolvimento de forças produtivas que teria se processado, internamente, à economia norte-americana: “*Então, a partir daí* [passagem do século XIX para o XX]¹²⁹ *o ouro quando saía da Inglaterra ou Europa vinha para os Estados Unidos*” (GALBRAITH, 1972, 46). As compensações internacionais, por meio do ouro, consistiriam em procedimentos corriqueiros, anteriormente ao tratado de Bretton Woods¹³⁰, servindo para saldar os déficits nas trocas entre as nações (MARX, 1988, L. III, v. V, p. 77-96). Isso evidenciaria o aumento da produtividade do capital norte-americano que atingiria níveis nunca observados, ainda nas primeiras décadas do século XX. Ainda que a produtividade do capital tivesse aumentado de forma generalizada (devido à novos inventos e ao uso de novas formas de geração de força motriz), tal aumento incidiria, de forma mais significativa, sobre a indústria norte-americana. Segundo DOBB (1983), o aumento na produtividade média de um trabalhador britânico, entre o início da década de 1920 até 1930, fora de 12% (1983, p. 240), enquanto o aumento da produtividade média de um trabalhador norte-americano, no mesmo período, fora de 43% (Idem, ibidem). O mesmo autor apontaria o surgimento, na sociedade norte-americana, de um debate a respeito do chamado “desemprego tecnológico” (problema que, desnudado de seu viés fisicalista e racionalista, poderia ser desvelado a partir da teoria do valor, de Marx), discussão suscitada pela concomitância do aumento da produção física, na indústria, e a redução no número de trabalhadores empregados, entre os anos de 1923 e 1929 (aumento de 13% na produção, concomitantemente com a redução de 8% no número de trabalhadores) (DOBB, 1983, 241). GALBREITH (1972) demonstraria que tal aumento de produtividade traria barreiras à realização do valor no âmbito do mercado interno norte-americano. Segundo o autor a produção de bens de capital norte-americana crescera, na década de 1920, a uma taxa de 6,4% ao ano, enquanto a produção do departamento de bens de consumo, crescera a uma taxa de 2,8%, ao ano (1972, p. 218). A desproporção entre os departamentos

¹²⁸ Sobre a passagem, no plano mundial, da hegemonia do capital britânico para o capital norte-americano, verificar Luiz Felipe Bruzzi CURI e Alexandre Macchione SAES, “Roberto Simonsen e Wladimir Woytinsky no período entreguerras: um ambiente de questionamento à ortodoxia”, in “Anais do XL Encontro Nacional de Economia, 2012, v.1, p. 1-20.

¹²⁹ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

¹³⁰ O Tratado de Bretton Woods (negociado entre os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha, e estendido a todos os países não comunistas), refletiria o caráter determinante do capital norte-americano na formação do tempo social médio de produção mundial. O dólar substituiria a libra-esterlina como moeda mundial, utilizada nas trocas internacionais. Sobre a questão verificar EICHENGREEN, “A Globalização do Capital”, 2007, p. 131-180.

produziria um gargalo na indústria voltada à produção de bens de consumo, o que acarretaria dificuldades à realização do valor, produzido em ambos os departamentos da economia (bens de produção e bens de consumo): *“Uma taxa desigual de crescimento nos dois Departamentos [Departamentos de bens de produção e consumo]¹³¹ deve corresponder a uma taxa desigual de lucros nos mesmos. O crescimento desigual dos dois Departamentos deve expressar-se por uma taxa desigual de acumulação e um ritmo irregular no crescimento da composição orgânica do capital, que por sua vez é periodicamente interrompida pelo impacto da crise nos dois Departamentos”* (MANDEL, 1985, p. 17-18).

Segundo GALBRAITH (1972), grandes volumes de dinheiro, cuja inversão encontraria dificuldades no setor produtivo (devidos as dificuldades em realizar o valor produzido), passariam a ser destinados à busca de lucros fora do mercado norte-americano, movimento impulsionado pelas dificuldades que recairiam sobre o continente europeu, ao final da Primeira Guerra Mundial, e que tornaria os Estados Unidos da América, o principal credor mundial. MOURA (1959), baseando-se em relatórios produzidos pela Organização das Nações Unidas em 1949, apontaria que entre os anos de 1925 a 1929, uma média de 230 milhões de dólares ao ano, afluíam para a América Latina, sendo que a participação dos Estados Unidos, nesses empréstimos, nunca fora inferior a 200 milhões de dólares ao ano (1959, p. 19). O mesmo autor apontaria que em 1926, os Estados Unidos da América efetivariam um empréstimo, ao governo brasileiro, no valor de 60 milhões de dólares, que equivaleria a 13% do valor total de nossas exportações naquele ano (1959, p.20). A economia norte-americana estaria “transpirando” valor por todos os seus poros, o que logo resultaria em movimentos especulativos. A imensa produtividade do capital norte-americano, ainda “represada” pelo imperialismo, praticado pelas nações europeias, como também, pela incapacidade periférica de solve-la (problema que desaguardaria nos processos de modernização), traria consequências para toda a sociedade dos Estados Unidos da América, mobilizando-a em torno da manutenção do processo de valorização. Cada indivíduo se tornaria um “microcapitalista”, especulando com recursos próprios ou recorrendo ao crédito, para que pudesse participar da aparente prosperidade promovida pela especulação no mercado de títulos. GALBRAITH (1972) demonstraria, em linhas gerais, o mecanismo que capacitaria milhares de trabalhadores norte-americanos a converterem-se em

¹³¹ Os colchetes e seu conteúdo são nossos

“investidores” no mercado de ações (1972, p. 47-58). Segundo ele, as corretoras ofereceriam as ações, conjuntamente, com uma proposta de crédito (proposta mediada pelas corretoras, junto aos bancos), cujos juros seriam de 8 a 10% ao ano (os bancos obteriam o dinheiro, para tais empréstimos, junto ao Federal Reserve, à juros de 5% ao ano (GALBRAITH, 1972, p. 59)). As ações seriam mantidas junto às corretoras, como garantia dos empréstimos, pagando dividendos de 1% ao ano. As vantagens seriam obtidas no momento da venda das ações, cuja “valorização” (fictícia, obtida na própria especulação), permitiria um ganho pela diferença entre o preço de compra e venda. A produção industrial norte-americana estaria, portanto, sendo movimentada pela ficcionalização do capital, o que manteria as fábricas em funcionamento até o momento em que as mercadorias, produzidas mediante o “input” especulativo, comesçassem a encalhar nos estoques, pois excederiam a capacidade da sociedade de realiza-las: ***“Em junho [de 1929]¹³² os índices da produção industrial e fabril alcançaram o máximo e caíram”*** (GALBRAITH, 1972, p. 127). O crédito, e sua utilização para a aquisição de papéis, ficcionalizara a valorização, impulsionando a produção de uma massa invendável de mercadorias. No entanto, os efeitos seriam maximizados pelo grau de desenvolvimento das trocas que, então, imbricariam um grande número de nações, estando na economia norte-americana, o pivô da valorização mundial. As consequências logo se estenderam para a totalidade do mundo capitalista, revelando que a produtividade do capital, mais especificamente, do capital norte-americano, se constituía em uma barreira à sua reprodução. Se por um lado, a Segunda Guerra Mundial “apareceria” como forma de superação dessa barreira, por outro lado, apontaria a necessidade de um estado permanente de beligerância, a fim de oferecer, pela destruição, oportunidades de inversão ao capital industrial norte-americano. Parte do produto social deveria ser, simplesmente, destruído, a fim de que a valorização fosse mantida sobre o restante do capital¹³³. Seria esse um custo pago pela totalidade da sociedade norte-americana, por conta da capacidade produtiva de seu capital¹³⁴: ***“... a produção de armamento cria valores de uso que não reduzem nem ameaçam o mercado de nenhum artigo produzido pelo Departamento I e II (chegando mesmo a assegurar uma expansão de vendas de alguns deles, a longo***

¹³² Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

¹³³ Sobre o surgimento de um Departamento de Bens de Destruição, como resultado da produtividade do capital norte-americano, verificar, MANDEL, 1985, p.193-217, e ALFREDO, 2013, p. 284-302.

¹³⁴ Segundo dados de 2014, os E.UA, continuariam sendo os responsáveis pelo maior gasto militar dentre todos os países. Seu gasto corresponderia a 34 % do total mundial, seguido pela China, responsável por 12%, e Rússia que responderia por 4,8%. Os dados estão disponíveis em “Trends in world military expenditure”, publicado pelo “Stockholm International Peace Research Institute” (SIPRI), 2014.

prazo), o grande capital mostra predileção particular por essa forma de gastos estatais em detrimento de todas as outras, especialmente do chamado gasto social, que mais cedo ou mais tarde levaria a um aumento do valor da força de trabalho” (MANDEL, 1985, p. 216). Como bem observaria ALFREDO (2013), a reprodução do capital norte-americano se daria pela produção e destruição de bens que não passassem pelo consumo “comum”, mas sim se fizesse pelo esforço de guerra, onde grandes massas de excedentes pudessem ser eliminadas (2013, p. 287). A produtividade do capital norte-americano, como expressão do tempo social médio, se poria como impeditivo à própria reprodução do capital em sua totalidade, o que traria a emergência de sua expansão para todo o globo, a fim de obter oportunidades de valorização para quantidades crescentes de valor produzido: *“O nível de acumulação do capital produtivo, aqui meramente considerado como lucro, leva a economia norte-americana a estabelecer como problema aquilo que na verdade se põe como contradição da acumulação, de modo que a necessária expansão de investimentos internacionais se põe como resultantes dessas contradições”* (ALFREDO, 2013, p.258). No entanto, o tempo social médio se poria como barreira para que economias periféricas pudessem valorizar o capital norte-americano. A enorme produtividade exigiria que as economias primário-exportadores fossem dotadas da capacidade de fazer circular capitais sob um tempo social médio que, por sua vez, refletiria todo o desenvolvimento de forças produtivas que, contraditoriamente, fora negado à periferia. Dessa forma, a expansão do capital norte-americano revelaria a contradição na qual consistiria o desenvolvimento do capital em sua totalidade. A expansão do capital exigiria a intensificação das trocas, no entanto, tal intensificação esbarraria na capacidade das economias periféricas em salda-las, haja visto que, devido à diferença de produtividade, em relação às economias industriais, essas (as economias periféricas), foram espoliadas e não acumularam suficientemente para desenvolverem suas forças sociais produtivas, em termos de produtividade industrial. De imediato, a redução do tempo de circulação do valor se tornaria a forma possível de se capacitar, mesmo que criticamente, as economias periféricas à remunerarem os capitais industriais, altamente produtivos. Sendo a circulação um custo (MARX, L. II, v. III, p. 89-104), ou detração de mais-valia, reduzir o tempo de circulação do valor na periferia se apresentaria como forma de conferir capacidade às economias periféricas, de efetivar suas trocas com a economia norte-americana. Nesse sentido, haveria a adequação da circulação do valor, no âmbito periférico, ao tempo social médio de produção, expresso pelo capital norte-americano. Somente assim, a transferência de valor das economias agroexportadoras

(periféricas) para as economias centrais, poderia se efetivar, repondo, mesmo que criticamente, a periferia. Criticamente, pois a adequação ao tempo social médio se tornaria um custo a ser pago pelas sociedades periféricas, haja visto que tal adequação se daria por meio de empréstimos, obtidos junto ao governo norte-americano que, por fim, reporião, nas economias agroexportadoras, os obstáculos à acumulação interna. Se poderia argumentar que tais custos seriam transferidos às mercadorias exportadas, a partir da periferia, no entanto, isso somente poderia ocorrer até onde não ameaçasse a obtenção, ao menos, do lucro médio, pelos capitais industriais das economias centrais¹³⁵. Por outro lado, não se poderia desconsiderar o efeito da modernização sobre a concorrência entre os capitais periféricos que, por fim, reduziria a já limitada capacidade de acumulação. Assim como no centro, na periferia a concorrência se faria presente, no entanto, essa assumiria uma forma negativa, pois a competição se daria pela repartição dos custos com o Estado (subsídios, manutenção de preços, etc., problema que veremos mais à frente), e que conferiria uma capacidade concorrencial aos capitais individuais, à medida que transferia à toda sociedade, a crise gerada pela não acumulação¹³⁶. Não se pretende, aqui, fazer a crítica a um paternalismo estatal, mas sim, apontar o caráter negativo das categorias do capital em sua periferia, onde a acumulação, posta em seu sentido contraditório, se revelaria como endividamento geral da sociedade, se constituindo, assim, em momento da “simultaneidade da crise” (ALFREDO, 2013, p. 235-285). Sendo assim, a compreensão do movimento expansivo do capital, exigiria que a análise sobre o problema abordasse centro e periferia como momentos simultâneos desse processo contraditório, ou seja, o restabelecimento da acumulação no centro exigiria a reiteração da não acumulação na periferia, fazendo-se necessário a modernização para que o capital se reproduzisse, mesmo que criticamente, no âmbito periférico. A simultaneidade entre centro e periferia se evidenciaria nas diversas missões, enviadas pelo governo norte-americano ao Brasil, após a grande crise de 1929, com a finalidade de criar um processo de cooperação, entre ambas as nações, com o intuito de viabilizar inversões de capital na

¹³⁵ O “barateamento” das matérias primas se constituiria em condição “sine qua non” para a manutenção da acumulação no centro do capital. Se os preços das matérias primas se mantissem elevados, forças produtivas seriam utilizadas para contornar esse obstáculo à acumulação, seja por meio do aumento da produção, substituição, ou mesmo, pelo melhor aproveitamento das mesmas (das matérias primas), o que resultaria na redução de preços. Sobre a questão verificar, MANDEL, 1985, p. 29-49, como também, ALFREDO, 2013, p. 298-300.

¹³⁶ Um exemplo dessa concorrência negativa encontrar-se-ia em Antônio Delfin NETTO, “O Problema do Café no Brasil” (1979), onde o autor exporia os efeitos contraditórios, gerados pela sustentação dos preços do café.

economia brasileira. Vejamos como a chamada “Missão Cooke”, que marcaria o início das tratativas entre Brasil e Estados Unidos, exporia o objetivo da cooperação proposta.

Em 1942, o relatório da Missão Cooke, liderada por Morris Llewellyn Cooke, e enviada ao Brasil por Franklin D. Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, a fim de identificar os impeditivos às inversões de capitais norte-americanos no Brasil, faria o seguinte diagnóstico:

“O Brasil encontra-se na ainda na adolescência, como nação industrial; mas tem um grande futuro diante de si, dotado, como é, de uma grande área, maior em extensão, do que a parte metropolitana dos Estados Unidos, com incalculáveis recursos naturais de ampla variedade e uma população rica de aptidões manuais e intelectuais.

Em virtude de sua baixa produtividade atual, má distribuição e relativo isolamento da maioria de seus habitantes, os técnicos brasileiros reconhecem que parte substancial da população do Brasil, é subnutrida e insuficientemente educada (COOKE, 1949, p. 15).

E em seguida recomendaria:

A melhor e mais rápida solução dessas deficiências está na obtenção, pelo Brasil, dentro da melhor política de ‘boa vizinhança’, de alguns melhoramentos técnicos utilizados pelos Estados Unidos, desde os primórdios do século. ” (Idem, ibidem).

A missão encontraria entraves às inversões norte-americanas no Brasil, principalmente no âmbito das *“vias férreas, rodovias e capacidade geradora de eletricidade”* (1949, p. 17). Tais problemas se constituiriam em “gargalos” que impediriam as inversões de capital, e por isso, esses setores (transportes e geração de energia) deveriam ser priorizados com o aporte de investimentos (precedendo as inversões em outros setores da economia), pois, somente assim a mercadoria poderia circular no tempo social médio necessário à reprodução do capital industrial norte-americano. Reduzir o tempo de circulação do valor se punha como condição para que o capital norte-americano pudesse circular no mercado brasileiro, sem o risco de sua total desvalorização. Por outro lado, para intensificar suas trocas com a economia norte-

americana, o Brasil precisaria expandir sua produção de agroexportáveis. No entanto, tal expansão esbarraria no tempo de circulação das mercadorias, cujos custos não mais poderiam ser pagos pelos capitais industriais, adquirentes de tais bens, o que poria a necessidade dos investimentos estrangeiros no Brasil, na simultaneidade da reprodução do capital em nível mundial. Há que se considerar que a Missão Cooke se realizara em um momento em que o desfecho do conflito na Europa encontrava-se indefinido, sendo que, após sua finalização, ampliar-se-iam as possibilidades de inversões na reconstrução das nações destruídas pela guerra. A Europa, destruída pela guerra e cobiçada pela União Soviética, se tornaria, assim, o principal “locus” de inversões de capitais norte-americanos. No entanto, o Brasil não deixaria de ser alvo das atenções do governo dos Estados Unidos da América, o que poderia ser constatado no envio de duas outras missões, cujos intentos reafirmariam a necessidade da expansão do capital norte-americano para qualquer porção do globo onde pudesse ser aplicado. Em termos gerais a Missão Abbink, de 1948¹³⁷¹³⁸, como também a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, ou, CMBEU (funcionando de 1951 a 1953), possuiriam o mesmo sentido da Missão Cooke, sendo a CMBEU a de maior efetividade. A CMBEU inserir-se-ia no contexto da “DOCTRINA TRUMAN” que, sob a justificativa “moral” de conter a ascensão do comunismo soviético, promoveria a expansão do capital norte-americano que, passado o esforço de guerra (e a destrutividade que teria permitido dar vazio à imensa produtividade da indústria norte-americana), reencontraria as barreiras que sua tamanha capacidade produtiva impunha à sua reprodução. Tendo sido criada em 1950, a CMBEU funcionaria, efetivamente, de 1951 a 1953 e, ao fim de suas atividades, apresentaria um extenso relatório que apontaria as deficiências cuja superação seria imprescindível à modernização brasileira (verificar na tabela 1, os projetos propostos pela CMBEU, e seus respectivos custos).

¹³⁷ Segundo LOPES (2009) o objetivo da Missão Abbink seria, *“retomar a cooperação econômica estabelecida pela Missão Cooke, e de analisar os fatores que dificultavam ou retardavam o desenvolvimento econômico brasileiro”* (2009, p. 89)

¹³⁸ Segundo BIELSCHOWSKY (2012), os resultados efetivos da missão Abbink estariam sintetizados no arcabouço jurídico, gestado a partir das análises desenvolvidas pelos integrantes da citada missão, e que permitiria ampliar as remessas de lucros aos detentores dos capitais aqui investidos (2012, p. 360-361)

Tabela 1- Número e custo de projetos propostos pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, por área de investimento.
(Em milhões de dólares)

Área de investimento	Quantidade de projetos	Custo*
Ferrovias	17	150 544 000
Produção de Energia Elétrica	9	130 176 000
Portos	4	540 117 000
Navegação	4	29 147 000
Agricultura	3	27 125 000
Indústria	2	13 860 000
Rodovias	2	6 661 000

Fonte: LOPES, 2009.

*Os custos são expressos em valores referentes ao período histórico em que foram apresentados.

Os 41 projetos apresentados pela CMBEU foram, predominantemente, voltados ao setor de transportes (quadro acima), o que se explicaria pelos imperativos da produtividade do capital norte-americano que exigiriam a redução no tempo de circulação das mercadorias. ALFREDO (2013) identificaria essa exigência na atenção que os projetos da CMBEU dedicariam ao estudo das ferrovias:

“Os estudos das bitolas das linhas de trens e das condições técnicas – eletrificadas, a vapor, a diesel, - revelam a necessidade de uma unidade que remeta à temporalidade negativa produtiva do capital mundial, em que o tempo de baldeação e a capacidade de transporte de vagões de madeira, não dariam conta de corresponder às necessidades produtivas de um capital americano que assim, estaria já contornando a reprodução crítica de sua intensidade produtiva” (2013, p. 362)

Há que se considerar que os projetos desenvolvidos, a partir da CMBEU, se constituiriam em etapa de um processo mais amplo, sendo os investimentos, apontados anteriormente, a base para a expansão das inversões, no Brasil, de capitais sob as mais

variadas formas. Dentre elas, plantas industriais que exigiriam, não apenas a modernização dos transportes, mas também a internalização de um departamento de bens de produção, capaz de reduzir os custos com a reprodução do capital. Concomitantemente aos projetos voltados ao aumento da capacidade de transporte, se gestaria, por meio de empréstimos externos e outras formas de endividamento social, setores produtivos de petróleo e aço¹³⁹, além do incremento da capacidade produtiva do setor elétrico, que fora, também, contemplado pelas propostas da CMBEU. Nesse sentido, a industrialização periférica (caso brasileiro), se punha como condição para a reprodução do capital, em nível mundial, o que resultaria na transferência de capacidade produtiva para a periferia. A mesma capacidade produtiva que garantira a acumulação às economias industriais, acabaria por ter que ser espalhada para a periferia, a fim de que essa pudesse continuar a realizar suas trocas com o centro do capital, lhe transferindo o valor necessário à remuneração dos investimentos realizados no desenvolvimento de forças produtivas. Não por acaso, no âmbito nacional, toda uma nova legislação, referente à remessa de lucros ao exterior, seria gestada nos anos cinquenta do século XX (BIELSCHOWSKY, op. cit), o que recobriria de racionalidade jurídica aquilo que possuiria um sentido estritamente lógico. Se atribuiria um aspecto jurídico, portanto, racional, a um processo cuja juridificação se daria a reboque do processo de valorização, e não ao contrário, se constituindo, portanto, em reafirmação fetichista do nacional (a espoliação, juridificada, não exporia o caráter contraditório do nacional). Como bem observaria ALFREDO (2013, p. 93-147), se buscaria racionalizar o processo de modernização como uma afirmação do nacional, enquanto se afastaria os questionamentos a respeito do sentido desse nacional periférico que, em meio a modernização de nossa realidade, se evidenciaria como tributário das forças produtivas do centro do capital (2013, p. 126), ou seja, um nacional que se constituiria como mecanismo de viabilização da acumulação para as economias industriais¹⁴⁰. Não que, anteriormente, possui-se outro sentido, mas a exacerbação do

¹³⁹ A fim de oferecerem bens de produção básicos, como petróleo e aço, foram criadas, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (a partir de um empréstimo de 20 milhões de dólares obtido via EXIMBANK) * (LEOPOLDI, 2007) e, em 1953, a Petrobras, em meio ao segundo governo Vargas (os recursos para a criação da Petrobras viriam de tributos impostos à toda sociedade brasileira) (Idem, 2007).

* Export – Import Bank – U.S.A: Banco de estímulo à exportação ligado ao governo norte-americano. Intermedia e oferece garantias à empréstimos destinados a aquisições de produtos norte-americanos. Sobre o assunto verificar o site oficial da instituição em: <http://www.exim.gov/>.

¹⁴⁰ ***“Um desenvolvimento, ainda que reduzido das economias periféricas, punha-se como resultado da produção de valor e condição da reprodução da valorização do valor da economia norte-americana.”*** (ALFREDO, 2013, p. 279)

nacionalismo brasileiro, nos anos cinquenta do século XX¹⁴¹, surgiria, simultaneamente, com a entrada maciça de capitais norte-americanos que poriam no âmbito nacional, a industrialização que a restrita acumulação interna (ou nacional), jamais fora capaz de gerar. Nesse sentido, o nacional periférico se revelaria negativo pois, se no centro do capital, o nacional se constituiria como condição para o processo de acumulação, sob realidades periféricas o nacional seria gestado tardiamente, como instrumento de manutenção da espoliação operada sobre essas realidades¹⁴². Portanto, o nacional periférico, contraditoriamente, estaria fundado em um processo de acumulação que lhe seria externo e, sendo assim, esse nacional estaria posto, apenas, negativamente. Mas o nacional seria apenas uma das categorias negativas pelas quais o capital se efetivaria como periferia. Se faz necessário observarmos como esse universo categorial, negativamente posto, conferiria uma especificidade crítica à periferia e, especialmente, à realidade brasileira.

3. 2 - A periferia e sua especificidade crítica.

Ao analisarmos o desenvolvimento de um pensamento econômico nacional se observaria que o par inflação e câmbio, centralizariam os debates em torno da economia brasileira. O problema remeteria, diretamente, a efetivação das trocas com as economias industriais. Sem o “rebusco” da Economia Política, a questão recairia sobre o tempo social médio de produção que ao determinar a totalidade do capital importaria, de forma inexorável sua “lei”, podendo essa ser resumida na seguinte proposição: quanto maior a massa de capital investido, maior será a fatia do produto social que será apropriada pelo capitalista (ou grupo de capitalistas) detentor dessa massa. Sob uma realidade predominante agrária, como a brasileira (até momentos que antecederam a industrialização), onde as relações de produção não permitiriam a acumulação e o desenvolvimento de forças produtivas, a transferência de valor para as economias industriais (operando com imensas massas de capitais acumulados), resultaria em desequilíbrios na balança comercial que, por suas

¹⁴¹ A questão do nacional-desenvolvimentismo encontrar-se-ia desdobrado, sob uma perspectiva crítica, em ALFREDO, 2013, como também, a partir de um viés historicista, em BIELSCHOWSKY, 2012.

¹⁴² A própria criação da Nação Brasileira, como consequência da abertura de seus portos ao comércio externo (1808) (FAUSTO, 2006, p. 71-75), apontaria que o nacional periférico surgiria dos imperativos do processo de valorização, em escala mundial, ou seja, esse nacional expressaria a simultaneidade entre centro e periferia na qual o sentido do empreendimento colonial se reporia, então, na forma do nacional. Segundo Boris FAUSTO, no momento de sua independência, o Brasil se constituiria no terceiro maior mercado de produtos ingleses (2006, p.77), o que tornaria a intermediação portuguesa, em dado momento do desenvolvimento das forças produtivas, um custo para o capital inglês. Esse entrave seria eliminado pela criação da Nação Brasileira.

vezes, levariam à chamada desvalorização cambial (perda de valor do equivalente geral nacional em relação ao equivalente geral mundial). FURTADO (1976) nos ofereceria um exemplo que tocava diretamente na questão da baixíssima produtividade dos capitais nacionais em relação aos capitais industriais, problema que impunha sérias dificuldades ao governo brasileiro, já nos primeiros anos que sucederam a formação do estado nacional. O autor demonstraria que no período compreendido entre os anos de 1821 e 1850, ***“os exportadores de açúcar, para receber 24% a mais de valor, mais que dobraram a quantidade exportada; os de algodão receberam a metade do valor, exportando apenas 10% a menos, e os de couros e peles mais que dobraram a quantidade para receber um valor em 12% por cento inferior”*** (1976, p.107-108)¹⁴³. Tais mercadorias, ao ingressarem no mercado mundial, passariam a compor um “preço médio geral”, determinado pela produtividade média dos capitais, resultando na desvalorização dos mesmos¹⁴⁴ (produtos primários como, açúcar, couros, algodão, etc., produzidos por meio de capitais de baixíssima composição orgânica), pois, se os capitais industriais, que empregariam tais matérias primas, pagassem todo o tempo de trabalho nelas contido, simplesmente não obteriam o lucro necessário à sua reprodução. Não se trataria da volição do capitalista e sua insaciabilidade por lucros, mas sim o resultado das determinações do tempo social médio sobre capitais, cuja produtividade, em relação aos capitais industriais, seria baixíssima, consumindo em sua reprodução quantidades de trabalho que, por fim, não poderiam ser pagas e, assim, desvalorizar-se-iam. Sob a simultaneidade do tempo social médio, a periferia se reproduziria, criticamente, pelo endividamento, custo que recairia sobre a totalidade da sociedade, seja na forma de preços ou impostos. No gráfico abaixo se observa os custos, socialmente distribuídos, na forma de juros (dívida pública), gerados pela não acumulação interna.

¹⁴³ No período apurado por FURTADO (1976), apenas os anos de 1823, 1828, 1836, 1846, 1848 e 1849, não apresentariam déficits na balança comercial (IPEADATA-2006) *. A melhora nos números da balança comercial brasileira, a partir da década de 1860, coincidiriam com a ascensão do café como principal produto de exportação. Isso, no entanto, não significaria uma superação da crise, e sim, a forma de se repor, criticamente, o setor agroexportador nacional.

*IPEADATA, Temas Macroeconômicos- Balança Comercial (1921-1939), atualizado em 2006.

¹⁴⁴ Se torna claro que a não coincidência do valor com o preço seria necessária à reprodução ampliada do capital, pois, se constituiria no mecanismo que garantiria aos capitais mais produtivos, a remuneração que lhes permitiria pagar os investimentos realizados no aumento da composição orgânica.

**Gráfico 1- Juros pagos relativos à dívida pública contraída no exterior
(1824-1948)**

Fonte: IPEADATA- Temas Macroeconômicos: Juros pagos por empréstimos públicos contraídos no exterior, atualizado em 2006.
Observação: Valores em libras esterlinas (unidades de mil libras), referentes a todos os compromissos externos assumidos de 1824 a 1948, pelas três esferas de governo (União, Estados e Municípios). A interrupção na série coincide com a suspensão dos pagamentos (moratória), entre 1938 e 1940 (LEMONS, 1946, p. 38)

Os empréstimos internacionais se tornariam uma das formas de transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais do capital. Resultando da própria capacidade produtiva, a crise, sob realidades centrais do capital, se expressaria pela geração de excedentes que não poderiam ser reabsorvidos pelo processo de produção. Sendo assim, tais excedentes passariam a ser exportados sob todas as formas, dentre elas, na forma de dinheiro, servindo ao financiamento das importações de nações dispostas a adquirir as mercadorias tornadas invendáveis, no âmbito interno das economias industriais. No outro polo da relação, estariam as economias periféricas, onde o problema se inverteria, pois, estando a acumulação restringida pelo não desenvolvimento de forças produtivas, as chamadas divisas (equivalente geral mundial, por meio da qual se daria o comércio internacional), escasseariam à medida que as trocas seriam desfavoráveis as economias primário-exportadoras e seus capitais de baixa composição orgânica. Para que não nos desviemos da teoria do valor, o problema remeteria à formação de um tempo social médio de produção, estabelecido em nível mundial, onde o tempo de trabalho periférico comporia essa média, mas não a atingiria, o que resultaria na transferência de valor para as economias industriais¹⁴⁵. A escassez de divisas resultaria da transferência de quantidades ascendentes de valor para as economias industriais, ou seja, uma “troca desigual” (MARINI, 2005), mas efetivada sobre a aparência de igualdade, possibilitada pela intermediação do equivalente geral mundial como expressão do tempo social médio.

¹⁴⁵ Sobre a questão verificar o exemplo utilizado no primeiro capítulo do presente trabalho, onde fora desdobrado a formação do preço das mercadorias. O mesmo processo se replicaria no âmbito mundial.

A forma preço (como preço médio internacional) permitiria que os capitais mais produtivos se apropriassem, gratuitamente, de parte do valor produzido pelos capitais menos produtivos (periféricos). Havendo o aumento constante da produtividade dos capitais industriais centrais, haveria a necessidade, por parte da periferia, de elevar constantemente, sua produção para que se compensasse, pela maior quantidade exportada, os déficits gerados pela diferença de produtividade entre centro e periferia. No entanto, a capacidade dos capitais industriais (em constante revolucionamento produtivo) de pagar o tempo de trabalho periférico, se restringiria constantemente, o que imporá limites à reprodução ampliada das economias primário-exportadoras. Sendo assim, o par câmbio/inflação dominaria os debates em torno da economia nacional, pois os déficits, gerados nas trocas internacionais, seriam cobertos por meio de empréstimos (na forma do equivalente geral mundial – ouro, libra ou dólar), que permitissem a conversão da moeda nacional, garantindo, assim, as importações, o que resultaria na desvalorização de todo o capital, no âmbito nacional, haja visto que os juros das dívidas contraídas seriam distribuídos socialmente e iriam detrair parte do valor total produzido internamente. Por outro lado, a inflação se tornaria permanente (MANDEL, 1985), pois se o equivalente geral nacional (moeda nacional) perderia constantemente seu poder de compra em relação ao equivalente geral mundial (ouro, ou dólar), essa perda seria compensada pelo aumento dos preços no âmbito nacional. Não por acaso, o padrão-ouro tornar-se-ia, precocemente, inviável¹⁴⁶ e fora abandonado pelo governo brasileiro, ainda na República Velha¹⁴⁷,

¹⁴⁶ CURI e SAES (2012), apontariam que na periferia do capital **“o estabelecimento do padrão-ouro sempre foi problemático, devido à vulnerabilidade externa e às diferenças estruturais com relação ao centro do capitalismo”** (2012, p.5).

¹⁴⁷ Amaro Cavalcanti, Senador da República entre 1894 e 1896, e um precursor do nacional-desenvolvimentismo, faria a seguinte observação em sua obra de 1893, “O Meio Circulante Nacional” (CAVALCANTI, apud GREMAUD, 1997): **“Com efeito, a quantidade de metal amodado ou amodável, relativamente pequena para o movimento geral dos mesmos, se acha como que monopolizada por três ou quatro nações (França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos), as quais, pelo desenvolvimento e consolidação dos seus meios de trabalho ou indústrias bem fundadas, conseguiram acumular grandes riquezas, superiores às necessidades do consumo ordinário, e daqui a possibilidade de esterilizar, como fizeram, uma parte considerável daquelas para lhes servir de moeda (metálica).”** (1997, p. 101)

E concluiria a seguir: **“As outras nações, umas, pobres pelas condições naturais da própria existência, e outras, pela inexploração ou desaproveitamento dos ricos elementos que possuem, subsistem quase todas, no que se refere às condições monetárias, na dependência daquelas poucas felizes, as quais lhes ditam a lei, segundo melhor convém aos seus interesses, em circunstâncias dadas”** (Idem)

As observações de Cavalcanti refletiriam as dificuldades advindas da não acumulação no âmbito nacional. Sendo o ouro o equivalente geral, portanto a expressão do valor, sua acumulação se daria, logicamente, nos países que concentrassem o desenvolvimento de forças produtivas. Nesse sentido, o padrão ouro ruiria, sob realidades periféricas, muito antes do seu fim, definitivo, nas décadas posteriores ao Tratado de Bretton Woods (quando, não mais, seria possível estabelecer-se uma paridade entre a massa de dinheiro em circulação e a ínfima quantidade de ouro que deveria lastra-lo). O ouro fluiria para os países industrializados, sendo impossível manter-se uma paridade constante, entre o equivalente geral mundial

antecipando, negativamente¹⁴⁸, aquilo que a superprodutividade do capital norte-americano revelaria meio século depois (a contradição entre a infinitude pressuposta no processo de valorização e a finitude material do lastro metálico). As emissões não poderiam se dar sob o lastro metálico, haja visto que não haveria acumulação, na forma do equivalente geral mundial (ouro), que as viabilizasse. FURTADO (1976) observaria que uma pequena ascensão nos níveis de monetarização dos indivíduos, processada pela passagem da escravidão a outras relações de produção, fora suficiente para abalar a manutenção do “padrão-ouro”, no âmbito nacional: *“A medida que a economia escravista era substituída por um novo sistema, com base no trabalho assalariado¹⁴⁹, tornava-se mais difícil o funcionamento do padrão ouro”* (FURTADO, 1976, p. 160). As emissões de moeda, sob uma realidade onde não haveria valor a ser representado, tornar-se-iam inevitavelmente inflacionárias, pois, não havendo uma indústria interna capaz de satisfazer a demanda produzida pela circulação monetária, obrigaria o recurso à importação que, por sua vez, elevaria a pressão sobre o câmbio. O problema se agravaria com a queda constante dos preços das matérias primas (principais produtos das economias periféricas) no mercado mundial, à medida que o tempo social médio traria restrições à remuneração do tempo de trabalho consumido na produção periférica.

O café, que durante mais de um século fora o sustentáculo da economia nacional, nos forneceria um exemplo flagrante da necessidade de um constante aumento da produção e exportação, para que se compensasse a queda nos preços internacionais. Antônio Delfin NETTO, em sua obra “O Problema do Café no Brasil” (1979), demonstraria que, por volta de 1860, o café brasileiro seria vendido, no mercado internacional, a um preço médio de 10 cents de libra esterlina por libra/peso (453 gramas)¹⁵⁰ (1979, p. 16). O mesmo estudo apontaria que em 1900 a libra/peso do café

e o equivalente geral nacional dos países primário-exportadores, haja visto que a ausência de acumulação, nesses países, lhes solaparia o lastro metálico.

¹⁴⁸ Negativamente, pois não se trataria, como o observado nas economias centrais do capital, de quantidades crescentes de valor que necessitariam de quantidades crescentes de dinheiro para circular, mas sim de dinheiro que não encontraria, no âmbito nacional, valor a ser representado. A desvalorização da moeda nacional, frente ao equivalente geral mundial, refletiria a incapacidade dos capitais nacionais de alcançarem a produtividade média geral, o que impediria a acumulação interna e a geração de uma produção voltada ao mercado nacional. Portanto, a necessidade de constantes emissões surgiria da incapacidade de acumulação interna, e não de quantidades crescentes de valor a serem circulados.

¹⁴⁹ Há que se ver com reservas esse *“trabalho assalariado”*, haja visto que o predomínio do colonato, da meação e da parceria, não permite que se afirme que ocorreria uma transição para o assalariamento completo.

¹⁵⁰ Uma saca de 60 Kg de café (embalagem padrão utilizada no comércio internacional), equivaleria a 132 libras-peso.

brasileiro estaria sendo vendida, no mercado internacional, por pouco mais de 5 cents de libra esterlina (Idem, *ibidem*). Nesse sentido, a manutenção das receitas, obtidas por meio do comércio internacional de café, exigiria que a exportação dobrasse em volume, resultando em um aumento nas exportações que, segundo NETTO (1979), teria saltado de 4 milhões de sacas, comercializadas em 1860, para mais de 10 milhões de sacas vendidas no mercado externo, em 1900 (Idem, p. 16). Sob a ótica da Economia Política essa depreciação seria causada, exclusivamente, pela oferta e demanda, relacionadas aos produtos lançados ao mercado internacional. No entanto, o aumento da produção estaria se dando de forma extensiva, sem a aplicação de forças produtivas (a permanência de relações de produção não assalariadas, no setor agroexportador brasileiro, corroborariam nosso argumento). Ora, o aumento da produção sem a sua intensificação, indicaria que a acumulação não estaria ocorrendo a ponto de permitir a aplicação de forças produtivas no setor agroexportador nacional. Aumentar a produção sem a intensificação produtiva significaria a desvalorização geral do capital, no âmbito do setor agroexportador, sem que, no entanto, essa desvalorização estivesse a beneficiar parte dos produtores, como ocorreria no caso da desvalorização gerada pelo aumento da produtividade nas economias industriais do capital. Nas economias industriais, o aumento da produtividade se daria pelo desenvolvimento e aplicação de forças produtivas, resultando na apropriação de maior parcela do produto social, pelos capitais mais produtivos¹⁵¹. Sendo assim, o aumento na produção do café somente se explicaria pela simultaneidade que imbricaria as economias agroexportadoras e industriais, na necessidade lógica das trocas. Para saldar suas trocas com as economias industriais, economias agroexportadoras, como a brasileira, deveriam aumentar o volume de suas exportações, a fim de compensarem a depreciação de seus produtos, sendo essa depreciação o resultado do constante aumento de produtividade dos capitais industriais que, conseqüentemente, teriam sua capacidade de pagar o tempo de trabalho periférico, sistematicamente reduzida, à medida que eliminaria o trabalho vivo de sua composição orgânica. No caso do café, para que a produção se mantivesse em expansão seria necessário garantir os lucros dos cafeicultores (haja visto que a expansão extensiva da produção não lhes garantiria a lucratividade), o que se processaria pela sustentação estatal de preços (NETTO, 1979) que, por fim, se tornaria

¹⁵¹ O processo de desvalorização geral do capital, por conta do desenvolvimento de forças produtivas, fora tratado no primeiro capítulo desse trabalho. A desvalorização ocorreria, concomitantemente, com a transferência de valor para os capitais de maior produtividade, sobre os quais incidiria a aplicação de maiores forças produtivas. Ocorreria a desvalorização, por conta do aumento da produtividade, no entanto, essa beneficiaria os capitais mais produtivos.

um custo pago por toda a sociedade. Em suma, seria a desvalorização geral do capital, no âmbito mundial (gerada pelo aumento da produtividade dos capitais industriais), que estaria a desvalorizar as matérias primas produzidas nas economias periféricas, haja visto que a mercadoria se constitui em uma relação social que expressa a capacidade produtiva média, válida para a totalidade da sociedade capitalista.

A importância da produção cafeeira para a economia nacional dispensaria grandes argumentações. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de 1831 a 1950, o café fora o principal produto de exportação brasileiro, respondendo, em média, por 50% do comércio exterior¹⁵². No entanto, o problema que envolveria a produção cafeeira não se constituiria em uma especificidade dessa ou de qualquer outra cultura, desenvolvida no setor agroexportador nacional. A crise que afetaria, de forma constante, o principal setor produtivo nacional, resultaria da forma negativa pela qual o trabalho se estabeleceu em nossa realidade. A presença, predominante, no setor agroexportador nacional, de relações de produção como o colonato, a meação, e, posteriormente, o pequeno produtor, refletiriam essa negatividade, pois se constituiriam em formas de exploração do trabalho onde esse (o trabalho), se revelaria incapaz de reproduzir, simultaneamente, o capital e o próprio trabalhador. Os indivíduos, submetidos a essas relações de produção, permaneceriam presos a terra, como condição para a reprodução do capital, pois o seu trabalho se constituiria em um custo¹⁵³ que deveria ser reduzido por meio da produção de sua subsistência, na mesma terra onde produziam para o mercado. Sendo assim, o setor agroexportador nacional reproduziria o trabalho não assalariado como condição para sua manutenção pois, a não acumulação, que lhe seria inerente, reiteraria a necessidade de se repor tais relações de produção como compensação a não aplicação de forças produtivas. Não se trataria de afirmar que não haveria qualquer forma de remuneração em dinheiro, mas sim que o assalariamento não poderia se dar plenamente, devendo ser acompanhado do fornecimento de moradia (colônia), e de áreas de plantio para a subsistência, permitindo, por meio de tais expedientes, que o trabalhador se reproduzisse, sem a total mediação do mercado. Nas observações de STOLCKE (1986):

¹⁵² Extraído de “200 anos do comércio exterior brasileiro”, série de estatísticas históricas disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: <http://www.mdic.gov.br/>.

¹⁵³ Se o trabalho não é explorado sob condições médias de produtividade sua remuneração ameaça a obtenção do lucro médio, à medida que o tempo de trabalho necessário avança sobre o tempo de trabalho excedente, necessário a remuneração do capital.

“O colonato, com efeito, possibilitava aos fazendeiros comprimir os salários monetários quando caíam os preços do café, oferecendo, em contrapartida, condições mais favoráveis para o cultivo de alimentos (...). Ao combinar a cultura comercial com o plantio de alimentos, o colonato dava flexibilidade aos fazendeiros para lidar com as flutuações no preço do café, o que não seria possível em um sistema de trabalho assalariado puro” (1986, p.68).

Cassio de Arruda BOECHAT (2009) faria observação semelhante quanto ao emprego da chamada meação¹⁵⁴. Segundo Boechat, a reprodução crítica do cafeicultor levaria a adoção da meação, onde o proprietário da terra dividiria os riscos com o meeiro, compartilhando, o último, dos resultados da produção. Ficaria, assim, o proprietário da terra, isento de *“ter que pagar a parcela fixa do salário”* (BOECHAT, 2009, p. 126). Se observaria, assim, as dificuldades em se assalariar os indivíduos, problema que revelaria o fetichismo que recobriria, duplamente, a renda da terra na periferia do capital. Duplamente, pois: primeiro, como bem nos mostrara MARX (1988), ao tratar da “fórmula trinitária” (1988, L.III, v. V, p. 251-275), o desenvolvimento da produção capitalista obscureceria o seu caráter social, à medida que as relações sociais, ao serem mediadas por coisas, apareceriam como propriedades das próprias coisas. Sendo assim, a renda apareceria como se “brotasse” da própria terra, e não das relações sociais que a tornariam um “meio de produção” de valor (portanto, somente produz em sua relação para com o trabalho). Segundo, sob condições periféricas a propriedade da terra assumiria um caráter negativo, à medida que as relações sociais postas pelo capital, em sua periferia, possuiriam como sentido a espoliação do valor produzido, a bem das realidades centrais. Sendo a “renda da terra” um sobrelucro, portanto, um excedente sobre o lucro médio, a mesma encontrar-se-ia condicionada ao tempo social médio, o que remeteria a necessidade de que a mesma resultasse de uma maior produtividade do capital, aplicado no agrário. A simples propriedade da terra não garantiria, assim, a obtenção da renda, devendo essa advir da relação entre a produtividade no campo e a produtividade média, estabelecida socialmente, e válida para todos os capitais. Mesmo que a renda da terra esteja na composição dos preços médios, em nível mundial, a sua apropriação dependeria

¹⁵⁴ Relação de produção que se caracteriza pela divisão dos resultados da produção entre o proprietário, ou arrendatário da terra, e os indivíduos que, a ele, disponibilizariam sua força de trabalho.

da produtividade da terra, em relação aos demais capitais, em especial, aos capitais urbano-industriais. Reproduzindo-se dentro do tempo social médio, o capital agrário receberia apenas o lucro médio, (assim como ocorreria entre os capitais industriais), lhe sendo espoliado os excedentes que comporiam a renda da terra, sendo essa, apropriada pelos capitais cuja produtividade estivesse acima da média, socialmente estabelecida. MARX (1988) exporia esse processo ao tratar da “renda diferencial”¹⁵⁵, demonstrando que a obtenção do sobrelucro dependeria da maior produtividade da terra (como também de sua localização em relação aos mercados, recursos hídricos, estradas, entre outros fatores que reduzissem os custos de produção): *“...sobrelucro, quando criado normalmente e não por eventos ocasionais do processo de circulação, sempre é produzido como diferença entre o produto de duas quantidades iguais de capital e trabalho, e esse sobrelucro se transforma em renda fundiária se duas quantidades iguais de capital e trabalho são empregados com resultados desiguais em duas superfícies iguais”* (1988, L.III, v. V, p. 135). Sob condições de constante desenvolvimento das forças produtivas, a obtenção do sobrelucro, pelos capitais agrários, dependeria, cada vez mais, de maiores massas de capitais investidos, a fim de se reter, no campo, o excedente sobre o lucro médio. Nisso se consistiria o que MARX (1988) definira como renda diferencial II, sendo essa resultante da concorrência intercapitalista pela apropriação do produto social que imporia, a todos os capitais, o imperativo do desenvolvimento de forças produtivas:

“...na renda diferencial na forma II se acrescentam, à diversidade da fertilidade, as diferenças na distribuição do capital (e na capacidade de crédito) entre os arrendatários. Na manufatura propriamente dita logo se forma para cada ramo de atividade um mínimo próprio do volume de negócios e, de acordo com isso, um mínimo de capital, abaixo do qual não se pode operar com êxito uma empresa individual. Assim, em cada ramo de negócio, forma-se um nível médio normal de capital, acima desse mínimo, de que a massa dos produtores precisa dispor e efetivamente dispõe. O capital que estiver acima disso, pode produzir sobrelucro; o que estiver abaixo, não produz o lucro médio” (MARX, 1988, L. III, v. V, p. 111-250)

¹⁵⁵ Sobre a questão da renda da terra, em sua totalidade, verificar, “O Capital”, 1988, Livro III, volume V, p. 111-250.

Ora, sob a realidade brasileira, onde a propriedade privada da terra não significaria a separação dos indivíduos dos seus meios de produção, mantendo a não acumulação como forma de reprodução negativa do capital, a composição orgânica dos capitais agrários manter-se-ia baixíssima¹⁵⁶, enquanto, simultaneamente, as enormes quantidades de mais-valia, produzidas na periferia e transferidas para as economias industriais, acelerariam a acumulação e o desenvolvimento de forças produtivas no centro do capital. Contraditoriamente, à medida que a produção de valor escassearia no centro do capital, por conta da substituição do trabalho vivo pelo trabalho objetivado na máquina, mais se faria necessário a transferência de valor, a partir da periferia. No caso específico do café (sua importância para a economia nacional, aproximara o café de nossa pesquisa), a remuneração da produtividade dos capitais industriais se evidenciaria, já na fase de seu beneficiamento, pois as empresas beneficiadoras, ao operarem como intermediárias no processo de exportação da produção cafeeira, seriam dependentes das importações de maquinário, uso do transporte ferroviário, compra de caminhões, combustíveis, etc., o que as tornariam tributárias, diretas, das indústrias dos países centrais do capital. A reprodução desses capitais, envolvidos no beneficiamento do café, dependeria, portanto, de sua capacidade de transferir seus custos ao agricultor. Sobre a relação das grandes propriedades cafeeiras do início do século XX, e as empresas processadoras de grãos, diria MARTINS (2004):

“...a composição orgânica do capital [na agricultura]¹⁵⁷ era baixa, já que o peso da atividade da fazenda não estava no beneficiamento do café, mas no trato e, principalmente na colheita. Nesse sentido, através do trabalho pretérito incorporado à mercadoria, a produção agrícola remunerava o capital do tratamento industrial do café” (2004, p. 92).¹⁵⁸

¹⁵⁶ Diria HOLLOWAY (1984), sobre a cafeicultura na década de 1930: *“O método de cultivo eram essencialmente os mesmos que usavam quando a agricultura começou a milhares de anos, adaptados as exigências técnicas do café. O instrumento básico foi a enxada, usada para manter os cafezais livres de ervas daninhas e capim, raspando a superfície do solo com cuidado para não prejudicar o sistema extensivo das raízes do arbusto do café”* (1984, p. 52-53)

¹⁵⁷ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

¹⁵⁸ STOLCKE (1986) demonstraria que o baixo desenvolvimento de forças produtivas no agrário paulista, persistiria ao longo do século XX (1986, p. 190). Para ilustrar seu argumento, a autora reproduziria o depoimento de um cafeicultor paulista, registrado em fins dos anos cinquenta: *“Chuva e enxada continua sendo o binômio em que os fazendeiros tucanos repousam sua agricultura”* (Idem, ibidem).

No tocante às pequenas propriedades cafeeiras, surgidas no oeste paulista, principalmente, após a década de 1930, observar-se-ia situação semelhante. Os preços pagos aos agricultores lhes confeririam lucros mínimos que somente lhes garantiriam a reprodução, à medida que retirassem parte de sua subsistência da própria terra onde produziram para o mercado. Como bem observaria NETTO (1979), a manutenção de preços mínimos, garantidos pelo Estado (problema do qual trataremos a seguir), somente garantiria a obtenção de um sobrelucro, aos agricultores capazes de realizarem algum investimento de capital que aumentasse sua produtividade, o que segundo o próprio autor, excluiria a pequena propriedade cafeeira dessa condição (1979, p. 184). Sem maiores investimentos de capital o que restaria ao pequeno agricultor seria apenas o lucro garantido pela sustentação dos preços, realizada pelo estado, sendo todo o excedente apropriado pelos capitais de maior produtividade. Dependentes da importação de máquinas e insumos, as empresas beneficiadoras de grãos se apropriariam da renda da terra como condição para a remuneração dos capitais industriais dos quais seriam tributárias, transferindo seus custos aos agricultores por meio dos preços pagos a esses (aos agricultores), pelo seu produto. Em entrevista realizada com o senhor Antônio Passarinho¹⁵⁹, que fora funcionários da empresa Sakay e Cia Ltda, localizada no município de Adamantina (São Paulo), e voltada ao beneficiamento e comercialização de grãos, como também a importação e venda de máquinas e insumos agrícolas, se constataria, por meio de seus depoimentos, que os lucros, obtidos na operação de compra e revenda das safras, variariam entre 100% e 200%, lucratividade que o próprio senhor Antônio apontaria como necessária a reprodução do negócio. Segundo ele, somente sob tais níveis de lucratividade, obtidos sobre o agricultor, se poderia garantir a remuneração necessária à manutenção do negócio, cobrindo os custos que adviriam do processamento e revenda dos grãos no mercado externo, o que o levaria a concluir que os resultados da produção nacional seriam, por fim, apropriados fora do país: ***“Quando estive na Europa entendi o motivo da riqueza deles. Tudo aquilo saiu daqui. Olhe hoje em dia. Você dá quatro dos nossos [Reais]¹⁶⁰ para ter um deles [Euros]”***¹⁶¹. Confrontando as observações

¹⁵⁸ Entrevista realizada em 27/01/2016.

¹⁵⁹ Entrevista realizada em 27/01/2016.

¹⁶⁰ Os colchetes e seus conteúdos são nossos.

¹⁶¹ O senhor Antônio Passarinho nos revelaria, em entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2016, que fora funcionário da empresa Sakay e Cia Ltda, durante 40 anos (décadas de 1960, 70, 80 e 90), chegando a ocupar o cargo de gerente geral da mesma. Durante a entrevista nos faria referência a uma viagem que fizera a Europa e, que segundo ele, o ajudara a compreender, pelos termos das trocas, a origem da riqueza material que lá observara.

de nosso entrevistado, referentes aos momentos derradeiros da cafeicultura no agrário paulista, com o observado pelas análises de José de Souza MARTINS (2004), sobre a grande propriedade cafeeira do início do século XX, constata-se a permanência das mesmas condições de reprodução do setor agroexportador, reafirmando o sentido lógico da relação centro-periferia, sendo essa necessária à acumulação de capital nas economias industriais centrais. Se o sentido da produção agroexportadora brasileira estaria na acumulação operada nas economias indústrias centrais, sua reprodução deveria contemplar a reposição de sua espoliação. A medida que a espoliação se ampliaria com o aumento da disparidade entre a produtividade dos capitais industriais e agroexportadores, a baixa produtividade do setor agroexportador nacional seria compensada pelo aumento extensivo da produção, como também, pelo endividamento social geral, como forma de sustentação estatal de preços dos produtos exportados. Deixaremos a análise sobre a expansão extensiva da produção agrária paulista para o momento em que trataremos, diretamente, do processo de colonização. Analisemos, por ora, os mecanismos de sustentação de preços do café, haja visto que eles se constituiriam em um dos sustentáculos da reprodução crítica daquele que fora o principal seguimento produtivo nacional, ou seja, o setor agroexportador paulista.

Delfim NETTO (1979), ao analisar a cafeicultura paulista, desde seus primórdios, no século XIX, até sua decadência, na segunda metade do século XX, apontaria que, a partir da década de 1900, a produção cafeeira se tornaria dependente, de forma permanente, da intervenção estatal como forma de se garantir a reprodução desse ramo produtivo (o mais importante, no âmbito nacional) (1979, p. 47-111). Entre os anos de 1906 e 1907, a queda nos preços internacionais do café, que chegara a pouco mais de 5 cents de libra por libra/peso, estaria a ameaçar a reprodução dos cafeicultores, obrigando o Estado a intervir no mercado, para garantir que os preços se elevassem à níveis que garantissem a reprodução do setor cafeeiro. Entre os anos citados (1906 e 1907), dos 20, 2 milhões de sacas de café produzidos no Estado de São Paulo, o governo estadual fora obrigado a adquirir 8,2 milhões de sacas, para que os preços atingissem 7,5 cents de libra esterlina por libra-peso, contraindo, para isso, empréstimos no valor de 9 milhões de libras esterlinas, junto a bancos e companhias estrangeiras de exportação e importação que operariam no Brasil (NETTO, 1979, p. 47-56). Obviamente, o problema não se resolveria, pois, o valor retido, por meio da intervenção estatal, acabaria por ser transferido na forma de juros pagos ao capital estrangeiro. Por outro lado, as empresas exportadoras (que agiriam como prestamistas) obteriam lucros, tanto com a manutenção dos preços (se

beneficiariam dos preços sustentados), como também com os juros pagos pelo Estado. NETTO (1979), apontaria que a intervenção fora capaz de produzir um aumento nos preços do café, no entanto o problema se reporia à medida que tal valorização se constituiria em um estímulo à produção em outros países, elevando, consequentemente, ao aumento da concorrência internacional, em relação ao café brasileiro (1979, p. 64). O Brasil estaria, assim, assumindo a sustentação dos preços do café, em nível mundial.

Sob o mesmo pretexto que levava o Estado a intervir no mercado cafeeiro, se daria a criação da chamada “Caixa de Conversão”¹⁶², cujo fim seria o de estabilizar o câmbio, garantindo a manutenção dos ganhos obtidos pelo setor agroexportador, em especial, o cafeeiro. O mecanismo de estabilização, via Caixa de Conversão, consistiria na fixação da taxa cambial por meio de nova tentativa de conferir lastro metálico à moeda nacional. A formação dessa base metálica, destinada à estabilização cambial, se daria pela captação de moedas de ouro (libras, francos, etc.), trocadas por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. A troca se daria na base de 15 libras esterlinas-ouro (ou seu equivalente em outra moeda), por bilhetes, cujo valor, em mil-réis, corresponderiam a 16 libras esterlinas-ouro, um negócio que, à época, segundo Affonso COSTA (1910), seria lucrativo o suficiente para compensar a importação de moedas de ouro da Europa, para serem vendidas ao Tesouro Nacional (1910, p.59). Os títulos emitidos poderiam ser utilizados como meio de pagamento para qualquer tipo de negócio ou contrato. Somados às notas em circulação, e sob condições onde, no âmbito da economia nacional, haveria pouco valor a ser representado pelo dinheiro, esse meio circulante passaria a elevar a pressão sobre o câmbio (produzindo efeito contrário à estabilização), à medida que recairia nas operações de importação de bens, destinados ao comércio interno. A inflação se instalaria, desvalorizando a moeda nacional e resultando na drenagem, para o exterior, do ouro obtido para a formação da Caixa de Conversão. A estabilização do câmbio se mostraria impossível, revelando o fetichismo fiscalista sobre o qual se ergueriam os pressupostos da Economia Política: ***“O câmbio, como sujeito malcriado, não obedecendo aos acenos da Caixa, trepou por cima da cotação oficial; o ouro inglês não se submete ao império das nossas leis...”*** (COSTA, 1910, p.43)¹⁶³. Na realidade, seria o valor que não se

¹⁶² A “Caixa de Conversão” fora criada por meio do decreto nº 6267 de 13 de dezembro de 1906. Quanto ao seu funcionamento verificar, Affonso COSTA, “A Caixa de Conversão e a taxa cambial: Circulação monetária no Império; O funding-loan; A reforma de 1906; Efeitos negativos; Soluções lembradas; A Caixa Argentina”, Imprensa Nacional, 1910.

¹⁶³ O câmbio, que se esperaria fixar, no ano de 1906, em 15 libras esterlinas por mil-réis, em meados de 1908 se encontraria em 15 4/8 libras esterlinas por mil-réis (COSTA, 1910, p. 43). Sendo assim, a Caixa de Conversão já estaria “fazendo água”, apenas dois anos após sua criação.

submeteria à fisicalidade do ouro que, mesmo como mercadoria universal, não deixaria de ser uma mercadoria, estando determinada pelo tempo social médio de produção do valor. A desvalorização da moeda nacional, em relação ao equivalente geral mundial (processo que poderia se dar, também, ao contrário), estaria sendo movida pela diferença de produtividade entre os capitais, pois a taxa de câmbio se constituiria na relação entre a produtividade média do capital, em um dado país, refletida pelo equivalente geral nacional (moeda nacional), e sua relação para com a produtividades média mundial, representada pelo ouro como mercadoria geral (equivalente geral mundial). Nesse sentido, o ouro, a prata, ou qualquer outro objeto metálico, passado à forma de equivalente geral, se constituiria em uma relação social, estando suas determinações na metafísica da valorização, e não na fisicalidade dos metais. As diferentes taxas de câmbio refletiriam a capacidade produtiva, média, do capital em cada país, ou seja, países onde o capital seria mais produtivo, seriam beneficiados por meio da apropriação de maiores parcelas do produto social geral. Sendo assim, o recurso à empréstimos internacionais, por parte do governo brasileiro, a fim de que o câmbio continuasse a atingir uma estabilidade precária, (mantendo os lucros dos cafeicultores) (NETTO, 1979, p. 67), se constituiria em uma ilusão de estabilização cambial, haja visto que a desvalorização da moeda nacional ocorreria de qualquer forma, fosse pelas trocas com os países industriais, ou, pelo pagamento de juros ao capital financeiro internacional. FURTADO (1976), faria a seguinte observação sobre o uso da estabilização cambial na correção dos desequilíbrios produzidos nas trocas externas: *“o processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações”* (1976, p. 165). Ou seja, para que o setor agroexportador paulista pudesse se reproduzir, a totalidade da população, que dependeria das divisas geradas por esse setor para pagar as importações (haja visto que o consumo de produtos industrializados seria satisfeito, em grande parte, pelo mercado externo), deveria pagar os juros dos empréstimos necessários à estabilização do câmbio. Por fim, com a saída do ouro do país, e o início da Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro se veria, em 1918, obrigado a paralisar as atividades da Caixa de Conversão (NETTO, 1979, idem).

Após três grandes operações episódicas de sustentação de preços (entre 1906 e 1924), se tornaria necessário recorrer-se à defesa permanente dos preços do café. Tal operação, por conta da concentração da cafeicultura no Estado de São Paulo, seria adjudicada ao governo paulista, o que levaria à criação do Instituto Paulista de Defesa

Permanente do Café (também conhecido como Instituto do Café) (NETTO, 1979, p.88-90)¹⁶⁴. De imediato, o citado instituto buscava valorizar o café reduzindo a oferta, o que resultaria em severas restrições à venda do produto. Se limitaria o embarque, no Porto de Santos, à 26 mil sacas por dia, além de determinar que as ferrovias restringissem o transporte do produto (PERISSINOTO, 2000, p. 157-160). Criar-se-ia, assim, um gargalo para que as restrições à oferta surtisserem efeito sobre os preços, o que resultaria na melhora, temporária, nas cotações, tendo a saca de 60 Kg atingido, em meados de 1929, o preço de 22 dólares, algo inusitado, até então (STOLCKE, 1986, p. 101). O represamento do café resultaria, por volta de 1928, no acúmulo de 10 milhões de sacas, o que corresponderia à metade do consumo anual mundial. Em suma, para se garantir os preços do café, em níveis que permitissem a reprodução do complexo cafeeiro paulista, responsável por 70% das divisas que adentravam ao país (PERISSINOTO, 2000, p. 160), se fazia necessário que volumes ascendentes da produção fossem retidos para que, artificialmente, se criasse uma escassez a fim de conter a desvalorização do produto no mercado mundial¹⁶⁵. O custo da operação, mais uma vez, recairia sobre a totalidade da sociedade, sendo necessário um empréstimo de 5 milhões de libras, fornecido pelo Lazard Brothers & Co. Ltd., banco londrino que se tornaria o financiador contumaz do Instituto do Café.

Todo o esforço descrito, para sustentar-se os preços, “cairia por terra” em 1929. A crise tornaria a sustentação dos preços impraticável, à medida que o consumo sofreria reduções e, assim, manter o preço médio internacional significaria um custo impagável, haja visto que se faria necessário a compra e estocagem de quantidades ainda maiores do produto. Em 1930 o preço da saca de 60 Kg havia caído de 20 para 13 dólares e, em 1931, a 9 dólares (STOLCKE, 1986, p.101). A saca de café somente voltaria a atingir preços, acima de 20 dólares, em 1946, isso, após a queima de 78,2 milhões de sacas de café que corresponderiam ***“a uma quantidade equivalente a três vezes o consumo mundial durante num ano”*** (NETTO, 1979, p. 107). Não se poderia argumentar que houvera um reajustamento produtivo, pois, o problema não se resolveria, mas, de qualquer maneira, a produção de café se reduziria a uma média de 13 milhões de sacas ao ano, até a segunda

¹⁶⁴ Até a crise de 1929, a defesa permanente dos preços do café ficaria concentrada em ações do Governo do Estado de São Paulo. Após 1929, a tarefa de defender os preços do café seria assumida pelo Governo Federal (NETTO, 1979).

¹⁶⁵ A sustentação dos preços do café fora motivo de análises, também, por parte de FURTADO, em sua “Formação Econômica Brasileira” (1976, p. 178-185).

metade da década de 1940¹⁶⁶. No entanto, o aguçamento da crise, que atingiria seu ápice em 1929, imporia limites a utilização de empréstimos externos como forma de se viabilizar a sustentação de preços do café¹⁶⁷. Sem a sustentação, a forma crítica pela qual o setor agroexportador paulista estaria a se reproduzir, se tornaria flagrante, revelando a incapacidade do agrário nacional de solver as trocas com as economias industriais. Não ocorrendo significativas melhoras na produtividade do setor agroexportador (desenvolvimento de forças produtivas), a manutenção das trocas com as economias industriais, dependeria do aumento extensivo da produção, portanto, seria necessário que maiores áreas fossem postas a produzir, o que inseriria a colonização do oeste paulista no processo geral de expansão do capital. Simultaneamente, estariam os capitais industriais em busca de oportunidades de inversões em realidades periféricas, buscando uma saída, ainda que ilusória, para sua superprodutividade. Buscaremos, mais adiante, demonstrar o imbricamento entre a modernização e a expansão do agrário que seria levada a termo por meio da colonização. Mas antes de adentrarmos na questão da colonização, propriamente dita, se faz necessário tencionar nossas conclusões, sobre a simultaneidade crítica do processo de valorização no âmbito mundial, com algumas interpretações sobre o desenvolvimento do capital nacional, que buscariam, a partir de certos processos observados, anteriormente ao aporte dos capitais estrangeiros, na década de 1950 (modernização, via inversões estrangeiras), evidenciar uma ampla acumulação de capital no setor agroexportador. Por se tratarem de argumentações construídas sobre o pressuposto de que o capital somente se desenvolveria acumulando, se buscaria identificar, em processos críticos de reprodução do valor, no âmbito nacional, um caráter racional, lastrado em uma fisicalidade que seria apontada como prova inconteste da acumulação. Sendo assim, a crise do setor cafeeiro paulista apareceria como crise de superprodução (exatamente como nas economias industriais, superprodutivas), assim como a indústria substitutiva (anterior a industrialização emulada pelos capitais estrangeiros), somente poderia advir de ampla acumulação no campo, acumulação essa que seria atestada, também, pela expansão ferroviária paulista que se estenderia até a

¹⁶⁶ Segundo o “Anuário Estatístico do Café de 1944-1945”, em 1944 a produção de café atingira 15 milhões de sacas. No entanto, no ano seguinte (1945) sofreria nova retração, chegando a apenas 12 milhões de sacas (1946, p.118).

¹⁶⁷ Não havendo a possibilidade de obter-se crédito no exterior, se recorreria ao Banco do Brasil e ao Banco do Estado de São Paulo, cujas capacidades de financiamento seriam limitadas (NETTO, 1979, p.102).

década de 1960¹⁶⁸. Por conta de nossa argumentação contrária, se faz necessário realizarmos algumas considerações sobre tais interpretações, a respeito do desenvolvimento do capital na realidade brasileira, demonstrando que as suas determinações (do capital), não se encontrariam na sua fisicalidade, mas sim, no âmbito da metafísica da valorização. Sendo assim, a fisicalidade de tais processos estaria a obscurecer a crise que os moveria, ou seja, o capital, em sua peculiaridade periférica, se expandiria criticamente (sem acumular), sendo a sua expansão física o resultado da não acumulação de valor (determinação metafísica, portanto). No entanto, o fetichismo, como forma de realização de nossa sociabilidade, colocaria na fisicalidade da mercadoria o fundamento de um argumento contrário, atestando a acumulação como única explicação para a expansão física do capital. Tentaremos, ao longo dos três tópicos que se seguem, aclarar nosso argumento, demonstrando como a fisicalidade da mercadoria se constituiria na forma fetichista de se atestar a acumulação na realidade brasileira. Vejamos.

3.2.1 - A totalidade crítica do processo de valorização e a insuficiência das interpretações fundadas no consumo.

Celso Furtado, em sua obra, *Formação Econômica do Brasil* (1976), buscaria argumentar que a crise de 1929, ao atingir a economia brasileira, o teria feito sob dois aspectos distintos: um pelo lado da oferta, outro, pelo lado da demanda (1976, p. 187). Sendo assim, por um lado haveria retração da demanda por parte das economias externas e, concomitantemente, oferta elevada por parte da economia agroexportadora brasileira. No nosso entender, Furtado colocaria o problema de modo a derivar a possibilidade de uma proporcionalidade que permitiria se alcançar uma racionalidade nas trocas, o que corroboraria seus argumentos em torno da necessidade de se modernizar a economia nacional, reduzindo-se a importância do setor agroexportador. Não trataremos da questão da importância, ou não, da modernização, porque, no nosso entender, tal processo

¹⁶⁸ De forma ufanista, a industrialização paulista apareceria, nas obras de inúmeros autores que se puseram a interpreta-la, como resultante da acumulação no campo. Poderíamos citar, dentre eles, José de Souza MARTINS (2004, et. al.), Wilson Cano (1977) e Warren DEAN (1971). De forma não menos ufanista, as ferrovias paulistas apareceriam nas obras de Célio DEBES (1968) e Odilon Nogueira MATTOS (1981), como resultantes da acumulação no setor cafeeiro paulista. Não nos ateremos a esse, ou, àquele autor, por consideramos que haveria um pressuposto seminal que uniria as interpretações de todos eles, ou seja, o pressuposto de que o capital somente se reproduziria ao acumular, sendo tal acumulação atestada pela fisicalidade das ferrovias e dos setores produtivos urbanos. Por isso, nossa crítica se aterá ao cerne do problema, ou seja, demonstrar que a fisicalidade, como momento da valorização, estaria em contradição com a acumulação da qual apareceria como resultante, ou seja, a crise estaria a reproduzir a fisicalidade como resultado da não acumulação periférica.

possuiria sentido tautológico, o que retiraria o seu fundamento do âmbito da volição dos indivíduos e o poria na imanência do processo de valorização. Por outro lado, se a crise seria consequência lógica do capital, e não contingente, a desproporção entre oferta e demanda somente poderia ser compreendida como forma de aparecimento da própria racionalidade-irracional do valor. Se pelo lado das economias industriais, a crise se evidenciaria pela superprodução e superacumulação de valor que, por fim, encontraria no próprio trabalho, limites ao processo de valorização (o trabalho, no âmbito nacional dessas economias, não seria capaz de valorizar tamanha massa de valor), aparecendo como demanda deprimida, pelo lado das economias periféricas, a crise se revelaria pela incapacidade de acumulação dos capitais primário-exportadores que não seriam capazes de reverterem, para si, o mais-valor extraído na exploração do trabalho. Desse modo, o aumento físico das exportações significaria que, ao ter sua produção submetida ao tempo social médio, o setor agroexportador brasileiro não seria capaz de apropriar-se dos excedentes nele produzidos, sendo necessário compensar a desvalorização do valor, contido em suas mercadorias, pelo aumento da massa das mesmas. No entanto, persistindo a mesma composição orgânica do capital, no âmbito do setor agroexportador, e, sendo mantido o aumento constante da composição orgânica dos capitais industriais, a produção agroexportadora encontraria limites a sua realização que “apareceriam”, a exemplo da crise de 1929, como combinação entre oferta excessiva e demanda insuficiente. No entanto, a explicação se mostraria insuficiente à medida que oferta e demanda se revelariam categorias determinadas, e não determinantes, do processo de valorização. A produção de mercadorias não possuiria, como sentido, a satisfação dos carecimentos dos indivíduos, o que conferiria ao consumo, um fim, apenas, para o processo de valorização. O fetichismo que recobriria o processo de valorização, conferiria um caráter contingente às crises, ao fundamenta-las em um desequilíbrio entre oferta e demanda. Isso atribuiria um sentido racional ao processo de valorização que, assim, seria afetado, casualmente, por desequilíbrios que lhe seriam externos. Marx observaria tal fetichismo nas interpretações da Economia Política:

“Procura e oferta de fato jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem, é por mera causalidade; portanto do ponto de vista científico, deve-se admitir esse evento como = 0, considerando como não ocorrido. Mas na economia política supõe-se que elas coincidem. Por quê? Para observar os fenômenos na figura que corresponde a sua lei, a seu conceito,

isto é, para observa-lo independente da aparência provocada pelo movimento da procura e oferta (...). Se, por conseguinte, oferta e procura não coincidem em nenhum caso dado, suas desigualdades se sucedem de tal modo – e o resultado do desvio num sentido é provocar outro desvio em sentido oposto – que observando-se o todo durante um período de tempo maior ou menor, oferta e procura coincidem continuamente; mas apenas como média do movimento passado e apenas como movimento de sua contradição” (1988, L.III. v. IV, p. 139)

Como forma de consciência racionalizante, a economia política tomaria o efeito como causa e, assim, inverteria a realidade, pondo a coincidência entre oferta e demanda como regra, e a crise como quebra do regramento. No entanto, se os indivíduos consomem mais, ou menos, esse ou aquele artigo; se consomem produtos industrializados ou se retiram os alimentos necessários à sua subsistência, da própria terra onde produzem para o capital; se importam os produtos para seu consumo ou os adquirem junto a produção local, o fazem, somente, pela mediação do valor. A exemplo, tomemos a capacidade de consumo de um trabalhador. Essa se encontraria limitada pelo seu salário, portanto, encontraria seus limites na capacidade do capital de explorar trabalho, sob níveis médios de produtividade. Se os salários confeririam maior capacidade de consumo ao trabalhador, isso se deveria à capacidade produtiva do capital que lhe permitiria oferecer maior remuneração ao trabalhador, sem que isso ameaçasse a obtenção do lucro médio. Sendo assim, a capacidade de consumo se tornaria variável, mas, não deixaria de ser determinada pela valorização. Portanto, a crise do setor agroexportador nacional não poderia ser explicada sem que se colocasse o problema em sua relação para com o processo geral de valorização. Recorramos a teoria do valor para aclarar o argumento.

Marx nos mostraria que todo valor produzido somente seria validado “post-festum”, ou seja, estando a produção concluída e seu resultado lançado ao mercado (1988, L.I, v. I, p. 94-95). O valor produzido deveria, assim, passar pelo crivo do tempo social médio, resultando de tal passagem a formação de um preço médio (o problema já fora tratado anteriormente), o que permitiria que os excedentes fossem distribuídos, entre os capitais, de acordo com sua produtividade, portanto, transferindo valor dos capitais menos produtivos para os mais produtivos. Sendo assim, *“as mercadorias não são intercambiáveis meramente como mercadorias, mas como produtos de capitais que*

reclamam uma participação na massa global de mais-valia, que é proporcional a sua grandeza, ou que é igual, se forem de grandeza igual” (1988, L.III, v. I, p. 130), o que levaria Marx a concluir que *“um capitalista que em sua esfera de produção não empregasse nenhum capital variável, e portanto nenhum trabalhador (o que na realidade é um pressuposto exagerado), estaria tão interessado na exploração da classe trabalhadora pelo capital e derivaria seu lucro de mais-trabalho não-pago da mesma forma que um capitalista que (novamente um pressuposto exagerado) empregasse apenas capital variável, despendendo, portanto, todo o seu capital em salários”* (Idem, p. 144). Marx demonstraria, assim, que o capital se constituiria, não apenas em um modo de produção, mas também de distribuição do valor produzido que, por sua vez, garantiria aos capitais de produtividade média, a remuneração necessária à sua reposição. Derivar-se-ia, dessa média, o sobrelucro conferido aos capitais cuja produtividade estaria acima da mesma e, simultaneamente, a detração dos lucros dos capitais de produtividade inferior à média. Portanto, o que definiria a repartição do valor socialmente produzido seria o tempo social médio que, na formação do preço médio (que seria a expressão monetária de uma produtividade média dos capitais), conferiria o lucro necessário à reposição dos capitais mais produtivos e imporiam barreiras à reprodução dos menos produtivos. Sendo assim, os preços médios expressariam dada composição orgânica do capital sem a qual não se obteria o lucro médio (MARX, 1988, L.III, v. IV, p. 150-155). Se considerarmos as trocas em nível mundial, portanto, a formação de preços médios mundiais, se concluiria que haveria uma composição orgânica média do capital, definida por todos os capitais participantes do comércio internacional, o que valeria, tanto para as economias industriais, como para as economias primário-exportadoras. Se tomarmos, mais uma vez, como exemplo, a cafeicultura paulista (o principal setor da economia nacional, no momento da crise de 1929, e o mais afetado pela mesma), se derivaria que, a sustentação dos preços do café, principal gerador de divisas para a economia brasileira, resultaria da incapacidade do setor agroexportador nacional em atingir níveis de produtividade, socialmente determinados, sem os quais a reprodução de qualquer capital se encontraria ameaçada. Para ser mais claro, se o preço médio do café fosse estabelecido, exclusivamente, pelo tempo social médio de produção, os cafeicultores não receberiam a remuneração necessária à sua manutenção, pois, tal preço, somente conferiria lucro aos produtores capazes de elevar a composição orgânica dos seus capitais, aos níveis médios exigidos. A produção de café, sob os níveis de produtividade operados no setor agroexportador nacional, significaria um enorme

desperdício do tempo socialmente necessário à reprodução do capital, desperdício esse que resultaria na desvalorização do valor produzido. Recorramos a MANDEL (1985) para que nosso argumento se torne mais claro:

“Se um país com nível médio de produtividade do trabalho abaixo da média mundial, for levado a produzir certos bens exclusivamente para exportação, o valor desses artigos exportados não será determinado pelas quantidades específicas reais de trabalho gastas em sua produção, mas por uma média hipotética (isto é, pelas quantidades de trabalho que teriam sido despendidas em sua produção, caso esta tivesse sido realizada com o nível internacional médio de produtividade do trabalho). Nesse caso, o país em questão sofre perda de riqueza através de suas exportações – em outras palavras, em troca das quantidades de trabalhos gastas na produção desses bens, ele recebe o equivalente a uma menor quantidade de trabalho” (1985, p.48-49)

Nos termos colocados por Mandel, se concluiria que a baixa produtividade do setor agroexportador seria compensada pela sustentação dos preços, viabilizada pelo endividamento social, o que se constituiria em uma ilusão necessária de acumulação, haja visto que se garantiria certa lucratividade ao produtor agrícola que, contraditoriamente, significaria a desvalorização geral do capital no âmbito nacional. Por outro lado, sem um processo significativo de acumulação capaz de gerar um setor econômico urbano-industrial, a expansão do agrário se tornaria imperativa para a manutenção das trocas com as economias centrais, haja visto que esse agrário se constituiria na única fonte de produção de valor, no âmbito nacional, além de que, concentraria o consumo interno. Portanto a superprodução física resultaria da subprodução de valor, sendo a formação dos estoques reguladores (a exemplo do café), o resultado dessa contradição. O capital reafirmaria, assim, sua inexorabilidade, pois não se poderia reverter as determinações do tempo social médio que resultariam na transferência de valor para os capitais industriais centrais. O valor, retido pela sustentação dos preços, seria transferido pelo pagamento de juros ao capital financeiro¹⁶⁹, que disponibilizaria o crédito necessário a essas operações

¹⁶⁹ Entre 1898 e 1931, o Brasil passaria por três funding loans, procedimentos que consistem em moratórias e renegociações de dívidas que, por fim, resultariam na obtenção de novos empréstimos

(de sustentação de preços). Não por acaso, o mecanismo de sustentação entraria em colapso no momento em que escassearia o crédito, obtido junto ao capital financeiro internacional, obrigando, assim, a reconexão entre a compra e a venda¹⁷⁰ das safras e, simultaneamente, a desvalorização dos capitais desnecessários à reprodução do capital global. Nos anos que se sucederiam à grande crise de 1929, 651 fazendas seriam penhoradas pelo Banco do Estado de São Paulo (CARNEIRO, 1985, p. 49) por não saldarem suas dívidas, como também uma enorme quantidade de sacas e pés de café seriam destruídos, demonstrando que grandes quantidades de capital teriam sido mobilizadas pela ficcionalização da valorização, através da sustentação de preços. Não se trataria, portanto, de demanda reprimida ou excesso de oferta, mas sim das determinações do tempo social médio que não poderiam ser obliteradas por regulação física do mercado (pois suas determinações seriam metafísicas). Recorramos, mais uma vez, a MARX (1988):

“Como não é satisfação de necessidades, mas a produção de lucro, a finalidade do capital, e como ele só atinge essa finalidade por métodos que organizam a massa da produção de acordo com a escala da produção, e não vice-versa, então tem de surgir constantemente um conflito entre as dimensões limitadas do consumo em base capitalista e uma produção que constantemente tende a superar essa barreira imanente” (MARX, 1988, L.III, v. IV, p. 184).

O organizar “*a massa da produção de acordo com a escala da produção*”, como nos demonstraria Marx (op. cit.), revelaria que uma crítica ao capital, por meio das categorias de oferta e demanda, se constituiria, contraditoriamente, em racionalização da crise, haja visto que remeteria à possibilidade de se alcançar uma proporcionalidade, ou seja, uma medida que permitiria condicionar a produção às necessidades dos indivíduos. Ora, o que Marx apontaria seria, justamente, o contrário:

“Não se produzem em demasia meios de subsistência em relação a população existente. Pelo contrário. Produzem-se

destinados a saldarem os antigos. Sobre a questão verificar SILVA, 2009, p.49-54, em: SILVA, CARVALHO e MEDEIROS (organizadores), “Dívida Pública: A experiência brasileira”, 2009.

¹⁷⁰ As compras, de parte das safras, para a formação de estoques reguladores, à medida que se faziam por meio do crédito obtido pelo Estado, permitiam que a compra ocorresse sem a respectiva venda.

muito poucos para bastar à massa da população (...). Não se produzem meios de produção demais para ocupar a parte da população capaz de trabalhar. Pelo contrário. Primeiro, produz-se uma parte demasiado grande da população, que efetivamente não é capaz de trabalhar, que por suas circunstâncias depende da exploração do trabalho de outros ou de trabalhos que só dentro de um modo de produção miserável podem valer como tais. Segundo, não são produzidos meios de produção suficientes para que toda a população capaz de trabalhar trabalhe sob circunstâncias mais produtivas (...). Mas periodicamente são produzidos meios de produção e meios de subsistência em demasia para fazê-lo funcionar como meio de exploração dos trabalhadores a certa taxa de lucro. São produzidas mercadorias em demasia para poder realizar o valor nelas contido e a mais-valia encerrada nele, sob condições de distribuição e de consumo dadas pela produção capitalista, e poder retransformá-la em novo capital...” (1988, L.III. v. IV. p. 185)

Das conclusões de Marx e daquilo que fora apurado em relação à produção cafeeira paulista, se derivaria que oferta e demanda apenas esconderiam, sob seu “véu” racional, a enorme irracionalidade que perpassaria à produção de valor. Por outro lado, se verificaria que a superprodução física de café não significaria uma superprodução de valor, como se observaria na economia norte-americana, o que corroboraria as observações de ALFREDO (2008) de que: *“A crise do café, assim, é muito mais uma crise de acumulação do que de superprodução, pois a superprodução física não significou nos termos de uma acumulação do capital enquanto tal”* (2008, p. 15). Nesse sentido, oferta e demanda se constituiriam em categorias explicativas fetichistas que recobririam de racionalidade a desproporção que regeria a reprodução do valor. Apenas, contingentemente, oferta e demanda poderiam influir no processo de valorização, como, por exemplo, no caso de perda de colheitas ou na disponibilização de estoques ao mercado. Mas há que se considerar que os efeitos seriam momentâneos, enquanto as contradições do valor permaneceriam imanentes ao seu processo de reprodução. Por fim, seria o tempo social médio que determinaria quais os capitais se valorizariam e quais seriam eliminados, cedendo seu lugar aos capitais mais produtivos. Vejamos, então, como

essa subprodução de valor resultaria, contraditoriamente, na formação de um setor econômico urbano-industrial, comumente chamado de “indústria substitutiva”, e que tem servido para se afirmar uma suposta acumulação no setor agroexportador.

3.2.2 - A indústria “substitutiva”: o setor agroexportador como limite à acumulação urbano-industrial

A nossa análise sobre a propalada “indústria de substituição de importações” (cujo surgimento e desenvolvimento se daria no período entre as duas guerras mundiais), parte do seguinte questionamento: Por que essa incipiente indústria não surgira, a exemplo das economias centrais, de um processo de acumulação constante de capitais, e não como consequência das crises onde os mecanismos de sustentação de preços e manutenção de taxas cambiais, que viabilizariam as importações, seriam obliteradas devido à incapacidade de endividamento público? Maria da Conceição TAVARES (1973 e 1985), ao analisar o problema, traria importantes reflexões a respeito desse suposto processo endógeno de industrialização. A autora apontaria que haveria fatores limitantes à acumulação interna, e os relacionaria à redução do poder de compra gerado pelas exportações que, por consequência, inviabilizaria as importações (1985, p. 103). Isso imbricaria o surgimento dessa indústria com a manutenção do setor agroexportador que se constituiria no principal mercado consumidor de bens de consumo, até então, amplamente importados. No entanto, o imbricamento se daria pela crise, e não por uma suposta acumulação no setor agroexportador, como advogariam autores como DEAN (1971) e CANO (1977), resultando, assim, da transferência de capitais para um setor urbano-industrial. Tavares apontaria que o processo de formação de um parque industrial no sudeste brasileiro, surgira de condições limitadas de acumulação, o que resultaria em uma indústria incapaz de tornar a economia urbano industrial, determinante no âmbito nacional:

“O que interessa assinalar, porém, é o fato de que essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola e de subsistência, era insuficiente para dar a atividade interna um dinamismo próprio. Assim o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa, dando o caráter eminentemente dependente e reflexo de nossa economia” (TAVARES, 1973, p. 31)

Portanto, o desenvolvimento dessa indústria dependeria da acumulação de um setor da economia (o agroexportador), cujo nível de produtividade seria inferior ao tempo social médio mundial, o que lhe tolheria a capacidade de acumular. Sendo assim, a indústria substitutiva assumiria um caráter contraditório, pois, sendo o sentido da produção industrial a expansão da acumulação no âmbito urbano-industrial, essa (a indústria substitutiva), contraditoriamente, deveria restringi-la para que não se produzisse uma dupla espoliação do agrário, ou seja, pelos capitais industriais do centro e seus congêneres nacionais. Em última instância, a indústria substitutiva se tornaria um departamento do setor agroexportador (MELLO, 1982, p.106), cabendo a ela, apenas reduzir os custos da produção agroexportadora, haja visto que a acumulação interna (nacional), se mostraria insuficiente, até mesmo para repor o capital agrário. Sendo assim, a indústria substitutiva se revelaria negativa em relação à indústria dos países centrais, pois, segundo Marx, em suas observações sobre a “grande indústria”, a acumulação gerada pelo “sistema fabril” (1988, L.I, v. II, p. 56) se espraia na forma de inversões sobre ramos produtivos onde imperariam o uso extensivo da força de trabalho, aumentando a composição orgânica desses capitais e reduzindo os investimentos em capital variável. Sendo assim, a industrialização ***“amplia a força produtiva dos setores de que se apodera em grau incomparavelmente mais elevado”*** (MARX, 1988, L. I. v. II, p. 57). Isso decorreria de uma intensa divisão social do trabalho, com a mobilização da força de trabalho, não apenas para a produção de bens destinados ao consumo direto, mas também para o consumo produtivo, levando ao aumento generalizado da produtividade, inclusive no agrário. Vejamos o que diria MARX (1988), sobre a questão da produção de matérias primas (atividade que insidiaria sobre o agrário), sob condições de desenvolvimento de forças produtivas:

“Correspondendo à massa crescente de matérias-primas, produto semiacabados, instrumentos de trabalho etc, que a empresa mecanizada fornece com um número relativamente baixo de trabalhadores, a elaboração dessas matérias-primas se divide em inúmeras subespécies e cresce, portanto, a diversidade dos ramos sociais da produção”
(MARX, op. cit., p. 57)

O que se observaria na indústria substitutiva de importações estaria na contramão das observações de Marx. Não haveria o desenvolvimento de um departamento de bens de produção, significativo, capaz de aumentar a produtividade do capital no âmbito

nacional. Tal departamento somente surgiria pelo aporte maciço de capitais estrangeiros, na década de 1950. A exemplo, tomemos a produção de aço. Segundo dados do IPEA (gráfico 2), a produção de aço no Brasil, até a década de 1940, fora inexistente ou insignificante. O mesmo ocorreria com os combustíveis, cuja produção somente ganharia importância, a partir da década de 1950 (gráfico 3). Segundo o relatório do Ministério da Fazenda, sobre o “Comércio Exterior do Brasil” (1935) entre os anos de 1930 e 1934, se importaria de locomotivas a enxadas (como também, pás e picaretas); de navios à arame farpado; de combustíveis à legumes e batatas (1935, p. 66-97).

Gráfico 2- Produção de Aço no Brasil, entre os anos de 1925 e 1976 (Em toneladas)

Fonte: IPEADATA - Temas Macroeconômicos: Produção, atualizado em 2008

Observação: Unidades de mil toneladas.

Gráfico 3- Produção de combustíveis no Brasil, entre os anos de 1939 e 1989 (Em metros cúbicos)

Fonte: IPEADATA- Temas Macroeconômicos: Produção, atualizado em 2008

Analisando-se a indústria paulista da década de 1930 (o parque industrial mais significativo no âmbito nacional), observar-se-ia a predominância de pequenas fábricas, ou mesmo, oficinas que se destinariam, tanto à fabricação quanto à realização de reparos em objetos já comercializados. Em 1932, poucos seriam os ramos da indústria paulista em que o número médio de trabalhadores excederia à 50 (tabela 2), e em 1939 apenas um

ramo dessa indústria se colocariam acima dessa média (tabela 3). Por outro lado, a modesta utilização de força motriz, pelos estabelecimentos voltados à produção de máquinas e semiacabados, revelaria a pequena capacidade produtiva da indústria de bens de produção local. Em 1939, dos 498 487 H.Ps, gerados por motores elétricos (correspondendo a 80% de toda a força motriz produzida)¹⁷¹ empregados na indústria paulista, 0,84 % foram utilizados pela indústria de máquinas e aparelhos industriais, e 0,5 foram utilizados pela indústria de instrumentos agrícolas¹⁷². A indústria química (plásticos, solventes, gases, adubos, fertilizantes) faria uso de 1,36 % da força motriz, e a de papel 3,34%¹⁷³.

¹⁷¹ Dados da “Estatística Industrial do Estado de São Paulo: 1938-1939”, publicado em 1940 pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Os 20% restantes de H.Ps utilizados na indústria paulista, em 1939, foram produzidos por vapor e energia hidráulica, e se distribuiriam em pequenas oficinas e serrarias localizadas, em geral, pelo interior do estado (Idem, 1940).

¹⁷² Idem, 1940.

¹⁷³ Idem, 1940.

**Tabela 2 - Quantidade média de trabalhadores na indústria paulista em 1932.
(Por estabelecimento em cada ramo industrial)**

Ramo Industrial	Número de estabelecimentos	Número médio de trabalhadores por estabelecimento
Indústria têxtil	112	333
Fundição de aço	3	223*
Indústria cerâmica	12	177
Papel e papelão	12	149
Vidros	17	127
Ferro esmaltado	11	84
Artefatos de Borracha	20	83
Chapéus	61	45
Cimento e cal	18	44
Cigarros	39	41
Cutelaria	50	35
Óleos Vegetais	12	28
Artefatos de alumínio	8	27
Bebidas	61	27
Doces	20	19
Produtos químicos e farmacêuticos	136	12
Adubos	24	12
Biscoitos	44	12
Móveis	441	11
Fabricação e concerto de materiais elétricos	351	10
Calçados	318	9
Tijolos, telhas, tubos para esgoto	283	9
Tintas e vernizes	19	7
Saponáceos	119	7
Vulcanização de borracha	72	2

Fonte: Estatística industrial do Estado de São Paulo: Ano de 1932, organizado por Sílvio M. de Lima

* Do total de 671 trabalhadores empregados na indústria de fundição paulista, 471 seriam contratados da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, localizada em São Caetano do Sul.

**Tabela 3 – Quantidade média de trabalhadores na indústria paulista em 1939.
(Por estabelecimento em cada ramo industrial)**

Ramo produtivo	Número de estabelecimentos	Número médio de trabalhadores por estabelecimento
Indústria de bens de produção e consumo indireto		
Materiais para indústria de alimentos	701	6
Materiais para indústria de vestuário	1070	82
Materiais para indústria de construção	3650	6
Indústria de máquinas e aparelhos industriais	122	10
Indústria de máquinas e aparelhos agrícolas	131	15
Indústria de embalagens	284	40
Indústria de máquinas para fins diversos	325	2
Indústria de meios de transporte	1897	2
Indústria de combustíveis e lubrificantes	7	3
Indústria de motores elétricos	1	0,3
Indústria de bens de consumo direto		
Alimentos	5612	5
Construção	647	9
Vestuário	3827	7
Artigos Domésticos (móveis, geladeiras, louças, etc.)	1356	12

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo: 1938-1939, organizado por Silvio M. de Lima.

Observação: Os critérios para a definição dos ramos industriais foram modificados, ao longo da década de 1930, pela Diretoria de Estatística da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, por isso não fora possível a apresentação dos mesmos ramos referentes a 1932.

O maior desenvolvimento na indústria substitutiva paulista se observaria nos setores de alimentos e têxtil, responsáveis pela produção de bens de consumo utilizados, amplamente, pela totalidade da sociedade, o que se refletiria no número expressivo de estabelecimentos e na quantidade média de trabalhadores empregados. No ano de 1939, 10 % de toda força motriz, gerada por motores elétricos na indústria paulista, fora

empregada pela indústria de alimentos, e 88 % pela indústria têxtil¹⁷⁴. Contraditoriamente, mesmo estando a frente de um ramo industrial que atingira um nível significativo de mecanização (pelo menos em relação à indústria nacional), o empresariado da indústria têxtil paulista ofereceria forte apoio à proibição da importação de maquinário, promovida pelo governo brasileiro, em 1933, (Decreto 23 486 de 22/11/1933) (LOUREIRO, 2006, p. 129), e estendida até o ano de 1938 (LEOPOLDI, 2007, 249). Segundo LOUREIRO (2006), o apoio se deveria à presença de empresas estrangeiras no setor têxtil¹⁷⁵ que, por possuírem maior capacidade de importar capital fixo, ameaçariam eliminar, pelo aumento da produtividade, os seus concorrentes nacionais¹⁷⁶. Nesse sentido, se reiteraria a não acumulação, evidenciada pela incapacidade do capital nacional de aumentar sua composição orgânica, o que atribuiria um caráter negativo ao protecionismo governamental que, por sua vez, reporia criticamente a indústria nacional (não se eliminaria os capitais menos produtivos “a bem” dos mais produtivos). Se observaria o contrário daquilo que fora descrito por MARX (1988), em relação as economias industriais centrais: ***“O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de encurtar violentamente a transição do antigo modo de produção para o moderno”*** (1988, L.III, v. II, p. 279-280). O protecionismo, voltado às industriais têxteis brasileiras, não visaria acelerar a acumulação, como observara Marx (em relação às economias industrializadas), mas sim impedir o agravamento da condição crítica desse ramo industrial nacional, por conta da produtividade do capital estrangeiro que estaria a se inserir no mesmo. O aumento da produtividade, mesmo que limitado a alguns estabelecimentos (no caso, aqueles de origem estrangeira), levaria a uma redução na taxa de lucros e imporiam maiores dificuldades aos capitais nacionais. A baixa capacidade de se explorar trabalho se agravaria e exigiria novas formas de se reduzir os custos com a força de trabalho, procedimento que já se observaria na utilização de vilas operárias, creches, entre outras aparentes benemerências, que estariam a refletir a negatividade periférica do capital. Como observaria BLAY (1985), em sua pesquisa sobre as vilas operárias paulistas, a

¹⁷⁴ Estatística Industrial do Estado de São Paulo: 1938-1939, publicada em 1940.

¹⁷⁵ A crescente presença de capitais estrangeiros na indústria têxtil, a partir da década de 1920, também fora constatada por FISHLOW (1972): ***“A produção da indústria têxtil continuou a se expandir apenas até 1922-1923, com o restante do período marcado por crescente participação estrangeira no mercado”*** (1972, p. 26)

¹⁷⁶ Verificar LOUREIRO, 2006, p. 129.

oferta de moradia, conjugada com o contrato de trabalho, se tornaria um procedimento adotado por: ***“Indústrias dotadas de um maquinário que utilizava muita força de trabalho*** [sendo exigido para a ocupação das casas, que]¹⁷⁷ ***...mais de dois membros do grupo familiar trabalhassem para a indústria***” (1985, p. 157). Se replicaria, assim, no urbano, o sentido das relações de produção observadas no agrário, onde, a exemplo do colonato, os indivíduos se manteriam fixados às propriedades como condição para reprodução da totalidade do setor agroexportador. O assalariamento não significaria, assim, a passagem à acumulação no setor urbano-industrial, mas a reiteração do sentido das economias periféricas, ou seja, a transferência de valor para o centro do capital, por meio das trocas entre economias primário exportadoras e industriais. Ao obter sua remuneração junto ao setor agroexportador, mas dependendo da aquisição de bens de produção (máquinas, semiacabados, insumos) junto às economias industriais, a indústria substitutiva teria sua acumulação restringida, o que resultaria em altos níveis de exploração do trabalhador¹⁷⁸ e na obsolescência física de seu capital fixo, sem a necessária reposição¹⁷⁹. Tal indústria não fora capaz de se “autodeterminar”, como diria Cardoso de MELLO (1982), pois não acumulara o suficiente para internalizar o departamento de bens de produção, problema que remeteria a própria constituição do capital periférico que, ao adentrar “tardamente” no processo de industrialização, se defrontaria com capitais formados, de altíssima composição orgânica, cuja transferência para o âmbito nacional, implicaria em custos com os quais essa modesta indústria não poderia arcar. Não sendo capaz de revolucionar suas forças produtivas, e submetida aos níveis de produtividade exigidos para que se remunerasse os capitais industriais centrais (dos quais essa indústria dependeria, até mesmo, para obter combustível para o transporte), essa indústria somente seria capaz de se reproduzir se elevasse a exploração da força de trabalho a níveis incompatíveis com a reprodução do trabalhador (todo o tempo de trabalho teria que se tornar trabalho excedente). Havendo limites à exploração do trabalhador, que somente poderiam ser superados pelo aumento da produtividade (possibilidade que não estaria posta para a indústria substitutiva), o trabalho se tornaria um custo, haja visto que a remuneração do trabalhador comprometeria o lucro do capital.

¹⁷⁷ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

¹⁷⁸ Segundo LOUREIRO (2006), na década de 1950, os salários na indústria têxtil paulista encontrar-se-iam abaixo das necessidades de subsistência do trabalhador, mesmo tendo esses, devido sua capacidade de organização e reivindicação, obtido aumentos salariais significativos nas décadas de 1930 e 1940 (2006, p. 251)

¹⁷⁹ LOUREIRO (2006), apontaria que, em um ***“estudo feito pela CEPAL, em 1951, constatou-se a obsolescência do parque têxtil doméstico (...), e a necessidade de renová-lo”*** (2006, p. 244).

A circulação do capital industrial nacional, simultaneamente, pelo setor agroexportador e pela indústria dos países centrais, resultaria em uma divisão campo-cidade “às avessas”, onde, o que se observaria seria o surgimento de um setor urbano-industrial cujo sentido seria a reiteração do agrário e a transferência de valor para as economias industrializadas, ou, em suma, a não acumulação no âmbito nacional. Sérgio SILVA (1986) identificaria tal contradição no surgimento da indústria paulista como momento da reprodução do setor cafeeiro:

“... as relações entre comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela posição dominante da economia cafeeira na acumulação¹⁸⁰” (1986, p. 97).

O destino dessa incipiente indústria estaria entrelaçado aos destinos do setor agroexportador e, tão logo ocorresse a internalização dos capitais industriais estrangeiros, a mesma deveria, a exemplo do agrário, se subordinar diretamente as necessidades de acumulação desses capitais ou, simplesmente, desaparecer diante da imensa produtividade da indústria que aqui viria se instalar. No nosso entender, a indústria substitutiva não fora “golpeada”, como diria Luiz Toledo MACHADO (1980)¹⁸¹, a respeito da Instrução 113 da SUMOC (1980, p. 257)¹⁸² e seus efeitos sobre a incipiente

¹⁸⁰ Há que se considerar que Sergio Silva não escaparia ao pressuposto de que o capital sempre acumula, ainda que enxergue uma contradição entre o surgimento da indústria substitutiva, a partir do setor agroexportador paulista. De qualquer forma a economia cafeeira se inseriria na acumulação, mas na acumulação realizada nos países centrais do capital.

¹⁸¹ Luiz Toledo MACHADO, “Formação do Brasil e Unidade Nacional”, 1980.

¹⁸² A entrada de capitais estrangeiros no Brasil vinha se operando, lentamente, desde o início do século XX, no entanto, esse aporte ganharia força a partir da década de 1950, especialmente com a edição da chamada “Instrução nº 113 da SUMOC: **“Pela Instrução nº 113 baixada pela Superintendência da Moeda e do Crédito em 17 de janeiro de 1955, a Carteira do Comércio do Banco do Brasil era autorizada a emitir licença de importação sem cobertura cambial (isto é, sem licitação prévia nos leilões de câmbio), de equipamentos industriais que correspondem as inversões estrangeiras”** (PRADO JUNIOR, 1983, p. 314). O maquinário poderia, assim, entrar diretamente no Brasil, sem a contrapartida monetária que se converteria em divisas necessárias as operações de câmbio e emissão de moeda nacional. Ficaria assim o Estado Brasileiro obrigado a arcar com os custos com as emissões necessárias à circulação de uma massa aumentada de mercadorias que seriam lançadas, ao mercado interno, pelas novas indústrias, como também com a obtenção de dólares necessários as operações de câmbio. Os efeitos inflacionários logo se fariam sentir.

indústria nacional. A exemplo dos demais pensadores desenvolvimentistas nacionalistas, Machado veria nessa indústria substitutiva o caminho para a superação de nossa condição periférica, rejeitando o seu sentido para o processo geral de valorização, ou seja, não admitiria que o seu surgimento (da indústria substitutiva), como também a sua eliminação, se dariam “a bem” da acumulação no centro do capital. Para autores de cariz desenvolvimentista- nacionalista, como Machado, a industrialização brasileira, via capital estrangeiro, se constituiria, simplesmente, na imposição dos interesses norte-americanos em detrimento dos interesses da indústria nacional:

“Depois da morte de Roosevelt, a política econômica dos E.U.A orientou-se para o fomento das inversões dos seus excedentes de capitais privados nos países mais receptivos e com certa potencialidade de mercado, desestimulando assim, o crescimento auto-sustentado de nações como o Brasil” (1980, p. 256).

Ora, inúmeros foram os esforços, durante a chamada Era Vargas, no sentido de se desenvolver a indústria nacional¹⁸³, sem que resultados significativos fossem alcançados. O nível de desenvolvimento das forças sociais produtivas exigiria grandes massas de capital para que se pudesse explorar trabalho sob o tempo social médio, condição que, devido às restrições à acumulação no âmbito nacional, não se ofereceriam aos capitalistas brasileiros. Esses não possuiriam condições de realizar os investimentos exigidos para competir com as indústrias estrangeiras. Não se trataria de uma submissão do nacional ao capital estrangeiro, como defenderia MACHADO (1980, p. 256-261), interpretação fetichista que cindiria a unidade da contradição, a fim de reafirmar o nacional como algo absoluto, que existiria sem sua relação contraditória para com a totalidade do capital, mas sim da inexorabilidade da lógica da valorização que não possuiria qualquer determinação na volição dos indivíduos que buscariam se afirmar, como sujeitos, pelo fetichismo do

¹⁸³ Diria LEOPOLDI sobre os incentivos à indústria nacional durante o primeiro governo Vargas (1930-1945): ***“As políticas cambiais do período (...), buscaram resolver problemas da balança de pagamentos e tiveram o efeito indireto de ajudar a indústria. Além disso, o Conselho Federal de Comércio Exterior (importante órgão decisório das políticas de comércio exterior e industrial do período 1934-1939), manteve a restrição de importação de equipamentos para a instalação de fábricas concorrentes com as já instaladas no país até 1938. Uma linha de crédito à indústria, vinda do Banco do Brasil durante a guerra, foi um enorme subsídio para o setor, especialmente num período de declínio do PIB e do produto industrial”*** (LEOPOLDI, 2007, p. 249). Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), as direções do Ministério da Fazenda e do Banco Central foram entregues, respectivamente, à Horácio Lafer e Ricardo Jafé, empresários do setor industrial paulista.

nacionalismo¹⁸⁴. A indústria substitutiva existira em função da acumulação geral de capital, e não em função da acumulação no âmbito nacional. Se em dado momento do desenvolvimento do capital essa indústria passara a obstruir a acumulação geral, a sua eliminação seria efetivada, independente dos projetos nacionalistas aos quais estivesse vinculada.

3.2.3 - A racionalidade-irracional do binômio café-ferrovias.

Na segunda metade do século XIX, a necessidade de expansão do agrário paulistas, em especial o setor agroexportador cafeeiro (os motivos para tal expansão foram expostos anteriormente), exigiria o prolongamento da ferrovia Santos-Jundiaí, a fim de dotar de um serviço de transporte, as novas áreas abertas a produção. O projeto buscava estender a ferrovia até a cidade de Campinas, o que implicaria em um avanço de cerca de 45 Km. O governo da Província de São Paulo se envolveria diretamente nas tratativas para a realização do projeto, oferecendo-o a São Paulo Railway Company Limited que, por ser a proprietária do trecho Santos-Jundiaí, seria a empresa mais apta a realizar tal extensão (DEBES, 1968, p.131). Após expor a proposta à direção da citada companhia ferroviária, o Presidente da Província de São Paulo, Joaquim Saldanha Marinho, enviaria, no dia 8 de janeiro de 1868, um ofício ao Superintendente da São Paulo Railway para que esse se posicionasse quanto a oferta. O citado Superintendente lhe responderia, no dia seguinte, que, ***“a companhia não pode tomar a si já essa obra”*** (DEBES, 1968, p.133), pois não poderia reunir acionistas interessados no empreendimento (1968, Idem). Mesmo sob novas argumentações, vindas do governo provincial, a São Paulo Railway mostrar-se-ia irredutível, rejeitando a oferta. Cecílio DEBES (1968), autor que buscava descrever a história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, empresa que assumiria a responsabilidade de executar a pretendida extensão ferroviária, atribuiria tal desinteresse à condição privilegiada da São Paulo Railway que, como proprietária do principal tronco ferroviário paulista (unia a capital ao porto de Santos), lucraria com a expansão ferroviária, mesmo sem realizar maiores investimentos (1968, p.94-95). No entanto, o próprio Debes apontaria que o Barão de Mauá, pioneiro do setor ferroviário nacional, ao tomar conhecimento dos estudos para a

¹⁸⁴ Nas palavras de ALFREDO (2013): ***“A nacionalidade brasileira se efetiva como dupla ilusão. Ilusão própria de que o crescimento econômico é uma forma de riqueza social, no sentido de que o nacional é a ilusão das contradições próprias do capital, e ao mesmo tempo, ilusão de nação, pois que se põe como pressuposto de sua negação, o internacional, sua identidade”*** (2013, p. 93).

realização do empreendimento, declararia ao jornal “Diário de São Paulo” que, *“as empresas brasileiras desse gênero [ferroviárias]¹⁸⁵, tinham as respectivas ações depreciadas na praça de Londres”* (MAUÁ, apud DEBES, 1968, p.75)¹⁸⁶ o que o levaria a concluir que *“somente oferecendo vantagens consideráveis é que se conseguiria atrair capitais”* (Idem) para tal empreendimento. Sendo assim, não se poderia afirmar, portanto, que a São Paulo Railway não encontraria dificuldades na obtenção de capital para a realização da pretensa extensão ferroviária, sendo sua rejeição ao projeto, movida, exclusivamente, pela situação “cômoda”, em que se encontraria, perante o sistema de transporte ferroviário paulista que estaria sendo gestado. O governo provincial oferecera, em garantia aos acionistas, 7% de juros ao ano, ou seja, sendo qual fosse o resultado obtido na operação da ferrovia, seria garantido, ao menos, o citado percentual como pagamento de dividendos sobre as ações (SAES, 1981, p.151-152) (DEBES, 1968, p. 92). Mesmo sob tais garantias a proposta fora, peremptoriamente, rejeitada pela São Paulo Railway, o que demonstraria que haveriam riscos que desaconselhariam o empreendimento.

Os cafeicultores não teriam outra opção senão arcarem com os custos com a extensão até Campinas. A São Paulo Railway rejeitara o empreendimento, e a própria província de São Paulo se declarara incapaz de assumir os gastos com a obra. (1968, p.78). Sendo assim, se juntariam os cafeicultores, em uma sociedade por ações, a fim de criar a primeira companhia ferroviária paulista, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro Jundiaí-Campinas. Dentre os acionistas figurariam Antônio da Silva Prado, Vicente de Souza Queiroz (o Barão de Limeira), Antônio Paes de Barros (o Barão de Itapetininga), entre outros grandes cafeicultores cujos nomes denominam ruas e avenidas da cidade de São Paulo. Logo de início, o empreendimento não se mostrara auspicioso, pois a “Paulista”, como ficaria popularmente conhecida, não conseguiria, nos dois primeiros anos de operação (1872-1873), pagar os dividendos devidos aos seus acionistas (GRANDI, 2013, p. 83). Como os juros eram garantidos pelo governo provincial, a “Paulista” iniciaria suas operações transferindo sua dívida ao Estado, situação idêntica na qual findará suas operações na década de 1960.

¹⁸⁵ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

¹⁸⁶ Transcrito por DEBES (1968), do jornal “Diário de São Paulo” em sua edição de 29 de maio de 1867.

Devido à proliferação da cafeicultura pelo oeste paulista, na senda da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, surgiriam outras ferrovias¹⁸⁷ construídas sob os mesmos pressupostos: capital privado, formado pela emissão de ações, e garantia de juros pelo governo provincial. No ano 1870 seria criada a Companhia Ituana, outro empreendimento particular que unia a cidade de Itu a Jundiaí (MATOS, 1981). Nos mesmos moldes, seriam criadas a Estrada de Ferro Sorocabana (também em 1870) e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (em 1872) (MATOS, idem). Em 1902, com a criação da Companhia de Estradas de Ferro do Noroeste do Brasil, formar-se-ia o esteio do sistema ferroviário paulista, constituído pelas quatro empresas, popularmente conhecidas como, “Paulista”, “Sorocabana”, “Noroeste” e “Mogiana”¹⁸⁸¹⁸⁹. Seriam as únicas companhias ferroviárias paulistas a possuírem malhas cujas extensões excederiam a 500 Km: Paulista – 1466 Km; Noroeste – 1334 Km; Mogiana – 1966 Km; Sorocabana – 2665 Km¹⁹⁰. No ano de 1940 as quatro empresas seriam proprietárias de 86 % da malha ferroviária paulista¹⁹¹.

O desenvolvimento ferroviário paulista, como havia observado MONBEIG (1984, p.197), seguiria o desenvolvimento da cafeicultura, o que não poderia ser diferente. O traçado das ferrovias, ao acompanhar, *pari-passu*, o avanço da cafeicultura, imbricaria esses dois ramos da economia, de tal modo, que o termo “complexo cafeeiro” (CANO, 1977), comumente utilizado para definir o setor agroexportador paulista, somente pode ser compreendido como a síntese entre café e ferrovias.

Dentre os autores, por nós consultados sobre a questão das ferrovias paulistas, o trabalho do professor Flávio Azevedo Marques de Saes (FEA-USP), se mostraria extremamente esclarecedor quanto as implicações relativas a dependência dos empreendimentos ferroviários para com o setor agroexportador, mais especificamente, o cafeeiro. Em “As Ferrovias de São Paulo – 1870-1940: expansão e declínio do transporte

¹⁸⁷ Verificar a evolução da malha ferroviária paulista através dos mapas 1,2 e 3, ao final do presente subcapítulo.

¹⁸⁸ Segundo as “Estatísticas das Estradas de Ferro do Brasil”, dos anos de 1930 e 1931, apenas as companhias, São Paulo Railway, Mogiana, Sorocabana, Paulista e Noroeste, seriam classificadas como companhias ferroviárias de 1ª categoria, operando no Estado de São Paulo. O critério seria a renda bruta anual, acima de 20 000 contos de réis (1931, p. 10)

¹⁸⁹ Entre 1870 e 1920 surgiriam 23 companhias ferroviárias em São Paulo, algumas, de breve existência (MATOS, 1981). Além das quatro mais importantes ferrovias paulistas citadas (Paulista, Mogiana, Sorocabana e Noroeste), merecem destaque a Estrada de Ferro de Araraquara (a “Araraquarense”), proprietária de 379 Km de ferrovias, e a Estrada de Ferro Dourado (a “Douradense”), cuja extensão das linhas somariam 317 Km (Idem, 1981).

¹⁹⁰ “Estatísticas das Estradas de Ferro do Brasil”, dos anos de 1930 e 1931, publicado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do governo federal.

¹⁹¹ Dado obtido através dos números disponibilizados por MATOS, 1981, p. 163.

ferroviário em São Paulo” (1981), Saes demonstraria que, à exemplo daquilo que já fora apontado na indústria substitutiva, o capital ferroviário encontraria limites a sua acumulação, devido ao caráter crítico do agrário, no qual repousaria o sentido de sua constituição. Dessa forma, o autor diferiria das abordagens, comumente realizadas, que buscariam se ater à rápida expansão da malha ferroviária e a balancetes, supostamente superavitários, que, por fim, se chocariam com o fim melancólico das companhias ferroviárias paulistas (em situação de falência e encampadas pelo Estado), explicado, de forma insuficiente, pela mudança no modal de transportes, após os anos cinquenta do século XX. Saes tencionaria o problema da crise ferroviária que, em alguns casos, se manifestara precocemente (a exemplo da ferrovia Sorocabana que, em 1904, seria liquidada judicialmente), com as limitações que o setor agroexportador impunha a obtenção de receitas necessárias ao custeio e à manutenção das ferrovias. A condição crítica em que se encontrariam a totalidade das ferrovias paulistas, nas primeiras décadas do século XX (a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, gozaria de condição mais confortável, o que explicaria a predileção, à mesma, como modelo exemplar de racionalidade, possível, para o capital ferroviário paulista), refletiriam, diretamente, o problema da queda dos preços do café e o aumento dos custos com a reposição do material ferroviário, produzido pela desvalorização cambial. Nesse sentido, as ferrovias se encontrariam, por um lado, limitadas pela baixa capacidade de acumulação do setor agroexportador, resultante do baixo desenvolvimento de forças produtivas no agrário e, por outro, pela altíssima produtividade da indústria dos países centrais na qual obtinha o material necessário à sua reposição. Se as ferrovias possuiriam a capacidade de interceptar a renda a terra, como argumentaria MARTINS (2004, p.34), tal interceptação sofreria sérias restrições, à medida que a substituição do material ferroviário dependeria de importações, o que exigiria a remuneração do capital industrial central. Por fim, seriam os capitais industriais, os beneficiários da renda da terra produzida no agrário paulista, sendo as ferrovias apenas um instrumento de transferência da mesma. O problema apareceria na questão das tarifas (mas também em outros aspectos, como no endividamento das ferrovias), que deveriam cobrir os custos com a operação sem que, para isso, se tornassem um impeditivo à reprodução do agrário (avançando, excessivamente, sobre ganhos dos agricultores). SAES (1981), demonstraria que entre os anos de 1874 e 1936, as tarifas de transporte do café, principal produto do agrário paulista, sofreriam um aumento de 123 %, enquanto a taxa de câmbio sofrera uma desvalorização

de 527% (1981, p. 124)¹⁹². No mesmo período, o custo de vida nacional sofrera um aumento de 700% (Idem, ibidem)¹⁹³. Diante de tais números o autor concluiria que a haveria defasagem nos preços das tarifas ferroviárias, sendo que esses não poderiam ser atualizados, devido ao risco de paralisação do setor agroexportador:

“... parece-nos que a razão que origina tal defasagem é a própria incapacidade de as mercadorias suportarem tarifas mais elevadas. Se o custo de transporte torna impossível a exportação (ou mesmo o consumo interno) do produto, talvez a escolha da ferrovia não seja entre tarifas maiores ou menores: a escolha seria entre realizar o transporte com tarifas inferiores ou, simplesmente, não realizá-lo (pois a tarifa impediria o transporte das mercadorias)” (SAES, 1981, p. 125).

Como apontado anteriormente, a circulação da mercadoria se constituiria em *“custos para a realização do valor”* (MARX, 1988, L.II, v. III, p.102), portanto, seria uma detração do mais-valor produzido. Tendo sua capacidade de reter o mais-valor produzido, constantemente reduzido, frente à indústria dos países centrais, o setor agroexportador possuiria pouca capacidade em arcar com os custos com a circulação. Não se trataria, assim, de um “falso custo” (MARX, 1988, L.II, v. III, p.102), que a exemplo das economias industriais, se tornaria compensador ao capitalista, à medida que transferiria a outro ramo econômico (ramo de transportes), a tarefa de levar a mercadoria ao local de consumo (isso, é claro, mediante a concessão de parte da mais-valia ao transportador). Se a acumulação geral permitiria a formação de um ramo de transportes capaz de mobilizar capitais e assumir tal tarefa (mediante a participação na mais-valia social), isso se constituiria em redução nos custos do capital produtivo que, por sua vez, se veria desobrigado a inverter, diretamente, seu capital na formação desse ramo. A contradição do setor ferroviário paulista (que refletiria a contradição da periferia, como um todo, em relação ao centro do capital), se revelaria no desinteresse, por parte de

¹⁹² Os cálculos de SAES (1981) foram realizados a partir de um número-índice de 100 para o ano de 1874.

¹⁹³ CIPOLLARI (1968) demonstraria que o problema tarifário persistiria até o colapso do sistema ferroviário brasileiro, nos anos finais do século XX (seu objeto de estudo fora a Rede Ferroviária Federal), o que colocaria as ferrovias brasileiras em situação financeira permanentemente precária: *“a ferrovia perde receitas ao conceder tarifas mais baixas, fornecendo um subsídio que deveria ser de responsabilidade do Governo”* (1968, p. 143). Segundo o autor, no ano de 1965, apenas cinco, das treze mais importantes ferrovias da Rede Ferroviária Federal, foram capazes de saldar seus custos com o valor correspondente as tarifas cobradas (1968, p.144)

capitais externos ao setor agroexportador, em investir no negócio de transportes, sendo necessário que os próprios cafeicultores assumissem essa tarefa. Tal desinteresse revelaria os limites à acumulação que uma agricultura, operada sob o binômio “chuva e enxada” (STOLCKE, op. cit.), significaria. Nesse sentido, a comemorada criação da “Companhia Paulista de Estradas de Ferro” (DEBES, 1968) se mostraria, não o resultado de uma economia pujante, onde os níveis de acumulação atrairiam investimentos de toda sorte, mas sim, devera sua criação ao desinteresse de outros capitais em assumir o empreendimento, o que, diante da necessidade de expansão da cafeicultura, não deixaria outra solução senão recorrer-se à investimentos realizados pelos próprios cafeicultores. Vale lembrar que houveram dois pontos em comum no surgimento das ferrovias paulistas: capitais privados, oriundos, em grande parte, dos próprios cafeicultores, e garantia de juros pelo Estado, que se punha, assim, como avalista do negócio (SAES, 1981, 149-151).

Atribuir um caráter estritamente irracional ao capital ferroviário paulista e, assim, justificar sua crise, se constituiria na forma fetichista de abordar o problema. Se assim o fizéssemos, estaríamos a afirmar que o capital seria absolutamente racional, e que o problema ferroviário se deveria a uma questão conjuntural, ou, especificamente brasileira. Não se trataria disso. Se as ferrovias foram introduzidas no setor agroexportador nacional, isso se deveria às determinações que se encontrariam no processo geral de valorização, o que lhe conferiria um caráter racional que, contraditoriamente, carregaria a irracionalidade como seu momento simultâneo. Analisa-las (as ferrovias paulistas), sem esse pressuposto, nos levaria a incorrer em uma crítica positivante que apontaria a existência de uma forma racional de aplicação do capital, sendo a irracionalidade o resultado da não observância de critérios racionais. A contradição somente se revelará à medida que a irracionalidade periférica for posta como momento simultâneo de uma racionalidade que estaria no centro do capital, sendo esse o seu polo contraditório. Nesse sentido, a irracionalidade de se criar uma malha ferroviária que somente transportaria volumes significativos de carga em um único sentido, ou seja, em direção ao Porto de Santos (SAES, 1981, p. 32)¹⁹⁴, retornando ao ponto de embarque com os vagões vazios, somente poderia ser explicado pela necessidade, inexorável, de se efetivar as trocas com as economias centrais. O mesmo se aplicaria à questão das safras (em especial, as safras de café), que concentrariam o volume de cargas em um único semestre do ano, mantendo, assim, a capacidade de transporte ociosa por um longo período. A necessidade de se

¹⁹⁴ CIPOLLARI (1968), identificaria o mesmo problema no transporte de minério, realizado pelas ferrovias brasileiras (1968, p. 95).

reproduzir o nexos social geral pela mercadoria, imporia que o capital se antecipasse as próprias condições necessárias à sua efetivação (GIANNOTTI, 2000, p. 104-106), o que se tornaria nítido, em se tratando das ferrovias paulistas. Se a cafeicultura se poria como o esteio para a realização das trocas com as economias centrais, e se sua reprodução exigiria a existência de ferrovias, essas seriam instaladas e operariam, mesmo que criticamente, sob regimes tarifários deficitários. Tendo atingido os limites para sua reprodução, as ferrovias seriam encampadas pelo Estado, que as manteriam em funcionamento, distribuindo suas dívidas a toda sociedade. Tomemos como exemplo a Estrada de Ferro Sorocabana.

Criada em 1870, a Sorocabana surgiria, em princípio, para o transporte de algodão (MATOS, 1981, p. 89), mas em poucos anos teria no café sua principal fonte de rendimentos. Tendo sido criada a partir de capitais privados, a mesma mergulharia em um enorme endividamento que a levaria a liquidação judicial em 1904, sendo arrematada pelo Governo Federal. Segundo SAES (1981), se tornaria difícil conhecer, com detalhes, o que se passara com a Sorocabana durante os primeiros trinta anos de sua existência. Isso se deveria à inexistência, no momento de sua liquidação, de registros contábeis confiáveis (fato que não deixa de causar estranheza). O que se poderia avaliar seria sua dívida que em 1900, seria de 44 277 600 \$000 mil réis, mais 325 500 libras-ouro (SAES, 1981, 168). Em 1900 sua receita anual fora de 8 978 314 \$ 000 mil réis, o que nos serviria de comparativo entre a dívida total e os ganhos da empresa. A Sorocabana seria revendida, pelo Governo Federal, ao Governo do Estado de São Paulo que, por sua vez, a arrendaria ao capitalista norte-americano Percival Farquhar, entre os anos de 1907 e 1919 (SAES, 1981). A Sorocabana enfrentaria enormes dificuldade em equilibrar seus ganhos com suas despesas, principalmente, por encontrar limites, no setor agroexportador, ao aumento de suas tarifas. Mesmo sob arrendamento, as tarifas da Sorocabana se mostrariam, em 1916, 20% menores do que as praticadas pela Paulista e Mogiana (SILVA, 1918), o que levaria um de seus dirigentes, o engenheiro Clodomiro Pereira da Silva, a produzir, em 1918, um minucioso relatório¹⁹⁵ dirigido à Brazil Railway Company (propriedade de Farquhar e controladora da Sorocabana), que apontaria a necessidade de se atualizar os valores tarifários, sob o risco de inviabilidade das operações. Não temos dados a respeito da concessão do citado aumento, no entanto, no ano seguinte (1919), vencido o prazo de arrendamento, a Sorocabana seria devolvida ao

¹⁹⁵ Clodomiro Pereira da SILVA, "Sorocabana Railway Company: Revisão das Tarifas para 1918", Tipografia Ideal, São Paulo, 1918.

controle, direto, do Governo do Estado de São Paulo, e assim permaneceria até sua fusão com a Ferrovia Paulista S.A (FEPASA), em 1971¹⁹⁶. O desinteresse, por parte de investidores, em relação às ferrovias paulistas (demonstrado, por exemplo, na devolução da Sorocabana ao governo paulista), não se trataria de um problema novo. Na década de 1890, a ferrovia Mogiana buscava realizar uma operação de capitalização, por meio da emissão de 200 000 ações, a fim de obter recursos necessários a expansão de suas linhas. Passados três anos, a empresa teria vendido apenas 67 499 ações (SAES, 1981, p. 157), revelando o desinteresse pelo negócio ferroviário.

As dificuldades que se abateram sobre a Sorocabana e a Mogiana não se constituiriam em particularidades, mas sim se inseriam na crise geral do setor ferroviário.¹⁹⁷ A Noroeste (Companhia de Estradas de Ferro do Noroeste Brasileiro), criada por meio de capitais privados, no ano de 1904, se encontraria encampada pelo governo federal, passados, apenas, 13 anos após sua criação (em 1917) (GHIRARDELLO, 2001, p. 64). O estado precário da Noroeste se evidencia no relatório fornecido pelo engenheiro Arlindo Luz, encarregado pelo governo federal de assumir sua direção, após a encampação:

“Linha sem dormentes desde Bauru até Porto Esperança; trilhos fraquíssimos e em extremo gasto no trecho da antiga Bauru-Itapura; estações quase todas provisórias, de madeira já apodrecida, sem área para abrigar as mercadorias desembarcadas ou a embarcar; material de tração e de transporte insuficiente e em mau estado de conservação; falta de oficinas e abrigos para o material rodante; ausência da ponte sobre o Rio Paraná, determinando o estrangulamento do tráfego entre São Paulo e Mato Grosso; pontes provisórias sobre inúmeras travessias, em muitas das quais os trilhos são lançados sobre simples fogueiras de dormentes” (Introdução ao Relatório da Companhia de Estradas de Ferro do Noroeste do Brasil, 1922, apud, GHIRARDELLO, 2001, p. 65).

¹⁹⁶ Lei nº 10.410, de 28/10/1971, do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/>.

¹⁹⁷ Como bem observaria GHIRARDELLO (2001): *“As ‘encampações’ não eram novidade no Sistema Ferroviário Nacional; aliás, eram regra”* (2001, p. 63).

Se as grandes ferrovias estariam sob tais condições, o estado das menores somente poderia ser de insolvência. A necessidade de se aproximarem das ferrovias, levaria inúmeros fazendeiros a investirem em pequenos ramais que conectariam suas propriedades às linhas-tronco, pertencentes às grandes companhias ferroviárias. A Itatibense, criada em 1888, possuiria 14 Km de trilhos¹⁹⁸; a ferrovia Companhia Agrícola Fazenda Dumont, possuiria 60 Km de trilhos; a Ramal Férreo Rio Pardo, possuiria 40 Km; e a Ramal Férreo Santa Rita, 48 Km. Em sua grande maioria, tais ferrovias foram absorvidas pelas empresas proprietárias das linhas tronco, devido aos custos operacionais ascendentes, que dificultariam sua manutenção pelos proprietários originais. No entanto, houveram casos registrados de pequenas ferrovias que chegariam a ser desconstruídas, como fora a ferrovia Oeste de São Paulo (localizada em Jabuticabal) (MATOS, 1981), que tivera seus 10 Km de trilhos removidos, em 1930, devido a insolvência dos seus proprietários (1981, p.138).

SAES (1981) observaria que, mesmo operando sob tarifas deficitárias, as ferrovias paulistas se tornariam um custo com o qual o setor agroexportador teria dificuldades em lidar: ***“mesmo antes de 1929, a economia paulista já arcava com um ônus bastante grande – representado pelos altos custos de transporte – porque o sistema de transporte fora construído em função do produto de exportação”*** (SAES, 1981, p. 34). O custo dos fretes refletiria, além dos preços dos importados, necessários à reposição e manutenção do material ferroviário, a necessidade de ter que cobrir os gastos com a operação da ferrovia durante o período em que o volume de carga escassearia (entressafras). O café, ou mesmo o algodão, produtos cujos volumes de carga se mostrariam mais significativos, seriam produzidos em uma única safra, ao longo do ano. Se tomarmos, a exemplo, a Paulista, até 1910 o café respondera por uma média entre 40% a 50% de toda a carga transportada por essa ferrovia (GRANDI, 2013, p. 99). As receitas, advindas do transporte de café, corresponderiam, em média, a 40 % das receitas totais da empresa, durante os anos 1890 e 1930¹⁹⁹. Sendo assim, devido a importância do café no volume de cargas transportadas, como também, devido a concentração desse volume no momento das colheitas, os preços dos fretes do café deveriam ser elevados acima dos demais produtos, cujo o volume de cargas seria menos significativo (tabela 4), a fim de compensar as perdas com a ociosidade da ferrovia nas entressafras.

¹⁹⁸ Os dados sobre as pequenas ferrovias encontram-se em MATOS, 1981, p. 108-116.

¹⁹⁹ Cálculo realizado a partir dos dados fornecidos por GRANDI, 2013, p. 99

Tabela 4 – Preços dos fretes cobrados pelas ferrovias paulistas.
(Anos de 1884, 1894, 1900 e 1936)

Produto/Tonelagem	Valor/ano			
	1884	1894	1900	1936**
Café por Tonelada/Km	\$ 206*	\$ 206	\$ 288	\$ 444
Gêneros Alimentícios por Tonelada/Km	\$ 075	\$ 075	\$ 075	\$ 213
Sal por Tonelada/Km	\$ 075	\$ 100	\$ 173	\$ 308
Madeira por Tonelada/Km	\$ 048	\$ 048	\$ 067	\$ 133

Fonte: SAES, 1981, p. 122

*Valores em Réis.

**Os dados referentes à 1936, se constituem em preços médios, calculados a partir dos preços individuais cobrados pelas empresas, Paulista, Mogiana e Sorocabana.

O café deveria, assim, garantir a remuneração do capital ferroviário no momento das safras, pois as oportunidades de ganho minguariam ao longo do ano. Com a decadência da cafeicultura e com o agravamento da crise do agrário, a reprodução do capital ferroviário se tornaria crítico²⁰⁰. Um dos índices que nos permitem verificar o agravamento da crise ferroviária paulista seria o “coeficiente de tráfego”, utilizado para se estabelecer uma relação entre as despesas e receitas geradas na atividade de transporte ferroviário: *“O Coeficiente de Tráfego, índice desde cedo usado pelas ferrovias, apresenta a razão entre a Despesa e a Receita derivadas exclusivamente das operações de transporte”* (SAES, 1981, p. 145). Sendo assim, se o coeficiente de tráfego seria de, por exemplo, 40%, isso significaria que os custos corresponderiam a 40% do valor cobrado pelo transporte e, conseqüentemente, os ganhos seriam de 60%. Tomemos, através da tabela 5, alguns resultados, como exemplo.

²⁰⁰ Não por acaso, a Paulista se envolveria, a partir da década de 1930, em empreendimentos de colonização (nos aprofundaremos, mais adiante, nessa questão), a fim de buscar, nas novas terras abertas à agricultura, a remuneração necessária à reposição do seu capital. Com custos ascendentes e as restrições que o próprio agrário imporia ao aumento tarifário, a Paulista buscava gerar mais fretes por meio de um aumento da demanda, gerada pela colonização de novas áreas do Estado de São Paulo. Se buscava compensar a perda dos ganhos pelo aumento da carga transportada.

Tabela 5- Coeficiente de Tráfego das quatro maiores companhias ferroviárias paulistas (Anos de 1915, 1930 e 1945).

Companhia/Ano	1915	1930	1945
Sorocabana	70%	75%	91%
Paulista	53%	67%	83%
Noroeste	132%	119%	94%
Mogiana	78%	73%	93%

Fonte: Estatísticas das Estradas de Ferro da União e Fiscalizadas pela União, referente ao ano de 1915; Estatísticas das Estradas de Ferro do Brasil, referentes aos anos de 1930 e 1945.

Antes de avançarmos nas conclusões a respeito da condição econômica das ferrovias paulistas, exposta pelo quadro acima, se faz necessário apontar o caráter peculiar da Noroeste. Ao contrário das demais ferrovias, a Noroeste não se enquadraria no paradigma apontado por MONBEIG (1984, p. 347-348)²⁰¹, onde as ferrovias avançariam à medida que novas áreas, abertas a agricultura (ou colonizadas), se tornariam plenamente produtivas. A ferrovia Noroeste, apesar de se constituir em um empreendimento privado, se inseriria nos projetos de colonização, promovidos pelo governo brasileiro, e que buscariam ocupar áreas desabitadas do oeste do país, localizadas para além do Rio Paraná (MATOS, 1981) (GHIRARDELLO, 2001)²⁰². Sua construção fora marcada por enormes dificuldades, como a presença de moléstias, que vitimariam grande número de trabalhadores, e a hostilidade de tribos indígenas contatadas durante o avanço do leito ferroviário (MATOS, 1981, p. 131). Atravessando áreas completamente desabitadas, a Noroeste tornar-se-ia uma ferrovia extremamente deficitária, mas como fora destinada a fins outros, fora mantida, mesmo diante de sua condição crítica que excedia a das demais ferrovias.

²⁰¹ O Próprio MONBEIG (1984) reconheceria a exceção na qual se constituiria a Noroeste: ***“os trilhos da Noroeste foram apressadamente assentados até o Mato Grosso”*** (1984, p. 349)

²⁰² Como incentivo, o governo brasileiro oferecera aos empreendedores da Noroeste, as seguintes vantagens: isenção de impostos nas importações de materiais que se fizessem necessários à construção da ferrovia; direito de desapropriação de terras às margens do leito ferroviário; pagamento, à empresa, de 6% de juros ao ano, sobre a quantia máxima de 30 000\$000 mil réis, gastos por quilometro de ferrovia instalado (MATOS, 1981, p. 130). Em troca os empreendedores se comprometeriam: a instalar uma linha telegráfica, acompanhando o traçado dos trilhos; lotear terras ao longo da ferrovia, vendendo os lotes (a preços acessíveis) a pequenos agricultores; e fornecer assistência técnica aos novos proprietários de terras (Idem, ibidem).

Mas, retornando ao problema que atingiria a totalidade das ferrovias paulistas, o que se observaria seria a redução nos ganhos em proporção inversa aos custos. O problema ocorreria, mesmo, com o aumento da carga transportada (tabela 6), o que nos levaria a concluir que a crise do setor agroexportador se refletiria, diretamente, sobre as receitas das companhias ferroviárias: *“o peso desse declínio da rentabilidade das ferrovias se faz sentir, pois parcelas cada vez maiores da receita eram absorvidas pelas despesas necessárias à própria operação”* (SAES, 1981, p. 146).

Tabela 6 - Transporte de carga, em toneladas, executado pelas quatro maiores companhias ferroviárias paulistas. (Anos de 1915, 1930, 1945)

Companhia/Ano	1915	1930	1945
Sorocabana	202 197	1 909 842	3 601 008
Paulista	655 082	*	3 689 340
Noroeste	35 568	293 918	714 035
Mogiana	252 000	1 332 720	1 101 405

Fonte: Fonte: Estatísticas das Estradas de Ferro da União e Fiscalizadas pela União, referente ao ano de 1915; Estatísticas das Estradas de Ferro do Brasil, referentes aos anos de 1930 e 1945.

*Não há dados referentes a Paulistas, no ano de 1930.

SAES (1981), demonstraria que, com o passar dos anos, a operação das ferrovias paulistas se tornaria, cada vez mais, dependente de empréstimos obtidos no exterior que, assim, equilibrariam a ascensão dos custos em relação aos ganhos (1981, p.166). O problema se agravaria à medida que ocorreriam seguidas desvalorizações cambiais²⁰³, enquanto a dependência das importações, por parte das ferrovias, não sofreria qualquer redução. Segundo dados das “Estatísticas das Estradas de Ferro da União e Fiscalizadas pela União”, do ano 1915 (op. cit), das 1 794 locomotivas em operação no Brasil, apenas 140 teriam origem nacional, enquanto 1117 seriam oriundas dos Estados Unidos da América). Dos 22 022 vagões em operação, apenas 3951 foram fabricados localmente. O carvão seria importado, quase em sua totalidade, e um aumento nos preços internacionais, na década de 1920, viria a causar tamanho impacto sobre os custos do transporte ferroviário brasileiro, que várias companhias ferroviárias se veriam obrigadas a utilizar

²⁰³ HOLLOWAY (1984), nos forneceria uma longa série de taxas cambiais anuais, que revelariam a depreciação da moeda nacional em relação ao equivalente geral mundial. Reproduziremos algumas delas a fim de expor o problema. Em 1890, mil-réis seriam trocados por 0,45 dólares; em 1900 a troca se daria na base de mil-réis por 0,19 dólares; em 1910, por 0,33 dólares; em 1920, por 0,21 dólares; em 1930 por 0,11 dólares; e, em 1940, por 0,06 dólares (HOLLOWAY, 1984, p. 268).

lenha como combustível (SAES, 1981, p.133). A dependência do carvão importado, levaria algumas empresas ferroviárias a incorrerem em maiores endividamentos, buscando contornar o problema por meio da eletrificação das linhas, como o fizera a Paulistas, em 1922, ao eletrificar o trecho Jundiaí-Campinas e, posteriormente, em 1928, a linha Rio Claro-Rincão (GRANDI, 2013, p. 150)²⁰⁴. O endividamento se tornaria, assim, o modo pelo qual as companhias ferroviárias se reproduziriam, sendo o problema sintetizado por SAES (1981) nos seguintes termos:

“...de início, os cafeicultores subscrevem as ações e fornecem o capital para construir tais linhas. No entanto, este processo não se repete nas duas últimas décadas do século XIX. Dessa época em diante, as empresas têm que lançar mão de empréstimos, principalmente no exterior. E o encargo da dívida (juros e amortizações), em moeda estrangeira, agrava-se para as ferrovias cada vez que a moeda nacional é desvalorizada. Esse problema emerge na década de 1890 e se repete em todo o período posterior. Nos anos trinta, porém, seu efeito é tão sério que a Paulista e a Mogiana suspendem, por alguns anos, o pagamento do serviço da dívida. Para a Mogiana, esse encargo acaba por dizimar a renda líquida (já reduzida pela crise): na década de trinta essa empresa não consegue distribuir dividendos aos seus acionistas” (1981, p. 185-186)

O problema se agravaria nas décadas de 1940 e 1950, o que se revelaria nos dados fornecidos por GRANDI (2013, p. 145), referentes ao coeficiente de tráfego das quatro maiores companhias ferroviárias paulistas, no ano de 1951 (tabela 7).

²⁰⁴ Segundo SAES (1981) a eletrificação citada fora realizada por meio de um empréstimo, no valor 4 milhões de dólares, obtido em 1922, nos Estados Unidos da América. Em 1940, passados quase vinte anos, restariam, ainda, 2,5 milhões de dólares a serem amortizados (1981, p 134)

Tabela 7- Receitas, Despesas e Coeficiente de Tráfego das quatro maiores ferrovias paulistas, no ano de 1951.

Companhia	Receitas	Despesas	Coeficiente de Tráfego
Paulista	581.268.661	490.884.487	84,4
Sorocabana	763.519.908	809.333.284	106,0
Mogiana	238.950.290	211.916.474	88,7
Noroeste	156.870.453	227.517.573	145,0

Fonte: GRANDI, 2013

Observação: Valores em Cruzeiros.

Segundo os dados da tabela acima, no início dos anos cinquenta do século XX, a Sorocabana se tornaria deficitária (condição que marcara a Noroeste desde sua criação), enquanto a Paulista e a Mogiana se aproximariam da mesma situação. O relatório da MISSÃO COOKE (1949), remetido ao presidente dos Estados Unidos da América em 1942, a fim de apontar os impeditivos aos investimentos norte-americanos no Brasil, demonstraria os expedientes que as companhias ferroviárias brasileiras utilizariam para reduzir os custos ascendentes que lhes comprometeriam a reposição de seu capital:

“Muitos artigos volumosos e pequenos agora estão sendo produzidos ou melhorados no Brasil, utilizando-se sucata. Trilhos de aço das locomotivas e rodas de carros estão sendo recondicionadas para milhas adicionais de serviço (...). Improvisam-se mancais e parafusos com eixos condenados e materiais rodantes similares (...) Algumas ferrovias já instalaram um departamento independente para o recebimento e classificação de todo o tipo de sucata que deve ser examinada para utilização antes de produzido novo material” (COOKE, 1949, p. 28-29)

Obviamente que a Missão Cooke, ao analisar o problema ferroviário brasileiro, não possuiria, como objetivo, a benemerência, e sim obter condições mínimas para que os capitais norte-americanos encontrassem, no âmbito de nossa economia, a remuneração necessária à sua valorização. Os estudos realizados visariam reduzir o tempo de circulação das mercadorias, oferecendo maior capacidade de transporte as ferrovias brasileiras e, assim, viabilizar a adequação, dessas, ao tempo social médio mundial,

definido pela produtividade do capital norte-americano. Isso se punha de forma imperativa à realização de inversões no Brasil, pois somente com o aumento da capacidade de carga e a redução no tempo dos deslocamentos, o custo do transporte não se tornaria uma ameaça à remuneração dos capitais norte-americanos. Isso se evidenciaria nos comentários existentes na página 132 do citado relatório, onde estaria a seguinte observação:

“O tempo sempre foi um fator na elaboração do custo total de qualquer artigo de comercio, desde sua fonte de origem até o último consumidor. As repetidas manobras exigidas pelo transporte por via férrea, navio ou embarcações fluviais aumentam muito o preço da carga, bem como o custo primitivo e, por consequência, quanto maiores os volumes maiores as despesas” (COOKE, 1949, p. 132)

Os problemas, envolvendo os transportes no Brasil, voltariam a ser tratados pelos representantes do capital norte-americano, na década de 1950, por meio de estudos e projetos, destinados à modernização brasileira, desenvolvidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU). A contrário da Missão Cooke, que se resumira a estudos e análises, a CMBEU traria resultados efetivos. Os projetos da CMBEU viriam acompanhados da oferta de financiamento, intermediado pelo governo dos Estados Unidos da América que, sob a mesma intencionalidade manifesta na demais missões técnicas, enviadas ao Brasil (Missões Cooke e Abbink), estaria em busca de colocação para capitais malparados que teriam encontrado limites à sua reprodução, na enorme produtividade da indústria norte-americana. Os efeitos diretos dos projetos desenvolvidos pela CMBEU, sobre as ferrovias brasileiras, constariam do relatório do “Grupo de Trabalho da Indústria do Material Ferroviário do Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República” (Documento 30), de 1959²⁰⁵, que daria conta de que um empréstimo de 100 milhões de dólares, destinados à modernização das ferrovias brasileiras, fora obtido junto ao Eximbank, sendo que 17 milhões teriam sido destinados às ferrovias paulistas (1959, p. 15). O mesmo documento apontaria, dentre as

²⁰⁵ O citado relatório receberia o título de “Material Ferroviário – Documento 30”, e seria publicado, em 1959, pelo “Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República”. O relatório visaria demonstrar os resultados do processo de modernização das ferrovias brasileiras, como também, elencar os objetivos não alcançados.

prioridades alçadas pelo projeto de modernização das ferrovias, a “dieselização” (uso do diesel como combustível), de toda a rede ferroviária nacional (1959, p. 20)²⁰⁶. Acompanhando a chamada “dieselização”, viria a necessidade de modificações nas bitolas, abandonando-se as bitolas métricas e adotando-se as bitolas largas, de 1,6 metros. As recomendações realizadas nesse sentido, pela CMBEU, e que, segundo o citado relatório, estariam sendo cumpridas no ano de sua publicação, envolveriam a troca das seguintes metragens de trilhos nas ferrovias paulistas: Noroeste – 574 Km, Mogiana - 840 Km, Paulista – 520 Km, Sorocabana – 700 Km (1959, p. 40). Dentre as companhias ferroviárias paulistas, apenas a Paulista e a Noroeste foram contempladas diretamente pelos empréstimos concedidos pela intermediação da CMBEU, enquanto a Sorocabana e a Mogiana seriam atendidas por empréstimos obtidos junto ao BNDE. A Paulista seria a companhia a receber os maiores investimentos. Os valores obtidos pela Paulista, via CMBEU, e somados a um empréstimo de US\$ 7 373 085, concedido em 1951, por intermédio, também, do governo norte-americano, alcançariam US\$ 28 000 000 em 1953 (GRANDI 2013, p. 165). Os empréstimos permitiriam a aquisição de 15 locomotivas elétricas e 42 locomotivas híbridas (diesel-elétricas), todas compradas no mercado norte-americano, como preveria o contrato (GRANDI, 2013, p. 165 -169). A esses empréstimos se somaria um novo compromisso, assumido em 1957, no valor de “*US\$ 12 800 000, que se destinaria à aquisição, dentre outros equipamentos, de 38 locomotivas diesel-elétricas, 644 toneladas de lingotes de cobre e 26.350 toneladas métricas de trilhos*” (GRANDI, 2013, p. 168-169). Chama a atenção que tais empréstimos tenham sido concedidos a empresas, cujas finanças, não recomendariam tal concessão, porém, como fora argumentado anteriormente, a irracionalidade periférica somente pode ser explicada em sua relação simultânea com a racionalidade do capital, expressa pelos países centrais. Para que a racionalidade-irracional do processo de valorização continuasse a se efetivar, se faria necessário que a acumulação ocorresse nas economias industriais e que, simultaneamente, a crise de acumulação fosse reproduzida na periferia. Por outro lado, essa racionalidade-irracional se evanesceria à medida que a crise fosse distribuída, socialmente, pela estatização das ferrovias paulistas, encampadas, em sua totalidade,

²⁰⁶ As vantagens do uso da tração elétrica ou a diesel, em relação ao vapor, se tornam evidentes quando se analisa os custos gerados pelo uso de cada tipo de locomotiva. Na década de 1950, o custo médio do transporte de 1000 toneladas, por quilometro, seria (em cruzeiros) de: CR\$ 5,35 com a tração elétrica; CR\$ 8, 8 com a tração diesel; e CR\$ 50,6 com tração a vapor*.

*Médias calculadas a partir dos dados fornecidos por GRANDI, 2013, p. 151.

pelas esferas de governo federal e estadual ²⁰⁷. Tomando como exemplo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, essa possuiria, no momento de sua desapropriação pelo Governo do Estado de São Paulo (em 1961), uma dívida de US\$ 14 878 940 que deveria ser saldada até 1968 (GRANDI, 2013, p. 169). Restaria, assim, à sociedade brasileira, as dívidas resultantes da modernização de um aparato de transporte ferroviário que, em poucos anos, estaria completamente sucateado.

Mas antes de concluirmos o presente tópico, se faz necessário realizarmos algumas considerações em relação ao processo de sucateamento que se seguiria as estatizações das ferrovias paulistas. No nosso entender, o sucateamento não poderia ser explicado como se o abandono do modal ferroviário, “a bem” do transporte rodoviário, resultasse, simplesmente, da ingerência estatal que optara por eliminar o capital ferroviário como forma de promover a indústria automobilística. Consideramos que tal sucateamento se encontraria anunciado na crise do agrário e nos limites que essa crise impunha à remuneração dos capitais ferroviários. CIPOLLARI (1968) observaria que, na década de 1960 do século XX, as ferrovias brasileiras se encontrariam em tal estado de insolvência, que somente a eliminação de parte considerável da malha, permitiria o aproveitamento de algumas ferrovias mais rentáveis (1968, p.154-155). Segundo ele, a constituição das ferrovias brasileiras, voltadas para o transporte específico de certas mercadorias (café, por exemplo) tornaria o transporte rodoviário menos custoso em relação ao ferroviário (1968, p. 128-144). O autor apontaria que a infraestrutura ferroviária aumentaria os custos dos transportes, pois se faria necessário um grande número de funcionários, empregados em estações, galpões, na manutenção das linhas, entre outras atividades. A ferrovia exigiria manutenção constante que deveria ser custeada, exclusivamente, pela companhia ferroviária, mesmo nos momentos de ociosidade (CIPOLLARI, 1968, Idem). Por outro lado, o transporte rodoviário ofereceria as seguintes vantagens: permitiria o

²⁰⁷ Com demonstrado anteriormente, a ferrovia Noroeste fora encampada pelo governo federal em 1917. A última ferrovia paulista a ser estatizada fora a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Com a desapropriação da “Paulista”, que se daria pelo decreto nº 38 548, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 2 de junho de 1961, não restaria qualquer ferrovia privada operando em São Paulo. Em 1971, a Paulista, a Mogiana (que havia sido encampada em 1952), e a Sorocabana, entre outras ferrovias menores remanescentes, seriam reunidas para formarem a Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA): **“A exploração, a manutenção e a expansão do sistema constituído pelas linhas férreas que integram a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Sorocabana S. A., a Estrada de Ferro Araraquara S. A, e a Estrada de Ferro São Paulo-Minas S. A. serão atribuídas, mediante a unificação, nos termos do Decreto-lei federal n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, à FEPASA - Ferrovia Paulista S. A....”** (Lei nº 10 040 de 28 de outubro de 1971) *.

*Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1971/lei-10410-28.10.1971.html>

compartilhamento dos custos com os demais usuários das vias; não requereria o grande número de trabalhadores, a serviço das ferrovias; o emprego dos meios poderia se dar de forma fracionada, sendo os veículos mobilizados à medida da demanda. Não é nossa intenção apontar uma saída racional para o problema ferroviário, mas apenas demonstrar que o sucateamento das ferrovias paulistas não poderia ser explicado, apenas, pela opção por um dado modal de transporte, no caso o rodoviário, ainda que seja inegável a preponderância, no Brasil, do capital industrial automobilístico, após os anos cinquenta do século XX. Os investimentos, realizados na melhoria da capacidade de transporte ferroviário, foram necessários às inversões do capital norte-americano, no entanto, as dívidas que permitiriam tais melhorias, se tornariam impagáveis, o que agravaria a condição crítica das ferrovias. A concorrência do transporte rodoviário maximizaria o problema, no entanto, a crise acompanhara o setor de transporte ferroviário paulista, desde o momento de sua constituição, no século XIX. Nesse sentido, a concorrência do transporte rodoviário, em um momento em que as ferrovias se encontrariam em estado de insolvência, impediria, de forma definitiva, que o capital ferroviário se reproduzisse, mesmo que criticamente. Sendo assim, o sucateamento resultaria da racionalidade-irracional que movera o desenvolvimento do transporte ferroviário nacional, realizado a reboque de um setor agroexportador em crise.

Mapa 1 - População e ferrovias em São Paulo, no ano de 1900 **Mapa 2 - População e ferrovias em São Paulo, no ano de 1920**

Mapa 3 - População e ferrovias em São Paulo, no ano de 1940

Capítulo 4 - Colonização e crise.

4.1- A colonização como momento da modernização brasileira.

O fim da chamada “Primeira República” (1889-1930), coincidiria com o colapso do setor agroexportador nacional que, diante da impossibilidade de sua manutenção pelo endividamento público, tornar-se-ia incapaz de solver, mesmo que criticamente, as trocas com as economias industriais²⁰⁸. A deslegitimação do exercício do poder, até então, delegado às oligarquias ligadas à produção primário-exportadora, em especial o café, resultaria da impossibilidade de se repor, por meio do setor agroexportador nacional, o nexos social geral pela mercadoria. A incapacidade de acumulação no agrário tornar-se-ia evidente, à medida que os efeitos da crise de 1929, remontariam sobre a economia nacional. O endividamento, o problema cambial e a inflação permanente, refletiriam a enorme disparidade produtiva entre as economias agroexportadoras e as economias industriais centrais. Simultaneamente, o capital norte-americano atingiria níveis de produtividade que exigiriam a conversão de amplas áreas do globo em mercado para a circulação de capitais excedentes. Em meio as contradições que se revelariam pelo recrudescimento da crise, os indivíduos buscariam se desembaraçar da irracionalidade que fundamentaria suas relações sociais, encontrando no fetichismo a aparente racionalidade que o processo de valorização estaria a lhes negar. O chamado, “nacional desenvolvimentismo” (BIELSCHOSWSKY, 2012) surgiria do fetichismo que, como forma de consciência racionalizante, coisifica as relações sociais como condição para a reposição do processo de valorização, ou seja, essas (as relações sociais) são tomadas como se fossem as próprias coisas que as mediam. Nesse sentido, a materialidade do capital se apoderaria do pensar e se poria como se, de forma absoluta, pudesse reverter a acumulação em favor da periferia, passando ao largo do caráter social do processo de reprodução do capital no qual, acumulação e crise de acumulação, seriam momentos simultâneos, portanto, necessários, à reposição da totalidade social pela mercadoria. A materialidade da mercadoria “brilharia sobre o nervo ótico”, como diria MARX (1988), ofuscando o conjunto de relações sociais que constituem a divisão internacional do

²⁰⁸ Marcos Costa LIMA, em seu artigo “A Assessoria Econômica do segundo governo Vargas e a construção do Estado brasileiro moderno” (2013), observaria que: ***“É consenso que a revolução de 1930 foi estabelecida como o sentido maior de acabar com o predomínio das oligarquias estaduais que pontuavam na República dos Governadores. O que chamamos na historiografia de República Velha tem a ver com a inserção do país como exportador de matérias-primas, em uma economia vulnerável, de um ou dois produtos principais de exportação. A crise de 1929 converge para a superação política desse status quo”*** (2013, p.178)

trabalho na qual a acumulação somente se processaria mediante a espoliação de amplos contingentes de indivíduos, aos quais fora legado a função de produzir o valor que as economias centrais, ao eliminar constantemente o trabalho vivo da composição dos seus capitais, não seriam capazes de gerar. Sendo assim, não faria sentido discutir-se os problemas que atingiriam países periféricos, como o Brasil, a partir de um viés nacionalista, e, muito menos, realizar uma crítica moral a tal “estado de coisas”, pois, havendo uma relação de necessidade entre centro e periferia, somente nessa relação mesma se encontraria a explicação para as disparidades existentes entre realidades consideradas desenvolvidas e aquelas denominadas subdesenvolvidas. Se a miséria faria sofrer um grande número de indivíduos, não se poderia perder de vista o caráter lógico do processo de espoliação que geraria tal estado de miserabilidade. Destituídas do véu de moralidade que as recobririam, categorias como riqueza e miséria serviriam, apenas, para reafirmarem a ausência de sujeitos em nossa sociedade, permitindo se considerar que nosso processo social de reprodução, ao fim e ao cabo, se encaminharia de forma indiferente à sorte dos indivíduos.

Nesse sentido, o “desenvolvimentismo”, como forma de consciência racionalizante, surgiria do vislumbre de soluções que permitissem a superação do suposto atraso periférico, solução essa que passariam pela internalização da indústria dos países desenvolvidos. Havendo terra e trabalho, nos faltaria o capital, na sua forma industrial, para que a tríade - terra, capital e trabalho - se fechasse e, assim, gerasse a acumulação que nos legaria condições semelhantes àsquelas observadas nos países industriais²⁰⁹. Octávio RODRIGUEZ (1981), ao analisar o pensamento desenvolvimentista sintetizaria da seguinte forma os seus pressupostos basilares:

“A estrutura produtiva da periferia permanece atrasada. A persistência desse atraso impede que ela gere progresso técnico e o incorpore à produção na mesma medida que o centro. Essa disparidade serve de fundamento ao postulado, de acordo com o qual, a produtividade do trabalho cresce menos no setor primário-exportador da periferia do que na indústria

²⁰⁹ O fechamento da citada tríade, como forma fetichista de superação da condição periférica, sintetizaria a crítica à Economia Política do Desenvolvimento, presente na obra de Anselmo ALFREDO, “Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço”, 2013.

cêntrica, e o seu aumento médio tende, também, a ser menor no primeiro tipo de economia” (1981, p. 235).

Pelo exposto, observa-se que o pensamento desenvolvimentista se fundamentaria no pressuposto de que o capital possuiria uma forma absolutamente racional, sendo essa a indústria dos países centrais e seu *“progreso técnico”*. Sendo assim, as condições observadas nos países considerados atrasados somente seriam superadas mediante a adoção de meios técnicos de produção, existentes nas economias centrais. Raul Prebisch, teórico e incentivador do pensamento desenvolvimentista, ao lançar o seu manifesto de criação da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL – defenderia que a superação das realidades periféricas passaria pelo acesso às tecnologias que permitissem o aumento da produtividade. Vejamos o que nos diria PREBISH em: “El desarrollo de La América latina y alguns de sus principales problemas” (2012):

“Si por colectividad sólo se entiende el conjunto de los grandes países industriales, es bien cierto que el fruto del progreso técnico²¹⁰ se distribuye gradualmente entre todos los grupos y clases sociales. Pero si el concepto de colectividad también se extiende a la periferia de la economía mundial, aquella generalización lleva en sí un grave error. Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países. De ahí las diferencias, tan acentuadas, en los niveles de vida de las masas de éstos y de aquélla, y las notorias discrepancias entre sus respectivas fuerzas de capitalización, puesto que el margen de ahorro depende primordialmente del aumento en la productividad” (2012, p. 6)

A busca pela participação no “progreso técnico” dos países centrais, produziria toda uma ideologia desenvolvimentista compartilhada, “mutatis mutandis”, pelas mais variadas correntes de pensamento que, no Brasil, teriam, na busca pelo desenvolvimento

²¹⁰O grifo é nosso.

nacional, o seu ponto de intersecção. Comunistas, liberais, fascistas, e toda sorte de ideologias foram perpassadas pelo projeto do nacional-desenvolvimentismo²¹¹. Por outro lado, a simultaneidade entre acumulação e crise, imbricaria o pensamento desenvolvimentista nacional, à necessidade de expansão do capital em geral e, em especial, com a expansão do capital norte-americano. A ideologia desenvolvimentista estaria assim a revelar uma mesma forma de consciência²¹² que apareceria cindida em diversas visões de mundo (comunismo, fascismo, etc.).

O primeiro governo Vargas (1930-1945), marcaria os esforços iniciais e decisivos para que o processo de modernização brasileiro se adequasse às necessidades de expansão do capital, em sua totalidade. Sob justificativa de que o desenvolvimento urbano-industrial nos permitiria superar o chamado “atraso”, personificado pelas oligarquias agrárias, apeadas do poder, Vargas capitanearia os esforços a fim de criar condições para a internalização de capitais industriais que, após a grande crise de 1929, buscariam colocação em realidades periféricas. Como observaria LEOPOLDI (2007):

“No período de 1930-1945 o governo Vargas tratou de três importantes questões – petróleo, siderurgia e energia elétrica – porque entendia como cruciais para o salto de desenvolvimento industrial que viria após a crise internacional e o término das reformas institucionais necessárias ao novo Estado e à sua relação com o mercado” (2007, p. 252)²¹³

No entanto, o principal setor produtivo nacional continuaria sendo o agroexportador, o que tornaria sua manutenção necessária, para que os projetos desenvolvimentistas fossem levados adiante. O sentido contraditório da modernização

²¹¹ Sobre as diferentes vertentes do pensamento desenvolvimentista, verificar, BIELSCHOSWSKY, 2012.

²¹² Ao prefaciar a edição de “Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira” (SIMONSEN e GUDIN, 2010), que registraria a íntegra do debate entre Roberto Simonsem e Eugênio Gudin, economistas que buscariam introduzir, cada qual, suas concepções sobre o modelo de desenvolvimento que se adequaria à realidade nacional, Carlos Von DOELLINGER* (2010), observaria que: ***“As discussões travadas na época, sobre os grandes rumos da economia brasileira, refletiam também as divergências quanto aos próprios destinos da economia mundial”*** (2010, p. 21).

*Economista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

²¹³ Apenas a Companhia Siderúrgica Nacional seria criada no primeiro governo Vargas, ainda assim, mediante empréstimos obtidos junto ao governo norte-americano (LEOPOLDI, 2007, p. 258). A Petrobras fora criada em 1953 (durante o segundo governo Vargas) (LEOPOLDI, 2007), por meio recursos oriundos de taxações sobre produtos (2007, p. 253), e o setor elétrico receberia investimentos significativos, somente após a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) (LOPES, 2009, p. 111-118)

brasileira se anunciaria. Para que se alcançasse a almejada superação do “atraso”, cuja causa seria identificada no predomínio do agrário na economia nacional, seria necessário ampliar o setor agroexportador, a fim de que esse gerasse o valor suficiente à manutenção das trocas internacionais e a remuneração dos investimentos destinados à modernização nacional. Projetos capitaneados pelo Estado, como a criação do Conselho de Imigração e Colonização, no ano 1938, e a parceria entre o governo federal e os governos estaduais, firmada em 1943, para a formação das chamadas Colônias Agrícolas Nacionais (COSTA, 1999, p. 81-82), expressariam a necessidade premente de se expandir o agrário, como também, de se promover a diversificação da produção, a fim de reduzir a dependência em relação ao café²¹⁴, que ocuparia significativa parte da pauta de exportações. No Estado de São Paulo, tais iniciativas seriam marcadas pela criação de núcleos oficiais de colonização²¹⁵, onde a diversificação do plantio buscaria, também, apresentar uma alternativa à cafeicultura. COSTA (2007), apontaria o cultivo do algodão como a principal produção substitutiva ao café, estando esse inserido em um plano de expansão de relações comerciais que buscariam ampliar os destinos das exportações nacionais, contribuindo, inclusive, para uma aproximação entre o governo Vargas e a, então, Alemanha Nazista (2007, p. 132). MONBEIG (1984), por sua vez, observaria que o algodão permitiria a rápida ocupação de novas áreas destinadas à colonização e à expansão do agrário: ***“A vantagem do algodão sobre o café é que não imobiliza nem exige capital e que produz em alguns meses”*** (MONBEIG, 1984, p. 283).

Não menos expressiva, quanto à premência de se expandir o agrário, seria o

²¹⁴ Em seu primeiro discurso*, após a ascensão do governo provisório, em 1930, Vargas apontaria, dentre as 17 ***“ideias centrais”*** (1930, p. 18) que balizariam as ações do novo governo, o objetivo de ***“intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis”*** (Idem, p. 19), como também, ***“promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade”*** (Idem, p. 20).

* ***“Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Varga por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República, em 3 de novembro de 1930”***. Disponível no site da Biblioteca da Presidência da República: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos>.

²¹⁵ MARTINS (1973), apontaria que os núcleos oficiais de colonização se constituiriam em instrumentos de colonização, utilizado em São Paulo, desde a passagem do século XIX para XX, sendo, inclusive, criados nas imediações da capital (1973, p. 72). Ainda, segundo o autor, tais colônias visariam o fornecimento de gêneros alimentícios à população crescente da capital paulista (1973, idem). Segundo COSTA (2007), a criação de colônias oficiais no Estado de São Paulo, seriam destinadas à ocupação de áreas incapazes de despertar o interesse da iniciativa privada. Seriam exemplos dessa iniciativa, as colônias surgidas no Vale do Ribeira, como também o Núcleo Colonial Barão de Antonina (Itaporanga) (2007, p. 123). O regime de disciplinamento, com características militares (COSTA, 1999), revelariam a necessidade do uso da coerção para que os indivíduos se fixassem nessas colônias.

conjunto de leis produzidas, referentes à entrada de imigrantes no Brasil e a mobilização da força de trabalho para a agricultura. Entre os anos de 1934 e 1941, 4 Decretos²¹⁶ e 7 Decretos-Lei²¹⁷, foram editados com o intuito de condicionar a entrada de imigrantes no Brasil, ao seu assentamento no agrário, como também destinar migrantes nacionais à novas áreas abertas à agricultura. Vejamos alguns exemplos.

O Decreto nº 19482, de 12 de dezembro de 1930, em seu artigo 4º determina que: *“Todos os desempregados, nacionais e estrangeiros, deverão apresentar-se nas delegacias de recenseamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e, na falta destas, nas delegacias de polícia, fazendo declarações acerca de sua identidade, profissão e residência, afim de serem tomadas as medidas convenientes sobre sua ocupação, **principalmente em serviços agrícolas**”*²¹⁸ (ANEXO 1). O mesmo decreto da conta que os desempregados que não se apresentarem às autoridades citadas no artigo 4º *“ficam sujeitos a processo por vadiagem, nos termos das leis penais em vigor”* (Idem). Se observa o uso da coerção para que o agrário obtenha a força de trabalho necessária à sua expansão. O citado decreto trata, ainda, dos benefícios que serão oferecidos aos assentados em núcleos coloniais oficiais:

- *Alimentação gratuita, durante os três primeiros dias de chegada ao núcleo.*
- *Trabalhos e salário, ou empreitada, em obras ou serviços do núcleo, fazendo-se a distribuição dos serviços de sorte que a cada adulto de uma família correspondam, pouco mais ou menos, a juízo da administração, quinze dias de trabalho por mês.*
- *Medicamentos e dieta gratuitamente, em caso de moléstia, durante o primeiro ano, a contar do dia em que o imigrante chegar ao núcleo.*
- *Assistência médica gratuita, enquanto o núcleo não for emancipado.*
- *Plantas, sementes e as seguintes ferramentas de trabalho: pá, alvião, machado e foice.*
- *Transporte gratuito em estradas de ferro e companhias de navegação, até à última estação ou porto de destino.*
- *Transportes da estação da via férrea, porto marítimo ou fluvial, até à sede do*

²¹⁶ Decretos nº 19482 (12-12-1930), 24215 (09-05-1934), 24258 (16-05-1934), 3010 (20-08-1938) *.

²¹⁷ Decretos-Lei nº 383 (18-04-1938), 406 (20-08-1938), 868 (18-11-1938), 948 (13-12-1938), 3059 (14-02-1941) **.

*Disponível no site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br>

** Disponível no site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br>

²¹⁸ O destaque é nosso.

núcleo.

- Fornecimento, por empréstimo, de instrumentos e máquinas agrícolas, para serem utilizados durante os primeiros seis meses. (ANEXO 01)

A necessidade de se destinar o imigrante às atividades no campo, levaria o governo brasileiro à classifica-los (os imigrantes) em duas categorias, como demonstraria o Decreto nº 24.258, de 16 de maio de 1934: *“Os imigrantes dividem-se em duas categorias: agricultores e não agricultores”* (ANEXO 2). O mesmo decreto determinaria que imigrantes, não agricultores, somente poderiam permanecer no país se o motivo de sua entrada fora a aplicação de capitais, realização de estudos ou atividades artísticas e científicas. Além dessas atividades, e da agricultura, não haveria qualquer menção à outras ocupações que viessem a permitir a permanência de estrangeiros no país (ANEXO 2).

Mesmo em momentos em que a política de mobilização da força de trabalho, dirigida pelo chamado “Estado Novo” (instalado em 1937, através do fechamento do Congresso Nacional e da outorga de uma nova constituição), buscava privilegiar o elemento nacional, em detrimento do estrangeiro, as limitações à entrada de imigrantes se fariam maiores para aqueles que não buscassem as atividades agrícolas. O Decreto nº 3 010, de 20 de agosto de 1938, que buscava conter a entrada de estrangeiros, estabelecendo cotas por nacionalidade, determinaria que, estabelecido o número máximo de imigrantes a serem aceitos, 80% desses deveriam ser agricultores: *“Oitenta por cento (80 %) da quota anual de cada nacionalidade serão preenchidos com agricultores e respectivas famílias”* (ANEXO 03).

A importação de trabalhadores remeteria à incapacidade do agrário nacional em desenvolver sua produtividade. Não havendo aumento da capacidade produtiva se faria necessário por um contingente ampliado de indivíduos a produzir, mobilizando maiores áreas para o plantio e ampliando o mercado para a indústria que se pretendia internalizar, por meio da modernização nacional. As barreiras levantadas contra imigrantes, a fim de lhes vetar o exercício de atividades urbano-industriais, revelariam a premência de se pôr novas terras a produzir e, assim, se reestabelecer o nexo social geral pela troca (solapado pela crise de 1929), permitindo a remuneração dos capitais urbano-industriais que estariam em busca de valorização na periferia. Entre os anos de 1930 e 1940, entrariam no Brasil 309 817 imigrantes (IBGE, 2000), número que, somado às imigrações referentes ao período de 1941 a 1950, alcançariam 441 265 imigrantes (Idem,

2000). Os números parecem modesto, diante das levas de imigrantes que aportariam o Brasil, nos momentos finais do escravismo²¹⁹, mas seriam reveladores de que a crise, em sua simultaneidade, estaria a gerar um número ascendente de trabalhadores que excederia a capacidade do capital em explora-los em seus países de origem, o que tornaria a imigração a forma de exportação de indivíduos imprestáveis para o processo de valorização. Como portadores, apenas, de sua força de trabalho (mercadoria que se tornara invendável), esses indivíduos encontrariam no agrário brasileiro e paulista, a oportunidade de, ao menos, se reproduzirem criticamente, condição que já não encontrariam em seus países de origem²²⁰.

A expansão do agrário, operada nos anos trinta, quarenta e cinquenta do século XX (período que coincidiria com a industrialização brasileira), pode ser constatada nos levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), presentes nos recenseamentos periódicos, que demonstrariam aumentos expressivos nas áreas colhidas de produtos destinados à exportação, como o café, o algodão e o cacau (tabela 8). Vale ressaltar que a queda brusca nas áreas colhidas, referentes ao café e ao algodão, ocorridos na década de 1970, marcariam o fim do domínio desses produtos na pauta de exportações, e anunciariam a importância, ascendente, de outras commodities agrícolas, como a soja e o suco de laranja.

²¹⁹ Somente entre os anos de 1890 e 1892 entrariam no Brasil 407 964 imigrantes (IBGE, 2000).

²²⁰ A necessidade de se exportar trabalhadores se evidencia na constituição, pelo estado nipônico, de companhias destinadas a organizar a transferência de seus próprios cidadãos, para nações dispostas a aceitá-los. Sobre o assunto verificar MITA, 1999, p. 41-44.

**Tabela 8 - Áreas colhidas referentes aos principais produtos agrícolas nacionais
(Em hectares)**

Produto	1920	1950	1960	1970
Café em coco	2.215.658	2.465.450	4.030.614	1.635.666
Cacau (amêndoa)	197.129	303.347	398.958	419.965
Laranja	-	57.135	103.009	207.457
Uva	-	34.657	50.419	60.856
Algodão em caroço	378.599	2.037.413	2.180.800	1.485.280
Arroz em casca	532.384	2.163.653	2.950.043	4.312.134
Cana-de-açúcar	414.578	853.270	1.165.572	1.695.258
Feijão em grão	672.912	2.363.631	3.566.218	4.081.950
Fumo em folha	106.145	95.667	138.683	-
Mandioca	215.234	995.220	1.240.797	1.728.670
Milho em grão	2.451.382	5.311.799	7.791.314	10.670.188
Soja em grão	-	-	-	2.185.832
Trigo em grão	136.069	515.661	-	2.057.898

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, - Recenseamento do Brasil de 1920 (1923), IBGE - Censos Agropecuários de 1950 (1956) *, 1960 (1967), 1970 (1973).

*Ano da publicação.

Observações: O Censo Agropecuário de 1920 não fora realizado pelo IBGE, cuja criação se daria em 1936. Não constam informações sobre áreas colhidas, no Censo Agropecuário realizado em 1940. Constam apenas as quantidades colhidas, expressas em toneladas, por isso não utilizamos esse levantamento

No entanto, se a expansão do agrário estaria colocada como condição para que a modernização brasileira fosse levada adiante, visando-se resultados futuros, no âmbito do setor agroexportador paulista, essa mesma expansão seria desencadeada por motivos mais imediatistas. O agrário paulista fora extremamente afetado pela crise de 1929, sendo premente a necessidade de se reestabelecer as trocas para que enormes quantidades de capitais, como aqueles investidos nas ferrovias, não se desvalorizassem completamente. A medida que a cafeicultura avançara para o oeste do Estado de São Paulo, uma enorme infraestrutura ferroviária fora criada para escoar a produção. Na condição de acionistas

das companhias ferroviárias, os cafeicultores paulistas correriam o risco de terem seu capital ferroviário desvalorizado, problema que se somaria à desvalorização de suas terras, causada pela mesma crise. Estariam sob risco, grandes investimentos realizados, como o processo de eletrificação, desenvolvido pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na década de 1920 (Trecho Campinas-Rincão) (MATOS, 1981), que somente seriam remunerados após longos períodos de operação, sob níveis médios de lucratividade. Estando as companhias ferroviárias paulistas operando, constantemente, sob condições críticas (o problema fora tratado anteriormente), se faria necessário pôr-se, imediatamente, terras a produzir. Se recorreria ao fatiamento e venda de fazendas falidas (em pequenos lotes), como também, à colonização de novas áreas destinadas à produção agropecuária. No entanto, a falência das fazendas de café estaria a reafirmar que a propriedade da terra se constituiria em relação social, portanto, não seria a simples propriedade de uma porção da superfície terrestre que garantiria, ao agricultor, o direito a apropriação de parte do produto social global. MARX (1988), ressaltaria, ainda nas suas considerações “Preliminares” sobre a renda fundiária (1988, L. III, v. V, p. 111-128), o caráter exclusivamente social da mesma:

“Nenhum produtor, tanto industrial como agrícola, considerado isoladamente, produz valor ou mercadoria. Seu produto só se torna valor e mercadoria em determinado contexto social. Primeiro, à medida que aparece como representação de trabalho social, portanto seu próprio tempo de trabalho como parte do tempo social em geral; segundo, esse caráter social de seu trabalho aparece como caráter social impresso em seu produto, por meio do caráter monetário e da permutabilidade pelo preço” (1988, L. III, v. V, p. 128).

Concluindo, mais à frente, que:

“...com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições da realização de seus valores, também se desenvolve o poder do proprietário da terra no sentido de se apropriar de uma parte crescente desses valores produzidos...” (1988, idem).

Estando os produtos agrícolas sujeitos “*as condições da realização de seus valores*” e, sendo tais condições determinadas pelo tempo social médio de produção, seria necessário mais que colonos, terra e enxadas, ou, capital, terra, e trabalho, para que o setor agroexportador nacional se reproduzisse, pois a produção de valor, como apontara Marx, se constitui em um processo social no qual a produtividade do trabalho deve atingir a média, socialmente definida, sem a qual a exploração do trabalho não garantiria a reprodução do capital investido. Portanto, não se trata de qualquer massa de capital, mas de uma massa de capital, socialmente definida, que permita que, capital, terra e trabalho, sejam empregados dentro do tempo social médio. Tal condição não estaria posta para o agrário nacional, cuja capacidade de acumulação se mostraria restrita, sendo necessário garantir sua reprodução pelo endividamento social (subsídios, sustentação de preços, etc.). Sendo assim, a crise de 1929 evidenciaria dois problemas que se imbricariam. Primeiro: a terra se constituiria no principal meio de produção nacional, no entanto, não havendo acumulação de capital que permitisse melhorar sua produtividade, essa se desvalorizara completamente, haja visto que a exploração do trabalho, por meio dessa (da terra), não garantiria a reprodução dos proprietários fundiários. Os lucros dos cafeicultores paulistas seriam garantidos pelo endividamento social, procedimento que se tornara impraticável em meio à crise. Segundo: não haveria outro meio de produção, senão a terra, que permitisse produzir-se o valor necessário ao reestabelecimento das trocas com as economias centrais. Em suma, para o proprietário de terras, não lhe compensaria pô-las a produzir, no entanto, por terras a produzir seria imperativo para que se reestabelecesse o nexo social geral pelas trocas. Segundo MARX (1988), a formação de um preço para a terra, o que a torna uma mercadoria, devém, unicamente, de sua capitalização, ou seja, sua utilização para a produção de valor (1988, L.III, v.V, p. 117). Como não possui valor, e sim, apenas preço (pois não resulta do trabalho), a terra é precificada a partir dos juros médios pagos ao capital, ou seja, o mais-valor extraído por meio do seu uso (da terra), corresponderia aos juros pagos a dada quantidade de capital investido sob condições médias. O preço da terra seria o equivalente monetário da massa de capital necessária a obtenção da taxa média de juros, sendo esses (os juros), equiparados ao mais-valor produzido na exploração capitalista da propriedade fundiária. Sendo assim, o preço da terra derivaria da exploração do trabalho realizado através dela, que, no entanto, não dispensaria a aplicação de capitais que permitissem que tal exploração se desse dentro de uma produtividade média, socialmente estabelecida (1988, idem), ou seja, a valorização da terra somente se daria se essa fosse posta a produzir sob

condições determinadas pelo processo geral de valorização. Justamente, por não terem acumulado o suficiente para realizar investimentos que pusessem suas terras a produzir, sob o nível médio de produtividade estabelecido, os cafeicultores paulistas tiveram suas propriedades desvalorizadas, após a crise de 1929 (momento em que o endividamento público, não mais pudera ser utilizado para compensar a baixa produtividade do agrário). Em suma, a manutenção das grandes propriedades se tornaria inviável para um grande número de cafeicultores, o que não lhes deixaria outra alternativa senão cede-las (suas terras), mediante algum pagamento, aos agricultores não proprietários (colonos, meeiros, ou mesmo, assalariados), sendo essa a possibilidade de, ao menos, quitarem dívidas e recuperarem algum dinheiro. Por outro lado, não restaria outra opção aos colonos, como também, a todos os outros indivíduos, submetidos às diferentes formas negativas de trabalho, presentes na realidade brasileira, senão porem essas terras a produzir para delas tirarem o seu sustento. Em uma realidade onde o setor urbano-industrial seria quase inexistente, e não haveria outro meio de produção disponível, a não ser a terra, o que restaria a esses indivíduos, senão, assumirem a condição de proprietários fundiários? Não se quer afirmar que a totalidade das grandes propriedades deixariam de existir, e muito menos, as relações de produção relacionadas a elas (como o colonato), pois, tão logo obtivesse empréstimos para isso, o Estado voltaria a sustentar preços e garantir alguma lucratividade ao setor agroexportador, em geral (independente do padrão fundiário), haja visto que as trocas internacionais dependeriam, quase integralmente, desse setor produtivo. O que se observaria seria a continuidade da espoliação do agrário que, no entanto, passaria a se dar sobre novo contingente de proprietários, caracterizados pela pequena dimensão de suas propriedades que, assim, assumiriam para si os custos que o trabalho, em sua especificidade periférica, não seria capaz de pagar. Para tanto, lançariam mão do seu próprio trabalho para que pudessem arcar como os custos que não teriam sido suportados pelas grandes propriedades. Dessa forma, os pequenos proprietários, ou sitiantes²²¹, alcançariam a posse da terra por conta da crise do trabalho, haja visto que esse (o trabalho) se mostrara incapaz de produzir o valor necessário à reprodução do capital e, simultaneamente, remunerar o trabalhador. Sua condição de proprietário

²²¹ Não se poderia afirmar que todo e qualquer sitiante se reproduziria sob as mesmas condições. No oeste paulista, como demonstrara MONBEIG (1984), haveria sítios dos mais variados tamanhos que seriam explorados sob diferentes condições. Prosseguiremos em nossa análise assumindo o termo “sitiantes” no sentido de pequeno proprietário, sendo sua reprodução condicionada ao uso da mão de obra familiar, ou mesmo, de parceiros, agregados, etc. Justificaremos nosso posicionamento quanto ao sitiante, como pequeno proprietário, nas páginas que se seguem, onde desdobraremos a definição de pequena propriedade, adotada em nosso trabalho.

surgiria, assim, da incapacidade do capital em explorar o trabalho, sob níveis médios de produtividade, no agrário paulista. A propriedade da terra lhes seria concedida como o “fardo” que os grandes proprietários de terra, já não mais, estariam dispostos a carregar²²². Nesse sentido, se torna necessário realizarmos algumas considerações a respeito da pequena propriedade. Mas antes de avançarmos, façamos um “parêntese” em nossa reflexão, para que possamos apontar o que compreendemos por pequena propriedade.

Sergio MILLET (1982), em seu estudo sobre o aumento no número de pequenas propriedades no oeste paulista, as definiriam como sendo aquelas cujo tamanho não excederia a 25 alqueires, ou, 60 hectares (1982, p. 96-71). O autor adotaria um critério quantitativo para demonstrar que o processo de fatiamento de grandes propriedades, operados no agrário paulista, principalmente na década de 1930, estaria a gerar um grande número de pequenas propriedades, cujo tamanho não excederia a extensão apontada anteriormente (1982, p. 70). No entanto, uma definição objetiva do que seria a pequena propriedade, somente começaria a ser gestada com a publicação do “Estatuto da Terra” (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964)²²³, que determinaria que os imóveis rurais fossem enquadrados em categorias definidas por meio de “módulos fiscais” (critério utilizado para a tributação da propriedade da terra). A definição somente seria concluída por meio da Lei nº 8.629²²⁴, de 1993, que, em seu artigo 4º, determinaria que a condição de pequena propriedade seria atribuída aos imóveis rurais cuja área compreenderia entre 1 e 4 módulos fiscais. Segundo o Sistema Nacional do Cadastro Rural, fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os “módulos fiscais” seriam determinados em relação a um número de hectares definido no âmbito municipal (INCRA, 2013). Sendo assim, em municípios onde se aplicaria o menor “módulo fiscal”, (5 hectares), as pequenas propriedades não poderiam exceder a 20 hectares, enquanto, em municípios onde a aplicação venha a recair no maior “módulo fiscal” (110 hectares), as pequenas propriedades poderiam atingir, até, 440 hectares (INCRA, idem). Para o

²²² Consta no relatório da Missão COOKE (1949), a seguinte observação sobre o surgimento da pequena propriedade no Brasil, em decorrência da falência das grandes propriedades rurais, nas primeiras décadas do século XX: **“Com as oportunidades de lucros grandemente reduzidas, a terra foi entregue não a grandes proprietários, mas sim a plantadores de áreas relativamente pequenas, que almejavam apenas a subsistência para si e para suas famílias”** (COOKE, 1949, p. 86-87). Há que se reconhecer um certo exagero nessa exclusividade da produção de **“subsistência”**, no entanto, a produção de subsistência seria combinada, pelo pequeno proprietário, com a produção de mercadorias.

²²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Vale ressaltar que até a publicação do “Estatuto da Terra”, não haveriam critérios objetivos para se definir a pequena propriedade.

²²⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm

objetivo de nossa pesquisa, critérios, exclusivamente, quantitativos seriam de pouca valia. Nos parece mais adequado relacionar a condição de pequena propriedade às relações de produção que a inseriria no processo de valorização. Portanto, para a realidade analisada no presente trabalho, se torna mais adequado assumir-se a pequena propriedade como sendo aquela em que o proprietário faria uso da mão de obra familiar e, eventualmente, a de meeiros ou parceiros. Maria Conceição D'INCAO (1979)²²⁵, apontaria que os pequenos produtores que se instalariam, em grande número, na porção do Estado de São Paulo, denominada “Alta Sorocabana” (principalmente, a partir da década de 1940), se caracterizariam, principalmente, pela utilização do trabalho familiar (1979, 39-47). De forma semelhante, Tavares dos SANTOS (1978)²²⁶, em seu estudo sobre as pequenas propriedades vinícolas do Rio Grande do Sul, constataria que nas mesmas, se encontrariam “fundidos”, **“um núcleo familiar e um núcleo produtivo”** (1978, p. 44-45), pois seria no âmbito da própria família que os pequenos produtores obteriam a mão de obra necessária à produção. MONBEIG (1984), observaria que no oeste paulista, a classificação de uma propriedade como sítio (pequena propriedade), estaria diretamente relacionada com as relações de produção nela praticadas. O sitiante (pequeno proprietário) seria, segundo MONBEIG (1984) aquele que lançaria mão do trabalho familiar: **“A exploração do sítio é, portanto, assegurada pela mão de obra familiar (...). Com a ajuda da mulher, dos filhos e das filhas mais velhos, a família chega a explorar sozinha, oito a doze alqueires”** (MONBEIG, 1984, p. 224)²²⁷. Portanto, nos parece razoável considerar que a pequena propriedade seria aquela na qual a produção de valor se daria pela exploração do trabalho familiar, recaindo, eventualmente, em meeiros e parceiros. Seria sobre tais propriedades que a espoliação do agrário se faria sentir de forma mais acentuada. O tamanho diminuto das mesmas, e a baixa produtividade do agrário brasileiro, de forma geral, lançariam sobre os pequenos agricultores do oeste paulista, dificuldades econômicas permanentes, estando em tais dificuldades a principal característica dessa modalidade de produtores rurais. Tomando-se como exemplo, a

²²⁵ Maria Conceição D'INCAO, “Boia Fria: Acumulação e Miséria”, 1979.

²²⁶ José Vicente Tavares dos SANTOS, “Colonos do Vinho: Estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital”, 1978.

²²⁷ Segundo MONBEIG (1984), em suas observações realizadas no oeste paulista (em meados da década de 1940), se hesitaria em classificar-se como “sítios” propriedades onde se empregaria meeiros, ou mesmo, trabalhadores assalariados (1984, p. 270). O autor apontaria que, ainda que fossem classificadas como sítios, por faltar uma definição mais adequada, essas propriedades possuiriam características que as aproximariam das chamadas “fazendas” (Idem, ibidem).

porção do Estado de São Paulo denominada “Nova Alta Paulista”²²⁸, cuja colonização de se dera amplamente por meio de pequenas propriedades²²⁹, se observaria que a condição crítica, que marcaria a produção agropecuária regional, se espalharia para todos os momentos da reprodução social, resultando em uma significativa disparidade econômica em relação a totalidade do estado. Segundo dados do IPEA, na década de 1990, as Microrregiões de Adamantina, Tupã e Dracena, que abarcariam a totalidade dos municípios da “Nova Alta Paulista”, teriam mais de 35% de seus habitantes vivendo em situação de pobreza, número que somente seria superado pelos municípios localizados no Vale do Ribeira. Segundo GIL (2007), as condições socioeconômicas, observadas no conjunto de municípios da “Nova Alta Paulista”, seriam motivo, até mesmo, de matérias jornalísticas que referir-se-iam, a citada região, de forma pejorativa (2007, p. 146)²³⁰, devido as suas disparidades em relação as demais regiões do estado. A crise do agrário marcaria essa região, constituída, amplamente, pela pequena propriedade, de forma permanente, lhe conferindo problemas inerentes à sua formação socioeconômica.

Diante de tais observações, optaremos por considerar como pequena propriedade, aquela cuja a exploração dependeria da utilização da mão de obra familiar e que, por conta das limitações financeiras de seus proprietários, seriam mais impactadas pela crise do agrário. Essa modalidade de propriedade marcaria a expansão do agrário paulista,

²²⁸A região da “Nova Alta Paulista” seria informalmente reconhecida pelos habitantes dos municípios, cujas origens estariam relacionadas com a colonização que se dera ao longo do traçado, do que viria a ser, o último trecho da ferrovia “Alta Paulista”. Tais municípios surgiram ao longo do divisor de águas dos Rios Aguapeí e Do Peixe, por onde seguiria a ferrovia, avançando, a partir de Tupã, até as margens do Rio Paraná. O IBGE classificaria (para fins estatísticos) a “Nova Alta Paulista” como “microrregião”, no entanto, nenhum outro órgão governamental a reconheceria formalmente. Mais adiante voltaremos a tratar da “Nova Alta Paulista”, oferecendo maiores esclarecimentos sobre a mesma.

²²⁹A partir de cálculos baseados no Censo Agropecuário de 1950 (IBGE, 1956), constata-se que 68% das propriedades localizadas em municípios da “Nova Alta Paulista”, cuja colonização remontaria à década 1940, possuiriam menos de 20 hectares (8 alqueires). Mereceriam destaque os municípios de Adamantina e Pacaembu, que abrigariam 85% de propriedades com menos de 20 hectares, como também, Lucélia e Flórida Paulista, com 81% e 71% de propriedades com menos de 20 hectares, respectivamente. O mesmo levantamento demonstraria que nos municípios de Tupã, Osvaldo Cruz, Adamantina, Flórida Paulista e Pacaembu (todos localizados na “Nova Alta Paulista”), mais de 70% da mão de obra utilizada nas propriedades rurais, teria como origem o núcleo familiar ou a parceria (IBGE, 1956). Em 1980, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 1984), 70% das propriedades da, então, “Microrregião da Nova Alta Paulista”, possuiriam menos de 10 hectares (IBGE, 1984), ou, 4 alqueires. O mesmo censo (de 1980), demonstraria que, dentre as 17 655 propriedades agropecuárias, localizadas na citada “microrregião”, 74% utilizariam somente o trabalho familiar, e 77% não possuiriam qualquer trabalhador contratado (IBGE, 1984).

²³⁰Apontaria GIL (2007) que: **“Em 1989, na edição do jornal O Estado de São Paulo, de 26/02, os articulistas José Costa e Luiz Carlos Lopes publicaram intrigante matéria cognominando a Nova Alta Paulista como ‘Corredor da Fome’, referindo-se à letargia em que mergulhara a economia regional”** (2007, p. 178). O sentido pejorativo de tal alcunha se originaria de uma interpretação racional daquilo que deveria ser o desenvolvimento regional, e não de em uma condição famélica generalizada que, por sua vez, não fora constatada, ao longo de nossa pesquisa, em documentos ou relatos.

promovida, a partir da década de 1930, em consonância com a modernização brasileira, o que a põe (a pequena propriedade) como objeto de análise do presente trabalho. Tendo deixado claro o que compreenderíamos por pequena propriedade, retomemos nossas considerações sobre o sentido dessa, para o processo de valorização.

A pequena propriedade, para além de todo o fetichismo que recobriria a condição de proprietário de terras, adquirida pelos trabalhadores saídos das grandes propriedades (ou mesmo, expelidos de outros países, pelo processo de valorização), se constituiria na forma pela qual seria reposta nossa condição periférica. Como observara MARX (1988), o pequeno proprietário, mais especificamente, aquele que faria uso de seu próprio trabalho, pagaria a si um salário que corresponderia ao excedente sobre os custos de sua produção (1988, L.III, v. V, p. 245). No entanto, no agrário paulista, onde a pequena propriedade estaria a suprir a incapacidade de acumulação do setor agroexportador, ocupando o lugar de propriedades maiores, onde o trabalho não mais pagaria a sua exploração, o pequeno agricultor deveria assumir custos que o colocariam em condição semelhante ao colono. Para esses indivíduos (os pequenos proprietários), a condição de proprietário de terras não traria mudanças significativas em relação ao colonato, pois, assim como nas fazendas, a produção de subsistência seria a condição para que os agricultores suportassem os custos que lhes seriam impostos²³¹. Esse agricultor, a exemplo do colono, deveria retirar, até onde lhe fosse possível, a sua subsistência da mesma terra onde produziria para o capital, ficando, assim, parte do produto social, impedido de entrar na circulação, à medida que seria consumido “in natura” pelo próprio produtor. Essa seria a condição para a reprodução desse pequeno agricultor (condição que também encontraria seus limites), e que pouco se diferenciaria da condição do colono. Não por acaso, se tornaria recorrente ouvir-se de ex-sitiantes que, mesmo nas piores condições as quais estivessem submetidos, “fome ninguém passava”²³². Esse chavão resumiria o sentido da pequena propriedade no agrário brasileiro. Essa viria a existir para que a espoliação do agrário pudesse extrapolar os limites impostos pelas grandes propriedades, onde o colonato, mesmo minimamente remunerado em dinheiro, se tornaria um custo com o qual o fazendeiro teria dificuldades em lidar. Esse custo, à medida que

²³¹ Sobre a necessidade do plantio da própria subsistência, por parte dos pequenos proprietários, verificar MONBEIG (1984, p. 249-254). A subsistência seria o meio pelo qual os pequenos agricultores buscariam equacionar suas necessidades com os poucos ganhos obtidos com a atividade agropecuária. O limite para tal expediente estaria no tamanho da propriedade, à medida que a queda nos preços dos produtos agrícolas obrigasse a extensão do plantio, para o mercado, sobre toda a área disponível.

²³² Como neto de sitiantes, presenciei inúmeras vezes esse comentário. Pude ouvi-lo, novamente, ao realizar entrevistas para a conclusão do presente trabalho, em municípios do oeste paulista.

os produtos agroexportáveis não sofreriam valorização suficiente, no mercado externo, ameaçaria a reprodução do agrário e, sendo assim, deveria ser eliminado. Tal eliminação se faria pela passagem a relações de produção que não envolvessem a remuneração frequente do trabalhador, como a meação e a parceria, como também abarcaria o pequeno proprietário que, por sua vez, se constituiria em um capitalista “às avessas” (assim como os grandes proprietários), pois o sentido de sua existência seria o não acumular, reafirmando a negatividade do capital em sua periferia²³³. Como bem observaria MARX (1988): *“para que o camponês parcelário cultive sua terra, ou compre terra para cultivar, não é (...) necessário, que o preço de mercado suba até o valor ou preço de produção de seu produto”* (1988, L.III, v.V, p. 245). Isso se deveria a possibilidade do chamado “camponês”, produzir o seu sustento na mesma terra onde produziria para o capital, o que lhe permitiria abrir mão (até certo limite), de parte do seu tempo de trabalho, vendendo seus produtos por preços abaixo do seu valor.

No entanto, há que se considerar que as observações de MARX (1988), anteriormente citadas, sobre o chamado “camponês”, se dariam no século XIX, momento em que a produtividade do capital ainda não dera o seu salto “fordista”. No momento em que a pequena propriedade se faria presente, de forma significativa, no agrário nacional, a produtividade do capital atingira níveis nunca vistos, paralisando a reprodução do valor, no âmbito mundial, e impulsionando a modernização periférica. Quanto mais produtivo se tornasse o capital industrial, menor seria sua capacidade de remunerar o tempo de trabalho periférico, portanto, maior seria a espoliação sofrida pelos pequenos agricultores. Sendo assim, se as trocas realizadas com as economias industriais resultaram em efeitos deletérios sobre a grande propriedade, tais trocas, levadas a termo por meio da produção realizada nas pequenas propriedades, reduziriam o “camponês” à condição de pobreza e endividamento²³⁴.

Por outro lado, a vinculação das pequenas propriedades às trocas internacionais, imporia a utilização de infraestruturas de transportes que permitissem que a produção alcançasse o mercado de destino. Sendo assim, à medida que a expansão do agrário avançasse sobre áreas não servidas por tais infraestruturas, o preço da terra deveria

²³³ No nosso entender, o pequeno proprietário, ao pagar pela terra, compraria o direito de ser explorado e, assim, participar das trocas. Sob uma realidade onde a categoria trabalho se formara negativamente, essa seria a forma pela qual os indivíduos se inseririam na sociabilidade mediada pela mercadoria.

²³⁴ Tal condição de pobreza, vivida pelo pequeno produtor rural do oeste paulista, encontra-se fartamente registrada por Pierre MONBEIG em “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” (1984). Essa condição também será demonstrada, mais adiante, através de registros jornalísticos colhidos no oeste paulista, durante nossas atividades de pesquisa.

incorporar os custos com a abertura de estradas, ferrovias, entrepostos comerciais, entre outros, advindos da circulação. Portanto, à medida que a necessidade de se por novas terras a produzir espraiasse as pequenas propriedades para áreas de colonização, a obtenção da propriedade da terra passaria, necessariamente, pela remuneração dos investimentos necessários à circulação da mercadoria.

Nesse sentido, seria conveniente realizar algumas considerações sobre a restrição que a chamada “Lei de Terras”, de 1850 (ANEXO 4)²³⁵, trouxera ao acesso à propriedade da terra, como também ao surgimento amplo de uma camada de pequenos proprietários de terras, no Brasil, anteriormente a grande crise de 1929. No nosso entender, interpretar o seu sentido, para além das abordagens canônicas que a relacionariam, somente, com reprodução da grande propriedade, nos ajudaria a compreender o caráter negativo do capital em sua periferia. Por outro lado, retiraria o véu de racionalidade com o qual os projetos de modernização nacional recobririam a pequena propriedade rural²³⁶, sendo tal fetichismo mantido, atualmente, pela reivindicação de uma reforma agrária. Contribuições de autores como José de Souza MARTINS, em “O Cativo da Terra” (2004)²³⁷, se revelariam de grande importância, sendo pertinentes seus argumentos quanto a necessidade de se garantir braços à grande propriedade (2004, p.32 e 66). Afinal, porque os oligarcas do agrário nacional, principalmente os paulistas, não garantiriam, por meio do Estado (sob seu controle), a mão de obra de que necessitariam com o fim da escravidão. Também se mostraria pertinente seu argumento de que o trabalho livre não

²³⁵ Segundo a citada lei, assinada por Dom Pedro II, em 18 de setembro de 1850, em seu artigo 1º: **“Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”** (ANEXO 4). O acesso à terra deveria, portanto, ser mediado pelo dinheiro.

²³⁶ Verificar na página 194, do presente trabalho (nota de rodapé), as chamadas “17 Ideias Centrais” que norteariam o primeiro governo Vargas e que, dentre as quais, constaria a necessidade da promoção da pequena propriedade rural como substitutiva ao latifúndio, identificado como uma das causas do “atraso” econômico nacional. A pequena propriedade possuiria, portanto, a racionalidade que faltaria ao latifúndio, posição que, “mutatis mutandis”, pode ser observada nas reflexões de OLIVEIRA (1986) (entre outros), que identificaria nas propriedades chamadas “camponesas”, uma alternativa à irracionalidade do agronegócio operado, principalmente, através de grandes propriedades. Sobre a questão verificar Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA, “Modo Capitalista de Produção no Campo”, 1986.

²³⁷ Sobre a relação entre a “Lei de Terras”, de 1850, e a necessidade de mobilização de trabalhadores em substituição a mão de obra escrava, diria MARTINS (2004): **“Tudo indica que tais problemas já eram previstos por ocasião de oficializar a cessação do tráfico negreiro da África para o Brasil em 1850. No mesmo ano foi promulgada uma lei que previa o desenvolvimento de uma política de imigração de colonos estrangeiros, sobretudo europeus, que produzisse uma oferta de trabalhadores livres nas épocas de maior demanda nas fazendas de café. Mas, a ampla faixa de terrenos devolutos no país, teoricamente sujeitos a simples ocupação por parte dos interessados, poderia se constituir num grande entrave não só à libertação dos escravos como à entrada de trabalhadores livres de origem estrangeira. (...). Somente em 1850 é que o governo legislou sobre o assunto, estipulando que a terra devoluta não poderia ser ocupada por outro título que não fosse o de compra”** (2004, p. 28-29).

modificaria o sentido de nossa economia, mantendo sua condição colonial (2004, p.12). No entanto, acreditamos ser necessário apontar a relação entre, reproduzir o setor agroexportador, pela restrição à propriedade da terra e, simultaneamente, repor nossa condição colonial, ou periférica. Ou seja, se faz necessário estabelecer o sentido lógico dessa restrição para a totalidade do processo de reprodução do capital. Acreditamos ser necessário abordar o sentido dessa restrição, para além do âmbito fenomênico da “luta de classes” que nortearia a análise de Martins (entre outros)²³⁸, para que possamos, a partir da simultaneidade entre acumulação e crise, demonstrar o caráter negativo que propriedade privada da terra assumiria em nossa realidade.

Nos debruçemos, primeiramente, sobre as análises de Marx a respeito da colonização norte-americana, sendo essa uma realidade onde o capital se formara positivamente (acumulando), para que, a partir dela, possamos derivar as especificidades de nossa formação social que poriam a necessidade da citada “Lei de Terras”. Marx observaria que a colonização dos Estados Unidos da América, guardaria aspectos particulares que permitiriam que um grande número de indivíduos obtivesse a propriedade da terra (1988, L.I, v. II, p. 285-292). Tal condição tornaria cada pequeno proprietário em um capitalista, em detrimento da venda de sua força de trabalho aos grandes proprietários de terras que, por suas vezes, dependeriam do trabalho alheio: ***“Essa constante transformação dos trabalhadores assalariados em trabalhadores independentes (...) repercute de forma completamente prejudicial sobre as condições do mercado de trabalho”*** (1988, L.I, v. II, p. 288). Segundo Marx, o problema, para o capitalista (proprietários de grandes extensões de terras), estaria na não sujeição ao assalariamento, por parte de amplos contingentes de indivíduos que, como proprietários de seus meios de produção (pequenas propriedades), somente se submeteriam aos grandes proprietários se esses lhes pagassem salários elevados que, por fim, se poriam como obstáculos à lucratividade do negócio. Sendo assim, o pequeno proprietário acumularia para si, dificultando a acumulação por meio da grande propriedade, cuja exploração dependeria da contratação do trabalhador (1988, idem). No entanto, fora o conjunto de relações sociais, desenvolvidas nos Estados Unidos da América, ainda em sua fase colonial, que permitiriam o desenvolvimento da produção para o mercado interno e a retenção do valor na própria colônia. Sem a espoliação sofrida pelas colônias mercantis, como o Brasil, o agrário norte-americano (ressalva seja feita quanto ao sul escravista),

²³⁸ Outra interpretação da citada lei, enviesada pela “luta de classes” encontrar-se-ia em Verena STOLCKE, *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*, 1986.

reteria o valor produzido, acumulando e passando à produção industrial destinada a um mercado interno, onde a intensificação das trocas e a monetarização dos indivíduos, se processaria rapidamente. Em suma, as relações sociais desenvolvidas na colônia britânica, que se tornaria os Estados Unidos da América, permitiriam uma acumulação interna, promovida pelo agrário, sendo o grande número de proprietários fundiários, a causa da retenção do valor no âmbito colonial.

No entanto, sob a realidade brasileira, a propriedade da terra se estabeleceria sob o vínculo com a reprodução do capital em seu centro, ou seja, existiria para promover uma acumulação externa a essa realidade. Por outro lado, devido a essa vinculação e a espoliação que lhe seria inerente, a propriedade da terra, assim como o trabalho, surgiriam como categorias negativas, portanto, a capitalização da terra envolveria o trabalho como custo (a exemplo da escravidão), custo esse que se buscaria minorar pela produção da subsistência do trabalhador, em meio à produção para o mercado. Vinculada ao mercado mundial, portanto determinada pelo tempo social médio, a produção no agrário brasileiro envolveria investimentos de capital que, contraditoriamente, não poderiam ser realizados (devido a não acumulação), sendo compensados pela utilização de formas não remuneradas de trabalho, como por exemplo, o colonato. Se tais investimentos seriam contornados no âmbito da produção (por meio do colonato), combinando uma pequena remuneração em dinheiro²³⁹ com a produção de subsistência, no âmbito da circulação tal expediente não se tornaria aplicável, obrigando os produtores a remunerarem as ferrovias e outros capitais envolvidos no transporte e comercialização das safras. Sendo assim, ainda que a propriedade da terra fosse concedida gratuitamente (aqui, assumida como hipótese), isso não eximiria o ocupante de pagar a produtividade dos capitais industriais, haja visto que a mercadoria deveria circular dentro do tempo social médio. A não ser que tal propriedade viesse a satisfazer, apenas, a subsistência dos seus proprietários, ou, um mercado restrito e de trocas fechadas. Ora, se a espoliação por parte dos capitais industriais centrais bloquearia a acumulação no âmbito das grandes propriedades, impedindo o pleno assalariamento dos trabalhadores, ao recair sobre indivíduos desprovidos de qualquer capital e, por outro lado, desobrigados de pagar pela terra (pressupondo o acesso gratuito à propriedade fundiária), teria como resultado o surgimento de um amplo contingente de agricultores voltados, somente, a subsistência, haja visto que, além de não reunirem as condições para satisfazer o tempo social médio,

²³⁹ José de Souza MARTINS (2004), apontaria que os salários anuais recebidos pelos colonos, na segunda metade do século XIX, equivaleria a um mês de salário de um trabalhador urbano (2004, p. 84).

não estariam obrigados a fazê-lo. Sendo assim, a obrigação de pagar pela terra, condicionaria os indivíduos a buscarem a sua valorização, pois o pagamento da terra envolveria a mediação do dinheiro. O nexos social pela mercadoria ficaria, assim, mantido, e cada nova propriedade posta a produzir estaria vinculada a manutenção das trocas com as economias centrais. Isso nos levaria a concluir que o sentido lógico da chamada “Lei de Terras”, seria o de evitar que os indivíduos se desvinculassem da reprodução geral do valor pois, a propriedade privada da terra, por si só (não acompanhada dos investimentos necessários à sua exploração), não seria capaz de reafirmar o nexos social geral pela mercadoria que, por sua vez, estaria, constantemente, sob a ameaça de romper-se, devido à enorme disparidade entre a produtividade do agrário nacional e aquela presente nas economias industriais centrais, às quais estaria vinculada a produção agroexportadora brasileira.

Se situarmos a pequena propriedade na negatividade que envolveria a propriedade da terra, sob realidades periféricas (condição que entendemos estar expressa no sentido, real, da chamada “Lei de Terras”), essa guardaria especificidades que não recomendariam uma interpretação positiva, tomando-a, “tal e qual”, as pequenas propriedades surgidas em realidades como as das colônias britânicas da América do Norte, onde teriam tido importância central para o processo de acumulação que produziria a maior potência capitalista mundial. Marx, em sua “Teoria da Moderna Colonização” (1988, L. I, v. II, p. 285-292), demonstraria que as pequenas propriedades, localizadas na, então, colônia britânica (e atual, Estados Unidos da América), tornariam uma miríade de pequenos proprietários em capitalistas, à medida que permitiriam que os mesmos acumulassem para si, não vendendo sua força de trabalho para os capitalistas britânicos. No entanto, a diferença põe a unidade entre ambas realidades (a brasileira e a norte-americana), o que nos permite colocá-las em sua relação contraditória. Enquanto a colonização norte-americana se dera como um processo de acumulação interna, gerando um conjunto de relações sociais mediadas pela mercadoria que permitiriam o desenvolvimento do capital industrial, a formação dessas relações em nossa realidade fora bloqueada pela necessidade de transferir valor para as economias industriais centrais (ALFREDO, 2013). Devido a essa espoliação, a formação da categoria fundamental do capital, ou seja, o trabalho, nos fora negada, e esse surgiria como custo (seja personificado pelo escravo ou pelo colono), custo esse que seria compensado pela produção de subsistência em meio à produção para a exportação. Dessa forma a propriedade da terra, como meio de exploração do trabalho, se tornaria, também, negativa na realidade brasileira. Ao contrário do que fora observado

por MARX (1988, idem), em relação a formação social norte-americana, onde a propriedade fundiária possuiria um sentido para a acumulação interna, em realidades periféricas a propriedade fundiária somente teria sentido para a acumulação processada no centro do capital, pouco importando qual o padrão fundiário presente.

Diante das especificidades que cercariam a propriedade fundiária na periferia do capital (expressas nos parágrafos anteriores), entendemos que a promulgação da chamada “Lei de Terras, atenderia a finalidade de evitar o rompimento da concomitância entre produção de subsistência e produção para o mercado, pois, sendo a propriedade da terra uma relação social cujo fim é a reprodução do valor, sua utilização dependeria de investimentos a serem realizados pelos proprietários que, sendo incapazes sequer de pagarem pela terra, seriam lançados, unicamente, à agricultura de subsistência e, assim, subtraídos ao processo de valorização. Portanto, a propriedade da terra, concedida gratuitamente, não se constituiria na dispersão de uma suposta acumulação de capital que estaria sendo viabilizada pelas grandes propriedades, como argumentaria MARTINS (2004, p. 92)²⁴⁰, e sim, em um afrouxamento nas relações mediadas pela mercadoria que retiraria um grande número de indivíduos do circuito mundial das trocas (mas não de sua sociabilidade pela mercadoria). Sendo os colonos, indivíduos cuja mediação das relações sociais se daria pela mercadoria, mesmo sob condições restritas de assalariamento, sua vinculação ao mercado estaria mantida por meio do trabalho nas grandes propriedades agroexportadoras. Sendo assim, no nosso entender, a obrigatoriedade da compra da terra teria como sentido, enredar os indivíduos nas relações pela mercadoria, impedindo a gratuidade do acesso à terra que, em uma realidade em que não haveria acumulação de capital, portanto, uma realidade crítica, resultaria no surgimento de um contingente de indivíduos que, ainda que subsumidos à mercadoria, contribuiriam de forma residual para a reprodução do valor, a exemplo do caipira²⁴¹, observado por Antônio CANDIDO em

²⁴⁰ José de Souza MARTINS, “O Cativo da Terra”, 2004. Segundo Martins, a passagem ao colonato, devido ao fim da escravidão, estaria a permitir que as grandes propriedades cafeeiras gerassem um processo de acumulação, a partir do qual se gestaria uma indústria nacional. Retomaremos a questão mais à frente.

²⁴¹ Antônio Candido, ao analisar a sociabilidade caipira, em sua obra “Os Parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida” (1971), demonstraria que a mesma se reproduziria por meio do distanciamento em relação à mercadoria, ainda que, contraditoriamente, a existência dessa sociabilidade se devesse, negativamente, a própria mercadoria: **“A posse [da terra]*, mais ou menos formal, pura e simples, vêm juntar-se aos tipos de exploração e ao equipamento cultural, a fim de configurar uma vida social marcada pelo isolamento, a independência, o alheamento às mudanças sociais”** (CANDIDO, 1971, p. 46). A dissolução da sociabilidade caipira seria, portanto, um momento da intensificação das trocas, no âmbito nacional. Nesse sentido, a “Lei de Terras” viria a

“Os Parceiros do Rio Bonito” (1971). A partir das observações de Candido, sobre a sociabilidade caipira, se constataria que sob uma realidade onde o trabalho surgiria de forma negativa, imperando a escravidão como relação de produção, os homens livres, portadores apenas de sua força de trabalho (mercadoria sem qualquer valor, sob tal realidade), se tornariam uma espécie de estorvo social, sendo relegados a viverem isolados, reproduzindo-se por meio de culturas de subsistência (1971, p. 35-46)²⁴². De forma semelhante, mas carregada de preconceito, observaria Oliveira VIANA (1989) ao tratar de nossa formação social: *“Nos três primeiros séculos, todos os documentos e testemunhas atestam a desocupação, ociosidade e vagabundagem do baixo povo rural (...)”* (VIANA, apud GUIMARÃES, 1989, p. 279). GUIMARÃES (1989) apontaria que, em inúmeras localidades do Império, contingentes enormes de homens livres viveriam sem qualquer ocupação definida, citando o exemplo de Campos (Província do Rio de Janeiro), que em 1880 possuiria 16 mil desocupados entre uma população de 56 mil homens livres (1989, p. 280), situação que os levaria a *“se converterem em intrusos, isto é, ocupantes de terras ainda devolutas nas orlas dos latifúndios”* (1989, p. 281). Se subsumidos ao trabalho, esses indivíduos poderiam ter substituído a mão de obra escrava, mesmo que parcialmente. No entanto, o capital, no âmbito nacional, encontraria dificuldades em levar adiante essa subsunção. No nosso entender, o problema teria sua origem na incapacidade do agrário nacional em assalariar, por completo, os indivíduos, compensando-se a remuneração em dinheiro com a produção de subsistência. Se grande parte da remuneração oferecida aos trabalhadores se constituiria no plantio de sua própria subsistência, os indivíduos poderiam obtê-la, diretamente, nas imensas áreas de terras incultas que existiriam em um país enorme como o Brasil. Ou melhor, não faria sentido submeterem-se a relações de produção, mediadas pelo valor, enfrentando longas jornadas de trabalho (cujo tempo é determinado pela produtividade média mundial), para obter sua subsistência, se essa poderia ser obtida sem tais coações. Por outro lado, não seria possível produzir para o mercado, nessas terras ocupadas irregularmente, sem que se remunerasse, dentro do tempo social médio, os capitais industriais. A esses indivíduos, nada restaria senão se manterem distantes da sociedade, do Estado e de sua juridificação, haja visto que a condição de homens livres impedia que os mesmos fossem submetidos, sem o

contribuir para a dissolução de relações sociais que permitissem a reprodução dos indivíduos sem a mediação, direta, da mercadoria.

*Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

²⁴² Sobre a sociabilidade caipira verificar, também, Maria Sylvia de Carvalho FRANCO, “Homens livres na sociedade escravocrata”, 1983.

devido consentimento, ao trabalho brutal realizado nas fazendas, pelos escravos, o que os tornariam imprestáveis para a valorização do valor²⁴³. Não por acaso, os primeiros colonos que chegariam ao Brasil, imigrados da Europa, a fim de substituírem o braço escravo, não se adaptariam ao regime de trabalho nas fazendas (HOLLOWAY, 1984), mesmo se tratando de indivíduos socializados pelo trabalho. O trabalho brutal e a parca remuneração, conduziriam muitos deles a tomarem o caminho de volta para seus países de origem (Idem, 1984, p. 141), se fazendo necessário criar, até mesmo, unidades policiais para caçar colonos fugitivos que deixariam as fazendas, devido ao grau de exploração a que estariam submetidos (Idem, ibidem, p. 156-157). Se a propriedade da terra visasse à reprodução dos indivíduos, ou à formação de um mercado interno, bastaria distribuí-la gratuitamente aos imigrantes, poupando-os do trabalho fatigante, e restritamente remunerado, nas fazendas. No entanto, dessa forma a terra não cumpriria sua função determinada pelo processo geral de valorização, ou seja, transferir valor para as economias industriais.

Portanto, reafirmamos nosso argumento de que a “Lei de Terras” possuiria como sentido, a manutenção das trocas com as economias centrais e, por consequência a transferência de valor para as mesmas, pois somente impondo a aquisição da terra pela compra, se condicionaria a reprodução dos indivíduos à produção para o mercado externo, no agrário nacional. A “Lei de Terras” buscaria compensar a incapacidade de acumulação do setor agroexportador, e não ao contrário, como argumentaria MARTINS (2004), ao afirmar que o agrário não absorveria capital porque não lhe seria necessário acumular, devido a utilização do trabalho não assalariado (2004, p. 92-93). Tal argumento o levaria à conclusão, no mínimo inusitada, de que haveria um processo de acumulação, sendo gerado no agrário, sem que esse desenvolvesse suas forças produtivas, o que poria o não assalariamento como solução para a reprodução do capital:

“... a contradição da produção capitalista de relações não capitalistas de produção não podia se resolver no próprio interior da economia cafeeira. Como a fazenda não absorvia capital senão limitadamente, já que ela própria produzia a

²⁴³ Diria FRANCO (1983) que as especificidades da sociedade escravocrata brasileira, produziram um contingente de indivíduos que, por não possuírem dinheiro, estando, no entanto, inseridos em uma sociabilidade mediada pela mercadoria, se reproduziam evitando as trocas (1983, p. 56-57) Essa seria, portanto, ***“... a forma de inserção dessas populações à estrutura da sociedade brasileira, que as tornou marginais em relação ao sistema econômico, numa terra farta e rica, e colocou-as, assim, a um só tempo, diante da quase impossibilidade e da quase desnecessidade de trabalhar”*** (1983, p. 57).

parcela básica do seu capital, pela transformação da renda-em-trabalho em capital, a oposição entre práticas capitalistas e relações de produção não capitalistas se resolveria na reprodução capitalista do capital, fora do café, na indústria, como se deu, quase ao mesmo tempo em que se instalou o trabalho livre” (2004, p. 93)

Ao fim e ao cabo, Martins concluiria que, no campo, o trabalho não assalariado estaria a gerar a acumulação necessária à industrialização no âmbito nacional, o que condicionaria a manutenção dessa acumulação, à criação da chamada “Lei de Terras” que garantiria a permanência do colonato como relação de produção predominante no agrário. Tal conclusão surgiria do pressuposto de que o capital somente se reproduz quando acumula, o que, no nosso entender, seria contradito pela própria realidade periférica onde a reprodução do valor se dá, sempre, criticamente. O trabalho não se constitui em uma “coisa”, e sim em relação que exige a exploração do trabalhador sob determinado nível de produtividade. Sendo assim, o não assalariamento não se daria por opção, mas sim pela incapacidade do agrário em elevar seus níveis de produtividade (o que exigiria investimentos) e, assim, explorar o trabalho por meio de relações, plenamente, assalariadas. Por outro lado, a presença de uma indústria nacional, da qual tratamos anteriormente, não afiançaria a existência de um processo de acumulação, como argumentaria MARTINS (op. cit.). O surgimento da indústria substitutiva de importações, em momentos onde o agrário perderia sua capacidade de remunerar a indústria dos países centrais (principalmente, na primeira metade do século XX), apontaria no sentido de que os investimentos realizados na constituição da mesma, detrairiam ganhos na agricultura, ou seja, seriam custos necessários à manutenção do setor agroexportador, pois, do contrário, tal indústria surgiria em momentos considerados de “prosperidade”, a partir de uma acumulação real, e não em meio à crise.

Situada na totalidade do processo de valorização, a chamada “Lei de Terras”, não poderia ter outro sentido senão o de garantir a transferência de valor para as economias centrais, à medida que a compra da terra a vincularia à produção para o mercado. Sendo assim, a propriedade da terra, condicionada à sua compra, manteria o nexos social geral pela mercadoria. Isso pode ser constado através das observações de HOLLOWY (1984), que relataria que o governo do Estado de São Paulo, por volta de 1900, editaria uma versão local da “Lei de Terras”, que imporá a compra como condição de acesso às terras

devolutas, mas que, por outro lado, possibilitaria que os lotes apossados, anteriormente a citada lei, fossem legalizados desde que procedimentos demarcatórios, que deveriam ser arcados pelos interessados, fossem realizados (1984, p. 117). Sendo assim, a legalização implicaria a necessidade de se solver os procedimentos demarcatórios pela mediação do dinheiro, enredando os candidatos à proprietários na sociabilidade pela mercadoria: ***“Um invasor que requeresse à repartição estadual de terras²⁴⁴ à inspeção de sua posse e pagasse o custo de mediação e demarcação, podia receber o título legal da terra que reivindicava”*** (1984, p. 177). Para solver tais custos se faria necessário pôr-se a terra a produzir para o mercado, haja visto a necessária mediação do dinheiro como forma de pagamento. Por outro lado, a regularização da terra envolveria obrigações frequentes a serem saldadas, como impostos, por exemplo, obrigando o proprietário a se vincular ao mercado. As observações de Holloway, além de indicarem a pouca eficácia da “Lei de Terras” de 1850, pois não evitara o surgimento de posseiros, reforçariam o caráter, estritamente datado, da terra como meio de produção privado, pois a condição de proprietário fundiário emanaria da exploração do trabalho que a porção do solo, apropriado, permitiria mediar. Ou seja, a propriedade privada da terra somente possuiria sentido em sua relação para com o processo de valorização.

De tudo que fora exposto, até então, a respeito da forma negativa que a propriedade privada da terra assumiria na realidade brasileira, se concluiria que a colonização, como forma de expansão do agrário, somente poderia ser levada a termo pela compra da terra, sendo essa a condição para que a mesma cumprisse sua função, em relação ao processo geral de valorização. Por outro lado, se tal processo de colonização se fizera pela pequena propriedade, o padrão fundiário adotado não mudaria o sentido da propriedade privada da terra, no agrário brasileiro. Se para o colono a obtenção da propriedade da terra significaria uma aparente ascensão social, à medida que deixaria de subordinar-se aos grandes proprietários, tal condição não o livraria de sua subordinação ao mercado. Portanto, independente do padrão fundiário, a propriedade privada da terra somente se justificaria à medida que permitisse a manutenção das trocas com as economias industriais.

Os problemas que atingiriam as grandes propriedades se replicariam sobre a pequena propriedade, se maximizando em relação aos poucos ganhos obtidos pelos pequenos agricultores. Em uma realidade onde o trabalho sempre estivera em crise, a sua

²⁴⁴ “Repartição de Terras, Imigração e Colonização”, subordinada à Secretaria de Agricultura de São Paulo (HOLLOWAY, 1984, p. 175)

exploração, por meio da pequena propriedade, acabaria por recair na força de trabalho familiar e sobre os chamados agregados e parceiros, formas personificadas de relações de produção onde a mediação do dinheiro se faria de forma limitada. No entanto, a mediação pela mercadoria se intensificaria à medida que as pequenas propriedades não possuiriam a mesma autossuficiência que as grandes propriedades. O pequeno proprietário, em relação ao grande proprietário, seria mais dependente do mercado, ainda que possuía menos dinheiro, o que lhe enredará em constantes endividamentos. O custo advindo da condição de proprietário de terras (pois seria nisso que se constituiria a propriedade da terra, negativamente posta), pesaria de forma ampliada sobre o pequeno agricultor. A pequena propriedade estaria, assim, a mediar relações sociais que lançariam, sobre o seu proprietário, a mesma espoliação sofrida pelo colono.

Por outro lado, a necessidade de se expandir o agrário paulista, combinada com o imperativo da compra da terra (pelos motivos que foram anteriormente expostos), imbricariam tal expansão com um processo de colonização levado a termo como negócio imobiliário, realizado por empresas especializadas em abrir novas áreas à agricultura. Visando tornar proprietários de terras, um amplo contingente de indivíduos cujas posses seriam, em geral, restritas, o negócio da “colonização” se revelaria uma atividade cercada de riscos, pois os lotes comercializados deveriam ser pagos ao longo de vários anos (quatro ou cinco anos), e por meio de um trabalho que estaria por se realizar na mesma terra adquirida. Ampliando os riscos estaria a incerteza, quanto à capacidade dessas novas terras de atingirem a produtividade, minimamente, necessária à remuneração dos capitais que mediarão a venda das safras (transportes, processadores de grãos, exportadores, etc.). Caso não suportassem tais custos, os adquirentes dos lotes poderiam abandoná-los, haja visto que, devido à presença de grandes áreas de terras devolutas, a condição de posseiro lhes permitiria, ao menos, obter a subsistência²⁴⁵. Portanto, a expansão do agrário paulista, por meio da comercialização de terras, exigiria que se combinasse a venda dos lotes com a oferta de assistência técnica e outras formas de auxílio ao pequeno proprietário, para que esse pudesse suportar os níveis de espoliação que lhes seriam impostos. Obtendo êxito em sua produção, o adquirente das terras poderia, então, saldar seus compromissos com os loteadores. Isso exigiria que a colonização fosse levada à frente por empresas, minimamente, capacitadas a equacionar a produtividade das novas terras aos imperativos do tempo social médio de produção. Nos debruçaremos sobre as

²⁴⁵ MONBEIG (1984), apontaria a prática, adotada por sitiantes endividados, de abandonarem suas terras, optando por se embrenharem em áreas de colonização recente (1984, p.224-228).

operações de uma dessas empresas, a Companhia de Agricultura, Imigração Colonização, que realizara seus negócios, no Estado de São Paulo, entre os anos de 1934 e 1961 (após esse período fora encampada pelo governo estadual), colonizando terras em várias localidades do oeste paulista. Os negócios dessa companhia, cujos registros documentais encontram-se disponíveis no Centro de Memória da Universidade de Campinas (CMU-UNICAMP), nos permitem constatar o caráter crítico do processo de expansão do agrário paulista, onde cada novo lote reproduziria, de forma ampliada, uma realidade onde o trabalho se mostraria incapaz de afirmar o seu sentido, ou seja, reproduzir a totalidade do capital.

4.2 - A colonização como expansão crítica do agrário.

A “Coordenação de Leis de Imigração e Colonização do Brasil” (1960)²⁴⁶, obra que reúne documentos que datariam do Império até a segunda metade do século XX, e que tratariam da legislação brasileira referente à imigração e colonização, nos forneceria elementos que apontariam que processos de colonização, como forma de expansão do agrário, foram motivo de preocupações e ações governamentais, desde as primeiras décadas da criação do Estado Brasileiro. No entanto, essa expansão, que envolveria a colonização de amplas áreas, não se daria, apenas, pela ação direta do Estado, mas sim, constituir-se-ia em atividade amplamente compartilhada com iniciativas privadas, como demonstrariam as inúmeras concessões dadas a companhias particulares de colonização (muitas de origem estrangeira), registradas no conjunto de leis anteriormente citado. Em 1850 o Decreto Imperial, nº 537, concederia à empresa Sociedade de Colonização, o direito de criar colônias em Santa Catarina (1960, p. 42). Em 1886 o Imperador autorizaria a criação da Companhia Agrícola de Colonização de Vassouras (Decreto nº 9551) (1960, p. 85), que atuaria na Província de Minas Gerais. Em 1912, o Presidente Hermes da Fonseca autorizaria que atuassem no Brasil três empresas estrangeiras voltadas à colonização: A “Amazon Land Colonization Company”, a “Brasil Denvelopment Company” e a “São Paulo Development Company”, todas oriundas de Portland, Estados Unidos da América (1960, p. 146-147). HOLLOWAY (1984), apontaria que em 1893, a Secretaria de Agricultura de São Paulo doaria um total de 100 000 hectares a companhias de colonização para que essas promovessem a ocupação de várias áreas no Estado de São Paulo (1984, p.175). Processo semelhante seria observado em 1913, quando a companhia

²⁴⁶ A Coordenação de Leis de Imigração e Colonização do Brasil. Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960.

nipônica de imigração e colonização Brasil Takushoku Kashiki Kaisha, ou, K. K. K. K, como ficaria conhecida, obtivera, junto ao governo do Estado de São Paulo, 50 mil hectares de terras, localizadas no Vale do Ribeira, a fim de assentar 4 mil agricultores japoneses (MITA, 1999, p. 45). MONBEIG (1984) observaria que, nas primeiras décadas do século XX, inúmeros empreendimentos de colonização, conduzidos por loteadores particulares, estariam a promover a ocupação de grandes áreas do oeste paulista (1984, p. 236-239). O envolvimento de capitais privados, conduzindo processos de colonização, revelaria que tais ações, ainda que imprescindíveis, não poderiam ser levadas a termo, exclusivamente, pelo Estado, pois esse não poderia arcar, sozinho, com a expansão das relações mediadas pela mercadoria que exigiriam grandes investimentos para que se adequassem ao tempo social médio de produção. Portanto, o Estado dividirá com as companhias privadas de colonização, a tarefa de expandir o agrário, sendo necessário, para tanto, incorporar ao preço das terras comercializadas por essas empresas, os custos com a instalação de infraestruturas que permitissem que circulação da mercadoria se desse dentro do tempo social médio.

Por outro lado, por se tratar de um processo de expansão extensiva da produção agropecuária nacional, a colonização dependeria da mobilização de contingentes crescentes de indivíduos, fosse para substituir os colonos que se tornariam sitiantes, fosse para aumentar o número de produtores-proprietários, no agrário nacional (desde que pagassem pela terra). Isso levaria as empresas de colonização a imbricarem a atividade colonizadora com a importação de “braços” para a agricultura. No entanto, os custos envolvidos na operação seriam elevados, o que resultaria na necessidade da participação estatal no custeio da imigração. As experiências de mobilização de força de trabalho, por meio de processos de imigração, custeados privadamente (realizados, principalmente, nas décadas finais do século XIX, em substituição ao escravo), teriam se mostrado pouco promissoras. A cobrança dos custos com a imigração, lançadas sobre os trabalhadores, teria elevado, de tal forma, os níveis de exploração aplicados sobre os mesmos, que esses se veriam reduzidos à condição de semiescravos, enredados em dívidas impagáveis e obrigados a realizarem escapadas do, quase, cativeiro onde se encontrariam. Segundo HOLLOWAY (1984), os *“fazendeiros pagavam os custos de transporte das famílias imigrantes e adiantavam fundos suficientes para “sustentar os recém-chegados até que eles pudessem colher alimentos nos lotes de terras que lhes cabiam no território da fazenda”* (1984, p. 112), mas ressaltaria que o fazendeiro esperava que o trabalhador o *“reembolsasse (...) por todas essas despesas, incidindo juros sobre a parte que não fosse*

saldada” (1984, idem). Portanto, o trabalho livre, assim como fora o trabalho do escravo, já se revelaria crítico, nas primeiras tentativas de seu estabelecimento em nossa realidade, demonstrando ser um custo, como argumentamos anteriormente. Os níveis de exploração do trabalho, impostos aos indivíduos, exigiria o uso da coerção violenta para que esses permanecessem nas propriedades. O mesmo HOLLOWAY (1984), apontaria que, dentre as primeiras levas de estrangeiros, aportados ao Brasil, para fins de substituição da mão de obra escrava, houveram casos de *“castigo corporal de parceiros imigrantes”* (1984, p. 113), e que os fazendeiros chegariam a *“se imiscuir em assuntos domésticos e privados do trabalhador”* (1984, idem), exercendo o controle sobre todos os aspectos da vida pessoal dos seus trabalhadores. Sendo assim, a coerção extra-econômica estaria a suprir a “frouxidão” do nexos social pela mercadoria, que não seria capaz, por si só, de subsumir os indivíduos inseridos nessa realidade. Estando o trabalho, negativamente posto, ou seja, não estando as relações sociais sob a mediação, direta, do dinheiro, os indivíduos poderiam, a qualquer momento, abandonarem as fazendas e se embrenharem nas terras incultas, entregando-se ao plantio de subsistência, como posseiros. As dívidas, decorrentes da mobilização da força de trabalho, estariam a substituir, negativamente, a subsunção real à mercadoria, substituindo-a pela legitimidade jurídica, dada ao fazendeiro para fixar os indivíduos à terra, por conta de suas pendências²⁴⁷.

Mas o que se pretenderia, expondo problemas relacionados à imigração que remeteriam à momentos anteriores ao período por nós pesquisado, seria demonstrar que a mobilização da força de trabalho se constituiria em um custo distribuído, socialmente, por meio do Estado. Sob condições de semiescravidão, como demonstrado anteriormente, se reduziria o número de indivíduos dispostos a ingressarem no agrário paulista, o que poria a necessidade de que o Estado assumisse os custos com a imigração, retirando-os da esfera privada. Segundo HOLLOWAY (1984), na década de 1890, 85% de toda a imigração, com destino ao Estado de São Paulo, fora subsidiada (1984, p. 107), procedimento que seria, progressivamente, reduzido nas décadas seguintes, devido aos custos envolvidos. STOLCKE (1986), observaria que, no início do século XX, a mobilização de trabalhadores para a agricultura paulista começaria a recair, principalmente, sobre contingentes nacionais, em especial, nordestinos deslocados devido as secas que assolariam o nordeste brasileiro, na década de 1910 (1986, p.88). A partir da

²⁴⁷ Nas observações de HOLLOWAY (1984), *“... as dívidas eram usadas para reter os colonos...”* (1984, p. 152).

década de 1930, durante a chamada “Era Vargas” o governo brasileiro assumiria, oficialmente, à opção pelo elemento nacional, impondo cotas à entrada de estrangeiros, como apontado anteriormente (Decreto nº 3 010, de 20 de agosto de 1938 – ANEXO 3). Os obstáculos impostos pelo governo federal, levariam o Governo do Estado de São Paulo a, também, optar pela mão de obra nacional em sua atividade de inserção de trabalhadores no agrário paulista. No entanto, continuaria a delegar essa função a empresas privadas, como a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (ou CAIC, da qual trataremos mais à frente). O aumento exponencial da área ocupada por atividades agropecuárias, estaria a refletir o não desenvolvimento de forças produtivas no campo, derivando dessa condição a necessidade de mais “braços” e terras para que, pelo aumento extensivo da produção, se pudesse saldar as trocas com as economias industriais. No entanto, o que se estaria a reproduzir seriam as mesmas condições que, por fim, reporiam, de forma ampliada, a crise que se buscava superar. Para que isso fique mais claro, se faz necessário que centralizemos nossa análise sobre um recorte do processo de colonização do oeste paulista, para que uma maior empiricização nos permita acessar os seus resultados contraditórios que nos revelarão a reiteração da crise como forma de reprodução do capital em sua periferia.

Analisar cada um dos flancos em que se dera a colonização do oeste paulista, se tornaria uma tarefa que extrapolaria nossas possibilidades, no entanto, o seu sentido lógico (do processo de colonização), e que o integra ao processo geral de valorização, pode ser identificado nos seus momentos particulares, como nas operações da CAIC, sobre as quais nos debruçaremos, e que nos levarão ao nosso objeto de análise conclusivo, ou seja, a divisão campo-cidade, gestada em meio às áreas de colonização. O surgimento de cidades em áreas de colonização, mais especificamente, ao longo dos traçados dos leitos ferroviários (principalmente após os anos trinta do século XX), resultaria de empreendimentos imobiliários destinados à constituição de áreas urbanas que se antecipariam a qualquer produção de valor que lhes poderia dar algum sentido. Os chamados patrimônios²⁴⁸, empreendimentos que buscariam antepor um proto-urbano

²⁴⁸ MONBEIG (1984) demonstraria que, apesar de manter as formalidades religiosas de outrora, os chamados “patrimônios” se constituiriam em empreendimentos imobiliários: ***“Fundar um patrimônio é prática antiga no Brasil (...) O fundador ‘dava’ uma parcela de terra a um santo e ali fazia construir uma capela. As pessoas fixavam-se ao redor da pequena igreja, aproveitando-se da gratuidade dos terrenos ou, de qualquer forma, do pagamento medíocre que o padre lhe viesse pedir. O nome conservou-se, mas a instituição laicizou-se (...). Terminadas a festa e a benção da cruz, tudo se passa como um loteamento urbano qualquer”*** (1984, p.235-236).

(“sementeiras de cidades”, como diria MONBEIG (1984)), à loteamentos rurais, em processo de comercialização (1984, p. 338-341), dependeriam, para seu êxito, de suposta capacidade de produção de valor que estaria, ainda, por se confirmar. Dessa forma, o urbano surgiria de forma crítica no oeste-paulista, dependendo, para o seu desenvolvimento, da capacidade dos empreendedores em oferecerem atrativos àqueles que se interessassem em se instalar nos mesmos. Nos aprofundaremos nessa questão no último capítulo do presente trabalho.

Retomemos, portanto a nossa análise sobre o processo de colonização levado a termo pela CAIC e que nos permitirá, através de sua particularidade, acessar o sentido lógico da expansão do agrário paulista, situando-a na totalidade da reprodução mundial do capital. O caráter contraditório dessa expansão se revelaria à medida que a própria CAIC, seria enredada pela crise à qual deveria contribuir para o solucionamento, tendo a reprodução do seu capital, solapada pela condição crítica do agrário paulista. Analisemos esse processo.

A colonização do oeste paulista, a partir dos anos trinta do século XX, ganharia forte impulso após a crise de 1929 (verificar tabela 9). Não se poderia apartar tal processo da própria modernização brasileira, que seria gestada nos trinta anos seguintes, principalmente na chamada “Era Vargas” (1930-1945 e 1951-1954), onde a expansão do agrário visaria, para além de saldar as trocas com as economias industriais, pagar a internalização dos capitais estrangeiros investidos na criação de um parque industrial, no Brasil.

Tabela 9 - Evolução do agrário paulista (1920-1960).

Ano	1920	1940	1950	1960
Número total de estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo.	80 921	252 615	221 611	317 374
Área total utilizada nas atividades agropecuárias no Estado de São Paulo. (Em hectares)	13 883 269	18 579 827	19 007 582	19 303 948

Fonte: Ministério da Agricultura Indústria e Comércio- Recenseamento do Brasil de 1920 (1923), IBGE- Censos Agropecuários de 1940 (Sinopse dos Dados) (1948) *, 1950 (1956) e 1960 (1967), organizado por Silvio M. de Lima

* Ano da publicação

No entanto, o desencadeador imediato dessa expansão no oeste paulista, não se encontraria em ações governamentais, e sim nos capitais privados individuais, principalmente os capitais ferroviários, que tiveram sua remuneração, já crítica (como pudemos observar anteriormente), comprometida com o agravamento da crise do setor agroexportador, após 1929. O surgimento da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, ou CAIC, entrelaçasse, diretamente, com a necessidade de remuneração dos capitais ferroviários que buscariam, na expansão do agrário, estimularem a produção agropecuária para, assim, obterem a ampliação de seus fretes. Portanto, ainda que tenhamos tratado do assunto, em momento anterior do presente trabalho, consideramos necessário nos aprofundarmos na interação entre a expansão ferroviária, operada pela Paulista, e o processo de colonização por ela promovido. Observemos como se daria essa interação.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), empresa privada, que teria entre os seus acionistas e dirigentes, grandes cafeicultores paulistas, tomaria a iniciativa, diante dos efeitos que a crise de 1929 gerara sobre o agrário, de adquirir fazendas falidas e realizar o seu fatiamento, em pequenas propriedades, recolocando-as a produzir. Para isso constituiria uma empresa de capital aberto, denominada Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: *“A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), fora organizada por inspiração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (...), visando o problema máximo de uma empresa ferroviária que é a expansão do seu tráfego”* (CPEF, apud CARNEIRO, 1985)²⁴⁹. Quanto ao encaminhamento dos negócios de loteamento operados pela CAIC, no sentido de fomentar à pequena propriedade, declararia a direção da Paulista à Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU):

“A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na execução de seu programa econômico, entendeu ser conveniente a criação de um órgão com personalidade jurídica própria, mas, que lhe ficassem assegurados o controle e a direção, a fim de promover o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola e, por via de consequência, o aumento da produção, visando garantir o maior volume de carga a transportar” (CMBEU - Anexo 7, 1953, apud GRANDI, 2013)

²⁴⁹ COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO, “Informações Prestadas aos Acionistas sobre a constituição da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização”, 1947, apud CARNEIRO, 1985.

A companhia fora criada em 1934, pela emissão de 100 000 ações à Cr\$ 200,00 cada, tendo sido 16% delas adquiridas pela Paulista (CPEF, apud CARNEIRO, 1985). CARNEIRO (1985), apontaria que os primeiros negócios realizados pela CAIC se constituíram na aquisição de fazendas arrestadas pelo Banco do Estado de São Paulo (após a crise de 1929), e o seu loteamento em pequenas propriedades, (1985, p. 49). O procedimento não seria novo, como se observaria no fatiamento da Fazenda Bastos (imagem 1), realizado em 1928 (portanto, anteriormente à grande crise de 1929), e que viria a se constituir no atual município de Bastos (MITA, 1999). Os fatiamentos seguiriam uma padronização, permitindo o acesso à água, o que orientaria os traçados dos loteamentos em direção à rede de drenagem (MONBEIG, 1984, p. 222).

Imagem 1 - Loteamento da Fazenda Bastos (1928).

Fonte: MITA, 1999

Imagem 1- Fazenda Bastos, loteada em 1928 pela Sociedade Colonizadora do Brasil, empresa privada pertencente à Casa Bancaria Bratac.

Se inicialmente, as operações da CAIC se resumiram ao fatiamento de fazendas falidas, os seus negócios logo se ampliariam para a compra de terras florestadas, a serem parceladas em pequenas propriedades destinadas à venda. Expandir o agrário não se constituiria em opção de empreendimento, mas sim algo incontornável, como nos revelariam os negócios de colonização promovidos pela Paulista. Como se observa na

tabela abaixo (tabela 10), o aumento da carga transportada acompanharia o aumento das despesas em relação as receitas, obtidas nas operações de transporte. Mesmo sendo ascendente a quantidade de carga transportada, os custos estariam a avançar sobre os lucros da empresa, o que revelaria que os preços dos fretes não estariam sendo suficientes para remunerar os investimentos realizados na expansão das ferrovias e na sua capacidade de transporte. Se buscaria, pela colonização, elevar o volume de cargas a serem transportadas, buscando-se, assim, um suposto equilíbrio entre receitas e despesas.

Tabela 10 - Companhia Paulista de Estradas de Ferro: relação entre receitas, despesas e cargas transportadas.

Anos	Receita	Despesa	Porcentagem correspondente às despesas	Total de cargas transportadas (Em toneladas)
1931	86.516.534	57.422.187	66,4	2.060.498
1932	103.740.473	52.655.463	50,8	2.316.230
1933	93.729.231	53.849.614	57,5	2.203.204
1934	107.481.254	58.021.502	54,0	2.511.448
1935	103.166.790	66.440.902	64,4	2.435.930
1936	116.324.283	71.239.513	61,2	2.795.269
1937	125.522.529	75.093.949	59,8	3.078.804
1938	140.474.919	90.027.137	64,1	3.362.825
1939	140.313.759	89.890.220	64,1	3.226.014
1940	131.098.386	92.117.095	70,3	3.192.756
1941	141.509.147	98.090.448	69,3	3.265.163
1942	158.824.986	110.242.072	69,4	3.448.538
1943	185.226.334	130.614.228	70,5	3.731.286
1944	234.682.396	180.478.793	76,9	3.977.928
1945	284.124.636	231.520.785	81,5	3.388.148

Fonte: GRANDIS, 2013 e SAES, 1981, organizado por Silvio M. de Lima

Observação: Os valores são expressos em mil-réis até 1941. A partir de 1942 são expressos em cruzeiros.

A crise do agrário e a crise das ferrovias seriam momentos de uma só crise que se fundamentaria na negatividade do trabalho, ou seja, na presença apenas negativa de um conjunto de relações sociais que permitissem que o trabalho reproduzisse o trabalhador e, simultaneamente, produzisse os excedentes necessários à remuneração do capital. Não sendo essa a condição em que se daria a exploração do trabalho na realidade brasileira, o capital encontraria limites para sua reprodução, como se observaria nos negócios das ferrovias paulistas. O que se buscaria com o estímulo à colonização de terras, expandindo-se o setor agroexportador, seria a compensação da baixa produtividade, relativa, do trabalho no agrário paulista. Sendo os preços cobrados pelos fretes, incapazes de suprir os gastos com a reposição do material ferroviário, e havendo limites ao aumento desses preços, impostos pela condição crítica dos agricultores, se buscaria, na expansão do

agrário, equacionar os volumes de carga às necessidades de se remunerar os capitais industriais, fornecedores dos insumos e equipamentos ferroviários. Em suma, os preços dos fretes não seriam suficientes para reporem as ferrovias. O problema se tornaria tão grave que, apesar dos limites observados, quanto à capacidade do agrário em remunerar as ferrovias, em 1945 o governo federal criaria um adicional de 10% aos preços dos fretes, destinado a compor um fundo para a **“renovação dos bens físicos”** (Decreto-lei n. 7.632, de 12 de junho de 1945)²⁵⁰, revelando a enorme dificuldade que as empresas ferroviárias teriam em repor seu capital. Sendo assim, expandir o volume de cargas a serem transportadas se tornaria a forma pela qual a Paulista procuraria superar o agravamento que a crise de 1929 trouxera à condição, já crítica, em que se encontrariam as ferroviárias paulistas, de modo geral. A expansão do agrário se tornaria de tamanha importância para a reprodução do capital da Paulista que, segundo GRANDI (2013), a empresa passaria a destinar, de forma sistemática, recursos de seu Fundo de Expansão de Tráfego (criado em 1932 para a realização de investimentos na ampliação da malha ferroviária), para a aquisição de ações da CAIC, para que essa continuasse a promover a colonização de novas áreas a serem servidas por suas ferrovias:

“Com respeito ao Fundo de Expansão de Tráfego, havia um constante emprego de parte dos seus recursos na subscrição de ações da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC): empresa subsidiária da Paulista que tinha por finalidade o fracionamento de terras e o loteamento de grandes propriedades rurais existentes na zona servida pela ferrovia” (GRANDI, 2013, p.173)

Dentre as ferrovias paulistas, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro fora a que melhor expressara o paradigma apontado por MONBEIG (1984), no qual o avanço ferroviário somente ocorreria quando terras, localizadas para além do trecho final dos trilhos, estariam produzindo plenamente²⁵¹. Os avanços da Paulista se dariam mais lentamente, em relação às demais ferrovias e, estando a empresa envolvida no negócio da colonização, as arremetidas se fariam de modo a promover a venda dos lotes, localizados às margens do traçado do leito ferroviário. A proximidade para com os trilhos se tornaria

²⁵⁰ Disponível em no site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7632-12-junho-1945>

²⁵¹ Sobre as ferrovias paulistas diria MONBEIG (1984): ***“... a maior parte só foi construída depois de as derrubadas já haverem avançado o suficiente, de o povoamento já ser numeroso e de as culturas estenderem-se o bastante para assegurar os fretes”*** (1984, p. 174).

um fator que permitiria, aos adquirentes das terras, vislumbrarem uma renda diferencial pela redução dos custos com o transporte, o que tornaria os loteamentos, às margens das ferrovias, mais atrativos à compra. No entanto, no caso específico da Paulista, a ferrovia seria oferecida, inicialmente, como promessa, sendo o avanço, em direção às áreas colonizadas, dependente do trabalho que estaria por se realizar nas novas propriedades. Seria com o trabalho futuro que se esperaria pagar a expansão ferroviária. Tomando como exemplo a chamada “Alta Paulista”, uma extensão do principal tronco ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a mesma somente alcançaria as margens do Rio Paraná, na década de 1960, enquanto a Noroeste e a Sorocabana já o haviam atingido, nas primeiras décadas do século XX. Os avanços da “Alta Paulista” seriam precedidos por longas pausas (para que as áreas colonizadas se tornassem produtivas), ficando essa (a “Alta Paulista”), estacionada em Marília até 1935, quando avançaria até Pompéia, seguindo até Quintana, em 1940, e atingindo Tupã em 1941 (GRANDI, 2013, p.131-132). Transpostos esses municípios, se adentraria na chamada “Nova Alta Paulista” (mapa 2), região assim denominada por abrigar os novos trechos da ferrovia “Alta Paulista”, construídos após uma pausa de 8 anos (1941-1949), durante os quais o terminal de seus trilhos fora fixado no município de Tupã. A chamada “Nova Alta Paulista”, por se tratar de uma área de exploração exclusiva da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, seria alvo de inúmeros empreendimentos da CAIC, o que resultaria no surgimento de cidades cujas origens estariam ligadas aos seus loteamentos, como Adamantina e Flórida Paulista. Em 1949 os trilhos avançariam de Tupã a Osvaldo Cruz, alcançando Adamantina em 1950. O próximo avanço, até Panorama (município localizado as margens do Rio Paraná), seria realizado, somente, em 1960, sendo o motivo dessa longa pausa, o mesmo que detivera a ponta dos trilhos em Tupã, ou seja, a necessidade de que a produção, nas novas terras colonizadas, fosse capaz de remunerar as inversões na ampliação das linhas férreas. Quanto maiores fossem as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores, maiores seriam as dificuldades que a “Paulista” teria em realizar investimentos, portanto, maiores as pausas nas cidades chamadas de “pontas de trilho” (MONBEIG, 1984, p. 348). Marília receberia os trilhos da “Alta Paulista” em 1928, 5 anos após a abertura dos primeiros loteamentos que dariam origem a esse município (IBGE, 2013). Em 1935, os trilhos dessa mesma ferrovia, alcançariam o patrimônio de Pompéia, 7 anos após a abertura do empreendimento loteador, em 1928 (IBGE,2016) (GRANDI, 2013, p. 135). No entanto, à medida que a ferrovia adentraria a região da “Nova Alta Paulista”, onde predominariam as pequenas propriedades surgidas,

principalmente, após a grande crise de 1929, as pausas nos avanços dos trilhos se tornariam maiores. A exemplo, tomemos os loteamentos da CAIC, BOSTON – 6^a Seção (município de Lucélia), BOSTON - 7^a Seção (município de Osvaldo Cruz) e Boston Cattle (atual município de Adamantina), todos planejados para que fossem contemplados pelo avanço ferroviário que atravessaria a “Nova Alta Paulista” (empreendimentos movidos, pela própria Paulista, por meio da CAIC). Entre a abertura dos loteamentos, em 1939, e a chegada da ferrovia aos mesmos, entre 1949 e 1950, se passaria uma década (CAIC, Relatório nº 12, 1946, apud CARNEIRO, 1985). O próximo avanço, até as margens do Rio Paraná, seria realizado, também, após uma década, período em que a “ponta dos trilhos” ficaria estacionado no município de Adamantina. No entanto, mesmo após essa longa pausa, a instalação do novo trecho ferroviário somente fora viabilizado por meio de um empréstimo, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (GRANDI, 2013). Após a contratação de tal empréstimo, a condição de insolvência financeira da Paulista se agravava, desencadeando sua encampação pelo Governo do Estado de São Paulo, em 1961²⁵². A expansão do agrário, portanto, não estaria a solucionar a crise do capital ferroviário, revelando a incapacidade do mesmo (do agrário), em remunerar os capitais industriais dos quais as ferrovias seriam tributárias diretas.

²⁵² GRANDI (2013), relacionaria os grandes empréstimos tomados pela Paulista, com o agravamento de sua crise financeira, o que apontaria que tais empréstimos não estariam encontrando solvência no agrário paulista, comprometendo, assim, a reposição do capital da empresa: ***“Em conjunto, todos esses créditos de financiamento com o Eximbank e o BNDE indicam que a Paulista vinha, a cada contratação de um novo empréstimo, perdendo sua autonomia financeira. Além dos fundos formados pelas taxas adicionais, a companhia dispunha da Conta de capital e dos chamados fundos estatutários que, pelo que os dados sugerem, já não conseguiam mais prover a totalidade dos recursos necessários à continuidade dos planos de melhoramentos e expansão ferroviária. O fato que endossa essa impressão é exatamente esse último empréstimo tomado do BNDE para financiar o equivalente a 60% das obras do prolongamento de Adamantina a Panorama”*** (GRANDI, 2013, p. 169).

Mapa 4 - Região da Nova Alta Paulista

Fonte: GIL, 2007, GRANDI, 2013, Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), Associação Paulista de Municípios (APM), organizado por Silvio M. de Lima.

Mapa 2 – A “Nova Alta Paulista”, ainda que não reconhecida pela regionalização oficial do Estado de São Paulo, gozaria, segundo GIL (2007)*, de um reconhecimento local (extraoficial), que se fundamentaria nos problemas que perpassariam o conjunto dos municípios que tiveram suas origens relacionadas a instalação do trecho final da ferrovia “Alta Paulista” (trecho localizado entre os municípios de Tupã e Panorama) (2007, p. 67-76). Segundo a autora, a constituição de organizações não governamentais, como a Associação de Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), resultariam, justamente, do reconhecimento de que haveriam problemas em comum, que careceriam de um enfrentamento conjunto, por parte das municipalidades que integrariam a citada região (2007, p. 190-204). Atualmente, segundo a AMNAP, fariam parte da Nova Alta Paulista, Adamantina, Arco Íris, Bastos, Dracena, Flórida Paulista, Flora Rica, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Pracinha, Queiroz, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau D’Alho, Tupã e Tupi Paulista (AMNAP, 2016)

*Izabel Castanha GIL, “Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional”, 2007.

As dificuldades em fazer avançar a ferrovia, observadas no trecho final da “Alta Paulista” (até o Rio Paraná, atravessando terras recém colonizadas), demonstrariam que, por mais que se pusesse terras a produzir, tal procedimento não estaria a compensar o enorme desenvolvimento da produtividade dos capitais industriais. Nesse sentido, a expansão do agrário paulista revelaria seu caráter aporético, pois apenas reporia aquilo que buscava solucionar. Como bem observaria CARNEIRO (1985), em suas análises sobre a atuação da CAIC e sua relação para com a crise do agrário: *“quando os preços externos eram satisfatórios, tudo bem; caso contrário, compensava-se maus preços com a ampliação das exportações”* (1985, p. 36). No entanto, a forma possível de se levar adiante a *“ampliação das exportações”*, seria o aumento extensivo da produção, haja

visto que não haveria qualquer melhoria na produtividade do agrário nacional. Por outro lado, a constante ascensão da capacidade produtiva dos capitais industriais, reduziriam, cada vez mais, a capacidade dos mesmos de remunerar o tempo de trabalho periférico. MANDEL (1985), observaria que entre os anos cinquenta e setenta do século XX (momento em que as áreas colonizadas do oeste paulista, após a grande crise de 1929, estariam produzindo plenamente), haveria uma depreciação, generalizada, das matérias primas fornecidas às economias centrais, pelos países periféricos:

“A participação em rápido declínio do Terceiro Mundo no comércio mundial – de aproximadamente 32% em 1950 a cerca de 17% em 1970 – naturalmente não implica, de maneira alguma, que esteja havendo um decréscimo absoluto na dependência das nações imperialistas em relação a certas matérias-primas (...). Todavia, dentro da estrutura da economia capitalista mundial, a contradição entre valor de uso e o valor de troca das mercadorias exprime-se no fato de que a dependência ampliada do imperialismo em relação às matérias primas exportadas pelos países coloniais, é acompanhada por um declínio relativo nos preços pagos por essas matérias primas e por um declínio relativo em seu valor” (MANDEL, 1985, p. 46).

A explicação passaria pela contradição que perpassaria o processo de desenvolvimento de forças sociais produtivas, gerando aumento da produtividade física e, simultaneamente, reduzindo a capacidade do capital de produzir valor, o que tornaria impagável o tempo de trabalho consumido na produção de matérias primas, sob condições periféricas (sem o mesmo desenvolvimento de forças produtivas). Pagar todo o tempo de trabalho, consumido pelos capitais primário-exportadores, significaria a eliminação do lucro dos capitais industriais centrais, como também, a impossibilidade de se remunerar o desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, as trocas deveriam se dar pelo preço, e não pelos valores das matérias primas. Somente assim, essas poderiam ser trocadas com as economias centrais, sendo o excedente de valor, nelas contido, incorporado pelos capitais industriais que, ao não pagarem por parte do trabalho contido nessas matérias primas, se capacitariam a remunerar os investimentos realizados no desenvolvimento das forças sociais produtivas, ou seja, na substituição do capital variável pelo constante. No

outro polo da relação estaria o agrário paulista que não poderia compensar suas perdas pela intensificação da produção nas áreas já ocupadas, recorrendo, assim, ao aumento da produção por meio da extensão das áreas de plantio. O problema poderia ser observado na produção cafeeira, tomando-se como exemplo a sua evolução entre as décadas de 1950 e 1960 que, como demonstra o gráfico abaixo (gráfico 4), reagiria à queda nos preços internacionais com o aumento da área plantada. Enquanto os preços cresciam (de 1950 a 1954), houvera um aumento de, aproximadamente, 60 000 hectares na área de plantio do café, enquanto na fase de preços descendentes (1955 a 1960) o aumento fora de 122 000 hectares.

Gráfico 4 – Evolução da área plantada, ocupada pela cafeicultura paulista, em relação à evolução dos preços do café (1950-1960)

Fonte: COSTA, HERNANDES e LIMA, 1990, organizado por Silvio M. de Lima

*Preços praticados no Porto de Santos, em dólares, por saca de 60 Kg.

A década de 1950 fora um momento em que as commodities, de maneira geral, sofreriam rápida valorização, devido ao fim da guerra e a expansão do capital norte-americano na Europa (NETTO, 1979, p. 131). No entanto, os preços se manteriam elevados, apenas, durante alguns anos e, na segunda metade da citada década, seriam fortemente rebaixados, devido à intervenção dos capitais industriais na produção e no melhor aproveitamento das matérias primas, ou seja, na aplicação de forças produtivas que permitissem a redução dos preços dos produtos primários. No caso do setor agroexportador paulista, o principal impacto se daria sobre a cafeicultura, sendo essa atingida pela ampliação da produção do café solúvel, que aumentaria o rendimento do café verde em 4 vezes. Com uma libra de café verde (453 g) solubilizado, produzir-se-iam 240 xícaras de café, contra 63 xícaras produzidas com o café tradicional, (NETTO,

1979, p. 141), consumido por meio de infusão. Isso geraria forte concorrência dos cafés africanos, de menor qualidade e, até então, pouco apreciados para a infusão, mas plenamente utilizáveis para a produção do café solúvel (NETTO, 1979)²⁵³. A entrada no mercado desses cafés geraria a baixa generalizada dos preços do produto.

A simultaneidade entre expansão e crise do agrário, tornaria a tarefa de empresas de colonização, como a CAIC, um “trabalho de Sísifo”, haja visto que cada loteamento aberto já pressuporia a necessidade de um novo loteamento, como compensação ao não desenvolvimento de forças produtivas no agrário nacional. No entanto, à medida que avançaria a modernização nacional, promovida a partir dos anos trinta do século XX, a crise se reporia de forma agravada, pois esse agrário deveria remunerar os capitais industriais centrais, necessários à sua reprodução (como a indústria automobilística, ferroviária ou de combustíveis), como também deveria pagar a internalização dessa indústria, em processo de transplante para o território brasileiro. Assim como ocorreria com as ferrovias, as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores, extremamente espoliados, imporiam limites à solvência do negócio de colonização, como se poderia observar na evolução dos empreendimentos da CAIC. O problema já apareceria no primeiro relatório da CAIC, ainda que fazendo referência a sua antecessora, a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB), também de propriedade da “Paulista”, e que fora incorporada ao capital da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. No momento da absorção da CGICB pela CAIC, informariam os diretores da primeira que, quanto aos empreendimentos de colonização até então realizados: **“Grandes não tem sido os lucros auferidos nesses negócios”** (RELATÓRIOS nº 1 da CAIC, 1937, apud CARNEIRO, 1985).

Haveriam, portanto, limitações à lucratividade de tais negócios, pois se faria necessário vender as terras e pô-las a produzir e, caso a produtividade alcançasse os níveis necessários à remuneração dos investimentos, se poderia auferir algum ganho. Do contrário, se esperaria obter, ao menos, o pagamento pelos custos implicados no processo

²⁵³O surgimento do café solúvel agravaria a crise do agrário paulista, como se poderia observar na matéria de 2 de maio de 1965 do jornal “Tribuna do Povo”, do município de Adamantina. Em um editorial o citado jornal expõe o problema da perda de mercado do café nacional em relação aos cafés de menor qualidade, utilizados na produção do solúvel, e os resultados para a agricultura: **“Enquanto avança o consumo do café solúvel – já de per si um elemento negativo para a exportação, pois o rendimento em xícaras é o dobro do café em grão – decai a olhos vistos a importação e o consumo do café verde, mas em ambos os casos com a participação cada vez menor do café brasileiro”** (TRIBUNA DO POVO, edição de 2 de maio de 1965)*

*Disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina.

de abertura dos loteamentos e instalação de estradas e outras infraestruturas básicas, necessárias à circulação da mercadoria. Esses custos, por si só, “pesariam” sobre os pequenos proprietários, à medida que seriam incorporados ao preço da terra e, assim, pagos pelos mesmos:

“Outrora, o grande plantador abria ousadamente uma fazenda distante (...). Tropas de muares carregavam suas colheitas às estações terminais e aos centros urbanos (...). Mas poderia o sitiante, viver em semelhante isolamento? Isolado, como poderia vender seu café e seu algodão? Como poderia aprovisionar-se? Então ele comprará terras senão quando a estrada ou a ferrovia estão próximas. Sem dúvida, esse imperativo tem sua contrapartida no aumento do preço da terra” (MONBEIG, 1984, p. 228)

Portanto, o preço da terra deveria incorporar os custos que advirão da circulação da mercadoria, e que estariam definidos, de antemão, pelo tempo social médio de reprodução do valor²⁵⁴. Caso contrário, o processo de valorização das novas terras colonizada seria inviabilizado. O problema verificado por MONBEIG (1984) em meados do século passado (presente na citação anterior), poderia ser observado em ações de colonização mais recentes, como se constata no relatório produzido por DIAS e CASTRO (1986) para o Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, sobre os resultados obtidos com a colonização oficial realizada pelo governo brasileiro, na década de 1970²⁵⁵. Segundo os autores, o processo de instalação de núcleos coloniais oficiais, baseados na pequena propriedade, não obtivera o êxito esperado, devido à incapacidade, por parte dos pequenos proprietários assentados, de custearem as infraestruturas de

²⁵⁴ Análises sobre a relação entre o preço das terras, abertas à colonização como negócio, e a remuneração dos capitais industriais, encontram-se em ALFREDO, 2013, et al.

²⁵⁵ Segundo LIMA (1972), os projetos de colonização executados pelo governo militar (1964-1985), visariam ocupar as margens de estradas, precariamente abertas, na Amazônia: *“Na atualidade, para dar cumprimento à determinações emanadas diretamente do Presidente da República, no sentido de que sejam localizadas cem mil famílias às margens das estradas de integração da Amazônia, até 31 de dezembro de 1974, o INCRA vem desenvolvendo um plano de Colonização que prevê a instalação dos seguintes projetos: Projeto Marabá, em Marabá, Pará. Projeto Altamira, em Altamira, Pará. Projeto Itaituba, em Itaituba, Pará. Projeto São Jorge, em Santarém, Pará. Projeto Humaitá, em Humaitá, Amazonas. Projeto Lábrea, em Lábrea, Amazonas. Projeto Boca do Acre, em Boca do Acre, Amazonas. Projeto Abunã, em Abunã, Acre-Amazons. Projeto Juruá, em Cruzeiro do Sul, Acre. Projeto Ouro Preto, em Rondônia, Rondônia. Projeto Sidney Girão, em Guajará-Mirim, Rondônia. Projeto Anauá, em Roraima”* (1973, p.35).

transporte necessárias ao escoamento da produção (1986, p. 28). O problema estaria na impossibilidade de se incorporar tais custos ao preço da terra, pois as tornariam impagáveis pelos pequenos proprietários, o que levaria os autores, do citado relatório, a sugerirem que a colonização oficial fosse operada, primeiramente, por meio da grande propriedade, por se constituírem em empreendimentos cujos participantes estariam mais capacitados a arcarem com os dispêndios envolvidos na criação de uma infraestrutura de transportes (1986, *idem*). O problema remeteria ao tempo de circulação do valor que, não se dando dentro da média socialmente estabelecida, comprometeria a realização da mercadoria. DIAS e CASTRO (1986), nos forneceria o exemplo observado no Projeto de Colonização Ouro Preto, em Rondônia. Devido à ausência de estradas adequadas, uma saca de milho, que seria comercializada, localmente (em meados de 1975), por Cr\$ 12,00, quando produzida a distâncias maiores que 26 Km, em relação ao mercado local, somente permitiria a reprodução do agricultor se vendida à Cr\$ 21, 00, o que tornaria a produção pouco competitiva (1986, p.46). Nesse sentido, o tempo social médio estaria a definir o preço que a terra deveria atingir nas áreas de colonização, pois, sem que se pague pelos custos com a circulação, nem mesmo, criticamente, se daria a reprodução dos agricultores. Sendo assim, a chamada, “produção do espaço”, revelaria o seu caráter datado. A produção do espaço se daria como reprodução expansiva do tempo social médio que, nessa expansão, enredaria diferentes temporalidades na simultaneidade do processo de valorização. Portanto, produzir espaço implicaria na reprodução das relações mediadas pela mercadoria, o que remeteria o seu fundamento à lógica da valorização (por isso se trataria de um processo datado). O espaço poria a identidade pela diferença entre as temporalidades que devem compor a média temporal determinada pelo processo de valorização. Isso se evidenciaria na complexificação ascendente dos processos de colonização que deveriam se pôr em consonância com a totalidade da reprodução do capital, como condição para que as terras colonizadas fossem valorizadas.

Portanto, tendo por objetivo, por terras a produzir a fim de gerar fretes para a Paulista, a CAIC deveria oferecer condições para que a produtividade dessas terras se adequasse ao tempo social médio de produção. Somente assim, os agricultores poderiam saldar as prestações envolvendo a compra da terra e, também, arcarem com os custos do beneficiamento da produção e com o seu transporte. Informaria o Relatório nº 4 da CAIC, do ano de 1936:

“No programa de nossa companhia figura desde o início a assistência técnicas aos seus lotistas, assistência multiforme e que é nossa intenção ampliar. A companhia procura introduzir entre os adquirentes de seus lotes os mais modernos processos de cultura, de modo a obter o máximo rendimento na menor área possível. É evidente que este escopo só poderá ser atingido com um certo número de condições...” (CAIC- RELATÓRIO nº 4 de 1936, apud CARNEIRO, 1985).

Não bastariam as “boas intenções” dos dirigentes da CAIC para que *“os mais modernos processos de cultura”* chegassem aos pequenos agricultores adquirentes de suas terras. A baixa composição orgânica dos capitais agrários brasileiros não se constituiria em uma condição conjuntural, mas sim o resultado da simultaneidade crítica entre centro e periferia, na qual a crise se colocara como o modo pelo qual a mercadoria se reproduziria nas economias periféricas. O que a CAIC defrontaria em seu projeto seria a baixíssima capacidade de acumulação que a espoliação, levada a termo pelos capitais industriais centrais, legara ao agrário brasileiro. Os levantamentos oficiais do próprio governo brasileiro corroborariam tal argumento. Segundo o Censo Agrícola de 1920 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1923), haveriam no Brasil, no citado ano, 1706 tratores para um total de 648 153 propriedades (1 trator para 379 propriedades). O Censo de Agrícola de 1940 (IBGE, 1948), apontaria 3 380 tratores para 1 904 548 propriedades (cada trator deveria dar conta de 563 propriedades), e o levantamento de 1950 registraria 8.372 tratores para 2.064.642 propriedades (um trator para 246 propriedades) (IBGE, 1956). Mesmo o uso de insumos básicos, como o adubo, mostrar-se-ia restrito no agrário nacional. Segundo CONTADOR e FERREIRA (1984)²⁵⁶, até a década de 1950 os fertilizantes seriam importados em sua totalidade, o que tornaria seu uso restrito (1984, p. 7). O mesmo estudo, desenvolvido pelos autores citados, apontaria que, mesmo após a internalização da produção (em meados da década de 1950), apenas 0,07% dos fertilizantes utilizados no Brasil seriam fabricados pela indústria nacional (1984, idem), o que manteria seu uso restrito. Na década de 1960, o uso médio de fertilizantes no Brasil seria de 17 Kg por hectare, enquanto nos Estados Unidos da América seria de 80 Kg/hectare; na Europa Ocidental 175Kg/hectare; e na

²⁵⁶ Cláudio Roberto CONTADOR e Léo da Rocha FERREIRA, “Insumos Modernos na Agricultura Brasileira”, IPEA, 1984.

União Soviética 63 Kg/hectare (1984, p. 16)²⁵⁷. Todas essas limitações demonstrariam que o agrário brasileiro (e sua porção paulista não seria exceção), não fora capaz de acumular o suficiente para investir no aumento de sua produtividade. Por mais que a CAIC buscasse oferecer soluções para o problema, não haveriam remédios que dessem conta de reverter o enorme acúmulo de forças produtivas nos países centrais, como também, o resultado inverso que espoliação legara à periferia (lhe negando o mesmo desenvolvimento produtivo). Ainda que esforços tenham sido feitos pela CAIC, em seus empreendimentos de colonização no oeste paulista, os resultados estiveram distantes do solucionamento almejado. Pelo contrário, o estímulo à colonização estaria a fomentar a concorrência em relação ao agrário paulista, principalmente pela abertura de áreas no norte do Paraná, em meados da década de 1940. A produção paulista de café e algodão passaria a sofrer a concorrência paranaense, tendo essa uma produtividade média, por hectare, de 580 Kg para o café, e 800 Kg para o algodão, enquanto as propriedades paulistas produziriam, em média, 360 Kg de café e 500 kg de algodão, por hectare (IBGE, 1956).

Dentro de suas limitações, a CAIC buscava elevar a produtividade das terras loteadas, pois esse seria um imperativo para a remuneração dos seus investimentos. Para tanto, passaria a produzir adubos, a partir dos estoques de café queimados pelo Instituto Brasileiro do Café. No entanto, os preços regulados, a fim de permitir o acesso a esse insumo, pelos pequenos agricultores, logo se mostrariam impraticáveis, não permitindo a reprodução do capital da empresa, denominada Adubos Guerreiro (de propriedade da CAIC)²⁵⁸, e que fora criada, unicamente, para a fabricação de fertilizantes destinados a atender as necessidades das pequenas propriedades. Em 1939, o Departamento Nacional do Café enviaria um documento à CAIC exigindo um aumento na produção de adubos, pois tal produção estaria aquém das quantidades de resíduos de café fornecidos pelo citado órgão. Em resposta aos questionamentos do Departamento Nacional do Café, a diretoria da CAIC argumentaria que seus lucros, obtidos com a fabricação do produto em

²⁵⁷ Segundo o estudo desenvolvido por CONTADOR e FERREIRA (1984), o uso de fertilizantes no Brasil estaria abaixo da média da própria América Latina, onde o uso seria de 20 Kg/hectare (1984, p.16)

²⁵⁸ A fábrica dos “Adubos Guerreiro” fora instalada, em 1937, na capital paulista, sendo posteriormente transferida, em 1938, para a cidade de São Carlos (localizada no Estado de São Paulo) (CARNEIRO, 1985, p. 116).

questão, seriam baixos, impondo dificuldades ao aumento da produção, como se constata na seguinte passagem do documento enviado ao DNC:

“Em nosso 5º relatório, publicado no Diário Popular, de 19 do corrente, de que juntamos um exemplar, o lucro obtido pela CAIC com adubos, desde o início de sua fabricação até 31-12-1938, foi apenas de 8:366\$900, o que prova (...) que neste caso não nos move o interesse puramente comercial, uma vez que o problema apresenta aspecto muito mais importante”
(ARQUIVOS DA CAIC, copiador nº 8, 1939, p. 182)

Da resposta acima, enviada pela diretoria da CAIC ao DNC, se derivaria que os adubos, produzidos pela sua subsidiária (Adubos Guerreiro), estariam sendo comercializados abaixo do seu valor, pois o produto visaria atender agricultores portadores de poucos recursos. Isso se evidenciaria no Relatório nº 6 da CAIC, de 1940, (CARNEIRO, 1985), onde seriam registradas queixas de que, os preços dos componentes importados desses adubos, estariam a tornar inviável a sua produção, o que resultaria no encerramento das atividades de fabricação desse insumo, no mesmo ano. Obviamente que a baixa capacidade dos agricultores, em adquirir tais insumos, estaria a impor a prática de preços que, por fim, não estariam a pagar sequer os custos de fabricação.

Outros procedimentos seriam adotados pela CAIC, em busca de garantir que os agricultores se fixassem em suas terras, suportando a espoliação que lhes seria imposta, e, assim, saldando seus compromissos. Os riscos não seriam poucos para a CAIC, pois as dificuldades enfrentadas pelos adquirentes dos lotes, poriam a possibilidade de inadimplência, haja visto que os contratos de compra de terras seriam negociados a prazo²⁵⁹²⁶⁰, elevando os riscos dos empreendimentos de colonização. Como culturas permanentes, como o café, exigiriam de 4 a 5 anos para começarem a produzir, a CAIC

²⁵⁹ Segundo Cláudio Citelli, cujo genitor, Armando Citelli, adquirira, em 1942, terras da CAIC, situadas no atual município de Adamantina, as prestações seriam pagas em quatro parcelas anuais. O Senhor Cláudio relataria, ainda, que seu pai não conseguira pagar sequer a primeira prestação anual, e por isso tentou devolver o lote adquirido junto a CAIC. A devolução fora prontamente rejeitada pelos representantes da CAIC que teriam estendido, por um ano, o prazo para o primeiro pagamento*.

*Entrevista realizada por Silvio M. de Lima, em 10 de julho de 2010, como parte das atividades de pesquisa para a realização de Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, em 2011.

²⁶⁰ Chama a atenção que dentre os arquivos da CAIC (CMU-UNICAMP), os livros de registros, denominados “Vendas à Vista”, não acusem qualquer movimentação, de 1945 a 1954, demonstrando que a prática de vendas à vista ocorreria de forma muito restrita.

buscaria incentivar o plantio de outras culturas, cujo tempo de produção seria mais curto, permitindo ao agricultor saldar seus compromissos com a compra dos lotes. Dentre essas culturas estaria o algodão²⁶¹, que seria de tal importância para o sucesso dos empreendimentos da CAIC, que uma queda brusca nos preços do mesmo, causada pelo conflito na Europa (Segunda Guerra Mundial), levaria a um aumento expressivo na inadimplência, por parte de adquirentes de lotes, levando a direção da empresa (a CAIC), a recomendar aos seus escritórios de representação, a concessão da “prorrogação de prazos” dos pagamentos (CAIC, Relatório nº 15, 1949, apud CARNEIRO, 1985). As dificuldades nos pagamentos seriam tão frequentes que o jornal “A Comarca de Adamantina”, de 10 de janeiro de 1954, afirmaria que, sem a tolerância da CAIC, quanto aos atrasos nos pagamentos das prestações das terras, o empreendimento colonizador que daria origem ao município de Adamantina (um dos inúmeros loteamentos realizados pela CAIC), teria fracassado. Segundo o citado jornal, um dos fatores que permitiram o desenvolvimento do município fora: *“A tolerância e a condescendência, tanto da CAIC como da CICMA²⁶², facilitando compromissos de muitos²⁶³ que, por imprevisíveis circunstâncias financeiras, teriam que ver desmoronando seus planos financeiros”* (A COMARCA DE ADAMANTINA, edição de 10/10/1954)²⁶⁴

A citada “**tolerância**”, não se constituiria em benemerência, por parte da CAIC, mas sim o resultado de uma realidade onde a manutenção das trocas com as economias industriais, dependeria de se pôr maiores áreas de terras a produzir, para que se compensasse a ausência do desenvolvimento de forças produtivas. Vale insistir no argumento de que o trabalho se constitui em uma relação social que não se resume ao gasto de “músculos e cérebro” (MARX, 1988), mas sim encontra-se determinada por um nível médio de produtividade que se faz valer para a totalidade da sociedade. Se o trabalho está posto negativamente, ou seja, se ele não atinge o nível médio de produtividade socialmente estabelecido, o mesmo só existe como custo para o capital. Custo do qual o capital buscaria se livrar, distribuindo-o à cada pequeno proprietário do agrário paulista.

²⁶¹ Em 1940 a produção de algodão no Estado de São Paulo fora de 307 mil toneladas, subindo para 445 mil toneladas, em 1950 (IBGE, 1948 e 1956).

²⁶² A Companhia de Imigração, Mineração, Colonização e Agricultura, ou, CICMA, se constituiria em empreendimento pertencente aos diretores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Seus negócios envolveriam a venda terras e seriam operados, concomitantemente, com os empreendimentos da CAIC. No município em questão (Adamantina) coubera à CAIC lotear áreas destinadas à produção agropecuária, restando à CICMA o loteamento de áreas destinadas à formação do urbano.

²⁶³ O destaque é nosso

²⁶⁴ Disponível na Biblioteca Municipal de Adamantina.

Sendo assim, a propriedade da terra seria a forma pela qual o capital transferiria esse custo aos agricultores. Por isso, a devolução das terras não interessaria à CAIC, e sim a fixação dos adquirentes às propriedades e a sua subsunção ao mercado²⁶⁵. O mesmo sentido teria a oferta, por parte da CAIC, de assistência técnica aos pequenos agricultores. Buscar-se-ia, por meio desses expedientes, fixar os indivíduos a terra, evitando que esses a abandonassem, devido as dificuldades, e se entregassem ao apossamento de terras ainda não colonizadas, onde poderiam produzir algumas safras até a requisição, das mesmas, pelos proprietários. O nexo, entre esses indivíduos e a mercadoria, estaria, a todo momento, ameaçando romper-se, por isso a necessidade de se criar meios para que os mesmos se mantivessem enredados no processo de valorização.

Por outro lado, se os riscos envolvidos na colonização de novas áreas, pesariam sobre a empresa colonizadora, esses se maximizariam sobre os indivíduos lançados à condição de proprietários de terras, pois o insucesso do empreendimento poderia lhes custar o pouco que possuiriam. Diante da premência de pôr suas terras a produzir, sob o risco de não arcarem com os compromissos assumidos, os novos proprietários abririam mão da realização de qualquer outra atividade que não se relacionasse, diretamente, com o início da produção. A satisfação de necessidades básicas, como a construção de casas, se tornaria secundária diante do apressamento da preparação da terra para o plantio.

²⁶⁵ Segundo MITTA (1999), as empresas de colonização mantidas pelo governo japonês, no Brasil, demonstrariam ainda maior tolerância quanto ao pagamento das terras. Segundo a autora, o primeiro pagamento somente ocorreria após três anos, a partir da data da aquisição do lote, podendo ser prorrogado por mais 3 anos (1999, p. 64). Isso demonstraria a necessidade de fixar esses indivíduos à terra, como também, de dissuadi-los a retornarem ao seu país de origem.

**Imagem 2 - Venda de terras pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).
(Década de 1940)**

Fonte: Álbum de Adamantina, 1959

Imagem 2- Ao não pagar os custos com sua exploração, o trabalho seria substituído pela propriedade da terra, no oeste paulista. A venda de lotes a prazo, e sem juros, seria a forma de tornar colonos, meeiros, etc., em proprietários fundiários e, assim reproduzir o agrário, mantendo as trocas com as economias industriais. Ficariam, assim, os pequenos agricultores obrigados a arcarem com os custos gerados pela incapacidade do capital de explorar trabalho, em sua periferia.

Sendo os terrenos entregues florestados, caberia ao adquirente, derrubar a mata e limpar o terreno, antes de iniciar o plantio. A destoca (retirada de troncos), raramente seria realizada (MONBEIG, 1984, p. 265), o que reduziria a área destinada ao plantio. Um colono do loteamento Boston Cattle (atual Adamantina), assim descreveria sua experiência ao chegar as suas terras:

“...durante todo o tempo que ocupei-me na construção de uma choça, para morar, tive que me abrigar num oco de um pau d’alho, juntamente com minha família, o começo foi muito difícil, faltou gêneros alimentícios e para não passar fome, tivemos que comer carne de tamandú”²⁶⁶

No patrimônio de Flórida Paulista (atualmente, município de Flórida Paulista), também localizado no loteamento Boston Cattle, registrar-se-ia a construção de ranchos com lascas de coqueiros, material maleável que permitiria que se poupasse tempo nessa

²⁶⁶ Extraído de “O Valor de Um Bom Começo”, memorial sobre os primórdios do Município de Adamantina, escrito e publicado por Francisco Dário TÓFFOLI, em 1978. Disponível na Biblioteca de Adamantina.

atividade:

“Improvisam, da noite para o dia, esses primeiros colonizadores, uns ranchos(...). Desses arranchamentos provisórios, os colonizadores roçam, derrubam, queimam e constroem outros ranchos de coqueiro, em suas propriedades”
(A COMARCA DE ADAMANTINA, edição de 19/08/1956)²⁶⁷.

A rápida derrubada de matas, até então, intocadas, logo produziria focos de inúmeras doenças, como a temida “Úlcera de Bauru” (Leishmaniose), cujos efeitos poderiam causar deformidades permanentes (ulceração e necrose da pele). Recorramos, novamente, às narrativas dos colonizadores de Flórida Paulista, a respeito do flagelo da leishmaniose e outras doenças:

“Não só a maleita e a Úlcera de Bauru, como uma dor nos olhos jamais vista, punham o colonizador, a 120 quilômetros de percurso da mais próxima farmácia em Bastos, em ‘apalpos de aranha’ (...) Sem transporte, sem dinheiros, sem nenhuma montaria, o homem buscava nas essências florestais, o lenitivo para suas dores (...) Via a princípio, no jatobazeiro, amigo que lhe dera vinho e frutos, o milagroso remédio que apenas restringia as bordas podres das chagas do corpo” (A COMARCA DE ADAMANTINA, edição de 19/08/1956).

O avanço da colonização abarcaria à simultaneidade do processo de reprodução do valor, áreas até então intocadas, onde os colonos deveriam adentrar sob o imperativo de por terras a produzir. A premência do processo de valorização obrigaria o colono a se defrontar com a insalubridade, advinda da repentina derrubada das matas, sob o risco de não saldar a aquisição da terra. No entanto, não seriam apenas as patologias, de toda a sorte, como nos demonstraria o depoimento acima, que seriam defrontadas pelos colonizadores que moveriam a expansão do capital, no agrário paulista. Também seriam alcançados os indivíduos que, até então, haviam se utilizado do isolamento como condição para acessarem a terra como meio de produção, ou seja, os posseiros. O repentino envolvimento desses indivíduos com processo de colonização, operado como

²⁶⁷ O texto refere-se ao artigo “Os Primórdios da Colonização de Flórida Paulista”, que buscava resgatar a história da formação do atual município de Flórida Paulista.

negócio imobiliário, resultaria em conflitos violentos que, não incomumente, custariam as vidas dos litigantes. Dentre as áreas tardiamente colonizadas do Estado de São Paulo, a “Nova Alta Paulista”, nos forneceria um exemplo da extrema violência que acompanharia o processo de colonização. Flanqueada ao norte pela ferrovia Noroeste e ao sul pela Sorocabana²⁶⁸, a “Nova Alta Paulista” se tornaria uma área convidativa aos posseiros, haja visto se constituir em um relativo “vazio”, servido, a certa distância, pelos trilhos das demais ferrovias e inabitado por populações indígenas que teriam sido, anteriormente, desalojadas pela colonização operada nas adjacências (ao longo das ferrovias citadas)²⁶⁹. Os projetos de expansão da ferrovia “Alta Paulista”, em direção ao rio Paraná, ao se tornarem conhecidos, desencadeariam um comércio de terras às margens do traçado do leito ferroviário, movendo proprietários e grileiros que, diante da possibilidade de valorização das terras, passariam a requerer, ou mesmo a tomar, terras ocupadas por posseiros, para lança-las no negócio imobiliário. O resultado seria o surgimento da violência como forma de mediação das relações, como demonstrariam os inúmeros casos registrados nos prontuários policiais da Delegacia de Polícia de Lucélia, município que, na década de 1940, localizar-se-ia em meio às áreas destinadas à colonização na “Nova Alta Paulista”. Devido à grilagem e à presença de posseiros, como também de proprietários a reivindicar suas terras, a violência se disseminaria, se tornando um substitutivo à juridificação, ainda precária, das relações.

Em meados da década de 1940, a Delegacia de Polícia de Lucélia concentraria os registros de ocorrências policiais dos vários patrimônios que se encontrariam localizados dentro dos limites desse município. Entre esses patrimônios encontrar-se-iam, Adamantina, Pacaembu, Flórida Paulista, dentre outros, ainda não elevados a condição de município. Localizada na chamada “boca do sertão” (MONBEIG, 1984), Lucélia concentraria o diminuto aparato estatal, instalado em meio as novas áreas de colonização.

²⁶⁸ A Noroeste avançara no sentido do leito do Tietê e alcançara, na década de 1910, as margens do Paraná (MATOS, 1981). A Sorocabana, por sua vez, chegaria as margens do mesmo rio, na década de 1920 (idem)

²⁶⁹ Não sem resistência se daria a ocupação de terras indígenas, no oeste paulistas. GHIRARDELO (2001), apontaria que os confrontos com tribos indígenas, durante a colonização do oeste paulista, se tornariam tão frequentes que teriam gerado uma atividade econômica denominada “bugreiro” (2001, p. 42), realizada por indivíduos especializados em expulsar indígenas que viessem a oferecer resistência às atividades de expansão ferroviária e a ocupação de terras. O autor ofereceria, como exemplo, o uso dos serviços prestados por esses indivíduos, durante a construção da ferrovia Noroeste: ***“A ferrovia contrata grupos de homens armados para acompanhar as obras e exterminar os índios. Não que a figura dos ‘bugreiros’, como eram conhecidos, fosse trazida pela ferrovia. Já no final do século XIX, eles atuavam na região de Bauru e Lençóis, porém em menor número e fazendo menos vítimas...”*** (GHIRARDELO, idem, ibidem). Tratar dos conflitos indígenas, surgidos durante a colonização do oeste-paulista, exigiria uma pesquisa a parte, por isso não avançaremos sobre o tema, pois fugiríamos ao nosso objetivo.

A consulta aos prontuários policiais da Delegacia de Lucélia, registrados nas décadas de 1940, revelariam a extrema violência que mediaría as relações nas áreas de colonização da “Nova Alta Paulista”²⁷⁰. Dentre os crimes registrados, chama a atenção o grande número de homicídios, tentativas de homicídio e lesões corporais. Para que estabeleçamos um parâmetro comparativos, tomemos o ano de 1946, em que seriam registrados, no município de Lucélia, 8 homicídios. Com uma população de 21 312 habitantes²⁷¹, Lucélia teria registrado 1 homicídio para cada 2 600 habitantes. Em 1945, o município de São Paulo, que à época somaria 1 465 569 habitantes²⁷², registraria 1 homicídio para cada grupo de 21 000 habitantes (um total 68 homicídios no ano).²⁷³

**Tabela 11 - Registros Policiais da Delegacia de Lucélia:
Crimes Contra a Pessoa (1945 -1949)**

Registro/Ano	1945*	1946	1947	1948	1949
Homicídios	3	8	11	9	6
Tentativa de Homicídios	4	4	5	1	10
Lesões Corporais	10	20	32	36	40
Suicídios	2	3	1	4	4

Fonte: Arquivos da Delegacia de Polícia de Lucélia

* O ano de 1945 coincidiria com a inauguração da citada Delegacia, sendo os dados disponíveis referentes apenas ao segundo semestre. Mesmo assim, em 6 meses, foram registrados 3 homicídios.

Diante de um contingente populacional relativamente pequeno, verificar-se-ia um número expressivo de crimes contra a pessoa, remetendo ao problema da violência presente na fronteira e sua relação com a valorização. As relações de trocas recobrem de racionalidade a enorme violência que as media. Dessa forma, a violência, presente na expropriação do mais-trabalho, aparece fetichizada pela presunção da igualdade nas trocas, o que a torna (a violência), um momento da racionalidade moderna. No entanto, a mediação da violência econômica pressupõe o estabelecimento pleno da sociabilidade moderna, estando o Estado presente e se fazendo acompanhar por leis e ideologias que ponham uma aparente igualdade entre os indivíduos. Não estando presentes tais relações, mas estando o capital posto como tempo médio de reprodução social, a exemplo das áreas de expansão do capital, a violência extra-econômica se põe como substitutivo aos

²⁷⁰ Os dados apresentados a seguir foram reunidos após consulta aos prontuários criminais arquivados na Delegacia de Lucélia, abrangendo os anos de 1945 e 1949.

²⁷¹ Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1945, v.II. p. 264-265.

²⁷² Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1945, v.II., p. 448-449

²⁷³ Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1945, v.II., p. 455-456.

contratos juridificados, desaparecendo o fetichismo que torna velada a violência pela troca. Como bem observaria PACHUKANIS (1988)²⁷⁴, a dominação deve ser impessoal para que a relação pela troca apareça racionalizada (1988, p.98). No entanto, tal condição não estaria posta na fronteira, sendo necessário o uso da dominação pessoal para que os indivíduos sejam sujeitados a expropriação violenta que o tempo social médio de reprodução estaria a impor. Na fronteira o capital revelaria sua contradição, pois ao se pôr como forma de consciência racionalizante, sua realização pressuporia o contrato juridificado que, por sua vez, escamoteia a violência presente nas trocas. No entanto, esse mesmo capital, ao se expandir sobre novas áreas do globo, se realizaria por formas violentas de coação, o que apontaria que sua realização (do capital) seria determinada de forma lógica, ou seja, o fetichismo da moralidade, que buscava racionalizar o processo de valorização, se desfaria diante da violência explícita. Nesse sentido, a aparente eficácia da lei se dissolveria diante da inexorabilidade da valorização. O que nossa forma de consciência rejeitaria, e por isso separaria como momentos distintos (ou seja, a racionalidade-irracional do processo de valorização), a fronteira uniria pela contradição, demonstrando que a violência extra-econômica não deixaria de ser, também, o modo do capital realizar-se.

Sendo assim, a origem da violência observada em áreas de fronteira, a exemplo da “Nova Alta Paulista”, estaria na inexorabilidade da expansão do capital que, movida pela crise, tornaria exíguo o tempo para que novas terras fossem postas a produzir, pois essa produção estaria, de antemão, comprometida com a remuneração de capitais malparados, em busca de valorização. Os conflitos se intensificariam à medida que posseiros, grileiros e proprietários se tornassem, uns para os outros, obstáculos a valorização das terras, sejam essas compradas, griladas ou apossadas. Estando o capital como forma de consciência dos indivíduos, mas não estando suas relações sociais plenamente postas, a violência passaria a mediar as contendas. Sendo assim, a violência se faria presente em cada momento da vida fronteiriça, pondo-se a mediar as relações mais corriqueiras, e instaurando uma cotidianidade onde estariam “todos contra todos”. O prontuário número 614 de 1947, arquivado na Delegacia de Lucélia, daria conta de um crime de homicídio mútuo, cometido por conta do não cumprimento do prazo combinado de entrega de um

²⁷⁴ E.B. PACHUKANIS, “Teoria Geral do Direito e Marxismo”, 1988.

“machado”, que havia sido emprestado à uma das vítimas²⁷⁵. Uma das testemunhas declararia que o proprietário do citado machado, por tê-lo emprestado, estaria a derrubar uma mata com o uso de um facão, instrumento inadequado e que tornaria a tarefa por demais demorada. Diante da demora na entrega o proprietário do citado machado pediria a devolução, o que teria desencadeado o conflito entre as partes e, por consequência, as mortes. No prontuário nº 81 de 1947, consta que o adquirente de uma propriedade, no distrito de Aguapeí, fora baleado ao solicitar que um indivíduo, que estaria a ocupar suas terras com a permissão do antigo proprietário, as deixasse. O prontuário número 959, de 1948, registraria que no patrimônio de Junqueirópolis, ocorrera o esfaqueamento de um proprietário de terras, por parte de um dos seus empregados, devido ao não pagamento de vencimentos. Consta no prontuário nº 54 de 1947 que, em 27 de agosto desse ano, um **“violento tiroteio”** ocorrera no município de Lucélia, envolvendo **“grande bando de jagunços fortemente armados”** que estariam a tentar expulsar posseiros. O conflito teria resultado em duas mortes. O problema da jagunçagem assumiria tamanha gravidade que em 22 de abril de 1948, um abaixo assinado fora encaminhado ao Delegado de Lucélia, para que esse tomasse as medidas cabíveis contra os grupos de jagunços que ameaçariam os moradores do município (Prontuário nº 725 de 1948). A necessidade de se pôr terras a produzir e, assim, valoriza-las, poria a violência extra-econômica a suprir a ausência da mediação do contrato juridificado, sendo tal mediação estabelecida pelo conjunto de relações sociais que constituem o moderno, mas que não estariam, plenamente, postas na fronteira. Não haveria a mediação do Estado como fiador dos contratos, ainda que o mesmo (o Estado) se faça presente na forma de consciência dos indivíduos, portanto, se faria presente pela sua ausência. Deixemos a questão mais clara.

Atribuir a tamanha violência a causa “clichê” da ausência do Estado, apenas fetichizaria a irracionalidade do processo de valorização, pondo essa violência como resultado da falta de racionalidade que a presença estatal deveria suprir. No entanto, a ausência do Estado na fronteira não se configuraria em um ônus pago pelos que vivem nas áreas de expansão do capital, ou seja, um mal necessário para que advenha a civilização em seguida²⁷⁶, mas sim um momento lógico da reprodução do capital que, ao

²⁷⁵ Esse e os demais prontuários citados, encontram-se na Delegacia de Polícia de Lucélia. O ano do ocorrido corresponde ao ano em que fora aberto o prontuário. Por orientação dos detentores dos arquivos, não foram citados nomes.

²⁷⁶No nosso entender, esse seria o argumento de José de Souza Martins em “Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano” (1997): **“é evidente, na ausência expressa e direta das instituições do Estado, o domínio do pessoal e da ação de forças repressivas do privado se sobrepondo ao que é público e ao poder público (...). Portanto o comprometimento radical de qualquer possibilidade de democracia,**

e elevar constantemente sua produtividade, impõe sua expansão, de forma intempestiva e inexorável, à periferia. Sendo assim, se faz necessário que na fronteira o capital se reproduza pelo uso flagrante da violência, pois o tempo de sua reprodução, ou tempo médio, torna exíguo, até mesmo o tempo necessário ao estabelecimento de relações sociais (mediadas pelas trocas), nas quais a presença da violência se daria de forma velada. Por exemplo, o direito à propriedade privada, estando pressuposto na forma de consciência dos indivíduos, mas inaplicável pela ausência do Estado (ausência presença, porque se faz presente na forma de pensar), seria substituído pela violência extra-econômica, que estaria a mediar o conjunto das relações sociais. Não por acaso, a grilagem, acompanhada da jagunçagem, se tornariam práticas comuns nessas realidades fronteiriças, haja visto que somente assim o capital se realizaria. Não se quer, com tal argumento, afirmar que a violência seja um produto genuinamente capitalista, mas sim que, sob o capital, a violência se tornaria sistêmica, colocando-se a mediar a totalidade das relações sociais, seja racionalizada (portanto, fetichizada) pela troca, ou escancarada em sua forma extra-econômica. Por outro lado, a mesma premência de se pôr terras a produzir, que geraria tamanha violência nas áreas de colonização da “Nova Alta Paulista”, também exigiria a rápida supressão desse “estado de coisas”, estabelecendo a “normalidade” da violência econômica. A ampliação do aparato estatal, concomitantemente, com a chegada da ferrovia, no início da década de 1950, impor a mediação do contrato, sob sua forma juridificada, como condição para o estabelecimento das relações sociais. A violência assumiria outras formas, mas não menos deletérias para os indivíduos, pois o valor, sob a forma do contrato, estabeleceria uma “paz” aparente, mas necessária à realização das trocas e à espoliação dos pequenos agricultores, instalados nas terras colonizadas.

O tempo social médio não deixaria de pôr a violência como forma de sua efetivação, mas essa seria velada pelas trocas, ainda que isso não impedisse a produção de efeitos tão danosos quanto aqueles gerados pela violência extra-econômica. Os custos com a circulação da mercadoria, aumentados pela ausência da ferrovia, poriam os pequenos agricultores colonizadores, constantemente, à beira da falência, pois dependeriam, para alcançarem os trilhos (através dos quais suas mercadorias seriam levadas ao porto), de caminhões movidos à combustíveis importados e com pouca capacidade de transporte,

direito, liberdade ordem” (1997, p. 40). Presume-se, portanto, que a chegada do Estado remediaria todos as mazelas presentes na fronteira, o que atribui a essa (a fronteira), *“um caráter litúrgico e sacrificial”* (MARTINS, 1997, p. 13), sendo um ônus com o qual os indivíduos deveriam arcar, a bem da civilização.

trafegando por estradas precárias. Os mesmos se veriam obrigados a reduzir seus ganhos à níveis mínimos, chegando mesmo a não mais poderem colocar seu produto no mercado, por conta dos preços pagos pelos atravessadores. Sendo os atravessadores, os contratantes do transporte, esses deduziriam dos ganhos dos agricultores os custos com os fretes. Vejamos o que relataria o pioneiro, já citado anteriormente, sobre os primeiros anos que sucederam seu estabelecimento no Patrimônio de Flórida Paulista: ***“O arroz plantado na terra virgem aflora a superfície (...). O preço desse cereal, devido à escassez de combustível pela guerra foi de 14\$000, mal compensando o corte e a batição”*** (A COMARCADE ADAMANTINA, edição de 19 de agosto de 1956). De forma semelhante se dariam as observações de MONBEIG (1984): ***“... o pequeno produtor não pode suportar fretes muito onerosos para o transporte das mercadorias de valor módico, como arroz e milho”*** (1984, p. 228). Ou seja, os custos com a circulação poderiam tornar as mercadorias invendáveis. Exigir-se-ia que o agricultor satisfizesse o tempo social médio, mas a produtividade no agrário não lhe permitiria remunerar a circulação, como momento dessa média. A ferrovia que fora oferecida como promessa ao colonizador, somente avançaria quando a produção no agrário se tornasse, minimamente, capaz de remunerar os fretes, o que envolveria a ocupação produtiva de amplas áreas (pois a produção se daria extensivamente), devendo-se a isso os longos intervalos nos avanços ferroviários. O capital se anteciparia, conceitualmente, se pondo à frente da formação dos próprios pressupostos necessários à sua realização, o que lançaria, sobre o pequeno agricultor colonizador, o peso de sua realização conceitual.

Outro relato elucidativo, sobre a condição crítica dos agricultores colonizadores, fora obtido pelo professor José Roberto Amaral Lapa (UNICAMP), e que se encontra entre seu material de pesquisa depositado no Centro de Memória da Universidade de Campinas²⁷⁷. Consta, no material disponibilizado pelo professor Amaral Lapa, o relato do senhor Toshiko Kawagushi (LAPA, Arquivo 1, Pasta 2, 1969), que teria chegado ao Patrimônio de Adamantina (situado em meio a áreas de colonização da CAIC), no ano de 1945. Segundo os relatos do senhor Kawagushi, a propriedade de 30 alqueires, que compartilharia com o sogro, fora perdida por não terem conseguido sequer pagar os

²⁷⁷ Sob o título “José Roberto Amaral Lapa – Dossiê: Pioneiros da Alta Paulista”, o material de pesquisa reunido pelo professor Amaral Lapa, entre as décadas de 1960 e 1970, reúne um grande número de entrevistas realizadas com pioneiros que participaram da colonização da região do Estado de São Paulo denominada, informalmente, de Alta Paulista. Os objetivos da pesquisa, apontados pelo professor Amaral Lapa (Caixa 1, Pasta 1), seria o de produzir um relato histórico sobre os colonizadores da Alta Paulista. Os resultados da pesquisa não foram publicados e o material reunido fora doado, após o falecimento do professor Amaral Lapa, ao Centro de Memória da UNICAMP, estando disponível à consulta.

impostos referentes à mesma, logo nos primeiros anos após se instalaram no citado patrimônio. Em um trecho de seu relato, em que o entrevistador lhe questionaria sobre qual seria a forma de contrato de trabalho, comumente praticado em sua propriedade, o senhor Kawagushi responderia que, *“Não houve tempo para isso”* (LAPA, idem), pois teria perdido as terras, antes mesmo de conseguir ampliar sua produção e contratar parceiros, meeiros ou empregados. Tais constatações não deixam margem para que se possa interpretar a fronteira como um processo de acumulação. O próprio Estado, em crise, já estaria ali (na fronteira) a requerer o que lhe caberia, antes mesmo das terras estarem a produzir. Antecipando-se ao policial e ao juiz, cuja chegada afastaria o grileiro e seus jagunços, viria o cobrador de impostos distribuindo a crise do Estado (um momento da crise geral), sobre cada proprietário de terras. Perpassada pelo tempo social médio, a reprodução do aparato estatal tem seus custos determinados pelo processo de valorização. Da tinta da caneta, utilizada pelo funcionário público, aos investimentos realizados em infraestruturas que permitam ao valor circular no tempo médio, se faria presente a necessidade de se remunerar a produtividade do capital. Portanto, a totalidade da sociedade pagaria pelo desenvolvimento de forças sociais produtivas, não estando a fronteira para além dessa condição. Nesse sentido, a lucratividade de qualquer empreendimento dependeria da produção do valor sob condições médias que permitissem a remuneração das forças produtivas em constate revolucionamento.

Os níveis de espoliação, impostos aos pequenos proprietários do agrário paulista, logo se refletiriam nos resultados pouco animadores obtidos pelos agricultores, como nos revelaria a matéria de “O Jornal”, publicado no município de Adamantina em 9 de março de 1952, a respeito da situação dos produtores da Alta Paulista:

“... a lavoura surgindo do solo, germinando bem, crescendo, frutificando: as estradas se alargando no solo arenoso da Alta Paulista (...), os primeiros lucros produziram a impressão estimulante do sucesso marcado na existência. No entanto, o que ninguém se lembrou até agora foi que a zona não se transformou (...). Os mercados estrangeiros marcam o compasso dos braços na lavoura, acelerando ou retardando o movimento rítmico dos capitais nos termômetros das bolsas. Ao lado dos grandes proprietários da terra, remanescentes em geral dos grandes latifundiários do passado, os pequenos lavradores; e nesse retalhamento, nesse desmembramento, vai-se a gleba

repartindo-se, e as gentes aboletando-se nos seus sítios, formando plantações que lhes permitem ganhar a vida e o sustento dos seus, de ordinários agricultores sem rudimentos de agricultura. Resultado: uma lavoura irregular, sem evidência, sem sentido e nem interesse para os mercados exteriores(...). Ao percorrermos, porém, área por áreas, entristece-nos a observação de uma agricultura de características retrógradas, de aspecto colonial, sem aplicação dos rigores técnicos da atualidade (...). Não importe que o argumento gire sempre em torno da carestia da vida, do descaso governamental, da falta de recursos próprios com que atender tudo isso. O problema fica sem solução. (O JORNAL, edição de 9 de março de 1952)²⁷⁸.

Aparecendo como ausência da “*aplicação dos rigores técnicos da atualidade*”, a crise do agrário se reporia sobre as novas áreas colonizadas, não, simplesmente, por conta da não aplicação de técnicas agrícolas adequadas, mas sim porque tais técnicas estariam a mediar relações sociais que não se fariam presentes nas realidades periféricas, ou seja, a própria acumulação, que permitiria o aumento da composição orgânica dos capitais agrários, somente se realizaria sob um conjunto de relações sociais positivamente postas, e não por conta da mera aplicação da técnica. A inexorabilidade do processo de valorização, ao repor a relação centro-periferia, também reporia a negatividade categorial do capital periférico que, por sua vez, permitiria a transferência de valor para as economias centrais, não bastando o aporte de técnicas, consideradas modernas, para reverter tal processo. Isso se tornaria evidente na implantação de indústrias no Brasil (por meio do capital estrangeiro), onde, mesmo sob condições técnicas consideradas modernas, o trabalho não fora capaz de remunerar os capitais aqui investidos (ALFREDO, 2013). Isso nos leva a repensar certos argumentos que atribuiriam à fronteira o caráter de “acumulação primitiva” (MARX, 1988), mesmo sob realidades onde o sentido do capital seria não acumular, como o fizera, por exemplo, José de Souza MARTINS (1997): “*...na frente pioneira, o trabalho escravo está sendo utilizado sobretudo fora do processo de trabalho propriamente dito, isto é, fora do processo*

²⁷⁸ Disponível na Biblioteca Municipal de Adamantina.

normal e permanente de produção capitalista. Nesse sentido, é uso de trabalho em tarefas próprias de uma situação de acumulação primitiva” (1997, p. 95). Segundo MARTINS (1997), em suas observações realizadas em áreas de expansão do agrário, localizadas na região amazônica, o trabalho escravo (escravidão por dívida, ou peonagem), seria utilizado, principalmente, na formação de fazendas (1997, p.95-96), momento que envolveria enormes custos para o estabelecimento de tais empreendimentos. Seja por meio de fazendas, ou qualquer outra forma de empreendimento, a participação na produção e distribuição do valor exigiria investimentos cuja monta se encontrariam estabelecidos pelo tempo social médio. Portanto, a abertura de tais fazendas implicaria em investimentos de capital, mesmo que desses investimentos fossem deduzidos o trabalho não pago aos indivíduos submetidos ao cativo. Ora, se a constituição de fazendas, como de qualquer outro empreendimento, exigiria como pressuposto, massas de capitais já formados, que permitissem a produção do valor sob níveis médios de produtividade, não haveria porque se falar em acumulação primitiva, muito pelo contrário, haveria custos, de tal monta, que a eliminação de parte deles se poria como condição para que o empreendimento fosse levado adiante. Sendo assim, de forma lógica, o que se observaria, sob as condições descritas por Martins, seria a detração dos custos com o trabalho, do montante de capital necessário à constituição das fazendas. Se tencionarmos os processos observados por Martins, com o próprio processo de acumulação primitiva, descrito por Marx em “O Capital (1988), se constata que os mesmos não possuiriam idênticos sentidos. Enquanto o sentido do processo de acumulação primitiva fora o de “produzir” um conjunto de relações sociais (separando os indivíduos dos seus meios de produção) que, estando plenamente estabelecidas, passariam a determinar as condições em que se daria a exploração do trabalho, ou seja, estabeleceria um tempo social médio de produção que valeria para a totalidade do capital, os processos de expansão do capital, observados por Martins, já se encontrariam determinados por esse tempo médio. MARX (1988), ao tratar da acumulação primitiva, tivera o cuidado de diferenciar os momentos que envolveriam a produção das relações sociais mediadas pela mercadoria (acumulação primitiva) e a sua reprodução (reprodução do valor): *“A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho [acumulação primitiva]*²⁷⁹. *Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva*

²⁷⁹ Os colchetes e seus conteúdos são nossos.

aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente [reprodução do valor]” (MARX, 1988, L.I, v.II, p. 252). Portanto, a acumulação primitiva se constituiria em um momento superado (portanto, conservado), do capital, haja visto que estando esse (o capital) a mediar a totalidade das relações sociais, a exploração de trabalho exigiria massas de capitais formados, aplicados sob níveis de produtividade socialmente definidos. Isso nos permite interpretar a coação ao trabalho, por meio da violência extra-econômica, como resultado da incapacidade do capital periférico de se reproduzir sob condições sociais médias, o que poria a necessidade de se lançar sobre os indivíduos, níveis de espoliação que não se adequariam à forma contratual juridificada. Seria, portanto, a crise de valorização que, em sua simultaneidade, poria a expansão do capital em sua periferia, como reprodução de sua crise de acumulação, exigindo a coação violenta ao trabalho como forma de se reproduzir um capital que não acumula, ou, como bem observaria ALFREDO (2013), seria o *“resultado das necessidades de o próprio capital reduzir os custos de sua reprodução”* (2013, p. 104).

Sendo assim, os níveis de investimentos necessários à exploração do trabalho no agrário, determinados pela produtividade dos capitais industriais, seriam impeditivos ao estabelecimento do contrato de trabalho como relação juridificada, sendo substituído pela coação violenta. Portanto, como a fronteira poderia se constituir em processo de acumulação primitiva se a remuneração dos capitais industriais já estaria pressuposta nos transportes, infraestruturas, impostos, etc.? Ou seja, a obtenção do lucro já se encontraria condicionado ao investimento de uma massa de capital, socialmente estabelecida. Isso nos leva a concluir que a própria expansão do agrário se daria como dívida para com os capitais industriais: primeiramente, por ser condição para a manutenção do endividamento nacional para com as economias industriais; segundo, porque o processo de expansão seria tributário, diretamente, dos capitais industriais fornecedores de materiais ferroviários, caminhões, combustíveis, entre outras mercadorias. Afirmar, portanto, que haveria processos de acumulação primitiva ocorrendo na fronteira, seria o mesmo que atribuir a essa (a fronteira), a capacidade de “resolução das contradições do capital” (ALFREDO, 2013), quando o que se observaria, contraditoriamente, seria a expansão das crises pela simultaneidade entre acumulação e crise de acumulação. Os gráficos a seguir (5 e 6), demonstrariam, justamente, que quanto mais se expandiria o agrário, menor seria sua participação no produto social nacional.

Gráfico 5 – Porcentagem da participação do setor agropecuário no Produto Interno Bruto Brasileiro (1947-2013)

Fonte: IPEADATA – Temas Macroeconômicos: PIB - Agropecuária, atualizado em 2014

Gráfico 6 – Área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros (1920-2006)

Fonte: IBGE- Séries Históricas e Estatísticas, 2007,
Observação: Em hectares.

Gráficos 5 e 6- A área ocupada pela agropecuária cresce à medida que decresce a participação desse setor na economia nacional.

A própria CAIC, ao ser arrastada pela crise, não deixaria dúvidas de que a expansão do agrário não seria capaz de gerar um processo de acumulação. Muito pelo contrário, tal expansão estaria a reproduzir as condições críticas que levaram o capital à fronteira. Isso se evidenciaria nos resultados financeiros da CAIC que a colocariam sob a necessidade de que seus negócios fossem realizados mediante reiterados processos de capitalização.

Devido as enormes dificuldades enfrentadas pelos adquirentes de seus loteamentos, principalmente por conta da necessidade imediata de remunerar os capitais industriais, envolvidos no processo de colonização, a CAIC se veria em situação semelhante as ferrovias paulistas que, mesmo praticando preços de fretes que mal cobririam os seus custos, deveriam evitar aumentos tarifários sob o risco de nada transportarem. As dificuldades da CAIC seriam reveladas nas atas de suas assembleias gerais de acionistas, que demonstrariam a necessidade de constantes aportes de capital para que fossem levados à frente, os negócios da empresa. Em 1945, mesmo após uma década de atuação na venda de terras, tendo como resultado a negociação de 67 790 alqueires de terras no oeste paulista (divididos em 4 057 lotes), a diretoria da CAIC informaria, durante a assembleia geral dos acionistas (realizada em 24 de maio do citado ano), que a continuidade dos negócios da empresa, que envolveria a aquisição de duas novas fazendas destinadas ao fatiamento (Fazendas Lunardelli e Nova Pátria), somente poderia ser realizado mediante a capitalização de Cr\$ 6 000 000 000, 00, a ser obtida pela emissão de 30 000 ações (ARQUIVOS DA CAIC, Atas das Assembleias Gerais, livro nº 3). Considerando que o capital da CAIC seria, até esse momento, de Cr\$ 6 000 000 000,00, (ARQUIVOS DA CAIC, Idem), a aquisição de duas fazendas exigiria que se dobrasse esse capital, o que demonstraria a baixa lucratividade do negócio, haja visto que, somente até 1940, a empresa já teria negociado 38 glebas, entre fazendas e áreas florestadas (Relatórios da CAIC, nº 12, 1940, apud CARNEIRO, 1985). Na assembleia dos acionistas de 17 de março de 1947, a diretoria da CAIC demonstraria ainda não ter concluído as vendas dos lotes gerados pelo fatiamento da Fazenda Nova Pátria (fatiamento realizado em 1945), no entanto, solicitaria um adicionamento de Cr\$ 2.000.000,00 ao seu capital, por meio da emissão de ações, para expandir a compra de novas terras (ARQUIVOS DA CAIC, Atas das Assembleias Gerais, livro nº 3). Em 1948, em meio a assembleia geral dos acionistas, um dos participantes, o acionista Paulo Drumont Murgel, pediria a palavra para se queixar da redução dos dividendos pagos aos acionistas, recebendo a lacônica resposta que tal redução se deveria à *“crise de numerário que ora atravessa o país”* (ARQUIVOS DA CAIC, Atas das Assembleias Gerais, livro nº 3, p. 27). Durante a

realização da assembleia dos acionistas de 1952 a diretoria da CAIC poria em votação a proposta de distribuição, entre os acionistas, das reservas estatutárias e dos lucros suspensos²⁸⁰, sob a condição de que todo o montante fosse, obrigatoriamente, revertido na capitalização da empresa e, assim, convertido em ações. A justificativa seria de que o capital da empresa, à época constituído em Cr\$ 20 000 000,00²⁸¹, deveria ser elevado à Cr\$ 30 000 000,00 para ***“melhor atender ao vulto das operações que constituem o giro normal da Sociedade”*** (ARQUIVOS DA CAIC, Atas das Assembleias Gerais, livro nº 3, p. 36). Ora, se a capitalização visaria ***“o giro normal”***, isso remeteria ao problema de que o capital da empresa enfrentaria dificuldades para sua reprodução, haja visto que o seu aumento (do capital), não seria justificado por qualquer ampliação ou diversificação dos investimentos. Isso pode ser verificado no abandono da tolerância, com os atrasos nos pagamentos dos lotes, à medida que a empresa encontraria maiores dificuldades à reprodução do seu capital. Em 1954, entre os meses de janeiro e fevereiro, fora requisitado a um grande número de compradores, principalmente do loteamento denominado Paget (atual município de Fernandópolis), que devolvessem os títulos de propriedade, devido ao não pagamento das obrigações vencidas (ARQUIVOS DA CAIC, 1954, Copiador nº 32, p. 178-189). A situação de insolvência da empresa se tornaria evidente em 1961, quando na assembleia geral dos acionistas seriam divulgados os resultados do 1º semestre do corrente ano. Somente nesse semestre os prejuízos da companhia foram da ordem de Cr\$ 4 068 780, 00, ocorrendo a suspensão de pagamentos de dividendos aos acionistas (ARQUIVOS DA CAIC, Atas das Assembleias Gerais, livro nº 4, p. 31). O problema resultará em uma série de demissões de funcionários, como se pode constatar nos inúmeros avisos de dispensa, emitidos pela diretoria da CAIC, no dia 11 de agosto de 1961 (ARQUIVOS DA CAIC, 1961, Copiador nº 37, p. 2-9), justificados como ***“medida de economia”*** (ARQUIVOS DA CAIC, idem). No mesmo mês das citadas demissões chegariam notícias pouco animadoras a respeito das vendas do loteamento da Fazenda Ypiranga, em Marília. O funcionário encarregado das vendas enviaria à sede da empresa, localizada na capital, o seguinte comunicado:

“Conforme Vossa Excelência tem observado, a venda dos lotes da Fazenda Ypiranga, não vem correspondendo aos nossos anseios, malgrado todo o esforço e a divulgação e a propaganda

²⁸⁰ Lucros não pagos aos acionistas, formando um fundo de reserva.

²⁸¹ Esse montante de capital fora obtido, em sua totalidade, por emissões de ações, segundo consta nos livros de Atas das Assembleias Gerais nº 3 e 4 (ARQUIVOS DA CAIC).

que viemos realizando a bem assim de previsões otimistas formuladas por V. Sa, por ocasião da realização do negócio”
(ARQUIVOS DA CAIC, 1961, Copiador nº 37, p. 21)

Não deixa de chamar a atenção que o mesmo funcionário adicionaria ao seu informe a observação de que, mesmo a tabela dos preços dos lotes (definida pela CAIC) não ter sofrido qualquer reajustem há mais de um ano, os preços praticados, ainda que estabilizados, seriam *“reputados elevados por parte daqueles que tem visitado as terras”* (ARQUIVOS DA CAIC, 1961, idem) do loteamento Ypiranga. Se os preços, por um lado, seriam elevados, dificultando as vendas, por outro lado, não seriam suficientes para garantir lucros à empresa, problema que somente seria explicitado após sua encampação pelo Governo do Estado de São Paulo, como parte do espólio da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (também encampada pelo governo estadual). Na assembleia dos acionistas, realizada em 1964, já sob encampação, a diretoria da CAIC alertaria os acionistas sobre *“a fragilidade da estrutura econômica e financeira de nossa Companhia (...) com um capital irrisório de Cr\$ 50 000 000, 00, sem outro qualquer patrimônio, com todos os negócios a serem realizados através de empréstimos difíceis e onerosos limitando-lhe, consequentemente, os lucros”* (ARQUIVOS DA CAIC, Atas das Assembleias Gerais, livro nº 4, folha 41). Na mesma assembleia, a diretoria da CAIC argumentaria que, para realizar as tarefas que lhe estariam sendo exigidas pelo governo estadual²⁸², relacionadas a modernização da agricultura no estado, seria necessário um aporte de Cr\$ 2 000 000 000, 00 (uma quantia 40 vezes maior do que o capital da CAIC). A partir dos anos sessenta do século XX, a CAIC se inseriria na modernização do agrário, promovida, principalmente, pelo capital norte-americano, e conduzida pelos governos federal e estadual, como se observaria na Assembleia de Geral dos Acionistas, de 1961, onde seria divulgada a oferta, por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de um empréstimo de US\$ 4 500 000,00, para que a empresa adquirisse tratores, sob a condição de que fossem comprados nos Estados Unidos da América (ARQUIVOS DA CAIC, Atas das Assembleias Gerais, livro nº 4, folha 35). A aquisição desses tratores se inseriria na chamada “Revisão Agrária” (ARQUIVOS DA CAIC, Atas das

²⁸² A CAIC, após ser encampada, se tornaria uma empresa estatal, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo, e cumpriria a função de fornecer ao agrário paulista, assistência técnica e estruturas básicas de transporte (estradas). Em 1987 passaria a ser denominada por Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP), encontrando-se ativa nos dias atuais.

Assembleias Gerais, livro nº 4, folha 35), projeto promovido pelo governo do Estado de São Paulo que, por sua vez, incumbiria parte de sua realização à CAIC. A chamada “Revisão Agrária” teria por objetivo, melhorar a produtividade do agrário paulista, sendo seu foco principal a mecanização da agricultura e a criação de infraestruturas destinadas à circulação, revelando a necessidade de se adequar o agrário a remuneração dos capitais industriais, aqui instalados²⁸³. Por fim, a CAIC, até onde seus registros nos permitem constatar, teria loteado, até o ano 1955, 827 740 hectares de terras divididos em 8 968 propriedades (Relatório nº 22 de 26 de abril de 1956, apud CARNEIRO, 1985). Municípios inteiros surgiriam de seus loteamentos, e a experiência desenvolvida pelos seus quadros, na expansão do agrário, seria absorvida pela estrutura governamental do Estado de São Paulo, após sua encampação. Obviamente, a CAIC não fora a única empresa responsável pela expansão do agrário paulista. Inúmeras empresas menores atuaram nesse ramo. No entanto, a atuação da CAIC fora, sem dúvida, a mais expressiva, além de, por ter sido muito bem documentada, nos fornecer materiais de pesquisa que contribuiriam para a compreensão do modo contraditório pelo qual se dera a expansão do agrário paulista, onde as pequenas propriedades seriam postas a produzir, a fim de remunerarem capitais em crise (como o ferroviário), mas não se tornariam capazes de fazê-lo, devido a sua baixa produtividade em relação aos capitais industriais presentes nas ferrovias e em outras atividades econômicas das quais dependeriam. Em última instância, se reproduziria a crise geral do agrário paulista. Isso se evidenciaria nas dificuldades dos agricultores com o pagamento das terras, como também na própria insolvência financeira da CAIC que, ao ser obrigada a equacionar o preço da terra à remuneração da produtividade da indústria dos países centrais e, ao mesmo tempo, garantir a reprodução dos pequenos agricultores, encontraria limites à lucratividade do seu negócio e a reprodução do seu próprio capital.

A CAIC e todo o agrário paulista, se aprofundariam na crise geral da reprodução do valor que, à medida que impulsionaria a expansão da fronteira agrícola na periferia como pressuposto para o seu solucionamento (solucionamento da crise), simultaneamente, conferiria maior produtividade aos capitais industriais centrais, impondo novos limites a

²⁸³ Em publicação de 1961, denominada “Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena”, a Assessoria da Revisão Agrária, órgão da Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo, apontaria que a finalidade da chamada Revisão Agrária seria, “*incentivar a exploração racional e econômica do solo*” (1961, p. 1), além de promover a pequena propriedade e a “*elevação do nível técnico e de organização da exploração agropecuária*” (1961, Idem).

sua reprodução. Sem dúvida, o capital norte-americano seria a expressão mais flagrante dessa contradição. A expansão do capital norte-americano, como resultado de sua crise, e seu aporte em realidades periféricas, como a brasileira (principalmente nos anos cinquenta do século XX), lançariam sobre a pequena propriedade a tarefa hercúlea de reproduzir capitais de altíssima produtividade que seriam postos a produzir para mercados restritos (como o brasileiro), formados por indivíduos que se encontrariam submetidos a relações onde a mediação do dinheiro se daria de forma limitada. A expansão do agrário paulista, compreendida entre a década de 1930 e 1960 (período que coincidiria com a expansão fordista e a passagem à Terceira Revolução Industrial), se inseriria na simultaneidade da crise que se expressaria pela modernização periférica, como forma de se intensificar a transferência de valor para o centro do capital, a fim de compensar a incapacidade de sua indústria de produzir quantidades de mais-valia, suficientes, para pagar o desenvolvimento de suas forças produtivas. A premência de se remunerar os capitais industriais centrais reperia a negatividade do trabalho na periferia, ou seja, o trabalho se reproduziria como um custo, mas um custo ascendente, devido aos maiores níveis de espoliação promovidos pelo constante revolucionamento das forças produtivas no centro do capital. Sendo assim, cresceriam as dificuldades, enfrentadas pelos pequenos proprietários, em reproduzir o trabalho, condição que se revelaria na predominância da utilização do trabalho familiar nas propriedades do agrário paulista.

O censo agropecuário de 1960 (IBGE, 1967), nos revelaria que entre os 317 374 estabelecimentos agropecuários paulistas, recenseados naquele ano, 211 905 estabelecimentos declarariam não ter qualquer trabalhador contratado (66% do total dos estabelecimentos) (IBGE, 1967). A utilização maciça do trabalho familiar se refletiria no número reduzido de trabalhadores nas propriedades: 225 048 propriedades possuiriam menos de 5 trabalhadores, e 64 377 teriam menos de 10 trabalhadores (Idem, 1967). Dentre os 712 560 trabalhadores do setor agropecuário paulista, 249 789 seriam temporários (35% do total), ou seja, empregados em momentos específicos da produção, e 104 967 seriam parceiros (Idem, ibidem). O recurso a relações de produção não assalariadas, refletiria a incapacidade do trabalho, no agrário paulista, de produzir valor sob níveis de produtividade que permitissem a sua remuneração e a reprodução do capital. Os níveis de espoliação, estabelecidos pelas trocas com os capitais industriais, não permitiriam a acumulação e, conseqüentemente, impediriam a aplicação de forças

produtivas que viabilizassem a exploração do trabalho assalariado²⁸⁴.

O não assalariamento se tornaria, assim, a condição para a reprodução dos pequenos agricultores paulistas, o que tornaria a própria família uma relação de produção, onde a figura do chefe do núcleo familiar assumiria características patriarcais, à medida que sua relação para com os demais membros da família deveria contemplar a condução da produção necessária à reposição da propriedade da terra e de seus dependentes²⁸⁵. A entrada de membros no núcleo familiar deveria ser submetida à aprovação do patriarca, haja visto que poderia comprometer a reprodução da propriedade da terra. Por outro lado, a extensão da condição de membro da família, a outros indivíduos, significaria a participação na produção, o que se caracterizaria pela figura do “agregado” ou “camarada”, um indivíduo que se agrega à família e passa a gozar das mesmas condições que os demais membros, ou seja, comida, casa e, quando possível, algum dinheiro. Vivendo “da mão para a boca” (MARX, 1988), o pequeno agricultor somente poderia suprir sua necessidade de força de trabalho se a obtivesse por meios que não envolvessem a mediação frequente do dinheiro. O relato que nos fora concedido pelo senhor Antônio Passarinho, morador do município de Adamantina, desde 1950, apontaria que seria comum, até mesmo, a utilização de migrantes miseráveis, oriundos de outros estados, que, devido à total indigência em que se encontrariam, trabalhariam em troca de “casa e comida”, nas propriedades da “Nova Alta Paulista”. O senhor Antônio, devido ao seu pai ser funcionário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, residiria em uma das 36 casas fornecidas aos ferroviários de Adamantina, o que o punha em contato diário com a movimentação na estação de trens que serviria à localidade. Segundo o senhor Antônio, durante os anos cinquenta, presenciara a chegada de contingentes de nordestinos que seriam trazidos até a Adamantina (ponto final dos trilhos, até 1960), e dali encaminhados para o trabalho em sítios e fazendas da região:

“O trem chegava, e um funcionário abria a porta do vagão que era trancada com cadeado. Quando abria começavam a descer pessoas vindas do Nordeste, maltrapilhas. Uma vez vi uma menina tentar descer do vagão com uma criança no colo.

²⁸⁴ O mesmo censo (de 1960), nos confirmaria a baixa composição orgânica do capital presente no agrário paulista: em 1960, dos 317 374 estabelecimentos agropecuários paulistas, 297 875 utilizariam somente força humana ou animal, e apenas 6 794 (2% do total) utilizariam alguma forma de força mecânica (IBGE, 1967).

²⁸⁵ Sobre a presença de relações patriarcais que acompanhariam a exploração da família, como relação de produção, verificar STOLCKE, 1986, p. 356-358.

*Como não conseguia se sentou na porta e, logo em seguida, levou um chute nas costas de uma pessoa mais velha, acho que seu pai, que mandava ela descer logo. Ficavam na explanada e então, um empregado de uma fazenda da região, ou um sitiante, se aproximava e dizia: ‘Quem aí tem uma colocação?’. Presta atenção! Não era um emprego, era uma ‘colocação’. Quem aceitava passava meses trabalhando em troca de comida e morando em uma tulha”.*²⁸⁶

D’INCAO faria observações semelhantes sobre a região do estado de São Paulo, denominada Sorocabana: *“A praxe adotada era trazer grandes levas de trabalhadores do Nordeste. Estes chegavam pela Estrada de Ferro Sorocabana. Eram alojados nas fazendas na época da colheita e depois aproveitados como arrendatários ou parceiros, em áreas até então inexploradas”* (1979, p. 51). O jornal “O Adamantinense”, em sua edição especial de natal de 1957, traria uma matéria intitulada “Os Baianos”, que daria conta que uma composição partiria regularmente de Belo Horizonte, transportando nordestinos que, por conta das secas, buscariam trabalho no Estado de São Paulo. O autor da citada matéria, Othoniel Motta, descreveria sua experiência ao embarcar em uma composição destinada ao transporte desses migrantes:

“Fomos a cabine que nos tocara e ali nos instalamos. Horas depois, saímos para espair e, surpresos, notamos a miséria tremenda dos passageiros, a maioria com uma enfiada de filhos de cor parda. Curiosos indagamos quem era aquela pobre gente e obtivemos como resposta do cabineiro ser aquele o ‘trem dos baianos’, assim denominado em virtude de dele se servirem os nortistas para alcançarem São Paulo...” (O ADAMANTINENSE, 1957)²⁸⁷

A crise do trabalho, no agrário paulista, refletiria a crise do trabalho em sua totalidade, pois, tendo o capital de se reproduzir periféricamente para continuar a acumular em seu centro (onde o trabalho já daria sinais de não ser capaz de pagar o

²⁸⁶ Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2016.

²⁸⁷ Disponível na Biblioteca de Adamantina.

desenvolvimento de forças produtivas), esse (o capital) imporá níveis ascendentes de espoliação à periferia. As consequências apareceriam no agravamento da condição crítica dos pequenos agricultores, que estariam encontrando limites à sua reprodução, mesmo com a utilização de relações de produção que não envolveriam o assalariamento. À medida que os ganhos não seriam suficientes para a sua reposição, o pequeno agricultor recorrerá ao crédito, procedimento que, segundo MONBEIG (1984), se tornaria o meio pelo qual esses indivíduos se manteriam como produtores:

“A precariedade de sua situação financeira obriga o sitiante a fazer empréstimos duas vezes por ano. A primeira vez é no período das semeaduras, a fim de comprar sementes de algodão, arroz, de milho, ou mudas de batatinha. Esse crédito, por outro lado, ajuda-o a passar os meses da estação das chuvas, mas no final destas, antes das colheitas, é preciso reembolsar a dívida e pagar juros. O sitiante vai bater, então, pela segunda vez, as portas dos financiadores, naturalmente não as mesmas da primeira vez. Ele aumenta, assim, os encargos e multiplica o número dos seus credores. Cada novo empréstimo mal permite pagar a dívida contraída na estação anterior” (MONBEIG, 1984, p. 226).

O periódico “Adamantina em Revista”, de 1957, apontaria que a condição precária dos pequenos agricultores, além de torná-los dependentes do crédito, os obrigariam a pagar juros elevados, haja visto que essa precariedade financeira aumentaria os riscos de inadimplência:

“... o nosso trabalhador rural tem procurado subsistir, vivendo, até quando pode, no campo, à mercê das próprias iniciativas e exploração semelhante mais afortunada. Os bancos não lhe fornecem financiamento, por falta de crédito (...). O infeliz agricultor se dirige, geralmente a um comerciante ou intermediário. Este lhe adianta mercadorias em confiança para pagar na safra a preços extorsivos. Cobra-lhe dois, três, quatro, cinco por cento de juros, exigindo mais, que lhe dê preferência

na venda do produto²⁸⁸ com deságio do mesmo²⁸⁹

As dificuldades, advindas da incapacidade do agrário em reter o valor nele produzido,²⁹⁰ recairiam, tanto sobre os proprietários, como sobre arrendatários, parceiros e outros grupos de indivíduos submetidos às diversas relações de produção estabelecidas no campo. D'INCAO (1979) em seu estudo sobre os boias-frias²⁹¹, realizado na década de 1970, relacionaria o endividamento dos arrendatários e parceiros, à expansão do trabalho temporário e volante no Estado de São Paulo, pois, segundo a autora, os indivíduos, submetidos a essas relações de produção, estariam a buscar, através do trabalho temporário em outras propriedades, compensarem os ganhos insuficientes obtidos por meio da produção, direta, nas terras que lhes seriam disponibilizadas (1979, p. 48-84). GUIMARAES, INNOCÊNCIO e BRITO (1984), ao analisarem o surgimento dos trabalhadores volantes no agrário brasileiro²⁹², apontariam que o mesmo processo observado por D'INCAO (1979), estaria em curso no âmbito nacional, tendo em comum, a origem nas dificuldades vividas pelos pequenos produtores rurais que, por fim, passariam a vender sua força de trabalho à terceiros: ***“Na medida em que se acentuou e se generalizou o processo de expropriação dos pequenos produtores, parte deles foi aumentar o contingente de força de trabalho, comumente assalariada, de baixo custo, à disposição dos empreendimentos agropecuários”*** (1984, p. 17)

O agravamento da condição dos pequenos agricultores estaria a anunciar os limites que a produtividade ascendente dos capitais industriais estaria a impor à reprodução do agrário paulista, o que exigiria que o mesmo fosse submetido a um processo de

²⁸⁸ A ***“venda dos produtos”***, refere-se à venda das safras, que seriam dadas como garantia aos empréstimos concedidos pelos negociantes de produtos agropecuários. Ficariam os agricultores comprometidos a venderem suas safras àqueles que lhes forneceria os empréstimos.

²⁸⁹ Matéria publicada com o título, “Em defesa do homem do campo”, em “Adamantina em Revista”, edição comemorativa ao 8º aniversário do município, de Adamantina, 1957.

²⁹⁰ Marx, em o “O Capital” (1988), ao tratar do processo de distribuição do valor global produzido, reafirmaria o caráter socialmente datado que recobriria a propriedade da terra sob o capital, demonstrando que a simples posse sobre uma porção da superfície terrestre, não garantiria ao seu possuidor ***“o papel de condutor e dominador do processo de produção e de todo o processo de vida social”*** (1988, L. III, v. V, p. 296), pois será a capacidade de adequação ao tempo social médio que definirá quais os capitalistas se apropriarão de maiores ou menores porções do produto social geral, de acordo com a produtividade dos seus capitais. As observações de Marx remeteriam, portanto, a subsunção dos capitais agrários aos capitais urbano-industriais que concentrariam as forças produtivas sociais. Sobre tais conclusões verificar o capítulo LI, de “O Capital”, 1988, L. III, v. V, p. 292-296.

²⁹¹ Maria da Conceição D'INCAO: “O Boia Fria: Acumulação e Miséria”, 1979.

²⁹² Luís Sérgio Pires GUIMARÃES; Ney Rodrigues INNOCÊNCIO; Sebastiana Rodrigues de BRITO. “O trabalhador volante na agricultura”, in, Revista Brasileira de Geografia, ano 46, nº 1, janeiro a março de 1984.

modernização como condição para a manutenção de sua inserção nas trocas. A industrialização nacional, operada por meio de capitais estrangeiros em crise, portanto, em busca de remuneração²⁹³, imporia mudanças profundas ao agrário paulista. Por outro lado, ao se dar tardiamente, o processo de industrialização nacional coincidiria com a crise do fordismo e a passagem à chamada Terceira Revolução Industrial, estando, portanto, o agrário paulista obrigado a remunerar os capitais internalizados, como também, a produtividade ascendente, promovida pela automatização nas economias industriais. A sobrevivência dos agricultores dependeria da eliminação de custos e, em se tratando de um padrão de produção predominantemente extensivo, tal eliminação somente poderia recair sobre o trabalho vivo²⁹⁴. No entanto, não se poderia eliminar o trabalho vivo sem que houvesse capital acumulado que viabilizasse a sua substituição pelo trabalho morto. A eliminação do trabalho se faria pelo abandono de atividades agrícolas que exigissem a mobilização de trabalhadores permanentes, procedimento combinado com o aumento na composição orgânica dos capitais agrários. Isso se evidenciaria na confrontação dos dados dos Censos Agropecuários de 1960 e 1980 (IBGE, 1967 e 1984)²⁹⁵:

- Entre 1960 e 1980, a área total utilizada pelas atividades agropecuárias, no Estado de São Paulo, cresceria 4,5%, passando de 19 303 948 hectares, em 1960, para 20 161 000 hectares, em 1980. A área utilizada pela agricultura paulista, que em 1960 seria de 11 394 233 hectares, se reduziria a 9 610 986 hectares, em 1980 (menos 1 783 247 hectares). No mesmo período a pecuária, que ocuparia 7 113 130 hectares, em 1960, passaria a ocupar 9 206 162 hectares (em 1980 seria registrado um acréscimo de 2 093 032 hectares). As pastagens cresceriam em 435 448 hectares, em todo o agrário paulista (passariam de

²⁹³ O que melhor evidenciaria o resultado da entrada de capitais no Brasil e, obviamente, a necessidade de remunera-los, seriam os resultados da balança de pagamentos registrados, principalmente, a partir da década de 1950. Na década de 1950, período onde ocorreram grandes inversões de capitais no Brasil, os déficits na balança de pagamento ocorreram nos anos de 1951, 1952, 1954, 1956, 1957, 1958 e 1959 (BACEN, 2015). Na década de 1960 os anos 1961, 1962, 1963, 1966, 1968 e 1969, registrariam déficits. O problema adentraria a década de 1970, com déficits em 1970, 1971, 1974, 1975 e 1979 (Idem, 2015).

²⁹⁴ Vale ressaltar que, quando falamos em trabalho, nos referimos ao trabalho em sua forma específica presente na realidade brasileira (negativa), que aparece como mão de obra familiar, parceria, colonato etc. Também se faz necessário ressaltar que nada muda se a exploração do trabalho se dá sobre terceiros ou sobre o trabalho do próprio proprietário de terras. As determinações são as mesmas pois a incapacidade do trabalho de reproduzir o capital e o trabalhador, resulta do conjunto de relações sociais postas e que perpassam a totalidade dos indivíduos a elas submetidas. O pequeno agricultor, proprietário de terras, compartilharia da crise como capitalista e como trabalhador, simultaneamente.

²⁹⁵ Os dados referentes aos Censos Agropecuários de 1960 e 1980 (IBGE, 1967 e 1984), apresentados na forma de porcentagens, foram por nós confeccionados a partir dos dados disponibilizados pelas fontes citadas.

9 871 612 hectares, em 1960, para 10 307 060 hectares, em 1980).

- O número absoluto de trabalhadores no agrário paulistas se reduziria de 1 727 310, em 1960, para 1 376 463, em 1980 (menos 350 847 trabalhadores), como também os gastos com salários, realizados por agricultores que utilizariam o trabalho assalariado: em 1960 os salários somariam 41% dos gastos dos produtores rurais que utilizariam trabalhadores assalariados; em 1980, os gastos com salários somariam apenas 18% do total das despesas dos produtores rurais contratantes de trabalhadores.

- Entre 1960 e 1980, o número de trabalhadores rurais permanentes, sofreria significativa redução no agrário paulista, independente da relação de produção utilizada. Os trabalhadores familiares seriam reduzidos de 839 300 para 667 401; o número de parceiros se reduziria de 139 471 para 44 299 trabalhadores; e o número de trabalhadores assalariados seria reduzido de 419 773 para 377 574.

- Diferentemente, o número de trabalhadores temporários subiria de 292 822, em 1960, para 377 574, em 1980.

- O café, cultura que exigiria maior número trabalhadores permanentes²⁹⁶, sofrera forte retração em sua produção, como apontam os resultados de 1980: a área de cultivo do café sofrera redução de 464 535 hectares, enquanto o número de pés de café fora reduzido em 243 376 312 pés²⁹⁷.

- O dados de 1980 dariam conta de que culturas que exigiriam quantidades menores de trabalhadores permanentes, e fariam uso, largamente, de trabalhadores temporários, tiveram suas áreas de cultivo aumentadas: A cana de açúcar tivera um aumento de 267 % em sua área de cultivo (de 291 013 hectares para 1 070 120 hectares); enquanto a laranja, tivera sua área de cultivo aumentada em mais de 1000 % (de 31 055 hectares, onde haviam 12 363 973 pés, para, 347 771 hectares com 84 086 631 pés).

Quanto ao aumento das forças produtivas no agrário paulista:

- Em 1960, apenas 40% das propriedades paulistas utilizariam fertilizantes (7%

²⁹⁶ Verena STOLKE (1986), apontaria que no agrário paulista, a passagem de relações de produção que envolvessem trabalhadores permanentes (meação, colonato, parceria), para o trabalho temporário, avançaria de acordo com as peculiaridades de cada cultivo: **“... o grau com que os proprietários rurais podiam dispensar os trabalhadores permanentes dependia do processo de trabalho e das necessidades de mão-de-obra característicos de cada cultura”** (1986, p.234). Segundo a autora, devido as exigências inerentes ao cultivo do café, a cafeicultura teria dificuldades em dispensar trabalhadores permanentes e, por consequência, adentraria os anos setenta do século XX, utilizando o menor números de trabalhadores temporários, dentre as principais culturas exploradas no agrário paulista (Idem, Ibidem).

²⁹⁷ Mesmo com o preço médio da saca de café tendo voltado aos US\$ 100,00, em meados dos anos setenta (STOLKE, 1986), a cafeicultura paulista sofreria uma forte retração, revelando que os preços majorados não estariam garantindo a reprodução dos agricultores.

utilizariam o fertilizante químico); 36 % das propriedades usariam, somente, tração animal, 7% tração mecânica, e 57 % não utilizariam qualquer forma de tração; no ano citado apenas 16 % dos proprietários obtiveram algum tipo de financiamento. Diferentemente, em 1980, 77 % das propriedades paulistas utilizariam fertilizantes (74% utilizariam o fertilizante químico); 58 % das propriedades utilizariam tração mecânica; além do que, 40% das propriedades receberiam algum tipo de financiamento.

- Em 1960, 12 % dos gastos dos produtores agropecuários paulistas recairiam sobre fertilizantes e defensivos, porcentagem que subiria para 20%, em 1980.

Vale ressaltar que o aumento da área total utilizada pela agropecuária paulista (de 19 303 948 hectares, em 1960, para 20 161 000 hectares, em 1980) ocorreria concomitantemente com uma redução de 14% no número de propriedades (as 317 374 propriedades existentes em 1960, se reduziram para 273 187 propriedades, em 1980), apontando um processo de concentração fundiária.

O rápido avanço de culturas, como a cana de açúcar e a citricultura, bem como o crescimento da pecuária, apontaria que o trabalho, consumido na produção agropecuária paulista, se tornara um obstáculo à valorização do valor. O setor agroexportador paulista, como fornecedor de matérias primas à indústria externa (café, algodão, etc.), sofreria duplo impacto, à medida que deveria pagar a modernização nacional, de padrão fordista, e, simultaneamente, remunerar a produtividade que a “Terceira Revolução Industrial” conferiria aos capitais industriais centrais²⁹⁸. Se tornaria premente, para a reprodução do setor agropecuário paulista, a eliminação do trabalho, seja pela aplicação de forças produtivas, ou pela passagem à outras atividades que exigissem um menor número de trabalhadores. Como exemplo tomemos, a criação de gado, ou mesmo a produção leiteira, que permitiriam a exploração da propriedade rural com a utilização de um número reduzido de trabalhadores (até mesmo, com a utilização, apenas, do trabalho do proprietário). Consequentemente, a passagem a essas atividades produtivas exigiria a

²⁹⁸ As observações de BOECHAT (2013)*, sobre o endividamento, como forma de reprodução da citricultura paulista (mais especificamente na passagem da década de 1970 para 1980), dariam conta de que a mesma (a citricultura paulista), estaria obrigada a remunerar a industrialização nacional e, simultaneamente, a produtividade ascendente dos capitais presentes nas economias centrais do capital (2003, v.II, p. 413-422). Por possuir um sentido lógico, essa dupla espoliação se estenderia a todo o agrário paulista, à medida que esse deveria, necessariamente, pagar a industrialização nacional em curso e, simultaneamente, remunerar a produtividade das economias centrais, onde circularia parte de sua produção (à exemplo da citricultura) e de onde adviriam produtos necessários à reprodução do setor agropecuário nacional.

* Cassio Arruda BOECHAT, “O colono que virou suco: Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista”, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP, em 2013.

ampliação das pastagens como forma de substituição do trabalho. D'INCAO (1979) observaria que: ***“Na área em que a lavoura é substituída pelos pastos, a expulsão direta do homem do campo é inevitável”*** (1979, p. 72). Sob o mesmo sentido lógico, mas exigindo maiores investimentos de capital, estaria a expansão dos cultivos de cana de açúcar e laranja, culturas nas quais a aplicação de forças produtivas permitira concentrar a utilização de trabalhadores em períodos limitados do ano. Como bem observaria PITTA (2011) a respeito do setor sucroalcooleiro paulista: ***“A tratorização do preparo do solo, a adubação química também nessa etapa; a mecanização e o uso do herbicida no lugar das carpas; e a mecanização da colheita, extinguíram funções e postos de trabalho existentes no momento anterior”*** (2011, p. 93-94). O uso de trabalhadores ficaria, assim, concentrado nos períodos de colheita, sob condições de contratação precária e por meio do pagamento por produtividade. BOECHAT (2013), ao tratar do aumento da composição orgânica dos capitais aplicados na citricultura paulista, concluiria que a aplicação de forças produtivas na produção agropecuária poderia, até mesmo, aumentar a necessidade de trabalhadores nos períodos de colheita, mas, ***“reduz o tempo médio de trabalho necessário para a produção, ao permitir uma maior produção no mesmo espaço de tempo”*** (2013, v. II, p. 378). Os trabalhadores temporários tornar-se-iam uma camada significativa do contingente de trabalhadores rurais paulistas²⁹⁹, recebendo denominações pejorativas que refletiriam os poucos ganhos que obteriam com a venda de sua força de trabalho: Boias-frias, catadores, etc.³⁰⁰.

O trabalho, negativamente posto, teria encontrado o limite à sua reprodução, no agrário paulista. Sua reprodução (do trabalho), mesmo que de forma crítica, somente poderia ser mantida se lhe fosse conferido níveis maiores de produtividade. Não se poderia apartar esse momento da totalidade do processo de valorização que, como resultado de suas contradições, tornaria o trabalho residual no centro do capital. A crise seria a mesma, pois possuiria o mesmo fundamento intemporal, mas os resultados se agravariam à medida que o trabalho perderia sua capacidade de reproduzir o valor, também, nas economias centrais. Se sob os padrões produtivos do capitalismo fordista, o agrário paulista se aprofundaria em sua crise, sob os ditames da “Terceira Revolução Industrial”, tal estado crítico se aguçaria, eliminando um grande número de trabalhadores

²⁹⁹ Segundo o Censo Agropecuário de 1980, os trabalhadores temporários responderiam por 35% do total de trabalhadores rurais paulistas (IBGE, 1984).

³⁰⁰ Sobre a ascensão no número de trabalhadores temporários no agrário paulista, verificar, D'INCAO, 1979, STOLCKE, 1986, e BOECHAT, 2013 (volume I).

rurais e tornando enormes áreas agricultáveis, do oeste paulista, em pastagens.

A revolução microeletrônica, iniciada em fins dos anos cinquenta (MANDEL, 1985), à medida que permitiria a eliminação do trabalho vivo, em proporções nunca observados, aumentaria a composição orgânica geral do capital, e colocaria a necessidade de inversões ascendentes para que se obtivesse quantidades de mais-valia em constante redução. O resultado seria a incapacitação do trabalho, de remunerar os investimentos realizados para a sua exploração. Simultaneamente, o capital buscaria, na periferia, o valor que não mais seria capaz de produzir em seu centro. Sendo assim, apropriação da renda da terra³⁰¹ apareceria como a possibilidade fetichista de se pagar o desenvolvimento de forças produtivas. No entanto, isso exigiria a modernização do agrário, elevando sua produtividade à níveis que permitissem a extração da renda da terra. Como observaria KURZ (1993):

“Todo passo de crescimento agrário, orientado no mercado mundial, tinha que ser, necessariamente, um passo em direção à agroindústria intensiva de capital... Assim estão se agravando também, no setor agrário, a concorrência e a concentração de capital, em nível nacional e internacional”
(KURZ, 1993, p. 169).

A mecanização do agrário paulista, bem como a intensificação da produção, se constituiriam em processos que, em uma realidade onde o capital não acumula, somente seriam levados a termo por meio do endividamento pessoal e público. A participação do Estado no financiamento da modernização agrária, principalmente através de ações governamentais de grande amplitude, como o “Sistema Nacional de Crédito Rural”³⁰² (criado em 1965), e o “Proálcool” (posto em funcionamento em 1975)³⁰³, além de

³⁰¹ François CHENAIS (1996) observaria que, a partir da década de 1970, ocorreria significativa penetração de capitais estrangeiros nos setores produtivos agrários dos países periféricos. O autor apontaria que multinacionais realizariam investimentos na produção agropecuária periférica a fim de, ali, obterem sobrelucros advindos da maior produtividade conferida ao agrário, pela aplicação de forças produtivas. Tal processo teria sido desencadeado, segundo CHENAIS (1996), para que essas empresas aumentassem *“suas possibilidades na origem”* (1996, p. 222) ou, a partir da teoria do valor, para que interceptassem a renda da terra.

³⁰² Sobre o Sistema Nacional de Crédito Rural, diria BOECHAT (2013): *“Este sistema de crédito rural se diferenciava das políticas de crédito rural anteriores pela maior abrangência e pelo planejamento da modernização agropecuária...”* (2013, v. II, p. 397).

³⁰³ Segundo PITTA (2011): *“O Programa Nacional do Alcool (PNA), ou Proálcool, lançado em 1975, pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), foi o principal projeto de industrialização da agricultura promovido pela “ditadura militar”, já que destinou créditos subsidiados ao setor, no montante de,*

coincidirem com o agravamento da crise geral de reprodução do valor, produzida pela “Terceira Revolução Industrial”, reafirmariam o argumento de que o agrário nacional jamais fora capaz de gerar níveis significativos de acumulação de capital. Sua modernização se constituiria em um custo pago por toda a sociedade. Por outro lado, essa modernização apenas reporia nossa condição periférica, pois fora engendrada para que os capitais centrais, em crise, encontrassem alguma forma de remuneração, assim como ocorrera na fase de expansão fordista. Nesse sentido, o valor gerado por meio dessa intensificação do trabalho no campo, se encontraria, de antemão, empenhado na reprodução de capitais malparados, ou seja, a modernização do agrário nacional, seria, em última instância, uma dívida para com a totalidade do capital.

Gráfico 7- Evolução do crédito rural no Brasil – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, no período de 1969 a 2000.

Fonte: CONTINI, GASQUES, ALVES E BASTOS, in, Revista de Política Agrária, 2010.

Gráfico 7 – Se observaria, entre os anos de 1970 e 1980, um aumento crescente na concessão de crédito ao setor agropecuário brasileiro. No mesmo período ocorreria a passagem à automação produtiva que caracterizaria o emprego do capital industrial nos países centrais (Terceira Revolução Industrial). A simultaneidade entre as modificações que marcariam o agrário brasileiro, entre as décadas de 1960 e 1980, e a eliminação ascendente do trabalho nas realidades centrais, revelaria que a modernização do campo se constituiria em uma necessidade para a continuidade da reprodução do capital, em sua totalidade.

O saldo deixado pela expansão do agrário paulista seria a migração de grandes contingentes de indivíduos, do campo para as cidades (gráfico 8), concentrando a força de trabalho, predominantemente, no urbano. No entanto, tal concentração, ao não ser movida por um processo geral de acumulação no âmbito nacional, e sim pela crise do agrário, tornaria o urbano um “depósito” de indivíduos cuja utilidade para o processo de valorização seria limitada. A indústria, aqui aportada tardiamente, por meio de capitais

aproximadamente, 7 bilhões de dólares até 1990, com o objetivo de ampliar a produção do álcool anidro e hidratado, fomentando a mecanização do setor e a industrialização dessa matéria-prima, o que colocou a produção de cana de açúcar em novo patamar de modernização” (2011, p.3)

estrangeiros, traria consigo a superprodutividade que estaria a tornar residual o trabalho nas economias centrais. Sua capacidade de explorar trabalho, intensivamente, não lhe permitiria absorver o grande número de trabalhadores dispensados no agrário. O “inchaço do terciário”, ou setor de serviços (tabela 12), e o surgimento de um setor produtivo marginal à grande indústria (oficinas ou pequenas indústrias destinadas a realização de uma produção barateada, a fim de suprir um mercado onde predominariam indivíduos de baixíssimo poder aquisitivo)³⁰⁴, situariam as condições sob as quais, a modernização brasileira, em seu caráter contraditório, geraria a mobilização da força de trabalho urbana.

Gráfico 8 - Evolução da população urbana e rural, no Estado de São Paulo, em números absolutos (1950 – 2010).

Fonte: IBGE – Séries Históricas e Estatísticas, 2010

Tabela 12 – Distribuição dos Trabalhadores nos setores econômicos paulistas (1960, 1980 e 2000)

Setor/Ano	1960		1980		2000	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Agropecuária	1 436 537	32%	1 175 002	11%	313 191	4%
Indústria	1 015 310	23%	3 998 447	39%	2 243 488	27%
Serviço	2 065 747	45%	5 062 562	50%	5 492 853	69%
Total	4 517 594		10 236 011		8 049 532	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1960 (1962) e 1980 (1981) - Série Regional- São Paulo; MTE- CAGED – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2000, organizado por Silvío M. de Lima
 Dados do CAGED/RAIS, disponíveis em http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario_empregos.htm

³⁰⁴ Sobre a questão da mobilização e reprodução crítica da força de trabalho urbana no Brasil, verificar Francisco de OLIVEIRA, *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*, 2003.

Nesse sentido, a divisão campo-cidade, gestada em nossa realidade, revelaria o caráter particular que esse processo assumiria na periferia do capital, à medida que se fundamentaria na crise, e não na acumulação, como se observaria nas realidades de modernização clássica. Buscaremos nos aprofundar na compreensão desse processo, analisando-o a partir do surgimento de uma pequena cidade, cuja origem se daria em meio às áreas de colonização do oeste paulista. A importância da realização de tal análise se deve ao caráter sintético do processo de divisão campo-cidade, ou seja, o mesmo sintetizaria os diferentes momentos de nossa formação social, nos permitindo acessar a forma contraditória pela qual o capital se efetivaria como totalidade de nossas relações sociais. Tributárias de um agrário incapaz de acumular e gerar atividades produtivas urbanas significativas, as cidades, surgidas em meio a áreas de colonização do oeste paulista, refletiriam o caráter crítico que marcaria a reprodução do capital em sua periferia. O sentido da formação de tais cidades se encontraria na crise; seja como crise geral do capital, que as colocariam como instrumentos de transferência de valor para as economias indústrias; seja como crise particularizada no agrário paulista, que as tornariam um fator de redução de custos para os pequenos agricultores, viabilizando a reprodução dos mesmos. Sendo assim, o surgimento de tais cidades refletiria uma divisão campo-cidade negativa, gestada a partir de um conjunto de relações sociais por meio das quais o capital se reproduziria perifericamente, como crise de acumulação, sendo essa a condição para a produção do espaço em realidades como a brasileira, onde o sentido da produção do valor estaria na acumulação a ser desenvolvida alhures, no centro do capital. Passemos ao capítulo seguinte, para que nos aprofundemos na questão.

Capítulo 5- Adamantina: a síntese crítica na divisão campo-cidade periférica.

5.1 - Considerações iniciais.

Marx, ao abordar a formação das relações que constituiriam a sociabilidade pela mercadoria, ou capital, apontaria que o desenvolvimento das forças sociais produtivas ganharia seu maior impulso pela mobilização e concentração da força de trabalho, em torno de atividades de produção citadinas. O processo de destituição de relações de produção pré-capitalistas, denominado “acumulação primitiva” (MARX, 1988), produziria contingentes crescentes de indivíduos que, privados de seus meios de produção no campo, disponibilizariam, a quem lhes pagasse, a única mercadoria da qual ainda seriam possuidores, ou seja, sua força de trabalho. Primeiramente como manufatura e, por fim, como indústria, o capital mobilizaria, nas cidades, a força de trabalho desses despossuídos, extraindo dos mesmos o trabalho excedente que viabilizaria a acumulação e resultaria no desenvolvimento das forças produtivas sociais. Se gestaria, assim, uma divisão do trabalho onde a produção se repartiria entre o campo e a cidade, tornando tais realidades interdependentes e, simultaneamente, concorrentes, à medida que se estabeleceria uma disputa, entre capitais agrários e urbanos, pela apropriação do produto social global. No entanto, estando o desenvolvimento das forças produtivas, concentrado nos capitais urbano-industriais, a capacidade dos mesmos, de se apropriarem de maiores parcelas do valor socialmente produzido, cresceria de forma desigual em relação aos capitais agrários. Ao concentrar a acumulação, o urbano subordinaria o agrário aos ditames da reprodução dos capitais industriais, obtendo, no campo, a compensação para o decréscimo da mais-valia gerada pela substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Nas palavras de AMIN e VERGOPOULOS (1977), ocorreria a “*submissão da agricultura à racionalidade industrial*” (1977, p.105), racionalidade essa que se efetivaria como momento da “irracionalidade” (1977, Idem) presente no mesmo processo que punha, na espoliação do agrário, a condição para a acumulação urbano-industrial. Destituir-se-ia, portanto, os pressupostos da acumulação pretendida, haja visto que a espoliação do agrário importaria limites ao desenvolvimento de suas forças produtivas e, por consequência, o colocaria (o agrário), em dado momento do desenvolvimento do capital, como obstáculo à transferência de valor para o setor urbano-industrial. A divisão campo-cidade refletiria, portanto, a síntese entre crise e acumulação, forma contraditória pela qual o capital se colocaria como totalidade social, pondo, à medida que a

sociabilidade pela mercadoria se espalharia para todo o globo, cada sociedade particular sob a divisão social do trabalho, determinada pelo processo geral de valorização do valor.

Nos atenhemos, primeiramente, ao processo de divisão campo-cidade que se desenvolvera nas realidades centrais do capital, para que, posteriormente, possamos tencionar tal desenvolvimento com sua particularidade periférica.

MARX (1986) ao tratar do desenvolvimento do capitalismo em seu berço (a Europa), demonstraria que fora, primeiramente, no campo, que o capital criara as condições para romper o obstáculo, constituído pelas corporações de artesãos que, encasteladas nas cidades, impediriam o desenvolvimento da produção manufatureira (1986, p.103-110). O grande número de despossuídos, expulsos de suas terras com o advento da agricultura mercantil, constituiriam a força de trabalho que, explorada extensivamente, desenvolveria a produção de mercadorias em escala ascendente, tornando o artesanato um custo a ser eliminado. O capital romperia, assim, as amarras que lhe impediriam de realizar sua passagem à indústria. O grande número de desocupados³⁰⁵, mobilizados, primeiramente, por uma incipiente manufatura campestre, levaria o artesanato citadino à ruína, abrindo caminho para que a produção manufatureira aportasse à cidade. A disponibilidade da força de trabalho nas cidades, gerada pela passagem à produção mercantil no campo, como também, a intensificação das trocas internacionais, principalmente, envolvendo produtos manufaturados, permitiriam que a acumulação ocorresse de forma significativa, no âmbito citadino, onde o desenvolvimento de forças produtivas se daria com maior intensidade. Uma profunda divisão se realizaria sobre a totalidade do processo de produção, determinando, não apenas a especialização produtiva de cada setor, mas também, a forma como se daria a apropriação do produto social.

BUKHARIN (1928), ao analisar as contradições do capital que o levariam à sua fase monopolista, observaria que a divisão campo-cidade se espalharia para a totalidade da sociedade capitalista, à medida que a própria produtividade dos capitais industriais se colocasse como empecilho à realização da mercadoria, impondo a necessidade de enredar, nas trocas, novos contingentes de indivíduos. O capital replicaria a divisão

³⁰⁵ Segundo MARX (1969), 72 000 desses desocupados foram enforcados por vadiagem ou roubo, durante o reinado de Henrique VIII (na Inglaterra de meados do século XVI) (1969, p. 125), o que demonstraria os efeitos da mercantilização da agricultura inglesa e a consequente expulsão dos indivíduos das terras onde produziam seu sustento.

campo-cidade em nível mundial, tornando as colônias, ou semicolônias (países periféricos), no “campo” a ser explorado pelas economias industriais:

“A distinção entre “cidade e “campo” e o movimento alternativo, que se efetuavam outrora nos quadros de um só país, reproduzem-se agora em plano mais amplo. Deste ponto de vista, países inteiros, notadamente os países industriais, representam a cidade e as regiões agrícolas constituem o campo. A divisão internacional do trabalho coincide, nessa perspectiva, com a divisão entre os dois principais setores de conjunto da produção social, a indústria e a agricultura, e constitui-se nisso o que se chama de divisão do trabalho”
(BUKHARIN, 1928, p. 28)

Não por acaso, o conceito de “forças sociais produtivas” se tornaria central para a compreensão do sentido dialético da divisão campo-cidade, expressando a contradição que perpassaria o capital como um todo. A espoliação de países agroexportadores, por parte de países industrializados, demonstraria que, para além da história, que somente daria conta do plano da aparência, haveria um sentido lógico nessa espoliação e que, por ser lógico, não passaria, ainda que as diferentes formas assumidas pelo processo o recobrissem com um “aparente” sentido conjuntural. Se reporia a crise como forma de “ser” do capital em sua periferia, pois a espoliação, agora operada pela indústria das economias centrais, reproduziria a incapacidade de acumulação que fora legada às colônias, pelo processo de “acumulação primitiva”. Nesse sentido, a divisão campo-cidade, passada ao nível mundial, se constituiria na reprodução das contradições do capital que somente acumularia se, simultaneamente, reproduzisse sua crise de acumulação. A conclusão de Bukharin, ainda que reflita os limites encontrados no momento vivido pelo autor (haja visto que, posteriormente, os processos de modernização trariam complicações que não poderiam ser ignoradas, no que diria respeito à predominância do agrário nas economias periféricas), demonstraria que a divisão entre campo e cidade, centro e periferia, se constituiriam em momentos da expansão do capital e de sua crise, pois reproduziriam, em escala mundial, a forma contraditória pela qual se daria a reprodução do valor. Vale observar que a modernização não alteraria o sentido contraditório da relação centro-periferia, muito pelo contrário, aguçaria a crise das economias periféricas, a ponto de colapsar a capacidade, das mesmas, de manter o

endividamento como forma crítica de sua reprodução. Salvo as limitações empíricas que as análises de Bukarin encontrariam no chamado “Imperialismo”, suas conclusões, no que diz respeito ao sentido lógico da divisão do trabalho, continuam pertinentes: *“A interdependência dos diferentes países no terreno da troca não é de maneira alguma accidental, mas condição necessária da evolução social ulterior, constituindo-se, por isso, o comércio internacional em fenômeno regular da vida social e econômica”* (1928, p. 30-31). Bukarin nos apontaria que as trocas, entre as diferentes realidades que se unem, de forma contraditória, pela divisão mundial do trabalho, possuiriam um sentido que vai para além da mera complementariedade no âmbito físico da produção, ou seja, tais trocas estariam a permitir a *“evolução social ulterior”* que se expressaria pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais. Sendo assim, nos parece pertinente o argumento de Bukarin, que transpõe a relação entre campo e cidade, para a totalidade do capital, pondo-a como relação entre os capitais capazes de reverterem, para si, o valor produzido socialmente, e capitais cuja reprodução se daria pela crise, pois sua espoliação estaria a permitir a reprodução do capital em sua totalidade. Para que fique mais claro, observemos como a relação entre campo e cidade se desenvolvera, simultaneamente, com o desenvolvimento das forças sociais produtivas que servirão de crivo para definir a distribuição do produto social, entre os capitais.

A terra possui uma particularidade em relação aos demais meios de produção, haja visto que não se origina do trabalho. A mesma (a terra), por se tratar de um recurso limitado e irreprodutível, conferiria aos proprietários fundiários, em momentos específicos do desenvolvimento do capital, uma condição semelhante ao monopólio, o que lhes permitiria cobrar, à toda sociedade, pelo uso de sua porção da superfície terrestre. Sendo assim, o desenvolvimento das forças produtivas encontraria um freio no agrário, pois o pagamento da renda da terra estaria a reduzir, de forma geral, a capacidade dos capitais de investirem no desenvolvimento da produtividade social. A indústria, principal motor do desenvolvimento de forças produtivas, encontraria um obstáculo à sua acumulação, pois seria espoliada, de parte dos seus excedentes, pelo agrário. A remoção desse obstáculo se daria pela expansão da produção agrária na periferia do capital (AMIN e VERGOPOULOS, 1977, p. 94), o que imporá a países, como o Brasil, a especialização de sua economia para que essa, através do setor agroexportador, produzisse o valor necessário para que os capitais industriais rompessem os entraves que o campo estaria a lhes impor, no âmbito de suas economias nacionais. A ampliação do comércio, com as

economias agroexportadoras periféricas, geraria a redução da importância da produção agrária nos países industriais, o que importaria, aos proprietários de terras, a incapacidade de reverterem, para si, parte do produto social. Sendo assim, a renda da terra revelaria seu fundamento estritamente social pois, sem que se elevasse os níveis de produtividade no campo, a obtenção da mesma, por parte dos produtores rurais, no centro do capital, seria ameaçada pela concorrência periférica. A concorrência, promovida pela produção agroexportadora periférica, faria com que o sobrelucro, correspondente a renda da terra, fosse eliminado até o nível do lucro médio, sem o qual agricultor não reproduziria seu capital (seja o agricultor, proprietário ou arrendatário). Por outro lado, a própria lucratividade no agrário, de forma geral, sofreria as consequências da concorrência, sendo constantemente rebaixada. A inserção da periferia nas trocas mundiais, produziria a desvalorização geral do capital agrário, ao passo que, simultaneamente, beneficiaria a acumulação no âmbito dos capitais industriais, permitindo o rápido desenvolvimento de suas forças produtivas. Enredadas nas trocas mundiais, as economias agroexportadoras cederiam o seu produto às economias industriais, sem, no entanto, serem pagas por todo o tempo de trabalho consumido na produção. O valor, transferido para o centro do capital, permitiria a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas que, ao elevarem a produtividade na indústria, simultaneamente, elevariam os níveis de espoliação sobre a periferia (pois quanto mais produtivos, menos capazes seriam, os capitais industriais, de pagarem o tempo de trabalho consumido na produção periférica). O capital industrial passaria, assim, a determinar a totalidade da reprodução social, pondo as economias agroexportadoras periféricas como o “campo” subsumido à “cidade”, constituída pelas economias industriais centrais. Como bem observaram AMIN e VERGOPOULOS (1977), a acumulação industrial fora viabilizada pela crise geral do agrário (1977, p. 102).

Sendo assim, como lócus de uma acumulação que apareceria como prova inquestionável da racionalidade do capital, a cidade se importaria, não apenas como força produtiva, mas também, como fetichismo. O urbano, como expressão dessa racionalidade hipostasiada, se apresentaria como pressuposto, não apenas para a acumulação de capital, mas também para a suposta “justiça social” que a vida citadina permitiria àqueles que dela compartilhassem. Sendo assim, a concentração no urbano, dos diferentes momentos da reprodução do valor (produção, circulação e realização da mercadoria), faria com que esse (o urbano) aparecesse (mediado pelo fetichismo) de forma invertida, como se possuísse um sentido para os indivíduos, e não para o fim “em si mesmo” da valorização.

As contradições do processo de valorização, que elevariam a necessidade do consumo, como forma de realizar quantidades crescentes de mercadorias, portadoras de quantidades decrescentes de valor, apareceriam solucionadas por meio de serviços públicos urbanos, de toda espécie, que teriam a finalidade de reduzir custos que ameaçassem a reprodução do capital. Dessa forma tudo se passaria como se o “bem-estar” dos indivíduos fosse o sentido das relações mediadas pela mercadoria. A ação do Estado, como meio de socialização dos custos do capital, assumiria, sob o urbano, o aspecto de “benemerência”, à medida que subsidiaria a reprodução da força de trabalho (saúde, educação, lazer), como também a circulação de mercadorias (através da criação de serviços e infraestruturas de transportes), produzindo, assim, o aparente conforto citadino. Henry LEFEBVRE, em sua “Revolução Urbana” (2008), demonstraria que a indústria, ao desenvolver-se nas cidades, as plasmariam “à imagem” de sua racionalidade, sendo o urbano a forma objetiva e subjetivada dessa racionalidade (2008, p. 24). A “cegueira”, posta por LEFEBVRE (2008, p. 31-48), como um apriorismo que impediria que se compreenda a cidade, para além do fetichismo que a envolve como urbano, remeteria ao problema de se pensa-la (a cidade) para além de sua pressuposta racionalidade absoluta, que a faria aparecer como uma totalidade não contraditória. Os processos de planejamento urbano, ao serem apresentados como mecanismos de racionalização (a exemplo, a “urbanização” de favelas), se mostrariam reveladores de uma forma de consciência que subjetivaria o “urbano” como uma “coisa” que porta, “em si”, a capacidade de realizar, sem contradições, a reprodução social pela mercadoria³⁰⁶. Sendo assim, o urbano se constituiria em forma desdobrada do fetiche do capital, pois apareceria, em nossa forma de consciência, como capaz de gerar processos de acumulação sob quaisquer circunstâncias, assim como, terra, capital e trabalho, aparecem como fontes perenes de seus próprios rendimentos, e não relações sociais que permitem que se extraia mais-trabalho dos indivíduos destituídos de seus meios de produção. Mesmo quando a acumulação esbarra em seus limites, e a crise ameaça esgarçar o urbano, esse tem sua

³⁰⁶ Sobre o fetichismo que recobre os processos de urbanização, verificar Amélia Luísa DAMIANI, “Espaço e Geografia: Observações de Método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia - Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo, Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP, em 2008. No nosso entender, merece destaque o capítulo “Ensaio sobre a concepção de urbanização crítica a partir da metrópole de São Paulo” (2008, p.226-309), onde a autora demonstraria a necessidade de se interpretar a urbanização a partir de seu tencionamento com a lógica da valorização.

aparente racionalidade restituída, através de investimentos de capitais malparados (senão fictícios) que desaguam em negócios imobiliários e criam simulacros de acumulação. Nesse sentido, o setor imobiliário se constituiria no principal agente de fomento de processos que buscariam antecipar, pelo crédito, o consumo do trabalho futuro, mobilizando enormes massas de capitais que somente poderiam ser remuneradas, ou não, a longo prazo. A ficcionalização do capital, como capital imobiliário, aplicado em grandes empreendimentos lastrados no crédito, afiançaria, assim, o perenizar da acumulação no urbano. Robert KURZ (2014) nos ajudaria a compreender essa ficcionalização:

“O elemento ilusório na economia interna de muitos países pode ser ilustrado com base na já bem conhecida bolha imobiliária. Do aumento dos preços dos títulos de propriedade, sem substância, mas cada vez mais enfunado, nasce um boom da construção civil que começa por parecer real (...)...então não se põem ali em movimento meios poderosos, entre materiais de construção capacidade de transporte, máquinas de construção? E não se mobiliza uma massa de efetivos da força de trabalho (...)? E dizem que isso não é produção de mais-valia real? (...). Quem não tem dinheiro (valor) para os custos de produção não pode, de fato, produzir, e quem não tem dinheiro (valor) para a procura não pode, de fato, consumir. Se o poder de compra dos dois lados foi pretensamente financiado por créditos que já não podem ser honrados ou por bolhas financeiras, o jogo de sombras tem de se desfazer (KURZ, 2014, p. 307).

Sendo assim, a crise de valorização, sob o véu de racionalidade que envolve o urbano, se revela, e se obscurece, à medida que enormes investimentos imobiliários, movidos pelo consumo do trabalho futuro (crédito), ficcionalizam a acumulação e repõem o fetichismo do capital.

No entanto, nossas considerações sobre o urbano, até então, partiram de pressupostos que caracterizam realidades centrais, onde as crises resultam da enorme acumulação de capital e, sendo assim, não correspondem, “tal e qual”, às realidades periféricas. Portanto, se faz necessário, para que prossigamos nossa análise, transpondo-a para a realidade em questão, ou seja, a brasileira, tomarmos como pressuposto a negatividade que caracteriza o capital em sua periferia. Consideramos que, sob realidades

como a brasileira, a acumulação fora, desde sempre, bloqueada por um tempo social médio de produção no qual, o tempo de produção periférico, entra na composição do mesmo, mas, no entanto, não é capaz de atingi-lo, ou seja, não se produz sob o nível médio de produtividade socialmente estabelecido. Sendo assim, se o urbano se faz presente em nossa realidade, e se expande, a crise de acumulação se coloca como fundante desse processo. Nosso argumento segue no sentido de que, assim como a crise determinara a expansão do agrário, de forma idêntica (e simultânea), determinaria o desenvolvimento do urbano sob realidades periféricas. Sendo assim, haveriam particularidades que deveriam ser contempladas para que se possa compreender os processos de urbanização, desenvolvidos em nossa realidade, a partir do pressuposto de que a crise seria a forma pela qual nos inseriríamos na totalidade do capital, evitando, assim, o apriorismo de se interpretar o urbano como causa e efeito, exclusivos, da acumulação de valor. Como momento da reprodução crítica do capital, o urbano periférico nos apareceria recoberto por fetichismos redobrados, condição para que sua aura racional não se esvaneça, haja visto que suas contradições se desdobrariam internamente à periferia. Se faz necessário, portanto, que se enxergue, nesse urbano, não apenas uma pressuposta acumulação, mas também a possibilidade da passagem a uma condição material semelhante àquela observada nas sociedades industriais. Sendo assim, eleger a relação campo-cidade como objeto de análise nos permite encontrar, em nossa formação social, os fundamentos contraditórios que tornam nossa realidade, momento negativo da totalidade do capital. Se sob realidades industriais a cidade subsumiria o campo, há que se considerar que sob realidades, predominantemente, agrárias, onde a produção da mercadoria se concentraria em atividades agropecuárias (sendo, por meio dessa produção, saldadas as trocas com as economias industriais), a subsunção se inverteria, havendo determinações emanadas do campo que remontariam à cidade. Vale ressaltar que tratamos do momento específico do desenvolvimento do capital em nossa realidade, onde o setor agroexportador responderia por grande parte do produto social nacional. No entanto, a condição periférica se replicaria, mesmo havendo a passagem à produção industrial, pois sendo a industrialização da periferia um processo tributário das potencialidades produtivas do centro, o sentido não se alteraria (a transferência de valor é mantida), ainda que a internalização dessa indústria imponha a inversão do polo determinante na relação campo-cidade, observada em nossa realidade. O urbano passaria a ter maior importância no processo de transferência de valor para o centro do capital, principalmente, por meio da transferência de lucros e pagamentos, o que se refletiria na

perda de poder político por parte das oligarquias agrárias, anunciando o fim, na realidade brasileira, da predominância do campo sobre a cidade. No entanto, a passagem coincidiria com o momento em que a reprodução do valor encontraria seus limites nas economias industriais, o que tornaria o Brasil o receptáculo de uma indústria extremamente produtiva, no âmbito material da mercadoria, mas incapaz de gerar valor suficiente para remunerar essa produtividade. Essa indústria, em crise nos países que lhe serviram de “berço”, ao ser transplantada para a periferia, se chocaria com as limitações de uma realidade, ainda, predominantemente agrária, pouco monetarizada e incapaz de realizar a quantidade de mercadorias necessária à remuneração dos capitais investidos na industrialização.³⁰⁷ A crise continuaria a mover o processo de urbanização, mas sob as determinações de um processo de industrialização que não encontraria, na exploração do trabalho, o valor suficiente para remunerar o capital. A urbanização, impulsionada pela internalização da indústria, refletiria a necessidade de se reduzir, ao mínimo, os custos com a reprodução da força de trabalho. A expansão das periferias das grandes cidades seria o resultado mais evidente desse processo de “urbanização crítica” (DAMIANI, 2008), onde um conjunto de relações sociais seriam gestadas para que o trabalhador se reproduzisse, mesmo que criticamente. A periferia da cidade de São Paulo se constituiria em um exemplo flagrante do resultado dessa urbanização, sendo sua expansão movida pela grilagem de terras, autoconstrução (mutirão), favelização, entre outras formas pelas quais os indivíduos buscariam se reproduzir em uma realidade onde o trabalho assalariado surgiria, de forma ampla, em um momento em que o mesmo já se encontraria em crise no próprio centro do capital.

No entanto, ainda que a cidade de São Paulo seja um recorte importante de nossa realidade, além de se mostrar bastante reveladora do quão crítico fora o processo de urbanização periférico, nossa opção por uma análise dirigida ao processo de divisão campo-cidade, desencadeado em áreas de colonização do oeste paulista (contemplando,

³⁰⁷ Eugênio Gudín, um dos economistas que, não sem críticas, articulava o processo de industrialização brasileira, observaria em sua obra, “Inflação: café - crédito - desenvolvimento - industrialização” (1959), que, por conta das restrições que o mercado brasileiro ofereceria à remuneração dos capitais industriais aqui invertidos, um veículo, adquirido diretamente de nossa indústria automobilística, custaria, em fins da década de 1950, o equivalente a 240 sacas de café, sendo o mesmo veículo adquirido no mercado norte-americano, pelo equivalente a 40 sacas de café (GUDÍN, 1959, p. 216-217). A observação de Gudín, apontaria no sentido de que o preço fora a forma de se equacionar a remuneração dos capitais industriais às restrições do mercado interno brasileiro.

assim, uma pequena cidade interiorana), se deve à possibilidade de se observar, diretamente no agrário em crise, a gestação de um urbano que estaria a refletir, em sua constituição, os limites que o campo imporia à acumulação interna (ou, no âmbito nacional). A forma particular pela qual se constituiria o urbano, em áreas de colonização do oeste paulista, fora motivo de análises do geógrafo Pierre Monbeig, que entre os anos trinta e quarenta do século XX, desenvolvera extensa pesquisa sobre o processo de colonização que se encontraria em curso no Estado de São Paulo. Sua obra “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” (1984)³⁰⁸, resultaria de suas observações no agrário paulista, às quais não escaparia a condição crítica dos pequenos agricultores, recém instalados em propriedades adquiridas em meio a áreas de colonização. Monbeig reconheceria que os problemas que atingiriam os pequenos agricultores, se espalhariam para a totalidade do processo de reprodução do social, em curso no oeste paulista. Como exemplo, temos suas observações sobre o modo como as ferrovias avançariam sobre as novas áreas colonizadas, realizando longas pausas à espera de que a produção estivesse, amplamente, desenvolvida (1984, p. 228-230), o que revelaria a incapacidade, crescente, do agrário em remunerar os capitais ferroviários. Não menos pertinentes foram suas observações em relação ao modo peculiar pelo qual as cidades surgiram em áreas de colonização, desenvolvendo-se a partir de loteamentos destinados à constituição de núcleos urbanos, em meio ao agrário, onde a produção de valor estaria a depender do trabalho futuro, a ser realizado pelos agricultores que se instalariam nas terras comercializadas para fins de atividades agropecuárias:

“Os cartazes publicitários dos loteadores mencionam com destaque a presença no loteamento de tudo que é indispensável à vida material e também à parte espiritual dos clientes. A planta do loteamento prevê, portanto, não somente a rede de caminhos, como a localização das aglomerações. Assim, a fundação de núcleos urbanos precede de pouco à colocação a venda dos lotes rurais” (MONBEIG, 1984, p. 235).

³⁰⁸ “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” (MONBEIG, 1984) fora o resultado de uma extensa pesquisa desenvolvida por Pierre Monbeig, entre os anos finais da década de 1930 e o ano de 1946, período em que lecionou na Universidade de São Paulo. O resultado de sua pesquisa fora apresentado à Sorbonne como “Thèse doctorat des Lettres” no ano de 1950 (AB’SABER, 1994).

A rapidez com que pequenos núcleos urbanos surgiriam, conjuntamente com o processo de expansão do agrário paulista, chamara a atenção de Monbeig, um indivíduo socializado sob uma realidade europeia onde as terras encontrar-se-iam plenamente ocupadas e as cidades, não incomumente, possuiriam origens que datariam de períodos pré-capitalistas³⁰⁹. Não por acaso, Monbeig classificaria a colonização do oeste paulista como **“sementeira de cidades”** (1984, p. 338), pois sendo um negócio que dependeria do trabalho futuro para que se alcançasse o seu êxito (a valorização das terras), o “semear” núcleos urbanos se constituiria em procedimento de, por tentativa e erro, buscar-se a máxima valorização dos lotes urbanos onde a produção agrícola viesse a se viabilizar, o que impunha o risco de que muitas “sementes” não chegassem a vingar³¹⁰. Os chamados “patrimônios”, como ficariam conhecidos tais empreendimentos, destinados à formação de núcleos urbanos em meio a áreas de colonização, se espalhariam ao longo das vias de acesso ou nas proximidades de faixas de terras, destinadas à instalação de futuras ferrovias que atenderiam as localidades recém colonizadas. Nesse sentido, formar um patrimônio e dele fazer surgir um centro urbano significativo, capaz de proporcionar maior valorização das terras nele presentes, exigiria que certas condições fossem oferecidas, como, por exemplo, a possibilidade da obtenção da renda diferencial, gerada pela proximidade com os meios de transporte. Isso geraria uma disputa, no sentido de se garantir que, a futura expansão ferroviária, beneficiasse “esse ou aquele” loteamento, à medida que o traçado da futura linha férrea fosse direcionado as adjacências das terras que se buscava valorizar. Obviamente que tudo dependeria, antes de qualquer outra medida, do desenvolvimento das atividades no campo, devendo essas gerarem valor suficiente para remunerar os capitais ferroviários e os capitais industriais, sem o quais a produção no agrário não chegaria sequer ao mercado. O comércio e mesmo as atividades industriais somente se desenvolveriam nesse proto-urbano, ainda que de modo restrito, se o campo produzisse sob condições que permitissem o pagamento dos custos com o processamento dos grãos, insumos, transportes, etc.: **“Desde de que prospere a policultura dos pequenos lavradores já não parece tratar-se de simples vilarejos...”**

³⁰⁹ Monbeig, em sua Introdução à “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” (1984, p. 21-30), apontaria o seu estranhamento para com a precocidade com que as cidades paulistas seriam classificadas como “cidades velhas”: **“Espanta-se o europeu, quando ouve chamar de “velha” uma cidade como Ribeirão Preto, que não conta três quartos de século”** (MONBEIG, 1984, p. 23).

³¹⁰ MONBEIG (1984), em “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” (1984), faria alusão à inúmeros loteamentos, por ele observados, cujo desenvolvimento, como núcleo urbano, não prosperara (1984, p. 340).

(MONBEIG, 1984, p. 341). Sendo assim, o malogro dos investimentos realizados na formação de um núcleo urbano, não seria um resultado incomum: *“Outros houve, entretanto, menos felizes. Eram os patrimônios abortados, malogros imputáveis à inexperiência dos seus criadores...”* (MONBEIG, 1984, p. 340). Em suma, tudo estaria na dependência do trabalho futuro; fosse o pagamento da terra, vendida a prazo aos pequenos agricultores que dependeriam de sua produção, a realizar-se, para pagá-las; fosse o avanço da ferrovia, aguardando o desenvolvimento da produção nas novas áreas de colonização; ou mesmo, a valorização das terras dos patrimônios, “semeados” em meio a um agrário que se expandiria por conta de sua crise. Nenhum desses aspectos fora desapercebido por Monbeig que, mesmo tendo seu olhar plasmado pelo positivismo, não deixaria de reconhecer, em diversas passagens de “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo” (op. cit.), o caráter crítico da expansão do agrário paulista. Nesse sentido, ao procurar nas relações sociais, o fundamento dos processos observados ao longo de sua pesquisa, Monbeig arrancaria sua obra dos estreitos limites de uma Geografia Regional estafada. Suas observações apontariam no sentido de que, sob a realidade periférica, o capital se anteciparia aos próprios pressupostos necessários à sua realização³¹¹, pois, antes mesmo de as relações sociais estarem postas, para que o conceito se efetivasse como valor que se valoriza, a consciência e a lógica social do capital já se fariam presentes, pressupondo a valorização como surgida de propriedades intrínsecas à terra, ao capital e ao trabalho. Se vislumbraria, na fisicalidade da terra, das ferrovias, e do próprio urbano em gestação, a confirmação da acumulação pretendida, como se o tempo social médio de produção não estivesse a determinar a produção de valor na periferia, como também sua transferência para as realidades centrais.

As observações de Monbeig, em relação a colonização do oeste paulista, e sobre as quais nos apoiaremos no prosseguir de nossas reflexões, quando tencionadas com a teoria do valor, apontam no sentido de que se encontraria na crise do agrário o fundamento dessa periférica divisão campo-cidade, pois, levando-se em consideração o modo crítico pelo qual a agropecuária brasileira se reproduziria, expandindo-se extensivamente, não haveria acumulação suficiente para emular o surgimento do urbano. A reprodução e expansão do urbano, a exemplo do agrário, somente poderia se dar criticamente, sendo essa condição crítica que balizaria a ação dos indivíduos que procurariam promover o

³¹¹ Como diria ALFREDO (2013), tratar-se-ia de uma *“antecipação conceitual como fetiche do capital”* (2013, p. 413).

desenvolvimento dessas proto-cidades. Sob uma realidade onde a crise perpassaria a todos, administra-la (a crise) se tornaria atividade dentre as mais importantes. Nesse sentido, as ações dos indivíduos que se poriam a exercer suas atividades, sejam econômicas ou políticas, em um urbano cujo sentido se encontraria na reprodução do agrário, se tornariam determinadas pela necessidade de se administrar a crise que imporia limites à manutenção do setor agroexportador paulista. Tais indivíduos desenvolveriam uma gama de atividades, exercidas a partir dos incipientes núcleos urbanos do oeste paulista, que visariam, não sem dificuldades, a reprodução dos agricultores. A oferta de produtos industrializados barateados, por meio de uma produção local; o fornecimento de crédito, que faria o dinheiro circular em uma realidade onde os indivíduos encontrar-se-iam pouco monetarizados; ou mesmo, a intermediação política que permitiria que se dividisse com o Estado, os custos que o trabalho não seria capaz de pagar; se constituiriam em atividades urbanas que teriam por finalidade, reduzir os efeitos deletérios que a crise do agrário impunha aos agricultores e a manutenção do nexo entre a economia nacional e a totalidade do capital. A simultaneidade entre crise e expansão do agrário, em meio à qual a divisão campo-cidade se desenvolveria no oeste paulista, pondo o urbano como um momento da reprodução crítica do setor agroexportador nacional, revelaria o sentido contraditório do processo de urbanização periférico, no qual a crise se tornaria o êmbolo que impulsionaria o surgimento das cidades.

Para que possamos desdobrar nosso argumento, tencionaremos, nas páginas que se seguem, a teoria do valor com os processos de formação e desenvolvimento do município paulista de Adamantina, cuja origem se encontraria na colonização do oeste paulista, desenvolvida nos anos que sucederam a grande crise de 1929. No nosso entender, a formação desse pequeno município, que se inseriria como momento particular (portanto, também universal), do processo de colonização do oeste paulista, sintetizaria as contradições que perpassariam o desenvolvimento do capital em nossa realidade. Sendo assim, o surgimento e o desenvolvimento de Adamantina, estariam fundados na crise do agrário, condição que plasmaria a própria forma de consciência daqueles que se instalariam nesse município e que buscariam, por meio de suas ações individuais e coletivas, realizar o capital como sociabilidade posta, ainda que tal sociabilidade somente se efetivasse negativamente. A contradição entre o conceito de capital (que pressupõe a acumulação), e sua forma de efetivação no real (como crise de acumulação), se evidenciaria nas formas pelas quais os indivíduos, instalados em Adamantina, buscariam

reproduzir, tanto os seus negócios particulares (pequena propriedade, comércio, etc.), como também o Estado em sua esfera local, constituído como municipalidade. Defrontados pela crise do agrário, que se aguçaria ao longo da segunda metade do século XX, os indivíduos que teriam empenhado o seu futuro na colonização do oeste paulista, encontrariam no urbano e na circulação do valor, que lhes seria inerente (ao urbano), o fetichismo que lhes permitiria vislumbrar o progresso que o campo estaria a lhes negar. Se por um lado a crise estaria a mover a expansão do capital periférico, “semeando” cidades pelo oeste paulista, por outro, a constituição de atividades econômicas urbanas, acompanhadas da fisicalidade que lhes serve de suporte (lojas, fábricas, oficinas, etc.), obscureceria o sentido contraditório de tal expansão, reafirmando, assim, o caráter fetichista do urbano que, por sua vez, se colocaria como o contraponto racional à irracionalidade que caracterizaria o agrário e sua reprodução crítica. Nesse sentido, Adamantina, ao surgir em meio à crise do agrário paulista, se constituiria em um recorte que concentraria, em sua particularidade, toda a complexidade que envolveria a reprodução do valor na periferia do capital.

Mapa 5 – Localização do Município de Adamantina na Divisão Municipal do Estado de São Paulo.

Fonte: IGC, 2007, organizado por Sílvia M. de Lima

5. 2 – Adamantina: o urbano como fetiche de racionalidade na expansão crítica do agrário paulista.

O município de Adamantina se localiza a cerca 600 km da capital do Estado de São Paulo, estando inserido, a partir da divisão administrativa governamental, na Região Administrativa de Presidente Prudente (SEADE, 2016)³¹². Ainda que não conste na divisão territorial oficial do Estado de São Paulo, se faz necessário apontar a localização de Adamantina em meio a região denominada “Nova Alta Paulista”, que concentraria os municípios surgidos a partir da colonização de terras localizadas entre os rios “Do Peixe” e “Aguapei”, colonização essa desencadeada a partir da década de 1930 e que se daria ao longo do traçado que orientaria o avanço da ferrovia “Alta Paulista”, em direção às margens do Rio Paraná. O município possui 33 797 habitantes (IBGE, 2011)³¹³ e área territorial de 411 978 km² (SEADE, 2016). Em seu relevo se destaca o espigão entre os rios “Do Peixe” e “Aguapei”, sobre o qual se encontra situada a área urbana do município.

A origem do município, como apontamos anteriormente, se inseriria diretamente no movimento de colonização do oeste paulista. Seus limites territoriais se situam sobre a antiga gleba Boston Cattle, adquirida pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), em 1937, junto a empresa, de origem canadense, Boston Cattle Company Limited, que seria proprietária de extensas áreas no oeste do Estado de São Paulo. A gleba fora adquirida para fins de loteamento em pequenas propriedades rurais, surgindo da mesma os municípios de Adamantina e Flórida Paulista. Vale ressaltar que a mesma empresa (Boston Cattle Company Limited), vendera, separadamente, uma pequena porção da gleba Boston Cattle para a Companhia de Imigração, Colonização, Mineração e Agricultura (CICMA), de propriedade dos diretores da “Paulista” (Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que também deteria o controle da CAIC), sendo essa destinada à instalação de um “patrimônio”, ou seja, destinada a formação de um incipiente núcleo urbano às margens do futuro leito ferroviário cujo traçado já havia sido previamente planejado, como parte da extensão da ferrovia “Alta Paulista”. No citado “patrimônio”, desenvolver-se-iam atividades complementares à produção no campo, como o comércio, os serviços e transportes. O urbano surgiria, assim, como

³¹² SEADE, Informações dos Municípios, em <http://www.imp.seade.gov.br/>

³¹³ Em 2015 o IBGE “estimou” a população do município em 35 048 habitantes (IBGE, Cidades@, 2016), no entanto optaremos pelos dados obtidos em campo, por esse instituto, através do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011).

tributário do agrário, forma particular pela qual se realizaria a divisão campo-cidade na realidade periférica brasileira.

Imagem 3 - Loteamento Boston Cattle e Patrimônio de Adamantina (1939)

Fonte: Arquivos públicos do Município de Adamantina, disponíveis na biblioteca municipal

Imagem 3 - A presença de um loteamento destinado à constituição de um núcleo urbano, em meio a áreas destinadas à colonização, demonstraria o caráter particular que marcaria a divisão campo-cidade no oeste paulista. Antecipação do urbano, em relação a produção de valor concentrada no campo, estaria a revelar uma realidade crítica, onde a expansão do capital se daria, não pela acumulação, mas por meio de um trabalho futuro, ou seja, ainda por realizar-se.

O patrimônio de Adamantina fora concebido como empreendimento particular dos diretores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sendo o traçado da futura ferrovia orientado no sentido de que, não apenas atravessasse as terras do citado patrimônio, mas nele realizasse uma pausa em seu avanço, a fim de, ali, constituir a chamada “ponta de trilho” (MONBEIG, 1984), ou seja, um terminal, ainda que provisório, para o qual seria dirigido toda a carga, como também, passageiros oriundos das áreas não atendidas pela ferrovia. Isso garantiria, ao patrimônio, um considerável tráfego de pessoas e cargas, tornando esse núcleo urbano, recém constituído, em um “curso forçado” para a circulação da mercadoria. Cientes das dificuldades que tais empreendimentos envolveriam pois, afinal de contas, vinham de uma longa lida envolvendo o avanço dos trilhos da Paulista (deixando dezenas de cidades em seu rastro), os diretores da citada ferrovia buscariam garantir ao seu patrimônio, uma situação vantajada em relação aos patrimônios adjacentes, o que envolveria a presença dos trilhos em Adamantina, como também, sua ausência, programada, alhures. Nesse sentido, os próprios empreendedores reconheceriam os limites que o agrário imporia a valorização de suas terras, o que os levaria a adotar estratégias para que seu empreendimento fosse dotado de centralidade, no âmbito da “Nova Alta Paulista”. Para além da formação de um núcleo urbano em meio a uma realidade onde o capital encontrar-se-ia, apenas, na “cabeça” dos indivíduos, se faria necessário, de antemão, atribuir um caráter centralizador para esse urbano, utilizando-se do monopólio que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro detinha sobre o único modal de transporte adequado aos volumes de carga a serem transportados. Se o transporte, como demonstraria MARX (1988), se constitui em uma extensão da produção (1988, L.II, v. III, p. 104), ou seja, a complementar, a citada centralidade de Adamantina seria garantida pelo caráter complementar do capital ferroviário em relação a produção agrária desenvolvida, não apenas no próprio patrimônio (depois, município), mas também nas adjacências não servidas pelos trilhos. Não seria a acumulação de capital que conferiria centralidade à Adamantina, mas sim a crise de acumulação que obrigaria a ferrovia a realizar grandes paradas em seu avanço. Sendo tais paradas inevitáveis, planeja-las poderia reverter-las em instrumento de valorização de empreendimentos imobiliários realizados às margens da ferrovia. Produzir-se-ia, portanto, uma centralidade crítica, haja visto que poderia se dissolver com o avanço da ferrovia, problema que se revelaria nas publicações jornalísticas locais onde seria expresso o receio, quanto aos efeitos relacionados a perda, por parte de Adamantina, da condição de “ponta de trilho” (tais publicações serão apresentadas no presente capítulo).

Mas antes de tratarmos da relação entre a presença dos trilhos ferroviários em Adamantina, e sua centralidade local, deveremos nos debruçar sobre as enormes dificuldades vividas pelos agricultores que, ao se instalarem nessa área do estado, aberta à colonização, deveriam confirmar a produção em suas terras para que, após anos de espera, fossem, finalmente, atendidos pela ferrovia que lhes fora oferecida como promessa.

Entre a abertura dos primeiros loteamentos que dariam origem a Adamantina, por volta de 1939 (MARTINELLI, 1995), até a chegada da ferrovia, em 1950, se passariam onze anos, período em que o isolamento maximizaria as dificuldades sofridas pelos pequenos agricultores instalados nas terras loteadas. O transporte, de difícil execução, teria reflexos sobre os preços das mercadorias que abasteceriam os colonizadores, distantes, 60 quilômetros, da ponta dos trilhos, em Tupã. Dário Tóffoli, que chegara em Adamantina no ano de 1942 (LAPA, 1969, Arquivo1, pasta 2), declararia em entrevista que:

“ Os primitivos mantinham-se com o que produziam, pois muito pouco vinha de fora – pois era muito difícil – os primitivos sabiam conformarem-se. O que vinha de fora era o querosene – a farinha de trigo – o açúcar – e havia ocasiões que não se encontrava, porque não tinha chegado, etc. Os primeiros moradores as vezes iam a Noroeste e a Sorocabana, a cavalo, levando dias para trazer o necessário a família” (LAPA, 1969, Idem)³¹⁴

O colonizador Augusto das Dores Azevedo, que se fixara em Adamantina em 1946, se queixaria, em sua entrevista concedida ao professor José Roberto do Amaral Lapa, que *“uma caixa de balas de revolver 32”* (1969, Arquivo 1, pasta 2), custaria, na cidade de Pompéia (atendida pelos trilhos da “Paulista”), Cr\$ 20,00, enquanto um tambor vazio, de 200 litros, que deveria ser descartado após o consumo do seu conteúdo (segundo o entrevistado, conteria querosene), seria vendido, em Adamantina, por Cr\$ 200,00 (1969, Idem).

³¹⁴ José Roberto do Amaral LAPA, “Dossiê Pioneiros da Alta Paulista”, material de pesquisa disponível no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (CMU-UNICAMP).

A ausência de energia elétrica seria outro agravante à condição precária dos colonizadores. O senhor Vitório Romanini, também entrevistado pelo professor Amaral LAPA (1969, Arquivo 1, pasta 2), relatara que, a contar do ano de 1942, quando teria se fixado no patrimônio de Adamantina (em sua área urbana), teria permanecido por sete anos sem o abastecimento de energia elétrica (1969, Idem), o que chama a atenção, pois, segundo o entrevistado, sua atividade principal seria o beneficiamento de grãos (Idem, ibidem), o que demandaria força motriz. Sendo assim, a geração de força motriz acabaria por depender de iniciativas próprias, problema que, somado ao isolamento, geraria pouco interesse pelas terras do citado patrimônio. Tal desinteresse pode ser constatado em matéria publicada pelo jornal “O Adamantinense”, de 13 de junho de 1974 onde, em editorial dedicado à comemoração do Jubileu de Prata de Adamantina³¹⁵, seria narrada a história do município:

“Mas... Adamantina atravessou uma época difícil (...), precisamente de 1939 a 1946, quando pouco ou quase nada progrediu. As autoridades não perceberam a necessidade, não empreenderam nenhum esforço para colonizar a área rural, que permaneceu, nesse tempo, com 36 casas em apenas 40 alqueires de derrubada” (“O ADAMANTINENSE”, edição de 13 de junho de 1974)³¹⁶.

Sejam quais fossem as “autoridades”, a que se referira o citado jornal, a mesma falta de empenho não poderia ser atribuída aos loteadores, que não teriam poupado esforços para levarem seus empreendimentos a “bom termo”. Segundo MARTINELLI (1995): ***“Uma grande quantidade de fotos comemorativas do Patrimônio de Adamantina – veiculada em panfletos, jornais e revistas – indica como a fundação desse loteamento foi toda documentada para fins promocionais”*** (1995, p. 18)³¹⁷. No entanto, se o valor produzido nas novas terras não viesse a pagar sequer a circulação da mercadoria, pouco seriam aqueles que se aventurariam no processo de colonizar áreas onde o transporte da mercadoria consumiria os parcos ganhos obtidos. Não queremos tornar nosso argumento repetitivo, mas a questão, como se poderia constatar na matéria

³¹⁵ Refere-se ao aniversário de 25 anos de criação do município (1949-1974).

³¹⁶ Disponível à consulta nos arquivos privados do jornal “Diário do Oeste”, editado no município de Adamantina.

³¹⁷ Marcos MARTINELLI, “A Celebração do Progresso: Adamantina – 1937/1964”. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica (São Paulo) no ano 1995.

jornalística citada anteriormente, remeteria à antecipação conceitual do capital como forma de consciência que mobiliza os indivíduos para sua realização, ainda que tal realização se faça criticamente. As terras do patrimônio, projetado pelos diretores da Paulista, não se valorizariam sem que a produção do valor, no agrário, satisfizesse, minimamente, a remuneração dos capitais industriais, problema agravado pela ausência da ferrovia. O adensamento, populacional e de relações sociais mediadas pela mercadoria, somente ganharia impulso, em Adamantina, com a aproximação da ferrovia. Na segunda metade da década de 1940, a “Paulista” iniciaria a instalação dos trilhos de Tupã até Osvaldo Cruz (GRANDI, 2013, p. 133), o que colocaria a ferrovia a cerca de 30 km de distância de Adamantina, afastando qualquer dúvida quando ao direcionamento da expansão ferroviária. O sentido do avanço dos trilhos acompanharia o espigão entre os rios Do Peixe e Aguapeí, atingindo, inevitavelmente, Adamantina e Lucélia.

O aumento populacional e o adensamento das trocas, promovidos pelo avanço da ferrovia, se constituiriam em argumentos para que, em 1949, Adamantina obtivesse, por meio de expedientes realizados junto ao legislativo paulista,³¹⁸ a condição de município (LIMA, 1999, p. 18). Elevar um patrimônio à condição de município se constituiria em um instrumento, dentre outros, adotado pelos indivíduos empenhados na colonização do oeste paulista, para realizar a sociabilidade pela mercadoria sob condições de reprodução crítica do valor. Como município, a localidade, anteriormente denominada de patrimônio (denominação que não lhe conferiria qualquer condição legal, perante o Estado), se tornaria um ente federativo e passaria a compartilhar da repartição dos recursos públicos arrecadados. Conjuntamente, se estabeleceriam fontes de arrecadação locais, previstas em lei, como também seriam concedidos aos dirigentes municipais, poderes para que contratasse empréstimos em nome da municipalidade³¹⁹. Como bem observaria MARX (1986): *“A existência da cidade implica, ao mesmo tempo, a necessidade de administração, de polícia, de impostos, etc., em resumo: do município...”* (1986, p. 118). Para os municípios que sofreriam o desmembramento de um de seus patrimônios, para fins de constituição de um novo município, tal procedimento poderia gerar a perda de

³¹⁸ Segundo LIMA (1999), a elevação de Adamantina à condição de município, contara com a ingerência dos deputados estaduais Antônio Sílvio Cunha Bueno e Antônio Carlos de Salles Filhos (1999, p. 18). Ambos exerceram seus mandatos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de 1947 a 1951

³¹⁹ Após a criação do município e a realização de eleições, fora instalada, em 1949, a Câmara dos Vereadores de Adamantina, que, em sua primeira deliberação, autorizara a obtenção de um empréstimo no valor de Cr\$ 150.000,00, junto a Fazenda Estadual (LIMA, 1999, p. 20)

receitas e o surgimento de um concorrente na obtenção de recursos, junto a outras esferas governamentais.

Nesse sentido, os negócios privados, desenvolvidos em meio às áreas colonização do oeste paulista, teriam o seu sucesso imbricado com as ingerências dos líderes locais junto ao Estado, o que reforçaria o argumento de que esse (o Estado) se constituiria, por meio da dívida pública, no financiador e fiador social geral em uma realidade onde não há acumulação de capital. Não por acaso os líderes políticos dos patrimônios e cidades novas, surgidas no oeste paulista, seriam denominados de **“manda-chuvas”**, como observaria MONBEIG (1984, p. 356), pois seriam capazes de fazer os negócios prosperarem (como se mandassem vir a chuva que faria brotar a safra), fazendo uso de sua influência, junto ao aparato estatal, para obterem condições para que os empreendimentos obtivessem sucesso. Sendo assim, as disputas entre as lideranças locais, do oeste paulista, se dariam pela obtenção da condição jurídica que a elevação dos patrimônios à municípios, conferiria a tais lideranças, munindo-lhes de instrumentos que lhes permitiriam distribuir, socialmente (pela medição do Estado), os custos com a reprodução do valor. MARTINELLI (1995), observaria que as disputas políticas, que visariam criar ou impedir a criação de novos municípios no oeste paulista, acabariam por serem subjetivadas pela totalidade dos indivíduos que seriam afetados pelos resultados das contendidas. Segundo MARTINELLI (1995), surgiria uma ideologia na qual, **“para uma localidade se desenvolver tem necessariamente de destruir seu rival”** (1995, p. 31), ou seja, cada localidade buscaria livrar-se de sua crise lançando-a sobre a outra. Diante de um agrário pouco promissor, garantir a circulação do dinheiro pela presença estatal, se tornaria imprescindível a essas novas cidades. MONBEIG (1984), não deixaria de observar essa peculiaridade nos municípios que “brotavam” em meio às áreas de colonização: **“A maioria das cidades não ultrapassam muito o estágio inicial da urbanização. Não vai além dos limites municipais o seu raio de ação, e se fossem privadas dessa função administrativa, perderiam apreciável fator de aumento de sua população e ao mesmo tempo uma parte considerável de sua atividade comercial”** (1984, p. 363). As cidades surgiriam em função do agrário, mas sua origem não se fundamentaria em uma acumulação ascendente, mas sim na crise do setor agroexportador, o que levaria os indivíduos a buscarem meios para continuarem a se reproduzir e reproduzir a mercadoria, sob condições críticas. O agrário, as cidades, e as relações sociais como um todo, surgiriam no oeste paulista, a reboque da crise, portanto,

resultariam da necessidade de expansão do capital industrial, extremamente produtivo, e que buscaria sua remuneração nas realidades periféricas, haja visto que a sua própria produtividade estaria a embaraçar sua reprodução, o impulsionando para novos mercados. Sendo assim, o tempo social médio, determinado pelos capitais industriais, ao impor a espoliação do agrário, estabeleceria, no oeste paulista, uma divisão campo-cidade que somente poderia se efetivar negativamente. As disputas entre localidades expressariam a luta pelo direito de administrar a crise do agrário (e assim distribuir a parcela local da crise, pelas demais localidades tributárias dessa administração), ou seja, oferecer meios que permitissem aos agricultores suportarem, minimamente, a espoliação imposta pelos capitais industriais. Por isso, de forma mais, ou menos, significativa, cada núcleo urbano concentraria atividades industriais (pequenas oficinas) e de serviços que visariam reduzir os custos com a reprodução do agrário. Por outro lado, quanto maior fosse a capacidade de um núcleo urbano de centralizar os meios necessários à administração da crise que atingiria o campo, maior seria a circulação do valor nessa localidade, permitindo, até certo ponto, um incremento da arrecadação e, por consequência, maior oferta de serviços e equipamentos públicos, no âmbito municipal. Portanto, não seria a reprodução ampliada do valor que estaria a mover o processo de constituição do urbano, mas sim a sua circulação. Se realizarmos uma comparação entre Lucélia, município ao qual pertenceria o patrimônio de Adamantina, e o próprio município de Adamantina, criado, oficialmente em 1949 (portanto, desmembrado de Lucélia), e que em 1950 passaria a se constituir em “ponta de trilho” da ferrovia “Alta Paulista” (concentrando o embarque e desembarque de cargas e passageiros para todas as localidades não atendidas pela ferrovia), se observaria que as receitas obtidas pelo comércio de Adamantina triplicariam em uma década, ultrapassando as receitas obtidas no comércio praticado no município que lhe dera origem (Lucélia). Segundo o IPEADATA (2013), as receitas obtidas pelo comércio em Adamantina, sofreriam um aumento de 330% entre 1950 e 1960, superando em 40% as receitas obtidas pelo comércio de Lucélia³²⁰. Por outro lado, os resultados da atividade agropecuária, de ambos os municípios, sofreriam reduções durante o mesmo período. A parcela do Produto Interno Bruto de Adamantina, gerado no setor agropecuário, sofreria queda de 2% entre 1950 e 1960, enquanto em Lucélia a redução seria de 19%³²¹. Não

³²⁰ Cálculos realizados a partir de dados obtidos junto ao IPEADATA – Temas Regionais: Produção: Receitas das atividades de comércio, atualizado em 2011.

³²¹ Cálculos realizados a partir de dados obtidos junto ao IPEADATA – Temas Regionais: Contas Regionais: Produto Interno Bruto, atualizado em 2013.

seria, portanto, o agrário, nos seus estreitos limites municipais, que estaria a favorecer o desenvolvimento do urbano em Adamantina, mas sim a capacidade desse urbano de centralizar a circulação do valor produzido em uma ampla área adjacente ao município. Se garantiria, assim, à Adamantina (através do adensamento das trocas em seu urbano), a participação no valor produzido em um conjunto de municípios, participação essa que favoreceria o desenvolvimento de suas atividades urbanas. O anuário “Adamantina em Revista” (publicação local sobre efemérides relacionadas ao município) de 1955, daria conta de que: *“A penetração da ferrovia, fixando o ponto final em Adamantina, fazem convergir para a cidade, para embarque, os passageiros e todos os produtos agrícolas da Região de Adamantina até as barrancas do Rio Paraná”* (“ADAMANTINA EM REVISTA”, edição de 1955, p. 15)³²². Na coleção “Monografias”, editada pelo IBGE, e que faria uma sinopse da criação de cada município paulista, se observaria, em sua edição de número 559, de 1972, o seguinte comentário sobre o município de Adamantina:

“Até 1946, todavia, foi reduzido o progresso do povoado, de certa forma, pela criação do município de Lucélia, a oito quilômetros, apenas, de distância de Adamantina. Entretanto, o novo surto cafeeiro e a penetração da ferrovia, que levou a ponta de trilhos ao povoado, fazendo convergir para ali a produção agrícola da região, voltou a fomentar o rápido, e desde de então, incessante progresso” (MONOGRAFIAS, IBGE, 1972, p. 2)

Como se pode observar, não seria a acumulação no campo e, a consequente passagem à produção industrial, que estaria a gestar o urbano, mas sim um processo de circulação cujo sentido seria a realização das trocas com as economias industriais centrais. Marx, em “O Capital” (1988), observaria que, quanto menos desenvolvida é a produção de mercadorias em uma sociedade particular (não havendo a passagem à indústria), maior será a importância do capital comercial na mesma, pois onde a produção capitalista encontra limites ao seu desenvolvimento, como na realidade aqui analisada, *“mais a fortuna monetária concentrar-se-á nas mãos dos comerciantes ou aparecerá como forma específica da fortuna comercial”* (1988, L.III, v IV, p. 233), concluindo que *“onde esse [o capital comercial]³²³ predomina preponderam condições arcaicas”* (1988, L.III,

³²² Disponível para consulta na Biblioteca de Adamantina

³²³ Os colchetes e o seu conteúdo são nossos.

v IV, p. 234)³²⁴. O argumento de Marx se basearia no desenvolvimento do capital nas realidades centrais, onde a presença positiva do trabalho permitira a acumulação e a passagem à produção industrial, subsumindo, assim, o comércio (cuja origem antecede ao capital industrial)³²⁵, à indústria (Idem, p. 235). O capital, ao se desprender da propriedade fundiária e passar à indústria, se diferenciaria em um setor específico da produção de mercadorias (1986, p. 119), que subsumiria todos os demais setores econômicos, produtivos e improdutivos. Não sendo o capital comercial capaz de controlar a produção, tão logo a indústria se desenvolvesse, essa passaria a determinar a participação dos capitais, não produtivos, na apropriação do produto social global. Tal processo não seria observado no oeste paulista, onde a acumulação se manteria obliterada, pois, os indivíduos não poderiam ser apartados dos seus meios de produção, sendo mantidos presos a terra, pois essa seria a condição para que produzissem para o mercado (isso vale, tanto para o colonato, como para as pequenas propriedades, onde a reprodução do trabalhador dependeria da produção de seu próprio alimento)³²⁶. Não haveria acumulação e desenvolvimento de forças produtivas capazes de separar os indivíduos dos seus meios de produção (ou assalariá-los, plenamente), portanto, parte do valor não se desprenderia da terra³²⁷. Sendo assim, a indústria surgiria como custo, pois, ao se formar como indústria substitutiva de importações, demandaria inversões de capitais que, em última instância, se constituiriam em detração dos lucros do setor agroexportador, como condição para a sua adequação, ainda que criticamente, ao tempo social médio. Não por acaso, tais indústrias surgiriam da perda de capacidade, por parte do setor agroexportador, de saldar as importações oriundas das economias industriais. Portanto, se o trabalho,

³²⁴ Vale ressaltar que o arcaísmo em questão se refere, exclusivamente, ao desenvolvimento do capital.

³²⁵ Como bem observaria MARX (1988): “... **não só o comércio, mas também o capital comercial é mais antigo do que o modo de produção capitalista**” (1988, L.III, v IV, p. 232).

³²⁶ A obtenção desses gêneros alimentícios, via mercado, implicaria na remuneração do tempo social médio de produção, o que poria a necessidade do pagamento de montantes em salários que inviabilizariam a reprodução dos negócios no agrário. Sendo assim, essa agricultura paralela, realizada em meio a produção para o mercado, não poderia entrar na circulação, sendo essa a condição para a reprodução do agrário nacional.

³²⁷ STOLCKE (1986), apontaria que o chamado “Estatuto do Trabalhador Rural” (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963) *, forçaria a cisão entre a produção para o mercado e a produção de subsistência, à medida que impediria que essa produção fosse detraída dos salários dos trabalhadores rurais, empregados sob o regime de colonato (o mesmo valeria para a moradia) (1986, p.231- 240). Para além da aparente racionalidade que recobriria o “Estatuto do Trabalhador Rural”, seu sentido estaria na necessidade de se modernizar o agrário brasileiro, intensificando-se a monetarização dos indivíduos e liberando-se o valor que a produção de subsistência manteria preso à terra. Não por acaso, tal estatuto pusera fim aos resquícios do colonato (STOLCKE, 1986, idem).

*Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-publicacaooriginal-1-pl.html>

como observado no oeste paulista, não fora capaz de gerar a acumulação necessária ao desencadeamento de um processo de industrialização significativo, o capital comercial manteria seu predomínio sobre os demais capitais. Mesmo as empresas voltadas ao processamento de grãos e fibras, disseminadas pelos municípios do oeste paulista, se constituiriam em híbridos de capitais industriais e comerciais, como por exemplo a Sakay & Cia Ltda, instalada em Adamantina, que adquiriria, processaria e revenderia grãos, como também, atuaria na importação e venda de máquinas e insumos agrícolas. Companhias como a Max Wirt S/A Comissária e Exportadora, e a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) (ambas com unidades em Adamantina) voltadas, respectivamente, à despolpa do café e ao processamento de algodão, atuariam diretamente na comercialização internacional de grãos e fibras³²⁸. Essa junção de comércio e indústria se constituiria na forma pela qual os capitais, concentrados no urbano de Adamantina, participariam na apropriação da renda da terra, haja visto que sua atuação se constituiria em uma forma de redução dos custos do capital, em geral. Caberiam a esses “maquinistas”³²⁹, forma personificada (no capitalista), dos capitais híbridos, comerciais e industriais, ameaharem e processarem a produção das pequenas propriedades para, posteriormente, oferece-las, no atacado, as indústrias dos países centrais. Dessa forma atuariam, também, como um “departamento de bens de produção” para a indústria externa (matérias primas) que, no entanto, ao intermediar a produção do agrário nacional (privado do desenvolvimento de forças produtivas) com os capitais industriais estrangeiros (altamente produtivos), teria sua acumulação restringida e se tornariam incapazes de gerar um processo significativo de revolucionamento de suas forças produtivas. Seus lucros se originariam, principalmente, do baixo preço pago aos agricultores³³⁰, ou seja, comprariam

³²⁸ Tomando como exemplo a economia cafeeira, se observaria que o fim das “casas comissárias” coincidiria com as primeiras décadas do século XX (MONBEIG, 1984, p. 111), momento no qual o desenvolvimento da produtividade da indústria dos países centrais, não mais permitiria remunerar os diversos capitais envolvidos na exportação do café (ensacadores, casas comissárias e exportadores). Por outro lado, as pequenas propriedades cafeeiras, que estariam surgindo no oeste paulista, principalmente, a partir dos anos trinta do século XX, não poderiam manter despulpadoras para o processamento dos grãos, como fariam as grandes propriedades cafeeiras (SILVA, 1986, p. 48-50). Sob tais condições se expandiria a atividade exercida pelos chamados maquinistas, que concentrariam as atividades de compra, processamento e revenda (exportação), de produtos agrícolas.

³²⁹ Os processadores de produtos agrícolas, conhecidos como “maquinistas”, também receberiam a alcunha de “cerealistas”, principalmente quando a despolpa de grãos se constituísse em sua atividade principal. Os estabelecimentos, de propriedade desses indivíduos, seriam popularmente conhecidos como “máquinas” (LIMA, 1999).

³³⁰ Nos lembremos do relato do senhor Antônio Passarinho (p. 136, capítulo 3, deste trabalho), ex-funcionário da Sakay e Cia Ltda, que nos informaria que os lucros dos maquinistas, sobre os agricultores, seriam em torno de 100% a 200%.

os produtos abaixo de seu valor (não pagando por todo o tempo de trabalho consumido na produção), o que lhes permitiria incorporar parte da renda da terra no momento da revenda. Tal procedimento seria viabilizado pelo monopólio que esses “maquinistas” possuiriam sobre a compra e venda dos produtos agrícolas, além da dependência dos pequenos agricultores em relação ao transporte das safras, fornecido por esses atravessadores (haja visto, poucos agricultores possuem caminhões), como também, em relação ao crédito³³¹, que enredaria os produtores rurais em obrigações, como por exemplo, a concessão de exclusividade, ao prestamista (maquinistas), na compra da produção como condição para a obtenção de empréstimos. Nesse sentido, os maquinistas deveriam espoliar, ao máximo, os pequenos agricultores para que conseguissem, nas trocas com as economias industriais, reter uma parcela da renda da terra apropriada. A existência desses atravessadores somente se justificaria, frente ao capital industrial, à medida que lhes reduzisse seus custos, o que geraria níveis crescentes de espoliação praticados sobre os agricultores, haja visto que o desenvolvimento das forças produtivas conferiria a indústria uma capacidade, constantemente reduzida, de pagar o tempo de trabalho consumido na produção agroexportadora periférica. Houvera, portanto, um aprofundamento da divisão do trabalho no oeste paulista, caracterizada pela intermediação dos chamados maquinistas. No entanto, essa divisão se daria negativamente, pois seria gestada por capitais híbridos (capitais comerciais e industriais, conjugados), cujos lucros adviriam, não de sua produtividade, mas sim dos baixos preços pagos aos agricultores, o que lhes permitiria a apropriação de parte do produto social. Não seria a acumulação que estaria a desenvolver essas atividades intermediárias (entre a agricultura e a indústria dos países centrais), mas sim a ausência de acumulação no âmbito nacional. Os lucros gerados nessas atividades dependeriam da capacidade dos atravessadores em adquirir as safras pelo menor preço possível, para, assim, obterem um excedente. Em relação ao agrário paulista, essa indústria, subordinada a capitais comerciais, se constituiria, não em falso custo que permitiria aos agricultores garantirem maiores fatias do produto social geral, mas sim em um custo real, pois detrairia, não apenas a renda da terra, como também avançaria, até mesmo, sobre os lucros necessários à reposição dos agricultores, tolhendo-lhes a capacidade de acumular. Em suma, os

³³¹ Os “maquinistas” seriam os principais financiadores dos pequenos agricultores, pois os bancos não lhes ofereceriam crédito, devido aos riscos envolvidos na operação. Sobre o assunto verificar MONBEIG, 1984, p. 226-227.

chamados maquinistas estariam a viabilizar a transferência de valor para as economias industriais centrais.

Mas há que se considerar que significativa parte dos capitais comerciais, atuando no oeste paulista, estariam voltados, exclusivamente, à comercialização de bens de consumo e produção (em geral, importados), encontrando, nas novas cidades surgidas a partir da colonização, um mercado expandido. No entanto, esse comércio varejista se defrontaria com uma realidade onde a monetarização dos indivíduos se encontraria restringida pela ausência de formas assalariadas de trabalho, havendo, quando muito, a intensificação sazonal da circulação de dinheiro, relacionada as safras. Portanto, sendo o desenvolvimento do urbano tributário do capital comercial, se faria necessário garantir condições para que houvesse a circulação, constante, de dinheiro que permitisse a reprodução do comércio através da realização das trocas. Nesse sentido, vale ressaltar, novamente, o papel exercido pelos “maquinistas” que atuariam como prestamistas, antecipando quantias, aos pequenos agricultores, que deveriam ser saldadas após a venda das safras, acrescidas de juros. Essa forma de capital monetário teria enorme importância no oeste paulista, pois somente por meio da intervenção desses indivíduos a circulação do valor seria mantida, mesmo que de forma restrita, nos períodos de entressafras. O maquinista, portanto, faria circular o valor no comércio local, cobrando, por essa atividade, aos agricultores locais³³². Essa condição refletiria o caráter fetichista do urbano, como locus da acumulação em realidades periféricas. Assim como as demais atividades econômicas, o comércio estaria na dependência de um trabalho futuro que, caso viesse a se realizar, poderia não ser suficiente para saldar os compromissos assumidos. Por outro lado, as atividades comerciais e o próprio urbano, surgido em meio à colonização do oeste paulista, se tornariam momentos da realização do capital industrial dos países centrais³³³, portanto, seriam tributários da potência produtiva desses países,

³³² Em entrevista*, o senhor Claudio Citelli, sitiante e filho de sitiantes pioneiros de Adamantina, apontaria que seria procedimento comum que os pequenos agricultores entregassem suas safras, em consignação, a um “maquinista” local. Esse (o maquinista), pagaria aos produtores de forma parcelada, à medida de suas necessidades, até o limite do valor total da safra consignada. Segundo o entrevistado, não seria incomum que os resultados obtidos com a venda das safras, se esgotassem antes da próxima colheita, levando os pequenos agricultores a solicitar, junto ao maquinista, empréstimos para se manterem nos períodos de entressafras.

*Entrevista realizada por Silvio M. de Lima, em 3 de maio de 2010, como parte das atividades de pesquisa para a realização de Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, em 2011.

³³³ Em 1954 Adamantina possuiria 17 empresas de transportes de passageiros e cargas, atendendo o município e áreas adjacentes (principalmente, as não alcançadas pela ferrovia) (LIMA, 1999, p.97). O grande número de veículos justificaria a instalação, no município, de um entreposto de distribuição

lhes servindo de instrumento de transferência de valor. Contraditoriamente, a presença do comércio, como momento da expansão dos capitais industriais centrais, permitiria a fetichização do desenvolvimento nacional por meio da ampliação de atividades urbanas que, em última instância, estariam a reafirmar a espoliação da periferia por parte das economias centrais do capital. O urbano, em especial o urbano adamantinense, se tornaria uma forma fetichista de desenvolvimento pois, apartado de sua relação para com o agrário, apareceria como a forma “perfeita” do capital, ou seja, o capital que acumula, estando a fisicalidade das atividades comerciais e, de forma mais restrita, industriais, a afiançar o progresso em curso.

Imagem 4 – Unidade adamantinense da “máquina” de beneficiamento de grãos Max Wirth S.A.

Fonte: LIMA, 1999.

Imagem 4 – Empresas como a Max Wirth, especializada na compra, processamento e exportação de produtos agrícolas, se tornariam fundamentais para a reprodução, ainda que crítica, do agrário paulista. Atuariam como intermediários entre os agricultores e o mercado internacional, interceptando a renda da terra (e participando da apropriação da mesma), como também na oferta de crédito aos pequenos produtores rurais.

regional de produtos da Companhia de Petróleo Gulf (empresa norte-americana), além de um significativo comércio de produtos automobilísticos. Na década de 1950 Adamantina abrigaria concessionárias da Willys Overland e Chevrolet (junto a empresa Chevrolet funcionaria a representação dos produtos Frigidaire, também, pertencente à corporação General Motors) (1999, p.97-99), tornando-se um dos inúmeros entrepostos, espalhados pelo oeste paulista, de comercialização de produtos oriundos da indústria norte-americana.

Imagem 5 – Anúncio comercial veiculado no jornal adamantinense “Tribuna do Povo”, em 1963.

Fonte: “Tribuna do Povo”, edição de 19 de maio de 1963, disponível na Biblioteca Municipal de Adamantina.

Imagem 5 – Bens de consumo, de origem norte-americana, comercializados no Município de Adamantina. Os novos municípios do oeste paulista se vinculariam à circulação do valor produzido nas economias industriais centrais.

A realidade periférica colocaria a necessidade da fetichização de todos os seus momentos para que não se mostrasse contraditória, em relação ao conceito que deveria expressar. Nesse sentido o conceito de capital “apareceria” realizado no urbano, mesmo sem ter o campo gerado a acumulação necessária a essa realização. Se apartaria o urbano de sua relação para com o campo, para que o processo de divisão campo-cidade aparecesse efetivado, tal e qual nas realidades onde a indústria se desenvolvera plenamente. Assim como no fetichismo trinitário, onde capital, terra e trabalho apareceriam como fontes de seus próprios rendimentos, o urbano apareceria como capaz de gerar, por si próprio, o valor necessário à reprodução dos capitais nele aplicados. Sendo assim o urbano seria subjetivado como o progresso a ser almejado, e, em torno de seu desenvolvimento, a sociedade deveria se mobilizar pois, nele (no urbano) o capital estaria em seu conceito. GIANNOTTI (2000), nos ajudaria a aclarar o argumento:

“As estases, as figuras estabilizadas em signos sociais, funcionam como ideias reguladoras dos comportamentos socioeconômicos, servem de parâmetros para que as ações

sejam objetivamente julgadas adequadas ou inadequadas à reposição do sistema como um todo, vale dizer, passam a ser socialmente levadas em conta ou não. Cria-se assim um espaço lógico das combinações adequadas e inadequadas dos atos legitimados pelo sistema no seu movimento de totalização” (2000, p. 278).

Sendo assim, o urbano se tornaria uma *“ideia reguladora”* que serviria de “parâmetro” para que a sociedade se mobilizasse em torno da *“reposição do sistema como um todo”* (op. cit). As disputas que marcariam a história dos municípios vizinhos de Adamantina e Lucélia, mais precisamente, entre as lideranças políticas de ambos, refletiriam o modo conflituoso pelo qual, cada grupo, buscava conferir à sua cidade a capacidade de centralizar a circulação do valor e, assim, propiciar um adensamento das trocas em sua localidade, recobrando-a com a forma do “progresso”.

O professor Marcos MARTINELLI (1995), identificaria uma espécie de “coronelismo” praticada por lideranças políticas que se formariam nas novas cidades e patrimônios que surgiriam em meio às áreas de colonização da “Nova Alta Paulista” (1995, p. 28). Haveria, segundo MARTINELLI (op. cit), a pré-disposição para se barrar o desenvolvimento de patrimônios que ameaçassem a centralidade de municípios já constituídos, citando, como exemplo, as ingerências das lideranças de Lucélia, no sentido de embaraçar o surgimento de negócios no, então, “Patrimônio de Adamantina” (1995, p. 28). Segundo o autor, em momentos que antecederam à emancipação de Adamantina, em relação à Lucélia, até mesmo a obtenção de plantas, para a construção de imóveis nesse patrimônio (Adamantina), seria dificultada pelas autoridades municipais (de Lucélia), o que comprometeria o desenvolvimento local (1995, Idem). O ápice do conflito se dera durante o avanço da ferrovia, a partir do município de Osvaldo Cruz, em direção à próxima “ponta de trilho” (em meados de 1949). Nesse momento Adamantina havia obtido a condição de município³³⁴, o que recrudesceria o conflito entre as localidades rivais (Adamantina e Lucélia)³³⁵. Segundo LIMA (1999), as lideranças políticas de Lucélia teriam obtido a informação de que a ferrovia avançaria para além de seu

³³⁴ Como fora apontado, a emancipação de Adamantina se dera em 1949.

³³⁵ Segundo MARTINELLI (1995), a emancipação fora facilitada por meio de tratativas com o candidato à prefeito de Lucélia, Gumercindo de Brito, que se comprometera, se eleito, a não se opor a emancipação do Patrimônio de Adamantina (1995, p. 34).

município, fixando a “ponta de trilho”, diretamente, em Adamantina (1999, p. 16)³³⁶. Sendo assim, não se realizaria a pausa, no avanço ferroviário, junto ao urbano de Lucélia, pleito há muito levantado pelas lideranças políticas desse município. Obviamente, a chegada da ferrovia resultaria na valorização de todas as terras ao longo da mesma. No entanto, isso estaria distante de ser o objetivo almejado pelos empreendedores que “semeariam” cidades pelo oeste paulista. Inseridos em meio a um agrário em crise, os núcleos urbanos precisariam mais que a presença da ferrovia para que se desenvolvessem e, assim, gerassem a valorização desejada pelos loteadores de terras. Isso ficaria evidente na ação realizada pelos diretores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que fixariam o terminal da ferrovia “Alta Paulista” junto ao seu empreendimento (os loteamentos que deram origem ao “Patrimônio de Adamantina”). Os resultados de tal estratégia podem ser observados no maior crescimento do comércio de Adamantina em relação a Lucélia, como fora apontado anteriormente. A reação intempestiva, por parte das lideranças de Lucélia, em relação a ação dos diretores da “Paulista”, se daria por meio de um expediente que, por si só, daria conta de expor o quão crucial seria, para a valorização dos empreendimentos imobiliários, a presença, não apenas da ferrovia, mas do terminal ferroviário (“ponta de trilho”), concentrado a circulação do valor na localidade que o abrigaria. Para deter o avanço dos trilhos até Adamantina seria construído um imóvel, em terras localizadas no Município de Lucélia, cujo posicionamento incidiria sobre o traçado da futura ferrovia. O objetivo seria gerar uma contenda judicial que resultasse em favor dos interesses das lideranças políticas de Lucélia, fixando o terminal ferroviário nesse município. Tal procedimento refletiria a forma crítica pela qual se daria a reprodução do valor no agrário paulista pois, mesmo diante da possibilidade da obtenção de uma renda diferencial, proporcionada pela presença da ferrovia, os loteadores de Lucélia não nutririam grandes expectativas, quanto a valorização de suas terras, sem a presença da “ponta de trilho” em seu município. De qualquer forma, o procedimento não deteria, por muito tempo, os interesses dos diretores da “Paulista”, membros de uma oligarquia decadente, mas ainda poderosa. A contenda seria solucionada e, em 1950, a ferrovia chegaria à Adamantina (LIMA, 1999)

³³⁶ Sobre o conflito entre as lideranças de Adamantina e Lucélia, diria LIMA (1999): ***“Adamantina lutava junto a diretoria da ferrovia para o prosseguimento da estrada de ferro, indo de encontro aos interesses da diretoria que era proprietária de loteamento rural e urbano em Adamantina. Lucélia que conhecia previamente o trajeto da ferrovia, através de um dos seus moradores, fez a construção de uma casa no trajeto entre Lucélia e Adamantina, impedindo o prosseguimento da ferrovia”*** (1999, p.16)

Imagem 6 - Estação ferroviária de Adamantina: Viradouro destinado à manobra de locomotivas (década de 1950).

Fonte: LIMA, 1999.

Imagem 6- O viradouro permitiria a manobra das locomotivas, invertendo o sentido da tração para o retorno das composições à capital. A manobra seria corriqueira na estação ferroviária de Adamantina, haja visto que essa se constituiria no ponto terminal dos trilhos da “Alta Paulista”. A presença de equipamentos complexos (como o acima demonstrado), em áreas recém colonizadas, apontaria que o tempo social médio estaria a determinar a expansão do agrário paulista. Remunerar os capitais ferroviários se tornaria imperativo para que a mercadoria circulasse dentro dessa média mundial.

A instalação do terminal ferroviário em Adamantina (como também sua elevação à condição de município), produziria a valorização das terras urbanas do município, pois esse passaria a concentrar uma enorme circulação de mercadorias e pessoas, o que desencadearia a rápida expansão dos negócios imobiliários. No ano 1949, (ano antecederia a chegada dos trilhos a Adamantina), a simples notícia de que o terminal ferroviário seria instalado no município, teria causado tamanha procura por terras, na área urbana de Adamantina, que lotes que haviam sido doados pela Companhia de Imigração, Colonização, Mineração e Agricultura (ou CICMA, empresa proprietária e loteadora das terras do patrimônio de Adamantina) à municipalidade recém instalada (para que essa construísse os equipamentos públicos necessários, como cemitério, escola, etc.), acabariam sendo vendidos, por essa mesma empresa, em meio a súbita valorização das

terras³³⁷. Segundo LIMA (1999), com a chegada da ferrovia à Adamantina, em 1950, a venda de terras, na porção urbana do município, ganharia tal impulso que, somente em 1951, mais de 1100 lotes, distribuídos em 78 quadras, seriam postos à venda no loteamento denominado Vila Nhuporan (1999, p 32). Os adquirentes, posteriormente, somente obteriam o título de propriedade por meio de usucapião, devido à ausência de registros em cartório (LIMA, 1999, *idem*).

A condição de “ponta de trilho” atrairia, para Adamantina, inúmeros negócios que buscariam se beneficiar da posição do município, em relação às demais localidades não servidas pela ferrovia. Adamantina passaria abrigar, além de um comércio voltado ao agrário, algumas pequenas indústrias cujo sentido da produção seria o de fornecer mercadorias, cuja fabricação local, permitiria a prática de preços que teriam menor impacto sobre os parcos ganhos dos agricultores, lhes reduzindo seus custos. Segundo o Censo Industrial, Comercial e de Serviços do ano de 1950 (IBGE, 1955), Adamantina possuiria 385 trabalhadores na indústria³³⁸, e utilizaria 1038 H.Ps, de força motriz, números modestos, mas que demonstrariam que a indústria, ainda que de pequena monta, também se concentraria nesse município (tabela 13). Em meados da década de 1950, a indústria de Adamantina estaria voltada, principalmente, para o processamento de grãos (despolpa do café) e fibras (algodão), produção de óleo vegetal, cerâmica (telhas e tijolos), além das serrarias que forneceria madeira para as mais diversas finalidades (LIMA, 1999, p.38). Posteriormente surgiriam fábricas de bebidas, macarrão e móveis de madeira (1999, p.53).

³³⁷ O episódio envolvendo a revenda dos lotes, doados ao Município de Adamantina, fora motivo de matéria do anuário “A Luta em Revista” (edição de 1958, p. 60)*, que buscaria resgatar momentos relevantes da história adamentinense. Segundo o mesmo periódico, somente por meio de uma contenda judicial as terras seriam reempossadas ao município (1958, p. 60).

* Disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina.

³³⁸ No mesmo período Adamantina possuiria 9 371 trabalhadores rurais (assalariados, parceiros e familiares), distribuídos em 1342 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 1956). Considerando-se que sua população seria de 35 223 habitantes, estando 25 122 residindo na porção rural do município (IBGE, 1954), se concluiria que as atividades agrárias mobilizariam a maior parte da população do município.

Imagem 7 – Aquisição da safra de algodão pela Companhia Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) - Adamantina, 1949.

Fonte: Arquivos públicos do Município de Adamantina, disponíveis na Biblioteca Municipal

Imagem 7- As empresas de compra, processamento e revenda de produtos agrícolas se tornariam essenciais à interceptação da renda da terra e à sua transferência para economias industriais centrais. Por outro lado, o grande número de caminhões, presentes na imagem acima, situariam a expansão do agrário paulista na reprodução ampliada do capital norte-americano, fornecedor de tais meios de transporte.

Tabela 13 - Indústria de Adamantina e municípios adjacentes (1950).

(Número de estabelecimentos, número de trabalhadores, e força motriz utilizada)

Município	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Força Motriz em H.Ps
Adamantina	80	385	1038
Flórida Paulista	31	115	451
Junqueirópolis	12	60	90
Lucélia	40	239	573
Osvaldo Cruz	37	199	575
Pacaembu	21	97	192
Parapuã	15	51	229
Rinópolis	12	48	258

Fonte: IBGE, Censo Industrial, Comercial e dos Serviços de 1950 (1955).

Observação: Alguns municípios que, atualmente, se avizinham a Adamantina, ainda não estariam constituídos no momento da coleta dos dados do citado Censo.

No entanto, se o urbano adamantinense estaria a fetichizar a racionalidade do moderno, por meio de aparente desenvolvimento, o seu agrário estaria a revelar o sentido contraditório, portanto irracional, da expansão do capital por meio da colonização do oeste paulista. Sendo o assalariamento a condição para que a acumulação fosse levada à termo, a ausência do mesmo, no agrário adamantinense, reafirmaria a negatividade do trabalho em nossa formação social. Se o assalariamento dependeria da capacidade do trabalho de gerar o valor necessário à reprodução do trabalhador e, simultaneamente, um excedente a ser apropriado pelo capital (condição que dependeria da aplicação de forças produtivas que permitissem que se atingisse a produtividade social média), verificar-se-ia que tal condição não estaria presente, não apenas no agrário adamantinense, mas no agrário paulista como um todo, como já argumentamos. A não passagem ao assalariamento se evidenciaria no uso maciço da mão de obra familiar (reduzindo-se os custos com o trabalho), ou mesmo, recorrendo-se à parceria (verificar tabela 14), relação de produção onde a remuneração somente seria realizada ao final da colheita, com a partilha dos ganhos obtidos.

Tabela 14- Número de trabalhadores, não assalariados, no setor agropecuário de Adamantina e municípios adjacentes (1950).

Município	Total de trabalhadores ocupados	Total de trabalhadores ocupados não assalariados (Familiares e parceiros)	Porcentagem de trabalhadores ocupados não assalariados
Adamantina	9731	7095	72%
Flórida Paulista	6538	4586	75%
Junqueirópolis	1757	1329	78%
Lucélia	7380	4280	60%
Osvaldo Cruz	10 190	5899	57%
Pacaembu	7 978	6932	86%
Parapuã	4 773	3825	80%
Rinópolis	9 432	7929	84%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1950 (1956) *, organizado por Sílvia M. de Lima.

*Ano da publicação.

Por outro lado, se a acumulação seria obliterada pela negatividade do trabalho, a ausência do desenvolvimento de forças produtivas no campo estaria posta e repostada, como se pode observar na tabela 15. O resultado seria a permanência do binômio “chuva e enxada”, ao qual nos referimos anteriormente, e que refletiria a baixa composição orgânica dos capitais no agrário paulista, mais precisamente, no período analisado (1950).

Tabela 15 - Utilização de tratores, veículos de carga e força motriz nas propriedades rurais de Adamantina e municípios adjacentes (1950).

Município	Total de propriedades	Nº de tratores	Nº de veículos de carga utilizados nas propriedades rurais		Uso de força motriz nas propriedades rurais. (Porcentagem das propriedades) *		
			Tração animal	Tração mecânica	Somente Animal %	Somente Mecânica %	Não utiliza %
Adamantina	1342	6	540	54	40,9	0,15	59,69
Flórida Paulista	1463	3	350	22	26,86	0	72,93
Junqueirópolis	313	0	38	12	10,22	0	89,78
Lucélia	1503	0	274	29	51,7	0	48,3
Osvaldo Cruz	929	0	482	33	24,76	0	75,24
Pacaembu	2367	1	24	26	27	0	72,96
Parapuã	583	13	351	39	56,07	0,54	42,22
Rinópolis	482	0	279	18	61,2	0	38,4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1950 (1956) **, organizado por Silvio M. de Lima.

*Uma pequena porcentagem das propriedades utilizaria força motriz animal e mecânica, no entanto, os números são pouco significativos e sua omissão não causa prejuízos a nossa análise.

**Ano da publicação

A baixa composição orgânica dos empreendimentos agrários de Adamantina e dos municípios que seriam tributários de sua centralidade, refletiriam a crise que não fora superada com a expansão do agrário paulista. A ausência de acumulação no campo se revelaria na impossibilidade da elevação da capacidade produtiva do setor agroexportador. Sendo assim, a crise do agrário, repostada em cada nova área aberta à colonização, fundamentaria as disputas políticas em torno da obtenção de condições privilegiadas que permitissem garantir algum desenvolvimento aos núcleos urbanos

criados na forma de empreendimentos, ao passo que anunciaria o quão crítico seria a reprodução dos municípios gestados sobre o pressuposto de uma acumulação no campo que não estaria a se realizar. O problema atingiria até mesmo Adamantina que, sob condições privilegiadas, como “ponta de trilho”, não estaria a obter o desenvolvimento esperado por aqueles que haviam se empenhado na busca por sua autonomia. Passado o otimismo que fora marcado pelo “boom” do mercado imobiliário urbano, movidos pela instalação dos trilhos ferroviários, a crise do agrário se faria sentir, tanto sobre os negócios privados, como também, sobre a municipalidade recém instalada. Na edição de 9 de março de 1952, o periódico adamantinense “O Jornal”, traria matéria, de página inteira, no qual se faria a defesa da fusão dos municípios de Lucélia e Adamantina, para que, com a redução de custos e a reunião de recursos, se obtivesse maior desenvolvimento de ambos (Adamantina e Lucélia):

“Situamo-nos, precisamente, em Lucélia e Adamantina; vivemos o seu ideal de progresso e ascensão; assistimos como atores de um grande drama o seu instante histórico; instante marcado por profundas dúvidas, de dolorosas incertezas e ansiedades mal-contidas (...) porque, tanto quanto a visão trágica de uma lavoura incipiente, de um solo que se exaure dia-a-dia, permanecem duas cidades como as nossas, (...); a enxergar-se apenas a si mesma, a gozar das próprias formas, enquanto se esgotam sustentando quem lhes dê um pouco de esperança, ao invés de promover a união de ambas, a absorção de uma na outra, a fusão de duas numa só (...). Desapareceria Lucélia e desapareceria Adamantina. De duas pequenas cidades seríamos uma só grande” (“O JORNAL”, edição de 9 de março de 1952)³³⁹.

Em matéria publicada em 23 de março de 1952 (quatorze dias após a publicação da matéria anteriormente citada), o mesmo periódico trataria da condição precária dos novos municípios paulistas (sem que, para isso, se referisse, nominalmente, a qualquer município):

³³⁹ Disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina.

“Ainda satisfazendo honestamente as condições exigidas nos Estados onde mereceu a exigência de itens entre nós ignorados, pode se afirmar em São Paulo, que alguns dos novos municípios jamais terão vida própria. Estão nesse caso os chamados municípios vegetativos. Vegetam, arrastam-se no difícil equilíbrio de uma renda insuficiente que cobre escassa e instavelmente, a enorme despesa burocrática do ônus municipal” (“O JORNAL”, edição de 23 de março de 1952).

Ambas as matérias seriam publicadas três anos após a criação do município de Adamantina, estando a ferrovia instalada em seus limites territoriais, há dois anos. Mesmo sob a condição de “ponta de trilho”, o município se defrontaria com o agravamento da crise do agrário, resultante da entrada maciça de capitais estrangeiros em busca de remuneração. Para que fiquemos apenas no âmbito das ferrovias que serviriam o oeste paulista, nos lembremos do caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que, em 1951, contrairia um empréstimo, via Eximbank, no valor de US\$ 7 373 085 (GRANDI, 2013, p. 165), destinados à modernização de sua malha ferroviária. Esse seria apenas o primeiro de uma série de empréstimos que, em 1954, atingiriam o total de US\$ 28 000 000 (GRANDI, idem, ibidem), obtidos pela Paulista, por intermédio do governo norte-americano. Todo esse investimento de capital deveria ser remunerado pelos usuários dos serviços ferroviários, em sua grande maioria, agricultores do oeste paulista. Os níveis de espoliação, ascendentes, operados sobre o agrário de forma generalizada, se maximizariam sobre os pequenos agricultores que teriam seus ganhos reduzidos e se veriam empobrecidos, sendo tal condição expressa em publicações locais, como os inúmeros jornais e revistas que circulariam em Adamantina e nos municípios adjacentes. Sendo obrigados a remunerar capitais cuja valorização estaria determinada pelo tempo social médio, estabelecido pela indústria norte-americana (ALFREDO, 2013, p. 245), os pequenos agricultores teriam que abrir mão de parcelas crescentes de seu tempo de trabalho, para que esse tempo, cedido gratuitamente, viesse a compor o lucro necessário à reprodução das forças produtivas nos países centrais. A condição crítica desses agricultores seria motivo de matéria do anuário “Adamantina em Revista”, em sua edição de 1957, assinada pelo professor Antônio Paulo Chiste, que apontaria que os ganhos obtidos na agricultura adamentinense não estariam sequer a cobrir seus custos: *“A maioria dos produtos tem sido vendido abaixo do seu custo real de produção, levando*

*o lavrador ao desânimo e o abandono da terra, nova e fértil, e ao consequente plantio de capim, transformado alqueires de terras produtivas em invernadas*³⁴⁰. A confrontação dos dados dos Censos Agropecuários de 1950 e 1960 (IBGE, 1956 e 1967), confirmariam as observações do citado professor. Em 1950, dos 50 635 hectares de terras utilizadas pelo setor agropecuário adamantinense, 24 870 hectares seriam destinados à lavoura e 11 329 hectares estariam cobertos por pastagens³⁴¹. Em 1960 a área ocupada pela agropecuária, em Adamantina, havia se reduzido para 40 765 hectares, sendo 15 504 hectares destinados à lavoura e 22 384 hectares ocupados por pastagens (aumento de 50% nas áreas cobertas por pastagens). O processo não seria uma particularidade de Adamantina e atingiria inúmeros municípios vizinhos, como nos apontariam os referidos Censos Agropecuários³⁴². Flórida Paulista teria suas lavouras reduzidas de 21 351 hectares, em 1950, para 15 504 hectares, em 1960. As pastagens, no município de Flórida Paulista, ocupariam, no ano de 1960, 20 335 hectares, somando 14 399 hectares a mais, em relação a 1950 (nesse ano (1950) Flórida Paulista possuiria 5 936 hectares de pastagens). Em Lucélia a área coberta por pastagens teria, praticamente, dobrada em entre 1950 e 1960, saltando de 7 240 hectares para 13 483 hectares, enquanto suas lavouras perderiam 5 891 hectares. No mesmo período Osvaldo Cruz perderia 17 394 hectares de lavouras e ganharia 482 hectares de pastagens, enquanto Pacaembu perderia 10 939 hectares de lavouras e ganharia 2 649 hectares de pastagens³⁴³.

O significativo aumento nas áreas de pastagens, e a concomitante redução nas lavouras, expressariam a necessidade, por parte dos proprietários de terras no agrário paulista, de reduzirem custos com os quais não poderiam mais arcar. No entanto, por se tratar de uma realidade onde a possibilidade de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto não estaria posta, o que restaria aos proprietários de terras seria a adoção de atividades produtivas onde a presença de trabalhadores pudesse ser reduzida ao mínimo necessário. As pastagens permitiriam a produção leiteira e a engorda de bovinos, como alternativa à agricultura que, por sua vez, exigiria um grande número de “braços”. O

³⁴⁰ “Em defesa da lavoura”, artigo de Antônio Paulo Chiste, publicado em “Adamantina em Revista”, edição anual de 1957, disponível na Biblioteca Municipal de Adamantina.

³⁴¹ O restante das terras, não ocupadas por lavouras e pastagens, receberiam destinações diversas, como extração de madeira, suinocultura, avicultura, etc.

³⁴² Os dados a seguir são resultantes da confrontação das informações contidas nos Censos Agropecuários de 1950 e 1960 (IBGE, 1956 e 1967).

³⁴³ Os cálculos foram por nós realizados, tomando-se como base os Censos Agropecuários de 1950 e 1960 (IBGE, 1956 e 1967).

resultado, como se poderia observar a partir do agrário de Adamantina, seria a redução de trabalhadores no campo, redução essa que seria significativa entre os anos de 1950 e 1960. Em 1950 haveriam 9 731 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias em Adamantina (IBGE 1956), contingente que cairia para 7 889 em 1960 (IBGE, 1967). Muitos trabalhadores, não incomumente trazidos de regiões distantes do país, seriam mobilizados, apenas, durante as colheitas, sendo sumariamente dispensados nos períodos de entressafras. A desmobilização da força de trabalho no campo e a incapacidade de sua absorção em setores econômicos urbanos, geraria uma massa de desocupados que passariam a ser motivo de apreensão por parte da sociedade adamantinense. O jornal “A Comarca de Adamantina”, de 26 de janeiro 1958, publicaria uma matéria intitulada “Avalanche de Pedintes”, que daria conta de que:

“A cidade foi ultimamente assaltada – é bem o termo - por uma avalanche de pedintes das mais variadas matizes. Homens, mulheres e crianças não dão trégua aos viandantes das nossas ruas. Alguns maltrapilhos, exauridos pela subnutrição, pedem pão. Alguns doentes, imploram um dinheirinho para aviar uma receita (...). Crianças não escondem, dentro de sua inocência, a vergonha de pedir, e quando não conseguem dinheiro querem um pastel, um sorvete” (“A COMARCA DE ADAMANTINA”, edição de 26 de abril de 1958)³⁴⁴.

O problema não seria novidade em Adamantina, o que teria levado as autoridades locais a tomar providência para deslocar, não apenas para fora dos limites do município, mas também para além do âmbito regional, os indivíduos tornados “imprestáveis” para a reprodução social, à medida que a exploração de sua força de trabalho se revelaria inviável. Dois anos antes, o mesmo jornal, acima citado, publicara que o Governador do Estado de São Paulo acolhera uma petição que lhe fora dirigida por Miguel Abdo, então prefeito de Adamantina, em que esse lhe solicitaria que o “Serviço de Imigração” estadual, tomasse providências quanto aos “*desalojados*” (forma branda de se fazer referência aos desempregados, passados a condição de moradores de rua) de Adamantina (notícia publicada em “A Comarca de Adamantina”, edição de 22 de julho de 1956)³⁴⁵. A solução ofertada pelas autoridades estaduais se constituiria no envio de talões de passes

³⁴⁴ Disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina

³⁴⁵ Disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina

ferroviários gratuitos “ *a fim de que pudessem os trabalhadores se locomover para localidades onde o trabalho está na fase, ainda, da procura de braços*” (op. cit.). Se tomarmos o conjunto de municípios sobre o qual nos debruçamos anteriormente³⁴⁶, se constatará que, entre 1950 e 1960, houvera uma redução de 3 255 pessoas ocupadas no setor agropecuário conjunto. No entanto, no mesmo período ocorrera um aumento de, apenas, 1 297 pessoas ocupadas nos setores econômicos urbanos (indústria, comércio e serviços desse mesmo conjunto de municípios)³⁴⁷, o que evidenciaria a incapacidade das atividades urbanas em absorver os trabalhadores dispensados no campo, gerando, assim, um contingente de indivíduos cuja força de trabalho se tornara invendável, pelo menos no âmbito local. Sendo assim, a expansão do agrário, promovida por meio da colonização, não fora capaz de compensar o desenvolvimento de forças produtivas em curso nas economias industriais, o que se revelaria no aprofundamento da crise do trabalho no campo que, mesmo sob relações de produção não assalariadas, teria se tornado (o trabalho) impagável. A transferência desses indivíduos para outras regiões, viabilizada pelo custeio de seu deslocamento pelo Estado, se constituiria no escamoteamento da irracionalidade como forma, flagrante, da reprodução do capital levada a termo por meio da colonização do oeste paulista. Indivíduos que teriam sido, há pouco, mobilizados para a colonização de novas áreas do Estado de São Paulo, muitos deles oriundos de regiões distantes do país (como também de outros países), se veriam privados de qualquer fonte de sustento, sendo obrigados a migrarem, não incomumente, para grandes centros urbanos.

Os efeitos deletérios, produzidos pela crise do agrário, não se resumiriam à mendicância e à migração forçada, mas também à eliminação dos próprios indivíduos que, diante da falência, consumada ou eminente, encontrariam no suicídio um termo para o seu padecimento e frustração. A consulta aos Prontuários Criminais da Delegacia Seccional de Adamantina³⁴⁸, referentes a década de 1950, demonstrariam que, em 1954, ano em que as condições precárias dos agricultores do município foram agravadas por

³⁴⁶ Seriam, Adamantina, Flórida Paulista, Junqueirópolis, Lucélia, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Parapuã e Rinópolis.

³⁴⁷ Os dados referentes à redução no número de pessoas ocupadas no campo e ao aumento no número de pessoas ocupadas em atividades urbanas, foram obtidos a partir dos Censos Agropecuário e de Recenseamento Geral de 1950 e 1960 (IBGE, 1954, 1956, 1962 e 1967)

³⁴⁸ Foram consultados, na Delegacia Seccional de Adamantina, os Prontuários Criminais de nº 01 a 581, registrados entre os anos de 1951 e 1957.

uma forte geada³⁴⁹, seriam registrados 13 suicídios³⁵⁰ em Adamantina. Excetuando-se o ano de 1954, entre os anos 1951 e 1957, a média de registros de suicídios, na Delegacia de Adamantina, fora de 4 por ano³⁵¹, o que caracterizaria um brusco aumento dessa prática no ano referenciado. Por outro lado, a frequência anual dos registros demonstraria que o suicídio estaria integrado ao cotidiano de Adamantina, condição também observada por MARTINELLI (1995): *“Não foram poucos os lavradores dessa colônia [Adamantina]³⁵² que se suicidaram – geralmente ingerindo formicida – no meio da roça. Os motivos que os levavam a atentar contra a própria vida, segundo os depoimentos, eram as dívidas do financiamento assumidas junto a comerciantes e bancos”* (1995, p 116). Martinelli basearia suas conclusões nos depoimentos de moradores de Adamantina, como o do médico aposentado João Salvi, que segundo seus relatos, teria atendido inúmeros casos de suicídios no município em questão (1995, idem). Ainda que muitos registros, por nós consultados, tenham se mostrado pouco esclarecedores quanto as motivações dos suicídios, registrados em Adamantina (na década de 1950), o aumento no número de casos ocorrido em 1954 (devido à forte geada que atingira o oeste paulista), somado as constatações do professor Marcos Martinelli, apontariam no sentido de que a condição crítica, sob a qual se encontrariam os indivíduos empenhados na expansão do agrário paulista, os expunham, constantemente, ao risco de perderem suas posses, os levando a atitudes extremas, como o suicídio. Nesse sentido, as ilusões que acompanhariam os indivíduos que buscariam melhores condições de vida, por meio da aquisição de terras em áreas de colonização, seriam desfeitas de forma trágica, ainda nos primeiros anos após se instalarem em suas propriedades.

Por outro lado, à medida que agropecuária perderia, progressivamente, importância em relação à totalidade das atividades econômicas de Adamantina, o

³⁴⁹ Na edição de 24 de janeiro de 1954, do jornal “A Comarca de Adamantina”, publicaria o relatório enviado ao governador do Estado de São Paulo, pelo então prefeito de Adamantina, Euclides Romanini, solicitando ao chefe do poder executivo estadual que tomasse providências no sentido de auxiliar os agricultores do município que teriam perdido parte de suas safras, por conta de uma forte geada que atingira o oeste paulista. Segundo o relatório, dos 12 000 000 pés de café existentes em Adamantina, 4 210 000 foram afetados pela geada. Ainda, segundo o citado relatório, 32% da safra fora perdida, concluindo que *“os prejuízos sofridos pela cafeicultura de Adamantina são vultuosos”* (“A Comarca de Adamantina”, edição de 24 de janeiro de 1954) *.

*Disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina.

³⁵⁰ Prontuários Criminais da Delegacia Seccional de Polícia de Adamantina referentes ao ano de 1954.

³⁵¹ Prontuários Criminais da Delegacia Seccional de Polícia de Adamantina referentes aos anos de 1951 a 1957

³⁵² Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

fetichismo que poria o urbano como forma racional e racionalizante do capital, se reforçaria, orientando os esforços no sentido de buscar-se, nesse urbano, uma suposta superação para a crise. Em 1959, 47% do PIB do município se originaria do setor de comércio e serviços, 37% da agropecuária e 16% da indústria³⁵³, o que reafirmaria a necessidade da manutenção da centralidade obtida pela condição de “ponta de trilho”, haja visto que suas principais atividades econômicas (o comércio e serviços) se desenvolveriam por conta do caráter nodal de seu urbano. No entanto, ainda que a condição de “ponta de trilho” tivesse proporcionado vantagens, no âmbito regional, à Adamantina, tal condição não se manteria “ad eternum”, pois o projeto de expansão dos trilhos da “Paulista” previa o estabelecimento de seu terminal ferroviário, às margens do Rio Paraná. O problema passaria a preocupar a sociedade adamantinense, já nos primeiros anos que se sucederam a chegada da ferrovia ao município, como se constaria em matéria do periódico “O Jornal”, de 18 de outubro de 1953³⁵⁴, na qual se discorreria sobre o problema e suas consequências. Ao final da matéria, como solução para o problema, se sugeriria à administração municipal, a realização de negociações, junto à diretoria da “Paulista”, para que essa incluísse Adamantina em seu projeto de ligação das ferrovias “Alta Paulista” e “Sorocabana”³⁵⁵, localizando um dos extremos da conexão em território adamantinense. A matéria, intitulada “Crime de Lesa-Adamantina”, advertiria as autoridades do município que, caso não tomassem medidas para minorar os efeitos causados pela saída do terminal ferroviário, dos limites municipais de Adamantina, estariam a cometer um suposto crime, ao não defenderem os interesses dos cidadãos adamantinenses (“O JORNAL”, edição de 18 de outubro de 1953). Em 1957, o jornal “A Comarca de Adamantina” (edição de 23 de junho de 1957), traria matéria que exortaria a população de Adamantina a se preparar para as consequências do avanço dos trilhos da “Paulista”, até o Rio Paraná:

“Teremos que sentir, pelo menos de início, esse abalo, a saída do trem; e para que não venhamos sofrer de fato com o prosseguimento da “Paulista”, torna-se necessário que nos preparemos para enfrentar essa vicissitude, e que o prefeito

³⁵³ Porcentagens calculadas a partir dos dados disponibilizados pelo IPEADATA - Temas Regionais: Contas Regionais – PIB Municipal, atualizado em 2013. Os valores foram convertidos, pelo IPEADATA, em Reais tomando-se como base preços do ano 2000.

³⁵⁴ Disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina

³⁵⁵ Vale ressaltar que esse projeto jamais fora executado.

também precisa se esforçar e agir para demonstrar interesse, e animar o máximo para que não haja desânimo em setor algum (“A COMARCA DE ADAMANTINA”, edição de 23 de junho de 1957).

De forma alguma as autoridades de Adamantina estariam desatentas ao problema. Dentre as autoridades eleitas para dirigir o município, sempre houvera grande número de indivíduos detentores de capitais comerciais e industriais³⁵⁶ que, portanto, teriam interesses pessoais no pretenso “progresso” do urbano adamantinense. Os mesmos, até por conta da empiria dos negócios privados que desenvolveriam, saberiam das limitações impostas pelo agrário e, especialmente, suas consequências sobre o urbano, o que não lhes ofereceria outra alternativa senão a obtenção de um substitutivo à condição de “ponta de trilho” (que mais cedo ou mais tarde deixaria de existir). Teriam, também, consciência de que, ao contrário da efêmera presença do terminal ferroviário, deveriam optar por uma alternativa, a esse, que possuísse um caráter permanente. Tal condição seria vislumbrada na presença do Estado que, por meio da instalação de suas repartições no município, centralizaria a circulação de bens e pessoas em Adamantina. A centralidade de Adamantina seria garantida, portanto, pela presença, estável e de custeio público, do Estado, mais precisamente, pela presença de suas esferas extramunicipais (repartições de órgãos federais e estaduais). A forma contraditória, pela qual o conceito de capital se realizaria em nossa realidade, poria o Estado como substitutivo à acumulação que o trabalho não seria capaz de produzir. Fosse subsidiando a produção, ou adensando as trocas nas novas cidades do oeste paulista, a receita pública se tornaria o meio de se compensar a improdutividade do capital no âmbito nacional.

A atração de repartições públicas para Adamantina se constituiria em baliza para a ação política no âmbito municipal. A presença do Estado, em suas diferentes esferas, garantiria uma centralidade administrativa ao município e, por consequência, maior circulação do valor no âmbito municipal. A crise, portanto, estaria a emular as estratégias adotadas pelas lideranças políticas locais, destinadas a realizar o “progresso” que a expansão do agrário, como momento da reprodução do capital em nível mundial, não fora capaz de realizar. Em 1953, quatro anos após a criação do município de Adamantina, as lideranças políticas adamantinenses iniciariam um novo conflito, com seus congêneres da

³⁵⁶ Vários prefeitos eleitos em Adamantina, possuíam negócios no município, como, por exemplo Euclides Romanini e Élio Micheloni, ambos proprietários de indústrias no município (LIMA, 1999).

vizinha Lucélia, por conta do pleito (por parte das lideranças políticas de Adamantina) pela instalação de uma comarca no urbano adamantinense. As comarcas se constituem em divisões territoriais jurisdicionais, estabelecidas pelo Poder Judiciário estadual que, no caso do oeste paulista (onde predominariam pequenas cidades), compreenderiam um conjunto de municípios, cabendo ao município sede da comarca, abrigar o fórum. Lucélia sediaria a comarca que atenderia a Adamantina e outros municípios vizinhos, o que lhe conferiria um adensamento na circulação de pessoas e mercadorias. Portanto, criar uma nova sede jurisdicional nas proximidades, significaria detrair parte da circulação do valor que beneficiaria os negócios em Lucélia. As ingerências das lideranças políticas de Adamantina, no sentido de abrigarem um novo fórum, foram combatidas pelas lideranças de Lucélia que buscariam demonstrar *“que não existia motivos para a criação de outra comarca a tão pouca distância”* (LIMA, 1999, p. 16). No entanto, a instalação da citada comarca seria encarada como algo de suma importância para o “progresso” de Adamantina, merecendo cobertura sistemática por parte do impresso local “O Jornal”, que publicaria, quase diariamente (entre 29 de março e 25 de dezembro de 1953, data da criação da Comarca de Adamantina), notícias sobre o andamento das negociações em torno do pleito em questão³⁵⁷. No dia 25 de dezembro a notícia da criação da Comarca de Adamantina seria estampada na primeira página de “O Jornal” (edição de 25 de dezembro de 1953), que definiria a notícia como “uma verdadeira *“bomba atômica”* (op. cit.). Sobre o ocorrido, Jorge Candido LIMA (1999), cidadão adamantinense que se dispusera a narrar a história do município, consideraria que o sucesso da empreitada se deveria a união dos moradores da cidade que, *“não tinham suas economias estabilizadas”* (1999, p. 16), e necessitavam, para obter a desejada estabilidade, *“do progresso de Adamantina”* (Idem, ibidem), vislumbrado na presença de repartições estatais, como a citada comarca.

De forma semelhante, em 1955, fora obtida a instalação de uma Delegacia Regional de Ensino no município, escolha que, segundo o jornal “A Comarca de Adamantina” (edição de 25 de outubro de 1955), recaíra sobre Adamantina devido a sua condição de *“ponta de linha”* (Idem). Na mesma matéria seria aventada a possibilidade de Adamantina tornar-se um centro administrativo regional, a partir da concentração de repartições públicas no município:

³⁵⁷ Tais edições encontram-se disponíveis para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina.

“Não basta, porém, ao governo que Adamantina receba a Delegacia Regional de Ensino (...). Simultaneamente com o ensino, os demais setores poderiam descentralizar-se rumo ao Rio Paraná. Pode Adamantina, pelo que se verifica, transformar-se de súbito, em centro privilegiado, capaz de tornar-se em capital da região, como de fato está fadada a chegar um dia” (“A COMARCA DE ADAMANTINA”, edição de 25 de outubro de 1955).

O recurso a tal expediente (a atração de repartições públicas) para garantir que a circulação do valor continuasse centralizada em Adamantina, se faria cada vez mais necessário, haja visto que as vantagens que a condição de “ponta de trilho” conferiria ao município, estariam ameaçadas pelo aumento dos preços dos fretes ferroviários (reflexo da necessidade de se remunerar os capitais estrangeiros investidos na modernização ferroviária), e que, por consequência, estimularia o transporte rodoviário. O resultado seria o abalo prematuro na condição de “ponta de trilho”, gozada por Adamantina. Em 1957 o prefeito de Adamantina, Élio Micheloni, se queixaria em entrevista concedida ao jornal “A Comarca de Adamantina” (edição de natal de 1957), que os preços cobrados pela “Paulista”, em seus fretes, teriam se tornado elevados, obrigando os “maquinistas” a optarem pelo transporte rodoviário (Idem, ibidem): ***“A diferença de preços é enorme, pois enquanto a Companhia Paulistas cobra 125 cruzeiros por saco preferencial, os caminhões cobram, com seguro, 90 cruzeiros, havendo portanto, uma diferença de 35 cruzeiros, o que é por demais elevada”*** (“A COMARCA DE ADAMANTINA”, edição especial de natal, 1957). No ano em que foram registradas as queixas do citado prefeito, a ferrovia “Alta Paulista” estaria passando pela substituição de bitolas, o que levaria, em 1958, a chamada “bitola larga”³⁵⁸ até Adamantina. A substituição de bitolas permitiria o uso da tração a diesel e a padronização das linhas férreas, permitindo que todo o trajeto fosse realizado sobre uma única modalidade de bitola, dispensando as baldeações de cargas nas junções onde essas (as bitolas) não coincidiriam. No entanto, a remuneração dos investimentos, realizados na modernização ferroviária, refletiriam nos preços dos fretes que se tornariam impeditivos, permitindo que o transporte rodoviário ocupasse, cada vez mais, o mercado no oeste paulista. As ferrovias dependeriam de enormes

³⁵⁸ A “bitola larga” se caracterizaria pela distância de 160 centímetros entre os trilhos, enquanto a “bitola estreita” possuiria largura de 100 centímetros entre os trilhos (DNIT, 2016, p. 5).

infraestruturas e de um grande quadro de funcionários permanentes, custos que, somados a remuneração dos investimentos realizados na modernização das mesmas, reduziriam a já limitada capacidade do agrário paulista, de pagar pelos seus serviços. Observaria GRANDI (2013), em seu estudo sobre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (op. cit.), que *“de 1955 a 1961, nota-se a progressiva queda no transporte de vários gêneros, como madeiras, pedras, areia, telhas e tijolos, forragens, algodão, sal, farinha de trigo, arroz e amendoim”* (2013, p. 159), concluindo, mais à frente: *“A representatividade do transporte ferroviário de combustíveis, bem como a queda da maioria dos principais produtos que circulavam pelas vias férreas é, sem dúvida alguma, um sintoma da crescente concorrência rodoviária enfrentada pelas ferrovias”* (Idem, ibidem). Tal condição minaria a vantagem que a “ponta de trilho” conferira ao município de Adamantina, antes mesmo do prolongamento da ferrovia em direção ao Rio Paraná, o que somado ao agravamento da crise do agrário³⁵⁹, aprofundaria as dificuldades enfrentadas pelo comércio adamantinense. O jornal “A Comarca de Adamantina”, em sua edição de 5 de janeiro de 1958, traria matéria sobre o fechamento de estabelecimentos comerciais nas ruas Cunha Bueno e Salles Filhos, localizadas no centro de Adamantina:

“...nas duas ruas referidas já vagaram mais de 10 prédios. E vejam que são no centro, no coração de Adamantina, em ruas calçadas. Se esta praga não for atacada, poderemos ter uma epidemia de fechamentos, o que poderá afinal nos levar ao desespero, perdendo-se dessa forma, todo o esforço despendido até o presente momento para transformar nossa cidade em ponta de lança” (“A COMARCA DE ADAMANTINA”, edição de 5 de janeiro de 1958, apud MARTINELLI, 1995, p.116-117).

Diante de tal estado de coisas, garantir a presença do Estado, por meio da instalação de repartições públicas no município, se tornaria o meio pelo qual se buscaria o desenvolvimento do urbano adamantinense. Em 1958 estariam instalados em Adamantina, um Fórum, uma Delegacia Regional de Ensino, uma unidade regional da

³⁵⁹ O jornal “A Comarca de Adamantina”, em sua edição de 10 de março de 1958, daria conta de que seria *“Calamitosa a situação do café”* no mercado mundial, problema que traria sérias consequências para a economia de Adamantina, haja visto o grande número de produtores de café presentes, tanto no município, como também, nos municípios vizinhos. O problema coincidiria com o avanço do café solúvel, promovido pelos Estados Unidos da América, sobre o mercado mundial. O problema estaria relacionado à necessidade, por parte dos países industrializados, de reduzir os preços das matérias primas que teriam sofrido forte elevação após a Segunda Guerra Mundial (NETTO, 1979).

Coletoria Pública do Estado de São Paulo, uma unidade da Casa da Lavoura (órgão técnico da Secretaria de Agricultura do Estado) e uma unidade do IBGE (LIMA, 1999). Por conta da instalação da Delegacia Regional de Ensino, em 1957, o anuário “Adamantina em Revista” (1957), traria em suas páginas, em tom ufanístico, a seguinte referência ao ocorrido: *“conseguiu o Senhor Euclides Romanini [então, prefeito de Adamantina]³⁶⁰, localizar nessa cidade a Delegacia Regional de Ensino, tornando a nossa cidade a sede das Delegacias Regionais dos Serviços Públicos do Estado, fato de grande alcance político, que veio consolidar, definitivamente Adamantina como cidade-chave da região...”* (“ADAMANTINA EM REVISTA”, 1957, p. 17)³⁶¹. No entanto, mesmo concentrando o comércio e os serviços locais, além do aparato estatal, o município de Adamantina encontraria enormes dificuldades para fornecer, até mesmo, serviços básicos à população. O exemplo mais emblemático estaria no fornecimento de água aos munícipes. Em entrevista, o senhor João Benedito Passarinho, residente em Adamantina desde a década de 1950, nos informaria que, no início da década de 1960, as restrições ao abastecimento de água levariam muitos moradores do município a, simplesmente, deixarem de usar as torneiras de suas casas³⁶². Tal problema, segundo LIMA (1999), somente seria resolvido em 1977 (28 anos após a criação do município), com a concessão do serviço à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) (1999, p. 88) que, por sua vez, assumiria as dívidas que a municipalidade contraía a fim de resolver, por iniciativas próprias e malsucedidas, a deficiência no saneamento do município. Sobre essas dívidas comentaria LIMA (1999): *“A prefeitura estava lutando com dificuldades no pagamento do principal empréstimo e até dos juros”* (1999, p. 88). Somente a intervenção do governo estadual, assumindo as dívidas municipais (via SABESP), garantiria o abastecimento de água aos adamantinenses. Após a transferência dos serviços de saneamento à SABESP, Adamantina receberia a instalação de uma Divisão Regional dessa empresa pública, a partir da qual seriam prestados serviços de captação e distribuição de água em 17 cidades vizinhas (LIMA, 1999, p. 89), avolumando, assim, a presença de repartições estatais no município. Por outro lado, a

³⁶⁰ Os colchetes e seu conteúdo são nossos.

³⁶¹ Disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Adamantina.

³⁶² Entrevista realizada no Município de Adamantina, no dia 26 de janeiro de 2016. O Senhor João Benedito Passarinho, irmão do também entrevistado, senhor Antônio Passarinho, residiria em Adamantina desde 1950. Fora funcionário do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e, atualmente, é funcionário da Biblioteca Municipal de Adamantina.

crise estaria a perpassar todos os momentos da reprodução social no oeste paulista, estendendo seus efeitos sobre os municípios criados em meio à expansão do agrário

No entanto, a modernização periférica, ainda em curso, e que teria movido a expansão do agrário paulista, já apontaria seus limites, à medida que os restritos mercados consumidores, presente nas economias agroexportadoras, não se mostrariam capazes de realizar as mercadorias produzidas sob os níveis de produtividade dos capitais industriais centrais, ora internalizados (processo de industrialização nacional). A expansão do capital em geral, assim como o seu momento particular em questão (a expansão do agrário paulista), não estariam a solucionar as contradições da valorização. O padrão produtivo fordista alcançaria seus limites na segunda metade do século XX, impondo restrições à reprodução do valor em nível mundial (MANDEL, 1985). A disputa, entre os capitais individuais, pela apropriação do valor socialmente produzido, promoveria novo padrão de produtividade que envolveria a eliminação do trabalho vivo, em grandes proporções. Isso se evidenciaria no salto de produtividade promovido pela revolução microeletrônica³⁶³ que condicionaria a exploração do trabalho à aplicação de enormes massas de capitais e, simultaneamente, reduziria a produção do valor à níveis residuais. A produtividade dos capitais industriais centrais, então, operando sob condições de automação (o que tornaria o trabalho uma parte insignificante na composição orgânica desses capitais), tornaria necessário conferir maiores níveis de produtividade à produção agropecuária periférica, para que essa pudesse continuar a transferir, para as economias industriais, o valor que essas não mais seriam capazes de produzir. Em suma, a manutenção das trocas com as economias centrais do capital dependeria da aplicação de forças produtivas no agrário periférico. Tal momento coincidiria, justamente, com o processo de industrialização em curso no Brasil que, mesmo operado sob padrões fordistas de produção (fordismo que, no centro do capital, já encontrara seus limites), estaria a impor níveis de espoliação que tornaria impossível a reprodução de grande número de pequenos agricultores do oeste paulista. Seria necessário, portanto, reduzir o

³⁶³ Segundo MANDEL (1985), a chamada Revolução Microeletrônica iniciar-se-ia, ainda nos anos cinquenta do século XX, e se caracterizaria por avanços consideráveis na automação produtiva, por meio da microeletrônica: ***“A aplicação produtiva dessa nova tecnologia começou nos setores da indústria química para as quais a força impulsionadora decisiva é o barateamento do capital constante circulante. Do início dos anos 50, ela se difundiu gradativamente por um número crescente de esferas, onde o objetivo principal era a redução radical dos custos salariais diretos – isto é, a eliminação do trabalho vivo do processo de produção”*** (1985, p. 135).

tempo médio de produção periférico para adequá-lo à capacidade de remuneração dos capitais industriais centrais e, simultaneamente, remunerar a modernização brasileira. Essa dupla espoliação do agrário exigiria uma elevação da produtividade, nesse setor econômico, que somente poderia ser obtida por meio de investimentos de capital. Por outro lado, tais investimentos não poderiam ser levados a termo por grande número de pequenos agricultores que se reproduziriam criticamente. Sob tais condições a modernização do campo se daria, tanto pelo aumento da composição orgânica dos capitais agrários, como também, pela eliminação do trabalho, por meio do avanço da pecuária. Tais mudanças, causadas pelo processo de modernização no campo, operado entre as décadas de 1960 e 1980, elevariam a produtividade do setor agropecuário nacional, ao passo que eliminariam produtores e um enorme contingente de trabalhadores rurais. O Estado, como financiador (por meio do endividamento público) da modernização do campo, não poderia beneficiar todo o agrário nacional e, sendo assim, direcionaria seus investimentos para setores que propiciassem a valorização dos capitais estrangeiros aqui investidos. Como exemplos, temos o setor sucroalcooleiro, cuja expansão permitiria a reprodução da indústria automobilística (haja visto que essa enfrentaria dificuldades com a crise do petróleo, agravada nos anos setenta do século XX) (PITTA, 2011, p. 127-128), como também, a produção de alimentos que visaria reduzir custos com a força de trabalho mobilizada pelo processo de industrialização. Por outro lado, com o aumento da produtividade, parte das terras, ora utilizadas, se tornaria dispensável, pois a produção se intensificaria.

O avanço das pastagens sobre terras, até então, destinadas à agricultura, evidenciaria a incapacidade de parte dos agricultores paulistas em se adequarem ao tempo social médio, redefinido pela produtividade dos capitais industriais. Não sendo capazes de eliminar o trabalho pela aplicação de forças produtivas, esse (o trabalho), seria eliminado pela passagem a atividades produtivas que empregassem o mínimo de trabalhadores. Municípios, como Adamantina, cujo surgimento se dera em áreas do Estado de São Paulo onde predominariam as pequenas propriedades (portanto, com menor capacidade de realizar investimentos), retratariam, de forma flagrante, o colapso que atingira o trabalho em grandes porções do agrário paulista. Entre os anos de 1960 e 1980, a área ocupada por pastagens, na zona rural adamantinense, receberia um acréscimo de 1 922 hectares, passando de 22 385 hectares para 24 286 hectares (IBGE, 1967 e

1984)³⁶⁴, o que corresponderia a 60% da área ocupada por atividades agropecuárias no município (IBGE, idem). A produção de café, que fora o principal produto agrícola de Adamantina, cairia de 21 082 toneladas, em 1960, para 5 310 toneladas, em 1980 (Idem). No mesmo período, após sofrer uma redução de 92% em sua produção, o algodão, praticamente, desapareceria das propriedades rurais adamantinenses (a queda na produção do algodão fora de 1 147 toneladas, em 1960, para 93 toneladas, em 1980) (Idem). Em 1980 a área declarada ao IBGE, como utilizada pela pecuária, ocuparia 53% do agrário adamantinense, e a agricultura 42% (IBGE, 1984), situação inversa à observada em 1960, quando 43% desse agrário seria ocupado pela pecuária e 54% pela agricultura (IBGE, 1967). O número de trabalhadores rurais, nas propriedades adamantinenses, se reduziria em 42% (em 1960 seriam 7 889, se reduzindo para 4 575, em 1980) (IBGE, 1967 e 1984), o que contribuiria para que a população do município se tornasse, predominantemente, urbana³⁶⁵. A agropecuária se tornaria, em 1980, o setor econômico menos significativo na composição do PIB municipal, respondendo por 18% do mesmo (IPEADATA, 2013)³⁶⁶, enquanto a indústria responderia por 30% do produto interno bruto do município (Idem, 2013). O principal setor econômico municipal seria o de comércio e serviços, respondendo, em 1980, por 52% PIB (IPEADATA, idem), o que evidenciaria a maior importância das atividades econômicas improdutivas sobre as produtivas. Por outro lado, alguns dados sobre o agrário adamantinense revelariam que o crédito rural, promovido pelo Estado (Sistema Nacional de Crédito Rural), e que estaria a beneficiar parte dos agricultores, permitiria, apenas, a reprodução dos produtores sob os ditames da produtividade dos capitais industriais, mas não estaria a trazer modificações quanto a espoliação sofrida pelo mesmos (pelos agricultores). No ano de 1980, dentre os 1242 estabelecimentos agropecuários existentes em Adamantina, 652 estabelecimentos declarariam ter recebido alguma forma de financiamento (IBGE, 1984), enquanto em 1960 apenas 49 estabelecimentos teriam obtido esse aporte de recursos (IBGE, 1967). No entanto, dentre os estabelecimentos beneficiados pelo crédito, em 1980, 572 declarariam (declaração do responsável pelo estabelecimento) que a finalidade do financiamento seria

³⁶⁴ Os dados expressos em porcentagens, referentes à confrontação entre os Censos Agropecuários de 1960 e 1980 (IBGE, 1967 e 1984), foram por nós confeccionados a partir das fontes citadas.

³⁶⁵ Segundo dados do IPEADATA, em 1980 Adamantina possuiria 32 049 habitantes, sendo 24 277 residentes urbanos (75%) e 7 772 residentes rurais (IPEADATA: Temas Regionais – População Residente, atualizado em 2013).

³⁶⁶ Percentuais calculados a partir dos dados disponibilizados pelo IPEADATA – Temas Regionais: Contas Regionais – PIB Municipal, atualizado em 2013. Os valores foram convertidos, pelo IPEADATA, em Reais tomando-se como base, preços do ano 2000.

o simples custeio da produção, enquanto 38 declarariam como finalidade a realização de investimentos, e 4 a comercialização da produção (IBGE, 1984). Se observaria, portanto, que os financiamentos visariam aproximar a produtividade do agrário ao tempo social médio³⁶⁷, porém, não se poderia afirmar que tal aporte de crédito estaria revertendo a acumulação para o campo, pois o seu uso (do crédito) teria como objetivo a manutenção da produção sob os mesmos padrões produtivos, e não a elevação dos níveis de intensificação produtiva (investimentos na ampliação do uso de forças produtivas). Vale ressaltar que, dos Cr\$ 343 827 000,00 invertidos na produção agropecuária adamantinense, no ano de 1980, Cr\$ 215 073 000,00 seriam destinados à aquisição de animais de reprodução e gado leiteiro, ou seja, grande parte dos investimentos visariam atividades econômicas que permitissem a eliminação do trabalho (IBGE, 1984), mas não, necessariamente, a intensificação da produção. Mas para que não restrinjamos nossas observações aos estreitos limites do município de Adamantina, estendamos nossa análise aos municípios tributários de sua centralidade. Vejamos, por meio da tabela 16 e gráfico 9, em que medida o avanço das pastagens atingira, não somente Adamantina, mas também o conjunto de municípios que viriam a constituir sua microrregião³⁶⁸.

³⁶⁷Em 1980, 84% dos estabelecimentos agropecuários de Adamantina fariam uso de fertilizantes (83% utilizariam fertilizantes químicos) (IBGE, 1984), enquanto, em 1960, apenas 36% desses estabelecimentos fariam uso de fertilizantes (apenas 7% utilizariam fertilizantes químicos) (IBGE, 1967)*.

*Os dados apresentados em porcentagens foram por nós calculados a partir das fontes citadas.

³⁶⁸A Microrregião de Adamantina seria criada, pelo IBGE, apenas em 1990, por meio da “Divisão do Brasil em Macrorregiões e Microrregiões Geográficas” (1990), tendo por objetivo, fins estatísticos. No entanto, adotaremos esse conjunto de municípios, para analisar dados colhidos anteriormente à criação da citada microrregião, devido a essa (a Microrregião de Adamantina) expressar o reconhecimento, por parte de um órgão oficial, da centralidade regional de Adamantina. A Microrregião de Adamantina seria composta pelos municípios de Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Parapuã, Rinópolis, Sagres e Salmourão (IBGE, 1990). Não utilizamos alguns desses municípios, em momentos anteriores, devido a inexistência de vários deles nos períodos analisados. No que diz respeito ao Município de Junqueirópolis, cujos dados foram utilizados anteriormente, esse passaria a integrar, segundo o IBGE (1990), a Microrregião de Dracena, por isso deixaremos de utiliza-lo e nos ateremos aos municípios delimitados pela Microrregião de Adamantina.

**Tabela 16 - Utilização de terras nos municípios da Microrregião de Adamantina.
(1960-1980)**

	Pastagens		Agricultura	
Municípios	(Em hectares)		(Em hectares)	
	1960	1980	1960	1980
Adamantina	22 385	24 286	15 504	13 428
Flora Rica	12 987	17 996	8 310	4 421
Florida Paulista	18 903	32 389	19 918	16 151
Inúbia Paulista	2 122	5 070	4 874	4 313
Irapuru	4 641	7 988	11 530	8 355
Lucélia	24 234	20 661	14 155	11 270
Oswaldo Cruz	5 722	9 009	12 309	10 927
Mariápolis	5 641	10 490	11 373	6 749
Pacaembu	7 617	20 242	9 982	11 950
Parapuã	19 033	15 223	8 462	11 572
Rinópolis	13 005	15 780	24 983	13 253
Sagres	3 661	8 426	9 209	4 328
Salmourão	8 948	12 230	5 163	4 451

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960 (1967) e 1980 (1984), organizado por Silvio M. de Lima

Gráfico 9 – Utilização de terras na Microrregião de Adamantina (1960-1980)

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960 (1967) e 1980 (1984), organizado por Silvio M. de Lima.

Como se pode observar na tabela acima, dentre os 13 municípios pesquisados, 11 apresentariam aumento nas áreas cobertas por pastagens, e 11 apresentariam redução nas áreas ocupadas pela agricultura. A eliminação da agricultura e o avanço das pastagens apontariam que o trabalho se tornara um impeditivo à reprodução dos agricultores paulistas, impondo sua eliminação sistemática. O tempo social médio, estabelecido pela automação da produção nos países centrais, exigiria um aumento geral da produtividade dos capitais. As trocas entre o agrário e a indústria não se efetivariam sem que um aumento de capacidade produtiva fosse conferido ao campo. Sendo assim, como fora apontado anteriormente, se fariam necessários investimentos de capitais que, por outro lado, muitos agricultores não estariam capacitados a realizar. Nesse sentido, a pecuária se ofereceria como alternativa aos proprietários incapazes de realizar investimentos que lhes permitissem alcançar maior produtividade na agricultura. Portanto, ainda que o agrário paulista tenha sofrido um aporte de forças produtivas, essa não fora a causa única da desmobilização da força de trabalho no campo. O avanço das pastagens, contrariamente, estaria a demonstrar que o trabalho no campo fora eliminado, em grande medida, pela incapacidade, por parte dos agricultores, em realizar investimentos no aumento da produtividade. A eliminação do trabalho seria, assim, promovida pela crise de acumulação, o que reforçaria o caráter negativo do capital em nossa realidade.

Assim como Adamantina, a totalidade dos municípios de sua microrregião seriam atingidos pelo processo de eliminação do trabalho no campo (gráfico 10), o que, inevitavelmente, traria consequências para o urbano de cada um deles. Diante dos impactos causados pela retração da agricultura, os esforços realizados, por parte das autoridades adamantinenses, com o intuito de garantir uma relativa centralidade ao município, não estariam produzindo resultados suficientes no sentido de minorar os efeitos da crise que remontaria, do agrário, sobre o urbano. A crise, ao atingir a totalidade dos municípios tributários da centralidade de Adamantina, minaria as vantagens advindas do caráter nodal do urbano adamantinense. O problema fora agravado em 1960, quando a ferrovia “Alta Paulista” fora estendida até o município de Panorama, às margens do Rio Paraná (GRANDI, 2013, p. 171), o que retiraria de Adamantina as vantagens que a condição de “ponta de trilho” lhe conferira durante uma década.

Gráfico 10 - Número de trabalhadores rurais nos municípios da Microrregião de Adamantina (1960-1980)

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960 (1967) **, 1980 (1984) e 1995 (1997), organizado por Silvio M. de Lima.

*O Censo de 1960 apontaria os parceiros separadamente dos trabalhadores em geral. Os números apresentados resultam da soma do número de parceiros com o quantitativo dos demais trabalhadores.

**Ano da publicação

A simultaneidade entre o processo de modernização nacional e a crise geral da reprodução do valor estariam produzindo o esvaziamento do campo e, consequentemente, afetando a economia do oeste paulista, como um todo. O requerimento encaminhado a autoridades federais e estaduais, pelo vereador de Adamantina, Otávio Manara (Requerimento nº 126 de 1967), daria conta da situação em que se encontraria, não apenas o município em questão, mas toda a região da “Nova Alta Paulista”:

“(...) Considerando a situação calamitosa por que passa a região da “Nova Alta Paulista”, em virtude do desemprego existente em massa, e do desânimo que dia a dia vence os homens da produção agrícola.

Considerado a crescente evasão do homem do campo para os grandes centros industriais e conseqüente declínio da produção agrícola.

Considerando que esta região de terras férteis e promissoras, caminha a passos largos para, em futuro próximo,

transformar-se em pastagens imensas, e, em latifúndios, milhares de pequenas propriedades.

Considerando que vários setores da vida, tais como o comércio, o imobiliário e outros, já ressentidos com a falta de poder aquisitivo do povo, serão duramente atingidos ao verem seu campo de ação diminuído pelo despovoamento (...) solicito as autoridades federais e estaduais que estudem a possibilidade de fazer algo para minorar a situação explanada”.³⁶⁹

Os jornais locais registrariam os efeitos que a crise do agrário estaria a gerar, causando o surgimento de grupos de indigentes que perambulariam pelos municípios do interior, em busca de trabalho. “O Adamantinense” registraria em sua edição de 15 de janeiro de 1967 que:

“...o que acontece com elevado número de trabalhadores rurais, principalmente em São Paulo e Paraná, é algo doloroso e que clama por melhor atenção governamental (...). Trazem as mãos calejadas e não procuram caridade, querem serviço e não há. Dormem ao relento pelas cidades em que circulam a procura do pão de cada dia. Soubemos mesmo que há alguns dias houve o caso de num pequeno casebre, ali pelos lados da antiga Brasex³⁷⁰, de pequenas dimensões, com proteção mínima contra as intempéries, onde dormiam 27 seres humanos, num verdadeiro amontoado. Pela manhã os adultos saíam a procura de serviço em troca de boia³⁷¹, enquanto os menores procuravam milho verde para comer, porque não havia lá um grão de arroz” (“O ADAMANTINENSE”, edição de 15 de janeiro de 1967).

O desemprego que afetaria, principalmente, o campo, resultaria em migrações e, conseqüentemente, na redução populacional de inúmeros municípios. A Microrregião de

³⁶⁹Requerimento publicado, na íntegra, pelo jornal “O Adamantinense”, em sua edição de 22 de outubro de 1967. As edições do extinto jornal “O Adamantinense”, fazem parte dos arquivos particulares da empresa “Diário do Oeste”, localizada no município de Adamantina.

³⁷⁰ A Brasex fora uma das inúmeras empresas que atuaram em Adamantina, no negócio de compra, processamento e exportação de produtos agrícolas.

³⁷¹ Em troca de alimentação.

Adamantina nos ofereceria um exemplo desse processo. No conjunto, os municípios de Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Parapuã, Rinópolis, Sagres e Salmourão, possuiriam, em 1960, 203 718 habitantes (IPEADATA, 2014)³⁷². Em 1980 seria registrado a redução de 43% na população conjunta desses municípios, que passaria a ser de 117 585 habitantes (Idem, 2014). Alguns municípios, como Flora Rica, Mariápolis e Sagres teriam seus contingentes populacionais reduzidos em mais de 50%³⁷³. Por outro lado, com o abandono das atividades no campo, os municípios passariam a abrigar populações, predominantemente, urbanas, problema que exigiria a intervenção do Estado como financiador de novas habitações. Adamantina possuiria, até 1995, 535 unidades (casas e apartamentos) produzidas e financiadas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU, 2016). Dentre os municípios da Microrregião de Adamantina, apenas Salmourão não possuiria, até 1995, unidades da CDHU, enquanto Osvaldo Cruz abrigaria o maior número: 980 unidades (Idem, 2016).

³⁷²IPEADATA- Temas Regionais: População – População residente total (por município), atualizado em 2014.

³⁷³ Flora Rica, Mariápolis e Sagres possuiriam em 1960, respectivamente, 7007, 11350 e 8256 habitantes (IPEADATA, 2014). Em 1980 Flora Rica possuiria 2740 habitantes, Mariápolis 5326, e Sagres 3016 habitantes (Idem, 2014).

Imagem 8 - Município de Adamantina (década de 1960): vista do aeroporto municipal cercado por pés de café.

Fonte: Arquivos do Município de Adamantina, disponível na Biblioteca de Adamantina

Imagem 8 - Município de Adamantina: a lavoura, presente na imagem acima, seria substituída por pastagens, à medida que o trabalho no campo se tornasse um empecilho à remuneração dos capitais industriais.

Imagem 9 - Município de Adamantina (2016): vista da zona rural adamantinense a partir da Rodovia Vicinal José Bocardi (sentido Mariópolis).

Fonte: Silvio M. de Lima, arquivo pessoal.

Imagem 9 - Vista da zona rural adamantinense onde, atualmente, predominam pastagens em áreas, anteriormente, ocupadas por lavouras. A pecuária se colocaria como substitutivo às atividades produtivas rurais, dependentes da utilização extensiva do trabalho.

Imagem 10 – Adamantina (2016): conjunto habitacional construído pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

Fonte: Silvio M. de Lima, arquivo pessoal.

Imagem 10 – Adamantina: conjunto habitacional localizado nas proximidades da Avenida Marechal Castelo Branco. A crise do agrário impulsionaria a migração para a porção urbana do município, pondo a necessidade de intervenção estatal no financiamento de novas habitações. Até o ano de 1995 teriam sido construídas, no município de Adamantina, 535 unidades residenciais (casas e apartamentos) por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU, 2016). Atualmente, o município possuiria, segundo a CDHU (2016), 1351 unidades residenciais construídas através da intermediação da referida companhia.

Nesse sentido, a concentração da força de trabalho no urbano paulista, intensificada após os anos sessenta do século XX, se faria, não pelo desenvolvimento gradativo de forças produtivas no campo, mas sim, pelo colapso do trabalho, negativamente posto, no agrário. MARX (1988), ao analisar o desenvolvimento do capital no continente europeu, apontaria que durante o processo denominado “acumulação primitiva” (1988, L.I, v. II, p. 251-284), pelo qual se daria a formação das relações sociais mediadas pela mercadoria, grande número de indivíduos seria expulso das terras, onde produziriam seu sustento, para que essas fossem cobertas por pastagens e destinadas a reprodução de rebanhos que forneceria lã para uma incipiente manufatura (Idem, ibidem, p. 253-265). O processo de “cercamento” (enclosures) (Idem, p. 260), lançaria os indivíduos, expropriados de suas terras, na sociabilidade pela mercadoria, permitindo sua exploração e a acumulação necessária ao desenvolvimento do capital. O processo descrito por Marx, geraria a complexificação das relações sociais que se constituiria na

divisão social do trabalho, resultando em aumento generalizado da capacidade produtiva social e na mobilização de grandes contingentes de trabalhadores em torno de atividades urbano-industriais. Contraditoriamente, em nossa realidade, gestada para que a acumulação se desenvolvesse nas realidades centrais do capital, o avanço das pastagens e a saída dos trabalhadores do campo, se dariam a reboque da capacidade produtiva do capital industrial central, e não como resultado da acumulação interna. Seria, portanto, resultante da expropriação, operada pelas economias centrais, sobre as economias periféricas, gerando assim (como resultado dessa expropriação), a incapacidade do trabalho em pôr, positivamente, a propriedade privada da terra como relação social que permitiria, ao proprietário fundiário, apropriar-se de todo o mais-trabalho gerado nas atividades produtivas desenvolvidas em sua propriedade. Nesse sentido, a passagem às atividades urbanas, como forma predominante dos indivíduos se inserirem nas trocas, se daria no momento em que o trabalho se encontraria em crise na totalidade do capital. A própria industrialização periférica resultaria dessa crise e, como extensão da capacidade produtiva do centro, não daria conta de mobilizar o enorme contingente de trabalhadores saídos do campo. Não por acaso, na realidade brasileira, se passaria diretamente à concentração de trabalhadores no setor de serviços, característica que, nas economias industriais, estaria relacionada a superprodutividade do capital, gerada pelo processo de desenvolvimento, constante, de forças produtivas. Se o desenvolvimento de forças produtivas fora negado à periferia, a abruta transferência dessa capacidade produtiva para países periféricos, resultaria na desmobilização do trabalho no campo e, simultaneamente, na criação de um setor produtivo urbano-industrial incapaz de absorver a força de trabalho concentrada nas cidades. A racionalidade-irracional da modernização não poderia ser mais evidente.

Sendo assim, a forma contraditória pela qual se efetivaria a divisão campo-cidade no oeste paulista, revelaria o caráter negativo do capital em nossa realidade. Espoliado, até mesmo, do tempo de formação de suas categorias (ALFREDO, 2013), o capital periférico somente estabeleceria sua trindade, capital-terra-trabalho, negativamente, haja visto que a categoria fundamental, sobre a qual se armaria essa tríade, ou seja, o trabalho, se caracterizaria pela incapacidade de reproduzir, simultaneamente, o capital e o trabalhador. Os níveis de espoliação, ascendentes, impostos ao agrário, como condição para a remuneração dos capitais industriais, bloqueariam o desenvolvimento de forças produtivas no campo, impondo o não assalariamento como forma crítica de reprodução

dos agricultores. Parte do produto social ficaria preso à terra, como valor latente, pois o trabalhador não poderia ser separado dela (da terra), haja visto que, somente assim, reproduziria o capital (produzindo seu sustento nessa mesma terra).

Por consequência, não se passaria à produção industrial, como resultado da acumulação, pois essa somente poderia ser levada a cabo se o trabalho fosse capaz de produzir excedentes que pudessem ser revertidos para outros ramos produtivos. Se uma incipiente indústria surgiria em municípios como Adamantina, cuja posição privilegiada em relação a ferrovia conferiria menores custos de produção, isso se deveria a incapacidade do agrário em pagar a produtividade dos capitais industriais centrais, restringindo a capacidade nacional de importar. A indústria, ainda que restrita, surgiria não da acumulação, mas sim da premência de se reproduzir, ainda que criticamente, um agrário que se constituiria no único meio pelo qual no inseriríamos nas trocas mundiais. Terra e capital seriam, portanto, categorias negativas, pois estariam em uma relação para com um trabalho que seria, em última instância, um “não trabalho” (ALFREDO, 2013). Se no oeste paulista, o urbano se antecipara a acumulação que deveria lhe dar origem, (em contradição com as economias centrais), tentar compreender tal processo, por meio de interpretações desdobradas a partir de realidades onde o desenvolvimento do capital se fizera pela acumulação, apenas redobraría o fetichismo que poria esse urbano como a racionalidade que o campo deveria atingir, sem, no entanto, se levar em conta que o não acumular seria a forma de ser do capital periférico. Sendo assim, se o urbano se recobre de fetichismos nas economias ditas desenvolvidas, pois também nelas não realiza a racionalidade que lhe é pressuposta, sob condições periféricas a irracionalidade do capital somente pode ser eludida por meio de uma sobrefetichização que põe a acumulação como o racional e que, simultaneamente, escamoteia a não acumulação como forma de realização de nossa sociabilidade. Se faria necessário reconhecer que a antecipação do urbano, em relação ao agrário, no oeste paulista, apontaria no sentido de que tais núcleos urbanos (ou patrimônios), se inseririam no processo de transferência de valor das economias periféricas para as economias industriais do centro do capital. Se ao iniciar-se a produção de valor no agrário, o urbano já se encontraria presente, se antecipando a essa produção, significaria que haveria uma premência de se espoliar esse agrário, ou seja, o sentido dessa divisão campo-cidade não se encontraria no âmbito interno de nossa economia, mas sim na acumulação operada nas economias industriais centrais. Não se trataria de algo novo, mas sim intemporal em nossa formação social, o que conferiria às

realidades periféricas, como a brasileira, um sentido na, e para, a espoliação. Qual seria o sentido das chamadas Capitanias Hereditárias, e seus incipientes núcleos urbanos, se não levar a termo a espoliação da colônia, tão logo ela pudesse oferecer algo comercializável à metrópole? Se em momentos em que o capital inglês determinara as trocas no âmbito mundial, essa função fora realizada por poucos núcleos urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Santos, com a ascensão do capital norte-americano, e sua produtividade gigantesca, a “sementeira de cidades” (MONBEIG, 1984) se tornaria o meio de fazer circular a enorme massa de valor produzida pela indústria dos Estados Unidos. Tamanha produtividade enredaria a totalidade da sociedade, pondo novas necessidades, como meios de transporte, combustíveis, fertilizantes, etc., mercadorias cujo consumo seria incontornável, pois aproximariam a produção nacional do tempo social médio, determinado pelo capital norte-americano. Se tomarmos como exemplo as companhias ferroviárias paulistas, em seu avanço pelo interior de São Paulo, se verificaria que, em cada novo patrimônio, inaugurado sob a promessa da chegada dos trilhos, surgiriam serviços de transportes, por meio de caminhões e ônibus, que substituiriam a ausência temporária dos trens, fazendo a ligação entre as novas áreas abertas à agricultura e o terminal ferroviário de embarque. Tal serviço demandaria caminhões, combustíveis, peças de reposição, oficinas, etc., mercadorias cuja aquisição se faria junto às indústrias dos países centrais, especialmente, a norte-americana. Por outro lado, as “máquinas” de beneficiamento de grãos e fibras logo se fariam presentes nos novos núcleos urbanos³⁷⁴. Seriam estas indispensáveis à realização das mercadorias produzidas pelo setor agroexportador, oferecendo ao mercado externo produtos como o café e o algodão, devidamente processados e prontos para a industrialização, reduzindo, assim, os custos do capital industrial e, simultaneamente, lhes transferindo a renda da terra. Em suma,

³⁷⁴ Em entrevista realizada com um dos primeiros colonizadores de Adamantina, Vitório Romanini, o professor Amaral LAPA (1969), lhe questionaria a respeito dos motivos que o levaram a se fixar no município: Pergunta – ***“Motivo pelos quais veio para essa região? Por que se radicou nessa cidade?”*** Resposta – ***“Seria construir uma máquina de arroz. Razão: terra nova de cultivo”*** (LAPA, 1969, Arquivo 1, pasta 2). Vitório Romanini, durante a citada entrevista concedida ao professor Amaral Lapa, declararia que se instalara em Adamantina em 1942, em meio à comercialização dos primeiros lotes realizada pela Companhia de Imigração, Colonização Mineração e Agricultura (CICMA) (Idem, ibidem). Teria sido comerciante em Itápolis e se instalara no local como proprietário de uma “máquina” de beneficiamento de grãos que receberia a produção local, em desenvolvimento (Idem). Assim como ocorrera, no então Patrimônio de Adamantina, a instalação de máquinas de beneficiamento de grãos se daria “pari passu” com o desenvolvimento da produção nas novas áreas abertas à colonização, ou seja, tão logo as terras estivessem a produzir, estas seriam inseridas nas trocas com os capitais industriais centrais (por meio da atividade dos chamados “maquinistas”), como também no processo de transferência de valor para os mesmos.

sendo o capital a simultaneidade de todos os momentos da reprodução social, cada novo núcleo urbano, criado no oeste paulista, se constituiria em uma ampliação da sociabilidade pela mercadoria e na reprodução de suas contradições pois, à medida que reporia a espoliação e a consequente incapacidade de acumulação periférica, permitiria que o capital continuasse a acumular no seu centro e a reafirmar sua totalidade crítica. Vislumbrar nesse urbano a racionalidade que o agrário estaria a negar, se constituiria na forma pela qual os indivíduos fetichizariam o sentido do processo de valorização, tomando-o como se fundado fosse em seus carecimentos, e não como um “fim em si mesmo”. Sendo assim, o fetichismo se reafirmaria como um momento necessário à efetivação de nossa sociabilidade.

Um salto temporal, para o início do Século XXI, ajudará a evidenciar o caráter contraditório do processo de divisão campo-cidade que se efetivara no oeste paulista, onde a passagem as atividades econômicas, predominante, urbanas ocorrera por meio do surgimento de setores econômicos improdutivos (comércio e serviços), não precedidos de um amplo processo de acumulação e industrialização. No ano 2000, com 90% de sua população instalada no urbano (IBGE, 2002)³⁷⁵, o PIB do município de Adamantina teria a seguinte composição: 73% adviriam do setor de comércio e serviços, 16 % da indústria, 7% de impostos recolhidos no município, e 4% resultariam da produção agropecuária (IPEADATA, 2013)³⁷⁶. O predomínio do setor de comércio e serviços, na composição do PIB, estaria espalhado para o conjunto dos municípios da Microrregião de Adamantina³⁷⁷ que apresentaria o seguinte quadro: 67% do PIB microrregional resultaria de atividades de comércio e serviços, 20% de atividades industriais, 7% de impostos recolhidos nos municípios, e 6% da agricultura (Idem, 2013). Sendo assim, se evidenciaria que a exploração produtiva do trabalho se tornara residual na realidade em questão, sem que, para isso, tenha ocorrido um processo de acumulação que correspondesse ao aumento de forças produtivas e a eliminação do trabalho vivo pelo trabalho morto. O trabalho, no agrário paulista, atingira o colapso de sua reprodução.

Há que se considerar que, diante do remontar da crise sobre o agrário paulista, as lideranças de Adamantina conseguiram, em certa medida, garantir ao seu município uma

³⁷⁵ IBGE, Censo Demográfico de 2000 (2002).

³⁷⁶ IPEADATA – Temas Regionais: Contas Regionais – PIB municipal, atualizado em 2013*.

*Os dados apresentados como porcentagens foram por nós confeccionados a partir dos dados obtidos junto a fonte citada.

³⁷⁷ Os municípios que compõem a Microrregião de Adamantina, foram anteriormente citados.

condição econômica avantajada em relação aos municípios vizinhos (verificar tabela 17). No entanto, a condição econômica do conjunto de municípios da Microrregião de Adamantina, demonstraria que o surgimento e desenvolvimento dos mesmos, em meio ao processo de modernização brasileiro, imputaria dificuldades permanentes a todos eles.

Tabela 17 – Produto Interno Bruto dos municípios da Microrregião de Adamantina (em Reais)

Municípios/ano	2000	2005	2010
Adamantina	180.693.000,00	349.500. 000,00	558.318.000,00
Flora Rica	9.452.000,00	20.015.000,00	32.936.000,00
Florida Paulista	45.307.000,00	91.254.000,00	151.583.000,00
Inúbia Paulista	18.981.000,00	35.652.000,00	63.082.000,00
Irapuru	23.631.000,00	35.990.000,00	70.936.000,00
Lucélia	95.957.000,00	139.343.000,00	241.999.000,00
Mariápolis	13.316.000,00	20.208.000,00	36.440.000,00
Osvaldo Cruz	192.826.000,00	271.024.000,00	433.077.000,00
Pacaembu	43.945.000,00	72.374.000,00	125.661.000,00
Parapuã	56.505.000,00	101.072.000,00	169.038.000,00
Rinópolis	35.738.000,00	65.835.000,00	101.020.000,00
Sagres	10.872.000,00	16.285.000,00	30.473.000,00
Salmourão	15.804.000,00	34.793.000,00	67.181.000,00

Fonte: IBGE, Sistema de Recuperação Automática de Dados– SIDRA: Produto Interno Bruto dos Municípios (Série Histórica), organizado por Sílvia M. de Lima.

Ao nos debruçarmos sobre municípios que não gozariam das mesmas vantagens que beneficiariam Adamantina, como Flora Rica, Mariápolis, Sagres e Salmourão, se verificaria que os mesmos adentrariam o século XXI com mais de 40% de suas respectivas populações vivendo em situação de pobreza (a média do Estado de São Paulo, seria de 26% da população vivendo em situação de pobreza) (IBGE, 2003)³⁷⁸. Em 2010 a Região de Governo de Adamantina³⁷⁹, que abrangeria os mesmos municípios da

³⁷⁸ IBGE: CIDADES@ e ESTADOS@ - Mapa da Pobreza e Desigualdade, 2003.

³⁷⁹ A Região de Governo de Adamantina fora criada e integrada à Região Administrativa de Presidente Prudente (composta pelas Regiões de Governo de Adamantina, Dracena e Presidente Prudente), pelo Decreto nº 26.581, de 5 de janeiro de 1987 (ALESP, 2016) *. Segundo o mesmo decreto a criação das Regiões Administrativas e de Governo serviria *“para fins de planejamento, favorecendo, assim, um tratamento mais coerente do conjunto dos problemas socioeconômicos de cada comunidade”* (Idem, 2016)

Microrregião de Adamantina, mais o Município de Pracinha³⁸⁰, possuiria, segundo dados da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), renda per-capita de R\$ 601, 40, valor inferior à média estadual de R\$ 853,75, como também à média da Região Administrativa de Presidente Prudente, onde se inseriria a citada região de governo, sendo essa de R\$ 659, 20³⁸¹. Nesse mesmo ano seria apontado, pela Fundação SEADE, que 18% dos domicílios particulares da Região de Governo de Adamantina teriam renda de até ½ salário mínimo (SEADE, 2010). Em 2013 o PIB per-capita da citada região de governo seria equivalente a 43% da média estadual (R\$ 18 765, 98 no âmbito da Região de Governo de Adamantina e R\$ 40 379,00 no âmbito estadual) (SEADE, 2013)³⁸².

Se por um lado, as estratégias das lideranças locais de Adamantina conferiram certas vantagens ao município, o processo que garantiria a centralidade dessa localidade revelaria uma realidade crítica onde se desencadearia uma luta de “todos contra todos”, sendo melhores sucedidos aqueles que puderam transferir, para os seus congêneres (os municípios vizinhos), a parcela que lhes caberia na crise. Ao garantirem a condição de “ponta de trilho” ao município de Adamantina, as lideranças políticas dessa localidade atrairiam, para a mesma, uma série de negócios que, ao se instalarem junto ao terminal ferroviário, teriam seus custos reduzidos, por conta da proximidade com o principal modal de transporte disponível. Por outro lado, as demais localidades, não beneficiadas pela mesma condição, se tornariam tributárias do núcleo urbano de Adamantina, contribuindo para o maior desenvolvimento de atividades econômicas no município. No entanto, por se tratarem de atividades cujo sentido seria a transferência de valor para as economias centrais, essas não seriam capazes de gerar um processo de acumulação que impulsionasse a economia de toda a região. Com a perda da importância da produção no agrário, restaria a Adamantina apenas uma centralidade administrativa que, ainda que de modo restrito, lhe garantiria a presença de atividades de comércio e serviços que continuariam a promover o adensamento das trocas no município. Em suma, a centralidade de Adamantina, resultaria, contraditoriamente, da crise do agrário paulista (que não deixaria de ser um momento da crise geral do valor). Sendo assim, o urbano de Adamantina “apareceria” como a racionalidade realizada do capital, condição que

³⁸⁰Os municípios da Região de Governo de Adamantina, seriam, segundo a Fundação SEADE: Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Parapuã, Pracinha, Rinópolis, Sagres e Salmourão (SEADE, 2016)

³⁸¹ “Informações dos Municípios Paulistas”, 2010, disponível em: www.imp.seade.gov.br.

³⁸² “Informações dos Municípios Paulistas”, 2013, disponível em: www.imp.seade.gov.br.

revelaria seu caráter contraditório ao ser tencionada com a simultânea irracionalidade que se evidenciaria na mobilização de enormes contingentes de indivíduos, postos a expandir um agrário onde, em poucas décadas, não mais encontrariam condições para se reproduzirem, o que lhes obrigaria a migrarem para áreas metropolitanas³⁸³, em busca de empregos e moradia que, não incomumente, seriam obtidos de forma precária.

³⁸³ Segundo o IPEADATA entre 1960 e 1980, a Região Metropolitana de São Paulo sofrera um aumento populacional de 9 209 409 habitantes (de 2 974 306 habitantes, em 1960, para 12.183.715 de habitantes, em 1980) (IPEADATA, 2013) *

*IPEADATA: Temas Regionais – População: Regiões Metropolitanas, atualizado em 2013.

Considerações finais

A potência crítica da teoria marxiana do valor, residiria, justamente, no seu fundamento social radical que contemplaria a análise das relações sociais fundamentais sobre as quais se armaria a sociabilidade moderna, em especial, aquela que serviria de pivô a todas as demais, ou seja, o trabalho. Como fonte de todo o valor, o trabalho se tornaria um “conceito chave” para que se compreenda a enorme acumulação de riqueza social que se desenvolvera em realidades onde o capital industrial viria a se tornar o modo preponderante pelo qual a mercadoria seria produzida. No entanto, sendo relação social, o trabalho somente se efetivaria como produtor de valor, quando explorado sob condições que permitissem que o mesmo cumprisse sua função social, ou seja, reproduzir o trabalhador e produzir um excedente a ser apropriado pelo proprietário dos meios de produção. Se tais condições não estão postas em uma dada realidade que, no entanto, se constituía sob o pressuposto da mercadoria (que por sua vez pressupõe o trabalho), há que se analisar a forma particular pela qual o trabalho se efetivara na mesma. No nosso entender, a não observância das particularidades, concernentes à constituição do trabalho (e por consequência, do próprio capitalismo) na chamada periferia do capital, trouxera limitações as interpretações referentes à formação socioeconômica brasileira. Ainda que se reconhecesse a baixa produtividade do trabalho e suas consequências para o desenvolvimento econômico nacional, tal estado de coisas seria interpretado como algo contingente, passível de superação, e não como necessidade lógica da reprodução do capital. Pelo contrário, aquilo que buscamos demonstrar ao longo do presente trabalho, seria, justamente, que a persistente crise do agrário e o seu aparente arcaísmo produtivo, se constituiriam em momentos da reprodução do capital em sua totalidade, e não em algo exógeno a esse (ao capital), cuja superação se daria como momento necessário ao estabelecimento da racionalidade pressuposta no desenvolvimento pleno do capitalismo, na realidade brasileira. Nossa interpretação apontaria, portanto, no sentido de que o agrário brasileiro constituir-se-ia em forma particular de realização da universalidade da mercadoria, residindo sua particularidade na formação negativa do trabalho. Esse (o trabalho) se revelaria, sob a realidade agrária brasileira, incapaz de promover significativa acumulação de valor. No entanto, ao possibilitar a manutenção das trocas com as economias industriais, o trabalho, negativamente posto, demonstraria possuir um sentido para a acumulação que se processara nos países ditos “desenvolvidos”. Portanto, eleger o trabalho como categoria de análise central, nos permite situar a formação socioeconômica

brasileira no desenvolvimento do capital como um todo, reconstituindo os momentos da contradição que apareceriam apartados pelo fetichismo, ou seja, o agrário não seria o “erro”, ou o “atraso”, derivados dos interesses de uma oligarquia que se estabeleceu pela propriedade privada da terra, mas sim, um momento necessário à reprodução do capital em nível mundial. Se “as ideias” nos aparecem “fora do lugar” (SCHWARZ, 2012), devemos considerar o caráter fetichista de nossa forma de consciência que encontra na racionalidade, vislumbrada nas economias industriais, o contraponto àquilo que buscamos rejeitar, sem que, no entanto, se estabeleça a relação de necessidade entre a acumulação que se processava nos países centrais e a enorme espoliação imposta a periferia, situando-se, assim, tais processos como momentos da reprodução do capital como um todo (portanto, momentos necessários à reprodução da própria sociabilidade moderna).

Por outro lado, o surgimento do assalariamento, como relação de produção predominante em nossa realidade, processo resultante da modernização promovida pelas economias industriais, coincidiria com o ponto de inflexão a partir do qual o trabalho se tornaria incapaz de reproduzir o capital, sob quaisquer condições, à medida que a substituição do mesmo (do trabalho), pela máquina, avançaria “a passos largos” com a utilização da microeletrônica. Nesse sentido, há que se considerar que a crise geral do trabalho teria aplastado a relação centro-periferia, exigindo a reconsideração de sua validade para a compreensão da totalidade do capital em seu momento hodierno. Obviamente, a invalidação teórica da relação centro-periferia exigiria uma reflexão aprofundada a respeito do capital financeiro que, diante da incapacidade do capital de explorar o trabalho, passaria a determinar o processo de reprodução social. Tal reflexão extrapola os objetivos do presente trabalho e resta como desafio futuro.

No entanto, não nos parece um despropósito apontar que realidades, como a brasileira, gestadas a partir da crise, ofereceriam mais elementos interpretativos para a atual fase do capital, do que as realidades industriais centrais, forjadas pela acumulação. Resultante do trabalho negativamente posto, a periferia do capital se reproduziria pelo endividamento, condição expressa pela sua dependência em relação ao capital financeiro mundial. No entanto, chegando o momento que o trabalho se tornara residual na composição da mercadoria, o consumo do trabalho futuro se colocaria como condição para a reprodução do capital em sua totalidade, perpassando todos os momentos da reprodução social. A produção, o consumo, ou mesmo a manutenção do Estado, somente

se realizariam através do recurso ao crédito; seja qual for a realidade em questão; seja qual for o país observado. Assim como a reprodução extensiva do agrário paulista expressaria uma dívida para com a produtividade ascendente do capital, em nível mundial, a atual disseminação do crédito expressaria a dívida social geral que todos adquirimos, no momento em que o trabalho perdera sua capacidade de pagar os investimentos realizados na sua substituição pela máquina. Em suma, toda disputa travada em torno da apropriação do produto social, que resultaria em desfavor dos países periféricos; todos os reclamos por uma redistribuição igualitária desse produto; bem como os processos de modernização nos quais se vislumbraria a superação do atraso periférico; desaguariam na crise geral do trabalho que, por sua vez, obliteraria, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de acumulação do capital.

Mas há que se reconhecer a potência que possui o fetichismo, no sentido de repor a racionalidade do capital quando essa evanesce diante da crise. Assim como a colonização do oeste paulista se inserira no processo de modernização periférica, aparecendo, como solução fetichista para a crise de produção fordista, o avanço hodierno da fronteira agrícola se apresenta como solução, não menos fetichista, para a incapacidade de produzir valor que a Terceira Revolução Industrial conferira ao capital. Chegado o momento em que o trabalho não mais remuneraria os investimentos realizados na sua exploração, a expansão do agrário se inseriria na reprodução do capital fictício, à medida que os empreendimentos agropecuários se colocariam como oportunidades para a alocação de grandes quantias de dinheiro que, disponibilizados na forma de crédito, entrariam na circulação e mobilizariam setores produtivos, escamoteando a crise por meio da ampliação do consumo. A crise, portanto, se revela intemporal, mas o seu permanecer aparece truncado pelo fetichismo, que lhe confere um caráter temporal, sendo essa (a crise) alternada por momentos de aparente prosperidade e acumulação. Não por acaso, o capital se coloca, para nossa forma de consciência, como uma sociabilidade “in terminis”, capaz de se reafirmar infinitamente, superando os entraves a sua manutenção. Sob o fetichismo se arma a ilusão do sujeito que recobre o indivíduo de aparente capacidade de pensar o seu vir-a-ser e de se assenhorar do seu destino. Tal ilusão se mostra necessária para a efetivação de nossa sociabilidade, pois, somente assim, nossas relações sociais aparecem não coincidindo com os momentos lógicos da reprodução do valor que, ao se encadearem automaticamente (negando, assim o suposto sujeito), mobilizam a sociedade em torno da manutenção do capital, independentemente da volição dos indivíduos. Sendo

assim, o pensar sob o moderno (ou racionalmente), se constitui, em última instância, em não pensar, pois essa é a condição para que a reprodução social siga seu curso. Cabe, portanto, à racionalidade suprir a falta de sentido que perpassa o processo de reprodução social que, ao ser determinado pelo capital, contraditoriamente se desenvolve à revelia da própria sociedade mobilizada em torno de sua realização.

Fontes bibliográficas

AB'SABER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. Revista de Estudos Avançados - USP, vol. 8, nº 22, 1994.

ADORNO, Theodor W. Dialética Negativa. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2009.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. Textos Escolhidos. Editora Nova Cultural, 1989. Coleção “Os Pensadores”.

ALFREDO, Anselmo. Modernização e Fronteira na Cisão Campo e Cidade do Oeste Paulista. A Particularidade da Divisão Social do trabalho numa Modernização Periférica. In: Geografia: Tradições e Perspectivas. Homenagem ao Centenário do Nascimento de Pierre Monbeig, 2008, São Paulo. Tradições e Perspectivas. Homenagem ao Centenário de Nascimento de Pierre Monbeig, 2008.

_____. Modernização, Contradições Espaciais e Relação Agrário Urbana no Brasil. Artigo publicado no XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008.

_____. Reprodução Crítica, Modernização Contraditória: O Tempo como Fetiche de Razão na Irracionalidade Espacial do Capital. Texto apresentado no 12º Encontro Geógrafos da América Latina, acessado no Site: <http://www.egal2009.com/>, em 07/06/2009

_____. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. Boletim Mineiro de Geografia. Ano 8, nº 13, p. 9-39. 2005.

_____. Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço: Annablume; FAPESP. São Paulo, 2013

_____. Crítica materialista e metafísica social sob as determinações do capital. Texto apresentado durante o seminário “Crise do Trabalho e Fetiche do Capital Determinações da Reprodução Contemporânea”, realizado no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, em 27 de agosto de 2015.

_____. Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica”, in, Terra Livre, Ano 26, nº 34, 2010.

_____. Crítica Materialista e Metafísica Social sob as Determinações do Capital. Texto apresentado durante o seminário “Crise do Trabalho e Fetiche do Capital. Determinações da Reprodução Contemporânea”, realizado no dia 27 de agosto de 2015, no Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

_____. “A metafísica social e as três naturezas da crítica à reificação: Uma abordagem sobre Georg Lukács”, 2014 (mimeo).

ALTHUSSER, Louis. A favor de Marx: Pour Marx. Zahar Editores, 1979.

AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Editora Paz e Terra, 1977.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Contraponto, 2013.

BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo. Editora Nobel, 1985.

BOECHAT, Cassio Arruda. “O colono que virou suco: Terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista”. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas – USP, em 2013.

_____. Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) no Oeste Paulista. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas – USP, em 2009.

BRUNHES, Jean. Geografia Humana. Fundo Universal de Cultura, 1962.

BUKHARIN, N.. O imperialismo e a economia mundial. Editora Melso, 1928.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria Duas Cidades, 1971.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Difel, 1977.

CARLOS, Ana Fani A. A cidade: O homem e a cidade; A cidade e o cidadão; De quem é o solo urbano? Editora Contexto, 1992.

CARNEIRO, Honório de Souza. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961). São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1985.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. Xamã Editora 1996.

CIPOLLARI, Pedro. O Problema Ferroviário no Brasil. Tese apresentada à Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, para concurso de Doutorado da Cadeira XIX – Economia I (Introdução à Economia; História do pensamento Econômico; Ciência Política), 1968.

CONTADOR, Claudio Roberto. FERREIRA, Léo da Rocha. Insumos Modernos na Agricultura Brasileira. IPEA, 1984, disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0065.pdf

CONTINI, Elisio, GASQUES, José Garcia; ALVES, Eliseu; BASTOS, Eliana Teles. Revista de Política Agrícola. Edição comemorativa de aniversário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 150 Anos, de julho de 2010

COSTA, Affonso. A Caixa de Conversão e a taxa cambial: Circulação monetária no Império; O funding-loan; A reforma de 1906; Efeitos negativos; Soluções lembradas; A Caixa Argentina. Imprensa Nacional, 1910.

COSTA, Wanderley Messias da. Ciência, tecnologia e a crise da geografia. Publicado na revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12, 2002

COSTA, Iraci Del Nero da; HERNANDES, Valério A.; LIMA, José de L. de. (Compiladores). Estatísticas básicas da agricultura paulista (1839-1988). FEA-USP, 1990, publicado pelo IPEA. Disponível em:

[http://www.ipeadata.gov.br/doc/Estat%C3%ADsticas%20b%C3%AAsicas%20da%20agricultura%20paulista%20\(1839-1988\).pdf](http://www.ipeadata.gov.br/doc/Estat%C3%ADsticas%20b%C3%AAsicas%20da%20agricultura%20paulista%20(1839-1988).pdf)

COSTA, Júlio Cesar Zorzenon. Política colonizadora, industrialização, desenvolvimento regional e o núcleo colonial Barão de Antonina (1930-1944). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas – USP, em 1999.

_____. Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas – USP, em 2007.

COOKE, L.Morrays. Relatório dirigido ao presidente dos Estados Unidos da América pela missão técnica americana enviada ao Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 1949.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi. SAES, Alexandre Macchione. Roberto Simonsen e Wladimir Woytinsky no período entreguerras: um ambiente de questionamento à ortodoxia. Anais do XL Encontro Nacional de Economia, 2012.

DAMIANI, Amelia Luisa. Espaço e Geografia: Observações de Método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia; - Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP, em 2008.

DEBES, Célio. A caminho do Oeste: subsídios para a história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das Ferrovias de São Paulo. São Paulo: Edição Comemorativa do Centenário da Fundação da Companhia Paulista, 1968.

DEAN, W. 1971. A industrialização de São Paulo. São Paulo, DIFEL/EDUSP.

DELLA VOLPE, Galvano. Coleção. A Lógica como Ciência Histórica. "O Saber da Filosofia". Edições 70, 1984.

D'INCÃO, Maria da Conceição. O boia fria: Acumulação e Miséria, Editora Vozes, 1979.

DIAS, Guilherme Leite da Silva; CASTRO, Manoel Cabral. A colonização oficial no Brasil: Erros e acertos na fronteira agrícola. Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1986

DOBB, Maurice H.. A Evolução do Capitalismo. Coleção "Os economistas". Abril Cultural, 1983.

EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital: Uma história do sistema monetário internacional. Editora 34, 2000.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. Edusp, 2006.

FAUSTO, Ruy. Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como Circulação Simples. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo I, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FEURBACH, Ludwig. Para a crítica da filosofia de Hegel. Editora LiberArs, 2012.

FISHLOW, Albert. "Origens e consequências da substituição de importações no Brasil". Revista Estudos Econômicos, vol. 2, nº 6, - Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1972.

FONSECA, Pedro C. D., MOLLO, Maria de Lourdes. Metalistas x Papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. Nova Economia, 2012.

FRANCESCONI, Léa. A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos e Jacareí: movimentos migratórios e movimentos pendulares, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo, 1978.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. Kairós Livraria e Editora, 1983.

FRANK, Andre Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. Pensamiento Crítico, Habana, agosto de 1967, número 7, páginas 159-173.

FURTADO, Celso. Formação Econômica Brasileira. Companhia Editora Nacional, 1976

_____. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Paz e Terra, 1974.

- GALBRAITH, John Kenneth. O Colapso da Bolsa, 1929: anatomia de uma crise. Editora Expressão Cultural, 1972.
- GUIRARDELLO, Nilson. A beira da Estrada: formações urbanas do noroeste paulista. Editora Unesp, 2002.
- GIANNOTTI, J. A. Certa herança marxista. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.
- _____. Exercícios de Filosofia, Editora Vozes, 1980.
- GIL, Izabel Castanha. Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. Tese de Doutorado apresentado à Universidade Estadual Paulista no ano de 2007.
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. Editora Ática, 1980.
- GRANDI, Guilherme. Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2013.
- GREMAUD, Amaury. Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica. Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930). Teses de Doutorado apresentado à FEA-USP, 1997.
- GRESPLAN, Jorge. A dialética do avesso, in Crítica Marxista nº 14. São Paulo: Boitempo,
- GUDIN, Eugênio. Inflação: importação e exportação; café – crédito; desenvolvimento-industrialização. Editora Agir, 1959.
- GUIMARÃES, Luís Sérgio Pires; INNOCÊNCIO, Ney Rodrigues; BRITO, Sebastiana Rodrigues de. O trabalhador volante na agricultura, in, Revista Brasileira de Geografia, ano 46, nº 1, janeiro a março de 1984.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. Paz e Terra, 1989.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola, 2005.
- _____. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. A Produção Capitalista do Espaço. Ed. Annablume, 2006.
- HARTSHORNE, Richard. Propósito e Natureza da Geografia. Editora Hucitec, 1978.
- HEGEL, G. W. F.. Enciclopédia das Ciências Filosóficas, Vol. I. Athena Editora. Rio de Janeiro, 1936.
- _____. Estética. In Os Pensadores. Nova Cultural, 1999.
- _____. Fenomenologia do Espírito. Editora Vozes, 2011.
- _____. Ciência da Lógica (Excertos). Barcarolla, 2011b.
- HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café. Paz e Terra, 1984.

INWOOD, Michael. Dicionário Hegel. Jorge Zahar Editor, 1997.

JUNIOR, Isidro dos S. de L. NOGUEIRA, R. F.. BERTONCELLO, T. F.. BARROS, R.. DEGRANDE, P.E.. Controle da lagarta curuquerê-do-algodoeiro (*alabama argillacea*) com inseticidas químicos. Artigo apresentado durante o “V Congresso Brasileiro de Algodão”, realizado em 2005. Acessado em: <http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/algodao/publicacoes>

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Coleção “Os Pensadores”. Nova Cultural, São Paulo, 1991.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da Economia mundial. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2ª edição, 1993

_____. Dominação Sem Sujeito: Sobre a Superação de uma Crítica Redutora Social. Publicado na revista eletrônica Exit em outubro de 2000, acessado em: obeco.planetaclix.pt/

_____. A Ascensão do Dinheiro aos Céus. Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global. Publicado na revista eletrônica Exit em maio de 2002, acessado em: obeco.planetaclix.pt/

_____. A Substância do Capital: O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Publicado na revista eletrônica Exit em agosto de 2005, acessado em: obeco.planetaclix.pt/

_____. Poder Mundial e Dinheiro Mundial: A função econômica da máquina militar dos Estados Unidos no capitalismo global e os motivos ocultos da nova crise financeira. Publicado na revista eletrônica Exit em 2007. Acessado em: obeco.planetaclix.pt/

_____. Dinheiro Sem Valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Editora Antígona, 2014.

LACOSTE, Yves. Os Países Subdesenvolvidos. Bertrand Brasil, 1990.

LA BLACHE, Paul Vidal de: Geografia Geral: Os Gêneros de Vida na Geografia Humana. Coleção “Nossos Clássicos”, publicado em GEOgrafia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, nº 13, ano 7, 2005.

LEFEBVRE, Henry. O Direito à cidade. Centauro Editora, 2006.

_____. A Revolução Urbana. Editora UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: Edusp. 2003

LENIN, V. Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. Ed. Global, 1979

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência, in: FERREIRA, Jorge.

- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo (volume 2). Civilização Brasileira, 2007.
- LIMA, Candido J. de. Jubileu de Ouro de Adamantina, 1999.
- LIMA, Marcos Costa. A assessoria econômica do segundo governo Vargas e construção do Estado Brasileiro. Centro Celso Furtado, 2013.
- LIMA, Rubens Rodrigues. A conquista da Amazônia: Reflexos na Segurança Nacional. Boletim nº 6 da Faculdade de Ciências Agrárias do Para, 1973.
- LIMA, Silvio Monteiro de. Oeste Paulista: um Ajuste Espacial. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no ano de 2011.
- LOPES, Marcio Augusto Falcão. O fracasso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e os rumos da política econômica no segundo governo Vargas (1951-54). Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, em 2009.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nos anos pós-depressão (1929-1950). Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2006.
- LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do capital. Ed. Nova Cultural, 1985.
- MACHADO, Luiz Toledo. Formação do Brasil e Unidade Nacional. Instituição Brasileira de Difusão Cultural (IBRASA), 1980.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. Coleção “Os Economistas”. Nova Cultural. 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Expressão Popular, 2005.
- MARTINELLI, Marcos. “A Celebração do Progresso: Adamantina – 1937/1964”. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica (São Paulo) no ano 1995.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. Editora Hucitec, 1997.
- _____. A imigração e a crise do agrário. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1973.
- _____. Henri Lefebvre e o retorno a dialética. Hucitec, 1997.
- _____. O Cativo da Terra. Hucitec, 2004.
- MARX, Karl – O Capital – Crítica da Economia Política. Ed. Abril Cultural, São Paulo, Coleção “Os Economistas”, 1988.

_____ Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Boitempo Editorial, 2011.

_____ Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Editora Boitempo, 2006

_____ Formações Econômicas Pré-capitalistas. Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Edições Progresso. 1987.

MATOS, Olgária C. F. "A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo". Editora Moderna, 2006.

MATOS, Odilon Nogueira. Café e Ferrovias. Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1981.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Ed. Brasiliense, 1982.

MILLET, Sérgio. Roteiro do Café e Outros Ensaios. Hucitec, 1980.

MIRANDA, Maria Eliza. "Meio Ambiente e Habitação Popular - O caso do Cantinho do Céu", Tese de Doutorado apresentada à FFLCH-USP, no ano de 2003.

MITA, Chiyoko. Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. Humanitas, 1999.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Ed. Hucitec, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. Annablume, 2003.

MOREIRA, Ruy. ASSIM SE PASSARAM DEZ ANOS (A Renovação da Geografia no Brasil no Período 1978-1988). GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Ano. II – No 3 – 2000

MOURA, Aristóteles. Capitais Estrangeiros no Brasil. Editora Brasiliense, 1959.

NETTO, Antônio Delfim. O problema do café no Brasil. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979.

NOVAES, Fernando A. Considerações sobre o sentido da colonização. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 6, 1969.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo Capitalista de Produção no Campo. Editora Ática, 1986

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco. Boitempo Editorial, 2003.

PACHUKANIS, E. B. Teoria Geral do Direito e Marxismo. Editora Acadêmica, 1988.

PERISSINOTO, Renato Monseff. Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo: 1889-1930. Annablume, 2000.

PITTA, Fabio Teixeira. Modernização retardatária e a agroindústria sucroalcooleira paulista: O Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. Dissertação de Mestrado apresentada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2011.

_____ “As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008”, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2016.

POSTONE, Moishe. Repensando a crítica de Marx ao capitalismo. 1993. Publicado no site: Krisis em Português - <http://grupokrisis2003.blogspot>.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. 1983.

PREBISCH, Raul. “El desarrollo de La América latina y alguns de sus principales problemas”. Nações Unidas – CEPAL, 2012.

QUEIROZ, Teresa Aline Pereira de. O Renascimento. Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

RATZEL, Friedrich, in, MORAES, Antônio Carlos Robert. Ratzel. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Editora Ática, 1990.

RODRIGUEZ, Octávio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Editora Forense Universitária, 1981.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940. Editora Hucitec, 1981

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Edusp, 2006.

_____ A Urbanização Brasileira. Editora Hucitec, 1993.

_____ Por uma Geografia Nova. Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho: Estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Hucitec, 1978.

SEABRA, Odette C. de L. A insurreição do uso, in: MARTINS, José de Souza (Org). Henry Lefebvre e o retorno à dialética. Editora Hucitec, 1996.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio: “A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo”. IPEA, 2010.

SILVA, Clodomiro Pereira da. “Sorocabana Railway Company: Revisão das Tarifas para 1918”, Tipografia Ideal, São Paulo, 1918.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. Editora Alfa-Omega, 1986.

SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira; MEDEIROS, Otávio Ladeira (Org). *Dívida Pública: A experiência brasileira*. Publicação da Secretaria do Tesouro Nacional, 2009. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/livro-divida-publica-a-experiencia-brasileira->

SOJA, Edward W.. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Jorge Zahar Editor, 1993.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Editora Brasiliense, 1986.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. Editora Duas Cidades, Editora 34, 2012.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Editora da Unicamp, 1985.

_____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Zahar Editores, 1973.

VILAR, Pierre. *A Transição do Feudalismo ao Capitalismo*, in: SANTIAGO, T.A. (Org), *Capitalismo: Transição*. Editora Moraes, 1989.

Bibliografia:

ALFREDO, Anselmo. *Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço, tempo e modernização*. Revista Cidades, Grupo de Estudos Urbanos, vol. 1, n. 1, 2004, p. 381-414.

_____. *Reprodução Crítica, Modernização Contraditória: O Tempo como Fetiche de Razão na Irracionalidade Espacial do Capital*. Texto apresentado no 12º Encontro Geógrafos da América Latina, acessado no Site: <http://www.egal2009.com/>, em 07/06/2009.

_____. *Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação*, em: *Geosp*, v. 24, p. 63-108, 2008.

ALTVATER, Elmar. *O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929*, in: HOBSBAWM. E. J. (org). *História do Marxismo Vol. VIII: O Marxismo na Época da Terceira Internacional: O Novo Capitalismo, O Imperialismo, O Terceiro Mundo*. Editora Paz e Terra, 1987.

- CARDOSO, Fernando Henrique. As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Editora Vozes, 1980.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.
- CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. Migração e Colonização no Brasil. José Olímpio Editora, 1958.
- DEBORD, Guy. “A Sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo”. Contraponto, 2007.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Imigração, Urbanização, Industrialização: Estudos sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante. Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – Ministério da Educação, 1964.
- FICHTE, Johann Gottlieb. A Doutrina-da-Ciência de 1774 e Outros Escritos. Coleção “Os Pensadores”, Nova Cultura, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Editora Vozes, 2007.
- GRANGER, Gilles-Gaston. A Ciência e as Ciências. Editora Unesp, 1994.
- GRESPLAN, Jorge. O Negativo do Capital: O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo. Hucitec, 1999.
- GUDIN, Eugênio. Princípios de Economia Monetária. Livraria Agir Editora, 1965.
- HABERMAS, J. A inclusão do outro. Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. Edições Loyola, 2004.
- HEGEL, G. W. F.. A Razão na História: Uma Introdução Geral à Filosofia da História. Editora Centauro, 2004.
- _____. Introdução à História da Filosofia. Hemus, 1983.
- HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. Coleção “Os Economistas”. Nova Cultural, 1985.
- LEFEBVRE, Henry. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: Le production de l'espace. Éditions Anthropos, 2000).
- LE MOS, Claudionor de Souza. Dívida Externa: Análise, legislação e documentos elucidativos. Imprensa Nacional, 1946.
- LENIN, V.. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Coleção os Pensadores, Nova Cultural, 1985.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, Burguesia Industrial e a Industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954), in: SZMRECZÁNYI,

Tamás, e SUZIGAN, Wilson (org). História econômica do Brasil Contemporâneo. Editora da Universidade de São Paulo/HUCITEC, 2002.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2003.

KURZ, Robert. A Ruptura Ontológica: Antes do início de uma história mundial. Publicado na Revista eletrônica Exit em agosto de 2004, acessado em: obeco.planetaclix.pt/

_____. Razão Sangrenta: Vinte teses contra o chamado Iluminismo e os "Valores Ocidentais". Publicado na revista eletrônica Exit em 2008, acessado em: obeco.planetaclix.pt/

_____. Os Últimos Combates. Editora Vozes, 1997.

_____. As leituras de Marx no Século XXI. Publicado na revista eletrônica Exit em 2001, acessado em: obeco.planetaclix.pt/

_____. O curto verão do keynesianismo: Da consciência infeliz à perda de memória coletiva da teoria econômica. Publicado na Folha de São Paulo de 21.04.1996 com o título *O curto verão de uma teoria do século XX*. Acessado em: obeco.planetaclix.pt/

MARCUSE, Hebert. Razão e Revolução: Hegel e o Advento da Teoria Social. Editora Paz e Terra, 1988.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia. Editora Martin Claret, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Editora Boitempo, 2007.

MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. Editora Brasiliense, 2005.

MULLER, Nice Lecoq. Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.

PRADO JUNIOR, Caio. Diretrizes para uma política econômica brasileira. Gráfica Urupês Ltda, 1954.

_____. A Revolução Brasileira. Editora Brasiliense, 1977.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Editora Contraponto, 2011.

RUBIN, Isaak Illich. A Teoria Marxista do Valor. Editora Polis, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. Graphia Editora 1997.

TAUBE, Maria José de Mattos. De imigrantes a favelados: Estudo de um processo migratório, Vol. II. Editora da Unicamp, 1986.

Fontes diversas.

Arquivos públicos.

ARQUIVOS DA COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (CAIC). Centro de Memória da Universidade de Campinas (UNICAMP).
ARQUIVOS DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE ADAMANTINA: Prontuários Criminais datados de 1951 a 1957.

ARQUIVOS DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE LUCÉLIA: Prontuários Criminais datados de 1945 a 1949.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA- Arquivo Fotográfico e Documental disponível na Biblioteca Municipal de Adamantina.

LAPA, José Roberto do Amaral: Dossiê: Pioneiros da Alta Paulista. Material de pesquisa reunido pelo professor José Roberto do Amaral Lapa. Centro de Memória da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Publicações diversas:

ANUÁRIO ESTATÍSTISCO DO CAFÉ (diversos anos). Departamento Nacional do Café, Seção Estatística. Rio de Janeiro, Brasil.

ANUÁRIO ESTATÍSTISCO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento Estadual de Estatística, diversos anos.

ESTATÍSTICAS DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, diversos anos.

ESTATÍSTICAS DAS ESTRADAS DE FERRO DO BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas: Inspetoria das Estradas de Ferros. Rio de Janeiro – Brasil, diversos anos.

ESTATÍSTICAS DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO E FISCALIZADAS PELA UNIÃO. Ministério da Viação e Obras Públicas. Imprensa Nacional, 1915.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Propriedades agrícolas do Estado de São Paulo, agrupadas segundo a área, em delegacias e chefias de extensão agrícolas: para o ano de 1960 – 1961. IEA, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Censo Agrícola de Recenseamento” de 1950. Séries Nacional e Regional – São Paulo, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Industrial, Comercial e dos Serviços de 1950. Série Regional – São Paulo, 1955.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Censo Demográfico de 1950”, Serie Regional – São Paulo, 1954.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coleção “Monografias”, nº 559, 2ª Edição, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão Territorial do Brasil, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. A Coordenação de Leis de Imigração e Colonização do Brasil, 1960.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Tipografia da Estatística, 1923.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Comércio Exterior do Brasil: 1930-1932. Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, 1935.

SECRETÁRIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Assessoria da Revisão Agrária – Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena, 1961.

Publicações diversas obtidas em sites:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Legislação do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/leis/legislacao-do-estado/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Série histórica de balanços de pagamentos de acordo com o BPM5, 5ª edição. Disponível em:

http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm5.asp

BIBLIOTECA PRESIDENCIAL. Discursos Presidenciais. Presidência da República - Casa Civil. Discursos Presidenciais. Disponível no site da Biblioteca da Presidência da República: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/>

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE. Glossário de Termos Ferroviários, 2016. Disponível em:

<http://www.dnit.gov.br/ferrovias/glossario-de-termos-ferroviarios/glossario.pdf>

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE):
Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Séries
Históricas e Estatísticas, diversos anos. Disponível em:
<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Sinopse do
Censo Agrícola” de 1940. Dados Gerais, 1948. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/147/agro_dg_1940.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Censo
Industrial de 1960”, Series Nacional e Regional – São Paulo, 1965. Disponível em:
<https://archive.org/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Censo
Demográfico de 1960”, Series Nacional e Regional – São Paulo, 1962. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7312>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Censo
Agropecuário” de 1960. Séries Nacional e Regional- São Paulo, 1967. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=744>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Censo
Agropecuário” de 1970. Séries Nacional, 1973. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_br.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Censo
Industrial de 1980”, Series Nacional e Regional – São Paulo. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=7310>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Censo
Agropecuário” de 1980. Série Regional- São Paulo, 1984. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=746>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Censo
Agropecuário” de 1995, Serie Regional – São Paulo, 1997. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/48/agro_1995_1996_n19_sp.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Censo
Demográfico de 2000. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). “Censo
Agrícola de 2006”. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/>, em 12/10/2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). CIDADES@: informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Contagem da População, 2007. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../censo2010/

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:

brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-anuais.html

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Recuperação Automática de Dados – SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

INTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Mapa do Estado - Divisão Municipal, 2007. Disponível em:

http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/IGC_Divisao_Municipal_2014.jpg

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) – IPEADATA: Dados macroeconômicos, regionais e sociais. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Sistema Nacional de Cadastro Rural: Índices básicos de 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: Relação Anual de Informações Sociais, ano de 2000. Disponível em:

http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/caged_anuario

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República: Material Ferroviário – Documento 30. Rio de Janeiro, 1959.

Portal da Legislação. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

Casa Civil – Legislação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Ranking de Desemprego 2014. Disponível em:

data.oecd.org/unemp/unemployment-rate.htm

SECRETÁRIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Levantamento Censitário das Unidades Agropecuárias do Estado de São Paulo”- LUPA. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/index.php>

SENADO FEDERAL. Legislação. Disponível, em: www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1

Sites consultados

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS: Associações Regionais. Disponível em <http://portal.cnm.org.br/apm/constitucional/associacao.asp>

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA NOVA ALTA PAULISTA: Municípios associados. Disponível em: <http://www.amnap.com.br/>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal da Câmara, acessado em: www2.camara.leg.br/
EXPORT-IMPORT BANK UNITED STATES OF AMERICAN. Página oficial. Disponível em: <http://www.exim.gov/about>

SECRETARIA DE HABITAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – Programas Habitacionais. Disponível em <http://www.habitacao.sp.gov.br/>

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI): “Trends in world military expenditure” 2014. Disponível em: www.sipri.org/

Jornais, revistas e outras publicações consultadas.

Jornais:

“A COMARCA DE ADAMANTINA”. Edições de 1953 a 1958.

“A LUTA”. Edições de 1957 a 1958.

“O ADAMANTINENSE”. Edições de 1966 a 1976.

“O JORNAL”. Edições de 1951 a 1953.

“TRIBUNA DO POVO”. Edições de 1962 a 1966.

Revistas:

“ADAMANTINA EM REVISTA”. Edições anuais de 1952, 1953, 1954, 1955 e 1957.

“A LUTA EM REVISTA”. Edição de 1958.

Outras publicações:

ÁLBUM DE ADAMANTINA: Edição Comemorativa ao 10º Aniversário do Município: 1949-1959.

“O VALOR DE UM BOM COMEÇO”. Memorial sobre os primórdios do Município de Adamantina escrito e publicado por Francisco Dário TÓFFOLI, em 1978.

Entrevistados.

Antônio Teixeira. Entrevista realizada em 3 de abril de 2010, no Município de Adamantina.

Antônio Passarinho. Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2016, no Município de Adamantina

Cláudio Citelli. Entrevista realizada em 10 de julho de 2010, no Município de Adamantina.

João Benedito Passarinho. Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2016, no Município de Adamantina.

José Garcia Lopes. Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2016, no Município de Adamantina.

Marcílio Pinto Alexandre. Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2016, no Município de Adamantina.

Anexos

ANEXO 1

Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930

Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

CONSIDERANDO que as condições financeiras em que a revolução encontrou o Brasil reclamam medidas de emergência, capazes de, melhorando a situação, permitir o prosseguimento da sua obra renovadora e reconstrutiva;

CONSIDERANDO que a situação econômica e a desorganização do trabalho reclamam a intervenção do Estado em favor dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muitos trabalhadores, que, em grande número, afluiram para a Capital da República e para outras cidades principais, no anseio de obter ocupação, criando sérios embaraços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir a tamanhas necessidades;

CONSIDERANDO que somente a assistência pelo trabalho é recomendada para situações dessa natureza, porquanto não vexa nem desmoraliza os socorros;

CONSIDERANDO, também, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social;

CONSIDERANDO, ainda, que os recursos financeiros ordinários não permitem ao Governo praticar, por si só, a aludida assistência;

CONSIDERANDO, mais, que, se em qualquer regime político se impõe o respeito ao princípio da solidariedade humana, corolário da interdependência de todos os membros de uma coletividade social, com maior vigor esse respeito se impõe no regime democrático:

DECRETA:

Art. 1º Fica, pelo prazo de um ano, a contar de 1 de janeiro de 1931, limitada a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe.

Parágrafo único. As autoridades consulares só visarão os passaportes nas seguintes condições:

- a) quando se tratar de estrangeiros domiciliados no Brasil, portadores de passaportes expedidos pelas autoridades nele acreditadas;
- b) quando se tratar de estrangeiros cuja vinda tiver sido solicitada pelos interventores federais ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por exclusiva necessidade dos serviços agrícolas ou atendendo aos "bilhetes de chamada" emitidas por parentes a famílias de agricultores com colocação certa;
- c) quando se tratar de estrangeiros agricultores, constituídos em famílias regulares, ou artífices introduzidos ou chamados por indivíduos, associações, empresas ou companhias, que

satisfizerem a todos os requisitos constantes do art. 6º, § 1º, do decreto número 16.761, de 31 de dezembro de 1924, e respectiva portaria de 30 de junho de 1925.

Art. 2º Salvo o disposto no artigo anterior, a nenhum estrangeiro que pretenda, vindo para o Brasil, nele permanecer por mais de 30 dias, será permitida a entrada sem provar que possui, no mínimo, quantia correspondente, em moeda nacional, a dois e três contos de réis, tratando-se, respectivamente, de indivíduos até doze anos e maiores de doze anos de idade.

§ 1º A condição de posses pecuniárias poderá ser satisfeita por fiança idônea.

§ 2º À chegada do navio, deverão os estrangeiros declarar desde logo, às autoridades policiais, o tempo de sua permanência e os fins que os trouxeram a este país.

Art. 3º Todos os indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais, que explorem, ou não, concessões do Governo federal ou dos Governos estaduais e municipais, ou que, com esses Governos contratem quaisquer fornecimentos, serviços ou obras, ficam obrigadas a demonstrar perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação do presente decreto, que ocupam, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos.

Parágrafo único. Somente na falta, de brasileiros natos, e para serviços rigorosamente técnicos, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá ser alterada aquela proporção, admitindo-se, neste caso, brasileiros naturalizados, em primeiro lugar, e, depois, os estrangeiros.

Art. 4º Todos os desempregados, nacionais e estrangeiros, deverão apresentar-se nas delegacias de recenseamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e, na falta destas, nas delegacias de polícia, fazendo declarações acerca de sua identidade, profissão e residência, afim de serem tomadas as medidas convenientes sobre sua ocupação, principalmente em serviços agrícolas.

§ 1º Os desempregados, nacionais ou estrangeiros, que, no prazo de noventa dias, contados da data deste decreto, não tenham feito as declarações a que alude este artigo, obtendo o documento comprobatório de sua apresentação àquelas delegacias, ficam sujeitos a processo por vadiagem, nos termos das leis penais em vigor.

§ 2º Ficam sujeitos às penas de que trata o art. 8º os indivíduos que, já estando empregados, fizerem declarações falsas, com o intuito de conseguir melhoria de colocação.

Art. 5º Fica instituído, durante o exercício de 1931, um imposto de emergência, sobre os vencimentos de todos os funcionários da União, civis e militares, quer sejam titulados, comissionados, contratados, mensalistas ou diaristas, na proporção de 1/2 % (meio por cento) para os vencimentos, gratificações, mensalidades ou salários até 500\$0; 1 % (um por cento) para os de mais de 500\$0 até 1:000\$0 e 2 % (dois por cento) para os de 1:000\$0 para cima.

§ 1º Não estão isentos do imposto os magistrados federais, de qualquer categoria.

§ 2º O desconto das importâncias relativas ao imposto será consignado nas folhas de pagamento.

Art. 6º O produto do imposto, mensalmente descontado em cada repartição pagadora, será depositado, em fundo especial, no Tesouro Nacional, à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para ser empregado no serviço de localização de trabalhadores nacionais, em primeiro lugar, e de estrangeiros já residentes no país; em segundo, na forma dos decretos ns. 9.081, de 3 de novembro, e 9.214, de 15 de dezembro de 1911, em quaisquer unidades da Federação, inclusive no Distrito Federal e no Território do Acre.

Art. 7º Os auxílios até agora dados nos núcleos coloniais aos imigrantes agricultores passarão a ser concedidos aos trabalhadores constituídos em família a que aludem os decretos ns. 9.081, de 3 de novembro, e 9.214, de 15 de dezembro de 1911.

Parágrafo único. Esses auxílios são as seguintes:

- a) Alimentação gratuita, durante os três primeiros dias de chegada ao núcleo;
- b) trabalhos e salário, ou empreitada, em obras ou serviços do núcleo, fazendo-se a distribuição dos serviços de sorte que a cada adulto de uma família correspondam, pouco mais ou menos, a juízo da administração, quinze dias de trabalho por mês;
- c) medicamentos e dieta gratuitamente, em caso de moléstia, durante o primeiro ano, a contar do dia em que o imigrante chegar ao núcleo;
- d) assistência médica gratuita, enquanto o núcleo não for emancipado;
- e) plantas, sementes e as seguintes ferramentas de trabalho: pá, alvião, machado e foice;
- f) transporte gratuito em estradas de ferro e companhias de navegação, até à última estação ou porto de destino;
- g) transportes da estação da via férrea, porto marítimo ou fluvial, até à sede do núcleo;
- h) fornecimento, por empréstimo, de instrumentos e máquinas agrícolas, para serem utilizados durante os primeiros seis meses.

Art. 8º Nos regulamentos que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio expedir para a execução das medidas constantes deste decreto serão estabelecidas multas de 2:000\$0 a 20:000\$0 e prisão até 30 dias, conforme a natureza da infração.

§ 1º Das penas impostas haverá recurso, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de sessenta dias, para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2º Caso o pagamento das multas não se efetue amigavelmente, serão elas cobradas por executivo fiscal.

§ 3º Os autos de infração, depois de julgados definitivamente, contra o infrator, constituem títulos de dívida certa e líquida.

§ 4º O produto das multas será incorporado ao fundo especial a que se refere o art. 6º para que tenha a aplicação ali prevista.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1930, 109º da Independência e 42º da República.

GETULIO VARGAS

Lindolfo Collor.

J. F. de Assis Brasil.

A. de Mello Franco.

Oswaldo Aranha.

José Fernandes Leite de Castro.

Conrado Heck.

Francisco Campos.

José Américo de Almeida.

ANEXO 2

DECRETO Nº 24.258, DE 16 DE MAIO DE 1934

Aprova o regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional

O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, de acordo com o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e para melhor execução do de n.º 24.215, de 9 de maio de 1934,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento que a este acompanha, da entrada de estrangeiros em território nacional, pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

GETÚLIO VARGAS

Joaquim Pedro Salgado Filho

Oswaldo Aranha.

Francisco Antunes Maciel.

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

Regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional, a que se refere o decreto n.º 24.258, de 16 de maio da 1934

CAPÍTULO I

DA ENTRADA DE ESTRANGEIROS IMIGRANTES

Art. 1º Para os efeitos do presente regulamento, considera-se imigrante todo estrangeiro que pretenda, vindo para o Brasil, nele permanecer por mais de trinta dias, com o intuito de exercer a sua atividade em qualquer profissão lícita e, lucrativa que lhe assegure a subsistência própria a dos que vivam sob sua dependência.

Parágrafo único. Os imigrantes dividem-se em duas categorias: agricultores e não agricultores.

Art. 2º Os imigrantes agricultores ou jornaleiros rurais constituídos, ou não, em famílias, só poderão entrar em território nacional si, além de não se acharem compreendidos em algum dos incisos do art. 2º do decreto n. 24.215, de maio de 1934, estiverem incluídos em qualquer das hipóteses, seguintes:

I - Quando sua vinda tiver sido solicitada pelos Governos Estaduais ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para atender à exclusiva necessidade de serviços agrícolas.

II - Quando contratados por qualquer sociedade, empresa, associação ou proprietário de terras incultas, sempre que seja provada, em relação às pessoas assim contratadas:

a) a existência de contrato de locação de serviços agrícolas, para localidades certas e determinadas do território nacional, onde devam ir exercer suas atividades, pelo prazo mínimo de três anos;

b) si constituídos em famílias, a existência de duas pessoas, no mínimo, maiores de 12 anos e menores de 60, aptas para o trabalho agrícola.

III - Quando venham a chamado de agricultor já domiciliado no país, sempre que seja provado:

a) em relação aos imigrantes, a existência de contrato de locação de serviços agrícolas, no local de domicílio da pessoa que os chame, pelo prazo mínimo de um ano;

b) em relação à pessoa que os chama, a efetividade, sua profissão e uma situação que permita responder, em qualquer eventualidade, pelo repatriamento dos imigrantes que chamou;

c) si constituídos em famílias, a existência, no mínimo, de duas pessoas, maiores de 12 anos e menores de 60, aptas para o trabalho agrícola.

Art. 3º Os imigrantes não agricultores, constituídos, ou não, em famílias, só poderão entrar em território nacional si, além de não estarem compreendidos em algum dos incisos

e) estrangeiros não imigrantes que procurem o nosso país para fins de estudo, ensino, cultura científica, literária ou artística, desde que satisfaçam as exigências do art. 26 ou do seu parágrafo único;

f) estrangeiros não imigrantes que vierem, temporariamente, em viagem de negócios, ou como representantes de firmas comerciais estrangeiras, pelo prazo máximo de seis meses, contados da data do desembarque, uma vez satisfeitas as exigências do art. 27;

g) estrangeiros não imigrantes, e em trânsito, desembarcados para prosseguir viagem mais tarde, uma vez satisfeitas as exigências do art. 28;

h) estrangeiros não imigrantes que procurem o país para nele aplicar capitais, desde que preencham as exigências do art. 29.

Parágrafo único. Estão isentos de certas formalidades, embora não excetuados do processo de "cartas de chamada", os estrangeiros não imigrantes que sejam artistas teatrais, concertistas, conferencistas, circenses, pugilistas, lutadores, pelotários, ilusionistas e outros congêneres, desde que satisfaçam as exigências do art. 30.

ANEXO 3

Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938

Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem o art. 74, letra a, da Constituição e o art. 90 do decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938,

DECRETA:

Art. 1º Este regulamento dispõe sobre a entrada e a permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação e o fomento do trabalho agrícola. Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais.

Art. 2º O número de estrangeiros de qualquer nacionalidade admitidos anualmente no Brasil em caráter permanente não poderá exceder a quota fixada neste regulamento.

Art. 3º A quota a que se refere o artigo anterior corresponde à dois por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade que entrarem no país, com o mesmo caráter, no período de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933.

Art. 4º Quando a quota de uma nacionalidade não atingir três (3.000) pessoas; o Conselho de Imigração e Colonização (C; I. C.) deverá elevá-la até esse limite.

Art. 5º Poderá igualmente o C. I. C. permitir que o saldo real anual das quotas não utilizadas por uma nacionalidade seja aproveitado em favor de agricultores de outra nacionalidade cuja quota real já se tenha esgotado.

§ 1º Nas decisões que tomar com fundamento neste artigo, o Conselho terá em vista a necessidade de assegurar a integridade étnica, social, econômica e moral da Nação.

§ 2º Entende-se por saldo real a diferença entre a quota calculada na forma do art. 3º (quota real) e a parte dessa quota que tiver sido utilizada.

Art. 6º A critério do C. I. C., os saldos reais anuais das quotas poderão, outrossim, ser transferidos para o ano seguinte, em benefício do respectivo país, quando este tiver necessidade de aproveitá-los; vedada a transferência e o acúmulo de saldo de mais de um triênio.

Art. 7º Estão sujeitos à quota:

- a) os estrangeiros, maiores de 1 ano, que pretenderem entrar no país em caráter permanente;
- b) os brasileiros naturalizados em outros países.

Art. 8º Estão excluídos da quota:

- a) os que desejarem entrar no país em caráter temporário;
- b) os que, na data de obtenção do visto consular, tenham menos de 1 ano de idade;

c) a estrangeira casada com brasileiro, ou viúva de cidadão brasileiro, e ainda que apátrida, ou o estrangeiro casado com brasileira quando esta vier com passaporte brasileiro; e respectivos filhos menores ;

d) os portadores de licença de retorno;

e) o estrangeiro ou a estrangeira que tenha filho brasileiro vivo.

Parágrafo único. Ficarão, entretanto, sujeitos ao cômputo da quota os estrangeiros compreendidos na alínea a deste artigo que desejarem tornar permanente sua estada no país.

Art. 9º Fica adotada a discriminação de quotas constante da tabela anexa (n. 1).

§ 1º Quando se criar um novo Estado, a entrada dos seus nacionais será permitida livremente, a juízo do C. I. C., no correr do primeiro decênio. Para o cálculo das quotas posteriores desse Estado somar-se-ão ao número dos que tiverem entrado neste decênio três parcelas correspondentes, cada uma, a 20% da mesma base, calculando-se finalmente a quota de 2 % sobre o número assim obtido.

§ 2º A domínio, mandato, posseção ou colônia não caberá quota própria, vigorando a do Estado sob cuja soberania estiver.

§ 3º Quando os cônjuges tiverem nacionalidades diferentes, prevalecerá a daquele cuja quota ainda não esteja esgotada.

Art. 10. Oitenta por cento (80 %) da quota anual de cada nacionalidade serão preenchidos com agricultores e respectivas famílias.

Parágrafo único. A prova de profissão, para efeito deste artigo, far-se-á perante a autoridade consular e a critério desta, mediante atestados de corporações, sociedades, associações ou pessoas idôneas do local. Quando o governo federal ou os governos estaduais se incumbirem, na forma da lei, da fiscalização e do selecionamento dos agricultores no estrangeiro, a autoridade consular poderá louvar-se, para o mesmo fim, na indicação dos funcionários encarregados desse serviço; mas a autoridade consular não se alheará ao seu dever de fiscalizar nem dispensará a satisfação das demais exigências legais e regulamentares.

Art. 11 Vinte por cento (20 %) da quota serão distribuídos com os demais estrangeiros que desejarem entrar no país em caráter permanente com o fim de se dedicarem a qualquer profissão lícita.

Art. 12. O Departamento de Imigração (D. I.) organizará e levantará a estatística dos estrangeiros entrados no país em caráter permanente, confrontando os dados que possuir e os que lhe forem fornecidos pelo Conselho.

Parágrafo único. Até o dia 31 de março de cada ano o D. I. comunicará ao Conselho os saldos das quotas do ano anterior.

Art. 13. A autoridade consular mais graduada terá em cada país o encargo da distribuição da quota pelos outros consulados, ou serviços consulares, e da sua fiscalização.

Art. 14. A autoridade consular a que for requerido visto para estrangeiro que não seja da nacionalidade do país onde tenha jurisdição consultará, previamente, e às expensas da parte interessada, sobre a existência de saldo, a autoridade consular encarregada de distribuir a quota do país de origem do requerente.

Parágrafo único. Da mesma forma, quando um consulado tiver esgotada a sua parcela de quota e receber solicitações de nacionais do país onde tenha jurisdição, deverá consultar, sobre a existência de saldo, a autoridade consular encarregada da distribuição da quota. Essa consulta deverá ser feita, quando possível, por via telegráfica, paga a taxa pelo interessado.

Art. 15. As autoridades consulares encarregadas da distribuição e fiscalização das quotas comunicarão anualmente, o mais tardar até o dia 10 de janeiro, à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o número de estrangeiros que utilizaram a quota no ano anterior e o total do saldo existente. Essa comunicação será transmitida por aquela Secretaria de Estado ao D. I.

Art. 16. As autoridades consulares observarão, para utilização da quota, a ordem da entrada dos pedidos de visto acompanhados da documentação completa para o visto no passaporte, e recusarão o visto no passaporte do estrangeiro cuja quota já esteja esgotada.

Art. 17. Esgotada a quota em determinado país, a autoridade consular encarregada de sua distribuição dará imediata ciência disto à Secretaria de Estado das Relações Exteriores que transmitirá ao C. I. C. a informação.

Art. 18. A inobservância da aplicação da quota ou da sua discriminação para agricultores, bem como o desrespeito às resoluções do C. I. C. importará falta grave, punida com as penas deste regulamento.

TRATADOS DE IMIGRAÇÃO

Art. 19. A União poderá celebrar tratados de imigração com o fim de fixar no país trabalhadores agrícolas.

§ 1º A iniciativa para a celebração desses tratados competirá ao Ministério das Relações Exteriores e ao C. I. C. mediante consulta recíproca.

§ 2º Os governos dos Estados, com o mesmo fim, e por intermédio do C. I. C., poderão propor ao governo federal a celebração desses tratados, ficando responsáveis, perante a União, pelas obrigações decorrentes dos mesmos.

Art. 20. Os tratados deverão prever o número e a constituição das levas de imigrantes e a fiscalização das condições gerais destes últimos desde a partida até à sua instalação definitiva no país, o eventual aproveitamento de saldos de quotas, na forma do artigo 5º; bem como a discriminação das demais concessões e facilidades oferecidas reciprocamente pelos governos interessados.

Art. 21. As autoridades federais e estaduais prestarão ao C. I. C. as informações de que este necessitar.

Art. 22. O Ministério das Relações Exteriores baixará instruções recomendando às missões diplomáticas e aos consulados da carreira a remessa das informações que obtiverem sobre as questões cujo estudo incumbe ao C. I. C.

Parágrafo único. Essas informações deverão conter dados estatísticos como também estudos detalhados dos países ou regiões das suas respectivas jurisdições, bem como cópia das leis, regulamentos e tratados que forem promulgados.

Continua.....

ANEXO 4

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

Continua....